

V. I I . N . E S P E C I A L

sociologia & antropologia

AGOSTO 2021
ISSN 2238-3875

Sociologia & Antropologia destina-se à apresentação, circulação e discussão de pesquisas originais que contribuam para o conhecimento dos processos socioculturais nos contextos brasileiro e mundial. A revista está aberta à colaboração de especialistas de universidades e instituições de pesquisa, e publicará trabalhos inéditos em português, inglês e espanhol. *Sociologia & Antropologia* ambiciona constituir-se em um instrumento de intermediação consistente do debate contemporâneo das ciências sociais e, assim, contribuir para o seu desenvolvimento.

S678

Sociologia & Antropologia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. – v. 11, n.especial (agosto. 2021)–Rio de Janeiro: PPGSA, 2011–Quadrimestral

ISSN 2238-3875

1. Ciências sociais – Periódicos. 2. Sociologia – Periódicos. 3. Antropologia – Periódicos. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia.

CDD 300

INDEXADORES

EBSCOHOST

PROQUEST

SCIELO

SCOPUS

SEER/IBICT

DIRETÓRIOS

DOAJ

CLASE

SUMÁRIOS.ORG

CATÁLOGOS

LATINDEX

PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES

RESEARCHING BRAZIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitora

Denise Pires de Carvalho

Vice-Reitor

Carlos Frederico Leão Rocha

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretora

Susana de Castro Amaral Vieira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Coordenação

Felícia Picanço

Rodrigo Santos

Sociologia & Antropologia.

Revista do PPGSA

Programa de Pós-Graduação em

Sociologia e Antropologia

Largo de São Francisco de Paula 1 sala 420

20051-070 Rio de Janeiro RJ

t.+55 (21) 2224 8965 ramal 215

revistappgsa@gmail.com

sociologiaeantropologia.com.br

revistappgsa.ifcs.ufrj.br

Publicação quadrimestral

Triannual publication

Solicita-se permuta

Exchange desired

VOLUME 11 NÚMERO ESPECIAL
AGOSTO 2021
ISSN 2238-3875

sociologia & antropologia

CORPO EDITORIAL

Editores

(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Antonio Brasil Jr. (Editor Responsável)
Marco Antonio Gonçalves

Comissão Editorial

(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
André Botelho
Elina Pessanha
Gláucia Villas Bôas
Maria Laura Cavalcanti
José Reginaldo Santos Gonçalves
José Ricardo Ramalho

Editor Associado

Maurício Hoelz (UFRRJ)

Assistentes Editoriais

Julia O'Donnell
Rodrigo Santos

Staff

(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Júlia Kovac
Tayná Mendes
Francisco Kerche

Conselho Editorial

Alain Quemin
(Université Paris 8, Saint-Denis, France)
Anete Ivo
(Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil)
Brasílio Sallum Junior
(Universidade de São Paulo, Brasil)
Carlo Severi
(École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, France)
Charles Pessanha
(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Cristiana Bastos
(Universidade de Lisboa, Portugal)
Edna Maria Ramos de Castro
(Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil)
Elide Rugai Bastos
(Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil)
Ernesto Renan Freitas Pinto
(Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil)
Gabriel Cohn
(Universidade de São Paulo, Brasil)
Guenther Roth
(Columbia University, New York, United States)
Helena Sumiko Hirata
(Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, France)
Heloísa Maria Murgel Starling
(Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Huw Beynon
(Cardiff University, Wales, United Kingdom)
Irllys Barreira
(Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)

Jeffrey C. Alexander
(Yale University, New Haven, CT, United States)
João de Pina Cabral (University of Kent, United Kingdom)
José Maurício Domingues
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro/IESP, Brasil)
José Sergio Leite Lopes
(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
José Vicente Tavares dos Santos
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
Josefa Salete Barbosa Cavalcanti
(Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil)
Leonilde Servolo de Medeiros
(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Brasil)
Lília Moritz Schwarcz
(Universidade de São Paulo, Brasil e Princeton University, New Jersey, United States)
Manuela Carneiro da Cunha
(University of Chicago, Illinois, United States)
Mariza Peirano
(Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil)
Maurizio Bach
(Universität Passau, Bavaria, Germany)
Michèle Lamont
(Harvard University, Cambridge, Massachusetts, United States)
Patrícia Birman
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)
Peter Fry
(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Philippe Descola
(Collège de France, Paris, France)
Renan Springer de Freitas
(Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Ruben George Oliven
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
Sergio Adorno (Universidade de São Paulo, Brasil)

PRODUÇÃO EDITORIAL

Projeto gráfico, capa e diagramação

a+a design e produção Glória Afflalo

Preparação e revisão de textos

Maria Helena Torres

© Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Antropologia/UFRJ

Direitos autorais reservados: a reprodução integral de artigos
é permitida apenas com autorização específica; citação
parcial será permitida com referência completa à fonte.

Apoio



APRESENTAÇÃO

No final de março de 2020, quando os efeitos da covid-19 já eram evidentes em todo o mundo e começavam a se intensificar no Brasil, incluindo a interrupção das aulas e demais atividades acadêmicas presenciais nas universidades, o *blog* da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS)¹ iniciou, em parceria com a revista *Sociologia & Antropologia*, uma coluna aberta sobre o tema, intitulada “Pandemia, Cultura e Sociedade”. O objetivo era absorver contribuições de sociólogos(as), antropólogos(as), cientistas políticos(as), historiadores(as) e críticos(as) literários e estimular uma reflexão qualificada e pública sobre as dimensões sociais, simbólicas e históricas ligadas à pandemia. Nossa aposta era de que é justamente nos momentos de crise que as ciências sociais têm mais a dizer. E era preciso “tomar a palavra”.

Depois de cerca de um mês publicando a coluna, o *blog* deu início, em parceria com S&A e a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), ao simpósio “Mundo Social e Pandemia”. Nele, formulamos quatro perguntas que foram enviadas para sociólogos(as) do Brasil e do exterior com o objetivo de compor um panorama plural sobre o lugar, as potencialidades e os limites da sociologia para a compreensão da pandemia enquanto fenômeno social. Tratava-se de criar um repertório a partir do qual pensar a pandemia, estimulando simultaneamente a produção de um arquivo de leituras.

A intensa dinâmica do *blog* durante 2020, da qual este número especial de S&A é um dos resultados, também nos obriga a uma reflexão sobre as ciências sociais, as novas formas de comunicação e nosso papel público frente a grandes acontecimentos em um mundo que demanda análises e informações cada vez mais rapidamente. Esse problema, diga-se de passagem, não é novo, e na verdade constitui a própria história das ciências sociais. Basta nos lembrar do *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, de Marx, escrito “no calor dos acontecimentos”, ou da defesa iluminista feita por Durkheim do papel público dos intelectuais – e não a despeito, mas justamente em função de seus “hábitos profissionais”. Nossas disciplinas construíram sua relevância ao enfrentar ativamente os desafios postos na ordem do dia, mesmo que os recursos cognitivos por ela legados não se esgotassem na conjuntura em que foram produzidos. Trata-se, pois, de colocar mais uma vez à prova nossos conceitos, teorias, métodos e técnicas, diante de um mundo social que se remodela à medida que a pandemia

persiste e vai criando novas tendências, controles, identidades e regimes de normalidade.

Para as ciências sociais, portanto, esse fenômeno complexo e multidimensional da covid-19 nos obriga a reavaliar nosso papel no debate público e a recolocar em discussão alguns de seus pressupostos teóricos e cognitivos mais tenazes – como a relação entre estrutura e contingência ou processos e eventos, e as difíceis, e talvez insolúveis, relações entre o corpo como base última da individualidade subjetiva e como fonte de impulsos vitais e a sociedade como instância objetiva de sua regulação. Ao mesmo tempo, os efeitos e as respostas sociais e políticas diferenciadas em relação à pandemia acentuam o fato de que, evocando Ulrich Beck, embora a crise e os riscos alcancem escala planetária, “não existe senão uma globalização que ocorre localmente, modificando o local”. Ela também tem nos impelido a refletir sobre a própria relação que mantemos, enquanto disciplina, com a temporalidade: a imediatez das respostas à conjuntura e a necessidade de pesquisas de longo prazo, a demanda por novos marcos de análise e o caráter cumulativo da teoria sociológica. A covid-19, portanto, implica desafios contínuos, e esperamos que as reflexões publicadas neste número especial nos estimulem a fazer melhores e renovadas perguntas daqui para a frente.

Esta edição de S&A reúne 18 textos – seis artigos e 12 registros de pesquisa –, todos eles escritos a quente ao longo de 2020, focalizando a pandemia da covid-19 por meio de diferentes ângulos e perspectivas. Agradecemos enormemente aos/às autores/autoras que, além de publicar no *blog* da BVPS, aceitaram submeter novamente os textos (muitos deles revisados) à revista *Sociologia & Antropologia*. Todas as colaborações foram avaliadas por uma comissão editorial formada especialmente para este número, composta por Gilberto Hochman (Fiocruz/Anpocs), Emil Sobottka (PUC-RS/SBS) e André Botelho (UFRJ/*blog* BVPS/Anpocs), que muito gentilmente se dispuseram a ler e avaliar o conjunto dos trabalhos – a quem também estendemos os nossos agradecimentos.

Por fim, incluímos ao final do número o simpósio “Mundo Social e Pandemia”, organizado por Andre Bittencourt (UFRJ/*blog* BVPS) e Maurício Hoelz (UFRJ/SBS), que reúne as respostas de 70 cientistas sociais pertencentes a instituições de pesquisa de 18 países e cinco continentes. Registramos aqui que a iniciativa do simpósio foi apoiada institucionalmente pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), que se somou ao *blog* da BVPS e à revista S&A para viabilizar essa escala inédita (e construtivamente plural) de reflexão coletiva sobre a pandemia, o mundo social e as nossas disciplinas.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

1 <https://blogbvps.wordpress.com/>
(acesso em 01 jul. 2021).

VOLUME 11 NÚMERO ESPECIAL
AGOSTO 2021
ISSN 2238-3875

- ARTIGOS**
- 13 **MÁRIO DE ANDRADE, SUAS CARTAS E NÓS: UMA DOENÇA QUE NÃO EXISTE MAIS E A DOENÇA DOS NOSSOS DIAS**
Robert Wegner
- 31 **AS CIÊNCIAS SOCIAIS NA PANDEMIA DA COVID-19: ROTINAS DE TRABALHO E DESIGUALDADES**
Marcia Rangel Candido, Danusa Marques, Vanessa Elias de Oliveira e Flávia Biroli
- 67 **O FUTURO DAS TRANSFERÊNCIAS DE RENDA NO BRASIL: DILEMAS EMPÍRICOS E NORMATIVOS PARA UM PROGRAMA PÓS-PANDEMIA E PÓS-AUXÍLIO EMERGENCIAL**
Marcos Paulo Lucca-Silveira e Rogério Jerônimo Barbosa
- 93 **A SOCIEDADE CONTRA O ACASO: TEORIA DE REDES E A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS**
Lucas Carvalho e Antonio Brasil Jr.
- 109 **EFEITOS SOCIAIS DAS IDEOLOGIZAÇÕES DAS PANDEMIAS DE HIV E COVID-19 EM PERSPECTIVA**
Guilherme Marcondes
- 131 **DO AMOR E OUTRAS MORTES: RELENDO *ROMEU E JULIETA* EM TEMPOS DE PANDEMIA**
Bárbara Geraldo de Castro
- REGISTROS DE PESQUISA**
- 151 ***VOZES DE CAMPOS DO JORDÃO*, DE ORACY NOGUEIRA, EM TEMPOS DE PANDEMIA**
Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti

- 157 **MÁSCARAS COVID-19 E OUTRAS MÁSCARAS**
João Leal
- 163 **O MEDO DA PANDEMIA COMO QUESTÃO SOCIOLÓGICA**
Richard Miskolci
- 169 **INTERDEPENDÊNCIAS E CIVILIZAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19**
Tatiana Savoia Landini
- 181 **ORDEM/DESORDEM EM TEMPOS DE PANDEMIA**
Renato Ortiz
- 187 **REPÚBLICA, DEMOCRACIA E CIDADANIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA NOTA SOBRE A SITUAÇÃO BRASILEIRA**
Leonardo Octavio Belinelli de Brito
- 195 **DIALÉTICA DA DESUMANIZAÇÃO**
Bruna Della Torre
- 201 **ONDE AGONIZAM OS MORTOS DA PANDEMIA? APAGAMENTOS E DISPUTAS DE FUTURO NAS NARRATIVAS IMAGÉTICAS DA COVID-19**
Sabrina Parracho Sant'Anna
- 213 **A CIÊNCIA E A POLÍTICA COMO VOCAÇÃO – O DISCURSO DE MERKEL E A PRIMEIRA ONDA DA PANDEMIA DE COVID-19 NA ALEMANHA**
Renata de Sá Gonçalves
- 227 **PANDEMIA, FARMACOLOGIA E BIOPODER – OU SOBRE MEU ENCONTRO COM O SARS-COV2 E ROSA B.**
Arbel Griner
- 239 **O CASULO DA PANDEMIA: ESTRATÉGIAS INDÍGENAS PARA HABITAR O FIM DO MUNDO**
Bruno Nogueira Guimarães
- 247 **OS USOS DE AGAMBEN EM TEMPOS DE PANDEMIA**
Allan M. Hillani
- SIMPÓSIO** 261 **SIMPÓSIO MUNDO SOCIAL E PANDEMIA**
Andre Bittencourt e Maurício Hoelz

VOLUME 11 SPECIAL NUMBER
AUGUST 2021
ISSN 2238-3875

- ARTICLES** 13 **MÁRIO DE ANDRADE, HIS LETTERS AND US: A DISEASE THAT NO LONGER EXISTS AND THE DISEASE OF OUR TIMES**
Robert Wegner
- 31 **SOCIAL SCIENCES IN THE COVID-19 PANDEMIC: WORK ROUTINES AND INEQUALITIES**
Marcia Rangel Candido, Danusa Marques,
Vanessa Elias de Oliveira and Flávia Biroli
- 67 **THE FUTURE OF CASH TRANSFERS IN BRAZIL: EMPIRICAL AND NORMATIVE DILEMMAS FOR A POST-PANDEMIC AND POST-EMERGENCY AID PROGRAM**
Marcos Paulo Lucca-Silveira and Rogério Jerônimo Barbosa
- 93 **SOCIETY AGAINST CHANCE: NETWORK THEORY AND THE NEW CORONAVIRUS PANDEMIC**
Lucas Carvalho and Antonio Brasil Jr.
- 109 **SOCIAL EFFECTS OF IDEOLOGIZATIONS OF HIV AND COVID-19 PANDEMICS IN PERSPECTIVE**
Guilherme Marcondes
- 131 **ON LOVE AND DEATH: REREADING *ROMEO AND JULIET* IN TIMES OF PANDEMIC**
Bárbara Geraldo de Castro
- RESEARCH REGISTER** 151 **ORACY NOGUEIRA'S *VOICES FROM CAMPOS DO JORDÃO*, IN COVID-19 PANDEMIC TIMES**
Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti

	157	COVID-19 AND OTHER MASKS João Leal
	163	THE FEAR OF THE PANDEMIC AS A SOCIOLOGICAL MATTER Richard Miskolci
	169	INTERDEPENDENCIES AND CIVILIZATION IN TIMES OF COVID-19 Tatiana Savoia Landini
	181	ORDER/DISORDER IN PANDEMIC TIMES Renato Ortiz
	187	REPUBLIC, DEMOCRACY AND CITIZENSHIP IN PANDEMIC TIMES: A NOTE ON THE BRAZILIAN SITUATION Leonardo Octavio Belinelli de Brito
	195	DIALECTICS OF DEHUMANIZATION Bruna Della Torre
	201	WHERE ARE THE DEAD OF THE PANDEMIC AGONIZING? OBLIVIONS AND DISPUTES FOR THE FUTURE IN COVID-19'S IMAGERY NARRATIVES Sabrina Parracho Sant'Anna
	213	SCIENCE AND POLITICS AS A VOCATION – MERKEL'S SPEECH AND THE FIRST WAVE OF THE COVID-19 PANDEMIC IN GERMANY Renata de Sá Gonçalves
	227	PANDEMICS, PHARMACOLOGY AND BIOPOWER – OR A REFLECTION ABOUT MY ENCOUNTER WITH SARS-COV2 AND ROSA B. Arbel Griner
	239	PANDEMIC'S COCOON: INDIGENOUS STRATEGIES TO INHABIT THE END OF THE WORLD Bruno Nogueira Guimarães
	247	THE USES OF AGAMBEN IN PANDEMIC TIMES Allan M. Hillani
SYMPOSIUM	261	SOCIAL WORLD AND PANDEMIC SYMPOSIUM Andre Bittencourt and Maurício Hoelz

ARTIGOS

MÁRIO DE ANDRADE, SUAS CARTAS E NÓS: UMA DOENÇA QUE NÃO EXISTE MAIS E A DOENÇA DOS NOSSOS DIAS¹

Estes tempos de ameaça da covid-19, em que fomos levados a buscar o isolamento social, podem se constituir em um momento oportuno para pensar em dois aspectos da produção epistolar de Mário de Andrade: a carta como um veículo crucial no cultivo da amizade e a doença como um fenômeno que ronda a vida moderna. No primeiro caso, por meio de um veículo que pressupõe distância espacial, o escritor paulista não apenas construiu parte de sua contribuição intelectual e artística, como cultivou seus laços de amizade e modelou sua identidade, mantendo extensa correspondência com um grande número de escritores e artistas brasileiros (Miceli, 2009). Como notou Ricardo Benzaquen de Araújo (2019: 410-412), Mário de Andrade fez isso de modo peculiar e – nas cartas trocadas com Carlos Drummond de Andrade, por exemplo – não se ateu às “regras da conveniência e do decoro” que balizam a “retórica epistolar”. Ele se pautou, antes, pela mais pura “autenticidade”, sublinhando a todo momento as “dimensões mais singulares e enfáticas da sua personalidade”. As cartas redigidas por Mário de Andrade eram como um sismógrafo a registrar as menores variações do seu espírito.

No segundo caso, em meio a revelações pessoais e confissões, Mário de Andrade fazia descrições detalhadas de doenças, dores físicas e mesmo pequenos procedimentos cirúrgicos. Tão grande era a persistência dessas referências que o próprio Drummond (2002) veio a fazer o levantamento e o registro minucioso das passagens nas quais o amigo se referia a suas condições de

saúde. A doença que Mário de Andrade descreveu de modo recorrente não apenas nas cartas dirigidas a Drummond, mas também a Manuel Bandeira, Ribeiro Couto e ainda mais especialmente Pio Lourenço Corrêa foi a “neurastenia”. Citando uma crise nervosa sofrida em 1913, aos quase 20 anos de idade, quando, em um acidente em uma brincadeira na escola, seu irmão mais novo, Renato, bateu a cabeça e morreu, Mário de Andrade descreveu para mais de um amigo a doença incurável que passou a o acompanhar: a “neurastenia aguda” – que sempre lhe inspirou cuidados, como técnicas para combater a insônia e períodos de descanso fora da cidade de São Paulo. Em seus depoimentos nota-se a importância das consequências da morte do irmão no que diz respeito a suas relações familiares, sua experiência com a doença, bem como sua identidade como escritor.

Neste artigo sugiro que a doença dos nervos desempenhou um papel importante na construção da identidade de Mário de Andrade. Ao se identificar como neurastênico – uma categoria nosológica para uma doença nervosa que vigorava então –, o escritor se reconheceu como alguém que está sempre com “os nervos à flor da pele”, em vez de assumir uma atitude *blasé* perante o mundo e seus amigos. Suas relações, mediadas pelas cartas, seriam cultivadas de forma intensa e sem filtros, o que, por outro lado, exigia por parte de Andrade o emprego de técnicas para acalmar os nervos e períodos de descanso completo da vida na grande cidade. Por fim, sugiro que esse modo de utilizar as cartas, evitando a “retórica epistolar” do decoro e a substituindo pela “autenticidade”, além do que pode revelar sobre Mário de Andrade, ajuda-nos, em um tempo de distanciamento espacial, a renovar o modo pelo qual exercemos nossa sociabilidade por meio das redes sociais e correspondências eletrônicas.

O SIGNIFICADO DA DOENÇA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Este momento em que uma doença passou a fazer parte do nosso cotidiano, quando desde questões mais mezinhas, como a compra em um supermercado, até reflexões políticas de ordem mais geral, como o comportamento do chefe do Poder Executivo, são vincadas pela existência do vírus SarsCov-2, é um bom momento para refletir sobre a concepção de doença que vigora na medicina desde a virada do século XIX para o XX, permeando a vida nas sociedades contemporâneas. Segundo o historiador da medicina norte-americano Charles Rosenberg, o diagnóstico de uma doença ocupa lugar crucial no modo pelo qual as pessoas pensam sobre si mesmas e sobre os outros. Por ser tão naturalizado, não percebemos esse papel que, na realidade, não tem mais do que 150 anos. Na medicina anterior à bacteriologia, as doenças costumavam ser interpretadas a partir do sofrimento individual e, na verdade, existiam tão somente enquanto indivíduos estivessem doentes. Nas palavras de Rosenberg (2002: 242), “o corpo sempre estava em risco, mas um risco configurado em termos idiossincráticos, fisiológicos, multicausais e contingentes”.²

Na virada do século XIX para o XX, ao lado da percepção trazida pelas teorias da bacteriologia de que eram ocasionadas por seres microscópicos, cada uma das doenças passou a ser compreendida como algo existente fora do corpo (cf. Rosenberg, 2002: 242). Assim, para o autor, “essas teorias disseminaram metaforicamente a noção mais abstrata da entidade doença como um tipo ideal abstraído de suas manifestações particulares. Uma doença legitimada possuía tanto um curso clínico característico quanto um mecanismo que lhe era próprio”³ (Rosenberg, 2002: 243).

Em outras palavras, as doenças específicas passaram a ter sua própria história, que podia ganhar uma narrativa. Hoje, na pandemia, esse fenômeno parece ficar bastante explícito, pois essa noção de doença nos acompanha ao buscarmos notícias nos jornais e nas redes sociais. Não apenas acompanhamos os dados estatísticos sobre a propagação da doença covid-19 em diferentes países, estados, cidades, como também queremos entender como o vírus SARS-Cov-2, em si, como um ser vivo, se comporta. Somos instados a nos perguntar quanto tempo ele vive fora do corpo humano, como ele morre e como evitá-lo.

Por outro lado, o poder das doenças não repousa em sua qualidade platônica, mas em sua capacidade de adquirir tessitura social e circunstancialidade, o que ocorre a partir do evento do “diagnóstico”. Nesse plano, o momento em que uma pessoa é diagnosticada por um médico como portadora de uma doença constitui uma ruptura na sua narrativa de vida, e as características específicas da doença passam a constituir um dado que se impõe ao indivíduo (cf. Rosenberg, 2002: 250).

Assim, por um lado, as doenças se tornaram específicas, e cada uma delas passou a ter sua narrativa particular fora dos corpos das pessoas, de forma abstrata. Por outro lado, elas ganham encarnação social com o ato do diagnóstico. A partir desse momento, uma doença estabelece uma ruptura na história de vida de um indivíduo e passa a fazer parte da sua identidade e de suas relações com os outros. A doença passa a fazer parte do cotidiano. Assim se deu com Mário de Andrade.

NEURASTENIA E IDENTIDADE

Mário de Andrade costumava se referir tanto a sua crise de 1913 quanto à doença nervosa que passou a o acompanhar como neurastenia aguda. Segundo Rafaela Zorzanelli (2010), a neurastenia foi uma doença específica que não teve vida longa. Sua narrativa teve início nos últimos decênios do século XIX e se encerrou nas primeiras décadas do século seguinte, em boa medida por causa da psicanálise e suas explicações de caráter não fisiológico. Pouco se ouviu falar de neurastenia no meio médico a partir da década de 1930 (cf. Zorzanelli, 2010: 441). Descrita pela primeira vez em 1869, por George M. Beard, nos Estados Unidos, em um momento de intensa expansão econômica do país, a neurastenia se tornou uma doença própria da civilização, quando a constituição nervosa do

indivíduo deixava de processar todos os impulsos e influxos da vida nas grandes cidades (cf. Zorzanelli, 2010: 432). Conforme apontava Beard (apud Zorzanelli, 2010: 433), “a anemia é para o sistema vascular o que a neurastenia é para o sistema nervoso”. Se a anemia envolvia falta de sangue, a neurastenia significava carência de “energia nervosa”.

Assim, na argumentação de Zorzanelli (2010: 436-437), resulta que,

Por herdarem uma constituição fraca dos nervos, os neurastênicos não poderiam ser curados, e por isso, deviam ser educados para viver de acordo com suas insuficiências ou neutralizá-las. Sobre a disposição hereditária incidia a necessidade de aumentar os esforços da vontade do indivíduo para superar os efeitos particulares da sua natureza.

Ao estudar a noção de indivíduo entre finais do século XIX e meados do XX, o antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte discute a centralidade ocupada pela categoria nervosismo. Segundo o autor, o “sistema nervoso” consistia na “mais alta articulação da pessoa, lugar de todos os fluxos necessários entre os centros de comando cerebrais e a periferia corporal, entre os órgãos de sentido e as sedes sensoriais, garantindo a memória, a consciência; enfim, todas as chamadas qualidades superiores” (Duarte, 2010: 320). A concepção de sistema nervoso permitia a conexão entre o físico e o moral, o hereditário e o adquirido, a fraqueza do sistema nervoso e a força de vontade.

Desse modo, afirma o antropólogo, “‘força’ e ‘fraqueza’ de fibras ou substâncias, ‘força’ e ‘fraqueza’ de sentimentos ou de caráter enovelam-se em intrincadas rendas de sentido e valorização” (Duarte, 2010: 317-318). Ou, para condensar com as palavras de Henrique Roxo (1877-1969), um psiquiatra contemporâneo de Mário de Andrade, “a um sistema nervoso bem nutrido e desenvolvido deve corresponder uma personalidade nítida e acentuada” (apud Duarte, 2010: 318).

Seguindo um raciocínio próximo ao de George M. Beard, o psiquiatra brasileiro Henrique Roxo (2010) também apontava para uma correlação entre o grau de civilização de um país e a incidência de doenças nervosas em sua população. Sendo assim, quanto mais civilizado um país, mais preparados estarão seus nacionais para digerir a vida moderna em seus nervos (cf. Duarte, 2010: 318). Nesse caso, podemos pensar a “civilização” como um estofado que possibilita aos indivíduos absorver os influxos da metrópole. Para o psiquiatra, no início do século XX o Brasil vivia, nas suas grandes cidades, uma propensão ao aparecimento de nervosos, fruto da imaturidade da nossa civilização, ou, em outros termos, de uma discrepância entre os influxos da vida moderna e a constituição nervosa dos indivíduos.

Com esse quadro em mente, é possível compreender as queixas e descrições de Mário de Andrade em cartas para os amigos como um processo de incorporação do diagnóstico de neurastenia aguda. É interessante observar que Mário de Andrade se referia constantemente ao fato de ter uma constituição

nervosa fraca, ao mesmo tempo em que manifestava uma força de vontade férrea para continuar trabalhando e escrevendo.

NERVOS FRACOS, VONTADE FORTE

Mário de Andrade considerava a experiência do adoecimento em 1913 tão marcante, que, além de conectá-la com sua opção pela literatura, teria provocado uma transformação em todo o seu ser. Em carta de 1927 dirigida a Rui Ribeiro Couto, referindo-se a sua crise e ao processo de recuperação, contava: “um dia tive fome. Outro dia tive sono. E estou aqui. O mesmo de dantes não. Estou aqui o Mário de Andrade que vocês conhecem” (Andrade, 1927). Considerava que nunca ficara completamente curado, pois “ficara sempre uma insônia e uma debilidade física que jamais corrigi inteiramente” (Andrade, 1927).⁴

Nessa linha, ele passará a se identificar como um indivíduo “neurastênico”, tendo que aprender a lidar com os seus “nervos” pelo resto da vida. Em carta endereçada a Carlos Drummond de Andrade, escrita em 14 de outubro de 1926, Mário de Andrade (2002: 248) observa: “O diabo é que qualquer doença me declancha uma neurastenia danada que está sempre preparadinha pra aparecer e contra a qual eu reajo todo dia”. É como se, na sua própria percepção, a neurastenia já fizesse parte dele, “porém” – como escreve em outra carta a Drummond – “aprendi a sarar” (Andrade, 2002: 113).

Por sua vez, o próprio amigo passa a perceber Mário como um sujeito constantemente doente, mas que demonstra uma extrema força de vontade para não se deixar abater.⁵ Após saber de uma cirurgia a que fora submetido o escritor paulista, Drummond escreve de Itabira, no dia 7 de outubro de 1926:

Uma operação é sempre uma coisa que assusta a gente, mesmo depois de acabada. Imagino o seu estado de espírito naturalmente em correspondência com o abatimento físico. Mas você, que é um bicho pra viver, deve estar vivendo com um gozo intenso esses dias de convalescença, não é? Tenho muita confiança na sua força. Por isso não preciso consolá-lo. E mesmo na dor invejo você. Sou fraco e covarde... (Andrade, 2002: 246).

Nesse sentido, é possível afirmar que a ideia de um sujeito doente, de nervos fracos, que, por outro lado, cultivava uma vontade forte, foi, cada vez mais, se enlaçando à identidade de Mário de Andrade.

AUTOPSIKOTERAPIA E REEDUCAÇÃO MORAL

Mário de Andrade incorporou o diagnóstico de neurastenia e, por isso mesmo, desenvolveu maneiras de conviver com suas insuficiências de modo a neutralizá-las. Um bom exemplo desse exercício constante é o papel que atribui ao livro do médico Antonio Austregésilo. Segundo escreve a Ribeiro Couto, em carta de 20 de janeiro de 1927, “quem me ensinou a dormir palavra que foi Austregésilo com a Cura dos Nervosos” (Andrade, 1927).

Antonio Austregésilo (1876-1960) era um reconhecido psiquiatra e hoje é considerado um dos principais introdutores da psicanálise no Brasil, bem como o autor dos primeiros estudos de neurologia no país. Em 1928 publicou *A neurastenia sexual e seu tratamento* e, em 1916, *A cura dos nervosos*, o livro a que Mário de Andrade faz referência e que era dirigido a leigos, consistindo no que, nos dias atuais, chamaríamos de autoajuda. No caso, uma ajuda para que indivíduos se diagnosticassem como nervosos, soubessem que precisavam conviver com as manifestações dos seus nervos fracos e, finalmente, aprendessem técnicas que permitissem essa convivência.

Austregésilo era um exemplo de médico que portava a concepção de que um sistema nervoso fraco exigia do indivíduo uma vontade forte. Desse modo, considerava que a “educação moral” era o caminho, se não para a cura, para aprender a conviver com a doença. Daí o sentido de escrever um livro dirigido diretamente aos nervosos. Para ele, devido a sua constituição física, representada pelo sistema nervoso, alguns indivíduos estariam propensos, mais do que outros, a desencadear um processo de adoecimento nervoso. Na realidade, a rigor, ninguém se encontrava totalmente imune a uma crise nervosa, pois todas as pessoas estariam sujeitas a elementos detonadores, como o excesso de trabalho ou fortes comoções, as mesmas causas, aliás, a que Mário de Andrade atribuiu o fato de sua neurastenia “declanchar”: estudo e trabalho excessivo e a morte do irmão, de “supetão” (Andrade, 1927).

Para a transformação de um indivíduo nervoso em uma personalidade nítida e acentuada, com um sistema nervoso bem nutrido, Antonio Austregésilo (1943: 64) propunha que a “base está na educação moral”, que consiste “ou na educação da vontade ou na boa diretriz da imaginação” (Austregésilo, 1943: 159). Originando-se do consciente, a “vontade” é mais maleável e, assim, pode ser bem dirigida e cultivada. Contudo, por outro lado, essa intervenção pode provocar mais tensão no indivíduo nervoso, pois, nas palavras do autor, “os grandes esforços da vontade podem agravar a fobia, o escrúpulo, a dúvida ou a obsessão” (Austregésilo, 1943: 159). Por sua vez, a “imaginação”, menos maleável por ser originária do subconsciente, pode ser um caminho mais longo, porém mais seguro para o tratamento dos nervos. Desse modo, segundo Austregésilo (1943: 159),

Os preceitos da autossugestão baseiam-se especialmente em educar o subconsciente, ou melhor, a imaginação. [...] Os melhores momentos para praticar a autossugestão são a passagem da vigília para o sono, o despertar. O paciente procurará repetir para si, em forma de prece, as ideias sãs, contrárias às ideias doentes.

Além disso, a reeducação moral pode se dar por meio da psicoterapia, em que o médico pode explicar ao paciente seus “temores psíquicos”. O tratamento moral consiste, fundamentalmente, “em raciocinar calmamente a propósito de cada comoção, escrúpulo, dúvida, ou fobia” (Austregésilo, 1943: 65). A

incorporação, por parte do paciente, do tratamento psicoterápico e também das técnicas de educação moral faz parte do que o médico propunha como autopsicoterapia (Austregésilo, 1943: 149). Portanto, *A cura dos nervosos*, o livro lido por Mário de Andrade, consistia na consubstanciação da sua estratégia, pois, conforme o autor escreve no prefácio à primeira edição, “este livro é escrito para os doentes. A linguagem simples, despretensiosa e desataviada de noções científicas de gravidade, está indicando o fito do volume. [...] São conselhos úteis aos pacientes que, às vezes, sofrem muito sem saberem que o remédio está perto deles” (Austregésilo, 1943: xxiii).

O livro consistia, portanto, em um caminho para a prática da autopsicoterapia, quando os “doentes podem por si, com a leitura atenta dos autores que tratem seriamente do assunto, curar-se inteiramente, ao menos muito melhorarem” (Austregésilo, 1943: 66). A aproximação de Mário de Andrade em relação ao médico é explicitada ao escrever a Ribeiro Couto que aprendera a dormir por meio da leitura de *A cura dos nervosos*. No livro, diga-se de passagem, há um item intitulado “Insônia”, no qual o autor estabelece algumas “regras indispensáveis”, a começar que “o paciente, ainda que não possa dormir, deve ficar na cama” (Austregésilo, 1943: 72). E sintetiza suas técnicas com a imagem segundo a qual “o sono é como um pombo: vem, se o não procurais; foge, se quereis pegá-lo” (Austregésilo, 1943: 73).

Além do combate à insônia, as descrições que Mário de Andrade teceu sobre sua neurastenia nas cartas endereçadas aos amigos são muito próximas das descrições feitas por Austregésilo. Em carta de 29 de maio de 1931, ele relata a Manuel Bandeira que “os médicos chegaram a não dar nada mais por mim, médicos de moléstias de nervos e o diabo. Não comia, não dormia e com os sintomas característicos de neurastenia negra, ódio de minha mãe, de todos os meus etc.” (Andrade, 2001). De modo semelhante, no seu livro, Antonio Austregésilo apontava que seus “pacientes se acusam de indiferença pela família; sentem ausência íntima de amor dos esposos, filhos, e habitualmente contra as pessoas mais caras é que surgem as irritações, os ódios, os caprichos” (Austregésilo, 1943: 62).

TIO PIO: O OUTRO E O ESPELHO

O médico pernambucano apontava também para a importância que uma pessoa próxima poderia vir a ter no processo de melhora do indivíduo nervoso. Para ele, “o paciente tem necessidade [...] de qualquer pessoa que lhe conquiste ascendência moral. Às vezes, a esposa, o irmão, o amigo, o sacerdote ou o clínico são elementos benéficos e indispensáveis para as melhoras e curas” (Austregésilo, 1943: 149). No caso de Mário de Andrade, essa pessoa foi Pio Lourenço Corrêa. Conforme relata Gilda de Mello e Souza (2009: 19-20),

Em carta a Manuel Bandeira de 29 de maio de 1931, [Mário de Andrade] relata como foi o bom senso de um tio que o salvou: pegou nele, levou-o para a fazenda em Araraquara, deixou-o lá sozinho, aparecendo de tempos em tempos para

saber se não estava precisando de nada e ia-se embora. Quando Mário voltou da fazenda, estava curado. É esta a primeira vez que a mão amiga de Pio Lourenço intervém no seu destino.

Nascido em 1875, Pio Lourenço Corrêa era casado com Zulmira, prima de Mário de Andrade, além de ser extremamente próximo do seu pai, Carlos. A proximidade das famílias e a diferença de idade de quase 20 anos fizeram com que Mário sempre o tratasse como tio Pio. A relação entre os dois foi cultivada em uma troca de cartas que se iniciou em 1917, aliás, o ano de estreia de Mário de Andrade na literatura, com seu *Há uma gota de sangue em cada poema*. Lembrando que o escritor estabelecia um nexos casual entre sua crise nervosa e o ato de versificar, não deixa de ser curioso o fato de que a correspondência tenha início com uma dedicatória de Mário no exemplar do livro endereçado a Pio, em que escreve: “Não sei se lhe será agradável saber que o seu tribunal é porventura um dos que mais temo” (cf. Guaranha, 2009: 34).

Ao lado disso, é de notar que a troca de cartas tem início meses após a morte do pai de Mário de Andrade, ocorrida em fevereiro de 1917. Como observa Gilda de Mello e Souza (2009: 19), “dois acontecimentos familiares – duas mortes – foram decisivos na aproximação dessas duas pessoas tão diversas quanto a temperamento, concepção de vida, normas de conduta, preferências intelectuais e artísticas, ideias políticas”.⁶ A primeira morte, ocorrida em 1913, foi a do irmão mais novo de Mário de Andrade, que, como vimos, detonou sua crise nervosa, enquanto a segunda, a do pai, em 1917, antecedeu a aproximação com o tio Pio.

As cartas prosseguiram até a morte de Mário de Andrade, em 1945, formando um conjunto de quase 200 correspondências, em que tecem considerações de críticas literárias, comentários sobre a língua portuguesa, informações sobre expressões e costumes e solicitações de bibliografia. Depois de quase 15 anos de correspondência, em carta com data de 11 de maio de 1931, ao saudar o tio por seu aniversário, Mário permite-se explicitar – em um “desabafo saído com toda a espontaneidade e que teve a enorme utilidade de me botar bem no meu lugar” – toda a importância que o amigo assumira em sua vida:

Embora seja muito mais fácil a gente contar por carta o que sente, sempre me prende agora um tal ou qual pudor de lhe dizer tudo o que o senhor representa pra mim, prefiro me guardar; tanto mais que a continuidade inalterável da minha maneira de ser pra com o senhor, prova bem que a sua amizade me honra e é utilíssima. Ora, me parece que dignificar e ser útil são as mais preciosas qualidades que um homem pode ter nesta nossa Terra. São qualidades suas pra comigo, qualidades que me fizeram buscá-lo, apesar de nossas diferenças de idade e de experiências de vida (Candido & Mello e Souza, 2009: 182).

Uma vez reconhecida a amizade de um modo que não aparecera nas cartas até então, Mário de Andrade revela o modo pelo qual, como num castelo de cartas, sua identidade, feita de inconstâncias, se apoia na figura de firmeza moral que lhe representa o primo. Nas palavras de Mário de Andrade,

Às minha ‘loucuras’, fantasias, curiosidades, a sua simplicidade sistematizada de ser deu maior paciência, mais precisão de fortificarem-se no estudo; à minha sensibilidade o senhor e sua vida trouxe novos lados, desconhecidos antes, por onde ela se experimentasse e enriquecesse; e finalmente à riqueza milionária das minhas fraquezas veio a sua belíssima e tão nobre atitude moral pôr freios, que uma educação muito imperfeita, mesmo com as tradições paterna e religiosa, creio que não seriam suficientes para refrear (Candido & Mello e Souza, 2009: 182).

Para além da formação moral, Mário de Andrade contrapõe a figura do artista que ele é, com a do fazendeiro, norte da família, que o tio Pio representava.

Em vidas muito acidentadas e muito cheias de precariedade derivadas da curiosidade do mundo e da paixão por ele, como são no geral as vidas dos artistas e é esta minha, nada faz tanto bem, nada repõe a gente dentro da sua mais perfeita e sobrenatural finalidade que a presença dum homem de nobreza inflexível. A gente se garante nesse refúgio e cobra forças pra não derrapar definitivamente (Candido & Mello e Souza, 2009: 182).

Nesse sentido, podemos sugerir que tio Pio foi para Mário de Andrade a pessoa que lhe conquistou “ascendência moral”, conforme Austregésilo julgava necessário para um neurastênico. Contudo, não apenas de contraposição se constituía essa relação, pois ambos se encontravam na experiência comum da doença nervosa. Em carta de 29 de maio de 1931, endereçada a Manuel Bandeira, Mário se referia ao primo como uma “espécie de neurastênico de profissão” (Moraes, 2001: 508). Seguindo essa trilha é possível analisar a relação entre Mário e Pio também a partir desse viés, dessa identificação na doença de “nervos”.

Em texto sobre seu tio-avô paterno, Gilda de Mello e Souza (2009: 18) comenta essa faceta de Pio Lourenço:

estudos interrompidos, acomodações de carreira, epidemias e crises políticas, graves problemas familiares, tudo isso deixou marcas na sensibilidade exacerbada de Pio Lourenço e foi provavelmente responsável pelos mal-estares que o vão acompanhar pela vida afora: ciática, dor de estômago, depressões nervosas, temperamento progressivamente solitário.

Muitos anos depois da primeira crise de Mário de Andrade, já após 1938 e sua saída do Departamento de Cultura de São Paulo, ou seja, já durante nova e profunda crise depressiva do escritor,⁷ o próprio Pio Lourenço fará referência a sua neurastenia. Então preocupado com as ideias suicidas manifestadas por Mário, na sua resposta de 12 de abril de 1940, Pio Lourenço recorda de antigo conselho de seu médico:

Eu conheço, por experiência, essas equimoses deprimente. Em 1910 e 1911, ia quase sucumbindo, quando um médico amigo (o Dr. Carlos Botelho) me deu esta receita milagrosa: – ‘Não se suicide, este é o único perigo a que V. está exposto; o resto passa’. E passou. E recaí. E passou de novo. E recaio frequentemente – mas lanço mão da receita que ainda conservo comigo: não me suicido... (Candido & Mello e Souza, 2009: 337).⁸

Portanto, é com conhecimento tanto de causa quanto acerca da personalidade de Mário que tio Pio procura analisar sua nova crise: “dotado de nervos sensibíllimos, V. recebe os choques e os encontrões da massa humana que o rodeia, e obstrui o caminho, com redobrada violência. A continuidade desses obstáculos, que a todos nos contraria, está fazendo mal a V” (Candido & Mello e Souza, 2009: 337).

Feito o “diagnóstico”, Pio já tem a prescrição e convida Mário para passar uns dias em sua fazenda, em Araraquara. Escreve:

Venha cá descansar, tomar fitina, comer ovos frescos, pescar lambaris, ler as *Peregrinações*, escrever artigos em ambiente perfumado de murtas e magnólias, rodeado dos ‘pequenos barulhinhos que constituem o grande silêncio’ e verá desaparecerem, na poeira das estradas do São Frco e do Matão, as equimoses subjetivas que mancham a alma e prejudicam a saúde do corpo (Candido & Mello e Souza, 2009: 337).

Na sequência, é a seu médico, Carlos Botelho, que Pio Lourenço se refere e lembra dos seus conselhos para conviver com sua neurastenia, nos idos de 1910. De qualquer modo, não parece demasiado forçado, fazer referência mais uma vez aos conselhos de Antonio Austregésilo (1943: 149), em seu livro de 1916: “aos deprimidos urge repouso, superalimentação, permanência em lugar de campo ou praia, cercado de flores, de árvores, de paisagens alegres. O contato com a natureza é estímulo salutar para a vida e para a cura dos nervosos”.

A MODERNIDADE E SUAS DOENÇAS

Como vimos, descrita pela primeira vez pelo médico norte-americano George M. Beard em momento de intensa expansão econômica de seu país, a “neurastenia” tornou-se uma doença própria da civilização, quando a constituição nervosa do indivíduo deixava de processar todos os estímulos gerados na vida das grandes cidades.

Beard comparou o sistema nervoso a uma máquina a vapor que produz energia capaz de acender lâmpadas em série. Nos Estados Unidos da segunda metade do século XIX, o rápido incremento das fábricas e dos meios de transporte, a imprensa periódica e a complexidade da educação e da ciência modernas teriam adicionado, seguindo a imagem, novas lâmpadas ao circuito, sem que o sistema nervoso fosse capaz de produzir a energia suplementar necessária. Neste caso, ocorreria a exaustão do sistema nervoso e o aparecimento da doença que o médico denominou neurastenia. Nesse sentido, a neurastenia articulava uma causa sociológica, o excesso de estímulos da vida moderna, a uma causa fisiológica, a incapacidade do sistema nervoso do indivíduo diagnosticado em processar esses estímulos.

Partindo de uma concepção de pessoa anterior a Freud, o corpo era visto em termos econômicos, em um balanço de receitas e despesas e com um sistema central produtor de energia que poderia ser sobrecarregado por um excesso

de funções. Em seu livro de 1881, o neurologista nova-yorkino argumenta: “se um número extra de lâmpadas deve ser interposto no circuito, a potência do motor deve ser aumentada; do contrário, ou a luz das lâmpadas reduziria ou se apagaria”⁹ (Beard, 2015: 98). Similarmente, “o sistema nervoso do homem é o centro de fornecimento de força nervosa a todos os órgãos do corpo”¹⁰ (Beard, 2015: 98). Assim, raciocina Beard (2015: 99), “quando novas funções são interpostas no circuito, como a civilização moderna constantemente exige que façamos, chega um momento em que [...] a quantidade de força é insuficiente para manter todas as lâmpadas ativamente acesas”¹¹.

A obra de George Beard ganhou legitimidade no meio médico, e a neurastenia tornou-se um consistente e popular diagnóstico de doença, ultrapassando as fronteiras dos Estados Unidos e da medicina para se tornar maneira influente de explicar a sensibilidade e as emoções na modernidade. Na expressão do próprio neurologista, a neurastenia tornou-se a “filosofia do nervosismo moderno”¹² (Beard, 2015: 99).

Georg Simmel foi um dos leitores dos trabalhos de George Beard e, como apontou Leopoldo Waizbort (2000: 472) em *As aventuras de Georg Simmel*, o sociólogo alemão passou a explorar o tema dos “nervos enfraquecidos” e da “intensificação da vida nervosa” desde a segunda metade da década de 1890. Simmel também trabalhou dentro da concepção de um sistema nervoso que produz energia e da lógica de balanço entre receitas e dispêndios de energia. Contudo, havia uma diferença crucial. Beard imaginava duas saídas: ou, por um lado, o acréscimo de produção de energia por parte do sistema nervoso – por meio de hábitos higiênicos e períodos de descanso no campo – ou, por outro lado, a moderação nas atividades. Por sua vez, Simmel (2005: 582) introduziu uma nova variável na equação: um “órgão de proteção” proporcionado pela “reserva”, atitude necessária para o morador da cidade se proteger contra uma profusão de novos estímulos. Para manter a imagem de um sistema elétrico pensada por Beard, em Simmel, a racionalidade e o dinheiro, discutidos mais extensamente em *Filosofia do dinheiro* (Simmel, 1900), funcionariam como uma espécie de estabilizador que homogeneiza e amortece os estímulos. Ao tratar das grandes cidades e a vida do espírito, Simmel (2005: 581) sugere que “a incapacidade [...] de reagir aos novos estímulos com uma energia que lhes seja adequada é precisamente aquele caráter *blasé*, que na verdade se vê em todo filho da cidade grande”.

De certo modo, Mário de Andrade tratou sua neurastenia de uma forma mais próxima dos conselhos médicos de George Beard e de seus seguidores do que das reflexões desenvolvidas por Georg Simmel. Como vimos, ele costumava passar períodos de férias na chácara de seu tio Pio e a trocar sugestões de tratamento com ele – um “neurastênico profissional” –, além de seguir os conselhos de médicos que escreviam livros dirigidos a neurastênicos, como Antônio Austregésilo em seu *A cura dos nervosos*. Ir para a fazenda significava desligar as lâmpadas temporariamente. Por sua vez, em São Paulo (ou nas visitas

ao Rio de Janeiro), Mário de Andrade se expunha aos mais radicais estímulos, sem nenhum mecanismo de proteção, sem adotar uma atitude blasé. Em vez de acionar um estabilizador das emoções, o escritor adotou a estratégia de simplesmente equilibrar a produção e o dispêndio de energia. Foi assim que lidou com sua neurastenia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi na Fazenda Santa Isabel, em Araraquara, que Mário de Andrade se recuperou da crise nervosa de 1913. Em seguida, passou a ser na chácara da Sapucaia, nas imediações da cidade de Araraquara, que passou muitas de suas férias. Nunca é demais notar, aliás, que foi lá, na chácara, esse lugar de “pequenos barulhinhos que constituem o grande silêncio”, que foi escrito *Macunaíma*. De fato, Mário de Andrade costumava associar Sapucaia a “momentos poderosos de criação”. No argumento que desenvolvi no artigo, pretendi salientar a ligação entre a vida no campo e a saúde dos nervos. Como Mário escreve ao tio em 13 de julho de 1943, já em seus últimos e difíceis anos de vida:

É difícil imaginar o que Araraquara e sobretudo essa chácara representam pra mim. Refortalecimento do corpo, do espírito, férias felizes, refúgio disfarçado de lutas, de dúvidas, de sofrimentos. [...] Ninguém pode imaginar. Araraquara com a chacra da Sapucaia participam de minha vida e do que eu sou, quase tanto como esta rua Lopes Chaves (Candido & Mello e Souza, 2009: 400).

Tanto a fazenda participava da vida de Mário e fazia parte do que ele era que, em mais de um momento e a mais de um amigo, confidenciou que a recuperação da crise nervosa de 1913 na fazenda do tio Pio foi determinante para sua identidade de escritor. Na carta escrita a Manuel Bandeira, em 29 de maio de 1931, considerava que se reestabeleceu graças ao tio, mas completava:

Só que voltei poeta da fazenda. Sem nunca ter nem me preocupado em ler com prazer os poetas, já mesmo antes de ir pra fazenda, tinha dado em mim essa coisa esquisitíssima, talvez sintoma de loucura, uma mania de fazer versos. Foi assim (Moraes, 2001: 508).

Mesmo nas cartas, veículo por excelência para o exercício do decoro e para guardar o distanciamento, Mário de Andrade escrevia de forma transbordante e transparente, enfatizando sempre sua singularidade e não se preservando por meio do recurso da reserva. Vale lembrar que, para Simmel, a carta, especialmente a datilografada, era um meio pelo qual o indivíduo poderia se comunicar com o outro sem tornar explícitas as múltiplas variações do seu espírito no decorrer da escrita. O caminho escolhido por Mário de Andrade era o exato oposto, no qual o interlocutor – ao menos os amigos mais próximos – não apenas tinham acesso aos detalhes das circunstâncias emocionais em que a carta fora redigida, como podiam, por meio dela, perceber as menores alterações de humor do seu missivista.

Hoje, quando a neurastenia já não é mais considerada um diagnóstico

aceito pela comunidade médica, ela permanece sendo boa para pensar acerca da nossa condição moderna, ainda mais quando se vive sob a ameaça do SARS-Cov-2 e, em termos de política pública de saúde, estamos à mercê da dificuldade de o presidente e seus seguidores acessarem o mundo real. O cansaço, a insônia, a ansiedade e a irritabilidade rondam o cotidiano, e fica-se a perguntar, tal como faziam os neurastênicos, onde está o problema maior, se no excesso de estímulos do mundo lá fora, ou na falta de capacidade individual para lidar com tudo isso. Ao lado disso, o *lockdown* faz com que o distanciamento espacial teime em ser um isolamento social. Nestas circunstâncias, pensar no valor que Mário de Andrade atribuía às cartas e na forma em que ousava se exprimir por meio delas é uma forma de enxergar nos veículos de comunicação a distância – hoje podemos pensar nas redes sociais e nas facilidades que a tecnologia proporciona, quando podemos ouvir a voz e ver o outro – um caminho para quebrar o isolamento social e manter acesas as chamas das relações pessoais.

Recebido em 07/11/2020 | Aprovado em 21/05/2021

Robert Wegner é pesquisador da Fiocruz, onde atua no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, e professor do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio. Graduado em ciências sociais pela UFPR e mestre e doutor em sociologia pelo IUPERJ (atual IESP/UERJ), recentemente realizou estudos de pós-doutorado na University of Illinois at Urbana-Champaign e publicou, em coautoria, “Race, science, and social thought in 20th-century Brazil”.

NOTAS

- 1 Este artigo incorpora e reelabora o texto publicado em 4 de maio de 2020 no Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social, com o título “Mário de Andrade, suas cartas e nós: uma doença que não existe mais e uma doença dos nossos dias” e o trabalho “A doença nervosa de Mário de Andrade: neurastenia e identidade”, que apresentei no XXVII Simpósio Nacional de História, realizado em Natal, em julho de 2013.

Agradeço ao CNPq, que financia minhas atividades de pesquisa mediante uma bolsa de Produtividade em Pesquisa (308139/2019-4) e à Faperj, que, por meio de um Auxílio à Pesquisa Básica (E-26/210.493/2019), aporta recursos ao desenvolvimento da minha pesquisa sobre ciência e pensamento social no Brasil.

- 2 No original: “The body was always at risk, but a risk configured in idiosyncratic, physiological, multicausal, and contingent terms”.
- 3 No original: “These theories communicated metaphorically the more abstract notion of disease entity as ideal type abstracted from its particular manifestations. A legitimate disease had both a characteristic clinical course and a mechanism”.
- 4 Sob outro aspecto, a relação de Mário de Andrade com outra doença específica, a malária, foi tratada por Nísia Trindade Lima e André Botelho (2013). Embora explorando outros aspectos, minha reflexão foi motivada por esse texto.
- 5 Nesse ponto, sigo o argumento de Ricardo Benzaquen de Araújo, de que Mário de Andrade manifestava uma vontade forte. Por outro lado, distancio-me de sua interpretação, segundo a qual, ao contrário de Manuel Bandeira e sua tuberculose, “Mário [...] não parece converter os males físicos em uma condição, por mais que fale incessantemente deles” (Araújo, 2019: 418). Meu argumento segue a direção inversa, afirmando que a “vontade forte” de Mário de Andrade é cultivada tendo como ponto de partida o reconhecimento de possuir “nervos fracos”, de ser “neurastênico”.
- 6 Mário de Andrade compararia sua reação diante das duas mortes em carta de 9 de maio de 1939, endereçada a

Sérgio Milliet. Após sofrer “horriavelmente” com a morte do pai, “logo me ergui de novo. Não é como o meu irmão que morreu e cuja morte até hoje me faz sofrer” (Duarte, 1971: 320).

- 7 Sobre essa nova e intensa crise de Mário de Andrade, ver Moraes (2005). Ao tratar dos últimos anos do autor, Eduardo Jardim elenca uma série de cartas em que o autor descreve aos próximos seu estado desde a sua saída do Departamento de Cultura de São Paulo e sua transferência para o Rio de Janeiro. Seu estado remete a muitas das características que descrevia ao abordar sua crise quando jovem.
- 8 Não é de surpreender que a referência ao combate à ideia de suicídio seja uma constante no livro de Austregésilo (1943: 30), que, a certa altura, escreve: “Nenhuma ideia de moléstia deve conduzir-nos ao desejo de morte ou do suicídio; estes anelos ou são interjeições censuráveis, ou fraqueza da alma humana, ou egoísmo. Devemos viver e ter coragem para as estações da existência, isto é, inverno e verão, primavera e outono, que sintetizem os períodos de bom e mau humor, da coragem e dos condenáveis desânimos”.
- 9 No original: “If an extra number of lamps should be interposed in the circuit, then the power of the engine must be increased; else the light of the lamps would be decreased, or give out”.
- 10 No original: “The nervous system of man is the centre of the nerve-force supplying all the organs of the body”.
- 11 No original: “and when new functions are interposed in the circuit, as modern civilization is constantly requiring us to do, there comes a period, sooner or later, varying in different individuals, and at different times of life, when the amount of force is insufficient to keep all the lamps actively burning”.
- 12 No original: “the philosophy of modern nervousness”.

REFERÊNCIAS

Andrade, Carlos Drummond de. (2002). *Carlos e Mário: correspondência entre Carlos Drummond de Andrade e Mário de*

Andrade: 1924-1945. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias.

Andrade, Mário de. (2001) [1931]. Carta de Mário de Andrade a Manuel Bandeira. In: Moraes, Marcos Antonio de (Org.). *Correspondência: Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. 2 ed. São Paulo: Edusp.

Andrade, Mário de. (1927). Carta de Mário de Andrade a Rui Ribeiro Couto. Fundo Rui Ribeiro Couto, Fundação Casa de Rui Barbosa.

Araújo, Ricardo Benzaquen de. (2019). Um grão de sal: autenticidade, felicidade e relações de amizade na correspondência de Mário de Andrade com Carlos Drummond. In: Felgueiras, Carmen; Jasmin, Marcelo & Veneu, Marcos (orgs.). *Zigue-zague: ensaios reunidos (1977-2016)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora PUC-Rio/Editora Unifesp.

Austregésilo, Antonio. (1943). *A cura dos nervosos*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

Beard, Georg Miller. (2015) [1881]. *American nervousness its causes and consequences: a supplement to Nervous Exhaustion (Neurasthenia)*. Facsimile by Forgotten Books. New York: G. P. Putnam's Sons.

Candido, Antonio & Mello e Souza, Gilda de (orgs.). (2009). *Pio & Mário: diálogo da vida inteira. A correspondência entre o fazendeiro Pio Lourenço Corrêa e Mário de Andrade, 1917-1945*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ouro sobre Azul/Sesc SP.

Duarte, Luiz Fernando. (2010). O nervosismo como categoria nosográfica no começo do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 17/suppl.2, p. 313-326.

Duarte, Paulo. (1971). *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Edart.

Guaranha, Denise. (2009). Nota explicativa. In: Candido, Antonio & Mello e Souza, Gilda de (orgs.). *Pio & Mário: diálogo da vida inteira. A correspondência entre o fazendeiro Pio Lourenço Corrêa e Mário de Andrade, 1917-1945*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ouro sobre Azul/Sesc SP.

Lima, Nísia Trindade & Botelho, André. (2013). Malária como doença e perspectiva cultural nas viagens de Carlos Chagas e Mário de Andrade à Amazônia. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 20/3, p. 745-763.

Mello e Souza, Gilda de. (2009). O arcaico e o moderno: história de uma amizade. In: Candido, Antonio & Mello e Souza, Gilda de (orgs.). *Pio & Mário: diálogo da vida inteira. A correspondência entre o fazendeiro Pio Lourenço Corrêa e Mário de Andrade, 1917-1945*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ouro sobre Azul/Sesc SP, p. 15-31.

Miceli, Sergio. (2009). Mário de Andrade: a invenção do moderno intelectual brasileiro. In: Schwarcz, Lilia & Botelho, André (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras.

Moraes, Eduardo Jardim de. (2005). *Mário de Andrade: a morte do poeta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Moraes, Marcos Antonio de (org.). (2001). *Correspondência: Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. 2 ed. São Paulo: Edusp.

Rosenberg, Charles. (2002). The tyranny of diagnosis: specific entities and individual experience. *Milbank Quarterly*, 80/2, p. 237-260.

Roxo, Henrique de Brito Belford. (2010). Nervosismo. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 17/suppl.2, p. 654-668. [Publicado originalmente em *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal*, Rio de Janeiro, n.1-2, p.73-106, 1916]

Simmel, Georg. (2005) [1903]. As grandes cidades e a vida do espírito. Trad. Leopoldo Waizbort. *Mana*, 11/2.

Waizbort, Leopoldo. (2000). *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34.

Zorzanelli, Rafaela Teixeira. (2010). Neurastenia. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 17/suppl.2, p. 431-446.

**MÁRIO DE ANDRADE, SUAS CARTAS E NÓS:
UMA DOENÇA QUE NÃO EXISTE MAIS E A
DOENÇA DOS NOSSOS DIAS**

Resumo

Aborda a identificação de Mário de Andrade (1893-1945) com o diagnóstico médico da “neurastenia” e argumenta que o escritor afirmou sua “vontade forte” ao se reconhecer portador de “nervos fracos”, a principal característica dessa doença. O médico norte-americano Geoge M. Beard (1839-1883) que, em 1869, formulou o diagnóstico de neurastenia, atribuiu sua ocorrência aos tempos modernos e ao excesso de estímulos nervosos nas grandes cidades. A partir dessa reflexão histórica, ensaio uma conexão entre a experiência existencial de Mário de Andrade e a nossa experiência diante de uma doença nova, a Covid-19, fortemente conectada ao capitalismo globalizado e à devastação ambiental e que, se não é uma doença de ordem psiquiátrica, provoca desafios a nossa estabilidade emocional. Assim como Mário foi um exímio escritor de cartas, o texto salienta a importância dos meios contemporâneos de comunicação para a manutenção de laços de sociabilidade e de amizade em tempos difíceis.

Palavras-chave

Neurastenia;
Covid-19;
Mário de Andrade;
identidade;
doença.

**MÁRIO DE ANDRADE, HIS LETTERS AND US:
A DISEASE THAT NO LONGER EXISTS AND
THE DISEASE OF OUR TIMES**

Abstract

The article explores the identification of Mário de Andrade (1893-1945) with the medical diagnosis of “neurasthenia”, and argues the Brazilian writer affirmed his “strong will” from the recognition of having “weak nerves”, the trait of this disease. The American physician Geoge M. Beard (1839-1883) formulated the diagnosis of neurasthenia in 1869. He attributed its occurrence to modern times and large cities. Based on the historical reflection, I suggest a link between Mário de Andrade’s existential experience and our experience in the face of a new disease. The Covid-19 is connected to globalized capitalism and environmental devastation, and it is a disease that challenges our emotional stability. Just as Mário was a good letter writer, I argue that social media can serve to cultivate friendship in difficult times.

Keywords

Neurasthenia;
Covid-19;
Mário de Andrade;
identity;
disease.

- I Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
marciarangelcandido@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3466-000X>
- II Universidade de Brasília (UnB), Instituto de Ciência Política, Brasília, DF, Brasil
danusamarques@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9845-4593>
- III Universidade Federal do ABC (UFABC), Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas e em Planejamento e Gestão do Território, Santo André, SP, Brasil
vanessa.oliveira@ufabc.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-8916-4981>
- IV Universidade de Brasília (UnB), Instituto de Ciência Política, Brasília, DF, Brasil
flaviabirol@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2723-4731>

Marcia Rangel Candido^I
Danusa Marques^{II}
Vanessa Elias de Oliveira^{III}
Flávia Biroli^{IV}

AS CIÊNCIAS SOCIAIS NA PANDEMIA DA COVID-19: ROTINAS DE TRABALHO E DESIGUALDADES*

A pandemia da covid-19 afetou drasticamente a vida em sociedade e a organização dos espaços de convívio coletivo. As condições sociais de produção e reprodução da ciência se transformaram como parte dessa crise global sem precedentes. A exigência de isolamento social provocou a limitação de uso dos espaços universitários, com o impedimento de aulas presenciais ou a alteração nos locais tradicionais de desenvolvimento de pesquisas. Congressos acadêmicos foram cancelados, adiados ou adaptados aos meios virtuais, o que ocasionou rupturas inesperadas também na criação de redes e na comunicação científica tradicional. A despeito de alguns desafios serem mais gerais e comuns em meio à comunidade de cientistas, estudos têm mostrado que há variações substantivas na magnitude dos problemas enfrentados por diferentes perfis de gênero e raça, assim como por pesquisadores/as de distintas subáreas do conhecimento (Myers et al., 2020; Staniscuaski et al., 2020; Breuning et al., 2020; Cui, Ding & Zhu, 2020).

O objetivo do presente artigo é analisar como tal crise repercutiu nas rotinas de trabalho acadêmico de diferentes áreas das ciências sociais no Brasil. O estudo se baseia nos principais resultados de um *survey online* promovido pela Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), com o apoio da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), da Associação Brasileira de Relações Internacionais (Abri), da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Os *surveys* constituem um dos métodos de pesquisa utilizados para identificar características de comunidades acadêmicas, conjunturas e perspectivas de aprimoramento de categorias profissionais (ver, entre outros, Vallejo, 2017). Na ciência política brasileira o método foi empregado antes mesmo da criação de cursos de ensino superior especializados na área, com o intuito de mapear os grupos que se mobilizavam em torno da temática e verificar a possibilidade de reforçar conexões de trabalho entre eles (Michetti & Miceli, 1969).¹ A circulação de questionários também já embasou debates sobre fatores como as desigualdades, as discriminações e as violências no interior de disciplinas (Novkov & Barclay, 2010; Allen & Savigny, 2016; Aktinson et al., 2018; Norris, 2020) ou no âmbito das experiências universitárias de uma maneira geral (Palumbo, 2017; USP Mulheres, 2018).

Mais recentemente, a aplicação de *surveys* nos meios acadêmicos tem colaborado para a apreensão das dificuldades específicas dos espaços de formação educacional e trabalho científico advindas da disseminação da covid-19. Kyle Myers et al. (2020) aplicaram questionários na Europa e nos Estados Unidos e mostraram que há discrepâncias entre grupos por áreas de especialização e gênero: aqueles que necessitam de laboratórios para conduzir projetos tiveram queda mais brusca de dispêndio de tempo gasto em pesquisas, assim como as pessoas com dependentes jovens, especialmente as mulheres, que se viram obrigadas a reorganizar as tarefas de cuidado.

O dado em relação à sobrecarga feminina também apareceu em um levantamento feito no Brasil. A pesquisa “Parent in Science”, centralizada na questão da maternidade e coordenada por Fernanda Staniscuaski (2020), demonstrou que homens brancos sem filhos reportaram menos impactos em produtividade do que mulheres brancas com filhos e mulheres negras, mães ou não. Esse estudo, no entanto, não divulgou especificidades por disciplinas. Marijke Breuning et al. (2020), por outro lado, aplicaram questionários específicos à comunidade de cientistas políticos(as), difundidos pela International Studies Association (ISA). Com maioria de participantes vinculada a instituições estadunidenses, o trabalho salientou que homens e mulheres responderam de modo similar sobre as consequências negativas da pandemia, mas que nas questões abertas as clivagens de gênero puderam aparecer.

As disparidades de gênero e as oscilações entre campos disciplinares também foram exploradas no *working paper* de Cui, Ding e Zhu (2020). Os autores examinaram publicações no maior repositório de *preprints* do mundo, o Social Science Research Network (SSRN), e aferiram incremento de 35% nas submissões de homens e decréscimo de 13,9% na de mulheres.² Ainda que muitas áreas das ciências sociais tenham seguido essa tendência, há contrastes. Para mencionar um, na antropologia a diminuição no envio de trabalhos foi geral, enquanto na ciência política a assimetria entre os gêneros se ampliou, aprofundando a sub-representação das mulheres na autoria de textos e a prevalência dos homens.

Essas informações não necessariamente revelam surpresas às/aos pesquisadoras(es) que lidam com desigualdades. Em um mundo social profundamente marcado por hierarquias de gênero, raça e classe, é previsível que as fases de adversidade acabem por atingir mais algumas parcelas da sociedade que outras. A maturidade dos estudos sobre desigualdades em certas áreas das ciências sociais brasileiras, contudo, contrasta com o tratamento reduzido do tema no debate público entre as comunidades acadêmicas e as agências de fomento e avaliação da produtividade científica. A maior parte dos parâmetros de seleção de profissionais, determinação de qualidade de instituições de ensino e das demais atribuições de trabalho é convencionalizada por critérios de meritocracia, que operam com suposta neutralidade frente às diferenças sociais e pode, por isso, silenciosamente reproduzir vieses.

Para identificar os padrões e as desigualdades no trabalho acadêmico dos(as) cientistas sociais brasileiros(as) durante a pandemia da covid-19, o presente artigo apresenta a metodologia utilizada no survey realizado e os dados do perfil de respondentes, de suas percepções sobre os efeitos da pandemia nas atividades de formação, ensino e pesquisa, bem como das possibilidades de organização do tempo para as funções domésticas e de cuidado. Nele demonstramos que, embora o impacto negativo seja relatado pela maioria dos(as) respondentes, as assimetrias de raça e gênero e as diferenças nas disciplinas de atuação precisam ser consideradas. Ao final, argumentamos que as disparidades evidenciadas pela pesquisa devem ser ponderadas nos processos de avaliação da produtividade dos(as) cientistas sociais brasileiros(as), assim como na promoção da diversidade no mercado de trabalho.

METODOLOGIA

O survey que embasa esta análise, intitulado “O impacto da pandemia nas rotinas de trabalho acadêmico nas ciências sociais”, foi elaborado alguns meses depois de a Organização Mundial da Saúde (OMS) ter decretado ser a covid-19 uma pandemia. A intenção foi produzir rapidamente diagnósticos que pudessem dimensionar quais dificuldades deveriam ser objeto especial de atenção da comunidade. As versões iniciais do questionário foram submetidas a um pré-teste, por meio de sua aplicação em um conjunto de acadêmicos(as) de distintas áreas das ciências sociais. A despeito do caráter coletivo dessa construção, entendemos que a decisão do conteúdo final foi de responsabilidade nossa.

O envio do survey ocorreu por meio virtual entre 10 de junho e 15 de julho de 2020. A divulgação foi realizada nas redes sociais (*e-mail*, Facebook, Instagram e Twitter) de associações profissionais (ABA, ABCP, Abri, Anpocs e SBS), bem como nas páginas de instituições de ensino e pesquisa e nos grupos de WhatsApp de docentes, estudantes e pesquisadores(as). Ao todo, foram computados 1.073 respondentes de todas as regiões do país, em sua maioria (98%) de nacionalidade brasileira. Não podemos desconsiderar o viés de seleção que

o método implica, já que certamente atingiu mais as/os pesquisadoras(es) que compõem nossa rede de contatos. Todavia, levando em conta a capilaridade das redes sociais utilizadas para divulgação do questionário, seu alcance foi significativamente ampliado, o que explica a obtenção de respostas de pesquisadores(as) de todo o país.

Mesmo assim, ressaltamos que nossa amostra não é estatisticamente representativa da população de acadêmicos de ciências sociais. Nas condições atuais de pesquisa social em formato remoto e emergencial, optamos por um *survey online* com difusão pelas principais associações científicas dos grupos que buscamos atingir, mantendo o escopo de respostas aberto a profissionais de vínculos variados com a academia. Ainda que a maioria de nossos(as) respondentes tenha declarado pertencimento aos quadros docentes e discentes de universidades nacionais, a pluralidade das demais respostas impede a produção de mais generalizações. No Anexo 1 apresentamos os números brutos e as proporções de estudantes e professores de instituições de pós-graduação do país. Esses dados nos auxiliam a ter uma noção da extensão da comunidade de cientistas sociais no Brasil, enquanto os resultados do questionário apresentam indícios importantes para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre as consequências da pandemia nas atividades de trabalho acadêmico, a partir de um retrato parcial desse perfil de trabalhadores(as).

As perguntas buscaram avaliar aspectos particulares da organização das atividades acadêmicas em meio às novas formas de socialização que surgiram com as medidas de isolamento social. Para tal, separamos o questionário em duas ênfases, uma voltada para as características pessoais dos(as) respondentes e outra direcionada às práticas de trabalho. Para a dimensão de raça/cor, empregamos a autodeclaração racial baseada nas categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou seja, branca, amarela, indígena, preta ou parda, além das opções outra e NR, para quem preferisse não responder. O gênero, como atributo socialmente construído, foi mensurado a partir das alternativas feminino, masculino, outro e NR.

RESULTADOS

Perfil dos(as) respondentes

As grandes áreas das ciências sociais tiveram trajetórias de institucionalização e expansão diferenciadas no Brasil. A ciência política e as relações internacionais (CP&RI), que nas avaliações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) são consideradas conjuntamente, somam o maior quadro de programas de pós-graduação (profissionais e acadêmicos), seguidas da sociologia e da antropologia.³ Essa informação é relevante para a comparação entre o conjunto de respostas que tivemos e a composição das disciplinas que desejamos observar. No que toca aos campos de concentração de trabalho, o *corpus* da pesquisa reproduziu igual ordenação quantitativa dos

programas de pós: em primeiro lugar, foi mais numerosa a participação dos profissionais da ciência política (n = 274) e das relações internacionais (n = 182), que juntos totalizaram 456 pessoas ou 43% da amostra. Em seguida, a sociologia contou com 334 respondentes e perfaz 31% dos grupos analisados. A antropologia, por sua vez, atingiu 232 respondentes, correspondendo a 22%; e, por fim, o rótulo outros agrupou 5% do total, 51 casos provenientes de 21 disciplinas diferentes das humanidades.

Para o quesito local de residência, o paralelo com a presença de instituições de formação e pesquisa também é possível. Em ordem decrescente, os/as respondentes da pesquisa declararam domicílio no Sudeste (49%), Nordeste (18%), Sul (17%), Centro-oeste (10%) e Norte (5%), o que representa padrão similar ao da distribuição dos programas de pós-graduação nas grandes áreas das ciências sociais pelo país,⁴ ainda bastante desigual. Os casos de moradia no exterior foram minoritários (2%). A maioria desses(as) respondentes é composta de doutores(as) (47%), doutorandos(as) (24%) ou mestrandos(as) (15%), com parcela diminuta de mestres(as) (8%) e graduados(as) (6%). Associa-se a esses dados a predominância de indivíduos que afirmaram vínculo de trabalho no meio acadêmico, fator que é condizente com o público-alvo que este estudo buscou alcançar. A Tabela 1 apresenta as principais ocupações que cada participante declarou em uma pergunta com múltiplas respostas, cuja totalidade pode ser consultada no Anexo 2 deste artigo. Dominam entre os/as respondentes as atividades docentes e discentes de pós-graduação, apesar de muitos(as) também indicarem outras atividades acadêmicas dispersas, aqui agrupadas na categoria outros.

Ocupação	N	%
Docente de universidade pública	345	32,2
Estudante de pós-graduação bolsista	275	25,6
Estudante de pós-graduação sem bolsa	173	16,1
Outras categorias*	538	50,4
Total	1.331	—

Tabela 1
Ocupação dos/as respondentes

N = 1.073. Percentuais calculados em relação ao N e não às respostas, posto que se trata de variável de múltipla escolha.

* Há 17 categorias com menos de 10%. Para detalhamento, cf. a tabela completa no Anexo 2.

Fonte: as autoras com base em dados do survey

“O impacto da pandemia nas rotinas de trabalho acadêmico nas ciências sociais”.**

** Aqui e em todos os gráficos, anexos e demais tabelas (em que essa informação não aparecerá) à exceção do Anexo 1, cuja fonte está informada.

Em relação à instituição de origem ou de atuação, 82% dos(as) respondentes afirmaram vínculo com universidades públicas, 12% com universidades privadas, e 6% manifestaram não se enquadrar em nenhuma das duas categorias. Mais uma vez, o resultado parece dar conta da conjuntura brasileira, em que as instituições públicas concentram grande parte dos programas de pós-graduação bem qualificados nas avaliações nacionais, assim como são as principais responsáveis por produtividade em pesquisas científicas. Vale mencionar que os/as respondentes do estudo pertenciam a pelo menos 51 universidades, além de 14 casos com filiação a instituições estrangeiras.

As características dos(as) respondentes, de acordo com categorias socialmente construídas, mostraram severas assimetrias entre os grupos que constituem as comunidades das ciências sociais. Pretos(as) e pardos(as), parcela majoritária da população brasileira, frequentemente somados(as) em negros(as) pelo fato de partilhar condições socioeconômicas, ficaram sub-representados(as) em todas as grandes áreas das humanidades que apareceram nos resultados do *survey*. Por outro lado, indígenas e amarelos(as) não chegaram a compor nem 1% do total analisado. Na Tabela 2 (na página seguinte) é possível constatar como cada perfil racial figurou entre os/as respondentes das disciplinas analisadas. Para facilitar a discussão que será apresentada a seguir, agrupamos as categorias parda, preta, amarela e indígena, além da resposta outra no rótulo não branco. Justificamos essa ação pela oposição dominante dos brancos, que são maioria mesmo diante da soma de todos os outros grupos raciais.

Essas desigualdades não constituem aspecto particular à demografia dos(as) respondentes de nosso questionário. Em um estudo sobre diversidade nas ciências sociais, que se restringiu à análise de professores(as) de pós-graduações, a assimetria entre brancos(as) e o somatório de pretos(as) e pardos(as) se mostrou ainda mais profunda (Candido, Feres & Campos, 2019). A presença considerável de estudantes que ainda não desfrutaram de posição estável no mercado de trabalho pode ser um diferencial que pesa para a maior representatividade de pessoas pretas e pardas entre os/as participantes do *survey*, quando comparadas a suas baixas proporções nos quadros docentes.

O mesmo não necessariamente é válido para a distribuição de gênero na amostra. A presença de estudantes pode ter influenciado a maior parcela feminina no total de respondentes mesmo em áreas nas quais elas são minoritárias como professoras na pós-graduação, tais quais a ciência política e a sociologia (Candido, Feres & Campos, 2019). Nota-se, como apresentado no Gráfico 1 (na página seguinte), que mesmo no caso das mulheres não brancas, severamente sub-representadas como docentes em todas as disciplinas que analisamos, há significativa proporção de participantes, que chega a exceder os respondentes homens brancos na sociologia.

Raça/ Área CS	Sociologia	Ciência política	Antropologia	Relações internacionais	Outras áreas	Total da amostra
Branca	62	71,9	72,8	76,4	68,6	69,6
Parda	22,2	18,2	15,5	14,3	23,5	18,5
Preta	13,8	8,8	7,3	5,5	3,9	9,2
Amarela	1,2	0,7	0,9	-	3,9	0,9
Indígena	-	-	0,9	-	-	0,2
Total	100	100	100	100	100	100
N	331	273	226	175	51	1.056

Tabela 2

Raça dos(as) respondentes por área das ciências sociais (%)

N = 1.056 (foram excluídas as não respostas/outras raças).

Essas desigualdades não constituem aspecto particular à demografia dos(as) respondentes de nosso questionário. Em um estudo sobre diversidade nas ciências sociais, que se restringiu à análise de professores(as) de pós-graduações, a assimetria entre brancos(as) e o somatório de pretos(as) e pardos(as) se mostrou ainda mais profunda (Candido, Feres & Campos, 2019). A presença considerável de estudantes que ainda não desfrutam de posição estável no mercado de trabalho pode ser um diferencial que pesa para a maior representatividade de pessoas pretas e pardas entre os/as participantes do survey, quando comparadas a suas baixas proporções nos quadros docentes.

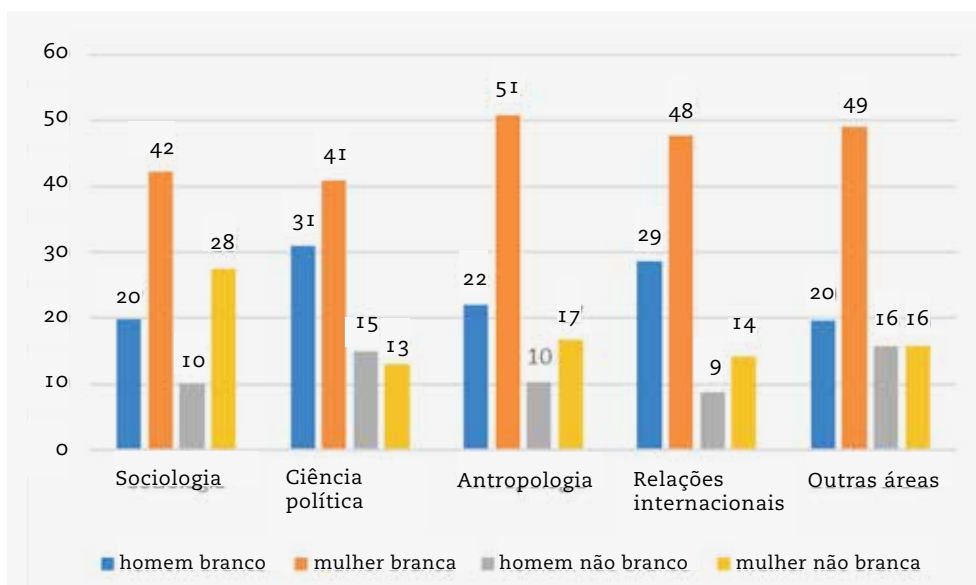


Gráfico 1

Raça e gênero dos(as) respondentes por grande área das ciências sociais (%)

N = 1.073 (foram excluídas as não respostas).

As últimas duas informações que desejamos destacar sobre o perfil social dos respondentes dizem respeito à faixa etária e ao número de filhos(as). Foram mais recorrentes na amostra as idades de 25 a 34 anos (40%) e de 35 a 44 anos (29%), seguidas pelas faixas de 45 a 54 anos (13%), de 18 a 24 anos (8%), de 55 a 64 anos (7%) e de 65 anos ou mais (4%). Embora tenham sido majoritárias as faixas etárias que concentram a maior parte do período reprodutivo, o percentual de respondentes com filhos(as) em nosso estudo não foi alto. Pelo contrário, 65% dos(as) participantes declararam não ter crianças. O dado é relevante principalmente por duas razões: em primeiro lugar, sugere uma baixa taxa de natalidade entre acadêmicos(as) das ciências sociais, que pode ser ponderada pela diferença de estágios de progressão de carreira. Conforme veremos no restante dos resultados apresentados, a proporção de cientistas sociais da amostra que são mães ou pais é maior entre pessoas com doutorado: dos(as) 1.073 respondentes, 356 (33,2%) têm filhos(as), sendo que 66,4% dessa parcela é formada por doutores(as). Dos(as) doutores(as), 52,7% têm filhos(as), enquanto a quantidade de respondentes não chega a 30% em nenhuma das outras titulações anteriores, e a menor frequência, 21,3%, é entre doutorandos(as).

Em segundo lugar, o dado também ressalta a necessidade de os estudos sobre desigualdades na composição dessas disciplinas darem mais preponderância à divisão sexual do trabalho, que não se reduz somente à questão da maternidade (Biroli, 2016). Muitas pesquisas têm contribuído para demonstrar que as mulheres mães são penalizadas por sistemas de avaliação de produtividade que não consideram a licença maternidade, nem o cuidado com as crianças (Staniscuaski et al., 2020). Há também, no entanto, outros aspectos de organização da vida doméstica e da família que tornam mais oneroso o desenvolvimento de carreira para o gênero feminino – assim como pode haver mesmo um modo de organização da vida acadêmica que imponha a escolha entre ela e a maternidade (Castro & Chaguri, 2020).

IMPACTO DA PANDEMIA NAS ROTINAS DE TRABALHO ACADÊMICO

Impacto na rotina de trabalho

Embora a maioria dos(as) participantes do *survey* tenha relatado que a pandemia impactou negativamente suas rotinas de trabalho acadêmico, os resultados referentes aos/às mais afetados(as) variaram conforme os perfis sociais de gênero e raça, como mostra o Gráfico 2 (na página seguinte). Pessoas autodeclaradas pretas, pardas, amarelas e indígenas, agrupadas na categoria não brancos(as), são as que mais indicaram a opção “muito negativamente” para qualificar as consequências da covid-19 – 29% tanto de homens quanto de mulheres optaram por tal item. Entre a pequena parcela que declarou consequências positivas, por sua vez, esse grupo também foi mais recorrente, sendo 10% tanto para homens quanto para mulheres.

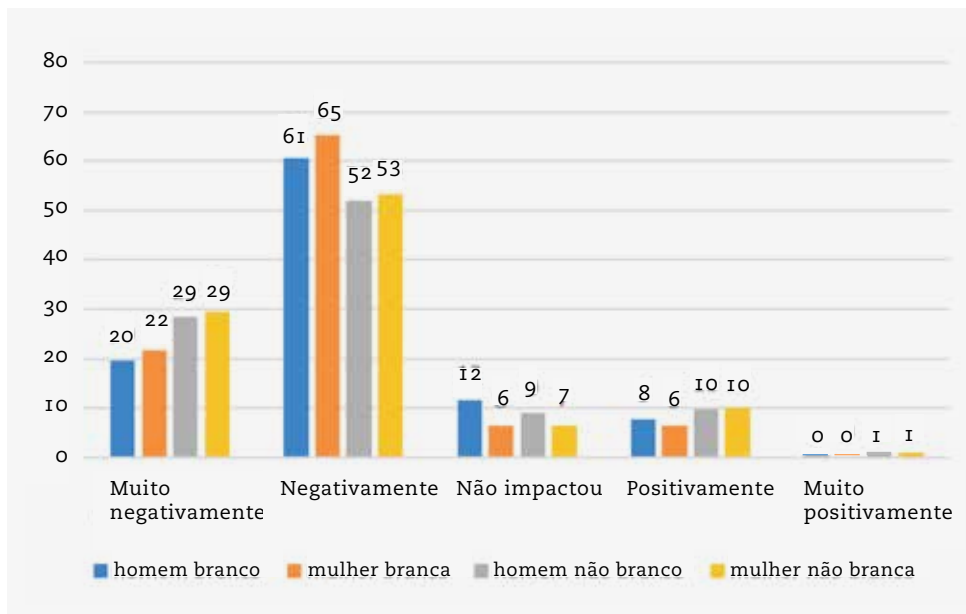


Gráfico 2

Respostas à pergunta “Como você acha que a pandemia impactou seu trabalho acadêmico?” por gênero e raça (%)

A percepção generalizada de que a pandemia prejudicou o trabalho de cientistas sociais brasileiros(as) se alinha com a pesquisa de Marijke Breuning et al. (2020), que encontrou igual resultado para cientistas políticos(as), em sua maioria, estadunidenses. Nossos dados, tal como os de Breuning et al., mostram que homens e mulheres relatam impactos negativos da covid-19 em sua vida profissional. No trabalho das autoras, no entanto, as diferenças de gênero só puderem ser mais evidenciadas a partir do conteúdo das questões abertas, nas quais o grupo feminino acabou descrevendo detalhes de sobrecarga nas atividades da esfera privada. Mais à frente, demonstramos oscilações que apareceram em nossas questões fechadas, especialmente no que toca ao uso do tempo.

Em termos de estágios da carreira acadêmica, também não houve diferença no predomínio geral das respostas: em todos os casos a percepção de que a pandemia foi negativa para as rotinas de trabalho é dominante. Há, contudo, leve oscilação na frequência dos(as) que consideraram os impactos “muito negativos”. Essa opção foi mais recorrente entre os/as pós-graduandos(as), sendo 36% das respostas de mestrandos(as) e 25% das escolhas dos(as) doutorandos(as) – o que é compreensível, considerando o tempo mais curto para a conclusão do mestrado, a instabilidade inicial das posições dos programas de pós quanto às estratégias

de continuidade das aulas e dos prazos, bem como a insegurança que rege os/as estudantes no tocante à duração de bolsas de pesquisa. Os/as graduados(as) vieram logo em seguida, com 23%, os/as mestres(as) com 22%, e os/as doutores(as), com 18%. Este último grupo foi o que mais declarou ter sentido impacto positivo, tendo totalizado 10% nessa resposta, resultado que se aproxima apenas dos referentes a graduados(as), com 9%. Doutorandos(as), mestres(as) e graduandos(as) quase não qualificaram os efeitos da pandemia em sua rotina de trabalho acadêmico como algo positivo. Fato é que a soma daqueles(as) que consideram que a pandemia afetou “muito negativamente” ou “negativamente” é alta entre todos(as) os/as respondentes das categorias mencionadas. Os totais chegam a valores superiores a 80%, sendo que superam os 90% no caso dos(as) mestrados(as) e ficam próximo a isso entre os/as doutorandos(as).

A Tabela 3 apresenta os principais impactos da pandemia nas rotinas de trabalho dos(as) acadêmicos(as) respondentes. A covid-19 e o isolamento social afetaram o trabalho dos(as) cientistas sociais, em primeiro lugar, em função do aumento do dispêndio de tempo com o cuidado da casa e/ou de familiares (61%). A desorganização na rotina provocada pela pandemia foi demarcada como um empecilho ao cumprimento de prazos de 44% dos(as) entrevistados(as) e também gerou incertezas em relação ao futuro para 38%. Além de incremento nas tarefas domésticas, foi relatado aumento nas demandas de trabalho acadêmico (35%) e administrativo (24%).

As demais consequências percebidas pelos(as) cientistas, em geral, se referiram a incertezas em relação a seu planejamento da carreira ou indicaram alterações custosas nos cronogramas e nas práticas usuais de trabalho. A Tabela 3 mostra as respostas mais recorrentes, indicadas por mais de 20% dos(as) respondentes.

Impacto da pandemia no trabalho	%
A pandemia prejudicou minha organização para trabalhar, pois gasto mais tempo cuidando da casa e/ou da família	61
A pandemia provavelmente me fará não cumprir prazos, porque afetou globalmente minha organização do trabalho	44
A pandemia mudou minhas perspectivas de futuro, pois não sei como serão os prazos da pós-graduação	38
A pandemia aumentou minhas demandas de trabalho acadêmico	35
A pandemia adiou concursos públicos que eu ia tentar	25
A pandemia aumentou minhas demandas de trabalho administrativo	24

Tabela 3
Principais impactos da pandemia nas rotinas de trabalho
 N = 1.073.

Poucos(as) respondentes⁵ disseram ter contraído a covid-19,⁶ e alguns/algumas não se identificaram com as opções elencadas pelo questionário, tendo espontaneamente manifestado efeitos negativos em termos de saúde mental no espaço para respostas abertas. Como se pode constatar, para os/as participantes da pesquisa a pandemia não representou ganhos nos modos de organização da vida social. O único fator que pode ser lido como ambivalente trata do apontamento de que o tempo para escrever artigos melhorou para 12% dos(as) respondentes.

A observação desse mesmo dado cruzado com gênero e raça mostra variações que devem ser ressaltadas, como indicado no Gráfico 3 (na página seguinte). As mulheres têm suas rotinas de trabalho significativamente mais afetadas pela pandemia e percebem um aumento das demandas acadêmicas de maneira mais intensa do que os homens brancos. As mulheres brancas, por seu turno, relatam sentir mais os efeitos da covid-19 em relação a questões de cuidado do que as mulheres não brancas, ainda que a diferença entre elas seja pequena. Sobre a rotina de trabalho acadêmico daqueles(as) que ainda estão na pós-graduação ou já a terminaram, mas não estão inseridos(as) no mercado de trabalho, as mudanças com a chegada do novo coronavírus afetaram sobremaneira as perspectivas das mulheres não brancas: quase metade respondeu que sentiu impacto nas percepções sobre o futuro.

Os homens não brancos oscilaram no padrão de respostas. Ora se aproximaram das mulheres brancas e não brancas, ora dos homens brancos. O que mais sobressai, todavia, é a tendência apresentada pelos homens brancos: eles foram os que menos sentiram alteração nas demandas de trabalho, os que mais tiveram estágios no exterior interrompidos e, especialmente, os que mais consideraram que a pandemia melhorou o tempo para a produção de artigos, pois não era necessário dar aulas. Enquanto esta última opção representou 18% das escolhas dos homens brancos, ela foi de 11% para mulheres brancas e homens não brancos, e de 7% para mulheres não brancas. Vale salientar, no entanto, que esse quadro pode ser distinto agora, no segundo ano da pandemia, quando muitas universidades retomaram suas aulas pelo modo remoto. No momento em que o survey foi aplicado, a maior parte delas estava com as aulas suspensas.

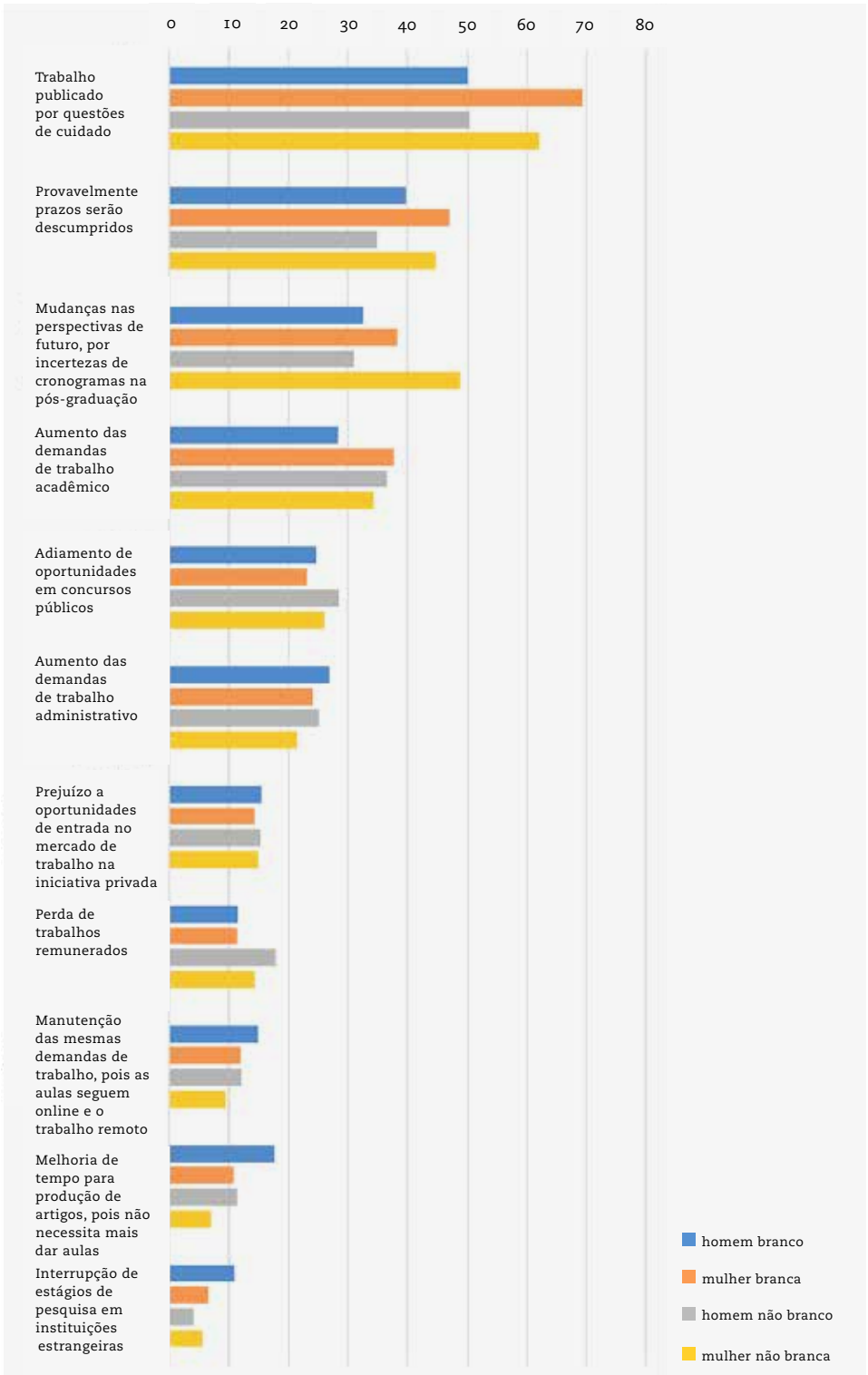


Gráfico 3
Itens mais indicados sobre as rotinas de trabalho acadêmico durante a pandemia de acordo com gênero e raça (%)

Impacto nas pesquisas

A pandemia e o isolamento social prejudicaram as técnicas de pesquisa de 51% dos(as) respondentes. Mas isso se deu de maneira variável, segundo a área e os métodos investigativos adotados. A antropologia foi a disciplina mais afetada, com 79% dos(as) pesquisadores(as) indicando ter tido problemas para dar continuidade a suas pesquisas, seguida das outras áreas (61%), da sociologia (58%), da ciência política (38%) e das relações internacionais (21%). Para a parcela que manifestou tal problema, o questionário instituiu uma seção aberta para sinalizar quais métodos específicos tinham sido impossibilitados. Deles, os mais recorrentes foram: entrevistas (21%), pesquisa de campo (13%), etnografia (11%), observação participante (10%), grupos focais (3%), pesquisa em acervos (2%) e aplicação de questionários (2%). O restante variou enormemente, e não chegou a atingir, cada um, 1% da amostra.

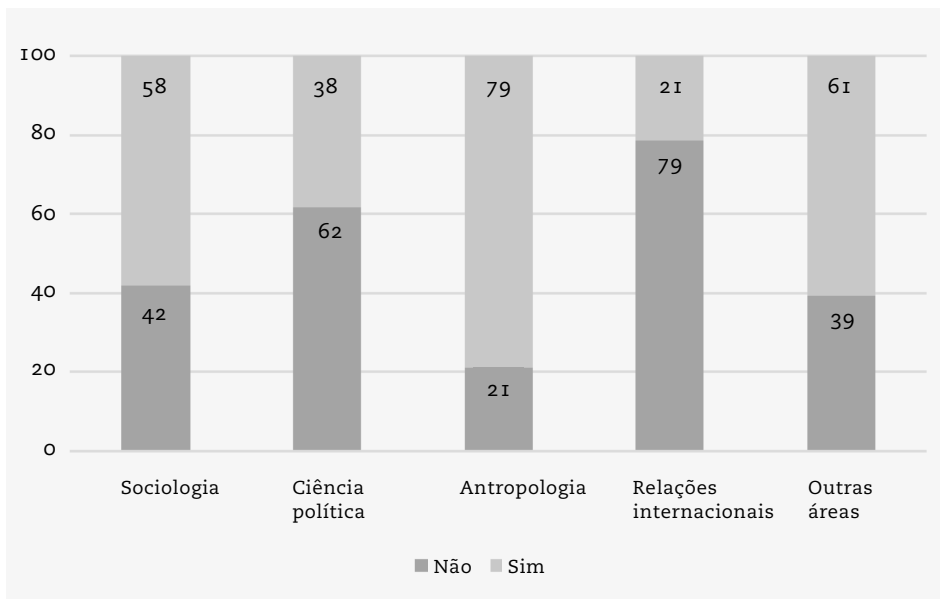


Gráfico 4
Pandemia e problemas com técnicas de pesquisa em grandes áreas das ciências sociais (%)

Impacto na produtividade

A produtividade foi afetada de maneira variável, de acordo com gênero e raça. Tal quesito foi analisado por um conjunto de atividades que compõem o cotidiano de trabalho dos(as) pesquisadores(as), entre elas: produção de artigo científico e resenha, livro ou capítulo de livro, texto em meios de comunicação voltados para o grande público, editoração, produção de pareceres etc. Quando consideramos a produção de artigos científicos, que é um aspecto central da carreira de pesquisadores(as) e da avaliação dos programas de pós-graduação, as mulheres não brancas apresentam proporções menores de produtividade do que os demais grupos (32%), ao passo que os homens brancos apresentaram os maiores níveis de produção (42%). Isso se repete quando são considerados capítulos de livros e ensaios em jornais ou revistas. São as mulheres não brancas, também, que apresentam a maior incidência de respostas indicando que não produziram no período, seguidas pelas mulheres brancas, como se pode ver no Gráfico 5.

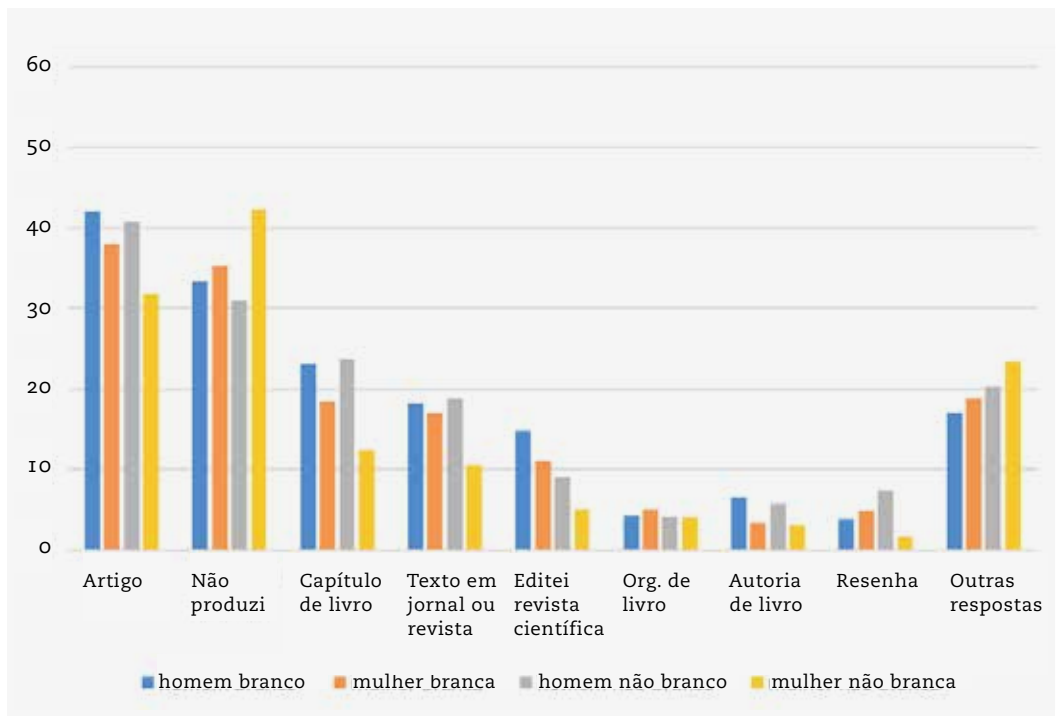


Gráfico 5
Pandemia e produtividade acadêmica por gênero e raça (%)

A pesquisa também comparou respondentes com ou sem filhos(as), e os dados mostram que a produtividade dos(as) respondentes que têm filhos(as) é, em média, maior do que aquela do conjunto de respondentes que não têm filhos(as) ou não indicou se é pai ou mãe. A submissão de artigos de respondentes que têm filhos(as) foi de 41%, e a de pessoas sem filhos(as), de 36%. Por outro lado, entre as pessoas que têm filhos(as), 33% afirmaram não ter produzido nada no período, enquanto respondentes com filhos(as) indicaram um percentual maior, de 37%. Esses resultados poderiam refletir a idade e o patamar de carreira dos(as) respondentes. Assim, controlamos o impacto da pandemia na produtividade pela atividade de cuidado de crianças (e não apenas ser pai ou mãe) e também de cuidado de idosos. Essa análise mostra que há de fato impacto negativo do trabalho de cuidado de dependentes durante a pandemia na produtividade, como se vê no Gráfico 6.

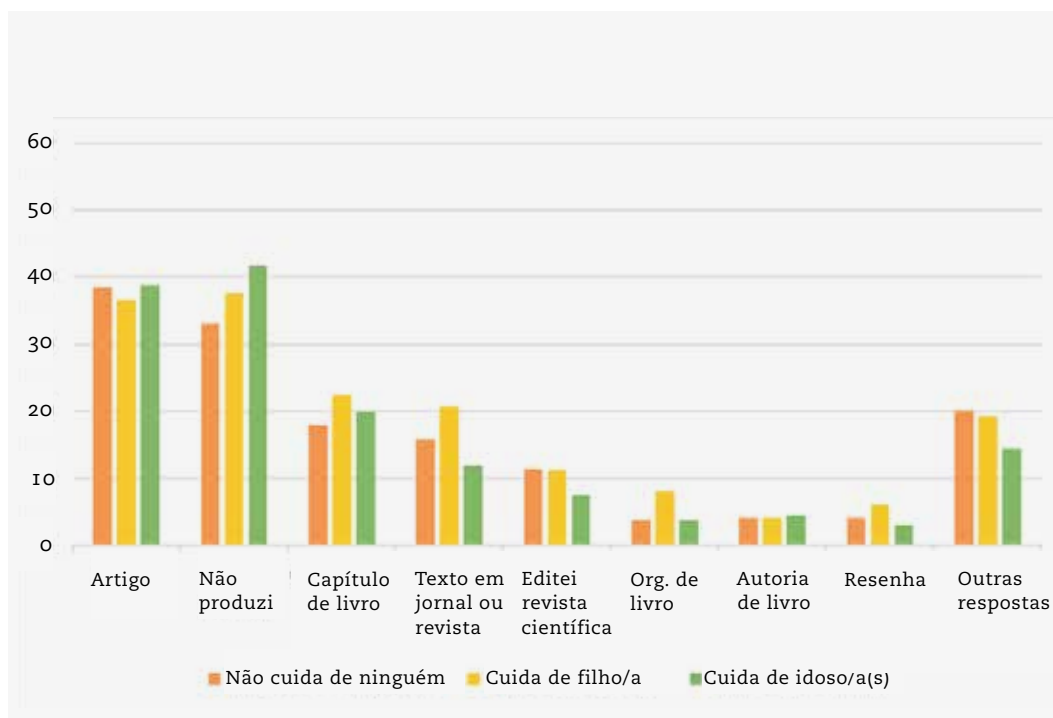


Gráfico 6

Pandemia, produtividade e cuidado entre todos(as) os(as) respondentes (%)

A distribuição dos tipos de produção varia bastante, mas é importante notar que as pessoas que cuidam de idosos são aquelas que mais indicaram que não produziram nada no período (41,9%), diferentemente das pessoas que não exercem atividades de cuidado (33,2%).

Entre docentes de universidades públicas e privadas, que constituem 40,8% de nossa amostra e 59,6% dos(as) respondentes com filhos(as), embora os dados apontem algumas diferenças entre quem exerce cuidado e quem não exerce, não é possível afirmar que haja uma relação estatisticamente significativa entre cuidar de crianças ou idosos(as) e um efeito negativo na produtividade (Gráfico 7). A pressão sobre os/as docentes para que mantenham níveis de produtividade altos talvez chegue a ter outros efeitos, como a estafa, em momento no qual o trabalho doméstico e de cuidado se ampliou. No grupo de docentes, 73,8% indicaram aumento do trabalho doméstico, o que se eleva para 80,5% no caso dos docentes que cuidam de filhos(as). O acesso a lazer é que parece ser mais impactado nesse caso, segundo dados que serão apresentados mais adiante.

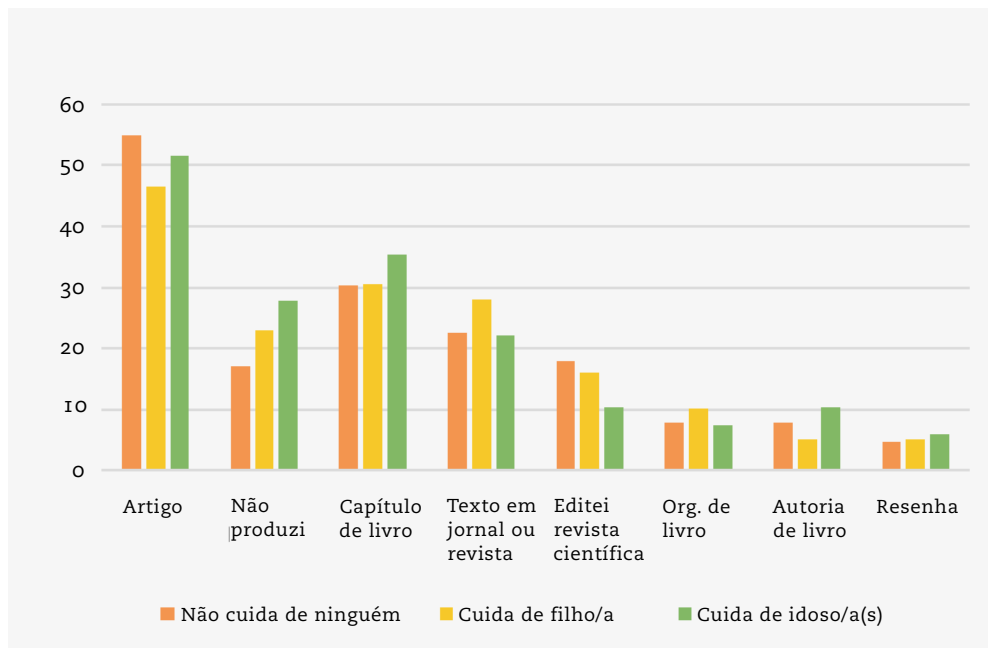


Gráfico 7
Pandemia, produtividade e cuidado entre os/as respondentes docentes (%)

O impacto negativo do cuidado de crianças e idosos(as) na pandemia tem efeito mais presente entre respondentes que não são docentes (o que concentra principalmente pós-graduandos(as), que são 33,7% da amostra e metade dos casos de não docentes entre os/as respondentes). Entre eles(as), a principal categoria indicada é “não produzi nada nesse período de pandemia”, sendo marcante a distância entre as pessoas que exercem tarefas de cuidado e as que não cuidam de alguém, como se percebe no Gráfico 8.

Uma importante observação é que, quando controlamos os dados pela área de atuação nas ciências sociais, não identificamos variação entre elas. Assim, pode-se dizer que o trabalho de cuidado afeta cientistas sociais de todas as áreas, sendo o efeito negativo na produção acadêmica mais presente entre os/as respondentes que não são docentes de universidades públicas e privadas. De todo modo, também é relevante ponderar que a pressão por produtividade é diferenciada entre estudantes e professores(as). Mesmo que os/as discentes precisem construir um currículo para conquistar oportunidades profissionais, não estão sujeitos(as) às demandas exigidas dos(as) docentes, que são avaliados(as) por agências de fomento.

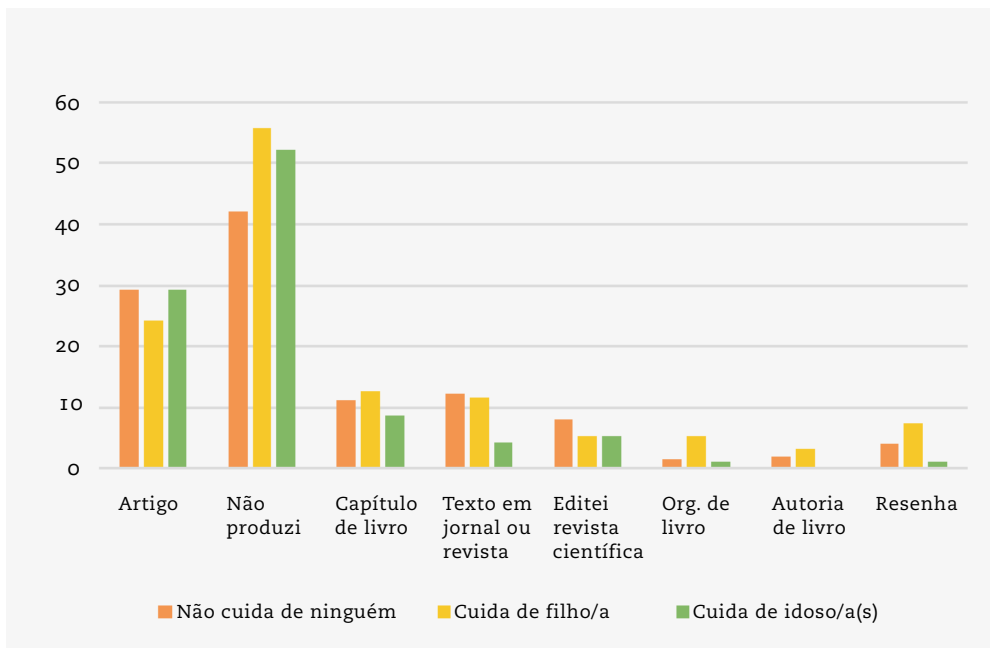


Gráfico 8

Pandemia, produtividade e cuidado entre os/as respondentes não docentes (%)

IMPACTO DA PANDEMIA NAS TAREFAS DOMÉSTICAS E DE CUIDADO

Impacto na rotina doméstica

Entre os/as respondentes, há a percepção geral de que o trabalho em casa é pior, não importa o pertencimento de raça/cor ou gênero. A taxa que avalia negativamente o trabalho em casa é de 63% para homens e 65% para mulheres; de 65% entre brancos(as) e 62% entre não brancos(as).

Há um relato comum de maior cansaço, em função dos longos períodos em frente ao computador, na rotina dos(as) pesquisadores(as) das ciências sociais na pandemia. Da mesma forma, esses profissionais declaram dificuldade para organizar o tempo – em média, 50% apresentam tal percepção. Quando o dado é controlado por gênero, uma diferença importante reaparece aqui: a questão do cuidado. Mulheres brancas e não brancas indicam maior dispêndio de tempo para atividades de cuidado do que os homens, e a desigualdade é significativa, conforme indicam os dados do Gráfico 9 (na página seguinte).

Em oposição àqueles(as) que consideram o trabalho em casa pior, um pouco mais de 20% afirmaram que “se concentram melhor em casa” e/ou que “a estrutura da minha casa é melhor para trabalhar”. Em porcentagem um pouco inferior, pesquisadores(as) manifestaram que organizam melhor o seu tempo com o trabalho. Mais de 30% declararam que economizam o tempo do trânsito e, portanto, podem trabalhar mais. Homens relatam mais do que mulheres o fato de que o trabalho em domicílio durante a pandemia é bom, pois possibilita passar mais tempo com os/as filhos(as). Possivelmente, os homens estavam mais fora de casa do que as mulheres antes da difusão do novo coronavírus e por isso percebem de maneira distinta a possibilidade de estar mais tempo com os/as filhos(as).

A desigualdade do impacto da covid-19 na rotina doméstica aumenta quando comparamos respondentes com ou sem filhos, sobretudo em três aspectos: o trabalho doméstico aumenta mais para os/as cientistas sociais com filhos(as) (73%) do que para quem não os/as têm (64%); como era de esperar, pais e mães gastam muito mais tempo com atividades de cuidado (53%) do que quem não tem filhos(as); e o cuidado com os/as filhos(as) dificulta a concentração para 47% dos(as) respondentes.

A necessidade de cuidados com os/as filhos(as) é maior para quem tem crianças pequenas, e o tempo gasto com o cuidado tende a diminuir com crianças maiores ou adolescentes. Pesquisadores(as) em estágios mais avançados da carreira podem ser, assim, menos afetados(as), na pandemia, pelo tempo gasto com os cuidados de filhos(as) ou pelas dificuldades de concentração.

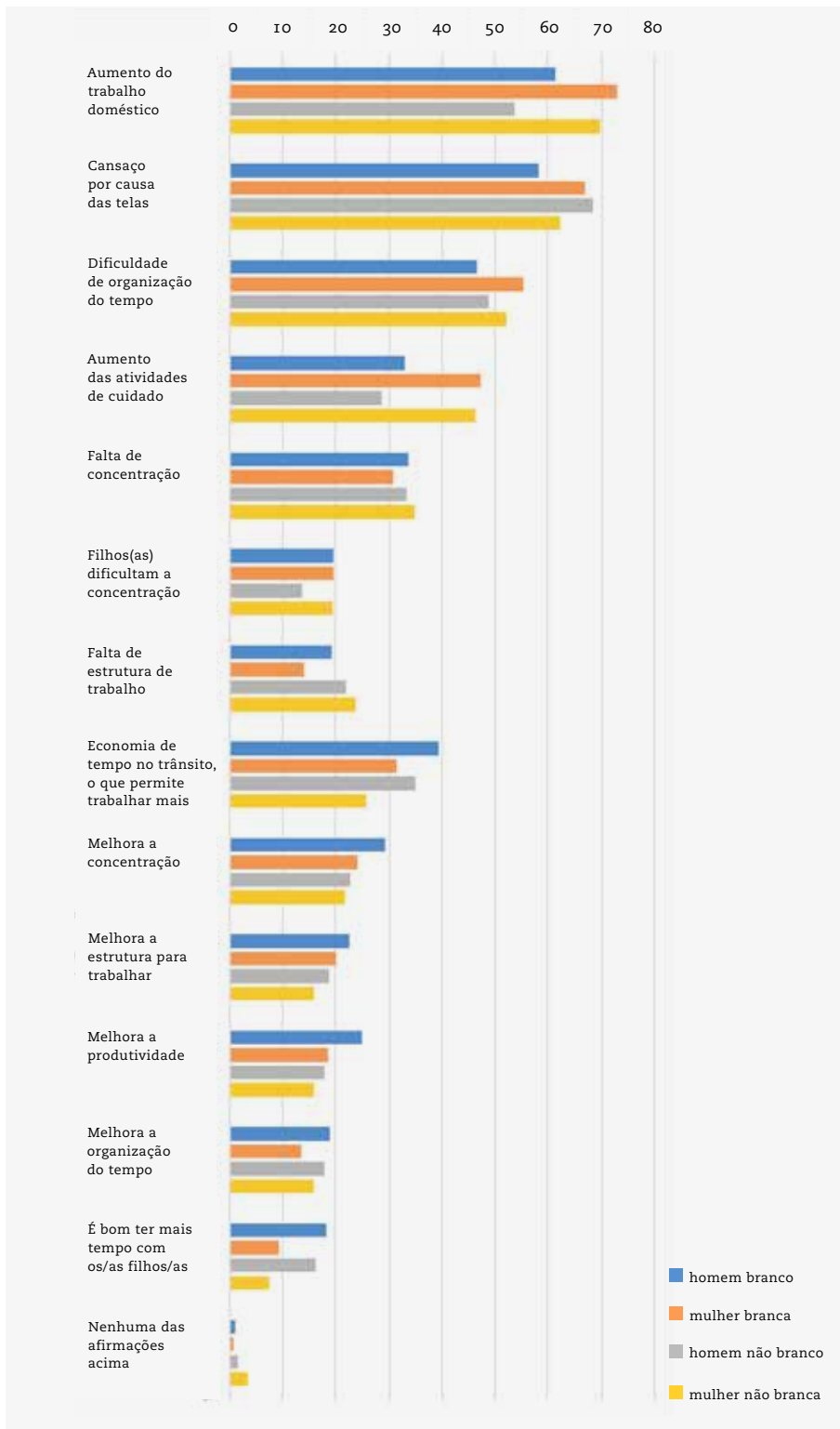


Gráfico 9

Itens mais indicados na avaliação do trabalho em casa de acordo com raça e gênero (%)

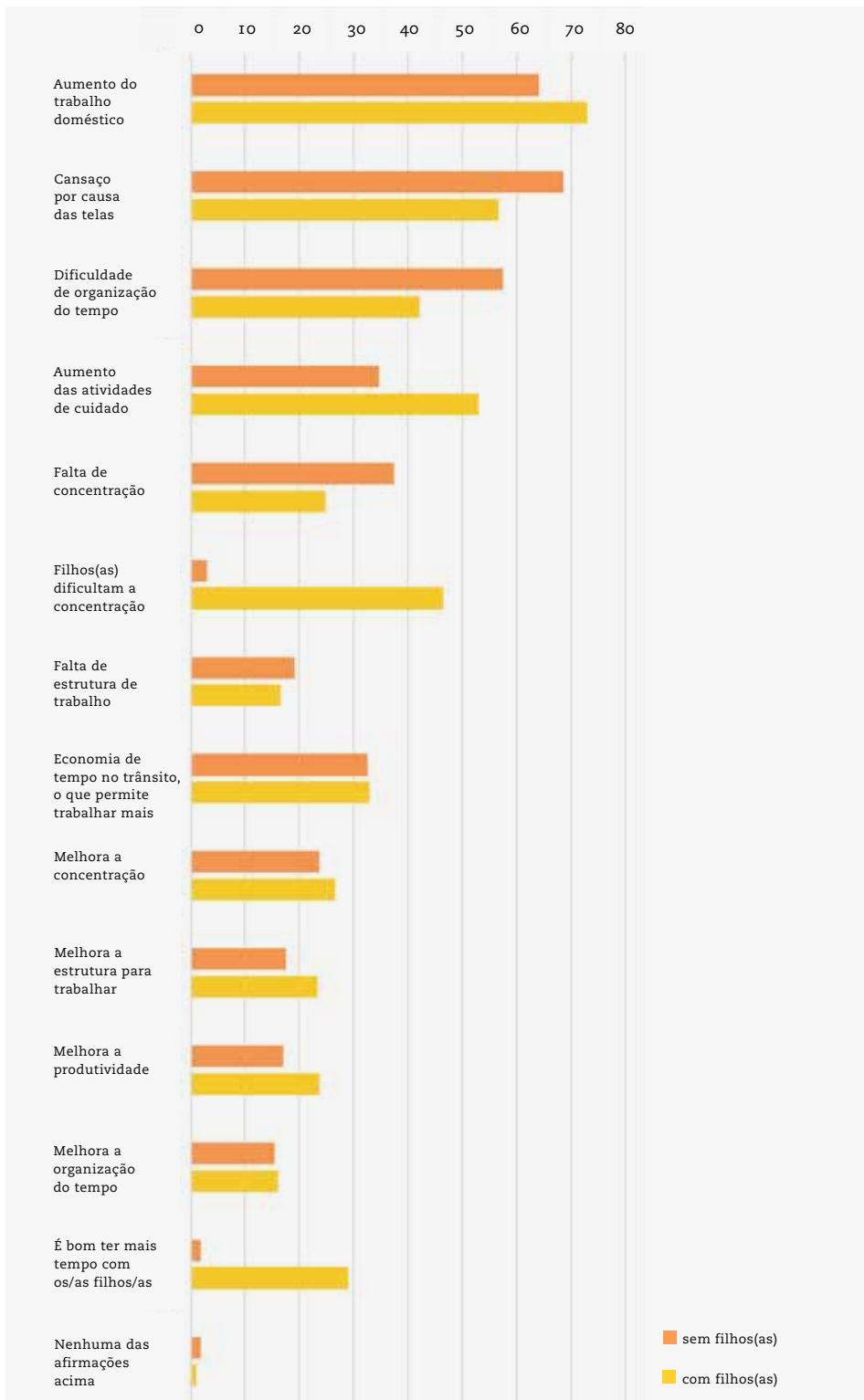


Gráfico 10
Itens mais indicados na avaliação do trabalho de casa de acordo com as pessoas com e sem filhos(as) (%)

Os dados do Gráfico 11 mostram que cientistas sociais gastam, em geral, até quatro horas diárias com tarefas domésticas. Homens gastam, em sua maioria, até duas horas, ao passo que as mulheres, brancas e não brancas, informam gastar entre três e quatro horas. Isso indica que as mulheres respondentes gastam, em média, o dobro das horas de trabalho doméstico do que os homens – dado que acompanha os achados das pesquisas de uso do tempo realizadas no país. Segundo o IBGE (2018), mulheres dedicam pouco mais do que o dobro de horas semanais ao trabalho doméstico (21,3 horas) do que homens (10,9 horas). Chama a atenção o fato de que quase 20% das mulheres não brancas declararam gastar entre cinco e seis horas por dia com tarefas domésticas, o que com certeza impacta o tempo dedicado ao trabalho acadêmico.

Entre mulheres brancas, não brancas e homens não brancos, 56,5% relataram gastar entre três e seis horas diárias com trabalho doméstico. Essa média cai bastante quando se consideram apenas os homens brancos: 41,3% dizem gastar entre três e seis horas em trabalho doméstico, e a maioria deles (55,3%) se concentra na opção “até duas horas” de trabalho doméstico diário.

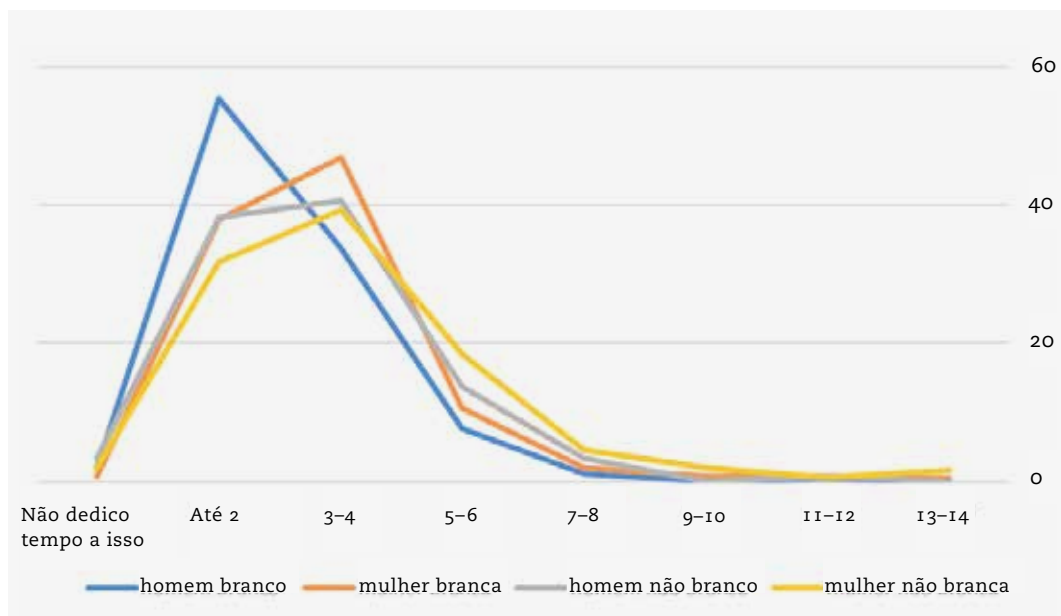


Gráfico 11

Uso do tempo (em horas) em tarefas domésticas por raça e gênero (%)

O padrão não se altera quando observamos o tempo gasto em tarefas de cuidado (Gráfico 12). Homens brancos são aqueles que mais informam não dedicar tempo a isso, e mulheres não brancas as que menos concordaram com essa afirmação. Cerca de 40% dos entrevistados afirmaram dedicar até duas horas por dia às tarefas de cuidado, sendo que mulheres não brancas dedicam em média tempo maior. Outros 20% afirmam dedicar entre três e quatro horas a esse tipo de tarefa. Se observarmos a distribuição por gênero e raça das horas dispendidas nas tarefas de cuidado, homens brancos e mulheres não brancas estão em posições mais afastadas da média geral – e opostas, o que é mais significativo. Na média geral, 26,2% dos(as) respondentes não dedicam tempo a tarefas de cuidado; mas essa resposta foi de 35,2% entre homens brancos e 15,9% entre mulheres não brancas. Entre aquelas pessoas que dedicam de cinco a seis horas diárias a essas atividades, a média entre mulheres brancas, não brancas e homens não brancos é de 7,2%, mas somente 3,8% entre os homens brancos.

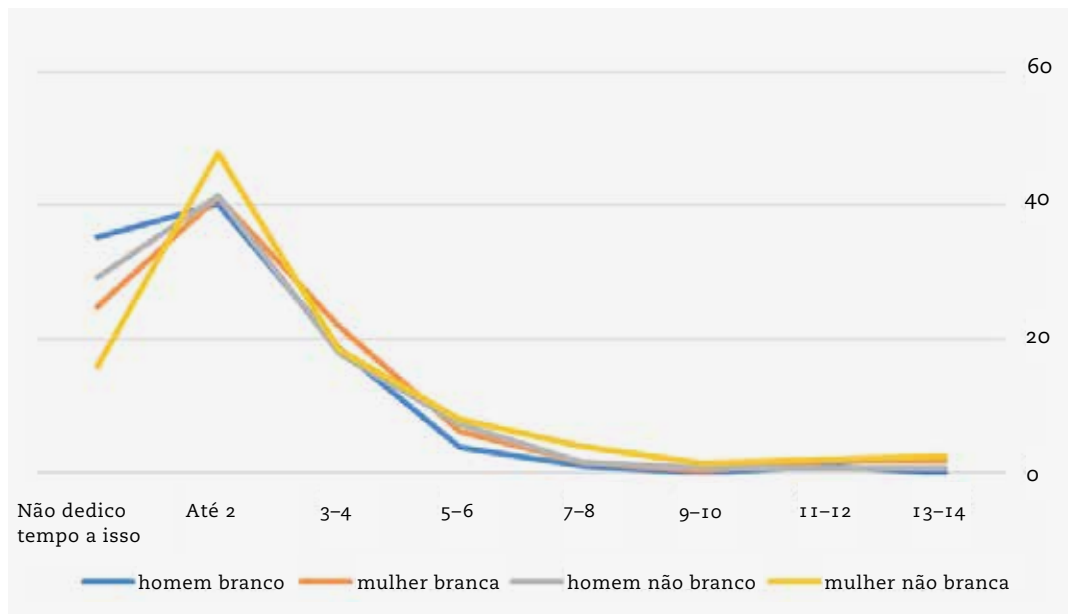


Gráfico 12
Uso do tempo (em horas) em tarefas de cuidado por raça e gênero (%)

A análise da divisão de trabalho entre pessoas com ou sem filhos(as), apresentada na Tabela 4, mostra que pesquisadores(as) com filhos(as) relatam, em sua maioria (59%), dividir o trabalho doméstico com o/a companheiro(a); 19% dividem o trabalho com outras pessoas que moram na casa e 17% afirmam ser os/as únicos(as) responsáveis pelo trabalho doméstico. A porcentagem de pesquisadores(as) que possuem filhos(as) e são os/as únicos(as) responsáveis pelo trabalho doméstico é de 17%, bem superior àquela apresentada pelos(as) pesquisadores(as) sem filhos, que cai para 7%. Os/as que não possuem filhos(as) dividem esse trabalho com o/a companheiro(a) ou com outras pessoas que moram na casa.

Único(a) responsável trabalho doméstico entre quem não mora sozinho(a)	Sem filhos(as)	Com filhos(as)
Não, dividido com meu/minha marido/esposa	42	59
Não, dividido com outras pessoas que moram comigo	47	19
Sim	7	17
Não, contrato trabalhador(a) doméstico(a)	2	3
NR	1	1
Não faço trabalho doméstico	1	1

Tabela 4
Divisão do trabalho entre pessoas com e sem filhos(as) (%)

Com relação à divisão de trabalho entre homens e mulheres na casa, a pesquisa perguntou se os(as) cientistas sociais consideram a divisão de trabalho equilibrada. Os resultados, indicados no Gráfico 13, demonstram que mais da metade das pesquisadoras afirmam que “não, pois elas trabalham muito mais”. Essa porcentagem cai para 15% e 25% para homens brancos e não brancos, respectivamente. A percepção dominante entre os pesquisadores é de que a divisão de trabalho é equilibrada (50% e 40%, brancos e não brancos). Apenas 25% afirmam que a divisão de trabalho não é equilibrada e que eles trabalham menos do que as demais pessoas da casa. Esse dado revela a sobrecarga de trabalho com atividades de cuidado e domésticas para as mulheres, mas também a percepção distinta entre elas e eles de como essa divisão se dá e do que significa uma divisão “equilibrada”. É algo que pode indicar que a prevalência de estereótipos e práticas de responsabilização desigual pelo trabalho doméstico e de cuidado reduz até mesmo a visibilidade dessas demandas para os homens.

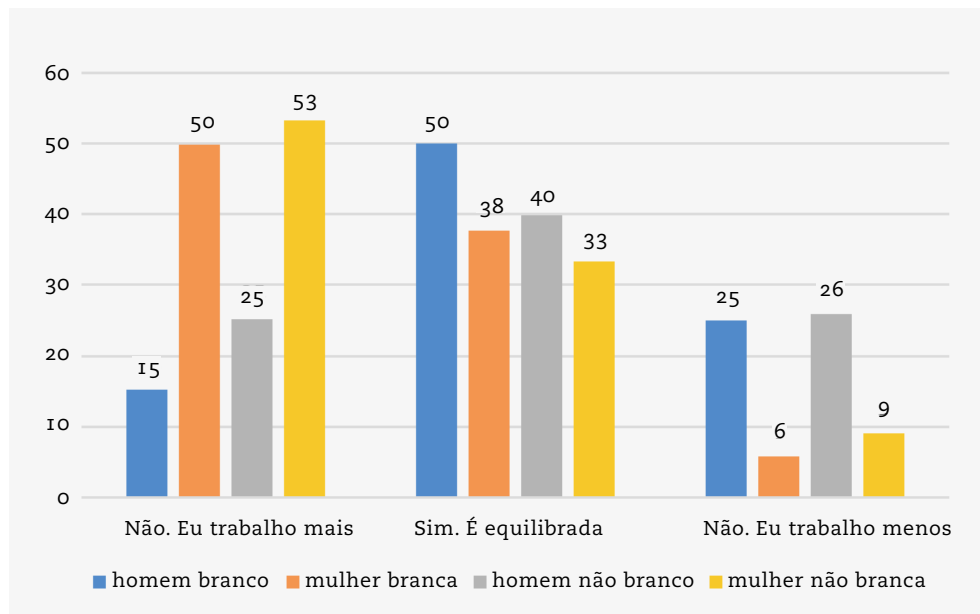


Gráfico 13

Respostas à pergunta “Você considera a divisão de trabalho equilibrada?”
por gênero e raça (%)

N = 1.073 (foram ocultadas do gráfico 78 NR, que se distribuem
proporcionalmente entre os grupos de raça/cor e gênero).

O tempo para o trabalho acadêmico e administrativo

Há uma diferença racial no tempo dedicado ao trabalho acadêmico, como pode ser visto no Gráfico 14 (na página seguinte): não brancos(as) informam, com maior frequência, gastar até duas horas com esse tipo de trabalho. Já a categoria que mais concentra brancos(as), sejam homens ou mulheres, é a de três a quatro horas diárias de trabalho acadêmico na pandemia.

Em relação ao trabalho administrativo, por seu turno, não se percebem diferenças entre os grupos raciais e de gênero, sendo que 42,8% dos(as) respondentes não dedica tempo a isso. Quando controlamos pela parentalidade, esse quadro se transforma: a média entre respondentes que têm filhos(as) na amostra é de 36,9%, sendo que 41,2% deles(as) dedicam até duas horas diárias a trabalho administrativo – enquanto o fazem 35,1% de quem não tem filhos(as). Aqui nossa hipótese é de que não é a parentalidade o fator que impacta nossa amostra, mas o perfil profissional de quem tem filhos(as): como já indicado, 59,6% dos(as) respondentes com filhos(as) são docentes.

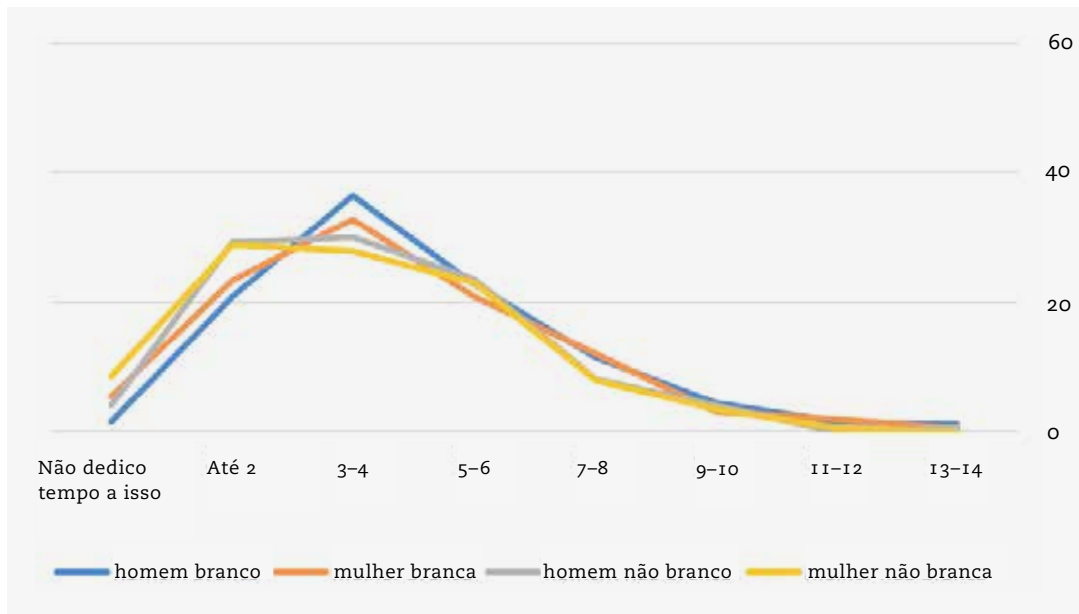


Gráfico 14
Tempo (em horas) de trabalho acadêmico por raça e gênero (%)

O TEMPO PARA O LAZER

Além de examinar o tempo dispendido com trabalho doméstico, cuidado e trabalho acadêmico, a pesquisa buscou analisar a distribuição do tempo de lazer dos(as) respondentes durante a crise do novo coronavírus. Tratando-se dos grupos de raça e de gênero, foi possível observar que, em média, 19% dos(as) respondentes afirmaram não dedicar nenhum tempo a tais atividades. Quando controladas as variáveis gênero e raça, no entanto, verifica-se que esse percentual é menor entre homens brancos (12,5%) e maior entre mulheres não brancas (26,4%). Na categoria “até duas horas”, mulheres e homens brancos(as) têm cerca de dez pontos percentuais a mais do que não brancos(as). Nas categorias com mais tempo dedicado ao lazer, homens (brancos e não brancos) são mais frequentes do que as mulheres – entre as pessoas que gastam de cinco a seis horas por dia em atividades de lazer na pandemia, 4,6% são homens, enquanto 1,6% são mulheres.

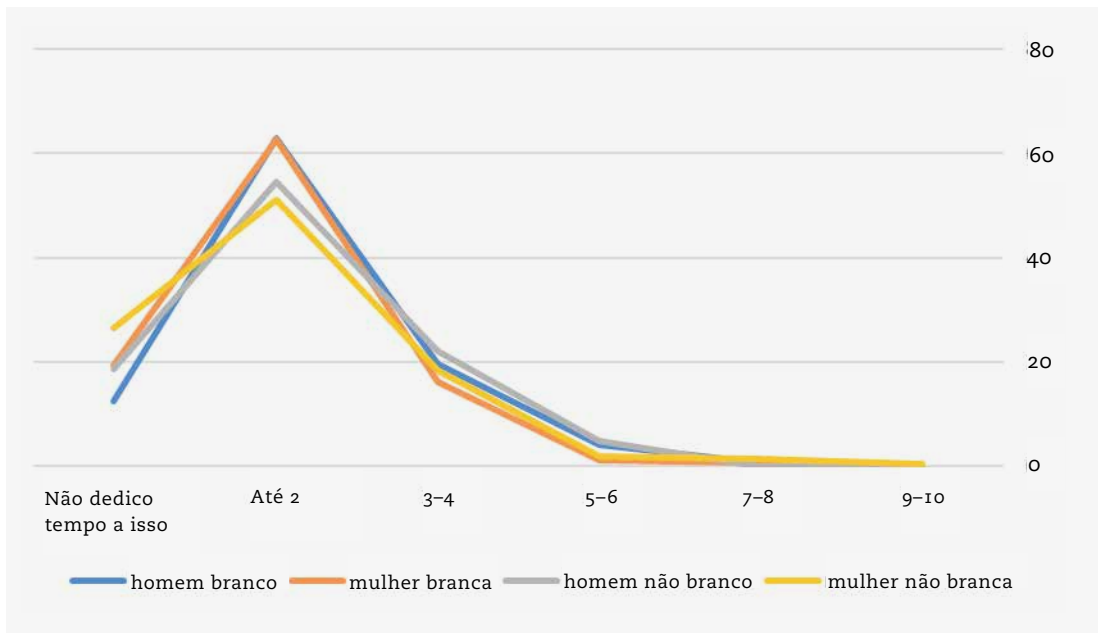


Gráfico 15 Tempo (em horas) para lazer por raça e gênero (%)

Destacamos ainda que cuidar de alguém interfere diretamente no acesso ao lazer. Apenas 12,5% dos(as) respondentes que declararam não cuidar de outra pessoa não dedicam tempo a atividades de lazer, enquanto esse percentual é superior entre quem cuida de filhos(as) e de idosos(as) – 31% e 26,3%, respectivamente. Em média, 59,6% dos(as) respondentes (sem variações grandes entre quem cuida ou não) dedicam até duas horas ao lazer, mas 22,7% dos que não cuidam de outras pessoas gastam entre três e quatro horas em atividades de lazer, enquanto esse percentual é de apenas 7% entre respondentes que cuidam de filhos(as).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou as consequências da pandemia da covid-19 no trabalho acadêmico de cientistas sociais de diferentes disciplinas. O trabalho se baseou em um *survey online* que contou com 1.073 respondentes da antropologia, ciência política, sociologia, das relações internacionais e, em menor grau, de outras disciplinas das humanidades. Raça e gênero têm efeito na maior parte das dimensões analisadas. Há, também, distinções relevantes entre as áreas do conhecimento examinadas. As consequências da crise recente tendem a repercutir de maneira distinta, com áreas como a antropologia sendo mais prejudicadas em termos de condução de seus métodos tradicionais de pesqui-

sa; mulheres, especialmente negras, mais sobrecarregadas com as rotinas de trabalho, e homens brancos mantendo vantagens no desenvolvimento profissional, mesmo declarando prejuízos nesse cenário de crise.

Nosso estudo tratou apenas dos grandes grupos populacionais entre os cientistas sociais. É necessário mais investimento nas agendas de pesquisa que abordem a participação de parcelas minoritárias entre os/as acadêmicos(as), como os autodeclarados amarelos e indígenas ou as pessoas trans. Entendemos, contudo, que as desigualdades reveladas dentro dos limites deste trabalho podem também nos ajudar a ampliar o debate e, com a realização de novas investigações, abordar aspectos específicos. Explicitar as vantagens das pessoas privilegiadas e dominantes em espaços de poder contribui para desvelar a suposta neutralidade das instituições que avaliam desempenhos ou definem parâmetros de seletividade sem consideração de disparidades de condições e trajetórias.

A partir dos resultados esboçados, destacamos três possíveis repercussões nas relações profissionais, que requerem especial atenção: em primeiro lugar, a comunidade acadêmica como um todo declarou aumento nas demandas de trabalho. Ao contrário do que poderia ser esperado, os docentes permaneceram tendo altas taxas de produtividade. É provável que isso acarrete estafa e desafios à saúde mental, sobretudo dos grupos que possuem menor acesso a atividades de lazer e estão sobrecarregados com as funções de cuidado e as tarefas domésticas. Em contrapartida, os pós-graduandos experimentam a crise sanitária expostos à insegurança de como se darão as oportunidades profissionais. É evidente, todavia, que tal cenário não deriva apenas da pandemia, mas também da conjuntura política de desmonte da ciência e tecnologia, redução do financiamento para pesquisas e de bolsas de pós-graduação, incertezas e, ainda, ataques voltados de maneira específica às humanidades e às ciências sociais.

Por fim, as mudanças abruptas na socialização desde março de 2020 no Brasil e antes ainda em outras partes do mundo, demandam acompanhar quais caminhos serão factíveis para modos de pesquisa estruturados por métodos que se tornaram inviáveis em seus formatos tradicionais. As interações entre docentes e discentes também foram modificadas profundamente pelo ensino *online*, algo que atingiu também os eventos científicos, que são fundamentais ao diálogo acadêmico. A relação dos(as) cientistas com as redes e os meios virtuais está mudando, e, durante esse processo, também tem sido denunciada a violência de grupos de extrema-direita que promovem ataques *online*. Para dar somente um exemplo, alguns/algumas pesquisadores(as) brasileiros(as) da área dos estudos de gênero e de raça tiveram repetidas vezes seus eventos interrompidos pela invasão de *hackers*.

Excetuando as peculiaridades do momento, em que a pandemia impõe modificações e nos pressiona a estar mais presentes nas interações *online*, os dados sobre as desigualdades apresentados demonstram a relevância de se manter e expandir políticas como as ações afirmativas para negros(as) nos aces-

tos à graduação, aos cursos de pós-graduação e aos concursos públicos. A invisibilidade do racismo estrutural e das relações de gênero no âmbito acadêmico colabora para sua reprodução. Como disse a socióloga Joan Acker (1990), quando as organizações profissionais avaliam seus/suas integrantes pressupondo um trabalhador abstrato, elas contribuem para reproduzir as condições de vida do gênero masculino. Isso precisa ser dito em relação às vantagens da branquitude.

Recebido em 20/10/2020 | Revisto em 12/03/2021 | Aprovado em 06/05/2021

Marcia Rangel Candido é doutora pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com bolsa Capes/PDSE para período sanduíche na Universidade de Cambridge. Coordena pesquisas Gemaa, Iesp-Uerj e é assistente de redação de *Dados*. É autora e coautora de artigos sobre gênero e desigualdades na ciência política, política latino-americana, comunicação política e representação no cinema brasileiro. Principal publicação: “Cartografia das pioneiras da ciência política no Brasil”.

Danusa Marques é professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, do qual atualmente é diretora, e credenciada como orientadora no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Editora da área de ciência política da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Flora Tristán: Representações, Conflitos e Direitos (UnB), realiza pesquisas na área de gênero, carreiras e elites políticas. Co-organizadora do livro *Feminismos em rede*.

Vanessa Elias de Oliveira é professora-associada da Universidade Federal do ABC, dos programas de pós-graduação em Políticas Públicas e em Planejamento e Gestão do Território, e pesquisadora do CNPq. Doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo. Co-organizadora do livro *Mulheres, poder e ciência política*.

Flávia Biroli é doutora em história pela Unicamp e professora-associada do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Foi presidenta da Associação Brasileira de Ciência Política (2018-2020), editora da *Revista Brasileira de Ciência Política* (2009-2017) e editora assistente da revista *Politics & Gender* (2017-2018). É autora, entre outros livros, de *Autonomia e desigualdades de gênero* e de *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*, assim como coautora de *Gênero, neoconservadorismo e democracia*.

NOTAS

- * As autoras agradecem o apoio das associações profissionais (ABCP, Anpocs, ABA, Abri e SBS) na difusão do *survey* que originou o presente trabalho. Agradecem também aos/às diversos(as) colegas as opiniões durante o processo de formulação e desenvolvimento da pesquisa, bem como aos/às anônimos(as) pareceristas da revista, cujas contribuições enriqueceram o artigo.
- 1 Miceli agora atende pelo sobrenome de Kebauy.
 - 2 A apresentação de dados sobre disparidade de gênero na autoria das submissões de artigos científicos é frequente em revistas estrangeiras das ciências sociais, mas ainda rara no Brasil. Durante a pandemia, editoras da *American Journal of Political Science* divulgaram resultados sobre o fluxo editorial da revista, assim como editoras(es) de periódicos da International Studies Association (ISA) (Dolan & Lawless, 2020; Wiegand et al., 2020) No país, contamos com informações detalhadas das oscilações por gênero nas submissões de ciências sociais durante a pandemia apenas para a revista *Dados* (Candido & Campos, 2020).
 - 3 Número de programas por área de avaliação Capes em 2019: ciência política e relações internacionais: 59; sociologia: 52; antropologia e arqueologia: 37. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ciencia-politica-rel-internacionais-pdf>. Acesso em 02 set. 2020. Vale ponderar, entretanto, como explícito no Anexo 1, que a sociologia ainda possui o maior quadro de discentes e docentes.
 - 4 Cada disciplina das ciências sociais possui distribuição distinta, mas é significativa a liderança do Sudeste na quantidade de programas de pós-graduação em CP&RI e em sociologia, bem como do Nordeste na antropologia. Para consultar o total de programas em cada região veja os documentos de área de 2019.
 - 5 A Tabela 3 apresenta apenas as respostas mais recorrentes. Para dados detalhados e pormenorizados, cf. o Anexo 3 deste artigo.
 - 6 Ressalta-se que o questionário foi aplicado entre junho e julho de 2020, então esse cenário pode ter se transformado bastante, evidentemente, até a publicação deste estudo.

REFERÊNCIAS

- Acker, Joan. (1990). Hierarchies, jobs, bodies: a theory of gendered organizations. *Gender and Society*, 5/2, p.139-158.
- Allen, Nicholas & Savigny, Heather. (2016). Experiencing gender in UK political science: the results of a practitioner survey. *The British Journal of Politics and International Relations*, 18/4, p. 997-1015.
- Atkinson, Hannah et al. (2018). Race, ethnicity & equality in UK history: a report and resource for change. *Royal Historical Society*.
- Biroli, Flávia. (2016). Divisão sexual do trabalho e democracia. *Dados*, 59/3, p. 719-754.
- Breuning, Marijke et al. (2020). The great equalizer? Gender, parenting, and scholarly productivity during the global pandemic. *APSA Preprints*. Disponível em: doi: 10.33774/apsa-2020-ffg5r. Acesso em 02 set. 2020.
- Candido, Marcia Rangel & Campos, Luiz Augusto. (2020). Pandemia reduz submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres. *Blog da Dados*. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-reduz-submissoes-de-mulheres/>. Acesso em 02 set. 2020.
- Candido, Marcia Rangel; Feres Júnior, João & Campos, Luiz Augusto. (2019). Desigualdades de gênero na elite da ciência política brasileira. *Civitas, Revista de Ciências Sociais*. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.3.33488>. Acesso em 02 set. 2020.
- Castro, Bárbara & Chaguri, Mariana. (2020). Um tempo só para si: gênero, pandemia e uma política científica feminista. *Blog da Dados*. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-cientifica-feminista/>. Acesso em 02 set. 2020.
- Cui, Ruomeng; Ding, Hao & Zhu, Feng. (2020). Gender inequality in research productivity during the covid-19 pandemic. *Social Science Research Network*. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3623492> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3623492>. Acesso em 02 set. 2020.
- Dolan, Kathleen & Lawless, Jennifer. (2020). It takes a submission: gendered patterns in the pages of AJPS. *American Journal of Political Science*. Disponível em: <https://ajps.org/2020/04/20/it-takes-a-submission-gendered-patterns-in-the-pages-of-ajps/>. Acesso em 02 set. 2020.

IBGE. (2018). *Outras formas de trabalho 2018*. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101650_informativo.pdf. Acesso em 03 set. 2020.

Michetti, Heloísa Helena & Miceli, Maria Teresa. (1969). A situação do ensino e pesquisa de ciência política no Brasil. *Revista de Ciência Política*, 2/4, p. 89-110.

Myers, Kyle et al. (2020). Unequal effects of the covid-19 pandemic on scientists. *Nature Human Behaviour*. Disponível em: <https://go.nature.com/2EnDWxq>. Acesso em 02 set. 2020.

Norris, Pippa. (2020). Gender gaps in political science research productivity. *Research papers*. Disponível em: <https://www.pippanorris.com/new-research-papers>. Acesso em 02 set. 2020.

Novkov, Julie & Barclay, Scott. (2010). Lesbians, gays, bisexuals, and the transgendered in political science: report on a discipline-wide survey. *Political Science & Politics*. Disponível em: doi:10.1017/S1049096509990643. Acesso em 02 set. 2020.

Palumbo, Mariana. (2017). *Pensar(nos) desde adentro: representaciones sociales y experiencias de género*. San Martín: Unsam Edita.

Staniscuaski, Fernanda et al. (2020). *Gender, race and parenthood impact academic productivity during the covid-19 pandemic: from survey to action*. Disponível em: <https://doi.org/10.1101/2020.07.04.187583>. Acesso em 02 set. 2020.

USP Mulheres. (2018). Interações na USP: primeiros resultados da pesquisa. São Paulo, jun. 2018. Disponível em: http://uspmulheres.usp.br/wp-content/uploads/sites/145/2018/07/INTERA%C3%87%C3%95ES-NA-USP_final_publica%C3%A7%C3%A3o2407.pdf. Acesso em 02 set. 2020.

Vallejo, Agustín. (2017). El XIII Congreso Nacional de Ciencia Política. *Revista SAAP*, 11/2.

Wiegand, Krista et al. (2020). Journal submissions in times of covid-19: is there a gender gap?. *Duck of Minerva*. Disponível em: <https://duckofminerva.com/2020/05/journal-submissions-in-times-of-covid-19-is-there-a-gender-gap.html>. Acesso em 02 set. 2020.

	Área de avaliação da Capes					
Docentes permanentes	Antropologia/ Arqueologia	%	Ciência política/ Relações internacionais	%	Sociologia	%
Feminino	274	49	289	34	458	45
Masculino	281	51	551	66	553	55
Total	555	100	840	100	1.011	100
Doutorado	Antropologia/ Arqueologia	%	Ciência política/ Relações internacionais	%	Sociologia	%
Feminino	679	56	563	45	1.273	51
Masculino	531	44	675	55	1.237	49
Total	1.210	100	1.238	100	2.510	100
Mestrado	Antropologia/ Arqueologia	%	Ciência política/ Relações internacionais	%	Sociologia	%
Feminino	843	57	1.337	50	1.484	55
Masculino	625	43	1.313	50	1.233	45
Total	1.468	100	2.650	100	2.717	100

Anexo 1

Proporção de discentes e docentes das pós-graduações nas grandes áreas das ciências sociais em 2019

Fonte: elaborado pelas autoras com base em dados da Plataforma Sucupira.

Ocupação	N	%
Docente de universidade pública	345	32,2
Estudante de pós-graduação bolsista	275	25,6
Estudante de pós-graduação sem bolsa	173	16,1
Docente de universidade privada	92	8,6
Pesquisador(a) autônomo(a)	92	8,6
<i>Freelancer</i>	89	8,3
Pesquisador(a) com vínculo formal	59	5,5
Recém-formado(a) e desempregado(a)	48	4,5
Pós-doutorando(a) com bolsa	32	3
Docente na educação básica	31	2,9
Servidor(a) público(a), exceto docente	25	2,3
Assalariado(a) no mercado de trabalho privado, exceto docente	22	2,1
Pós-doutorando(a) sem bolsa	20	1,9
Docente de instituto federal e educação tecnológica	8	0,7
Docente substituto(a) de instituição pública	6	0,6
Aposentado(a)	4	0,4
Bolsista de projeto de pesquisa ou ensino	4	0,4
Desempregado(a)	3	0,3
Docente colaborador(a) de universidade pública	2	0,2
Docente visitante de universidade pública	1	0,1
Total	1.331	-

Anexo 2**Ocupação dos(as) respondentes (todas as respostas)**

Impacto da pandemia no trabalho	%
A pandemia prejudicou minha organização para trabalhar, pois gasto mais tempo cuidando da casa e/ou da família	61
A pandemia provavelmente me fará não cumprir prazos, porque afetou globalmente minha organização do trabalho	44
A pandemia mudou minhas perspectivas de futuro, pois não sei como serão os prazos da pós-graduação	38
A pandemia aumentou minhas demandas de trabalho acadêmico	35
A pandemia adiou concursos públicos que eu ia tentar	25
A pandemia aumentou minhas demandas de trabalho administrativo	24
A pandemia prejudicou minhas oportunidades para entrada no mercado de trabalho na iniciativa privada	15
A pandemia me fez perder trabalhos remunerados	13
A pandemia não alterou minhas demandas de trabalho, pois sigo dando aulas <i>online</i> e/ou fazendo trabalho remoto	12
A pandemia melhorou meu tempo para produzir artigos, pois não preciso mais dar aulas	12
A pandemia me fez interromper estágios de pesquisa em instituições estrangeiras	7
Outros: menções variadas	7
Não me identifico com nenhuma das afirmações acima	3
A pandemia provavelmente me fará não cumprir prazos, porque eu adoeci de covid-19	2
A pandemia afetou negativamente minha saúde mental*	2
A pandemia alterou minhas demandas de trabalho, pois precisei adaptar todo o conteúdo para aulas <i>online</i> e trabalho remoto*	1
A pandemia inviabilizou o trabalho de campo*	1
Total	100

* Respostas mais recorrentes no campo aberto de respostas “outros”.

Anexo 3

Principais impactos da pandemia nas rotinas de trabalho
(todas as respostas)

AS CIÊNCIAS SOCIAIS NA PANDEMIA DE COVID-19: ROTINAS DE TRABALHO E DESIGUALDADES

Palavras-chave

Ciências sociais;
trabalho acadêmico;
pandemia;
desigualdades;
survey.

Resumo

O objetivo desse texto é analisar as consequências da pandemia de covid-19 nas rotinas de trabalho acadêmico das ciências sociais no Brasil. O estudo se baseia em resultados de um *survey* difundido com o apoio de associações profissionais da antropologia, ciência política, sociologia e das relações internacionais. O artigo apresenta o perfil dos 1.073 participantes e suas percepções sobre os efeitos da crise nas atividades de formação, ensino e pesquisa, bem como na divisão das tarefas do âmbito privado. Embora a maior parte dos respondentes tenha declarado sentir impactos negativos da pandemia, há disparidades por disciplina de atuação, gênero e raça. Os dados reforçam a importância da discussão de parâmetros de avaliação de produtividade sensíveis às desigualdades.

SOCIAL SCIENCES IN THE COVID-19 PANDEMIC: WORK ROUTINES AND INEQUALITIES

Keywords

Social sciences;
academic work;
pandemic;
inequalities;
survey.

Abstract

The purpose of this text is to analyze the consequences of the covid-19 pandemic in the academic work routines of Social Sciences in Brazil. The study is based on the results of a survey disseminated with the support of professional associations in Anthropology, Political Science, Sociology and International Relations. The article presents the profile of the 1,073 participants and their perceptions about the effects of the crisis on training, teaching and research activities, as well as on the division of tasks in the private sphere. Although most respondents said they felt negative impacts of the pandemic, there are disparities by discipline, gender and race. The data reinforce the importance of discussing productivity evaluation parameters sensitive to inequalities.

- I Fundação Getúlio Vargas (FGV), Escola de Economia de São Paulo/
Fundação José Luiz Egydio Setúbal, São Paulo, SP, Brasil
marcos.silveira@fgv.br
<https://orcid.org/0000-0002-0031-366X>
- II Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Instituto de Estudos
Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
rogerio.barbosa@iesp.uerj.br
<https://orcid.org/0000-0002-6796-4547>

Marcos Paulo Lucca-Silveira^I
Rogério Jerônimo Barbosa^{II}

O FUTURO DAS TRANSFERÊNCIAS DE RENDA NO BRASIL: DILEMAS EMPÍRICOS E NORMATIVOS PARA UM PROGRAMA PÓS-PANDEMIA E PÓS-AUXÍLIO EMERGENCIAL

Renda básica emergencial, auxílio emergencial, coronavoucher: nomes que se referem ao mesmo programa de transferência de renda do governo federal, elaborado em 2020, para aliviar os efeitos socioeconômicos da crise provocada pela pandemia da covid-19. Desses termos, o segundo, auxílio emergencial, é o que consta oficialmente na lei 13.982/2020, que implementou a política. As variações terminológicas, contudo, não são fortuitas. Num gradiente, mapeiam interesses. De um lado, aqueles que enfatizam como tal programa poderia ser um primeiro passo para um programa social mais amplo, alguma modalidade de transferência de renda ampla e permanente. De outro, aqueles que enfatizam seu caráter eminentemente temporário, uma vigência estritamente vinculada à pandemia: um “vale” para os tempos de coronavírus.

Seja como for, o debate assim animado pelo contexto trouxe à tona (e para o centro da pauta política) a noção “renda básica” – seja para negá-la, seja para defendê-la. Vale dizer, o auxílio emergencial não foi um programa de renda básica, tal como o último é apresentado na literatura contemporânea. Em virtude do escopo mais abrangente e de valores transferidos mais elevados do auxílio emergencial, no entanto, projetos mais amplos de distribuição de renda passaram a despertar interesse. E, nesse meandro, tornaram-se ainda mais patentes alguns dos limites do principal programa em vigência no Brasil, o Programa Bolsa Família (PBF). Consequentemente, especialistas, movimentos sociais e políticos passaram a considerar a relevância de propostas mais ouvidas.

É verdade que diferentes versões e nomes para programas abrangentes de transferência de renda já vinham ganhando apoiadores nas arenas públicas de diversos países nos últimos anos (Gentilini et al., 2019) – e também no Brasil. Nos últimos meses, porém, o debate se apressou e adensou. E, a despeito de toda literatura especializada preexistente, as experiências recentes adentraram por direções e caminhos novos, com avanços e aprendizados principalmente no campo das políticas públicas: preocupações com a viabilidade fiscal e política, a compatibilidade com programas sociais anteriores e a capacidade de implementação pelo Estado (por exemplo, Paiva et al., 2021). Nosso propósito aqui é o de realizar uma reflexão normativa centrada nessas contribuições recentes. Pretendemos lançar luz sobre os princípios subjacentes aos dissensos e disputas políticas sobre programas de transferência de renda e, partindo do caso brasileiro, realizar uma contribuição teórica de maior abrangência.

Em particular, apresentamos e discutimos o conceito de renda básica universal (RBU), recentemente bastante presente nos debates públicos. Embora nenhum dos projetos atualmente em pauta no Brasil proponha um desenho estritamente dessa natureza, a ideia vem inspirando projetos e tensionando as políticas existentes. Para os mais críticos, trata-se apenas de uma ficção, irrealizável, quase sempre transformada em um espantinho; para os defensores mais engajados, um ideal a ser perseguido e, mesmo, implementado. De toda sorte, é necessário compreendê-la. A literatura especializada no assunto é multidisciplinar, envolvendo os campos da filosofia, economia, ciência política, sociologia e outras áreas relacionadas. E essa multiplicidade de olhares multiplica também as controvérsias. Autores de espectros políticos radicalmente diferentes – como Thomas Paine (1797), Milton Friedman (1968) e Martin Luther King Jr. (2010) – apresentaram propostas próprias que são vistas como precursoras ou relacionadas à noção de renda básica universal.¹ Na discussão acadêmica contemporânea, a ideia está bastante associada aos trabalhos do filósofo político belga Philippe Van Parijs (1995; Van Parijs, Vanderborght, 2017, entre outros).² Apresentamos as características comuns das diferentes propostas normativas de renda básica e as razões morais, tal como elencadas por seus defensores, que fundamentariam sua adoção em um Estado justo. Assim poderemos iluminar algumas questões urgentes do cenário atual.

O artigo possui seis seções, contanto esta introdução. Na seguinte, apresentamos breve análise do contexto da pandemia e dos efeitos na distribuição de renda da adoção do auxílio emergencial no Brasil. Em seguida, identificamos os pontos tornados sensíveis na discussão pública atual, que se dirige aos limites do Bolsa Família e à eventual necessidade de reformá-lo. Abordamos então formalmente o conceito de RBU e seus componentes principais. Além disso introduzimos três perspectivas ou princípios de justiça norteadores de nossa análise normativa: o igualitarismo, o prioritarismo e o suficientismo. Mostramos como esses conceitos permitem fazer questões sobre os objetivos

de políticas e sobre dilemas morais implicados nos desenhos e métodos de implementação. Na penúltima seção, articulamos as duas partes: o debate político atual, à luz dos princípios de justiça. Discutimos questões de financiamento e estabilidade temporal, e consideramos a elevada volatilidade de renda nos estratos mais baixos de renda. Argumentamos que os próprios princípios de justiça são modificados quando levamos em conta aspectos práticos e não ideais da realidade sobre as quais políticas são elaboradas. Por fim, tecemos algumas considerações.

A PANDEMIA E O AUXÍLIO EMERGENCIAL

Desde o início da pandemia, tornou-se claro que a crise econômica ali desencadeada agravaria a vulnerabilidade dos estratos mais pobres da população. Esses foram, em geral, ocupantes de postos de trabalho informais, que, pela ausência de vínculo contratual, puderam ser facilmente demitidos ou ter atividades paralisadas. Além disso, exerciam atividades pouco passíveis de realização a distância (via teletrabalho) – levando à manutenção do trabalho presencial e também à maior exposição à covid-19 (Barbosa et al., 2020b). Barbosa, Prates e Meirelles (2020) mostram que, para cada trabalhador formal desligado, três informais perderam seus postos ou deixaram de trabalhar. Evidências apontam, porém, que o auxílio emergencial de fato foi eficaz em proteger economicamente as famílias mais pobres – a despeito de diversos problemas nas etapas iniciais de sua implementação (Barbosa et al., 2020a). Li et al., (2021) evidenciam ainda que negros e pobres foram particularmente mais atingidos também pelas consequências sanitárias da crise, sofrendo mais hospitalização e mortes em decorrência da covid-19.

O propósito do auxílio emergencial foi o de tentar endereçar essas duas dimensões: compensar as perdas de renda dessas famílias e estimular a manutenção do distanciamento social (reduzindo a urgência da procura de empregos para aqueles que foram demitidos, por exemplo). Não se trata, portanto, de uma política desenhada para o combate a mecanismos regulares que geram pobreza e desigualdade – diferentemente do Bolsa Família. O programa inicialmente consistia no pagamento de cotas de R\$ 600 a indivíduos que não trabalham ou que possuem trabalhos informais e vivem em domicílios de baixa renda (para detalhamento das regras, ver lei n. 13.982, de 2 de abril de 2020). Mães em famílias monoparentais (que cumprindo também os demais requisitos) tinham direito a duas cotas, isto é, R\$ 1.200. Não poderia haver, contudo, o recebimento de mais de duas cotas por domicílio.³ A partir de setembro, os valores das parcelas subsequentes caíram pela metade: R\$ 300 e R\$ 600, respectivamente. Em de 31 de dezembro de 2020, o programa foi descontinuado – no entanto, em abril de 2021, foi retomado com novas regras, cobertura mais restrita e valores substantivamente inferiores.

No gráfico adiante, exibimos os valores dos rendimentos domiciliares *per capita* dos 40% mais pobres da população, comparando maio de 2020 (com

e sem a incidência do auxílio emergencial) com a distribuição de renda observada em 2019. Encontramos que, para a população localizada nos estratos entre os 2% e 35% mais pobres (percentis P2 ao P35), a incidência do benefício fez com que as rendas dessas famílias chegassem a ser levemente superiores aos níveis de 2019 (resta saber se essa pequena parcela adicional seria capaz de gerar também o efeito epidemiológico desejado pelos políticos, a manutenção do distanciamento). A inexistência do auxílio implicaria perdas bastante intensas (linha tracejada).

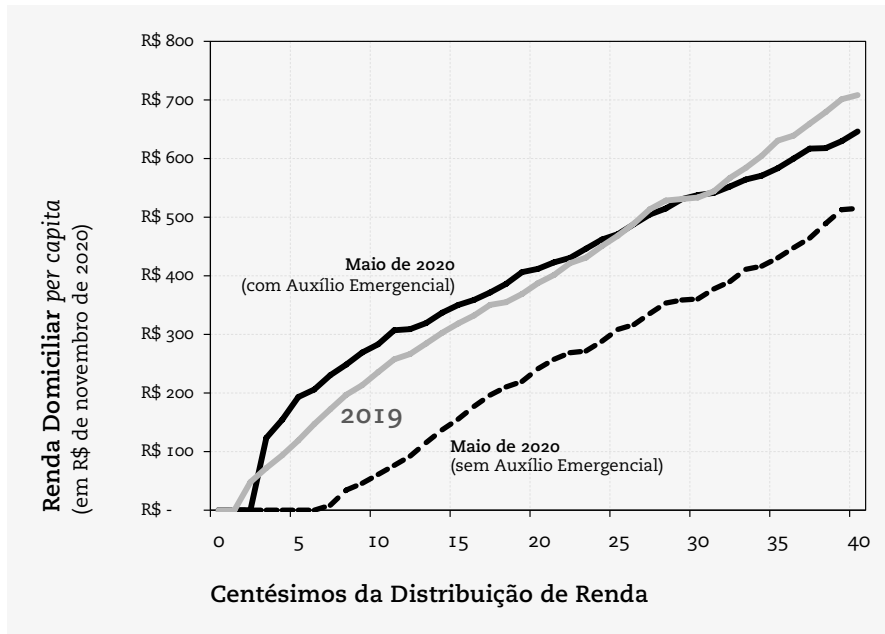


Gráfico 1

Valor da renda domiciliar per capita, ordenada por percentis (Percentis P1 a P40) Brasil, 2019 e 2020 com e sem contabilização do auxílio emergencial

Fonte: Pnad Contínua Anual 2019; Pnad-Covid, maio/2020. Elaboração própria.

O gráfico seguinte, no entanto, com foco nos estratos intermediários (percentis P40 ao P90), mostra que esse mesmo efeito compensatório não se verifica para a classe média. Trata-se de uma população com renda um pouco mais elevada (a maior parte entre R\$ 500 e R\$ 1.500 *per capita*) e com mais probabilidade de ocupar um posto de trabalho com carteira assinada – logo, em larga medida, inelegível ao programa emergencial.

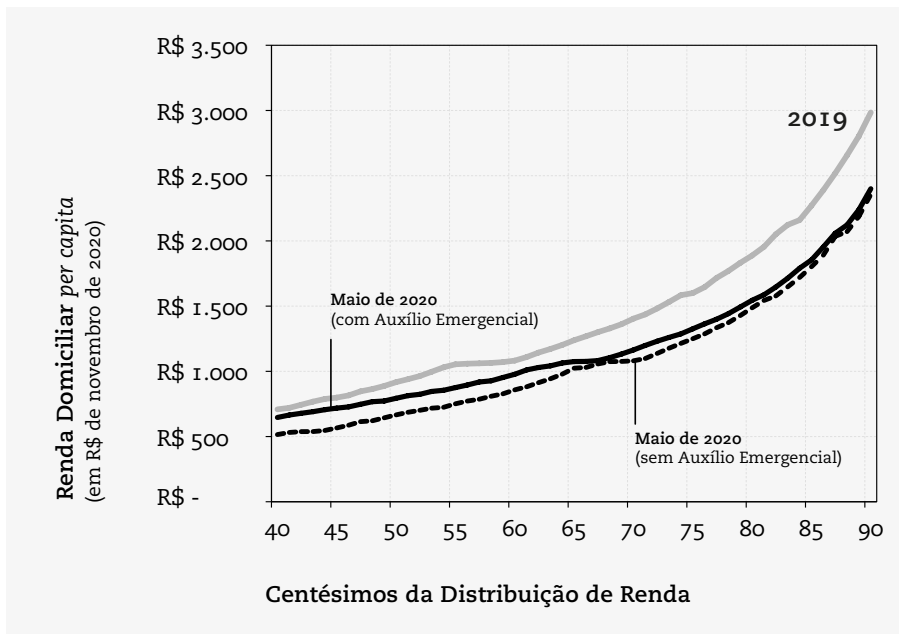


Gráfico 2

Valor da renda domiciliar *per capita*, ordenada por percentis (Percentis P40 a P90)
Brasil, 2019 e 2020 com e sem a contabilização do auxílio emergencial

Fonte: Pnad Contínua Anual 2019;

Pnad-Covid, maio/2020. Elaboração própria.

Tal lacuna de proteção emergencial nesses estratos intermediários (em especial, até os 70% mais pobres) justifica, para alguns, a alcunha de “novos vulneráveis”: um grupo que, sob circunstâncias comuns (incluídas crises econômicas “usuais”), não se veria sob risco de perda de emprego e renda (Barbosa, Prates & Meirelles, 2020). Isso, obviamente, não iguala suas perdas efetivas e potenciais às verificadas nos estratos mais baixos.

Como a incidência do benefício concentrada entre os mais pobres de fato foi capaz de proteger essas camadas contra perdas de rendimento, houve queda da taxa de pobreza, de 18,7% (em 2019) para 14,9% (na última semana de maio),⁴ conforme medida apenas em termos monetários. O coeficiente de Gini para a renda domiciliar *per capita* caiu de 0,543 para 0,487 no mesmo período – embora esse resultado para desigualdade reflita também as perdas não compensadas no meio e no topo da distribuição (Heckscher & Barbosa, 2021). No entanto, com a redução do escopo de elegibilidade e dos valores transferidos, na versão do programa vigente a partir de abril de 2021, estima-se que esses efeitos redistributivos tenham sido quase completamente anulados (Nassif-Pires, Cardoso & Oliveira, 2021).

OS DEBATES DERIVADOS DO AUXÍLIO EMERGENCIAL

É evidente que a contenção das perdas e efeitos socioeconômicos infringidos pela pandemia tem duração apenas durante a vigência da política – que, por definição, é emergencial; logo, temporária. Inicialmente desenhado para durar por apenas três meses, o auxílio emergencial recebeu prorrogações em função da própria extensão da pandemia. Sua prorrogação indefinida (como programa permanente), contudo, não seria fiscalmente viável: no início de sua vigência, mensalmente esse programa custava uma vez e meia o total de gastos anuais com o Bolsa Família.

O encerramento do auxílio, em dezembro de 2020, implicou súbita deterioração dos indicadores socioeconômicos – algo especialmente grave num ambiente de recuperação lenta dos mercados e da saúde fiscal do Estado. É nesse contexto que emerge no debate público a preocupação com a possibilidade de uma política permanente da mesma natureza: seria possível tornar também duradouros os efeitos positivos? Qual seria o desenho de tal política permanente subsequente e quais seriam os objetivos por ela perseguidos?

A novidade do auxílio emergencial deixou ainda mais evidente para os atores políticos que o valor da transferência de renda do Bolsa Família era, há bastante tempo, “insuficiente”. As linhas de pobreza e extrema pobreza do programa (de R\$ 178 e R\$ 89, respectivamente) estariam abaixo dos custos alimentares e não alimentares “básicos” da população.⁵ E, além disso, o financiamento instável do programa fez com que, a partir de 2014, em decorrência da política de ajuste fiscal, seu orçamento encolhesse, reduzindo o escopo de beneficiários e os valores médios por domicílio e *per capita* (Barbosa, Sousa & Soares, 2020).

O orçamento público brasileiro distingue entre gastos obrigatórios e discricionários. Os primeiros incluem toda a folha de pagamentos do Estado, a previdência e outros itens constitucionalmente estabelecidos (como Saúde e Educação). Os gastos com o Bolsa Família são classificados como discricionários, e, por isso, anualmente devem ser discutidos, negociados e definidos em meio às pautas orçamentárias. O programa então se adapta à verba disponível, reajustando ou não o valor dos benefícios e da linha de pobreza, aumentando ou diminuindo o número de beneficiários. E, como desde 2015 o orçamento foi comprimido pelo ajuste fiscal, houve sistemática redução do programa desde então.

Emergem daí duas percepções importantes: idealmente, no futuro, o Bolsa Família ou qualquer programa de transferência de renda permanente que sucedesse a ele ou ao auxílio emergencial não poderia padecer desses mesmos problemas. Seu benefício deveria ser mais elevado (o que significa levar em conta algum critério ou patamar de suficiência mais elevado) e seu financiamento estável, com pilares mais fixos; eventualmente constitucionais – o que significaria, de certa forma, compreender o programa como um direito. Assim argumentam, por exemplo, Paiva et al. (2021).

A susceptibilidade dos estratos médios aos efeitos socioeconômicos da pandemia despertou ainda uma preocupação com essa “nova” vulnerabilidade. A crise alongada e a lenta recuperação fazem com que a preocupação não recaia apenas sobre os mais pobres, mas também sobre esse grupo mais amplo de afetados. Estudos mais antigos já apontavam que grande parte da população experimenta intensa “volatilidade de renda” (Soares, 2010). Trata-se da condição na qual, na ausência de renda com fluxo regular, domicílios experimentam variadas inseguranças. A volatilidade reduziria o bem-estar subjetivo dos indivíduos e os privaria da possibilidade de planejamento de longo prazo e da capacidade de investir em bens tanto materiais como imateriais (incluindo educação). Há evidências de que em algum momento ao longo de um período mais extenso de tempo, mesmo na ausência de recessão econômica, parcela razoável desse grupo terá experimentado a condição de pobreza (Soares, 2010), definida em termos operacionais como a incapacidade de aquisição de alimentos para satisfação de necessidades nutricionais, de acesso a serviços, transporte e moradia adequada (*basic needs*). Noutras palavras, ainda que uma fotografia em *cross-section* não necessariamente os capture abaixo de uma linha arbitrária de pobreza, é provável que, em algum momento, a tenham cruzado. Uma reavaliação a respeito dessa susceptibilidade ou “nova” vulnerabilidade possui urgência moral de uma perspectiva de justiça distributiva.

A focalização ampliada, que inclui essa classe média volátil, inaugura, porém, outro desafio. Usualmente, o critério de foco é alguma linha de renda domiciliar *per capita*: indivíduos abaixo do limiar são elegíveis. Para o Estado, que concede o benefício, no entanto, a renda domiciliar “observável” é apenas

aquela formalmente declarada. Do ponto de vista das capacidades estatais, é virtualmente impossível ter controle contábil das rendas advindas de fontes informais – a não ser por meio da declaração verbal dos montantes recebidos (Souza et al., 2020). Com isso, emerge a preocupação de que indivíduos e famílias que se encontram apenas um pouco acima do limiar de elegibilidade do programa tenham incentivos para se “informalizar”. Sendo a informalidade um problema histórico e crônico do mercado de trabalho brasileiro, passa a emergir no debate público o argumento de que a focalização não deveria se basear diretamente na renda. É a essa preocupação que responde, por exemplo, a ideia de uma “renda básica infantil” (Levy, Matsaganis & Shuterland, 2013; Soares et al., 2019) ou de benefícios híbridos, que combinassem transferências com base em critérios etários e de renda (como, por exemplo, os desenhos aventados por Paiva et al., 2021).

Em função das taxas de fecundidade ainda mais elevadas entre os mais pobres (apesar de secularmente declinantes), a base da pirâmide etária é muito mais alargada entre essa população (Soares et al., 2019). Como resultado, há uma desproporção de crianças e adolescentes vivendo em situação de pobreza. Uma renda dirigida a esse grupo, independentemente de suas condições socioeconômicas efetivas, acabaria, indiretamente, sendo focalizada nos mais pobres. Ou seja, uma “renda básica universal infantil” seria, na realidade, uma renda básica não universal com focalização indireta e sem teste de meios – isto é, diferentemente do Bolsa Família, por exemplo, que coleta informações, verificáveis ou não, que possibilitam a avaliação da vulnerabilidade ou a baixa renda para definição dos beneficiários (Mostafa & Santos, 2016: 14). Assim, o critério direto da renda é evitado, e as consequências adversas antevistas sobre o grau de formalização, contornadas.

Naturalmente, emergem outras questões: e as famílias pobres em que não há crianças? tal programa substituiria as demais políticas de transferência de renda existentes? Grupos divergem nas respostas. Ausência de crianças desperta para a necessidade de um princípio complementar de elegibilidade ou para a manutenção de programas de transferência com finalidades distintas em paralelo, como o próprio Bolsa Família – ou alguma versão de transferências focalizadas, em combinação, como aquela apresentada por Paiva et al. (2021). A renda básica deveria então apenas endereçar a volatilidade de renda, enquanto o BF manteria sua função de combate à miséria? Entrelaça-se aí a questão sobre as funções cumpridas também pelos programas de transferência: estariam elas absorvidas e contempladas por uma renda básica? Ou seria desejável abandonar alguns de seus objetivos de modo a garantir disponibilidade orçamentária para execução de um programa maior?

Por fim, o pagamento de uma quantia implicaria o descompromisso estatal com respeito à provisão de serviços como saúde, educação e outras funções da assistência social? Não há, por ora, grandes defensores da substituição dos

serviços por pagamentos no debate público brasileiro. Reconhece-se, no entanto, que se o valor do benefício pago for muito elevado, ele acabará por funcionar como um novo teto de gastos, na prática, comprimindo orçamentos de outras rubricas – e assim, inadvertidamente, reduzindo ou impedindo novos investimentos em áreas prioritárias. Manifesta-se, assim, uma preocupação combinada com o tamanho do programa, sua convivência com outros setores no leque de um estado de bem-estar.

MAPA CONCEITUAL DA RENDA BÁSICA UNIVERSAL

Características fundamentais da RBU e princípios de justiça distributiva

Nesta seção apresentamos uma grade analítica para analisar os pontos críticos destacados. Primeiramente definimos a noção de renda básica universal mais formalmente (para que, adiante, possa ser tomada como parâmetro de comparação). Em seguida apresentamos alguns princípios de justiça que serão fundamentais para nossa análise.

Segundo Bidadanure (2019), cinco características podem ser consideradas comuns às diferentes propostas de renda básica universal presentes na literatura. Em primeiro lugar, o benefício deve ser pago em dinheiro e não em forma de *vouchers*, produtos ou serviços. Em segundo lugar, os benefícios devem ser individuais. Isto é, diferentemente de quase todos os programas de transferência de renda, a RBU não deveria ter os domicílios ou famílias como alvo – logo, não poderiam ser baseados na renda domiciliar (ou familiar), nem ser destinados a um único membro da família. Em terceiro lugar, deve ser incondicional. O recebedor tem um direito inalienável a essa renda, não dependendo de qualquer contrapartida (por exemplo, frequência à escola, a programas de qualificação etc.) – seja ele rico ou pobre, jovem ou velho, trabalhador formal, informal ou desempregado. Em quarto lugar, o pagamento deve ser regular e periódico (por exemplo, pago mensalmente). Isso se contrapõe a propostas que sugerem o pagamento de uma única parcela ou montante em um dado momento da vida.⁶ Finalmente, em quinto lugar, não deveria haver critérios ou barreiras de elegibilidade; afinal, o benefício é universal. Critérios de classificação e distinção entre beneficiários e não beneficiários (por exemplo, pobres *versus* não pobres) tenderiam a criar estigmas e preconceitos sociais.

Segundo defensores, o adjetivo “básica” não deve ser visto como sinônimo de mínima (no sentido de mínimo de subsistência). A noção se referiria ao fato de que a renda derivada de outras fontes (entre elas, principalmente o trabalho) “suplementaria” as transferências regulares realizadas pelo programa (Bidadanure, 2019: 486). Ela seria, assim, uma base à qual outras rendas se poderiam somar. Obviamente, definir tal quantia básica não é tarefa simples, mesmo em um cenário puramente teórico. Desse modo, a RBU, tal como apresentada na literatura contemporânea, seria um programa de transferência de renda com características bem próprias, definidas a partir de parâmetros ideais.

Seus principais defensores se encontram principalmente no campo da filosofia política.

Partindo então desse ponto de vista, destacamos três princípios gerais de justiça distributiva, que balizam correntes filosóficas distintas e que poderiam ser mobilizados para compreender programas de transferência de renda, sejam eles focalizados (como o PBF) ou universais (RBU). Nos referimos aos princípios da igualdade, da prioridade e da suficiência (Lucca-Silveira, 2017).

Os defensores do valor intrínseco da igualdade argumentam que a avaliação de uma transferência ou pagamento a ser realizado deve ser “sempre” feita de forma comparativa, levando em conta não apenas o indivíduo que se tornará receptor do benefício, mas toda a distribuição. Trata-se assim de uma consideração relacional e abrangente, implícita na comparação, a qual avalia “sempre” toda redução de desigualdade como normativamente positiva. Assim, num caso-limite, a comparação levaria ao nivelamento do *distribuendum* em questão.

Segundo o princípio da prioridade, “beneficiar pessoas importa mais quanto em pior situação essas pessoas estiverem” (Parfit: 2002, 101). Não é necessário levar em conta toda a distribuição: apenas uma comparação incompleta é realizada, posto que o argumento depende somente da identificação daqueles em pior situação econômica. Fora desse escopo, as demais distâncias e diferenças não são relevantes. O critério de decisão sobre um estado mais ou menos justo levaria em consideração apenas o que afetasse as pessoas mais mal posicionadas.

Já os defensores das doutrinas da suficiência ou teorias suficientaristas (Frankfurt, 2015) não se importam com a igualdade (ou com outro ideal comparativo) nem defendem a prioridade irrestrita dos em pior situação. Segundo esse leque de teorias, o que importa moralmente é se todos têm o bastante para viver acima de um determinado limiar crítico, uma espécie de linha de suficiência. Indivíduos em pior situação relativa apenas serão relevantes se se encontrarem abaixo daquele patamar. Dessa forma, apoiadores dessas doutrinas defendem duas teses distintas, mas inter-relacionadas. Uma tese positiva – a afirmação da importância de que as pessoas vivam sem privações, acima do limiar de suficiência – e uma tese negativa – a negação da relevância de apelos distributivos adicionais (Casal, 2007: 298), uma vez que aquele limiar tivesse sido ultrapassado por todos.

Nosso argumento é o de que estes três princípios de justiça – igualdade, prioridade e suficiência – podem iluminar tanto considerações teóricas sobre renda básica universal como também parte do debate político sobre auxílio emergencial e renda básica realizado no Brasil. Fundamentalmente, um princípio de justiça pode ser compreendido como um critério último de justificação, capaz de fornecer bases de legitimação das reivindicações morais e demandas políticas por programas de transferência de renda em circunstâncias socioeconômicas específicas.

Intuitivamente, o princípio da igualdade poderia ser considerado o mais “forte” ou exigente. Ele tende a justificar políticas redistributivas mais demandantes que as defendidas pelos princípios da prioridade e da suficiência. Cete-

ris paribus, um igualitário considera um cenário com desigualdades – por exemplo, de renda, ou, nos termos da literatura especializada, de bem-estar –, sempre inferior a um cenário sem (ou com menos) desigualdades. No limite, o cenário preferido seria aquele de completo nivelamento do *equalizandum*.

Segundo a visão prioritarista, deveríamos promover políticas públicas que satisfizessem as preferências com menor nível de renda ou bem-estar. Prioridade, desse modo, definiria os primeiros indivíduos a ser beneficiados por ações distributivas. Há, contudo, diferenças com respeito à noção de “focalização” de uma política pública. A prioridade, definida de forma monista (isto é, sem associação ou com outros princípios), seria irrestrita: enquanto houver *distribuendum*, podemos realizar atos distributivos, desde que satisfeito aquele critério. Numa sociedade afluyente, por exemplo, o primeiro (ou próximo) indivíduo a ser beneficiado por uma política prioritária pode não ser considerado “pobre”, segundo alguma linha de pobreza. Não se trata de uma avaliação de insuficiências ou necessidades, mas de um critério meramente ordinal. Por essa razão, por ser irrestrito, consideramos que o prioritarismo é mais exigente do que o princípio da suficiência.

Os defensores da doutrina da suficiência entendem que as demandas daqueles em pior situação apenas devem ser consideradas se estiverem também abaixo do limiar de suficiência. Em outras palavras, em uma sociedade em que todos vivem acima de alguma linha de pobreza absoluta, adeptos da doutrina da suficiência podem considerar que não há razões para realizar políticas públicas em prol dos “menos ricos” que os demais. Desigualdades remanescentes (e noções correlatas, como a de pobreza ou privação relativa) não seriam objeto de interesse. Nesse sentido, o princípio da suficiência é o menos exigente dos três.⁷

Essas três perspectivas propiciam a formulação de diferentes objeções à desigualdade econômica e à pobreza e autorizam diferentes justificações morais para programas de transferência de renda. À primeira vista, as características da RBU, apresentadas acima, podem soar como inspiradas e justificadas pelo princípio da igualdade, que seria avesso à existência de toda forma de desigualdade econômica.

De um ponto de vista moral, a justificação moral de um programa de transferência de renda específico decorre de considerações sobre as circunstâncias preexistentes, prováveis consequências e cenários decorrentes de sua implementação. Ou seja, o ponto de partida importa, e uma antevisão de seus efeitos também. John Roemer (2004) argumenta que uma visão ética, para ser atrativa, precisa ser contextual, eclética e pluralista – em suma, sensível às circunstâncias e aos cenários vigentes. Acreditamos que o argumento é válido para políticas públicas: diferentes razões morais, algumas mais demandantes (e provavelmente com um menor número de adeptos) e outras menos exigentes podem legitimá-las.

É verdade que demandas democráticas e políticas públicas não precisam ser justificadas ou identificadas a uma abordagem teórico-normativa específica. Usualmente, para fins práticos e de governança, estudos empíricos de avaliação da implementação e do efeito de políticas são muito mais demandados. Isso não significa, contudo, que não devamos refletir sobre os valores que balizam nossas decisões políticas. Refletir sobre o princípio moral orientador traz clareza a respeito da sociedade em que desejamos viver.

E reside aí a relevância de se identificar como aqueles três princípios normativos poderiam formatar nosso entendimento sobre um programa de renda básica universal. Se não debatermos nossas motivações morais primeiras, sempre estaremos correndo o risco de sequer distinguir entre aliados e opositores políticos. Apenas quando sabemos aonde queremos chegar é que se torna possível escolher o melhor caminho a seguir. É verdade que consequências importam. Justamente por isso, faz sentido perguntar que consequências buscamos.

DAS FINALIDADES E CONSEQUÊNCIAS DA RENDA BÁSICA UNIVERSAL

A RBU é uma proposta originalmente com matiz libertariana. De acordo com Van Parijs (1994: 71), se queremos ser justos, devemos almejar uma sociedade livre, na qual seus membros possuem tanta liberdade quanto possível. O instrumento adequado para isso, advoga o filósofo belga, seria uma renda básica universal. Talvez alguns leitores se espantem, tendo em vista o fato de que, no imaginário, essa seria uma ideia frequentemente associada à presença forte de um Estado de esquerda. De acordo com o próprio Van Parijs (1995), sua proposta é de um “libertarianismo real”, o que não é contraditório com um núcleo igualitário da proposta ou pode vir a ser adotada por igualitários. Ainda que estejamos tratando de rendimentos, o *equalisandum* de fundo não é o mesmo: em vez da ênfase em resultados distributivos, uma ênfase na equalização das oportunidades ou condições, ampliando liberdades. A RBU poderia reduzir opressões econômicas, de gênero e raciais. Essas são razões morais abrangentes listadas na literatura,⁸ conectando liberdade e igualdade. Se todos, independentemente de suas escolhas e trabalhos, possuírem uma renda básica, as principais formas de dominação e opressão existentes, argumentam, seriam reduzidas de forma significativa. Hierarquias que privam indivíduos de exercer suas liberdades de escolha e de ação possibilitando que vivam tal como desejam seriam mitigadas ou eliminadas. Justamente por isso, razões libertarianas são complementadas por outras razões morais, tanto liberais como igualitárias, na justificação da RBU.

Outro aspecto fundamental da justificação moral dirige-se à relação com a esfera do trabalho. Ao se constituir como um recebimento livre de contrapartidas, a RBU se choca com noções que hierarquizam posições no mercado – e ainda, de modo mais geral, priorizam o trabalho acima do tempo livre ou do lazer. Nesse ponto, há mais polêmica. Defensores enfatizam que não haveria

razões para pressupor um valor moral superior (usualmente associado a ideias de reciprocidade social) de determinadas ocupações ou atividades. Indo além, seria válido questionar: todos devem ter o direito de fazer o que quiserem, incluindo não trabalhar, e mesmo assim receber uma renda básica de igual valor? Para usarmos o exemplo clássico da literatura: até mesmo um surfista em Malibu?⁹ Segundo os defensores da RBU, sim. Trata-se do questionamento explícito do “produtivismo”, que enaltece o trabalho e as responsabilidades individuais. Valores dessa natureza são podem ser compartilhados de modo tão tácito a ponto de impedir que outros princípios (como os da igualdade, prioridade e suficiência) sejam discutidos. Haveria um limiar de suficiência do trabalho? Haveria algum grau de produtividade social que pudesse efetivamente “libertar” indivíduos da necessidade de se engajar em atividades laborais? A necessidade do trabalho se justifica moralmente por quais razões não econômicas?

Deveria a RBU ser entendida como um “valor em si mesmo”, independente das consequências e externalidades que poderia acarretar? Esse não é um ponto consensual na literatura contemporânea. Por um lado, não parece plausível que a “liberdade real” anunciada pelos advogados da RBU seja facilmente alcançada mesmo sob a hipotética vigência do programa. Por outro, a existência de tal programa pode conflitar com outros objetivos e valores sociais. Em que medida estaríamos desestimulando aqueles que executam funções mais difíceis?¹⁰ Estaríamos incentivando menores taxas de participação, logo uma economia menos dinâmica e menor bem-estar agregado? E em que medida esse seria apenas um mero receio daqueles já imensos numa cultura produtivista?

Pensar em aspectos práticos relacionados à implementação e vigência em situações reais ajuda a pensar de forma ainda mais ampla no escopo desses dilemas. Uma RBU seria fiscalmente viável? Isso é particularmente importante em países mais pobres ou em crise. Outras políticas realizadas pelo Estado poderiam perder financiamento em função da RBU? A RBU seria defensável se gerasse inflação?

Na próxima seção, partindo de uma reflexão sobre a experiência do auxílio emergencial e dos debates por ele suscitados, apresentamos algumas considerações normativas sobre os temas centrais dos debates políticos acerca do futuro dos programas de transferência de renda no Brasil.

DILEMAS NORMATIVOS EMERGENTES NO DEBATE BRASILEIRO¹¹

Em uma sociedade tão desigual e com níveis tão elevados de pobreza como a brasileira, parece claro que qualquer uma das três perspectivas de justiça – igualitarismo, prioritarismo e suficientarismo – seria compatível com algum tipo de política de transferência de renda. Mas todas elas defenderiam necessariamente a RBU? Essa questão não tem uma resposta fácil. Em princípio, políticas focalizadas poderiam ser preferidas pelas três posições. Uma distri-

buição converge mais rapidamente para a igualdade quando transferências são realizadas entre partes extremas da distribuição: do topo para a base (Sen & Foster, 1997). Em contextos empíricos, isso ocorre, por exemplo, quando políticas de taxaço progressiva no topo são combinadas com transferências focalizadas na base. Essa seria uma razão para igualitaristas defenderem tais medidas. É possível também argumentar que, para os prioritaristas, ainda que focalização não seja o mesmo que conferir prioridade àqueles em pior posição, seria razoável que, em contextos reais, essa seja uma possibilidade de implementação. E para os suficientaristas, por fim, transferências concentradas justamente no grupo que está abaixo do limiar de suficiência estão na primeira ordem de importância. Desse modo, sob quais condições a RBU seria defensável, em contraposição à focalização?

Primeiramente cabe pensar sobre os limites dos programas com estratégias de extrema focalização, como o próprio Bolsa Família. Não é difícil observar que, em contextos empíricos, a focalização jamais é perfeita. Ela usualmente é baseada no atendimento a algum critério explícito: ser pobre, estar desempregado etc. Do ponto de vista do Estado, isso depende da averiguação formal da condição de vida; o que a literatura denomina teste de meios – e são os mais pobres e mais mal posicionados justamente aqueles que com maior probabilidade podem não possuir meios de comprovação. São várias as razões: distância ou inacessibilidade dos serviços públicos, falta de informações e conhecimentos sobre o funcionamento de programas, falta de documentos etc. Um caso extremo seria, por exemplo, o das populações em situação de rua, que sequer podem comprovar endereço e composição familiar. A concessão de uma renda incondicional e universal poderia ser uma estratégia para contornar essa dificuldade – sendo, nesse sentido, consonante com prioritarismo (ao levar em conta essa característica fundamental dos mais mal posicionados) e talvez também suficientarista (alavancando os mais distantes para próximo ou acima do limiar de suficiência).

A experiência da implementação do auxílio emergencial durante a pandemia deixou evidente o quão difícil é identificar e chegar até os indivíduos que são foco de um programa: ausência dos elegíveis nos cadastros oficiais do governo, erros graves de focalização e concessão de benefícios etc. E, como argumentamos, a trajetória recente do Bolsa Família, antes da pandemia, evidencia que a abrangência do programa esteve à mercê de disponibilidades orçamentárias e disputas políticas. Noutras palavras, a operacionalização empírica dos critérios de foco e elegibilidade não mantém necessariamente uma correlação direta com as necessidades da população – e nem mesmo com linhas justas de suficiência.

A destacada distância entre os valores médios dos benefícios do Bolsa Família e o custo de vida da população é outra evidência adicional daquela ausência de correlação. Foco, desse modo, não é necessariamente sinônimo de

eliminação efetiva da pobreza.¹² E vale mencionar que o Programa Bolsa Família possui uma linha própria de pobreza, cuja atualização e deflação está também sujeita à disponibilidade orçamentária. Quando há desatualização, pode haver automática redução do número de pobres, conforme computados pelo programa, mesmo que os indivíduos beneficiários não tenham experimentado qualquer melhoria de vida.

A instabilidade do financiamento do Bolsa Família é apenas consequência do fato de que os benefícios transferidos não são entendidos como um “direito” – diferentemente do que ocorre, por exemplo, com as transferências do benefício de prestação continuada (BPC) e previdenciárias; ambos constitucionalizados. A estratégia de constitucionalizar políticas é uma tentativa de torná-las mais fixas e resistentes à mudança (*retrenchment*).¹³ A constitucionalização, contudo, não é sinônimo de entender uma política como direito, isto é, atrelada à própria noção de cidadania (tal como as liberdades civis e políticas). O Bolsa Família, apesar de duradouro, é ainda entendido como “emergencial”, de vários modos (ainda que não nos termos do auxílio emergencial). É emergencial do ponto de vista dos indivíduos e famílias: acudindo pessoas em situações de extrema privação, estados de verdadeira emergência e urgência. Isso não impediria, em princípio, que fosse compreendido como direito – nesse caso, o direito de não viver sob extrema privação.

De certo modo, o seguro-desemprego é também uma política emergencial, em sentido análogo: volta-se para amenizar situações extremas no curso de vida. É frequentemente compreendido como um direito do trabalhador formal. A diferença, no entanto, reside no lastro que possui com o trabalho realizado anteriormente pelo indivíduo e pelas contribuições por ele recolhidas durante esse período. Assim o recebimento do seguro-desemprego baseia-se numa contrapartida contributiva prévia – o que o liga a ideias sobre retribuição e merecimento, por exemplo. É um direito conquistado em função de uma ação e não algo derivado da própria condição de cidadania.

O caráter não contributivo das transferências assistenciais suscita, nos críticos, o receio de que elas poderiam criar uma classe de dependentes do Estado. Em larga medida, a existência de condicionalidades comportamentais (como a exigência da frequência à escola ou serviços de saúde) opera como uma maneira de exigir contrapartidas sociais alternativas, a despeito do caráter não contributivo. Nesse sentido, condicionalidades auxiliam a justificar moralmente a existência de um programa para aqueles que temem o advento de uma grande coalizão de caroneiros (*free riders*), ferindo princípios de mérito e recompensa. Vale relembrar, porém, que uma das cinco características de um programa de renda básica é justamente estar associada à noção de direito inalienável, por ser incondicional. Nesse sentido, o BPF não é “básico”.

O Bolsa Família pode ser visto como “emergencial” também de um ponto de vista macroeconômico e microfundamentado: idealmente, podemos supor

que o crescimento econômico (conjugado a avanços distributivos e políticos) poderia eliminar por completo a existência da pobreza; logo a necessidade de um programa focalizado/emergencial – assim como o auxílio emergencial deixaria de ser necessário na ausência da pandemia e suas consequências. Tudo se passa, todavia, como se esperássemos o *Godot* do crescimento inclusivo. E o emergencial se torna cotidiano, sem se converter em permanente.

As necessidades da população podem ainda variar de forma dinâmica, em função da volatilidade e instabilidade das condições de vida e de renda. Isso significa que a posição relativa e absoluta dos indivíduos na distribuição de renda e bem-estar varia ao longo do tempo – o que dificulta tanto a identificação precisa daqueles em pior situação (critério prioritarista) como a avaliação da suficiência dos meios de vida (critério suficientarista). Do ponto de vista de um programa focalizado, isso pode ter várias implicações. A primeira delas é que o teste de meios deve ser também dinâmico – o que pode aumentar drasticamente os custos administrativos e informacionais do Estado. Na prática, é impossível manter o acompanhamento em “tempo real” das flutuações e necessidades da população, o que leva à implementação de alternativas aproximadas. No caso do Bolsa Família, houve, em 2012, a instituição do benefício de superação da extrema pobreza (BSP) um pagamento adicional destinado às famílias que, mesmo recebendo o benefício básico do programa, ainda não logravam ultrapassar a linha administrativa de pobreza. O diferencial pago era exatamente o hiato: a distância entre a renda comprovada à assistência social e o critério de pobreza do programa. No entanto, como o cadastro das famílias apenas é atualizado a cada dois ou três anos, o valor do BSP deixa de ter correlação com as variações de curto prazo das necessidades das famílias. Na prática, do ponto de vista dos beneficiários, trata-se apenas de um benefício fixo adicional. E vale observar que os mesmos tipos de desafios estariam dados para um programa de transferência (ou renda básica) do tipo “imposto de renda negativo”, tal como na formulação célebre de Milton Friedman. Se as quantias a receber são determinadas com base no hiato com respeito a uma linha de insuficiência, então estamos assumindo que os mesmos requisitos informacionais exigentes devem ser satisfeitos.

Em nosso entender, a preocupação com a volatilidade de renda pode ser compreendida como uma reivindicação de justiça, que merece por si só atenção especial de uma perspectiva normativa. Ao se a levar em consideração, os três princípios passam a requerer consideração em perspectiva diacrônica. Trata-se da preocupação com a garantia de que ninguém enfrente privações em nenhum estágio de sua vida. Oscilações, instabilidades e privações intermitentes prejudicam as capacidades de fazer planos de vida, investimentos pessoais – o que afeta diretamente o bem-estar material e subjetivo, bem como o senso de liberdade e de possibilidade de assumir riscos. Os desafios para os princípios de justiça, no entanto, são diversos. Para o prioritarismo: como ordenar indivíduo-

os, do mais mal ao mais bem posicionado em alguma dimensão normativamente relevante, quando há trocas dinâmicas de posição? Para o suficientarismo: como estabelecer uma linha de suficiência que leve em conta essas variações? Bastaria simplesmente elevar seu patamar para além do limiar típico de variação? Para o igualitarismo (radical): como garantir que, mesmo se as rendas fossem completamente equalizadas, elas permaneceriam em equilíbrio/*steady state*? De início, poderíamos pensar que o prioritarismo se satisfaria com posições relativas “médias” dos indivíduos ao longo do tempo. Para o suficientarismo, a renda média ou o consumo médio poderiam talvez ser avaliados contra uma linha de suficiência fixa. Para o igualitarismo, bastaria observar a distribuição também média. Esbarramos, no entanto, no fato de que qualquer observador não possuiria informação completa e instantânea – para então as registrar e calcular médias. Observar uma vez a cada dois anos (como faz o Cadastro Único no Brasil) pode ocultar variações de curto prazo – mesmo se assumíssemos que todos os comprovantes e testes de meios trouxessem informação completa. Qual seria a periodicidade adequada? Deveríamos assumir que a volatilidade tem temporalidades idênticas para todos os indivíduos? Além disso, para que posições e médias passadas funcionem como critérios razoáveis para calibrar benefícios é necessário supor que eventos futuros se comportarão de modo razoavelmente semelhante – o que pode não ser o caso. No limite, ainda que houvesse regularidade, o formato das tendências poderia simplesmente não ser linear ou estável em torno de um ponto fixo; de modo que uma simples média poderia não ser uma estimativa adequada.

No debate contemporâneo entre especialistas e gestores de políticas públicas no Brasil, levantou-se a ideia de que benefícios maiores e para uma população muito mais abrangente do que a coberta pelo Bolsa Família poderia ser uma alternativa pragmática e viável (Paiva et al., 2021). Parcela não desprezível da população que experimenta volatilidade de renda (em diferentes graus) pode ter vivenciado situação de pobreza em algum ponto do curso de vida. A rigor, pensar diacronicamente significaria estabelecer esse contingente como público-alvo de um programa – mesmo que, num dado momento específico, não houvesse indivíduos abaixo de uma linha de pobreza ou nenhum deles figurasse entre os mais mal posicionados. Seria essa uma medida contra toda a instabilidade provocada pela volatilidade de renda? Uma linha de suficiência elevada ou um critério alargado e diacrônico de prioridade seria um meio de garantir segura e preventivamente que não haveria insuficiência no futuro e que os mais necessitados (nesse sentido amplo) estão sendo cobertos, ainda que não seja possível identificá-los individualmente com precisão?

Supondo que haja um *continuum* de possibilidades entre programas extremamente focalizados e uma verdadeira renda básica universal, nossa argumentação parece apontar na direção de algo no meio do caminho, coerente com diversas perspectivas sobre justiça e dando especial atenção aos aspectos não

ideais suscitados por sua implementação. E cabe sempre destacar: apesar de desenhada para ser realizada como uma política pública específica, uma real experiência de RBU é ainda inexistente no mundo. Modelos e implementações particulares apenas se aproximam em graus daquelas cinco características que a definem. Países, províncias e municípios que adotam algum tipo de transferência de renda abrangente sempre encontram à sua frente o dilema de qual característica abandonar, não satisfazer ou flexibilizar.

Um programa amplo que respondesse às dificuldades elencadas acima estaria mais próximo da flexibilização dos critérios de elegibilidade, das condicionalidades e dos testes de meios, mesmo que não fosse ainda concebido como direito inalienável de todos – e como vimos a noção de “direito” esbarra ainda na própria estratégia de financiamento do programa, que deveria, nesse caso, ser perene, estável e protegida contra flutuações e tentativas de ajuste fiscal. Ou então, a volatilidade do Estado se propaga e se converte em volatilidade dos direitos.

Outras questões, contudo, precisam também ser mais bem endereçadas. A literatura sobre renda básica assume que a universalização eliminaria os estigmas causados por programas com focalização. A direção da seta causal, porém, não é clara: seria a focalização a causadora de estigma ou seriam as populações já previamente estigmatizadas aquelas que se tornam alvo de políticas com ares de segregação? Se este último for o caso, a universalização pouco colaboraria. É possível mesmo que haja “causalidade recíproca” ou endogeneidade. Sob restrições orçamentárias e existência de desigualdades e insuficiências prévias, a universalização impõe ainda um “*trade-off* moral”: seria “justo” desenhar um programa universal uma vez que há hierarquias e heterogeneidades nas necessidades de diferentes camadas sociais e recursos escassos/finitos para transferir?

O debate existente no Brasil sobre as diferentes estratégias de focalização, direta e indireta, lança luz sobre outro de relevância moral, de cunho consequencialista: devemos defender uma renda básica independentemente de seus efeitos e externalidades? A informalidade como possível externalidade negativa de um sistema de focalização direta (com testes de meios) e abrangente (com elevada linha de suficiência ou de pobreza) sugere a relevância de levar as consequências em consideração antes de nos manifestar como favoráveis ou contrários a um programa de transferência de renda mais amplo.

Diferentes princípios de justiça podem justificar programas distintos de distribuição de renda. Se é verdade que todo igualitário, prioritário ou suficientarista reconhece que não devemos viver em uma sociedade em que pessoas vivem abaixo do limiar de pobreza extrema, isso não significa que as políticas a ser defendidas por diferentes princípios de justiça serão semelhantes. Trata-se menos de escolher um princípio único como parâmetro para uma política real do que de derivar de cada um questões e avaliações sobre os objetivos que

almejam, os métodos para alcançá-los e as consequências (morais e práticas) de sua consecução. Noutras palavras, não é caso de “optar” entre igualitarismo, prioritarismo ou suficientarismo, tal como aqui definimos. Achamos mais frutífero uma abordagem pluralista, que permita a combinação desses princípios.

Justamente por isso uma reflexão normativa pode auxiliar as avaliações e as recomendações empíricas, assim como esclarecer o debate político. O inverso também é verdadeiro: a teoria normativa precisa considerar as evidências empíricas. Para enriquecer o debate derivado da experiência do auxílio emergencial, a identificação e a justificação normativa do problema social que queremos enfrentar com esse programa são demandas urgentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação trágica da pandemia da covid-19 não só acarretou um elevadíssimo número de mortes, como também graves impactos econômicos, afetando a vida de importante proporção da população brasileira. E é provável que as consequências perniciosas se estendam por muito tempo; o que nos leva à necessidade de repensar nosso sistema de proteção social. Buscamos realizar algumas considerações normativas sobre o futuro dos programas de transferência de renda, à luz da experiência do auxílio emergencial e dialogando com a literatura contemporânea sobre renda básica universal. O auxílio serviu de mote, no debate público e acadêmico, para pensar acerca das insuficiências das estratégias de proteção. Debruçamo-nos sobre alguns dos pontos contraditórios nos argumentos públicos para refletir sobre saídas e alternativas propostas. Nosso propósito não foi o de elaborar um desenho específico de programa ou avaliar políticas; mas sim o de evidenciar a natureza dos dilemas morais e objetivos distributivos subjacentes aos debates atuais.

Norteamo-nos por três princípios de justiça – o igualitarismo, o prioritarismo e o suficientarismo – e argumentamos acerca da importância de aproximar as literaturas teórico-normativas e empíricas sobre desigualdades. Assim como a grade analítica normativa ilumina questões que, de outro modo, seriam tipicamente negligenciadas por analistas e formuladores de políticas públicas; a consideração sistemática de evidências pode desencadear inovações na consideração dos princípios de justiça. Ilustramos este último caso por meio da consideração diacrônica da distribuição de renda (fundados em estudos sobre a volatilidade de renda), o que engendrou alterações substantivas nos modos como concebemos a prioridade, a suficiência e a igualdade.

Recebido em 09/11/2020 | Revisto em 17/06/2021 | Aprovado em 25/06/2021

Marcos Paulo Lucca-Silveira é professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e pesquisador da Fundação José Luiz Egydio Setúbal. Doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo e pesquisador associado ao Centro de Estudo da Metrópole (CEM-USP), no qual fez pós-doutorado, atua em teoria política normativa, ética aplicada e políticas públicas. É coautor do artigo “Investigating the mobility capabilities and functionings in accessing schools through walking: a quantitative assessment of public and private schools in São Paulo” (Brazil).

Rogério Jerônimo Barbosa é professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Uerj. Doutor em sociologia pela USP, é pesquisador associado ao Centro de Estudos da Metrópole e do Princeton Brazil Lab. Pesquisa e publica sobre os temas de desigualdade de renda, mercado de trabalho e educação. É coautor de “Educational expansion, inequality and poverty reduction in Brazil: a simulation study” e de “Distribuição de renda nos anos 2010: uma década perdida para desigualdade e pobreza”.

NOTAS

- 1 Milton Friedman (1968) apresenta uma proposta de *negative income tax*, a qual possui alguma similaridade com a proposta de renda básica universal, segundo parte da literatura contemporânea. O artigo de Bidadanure (2019) apresenta uma excelente revisão sobre o debate de renda básica, a qual seguimos em parte desta seção.
- 2 Já no Brasil, destacam-se os trabalhos acadêmicos e proposições política de Eduardo Suplicy (2013).
- 3 Para mais detalhes sobre as regras, ver Souza et al. (2020).
- 4 Considerando uma linha de pobreza de um terço do salário-mínimo vigente em 2020. A taxa de pobreza para 2019 foi calculada a partir da Pnad Contínua Anual de 2019, com valores deflacionados para maio de 2020. A taxa de pobreza para a quarta semana de maio foi calculada com a Pnad-Covid.
- 5 A linha de pobreza adotada pelo Banco Mundial para países de renda média-alta, como o Brasil, é de US\$ 5,50 PPP 2011 por dia *per capita*. Convertidos em R\$ e mensalizado, esse valor corresponderia a R\$ 434 *per capita* em 2019. A média das linhas de pobreza calculadas por Sônia Rocha (2015) para o ano de 2014 era de R\$ 249,13 *per capita* mensais. Em valores de julho de 2019, isso seria equivalente a R\$ 326,41.
- 6 Um programa nesse formato é conhecido na literatura como capital básico. Essa proposta pode ser encontrada na formulação de Ackerman e Alstott (2000, 2006).
- 7 A literatura original sobre a questão não delimita em qual quantil da distribuição o limiar de suficiência deveria ser fixado. Frankfurt (2015) sugere que esse patamar seria bem mais exigente que as usuais linhas de pobreza.
- 8 Ver Bidadanure (2019) para referências sobre essas razões.
- 9 O exemplo dos surfistas, que motivou a imagem de capa do livro clássico de Van Parijs (1995), é sempre apresentado na literatura sobre renda básica como uma crítica a posições igualitárias apresentadas por outros importantes filósofos, como John Rawls (2001: 179), que defende que instituições justas não devem subsidiar aqueles que optam por surfar todos os dias e não usam suas capacidades produtivas.

- 10 O parentesco com funcionalistas como Davis e Moore (1945) não é fortuito.
- 11 A renda básica universal, assim como o Programa Bolsa Família, já foi objeto de considerações teóricas centradas em dimensões normativas. Entre outros trabalhos, as contribuições realizadas por Josué Pereira da Silva, com ênfase em questões de reconhecimento, merecem destaque. Considerações normativas centradas na questão das condicionalidades ou contrapartidas de programas focalizados, como presentes no PBF, foram objeto de reflexão normativa pelo sociólogo (Silva, 2009), que também apresenta uma análise dos discursos recentes sobre renda básica universal no Brasil e mundo contemporâneo (Silva, 2019). Já um debate centrado nos efeitos positivos na autonomia das beneficiárias do PBF está presente em Leão Rego e Pinzani (2013). Agradecemos aos pareceristas as sugestões bibliográficas, incorporadas nesta nota.
- 12 Ver discussão apresentada na nota 5.
- 13 Afinal, a aprovação de emendas constitucionais exige supermaiorias, dois turnos de votação em cada uma das casas legislativas.

REFERÊNCIAS

- Ackerman, Bruce & Alstott, Anne. (2006). Why stakeholding? In: Ackerman, Bruce; Alstott, Anne & Van Parijs, Philippe. *Redesigning distribution: basic income and stakeholder grants as cornerstones for an egalitarian capitalism*. London/New York: Verso, p. 43-65.
- Ackerman, Bruce & Alstott, Anne. (2000). *The stakeholder society*. New Haven: Yale University Press.
- Barbosa, Rogério J.; Souza, Pedro H. G. Ferreira de & Soares, Sergei S. D. (2020). Distribuição de renda nos anos 2010: uma década perdida para desigualdade e pobreza. Brasília: Ipea (Texto para Discussão, v. 2610).
- Barbosa, Rogério J.; Prates, Ian & Meirelles, Thiago de Oliveira. (2020). A vulnerabilidade dos trabalhadores brasileiros na pandemia da Covid-19. *Boletim – Rede de Pesquisa Solidária Políticas Públicas & Sociedade*, 2.

Barbosa, Rogério J. et al. (2020a). Auxílio de R\$ 600,00 precisa continuar e pode ser financiado por contribuição emergencial sobre altas rendas. *Boletim – Rede de Pesquisa Solidária Políticas Públicas & Sociedade*, 8.

Barbosa, Rogério J. et al. (2020b). Crise altera o perfil do trabalho em casa e do teletrabalho. Desigualdade digital reduz rendimentos e rebaixa atividade econômica. *Boletim – Rede de Pesquisa Solidária Políticas Públicas & Sociedade*, 16.

Bidadanure, Juliana U. (2019). The political theory of universal basic income. *Annual Review of Political Sciences*, 22, p. 481-501.

Casal, Paula. (2007). Why sufficiency is not enough? *Ethics*, 117/2.

Davis, Kingsley & Moore, Wilbert. (1945). Some principles of stratification. *American Sociological Review*, 10/2.

Frankfurt, Harry. (2015). *On inequality*. New Jersey: Princeton University Press.

Friedman, Milton. (1968). The case for a negative income tax: a view from the right. In: Bunzel, John. (ed.). *Issues in American public policy*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, p. 111-120.

Gentilini, Ugo, et al. (eds). (2019). *Exploring universal basic income: a guide to navigating concepts, evidence, and practices*. Washington, DC: World Bank Publications.

Hecksher, Marcos & Barbosa, Rogério. (2021). Renda e trabalho durante a pandemia. *Boletim do Observatório Fiocruz Covid-19, semanas epidemiológicas 14 e 15*. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_covid_2021-semanas_14-15-red.pdf. Acesso em 10 jun. 2021.

King Jr., Martin Luther. (2010). *Where do we go from here: chaos or community?* Boston: Beacon.

Leão Rego, Walquíria & Pinzani, Alessandro. (2013). *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora Unesp.

Levy, Horacio; Matsaganis, Manos & Sutherland, Holly. (2013). Towards a European union child basic income? Within and between country effects. *International Journal of Microsimulation*, 1/6, p. 63-85.

Li, Sabrina L. et al. (2021). Higher risk of death from Covid-19 in low-income and non-white populations of São Paulo, Brazil, *BMJ Global Health*, 6/4.

Lucca-Silveira, Marcos Paulo. (2017). *Justiça distributiva e saúde: uma abordagem igualitária*. Tese de Doutorado. PPGCP/Universidade de São Paulo.

Mostafa, Joana & Santos, Thuany dos. (2016). Limitações de um teste de meios via predição de renda: evidências de uma aplicação no programa bolsa família. Brasília/Rio de Janeiro: Ipea (Texto para discussão).

Nassif-Pires, Luiza; Cardoso, Luisa & Oliveira, Ana Luíza Matos de. (2021). Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do auxílio emergencial na pobreza e extrema pobreza. *Nota de Política Econômica*, 10.

Paine, Thomas. (1797). *Agrarian justice*. London: R. Folwell.

Paiva, Luis Henrique et al. (2021). A reformulação das transferências de renda no Brasil: simulações e desafios. Brasília: Ipea (Texto para discussão, 1).

Parfit, D. (2002). Equality or priority. In: Clayton, Matthew & Williams, Andrew (eds.). *The ideal of equality*. Edition printed with correction. New York: Palgrave Macmillan.

Rawls, John. (2001). *Justice as fairness: a restatement*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Rocha, Sonia. (2015). Indicadores de pobreza, segundo unidades de federação, regiões e estratos de residência – 2014. Planilha do Excel. Rio de Janeiro: Iets.

Roemer, John E. (2004). Eclectic distributional ethics. *Politics, Philosophy & Economics*, 3/3, p. 267-281. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1470594X04046238>. Acesso em 05 mar. 2021.

Sen, Amartya & Foster, James. (1997). *On economic inequality*. Oxford University Press.

Silva, Josué Pereira da. (2019). *Renda básica em tempos difíceis*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Cadernos IHUideias).

Silva, Josué Pereira da. (2009). Reconhecimento, redistribuição e as ambivalências do discurso sobre o Bolsa Família. *Ciências Sociais Unisinos*, 45/3, p. 196-205.

Soares, Sergei. (2010). A volatilidade de renda e a cobertura do Programa Bolsa Família. *Brasil em desenvolvimento*, 3.

Soares, Sergei Suarez Dillon et al. (2019). A universal child grant in Brazil: what must we do, and what can we expect from it?. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth (Working Paper 181).

Souza, Pedro H.G. Ferreira de et al. (2020). Estimativas de público elegível e custos do benefício emergencial criado pelo PL 9.236/2017. Brasília: Ipea (Nota Técnica da Disoc, 60).

Suplicy, Eduardo. (2013). *Renda da cidadania: a saída é pela porta*. 7 ed. São Paulo: Editora Cortez.

Van Parijs, Philippe & Vanderborght, Yannic. (2017). *Basic income: a radical proposal for a free society and a sane economy*. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press, 2017.

Van Parijs, Philippe. (1995). *Real Freedom for All*. Oxford, UK: Clarendon.

Van Parijs, Philippe. (1994). Capitalismo de renda básica. *Lua Nova*, 32, p. 69-91.

O FUTURO DAS TRANSFERÊNCIAS DE RENDA NO BRASIL: DILEMAS EMPÍRICOS E NORMATIVOS PARA UM PROGRAMA PÓS-PANDEMIA E PÓS-AUXÍLIO EMERGENCIAL

Resumo

O objetivo desse artigo é refletir sobre os dilemas normativos que rondam o futuro das transferências de renda no Brasil, pós-pandemia. Iniciamos pela análise dos impactos da pandemia sobre resultados socioeconômicos e dos efeitos do auxílio emergencial sobre a distribuição de renda. Abordamos a discussão atual sobre os limites do Bolsa Família e o conceito de renda básica universal. Introduzimos três princípios de justiça para nortear nossa análise normativa: o igualitarismo, o prioritarismo e o suficientismo. Mostramos como esses conceitos permitem fazer questões sobre os objetivos de políticas e sobre dilemas morais implicados nos desenhos e métodos de implementação. Mostramos ainda que os próprios princípios de justiça são modificados quando levamos em conta aspectos práticos e não ideais da realidade sobre quais políticas são elaboradas.

Palavras-chave

Auxílio emergencial;
renda básica universal;
igualitarismo;
prioritarismo;
suficientarismo.

THE FUTURE OF CASH TRANSFERS IN BRAZIL: EMPIRICAL AND NORMATIVE DILEMMAS FOR A POST- PANDEMIC AND POST-EMERGENCY AID PROGRAM

Abstract

In this article, we analyze the normative dilemmas that surround the future of cash transfers in Brazil, after the Covid-19 pandemic. We begin by analyzing the impacts of the pandemic on socioeconomic outcomes and the effects of emergency aid on the income distribution. We address the current discussion about the limits of Bolsa Família and how the concept of a universal basic income. We introduce three principles of justice to guide our normative analysis: egalitarianism, prioritarianism, and sufficientarianism. We show how these concepts allow us to ask unique questions about policy objectives and moral dilemmas implied by the policy designs and methods of implementation. We also show that the principles of justice themselves are modified when we take into account practical and non-ideal aspects of the reality on which policies are elaborated.

Keywords

Emergency aid;
universal basic income;
egalitarianism;
prioritarianism;
sufficientarianism.

- I Universidade Federal Fluminense (UFF), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Niterói, RJ, Brasil
lucascorreiacarvalho@id.uff.br
<https://orcid.org/0000-0003-0118-7762>
- II Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
antoniobrasiljr@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8653-668X>

Lucas Carvalho^I
Antonio Brasil Jr.^{II}

A SOCIEDADE CONTRA O ACASO: TEORIA DE REDES E A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS¹

Quando começaram a surgir, no final de dezembro de 2019, notícias sobre pessoas acometidas por um novo tipo de coronavírus, família de vírus em formato de coroa (daí o nome) que causa infecções respiratórias, poucos conseguiram imaginar que em pouco mais de três meses viveríamos uma pandemia. A velocidade da transmissão e a gravidade da doença espantaram especialistas e a opinião pública. Muito rapidamente sistemas de saúde de diversos países entraram em colapso, agravando ainda mais a letalidade da doença pela incapacidade de assistência à população.

Além da agressividade do SARS-Cov-2 (coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2), outro fator contribui para sua alta transmissibilidade: estima-se que a manifestação dos primeiros sintomas varie entre dois e 15 dias, o que faz com que pessoas contaminadas, embora assintomáticas, se tornem possivelmente os principais vetores de transmissão do vírus. Criar medidas de supressão ou mitigação tem sido o maior desafio de cientistas e governantes ao redor do mundo. Pesquisas mostram que na China quase 87% dos contágios se deram por pessoas não testadas ou assintomáticas (Li et al., 2020). Diante dessa onda invisível, uma das medidas adotada pelo governo chinês na província de Hubei, epicentro de difusão da doença, foi a de isolamento social. Outros países, como a Coreia do Sul (Moreira, 2020), recorreram inicialmente à estratégia de testagem em massa e ao monitoramento de pessoas com resultado positivo para tentar frear o ritmo acelerado de difusão do vírus na população. Se os testes servem para detectar rapidamente pessoas infectadas assintomá-

ticas e isolá-las, a janela de incubação do vírus é um forte empecilho para se confiar nos resultados, já que em média não temos anticorpos circulando no corpo até o sétimo ou nono dia da infecção (Joseph, 2020). Não há também consenso quanto à possibilidade de que de fato sejam os anticorpos a principal resposta imunológica ao vírus (Iwasaki & Medzhitov, 2020). Na ausência de vacina e diante das dificuldades da testagem em massa e do monitoramento dos infectados, o isolamento social parece ser a medida mais eficaz de contenção da difusão do vírus.

Aqui, vamos apresentar brevemente alguns aportes da chamada teoria de redes (*network theory*) para o entendimento dos efeitos sociais inauditos criados pela pandemia nos processos sociais. Vale registrar que a sociologia, embora seja sem dúvidas fundamental, não pode reivindicar exclusividade nesse campo de pesquisa, que se constituiu cruzando muitas disciplinas, como física, matemática, biologia, entre várias outras (Vespignani, 2018). Não que não tenha havido tentativas de “traduzir” seus conceitos e modelos estatísticos para o domínio da teoria sociológica. Só para lembrar alguns nomes, os sociólogos Mark Granovetter (1983), Harrison White (2008), Ronald Burt (2009) e Duncan Watts (2004) são hoje referências fundamentais nesse campo interdisciplinar. Mesmo assim, o vocabulário que vai se rotinizando a partir da teoria de redes ainda causa certa estranheza nas ciências sociais. Por isso, tentamos aqui apresentar de forma didática um dos fenômenos mais discutidos nesse campo: o chamado efeito de mundo pequeno, que caracterizaria as redes complexas nos mais variados níveis de realidade (sociais e extrassociais). Ao discuti-lo, o que nos interessa é menos a afirmação – autoevidente – de que estamos em um mundo conectado e que fenômenos mais longínquos são sentidos rapidamente em diversos cantos do planeta, mas discutir algumas propriedades de rede que permitem compreender como e em que velocidade a epidemia pode ocorrer. Isso não é propriamente uma novidade, haja vista que modelos epidemiológicos trabalham com essas teorias, muito embora pouco tenha sido dito a respeito – para tanto, basta consultar alguns excelentes livros de divulgação, como *Linked* (2002), de Albert-László Barabási, e *Six degrees: the science of a connected age* (2003), de Duncan Watts, ambos já disponíveis em português.

Vamos então a este conceito fundamental da teoria de redes: o efeito de mundo pequeno (*small world effect*) (Watts, 2004). Parece um contrassenso, mas alguns analistas vêm trabalhando há anos com a ideia de que o mundo, entendido como uma enorme e complexa rede de relações sociais, é em certo sentido pequeno. O preceito aqui é simples (embora analiticamente muito potente): suponhamos que cada indivíduo tenha dez amigos. Portanto, a um grau de separação, cada indivíduo está conectado com dez pessoas, a dois graus, com cem pessoas, a três graus, com mil pessoas, e assim por diante até que, hipoteticamente, abarque a população de todo o globo. Nessa linha de raciocínio, o mundo parece de fato pequeno, já que a rede de relações tende a crescer em

grau exponencial. Porém, o que é mais interessante ainda é que, no funcionamento do mundo real, cada adição de dez, cem ou mil pessoas não trará necessariamente apenas indivíduos novos, pois eles podem ser amigos de pessoas já anteriormente presentes na rede, criando sobreposições entre os vários círculos sociais existentes – ou, na terminologia da teoria de redes, comunidades. Portanto, o efeito de “mundo pequeno” pressupõe que o mundo social (mas não apenas ele) seja formado por laços com atores próximos e distantes, mas os atores “distantes”, na estruturação da rede, não estão na verdade tão longe assim – no fundo, eles também se encontram a poucos graus de distância, mesmo que não sejam percebidos como tal. Esse é o sentido da formulação, que já passou para o senso comum, de que cada pessoa no planeta está em média ao alcance de qualquer outra em apenas seis graus de separação.²

Voltando ao caso hipotético acima, a adição de cada indivíduo (ou “nó”, de acordo com notação usual na teoria de redes) traz como consequência a conexão com mais dez indivíduos, que, por sua vez, podem estar ligados a outros indivíduos já anteriormente conectados com alguma comunidade existente na rede. Isso significa que, a partir de um determinado limiar, um conjunto enorme de indivíduos está ligado entre si por laços diretos e indiretos em um único (e imenso) agregado de nós e de relações. Esse agregado é chamado na teoria de redes de componente gigante, propriedade que parece ser bastante comum em redes de diferentes naturezas (físico-químicas, biológicas, sociais e culturais). A maioria dos nós se encontra em grupo único, orbitando em torno dele nós soltos ou reunidos em pequenos agrupamentos.

Vale lembrar que a topologia implicada na análise de redes tem como pressuposto as relações (arestas) existentes entre os atores sociais (os nós). E é aí que radica seu principal desafio, que é a própria definição de *relação*. O que liga um ator social a outro? A operacionalização do que constitui uma relação é sempre o desafio metodológico crucial para a pesquisa empírica em redes. Como definir uma amizade, uma relação de parentesco, um vínculo profissional etc.? Isso depende obviamente de uma simplificação brutal dos sentidos sempre múltiplos e ambíguos que constituem as relações sociais. Por outro lado, é justamente essa simplificação que está na base da construção de um novo objeto de conhecimento: uma rede com propriedades estruturais emergentes e capaz de codificar um conjunto enorme de informações dificilmente observáveis de outro modo. No caso da pandemia causada pelo SARS-Cov-2, a definição da *relação* de contaminação é extremamente desafiadora, posto que não se trata exatamente de uma relação social, mas de uma relação de contato com o vírus – e como a transmissão pode ser feita por indivíduos assintomáticos, não há sequer indícios prontamente observáveis que permitam seu rastreamento. Quer dizer: a relação de contaminação pode perfeitamente se dar entre desconhecidos e mesmo entre ausentes – bastaria o contato com uma superfície contaminada, por exemplo. Portanto, em termos sociológicos, o que interessa é o tipo de

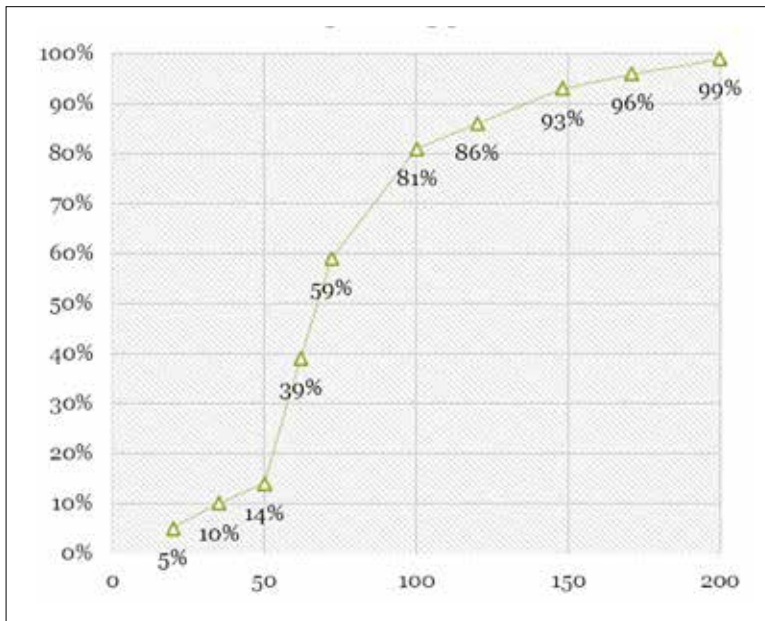
dinâmica social que permite propagar ou mitigar essas relações de contaminação. Embora não seja possível fazer esse cálculo – ainda que informações nessa direção estejam sendo produzidas por meio de dados de geolocalização de aparelhos celulares, por exemplo –, podemos imaginar que, num mero trajeto casa-trabalho-casa, um indivíduo pode entrar em contato (por proximidade física ou pelo compartilhamento de objetos) com centenas de pessoas. Como vimos acima, essas centenas de pessoas estão potencialmente em contato com outras centenas e assim por diante. Por essa razão, um simples dia de movimentação normal em um Centro de cidade pode conectar direta ou indiretamente uma proporção nada desprezível da cidade inteira. A natureza da relação de contágio do novo coronavírus, associada ao fato de que as sociedades se organizam como redes de mundo pequeno, ajuda a explicar a razão do crescimento abrupto da taxa de contaminação, caso não haja qualquer tipo de restrição de contatos. Afora a possibilidade das testagens massivas, o único antídoto relativamente eficaz parece ser mesmo o isolamento social, que derruba simultaneamente o volume das interações em copresença física, mas gera efeitos ainda não discerníveis no conjunto das relações sociais.

Ao se acompanhar o ritmo de propagação da doença, percebe-se que ele não segue propriamente uma ordem aleatória, puramente ao acaso (ainda que os modelos e estimativas possam tomar isso como pressuposto). O desafio está no fato de que os sistemas sociais, dotados de estrutura e organização específicas, ditam em grande medida os níveis e ritmos das relações sociais (e no caso de uma pandemia, a expansão da doença). Dito de outro modo, o equilíbrio da taxa de infecção entre a população de infectiosos (aqueles que carregam a doença) e os suscetíveis (aqueles a ser infectados) varia conforme a estrutura da sociedade, e, por isso, é reduzida a margem de aleatoriedade (ainda, é claro, que ela não deixe de existir). Aliás, alguns modelos de rede, como o Watts-Strogatz e o Barabasi-Albert, de diferentes maneiras tentam entender como as redes reais (incluindo as redes de relações sociais) se estruturam para além do modelo de grafos aleatórios³ proposto décadas atrás por Paul Erdős e Alfréd Rényi (1960). Quer dizer, para esses modelos, as formas de conexão entre os elementos são estruturadas, ainda que sempre contingentes, já que o que está em jogo é uma redução da aleatoriedade, e não sua eliminação. No modelo Watts-Strogatz (Watts & Strogatz, 1998), a redução da aleatoriedade é discutida nos termos da existência de um alto coeficiente de aglomeração (ou de *clusterização*), isto é, o processo pelo qual os nós próximos tendem a se ligar entre si criando comunidades densamente conectadas. Se a díade é a unidade básica de uma rede, as tríades são fundamentais para a estruturação dos grupos sociais – como, aliás, já se discute desde Simmel (2012). Uma das dinâmicas sociais básicas modelada pela teoria de redes é a chamada tendência à homofilia, quer dizer, o fato de que pessoas com um mesmo atributo definido (como raça, classe, gênero etc.) se conectam preferencialmente entre si – e há várias pesquisas que demonstram

de modo bastante persuasivo a existência dessa dinâmica (McPherson, Smith-Lovin & Cook, 2001). Portanto, se o chamado efeito de mundo pequeno implica a redução das distâncias globais da rede com a existência de ligações entre nós distantes, ele também está associado a uma triangulação intensa das relações locais devido às escolhas e preferências dos atores. Triangulação significa aqui o velho ditado “amigo do meu amigo é meu amigo”, gerando um poderoso efeito de aglomeração no nível local. As dinâmicas das redes de mundo pequeno combinam, portanto, ordem e aleatoriedade, como está, aliás, no título do já clássico livro de Duncan Watts (2004). Já o modelo Barabasi-Albert (Barabási & Albert, 1999), ao discutir a dinâmica de formação de redes, considera que cada novo nó se conecta preferencialmente aos nós com alto grau de conexão, criando desigualdades muito pronunciadas na distribuição das conexões entre os nós de uma rede. Dito de outro modo, haveria poucos nós muito bem conectados – os chamados *hubs* –, que servem de importantes atalhos para a redução das distâncias gerais da rede, e muitos nós com poucas ligações.

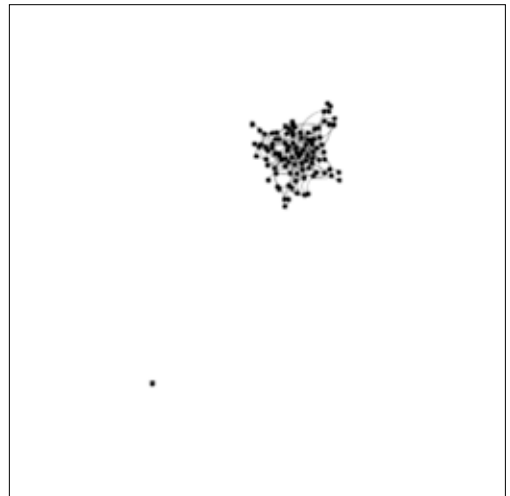
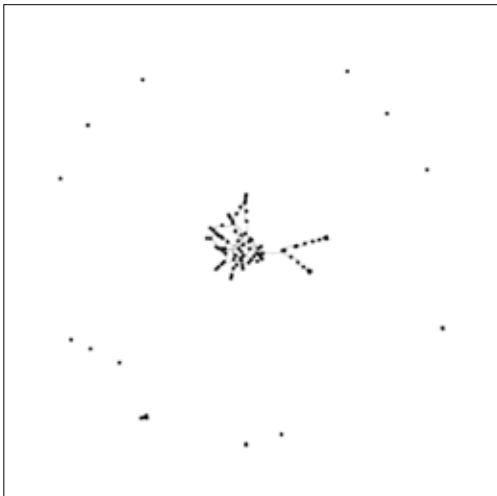
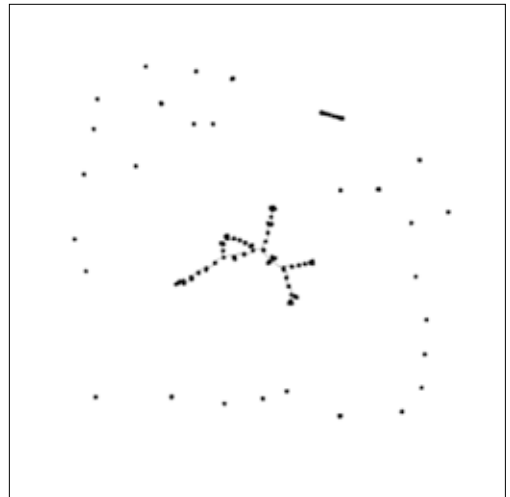
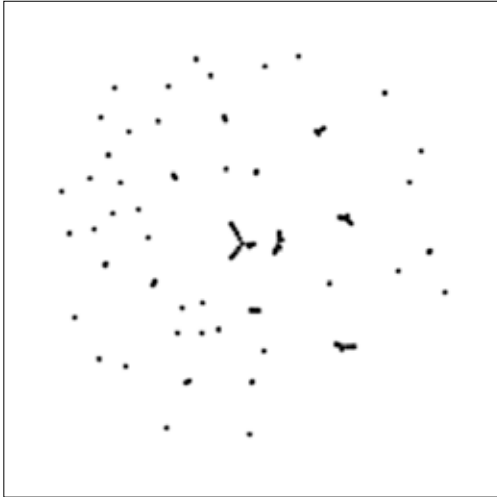
Esse ponto é importante e tem a ver com questões já discutidas: o isolamento permite diminuir em certa medida o alcance das relações de copresença, restringindo-as, por exemplo, ao âmbito local e familiar. Reduzir as probabilidades de encontros (com proximidade corporal) em círculos mais largos significa fechar caminhos pelos quais a doença poderia se propagar mais rápido, permitindo até retardar a contaminação de grupos sociais mais suscetíveis (não apenas os idosos, mas as populações vulneráveis como um todo). Para utilizar um termo caro à teoria das redes, esses aspectos mais propriamente sociais (daí, talvez, a contribuição dos cientistas sociais ao debate atual) são importantes para a compreensão do que se designa usualmente como grau de “percolação” (Moore & Newman, 2000; Newman & Watts, 1999). Grosso modo, a teoria da percolação postula que a passagem de uma fase a outra de um determinado material, a exemplo da água para o gelo, atinge seu ponto crítico de forma abrupta e repentina. Não é um processo gradual, mas praticamente instantâneo. Ao trazermos o conceito de percolação ao estudo da dinâmica social, pode soar estranho que fenômenos sociais possam adquirir tamanha rapidez. Quando se trata de sociedades, no entanto, a questão fundamental é identificar a maneira pela qual a organização em rede de uma determinada estrutura social permite um fenômeno rapidamente percolar. No nosso caso, isso implica a seguinte pergunta: a partir de que momento uma pessoa contaminada pela SARS-Cov-2 poderia potencialmente infectar um número imenso de pessoas? Ou, dizendo de outro modo, a partir de que limiar crítico os vários pequenos grupos de indivíduos contaminados se reúnem em uma única componente gigante, tornando a maioria da população suscetível ao contágio? No fundo, o isolamento social procura achatar a curva de contaminação justamente ao tentar evitar a formação abrupta de um único aglomerado gigante que colocaria a maioria da população exposta à circulação da SARS-Cov-2.

Uma das principais vantagens da teoria de redes e das ferramentas criadas para modelá-las é a possibilidade de criar simulações. Imaginemos um universo de relações puramente aleatórias, isto é, sem uma estruturação social discernível. Mesmo nesse universo de relações aleatórias, o processo de percolação toma corpo, formando-se rapidamente uma componente gigante.⁴ Tomemos um caso hipotético de 100 nós e relações aleatórias crescentes. Vamos usar duas métricas de rede que nos ajudam a visualizar o problema em questão: o número de relações e a porcentagem do total de nós na maior componente conectada – a componente gigante, como explicamos. Modelamos dez redes aleatórias de 100 nós cada no *software* Gephi (Bastian, Heymann & Jacomy, 2009), ampliando sucessivamente o número de relações: 20, 35, 50, 62, 72, 100, 120, 148, 171 e 200 arestas. O número crescente de relações produz o eixo x. Já o eixo y define a porcentagem dos nós que se encontra na principal componente de nós conectados. É muito interessante ver que a percolação se inicia quando o limiar de relações sobe para além de 50. Bastam mais 12 relações entre os nós, passando de 50 para 62 o número de arestas, para que haja um salto dos nós aglomerados em um único grupo de 14% para 39%. Mais dez relações (total de 72) aumentam esse valor para 59%. Com 100 relações, mais de 80% dos nós se encontram na componente gigante. Depois desse patamar, o crescimento se desacelera e, com 200 relações, virtualmente todos os nós estão em uma só componente conectada.

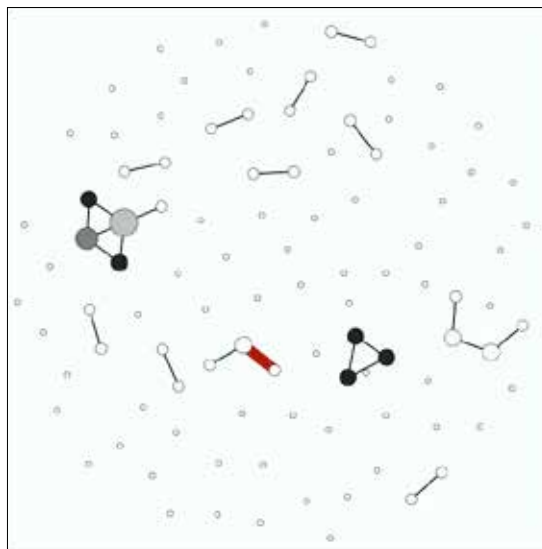


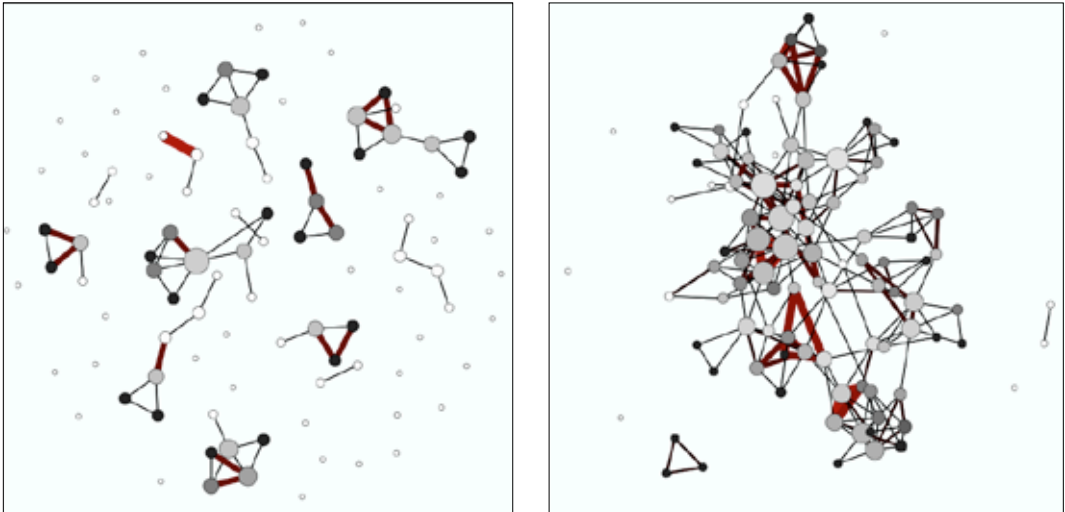
Número de relações e porcentagem dos nós na componente gigante

Para melhor visualizar os dados do gráfico acima, vamos inserir quatro imagens de rede de 100 nós, com 50, 72, 100 e 200 relações, sucessivamente.



É claro que, ao modelar redes aleatórias, isso não permite ver a ação de forças propriamente sociais, como a tendência a se ligar com os nós mais próximos – formando-se cliques por meio da triangulação das relações – e a formação de *hubs*, bem como a própria desapareição das relações ao longo do tempo. Para esse fim, existem variados modelos de dinâmica de rede, a exemplo do modelo das redes Jujujáki, nome dado a partir dos nomes de seus criadores, Jussi Kumpula, Jukka-Pekka Onnela, Jari Saramäki, János Kertész e Kimmo Kaski (Kumpula et al., 2009).⁵ Ele permite controlar diferentes variáveis, como o grau de busca de nós distantes e de nós próximos, de um lado, e o grau de isolamento e o de reforço das conexões existentes, de outro. Obviamente isso implica, de novo, uma simplificação enorme das relações sociais; no entanto, o modelo Jujujáki auxilia a visualizar, conforme a animação abaixo, um processo mais realista de formação rápida de uma componente gigante. Os laços se formam especialmente no nível local, mas alguns ligam nós distantes uns dos outros; algumas conexões se reforçam (a espessura e a cor das arestas mudam para ajudar a visualizar esse processo), ao passo que outras se desfazem. Vejamos que, depois de atingido determinado limiar, os vários grupos conectados no nível local rapidamente percolam e fazem parte de um único grande aglomerado de relações.





O grau maior ou menor da percolação depende dos atalhos encontrados ou criados. A localização na rede de um aglomerado de percolação, ou seja, de um conjunto de nós com forte intermediação no conjunto da rede como um todo, explica a velocidade de transmissão (não só de doenças, mas de ideias, comportamentos, símbolos etc.). Quando as relações de uma rede se emaranham a esse aglomerado, a circulação atinge novo nível porque capaz de conectar nós cada vez mais distantes – lembremos do efeito mundo pequeno. No caso da SARS-Cov-2, para além das causas biológicas e sanitárias relacionadas ao vírus, não é de menos importância para a explicação de sua alta disseminação pelo mundo o fato de que a doença tenha surgido em um local de movimentação constante de indivíduos, que se tornaram, por assim dizer, verdadeiros “atalhos”. Foram, aliás, justamente os rápidos caminhos encontrados que tornaram global um fenômeno aparentemente local. Durou pouco o processo que converteu um contágio localizado em uma província no interior da China em uma pandemia. Fecha-se, assim, o circuito interpretativo que desejamos recuperar da teoria de redes: mundo pequeno, formação de componente gigante e percolação são conceitos cujos sentidos se complementam empiricamente.

A circulação do vírus pelo mundo, que como vimos não é um fenômeno exclusivamente biológico, revela ainda outros processos sociais importantes

relacionados à teoria de redes. Um deles diz respeito à adoção das principais medidas de contenção à doença, o isolamento e o distanciamento social, que, como sabemos hoje, implicam ou pressupõem um tipo de “aprendizado social” nem sempre de fácil aquisição. Os mecanismos envolvidos que facilitam ou dificultam esse aprendizado são de várias ordens e variam conforme cada sociedade. Gostaríamos, contudo, de nos concentrar nas dificuldades envolvidas na adoção daquelas medidas de contenção, posto que são reveladoras das particularidades do funcionamento das redes. Genericamente, pode-se identificar duas formas de difusão de práticas e valores no interior das redes: a simples e a complexa (DiMaggio & Garip, 2012). Ambas estão calcadas no que comumente se chama de homofilia, ou seja, a relação entre a probabilidade de adoção de uma prática por um determinado ator e o número de outros membros de seu círculo social mais próximo que já adotaram essas práticas ou esposam determinadas ideias. A difusão simples é aquela em que os indivíduos não criam muita resistência às práticas que estão recepcionando, e, por isso, o número de relações para que isso ocorra não é alto (um exemplo bem banal é de que um indivíduo não precisa receber a mesma informação de diversos outros indivíduos para acreditar que um supermercado está fazendo promoção para determinado produto). No caso da difusão complexa, ao contrário, certas práticas e/ou ideias têm maior probabilidade de ser adotadas a partir de reiteradas relações que um determinado indivíduo estabelece com outros indivíduos. Além disso, é preciso haver confiança entre os indivíduos que participam dessas relações. Recorrência das relações e confiança entre quem delas participa fazem com que determinadas ideias e valores, que não contam com ampla aceitação, possam se difundir. Para ficarmos em exemplos próximos: a necessidade de usar máscaras, lavar as mãos, manter certo distanciamento, todas essas práticas sanitárias, em determinados círculos, precisam ser reforçadas constantemente. Não só porque não faziam parte de nossos hábitos, mas porque elas concorrem com ideias que negam a gravidade da doença, como no caso da circulação de informações falsas.

A questão é que o tempo envolvido em uma difusão complexa não é o mesmo do contágio por covid-19, como exemplificamos com o fenômeno de percolação e de formação da componente gigante. Cria-se, nesse desencontro de ritmos e tendências de difusão, um impasse social. Como coordenar ações em redes complexas com formas também complexas de difusão que exigem um processo – demorado e nem sempre certo – de aprendizado social? Até agora, a sociedade assiste, em sua maior parte, por necessidade ou por conivência, à estabilidade das altas taxas de mortalidade.

Em momentos de crise como o que vivemos, parece fundamental pensar como a conexão em rede torna potencialmente global o mais ínfimo e particular dos fenômenos, exigindo medidas que não estavam nos horizontes dos sistemas sociais. A resposta típica à rapidez do contágio tem sido a do isolamento

social, que, como vimos, tem como premissa justamente retirar ou diminuir os atalhos que encurtam as distâncias médias globais da rede. A sociedade contra o acaso, se pensarmos nos termos de Duncan Watts. As relações de copresença se reduzem ao mais imediato nível local, que pode variar de acordo com as linhas estruturais da desigualdade: da confortável e arejada casa de praia dos ricos ao cubículo lotado e abafado das favelas, passando pelos apartamentos das camadas médias urbanas. A circulação social, em consequência, reduziu-se fortemente, embora também seguindo uma ordem de desigualdades: a ampla franja de trabalhadores manuais e/ou informais no Brasil e no mundo tem muito menos recursos para seguir a vida sem a interação direta, feita no corpo a corpo da luta cotidiana. Os efeitos do isolamento em massa, que funciona quase como um experimento social, deverão ser examinados no conjunto da sociedade. O mais provável, como já estamos observando, é uma adaptação generalizada dos diferentes sistemas funcionais à nova situação – tal como discutido recentemente, nos marcos da teoria dos sistemas, por Rudolf Stichweh (2020). No entanto, os efeitos agregados dessa dinâmica adaptativa são imprevisíveis. A hiperconexão do contágio pelo SARS-Cov-2 coloca tensões terríveis na diferenciação das linhas de ação de cada sistema, causando “irritações” mútuas em outro patamar sistêmico. Os sistemas políticos, econômico, científico, jurídico, médico e familiar/íntimo se emaranham de um jeito novo, criando ressonâncias de difícil manejo e coordenação social. O exemplo mais cabal disso é a discussão em torno das medidas de contenção da doença e como seu aspecto emergencial exige revisões acerca de convicções hegemônicas sobre o papel do Estado, equilíbrio fiscal e endividamento público. Mais uma vez, o tempo é fundamental, já que a pandemia se alastra em ritmo acelerado e o ajuste dos códigos que guiam esses sistemas não se dá sem resistência. Como costuma acontecer em momentos de crise, os processos sociais parecem ter sentidos desencontrados. Se é verdade que o cenário pós-isolamento pode – e deve – trazer a abertura de novos modos de relacionamento social, também parece altamente provável que as medidas adotadas pelos Estados nacionais reforçando a vigilância sobre a movimentação das pessoas e suas vidas íntimas persista de algum modo no futuro, fechando ainda mais as fronteiras do mundo e reforçando as desigualdades internas e externas aos países. Seja como for, é uma questão em aberto se o experimento social em curso levará a uma catástrofe – no sentido de uma “transição crítica” (Mascareño, 2018; Scheffer, 2009), tão abrupta quanto a percolação que aqui discutimos –, mudando o atual estado do mundo.

Lucas Carvalho é formado em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da mesma universidade. É professor adjunto do Departamento de Sociologia e Metodologia em Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense, atuando nas áreas de pensamento social no Brasil e sociologia do *big data*. Publicou em coautoria “Por dentro das Ciências Humanas: um mapeamento semântico da área via base SciELO-Brasil (2002-2019)”.

Antonio Brasil Jr. é professor adjunto do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Editor de *Sociologia & Antropologia*. Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE/Faperj). É autor de *Passagens para a teoria sociológica*.

NOTAS

- 1 Agradecemos à equipe editorial do Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social, em especial Andre Bittencourt e Lucas van Hombeeck, a acolhida deste texto e a Jackson Maia (CGEE), especialista em teoria de redes, os comentários e sugestões. Reiteramos que eventuais equívocos dos argumentos aqui expostos são de responsabilidade exclusiva dos autores. Agradecemos igualmente o apoio da Faperj por meio do programa JCNE.
- 2 Certamente essa popularização está associada ao filme *Seis graus de separação* (1993), dirigida por Fred Schepisi e com roteiro de John Guare (adaptado da peça teatral escrita pelo próprio Guare, encenada pela primeira vez em 1990). Porém, ela também repercute uma pesquisa pioneira coordenada pelo psicólogo social Stanley Milgram (Travers & Milgram, 1977), que pediu a 296 voluntários selecionados aleatoriamente em Nebraska e no Kansas que encontrassem um determinado indivíduo em Boston por meio de cartas. Curiosamente, as cartas que chegaram a seu destino tiveram em média 5,2 intermediários. Vale destacar que apenas 64 cartas atingiram o alvo, o que revela um dado curioso: a hiperconexão é um fato, mas os atores sociais não possuem o conhecimento preciso das menores distâncias entre eles e qualquer outro ator social percebido como distante.
- 3 Na matemática, a teoria dos grafos se refere às estruturas matemáticas usadas para modelar relações entre objetos. Um grafo é composto por nós, que são conectados por arestas.
- 4 Para melhor visualização desse processo e como reproduzi-lo, ver <https://brianzhango1.github.io/2018/07/random-graphs-and-giant-components/>. Acesso em abr. 2020.
- 5 Uma interface *web* para esse modelo de redes se encontra em <https://www.complexity-explorables.org/explorables/jujujajaki-networks/>. Acesso em mar. 2020.

REFERÊNCIAS

Barabási, Albert-László & Albert, Réka. (1999). Emergence of scaling in random networks. *Science*, 286/5439, p. 509-512.

Bastian, Mathieu; Heymann, Sebastien & Jacomy, Mathieu. (2009). Gephi: an open source software for exploring and manipulating networks. *Proceedings of the third International ICWSM Conference*.

Burt, Ronald S. (2009). *Structural holes: the social structure of competition*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

DiMaggio, Paul & Garip, Filiz. (2012). Network effects and social inequality. *Annual Review of Sociology*, 38/1, p. 93-118. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.012809.102545>. Acesso em 09 nov. 2020.

Erdős, Paul & Rényi, Alfréd. (1960). On the evolution of random graphs. *Publications of The Mathematical Institute of the Hungarian Academy of Sciences*, 5/1, p. 17-60.

Granovetter, Mark. (1983). The strength of weak ties: a network theory revisited. *Sociological Theory*, 1, p. 201-233. JSTOR. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/202051>. Acesso em 09 nov. 2020.

Iwasaki, Akiko & Medzhitov, Ruslan. (2020). Opinion | Scared that Covid-19 immunity won't last? Don't Be. *The New York Times*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/07/31/opinion/coronavirus-antibodies-immunity.html>. Acesso em 09 nov. 2020.

Joseph, Andrew. (2020). The next frontier in coronavirus testing: identifying the outbreak's full scope. *Stat*. Disponível em: <https://www.statnews.com/2020/03/27/serological-tests-reveal-immune-coronavirus/>. Acesso em 09 nov. 2020.

Kumpula, Jussi M. et al. (2009). Model of community emergence in weighted social networks. *Computer Physics Communications*, 180/4, p. 517-522.

Li, Ruiyun et al. (2020). Substantial undocumented infection facilitates the rapid dissemination of novel coronavirus (SARS-CoV-2). *Science*, 368/6490, p. 489-493. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.abb3221>. Acesso em 09 nov. 2020.

Mascareño, Aldo. (2018). De la crisis a las transiciones críticas en sistemas complejos: hacia una actualización de la teoría de sistemas sociales. *Theorein. Revista de Ciencias Sociales*, 3, p. 109-143.

McPherson, Miller; Smith-Lovin, Lynn & Cook, James M. (2001). Birds of a feather: homophily in social networks. *Annual Review of Sociology*, 27/1, p. 415-444. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.27.1.415>. Acesso em 09 nov. 2020.

Moore, Cristopher & Newman, Mark E. (2000). Epidemics and percolation in small-world networks. *Physical Review E*, 61/5, 5678.

Moreira, Thiago Mattos. (2020). As lições da Coreia do Sul no combate ao coronavírus. *Época*. Disponível em: <https://epoca.globo.com/mundo/as-licoes-da-coreia-do-sul-no-combate-ao-coronavirus-1-24315715>. Acesso em 09 nov. 2020.

Newman, Mark E. J. & Watts, Duncan J. (1999). Scaling and percolation in the small-world network model. *Physical Review E*, 60/6, p. 7332-7342. Disponível em: <https://doi.org/10.1103/PhysRevE.60.7332>. Acesso em 09 nov. 2020.

Scheffer, Marten. (2009). *Critical transitions in nature and society*. Princeton: Princeton University Press.

Simmel, Georg. (2012). The dyad and the triad (from *The Sociology of Georg Simmel*). *Classical Sociological Theory*. Chichester: Wiley-Blackwell.

Stichweh, Rudolf. (2020). Simplificación de lo social durante la pandemia del corona-virus. *Em Tese*, 17/2, p. 16-23. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2020v17n2p16>. Acesso em 09 nov. 2020.

Travers, Jeffrey & Milgram, Stanley. (1969). An experimental study of the small world problem. *Sociometry*, vol. 32, n.4, p. 425-443.

Vespignani, Alessandro. (2018). Twenty years of network science. *Nature*, vol. 558, p. 528-529. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/d41586-018-05444-y>. Acesso em 09 nov. 2020.

Watts, Duncan. J. (2004). *Small worlds: the dynamics of networks between order and randomness*, 9. Princeton: Princeton University Press.

Watts, Duncan. J. & Strogatz, Steven H. (1998). Collective dynamics of 'small-world' networks. *Nature*, 393/6684, p. 440.

White, Harrison C. (2008). *Identity and control: how social formations emerge*. Princeton: Princeton University Press.

A SOCIEDADE CONTRA O ACASO: TEORIA DE REDES E A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

Resumo

Neste breve trabalho, procuramos apresentar de maneira didática alguns fundamentos da chamada teoria de redes [*network theory*], mais especificamente os conceitos de “efeito de mundo pequeno”, “componente gigante” e “percolação”, que auxiliam no entendimento do rápido alastramento da pandemia do novo coronavírus. Enquanto teoria organizada com base no diálogo entre diferentes disciplinas, como a física, a matemática, a biologia e a própria sociologia, reputamos fundamental ampliar o contato dos cientistas sociais com os principais conceitos e achados empíricos desse campo transdisciplinar.

Palavras-chave

Teoria de redes;
SARS-Cov-2;
efeito de mundo pequeno;
percolação.

SOCIETY AGAINST CHANCE: NETWORK THEORY AND THE NEW CORONAVIRUS PANDEMIC

Abstract

In this brief work, we try to present in a didactic way some fundamentals of the so-called network theory, more specifically the concepts of “small world effect”, “giant component” and “percolation”, which help in understanding the fast spread of the new coronavirus pandemic. As a theory organized based on dialogue between different disciplines, such as physics, mathematics, biology and sociology itself, we believe it is essential to expand the contact of social scientists with the main concepts and empirical findings in this transdisciplinary field.

Keywords

Network theory;
SARS-Cov-2;
small world effect;
percolation.

I Universidade Estadual do Ceará (Uece), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, CE, Brasil
gui.marcondess@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6114-7944>

Guilherme Marcondes^I

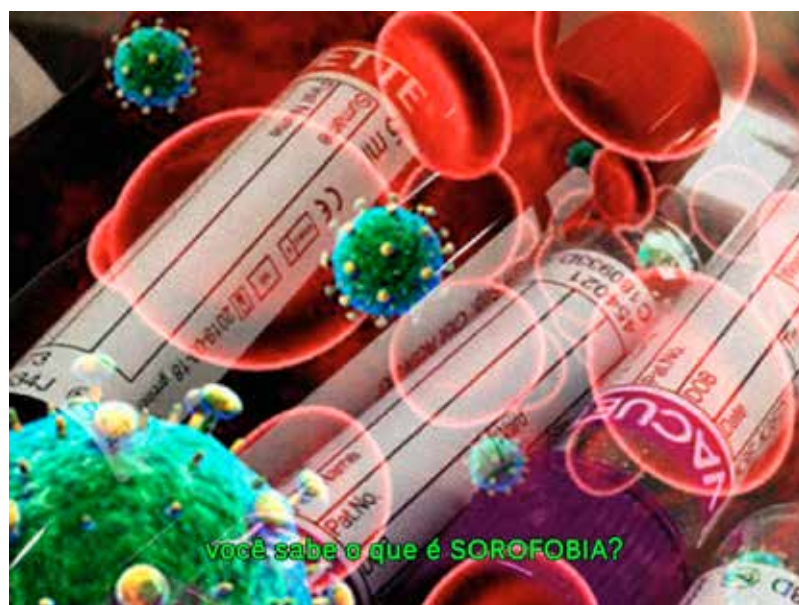
EFEITOS SOCIAIS DAS IDEOLOGIZAÇÕES DAS PANDEMIAS DE HIV E COVID-19 EM PERSPECTIVA



Imagem 1
Língua Acácio, *Invisível e incontrolável*, 2020
Série Trans humanização virótica



2



3

Imagem 2

Linga Acácio, *Contaminar a normatividade e fazê-la morrer*, 2020
Série Trans humanização virótica

Imagem 3

Linga Acácio, *Você sabe o que é sorofobia?*, 2020
Série Trans humanização virótica

Quatro décadas separam a epidemia causada pelo vírus do HIV e a da covid-19. Vírus distintos, um causa o ataque do sistema imunológico daqueles¹ que o contraem, o outro ataca o sistema respiratório (mas, até onde se sabe, tem efeitos também no sistema nervoso central). Num caso, são quatro décadas de pesquisa. No outro, o vírus é recente. Entretanto, apesar de suas diferenças, os dois vírus possuem alta capacidade de infecção. Ademais, como desejo destacar neste breve escrito, ambos os vírus podem ser aproximados relativamente aos seus efeitos sociais.² E, para tratar do assunto, aciono aqui o trabalho de Linga Acácio³ artista cearense.

As três imagens que abrem este texto são de autoria de Linga Acácio e, como é possível ver, mediante a modificação digital, em duas delas a artista traz autorretratos misturados com imagens que rememorarão sangue e vírus, e, na terceira, glóbulos vermelhos, vírus e tubos de teste de sangue. Cada imagem aqui elencada apresenta, ainda, uma frase sobre: invisibilidade e indetetribilidade; a normatividade legada à constituição do mundo pela modernidade; e a sorofobia. Essas três imagens foram publicadas no perfil da artista no Instagram, em 15 e 22 de março de 2020 e foram acompanhadas de legendas/textos em que Linga atenta para o que chama de politização e ideologização do vírus, em específico, sobre o HIV. Neste espaço focalizo as noções de politização e ideologização do vírus, trazidas pela artista.

Em termos gerais, Linga discute os efeitos sociais do vírus HIV, tratando das fobias e controles estabelecidos sobre corpos e indivíduos, bem como das políticas públicas em momentos de pandemia/epidemia, como as da covid-19 e do HIV. É possível dizer que seu debate é, assim, com/contra as regras sociais que orientam as ações dos indivíduos e grupos sociais na moderna sociedade ocidental, constituída em seus moldes atuais pelo colonialismo e pela colonialidade, como demarca Aníbal Quijano (2009).

SOROFOBIA – COLONIALIDADE

Em *O processo civilizador*, Norbert Elias (1994) demonstra como, ao longo dos séculos, foram moldadas as regras sociais que estabelecem o comportamento considerado exemplar para os indivíduos na moderna sociedade ocidental. Modos de agir, de comer, de sentir e estar em sociedade. Padronização efetiva das existências – o que se deu, especialmente a partir do século XVI, em um processo de longa duração para a construção e introjeção de hábitos que deveriam ser seguidos para a boa convivência societária. Regramentos esses que seguem mudando seus contornos de acordo com o movimento da sociedade e serviram/servem, aliás, para a divisão da sociedade em suas distintas camadas sociais. E, além disso, cabe demarcar, foram/são fundamentais para separar os humanos (europeus, brancos, heterossexuais, cisgêneros, cristãos e, de preferência, homens com capital⁴) dos ditos primitivos que, concebidos em oposição aos primeiros, são compreendidos como Outros, ou ainda, como sub-humanos, conforme define Ailton Krenak (2019, 2020), descrevendo os povos e indivíduos

marginalizados por não se assemelhar aos padrões branco-europeus-ocidentais em termos ontológicos e epistemológicos.

De fato, a colonização do continente americano mudou a história do mundo, já que, além de dar novas tintas à modernização e ao capitalismo enquanto sistema mundial, instaurou o processo de classificação racial/étnica imposto a diferentes sociedades (Quijano, 2009). Formas de organização social, epistemologias, cosmologias e corpos passaram a ser classificados, portanto, a partir de um modelo que, responsável pela distribuição do poder na sociedade, qualificou como inferiores existências distintas do padrão branco-europeu. Sendo assim, com base em supostas diferenças corporais, o processo colonizador ancorado no binarismo vestiu colonizadores com a fantasia da humanidade, enquanto aqueles que não se assemelhavam aos elementos brancos-masculinos-heterossexuais-cristãos-cisgêneros passaram a ser tomados como *outridade* (Kilomba, 2019), ou seja, como existências que seriam opostas ao modelo que seria o ápice do que significa Humanidade.

O processo de classificação racial/étnica, de acordo com Aníbal Quijano (2009), resultou, portanto, na colonialidade que, embora vinculada ao colonialismo, não tem igual significado, já que o colonialismo não teria necessariamente como resultado uma estruturação racista das relações. Nesse sentido, a colonialidade diz respeito à imposição de padrões coloniais na intersubjetividade de indivíduos a longo prazo. Destarte, a colonialidade do poder estrutura relações desiguais de acordo com princípios étnico/raciais, determinando formas hierárquicas de divisão do poder, do trabalho, do acesso ao sexo, seus recursos e produtos, além da produção de saber em sociedade (Quijano, 2009). As marcas dessa colonialidade do poder podem, então, ser vistas por diferentes miradas como, por exemplo, nas estatísticas de quem mais morre em decorrência de mortes violentas no Brasil – um fato que, ainda na década de 1970, Abdias Nascimento (1978) classificou como genocídio do negro brasileiro.

Ademais, como quero aqui destacar, essa colonialidade do poder tem como efeito social a hierarquização/classificação pautada não apenas em termos étnico-raciais, já que, como destacou María Lugones (2020), é vigente também um sistema colonial/moderno de gênero. Assim, em resumo, investigando a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade, a autora questiona o modelo proposto por Quijano, compreendendo que seu modelo possuiria limitações no que diz respeito ao entendimento da categoria gênero por ser pautada ainda em um aspecto biológico, e, além disso, compreende as limitações dos modelos propostos por feministas brancas, que pautariam uma categoria “mulher” padronizada na experiência de mulheres brancas burguesas ocidentais. Desse modo, para Lugones (2020), o sistema colonial/moderno de gênero permite a compreensão dos efeitos da articulação entre sexo, gênero, raça e trabalho. Ou seja, a articulação desses marcadores sociais de diferença permite o entendimento dos efeitos sociais duradouros da colonização/modernização do mundo,

desvelando as opressões vivenciadas por pessoas não brancas, especialmente mulheres, e de distintas sexualidades que não estão em acordo com o modelo colonial/moderno.

No mundo moderno/colonial ocidental indivíduos e populações que não se aproximam da norma são compreendidos como inimigos. Suas existências passam a ser ameaçadas, tendo algumas sido escravizadas e outras foram/são dizimadas.⁵ Ser desviante na moderna sociedade ocidental é, então, correr mais risco de morrer comparativamente a indivíduos que se enquadram nos padrões de normatividade. Afinal, como define Achille Mbembe (2018), vigora a necropolítica de um Estado que provoca a destruição máxima de pessoas tomadas como desviantes da normatividade. Uma ação que, não esqueçamos, (in)forma as regras sociais de conduta em sociedade, contribuindo para a discriminação e assassinio de tais pessoas consideradas desviantes/descartáveis. No pensamento de Mbembe, raça é, então, uma ficção útil que permite o controle, a dominação e o massacre de pessoas construídas como diferentes do modelo de humanidade pautado pelos colonizadores do globo. Assim, em *Crítica da razão negra* (Mbembe, 2014), o autor camaronês nos fala sobre o que seria o devir negro no mundo, já que, embora as políticas de morte do Estado tenham um viés racializado, elas não se reservam apenas a pessoas negras, mas a todo o contingente de pessoas pobres e entendidas como descartáveis em oposição ao modelo tomado como padrão (brancos-masculinos-heterossexuais-cristãos-cisgêneros detentores do capital) pela sociedade ocidental.

Proponho, então, a partir de Quijano (2009), Lugones (2020) e Mbembe (2014) que pensemos a noção de efeito social empregada neste breve ensaio como um legado moderno/colonial. Definindo, assim, as ações e reações do Estado e dos indivíduos que, no conjunto da sociedade, comungam com as normas sociais definidas em concordância com os padrões coloniais/modernos de existência. Nesse sentido, os efeitos sociais aqui tomados são compreendidos como negativos, pelo fato de agir na invisibilização, criminalização, massacre e assassinio de existências tomadas como desviantes.

É dentro desse modelo de sociedade que nos anos 1980 o mundo assistiu ao surgimento da epidemia do HIV. Um vírus que em seus primórdios foi compreendido como um castigo divino aos homossexuais, por serem eles desviantes em relação ao modelo normativo sexual e de gênero moderno/colonial, bem como por terem sido eles, naquele momento, os mais infectados. Desde então, o vírus do HIV se tornou uma mácula para a comunidade LGBTQ+. Sendo esse o sentido de ideologização do vírus empregado por Linga Acácio, demarcando a sorofobia, que diz respeito às violências discriminatórias contra pessoas que vivem com o vírus do HIV.

Destarte, embora o vírus do HIV possa infectar qualquer pessoa, homossexuais, antes como hoje, compõem o chamado grupo de risco desse vírus, por ter sido o grupo social mais infectado. No entanto, cabe demarcar que o fato

de se pertencer a algum grupo social específico não é um fator de risco, embora os comportamentos possam ser de risco. É preciso pensar acerca de práticas e não de identidades. Nesse sentido, a expressão grupo de risco pode criar uma falsa sensação de segurança entre pessoas que têm comportamentos de risco, mas não se identificam com tais grupos, contribuindo para uma desinformação em massa, além de viabilizar a estigmatização e a discriminação contra determinados grupos sociais (ver Knauth et al., 2020). Ademais, é importante frisar que a infecção no caso da comunidade LGBTQ+ não é, por vezes, compreendida em virtude da vulnerabilidade social (já que por não ser parte do grupo que segue os padrões normativos sexuais e de gênero impostos pelo modelo moderno/colonial, não são poucos os membros da comunidade LGBTQ+ que, por exemplo, são expulsos de suas famílias biológicas, sendo marginalizados por suas existências/conduitas) e da desinformação acerca do contágio. Desse modo, proponho que pensemos a noção de *grupo em risco*.

O efeito social da epidemia do HIV, além de contar com os preconceitos em relação à população que vive com o vírus e de homossexuais em geral, em virtude de ser tomados como *grupo de risco* do vírus, contam também com regras que seguiam em vigor ainda em 2020. Quatro décadas após o início dessa, hoje, epidemia, tais regras, por exemplo, restringiam a doação de sangue por homens homossexuais e de homens que fazem sexo com homens e suas parceiras. Em 1993, era vitalícia a proibição de doação de sangue por pessoas que estavam no referido grupo social, o que foi alterado, em 2004, para a proibição até 12 meses após a última relação sexual considerada de risco, sendo essa a determinação que se mantinha.⁶ Apesar dessa restrição, a portaria n. 2875 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) defende não haver discriminação em relação à orientação sexual de doador de sangue.⁷ Todavia, o tema seguia em votação, desde 2017, no Supremo Tribunal Federal (STF) e, em 01 de maio de 2020, formou maioria provisória de votos contrários às restrições de doação por homossexuais e homens que fazem sexo com homens e suas parceiras, compreendendo existir discriminações relativas à normativa em vigor. Em seu voto, o ministro Gilmar Mendes pontuou:⁸ “Os primeiros [homens gays] são inaptos à doação de sangue, ainda que adotem medidas de precaução, como o uso de preservativos, enquanto os últimos [heterossexuais] têm uma presunção de habilitação, ainda que adotem comportamentos de risco, como fazer sexo anal sem proteção”. Assim, em 08 de maio de 2020, em uma decisão histórica, as restrições foram efetivamente derrubadas.⁹

Em tempos de pandemia da covid-19, o assunto voltou à pauta não somente em virtude da votação no STF, mas também por conta dos baixos estoques¹⁰ dos bancos de sangue, que não podiam contar com a doação de homossexuais e homens que fazem sexo com homens e suas eventuais parceiras, us desviantes. Não configuraria exagero dizer que tais regulações consideravam perigoso o sangue dessas pessoas. E, como ensinado por Mary Douglas (2014),

a compreensão do que seja tanto pureza quanto perigo em muito explica a organização da sociedade. Creio ser possível dizer que manter a normativa da proibição por tantos anos, efetivamente, contribuiu em grande medida também para a desinformação da sociedade em geral, bem como para a estigmatização e a discriminação dos grupos até então alvo das sanções proibitivas.

Tendo recebido tratamento de antirretrovirais pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em 2014 e 2015, em sua pesquisa, Linga Acácio descobriu que os remédios que ingeria eram produzidos pela indústria Hetero Drugs, um fato que a levou a questionar essa que seria uma coincidência perversa. Afinal, o mesmo padrão heterossexual que ameaça sua existência dava nome ao remédio que manteria a sua vida. No entanto, questionando esse processo, compreendendo que sua existência é tomada como ameaça aos padrões estabelecidos pela sociedade envolvente, a artista realizou, em 2019, a *performance Terra posithiva sob seus pés*, em que propõe o extermínio dos padrões heteronormativos transmutando morte em vida. Linga, assim, subverte as ideias de pureza e perigo, indicando que o perigo a sua espreita vem não de sua soropositividade, mas dos padrões cis-heteronormativos estabelecidos no processo de constituição da moderna sociedade ocidental.



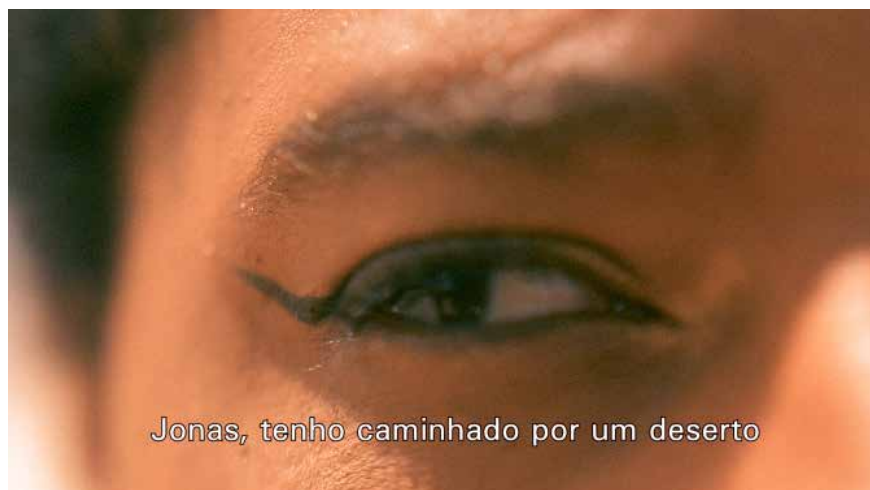
4

Imagem 4

Linga Acácio, *Terra posithiva sob seus pés*, performance, 2019,
Série Rumo ao desvio

No caso aqui brevemente relatado, pode-se dizer que a politização e a ideologização do HIV contribuem para a existência de um tratamento discriminatório para pessoas que não se enquadram nas normas sociais que têm na cis-heterossexualidade um de seus princípios. Tendo como efeito social a discriminação de toda uma população que vive com o vírus ou, ainda, que mesmo sem o ter contraído, compõe o dito grupo de risco. Entretanto, talvez caiba a pergunta: quem está em risco? Aparentemente, a sociedade moderna ocidental, com sua base patriarcal, sente no comportamento sexual enquadrado como desviante da norma uma ameaça. Mas, por outro lado, são os corpos LGBTQ+, marcados como grupo de risco, que seguem em risco e vulnerabilidade em uma sociedade que parece querer os expurgar. É, de fato, a existência LGBTQ+ que se encontra em risco.

Nesse sentido, cabe mencionar outro trabalho de Linga Acácio. O filme *Para saber onde nadar siga as bolhas de ar* (2019), feito em colaboração com três pessoas transgêneras também artistas da cidade de Fortaleza – Ella Monstra, Ellícia Marie e Georgia Vitrillis –, toma a indicação de sobrevivência para casos de afogamento como título. Trata, portanto, de formas de sobrevivência e combate aos padrões de adoecimento e morte que estruturam a sociedade brasileira, demonstrando quem está em risco, mas que, mesmo em risco, segue conjurando vida e não morte: pessoas que têm remado no sentido contrário da normatividade em busca de outros modos societários.





6



7



8

Imagens de 5 a 8
Stills do filme *Para saber onde nadar siga as bolhas de ar*, 2019,
de Linga Acácio em colaboração com Ella Monstra, Ellicia Marie
e Georgia Vitrollis, Série Oásis

E DAÍ? VERSUS #FICAEMCASA

Hoje, como em 2018, o Brasil vive sob forte polarização política, mas agora reforçada pela pandemia da covid-19. Há quem defenda a flexibilização do isolamento social no Brasil, muito embora os números de infecções e óbitos causados pelo coronavírus não parem de aumentar diariamente. Para esses, preocupados¹¹ com a economia, em um primeiro momento, ainda em março de 2020, seria necessário um modelo vertical de isolamento,¹² quando apenas pessoas do grupo de risco desse vírus seguiriam isoladas, enquanto as demais estariam liberadas para suas atividades produtivas. Todavia, o que os dados levantados acerca da pandemia em outros países e no Brasil têm comprovado é que o isolamento em modelo horizontal é a melhor opção para achatar a curva da infecção.

Após um ano desde que as primeiras medidas referentes à pandemia da covid-19 foram anunciadas no Brasil o que se viu, no entanto, pode ser categorizado como uma guerra de informação. Isso porque, de um lado, há um negacionismo da história e da ciência, marcas de um governo que ainda em tempos eleitorais já dava o tom do porvir, e, de outro, cientistas e pesquisadores/as/us ao redor do mundo, mas, especialmente no próprio país, que defendem medidas completamente diferentes das divulgadas pelo chefe do Poder Executivo nacional para um eficaz (no sentido de causar menos mortes) combate ao alastramento da doença.

Corroborar-se, assim, com o que Abdias Nascimento (1978) definiu como um genocídio do povo negro brasileiro; esse genocídio, todavia, como vemos em Mbembe (2014) não se direciona apenas à população negra, mas a todas as pessoas tomadas como descartáveis de acordo com o sistema colonial/moderno que é defendido pelo atual governo federal. O que se comprova de diferentes modos e aqui mencionarei alguns:

— apesar de o número diário de mortes no país em decorrência da covid-19 ser, em março de 2021, maior do que quando a doença desembarcou em solo nacional,¹³ tendo em um ano o número de óbitos ocasionados pela covid-19 superado aqueles provocados pela aids ao longo de 23 anos,¹⁴ há ainda a defesa de medidas ineficazes para o combate à pandemia, como a não utilização de máscaras. Exemplar, nesse sentido, é o comportamento do presidente brasileiro circulando em inúmeros eventos sem o aparato de segurança, bem como suas falas contra o equipamento. Em 25 de fevereiro de 2021, por exemplo, em uma de suas lives, citando um suposto estudo realizado na Alemanha, posteriormente desmentido,¹⁵ o presidente se colocou contrariamente à utilização de máscaras porque elas seriam, de acordo com ele, “prejudiciais”,¹⁶ o que vai de encontro às medidas sanitárias indicadas até mesmo pela Organização Mundial de Saúde (OMS). E, assim, apesar dos esforços de profissionais da saúde para a conscientização da população quanto à necessidade do uso de máscaras, se pautando por meio de medidas sanitárias comprovadas como importantes

para a manutenção da saúde e não infecção pela covid-19, o que se tem é o chefe do Poder Executivo fazendo pronunciamentos públicos e se comportando na contramão do que deveria ser feito;

- a população negrodescendente, historicamente depauperada pelo sistema colonial/moderno, é hoje aquela que ocupa massivamente as camadas mais pobres da sociedade brasileira e, assim, é a que mais tem morrido em decorrência da covid-19,¹⁷ o que demonstra o viés étnico-racial do projeto necropolítico (Mbembe, 2018) do Estado brasileiro. Afinal, a despeito de o vírus atingir e poder matar qualquer indivíduo, comparativamente à população branca, a população negra tem sido a mais vitimada. Esse dado, creio, deve ser encarado com seriedade por indicar as políticas do Estado em relação a que vidas são mais preserváveis que outras;
- medicamentos sem comprovação de sua eficácia para o combate à doença têm sido propagandeados como medidas eficazes, e, assim, chegou a ser adotado como protocolo do Ministério da Saúde o chamado tratamento precoce,¹⁸ a despeito dos alertas de cientistas, médicos/as/ques e pesquisadores/as/us em oposição a essa determinação – medida que é encabeçada pelo presidente do país, o qual já posou para inúmeras fotos com caixas de remédios que profissionais da saúde já demarcaram como ineficientes, tendo, aliás, ligado para uma rádio no dia 19 de março de 2021, defendendo a utilização de tratamento por meio de nebulização com hidroxicloroquina,¹⁹ um dos medicamentos que a ciência já provou ineficazes no combate ao coronavírus;
- até mesmo a vacina, única medida de fato eficaz para o achatamento da curva de infecção, foi rigorosamente atacada pelo presidente do país e seus apoiadores, caso da vacina produzida pelo Instituto Butantan feita em parceria com a farmacêutica Sinovac, que é chinesa,²⁰ sendo o presidente crítico ao regime político chinês. Além disso, também houve a negação de compra de vacinas da farmacêutica Pfizer pois o presidente não concordou com os termos da negociação.²¹ As ideologias políticas do presidente Bolsonaro têm, portanto, contribuído para que um dos países em que mais se tem, historicamente, campanhas de vacinação de sucesso, tenha presentemente vacinado uma pífia parcela de sua população.²²

O que se tem assistido em torno da covid-19 é, de fato, uma politização, e esta tem criado o que Lina Acácio chama de ideologização do vírus. Cabe, então, trazer a legenda feita pela artista para a imagem 1, que abre este ensaio: “Não adianta, seja qual for o vírus ele será politizado, irão formulá-lo a partir de uma ideologia” (Instagram da artista²³). No caso da covid-19, a partir do exposto, é possível dizer que a fim de manter o vínculo com seus apoiadores, a negação de fatos com base em dados, pesquisas e informações concretas tem sido a di-

retriz do atual presidente brasileiro. Sua recusa à compra e ao apoio da vacina produzida pelo Instituto Butantan em virtude de seu ideal político-ideológico é, nesse sentido, lamentavelmente, um dos maiores desastres cometidos por seu governo, fazendo com que a população brasileira pague por seus erros e escolhas político-ideológicas com a própria vida.

Destarte, no caso da ideologização e polarização em torno ao HIV, temse um viés moral ligado ao projeto de poder masculino-branco-heterossexualcris-tão com capital formulado de acordo com o sistema colonial/moderno de gênero (Lugones, 2020), pois, em grande medida, os discursos que discriminam portadores/as/us do vírus HIV possuem teor que atribui culpabilidade a indivíduos que fogem às normas sexuais e de gênero impostas como ideais. Já no que diz respeito à covid-19, o que se tem é uma ideologização e uma polarização com base em distintos projetos de poder, efetivamente, em um plano político-econômico. Ou seja, não é uma ideologização pautada em questões de gênero e sexualidade, mas sim, com base econômica e política. Isso, porém, não significa dizer que o projeto de poder do atual governo federal brasileiro não se pautem em um modelo colonial/moderno, mas que o foco de ataques, ao menos na sua superfície, não é ligado à sexualidade ou ao gênero, embora o sistema de poder defendido seja o mesmo que exclua e discrimine indivíduos que desviem das normas coloniais/modernas de humanidade. E, assim, cabe pontuar que entre as pessoas que vêm sendo mais vitimadas pelos efeitos sociais da pandemia, estão as mulheres negras chefes de família, que não têm recebido o devido apoio do governo federal, já que foi interrompido o pagamento do auxílio emergencial e, em seu retorno, se prevê um valor menor que o anterior, e, se já compunham o matriarcado da miséria (Carneiro, 2011), agora essas mulheres se encontram em cenário pior (Fares et al., 2021). Então, mesmo que na superfície as escolhas político-ideológicas do presidente se pautem em questões políticas e econômicas, há um efeito genderizado e racializado no que diz respeito ao alvo das políticas que não têm preservado certas vidas.

Nesse sentido, em seu projeto político-ideológico o presidente Bolsonaro apela para um discurso que acena para uma religiosidade cristã se dizendo um defensor do modelo de família tradicional, que exclui, por exemplo, indivíduos que tenham sexualidades distintas da normativa heterossexual. No entanto, embora o projeto político de poder de Jair Bolsonaro possa ser aproximado daquele que fundamenta o mencionado sistema colonial/moderno de gênero, não são os argumentos que apelam para uma moralidade sexual e de gênero que têm sido utilizados pelo presidente para negar normativas científicas e compra de vacinas. Nesse caso, ao que parece, são as ideologias puramente políticas e econômicas do presidente, pautadas em um modelo conservador que dão o tom dessa ideologização do vírus. Todavia, em um caso como no outro, o resultado tem sido o mesmo: a morte. É fundamental, então, uma leitura interseccional (Hill Collins, 2017) acerca do projeto de poder defendido

por Jair Bolsonaro, pois a partir dela é possível compreender que existências são tratadas como descartáveis – nesse caso, aquelas que não se enquadram no modelo de gênero, raça, sexualidade, religiosidade e nação construído como ideal de humanidade na constituição do mundo contemporâneo em sua faceta colonial, moderna e capitalista. As ideologias políticas do presidente têm contribuído, portanto, para que a vacinação da população brasileira, bem como as medidas de contenção da proliferação do coronavírus, esteja sendo falha.

Enquanto alguns aprendem a viver em isolamento, outros, mesmo que desejem, não podem se isolar e necessitam manter atividades produtivas a fim de sustentarem a si e suas famílias; e, além dessas pessoas, há aquelas que, mesmo que possam se manter em isolamento, seguem questionando essas medidas. Há, de fato, quem diga que essa seria uma polarização entre a fé e a descrença na ciência. Para além disso, entretanto, creio ser possível dizer que se trata fundamentalmente de uma disputa pelo projeto político, econômico e ideológico de poder que pautará as regras da sociedade nacional.

O vírus, ainda em sua chegada em terras brasileiras, já indicava alguns de seus efeitos sociais em virtude de sua ideologização. Assim, embora pouco se soubesse sobre seus efeitos à saúde, posto que é ao longo do tempo que alguns efeitos colaterais estão sendo sentidos/descobertos (além das mutações que vêm ocorrendo no vírus), no que diz respeito aos seus efeitos sociais, em termos de politização e ideologização, no Brasil, os rumos da questão já se mostravam com nítidos contornos. De um lado, panelas batidas nas janelas de todo o Brasil pediam/pedem o *impeachment* do atual presidente, devido a seu posicionamento em relação ao vírus.²⁴ De outro, carreatas foram/são organizadas até mesmo nas proximidades de hospitais lotados de pacientes lutando pela vida a fim de que o isolamento social fosse/seja eliminado.²⁵ Enquanto a palavra genocida tem sido cada vez mais fortemente atrelada ao presidente do país, por outro lado, aqueles que creem no fim do isolamento mais restrito têm chegado até a agredir profissionais da área da saúde.²⁶

Desse modo, enquanto para alguns defender o isolamento social mais restrito se tornou sinônimo de ser alguém com o posicionamento político de esquerda, e, ainda, de ser vagabundes que não primam pelo trabalho, para outros, apoiar o fim do isolamento é ser relacionado à extrema-direita defensora de um genocídio, em especial, das camadas mais vulnerabilizadas da sociedade brasileira. Divisão, separação, oposição, agressão – por ora, esses são alguns dos efeitos sociais da ideologização da covid-19 no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A normatividade legada pela constituição do mundo com base na tríade colonialismo-modernidade-capitalismo pauta o projeto de poder em curso no Brasil. Esse mesmo projeto vem sendo historicamente aplicado e reformulado, tendo sido responsável, num primeiro momento, por dizimar as populações

indígenas habitantes das terras deste hoje Estado-nação, bem como por pautar a escravização de pessoas sequestradas de África. Atualmente, porém, apesar de cinco séculos e algumas décadas separarem o processo de colonização, mesmo que o colonialismo não seja mais institucionalizado, o que se tem é um projeto de poder que ainda está em acordo com aquele sistema; a colonialidade do poder, do saber e do gênero (Quijano, 2009; Lugones, 2020), de fato, parece reger as políticas da sociedade brasileira.

Aproximar as ideologizações, polarizações e politizações dos vírus HIV e da covid-19, como feito por Linga Acácio, nos permite ver diferentes nuances desse projeto colonial/moderno. Se, no primeiro caso, a sexualidade e o gênero foram marcadores sociais de diferença que contribuíram para a estigmatização e discriminação, no caso da covid-19 a questão se volta, especialmente, para ideologias políticas e econômicas. Todavia, os efeitos sociais são basicamente os mesmos, pois o que se tem é a acentuação de distâncias sociais e a contribuição para a morte da população.

Se em algum momento imaginou-se que a pandemia da covid-19 traria um reforço à solidariedade orgânica, nos termos de Émile Durkheim (1999), aquela baseada em diferenças que se articulam para o bom funcionamento do corpo social, o que se vivencia presentemente é, justamente, a falência múltipla dos órgãos que compõem essa sociedade, em virtude da polarização política advinda da ideologização e politização do vírus. Mesmo sendo funcionalista, a metáfora durkheimiana do corpo para pensar o funcionamento da sociedade parece ser bastante adequada ao momento atual, pois a dita ideologização que tem pautado as políticas públicas para combate à pandemia da covid-19 tem feito morrer grande parcela da população brasileira, especialmente aquela tomada como descartável, empobrecida pelo sistema capitalista e discriminada pelos padrões de gênero, raça, nação, religião e sexualidade determinados pela modernidade e o colonialismo.

Identifico, então, dois projetos em disputa; de um lado, há a defesa de um projeto de sociedade que em muito se atrela ao ideal da sociedade moderna ocidental assentado nos pilares do colonialismo, do capitalismo e do patriarcalismo. Todavia, há um processo de mudança em curso. Talvez seja possível dizer que, comparativamente a outros momentos da história nacional, nunca se tenha dado tanta atenção às vozes dissidentes, especialmente, no campo da arte brasileira. Seja como *token*,²⁷ seja como sinal de efetiva mudança de pensamento, a presença de grupos historicamente marginalizados no campo da arte tem sido contundente (levando-se em conta que essa ampliação de espaço não significa efetiva abertura de possibilidades iguais em termos de legitimação e mesmo de sustento). E, destarte, muitas dessas pessoas têm demarcado a necessidade de uma total virada de pensamento em relação ao projeto de sociedade estabelecido com o advento da modernidade. Desse modo,

cabe finalizar este breve escrito chamando atenção para o fato de que acompanhar os efeitos sociais da covid-19, marcados por forte ideologização e politização no contexto brasileiro, pode contribuir para a compreensão de qual caminho de sociedade iremos seguir.

Recebido em 29/10/2020 | Revisto em 16/04/2021 | Aprovado em 21/05/2021

Guilherme Marcondes é pós-doutorando (PNPD/Capes) no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará, doutor e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, graduado em ciências sociais (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Suas principais pesquisas estão relacionadas à sociologia da arte, sociologia da cultura e relações étnico-raciais. Entre suas publicações recentes figuram: “Arte contemporânea e legitimação: o caso das jovens artistas” e “Conexões de cura na arte contemporânea brasileira”.

NOTAS

- 1 Este texto utiliza a linguagem neutra de gênero a fim de abarcar existências que não se enquadram nos padrões heterossexuais e cisgêneros legados pelo projeto colonial.
- 2 Por efeitos sociais, defino aqui as ações e reações de indivíduos e do Estado brasileiro, que se conformaram em padrões de comportamento individual e coletivo, bem como em políticas de Estado pela construção da modernidade em seus três pilares, a saber, o colonialismo, o capitalismo e o patriarcalismo (ver Ferreira da Silva, 2019; Marcondes, 2020).
- 3 Para mais informações sobre o trabalho da artista, a quem agradeço pelo diálogo para a realização deste breve escrito, acessar seu site profissional. Disponível em: <https://www.filipeacacio.com/>. Acesso em 01 maio 2020.
- 4 Num sentido legado por Karl Marx (2008).
- 5 Por exemplo, presentemente, a expectativa de vida de pessoas transgêneras no país é de 35 anos de idade, enquanto a da população em geral é em média de 76 anos e três meses.
- 6 Portaria n. 158 do Ministério da Saúde, de 04 de fevereiro de 2016, Artigo 64. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prto158_04_02_2016.html. Acesso em 03 maio 2020.
- 7 Portaria n. 2875, Anvisa. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/anvisa-esclarece?p_p_id=baseconhecimentoportlet_WAR_baseconhecimentoportlet&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_pos=1&p_p_col_count=2&_baseconhecimentoportlet_WAR_baseconhecimentoportlet_asuntoId=17&_baseconhecimentoportlet_WAR_baseconhecimentoportlet_conteudoId=2643&_baseconhecimentoportlet_WAR_baseconhecimentoportlet_view=detalhamentos. Acesso em 03 maio 2020.
- 8 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/01/maioria-dos-ministros-do-stf-vota-pelo-fim-de-restricoes-a-doacao-de-sangue-por-gays.ghtml>. Acesso em 03 maio 2020.
- 9 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-08/em-decisao-historica-stf-derruba-restricao-de-doa>

- cao-de-sangue-por-homossexuais.html. Acesso em 03 maio 2020.
- 10 Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/brasil/2020/04/covid-19-ministerio-da-saude-mantem-proibicao-de-doacao-de-sangue-por.html>. Acesso em 03 maio 2020.
 - 11 Quando me refiro ao governo federal e quem o apoia, utilizo os termos no masculino, posto que é sabido que o projeto de governo estabelecido por Jair Bolsonaro encara vivências desviantes da normatividade de gênero e sexualidade como alvo a ser combatido; assim sendo, universalizo no masculino o projeto de poder pautado no sistema colonial/moderno de gênero, definido por María Lugones (2020).
 - 12 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52043112>. Acesso em 15 mar. 2021.
 - 13 Em 30 de março de 2021 o país atingiu o maior número diário de mortes em decorrência da covid-19. De acordo com o consórcio de veículos da imprensa, que atualiza os dados de acordo com os números disponibilizados pelas secretarias de saúde dos estados brasileiros, foram 3.668 mortes em 24 horas. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/30/brasil-volta-a-bater-pior-marca-com-3668-mortes-por-covid-registradas-em-24-horas.ghtml>. Acesso em 31 mar. 2021.
 - 14 Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/03/17/em-um-ano-mortes-por-covid-19-no-brasil-superam-total-de-obitos-provocados-pela-aids-em-23-anos-de-registros.ghtml>. Acesso em 31 mar. 2021.
 - 15 Disponível em <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/02/26/bolsonaro-usa-enquete-alema-distorcida-para-criticar-uso-de-mascaras.ghtml>. Acesso em 02 abr. 2021.
 - 16 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/02/25/no-dia-mais-letal-da-covid-19-bolsonaro-questiona-mascara-e-isolamento.htm>. Acesso em 31 mar. 2021.
 - 17 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-08/mortalidade-por-covid-19-e-maior-entre-populacao-negra-em-sao-paulo>. Acesso em 31 mar. 2021.

- 18 Disponível em: <http://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2020/August/12/COVID-11ago2020-17h16.pdf>. Acesso em 31 mar. 2021.
- 19 Disponível em: <https://saude.ig.com.br/2021-03-21/bolsonaro-defende-nebulizacao-da-hidroxicloroquina-para-tratar-covid-19--veja.html>. Acesso em 31 mar. 2021.
- 20 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/10/21/bolsonaro-responde-a-criticas-sobre-vacina-chinesa-nao-sera-comprada.htm>. Acesso em 31 mar. 2021.
- 21 Disponível em: <https://istoe.com.br/governo-bolsonaro-rejeitou-70-milhoes-de-doses-da-pfizer-diz-jornal/>. Acesso em 31 mar. 2021.
- 22 Disponível em: <https://saude.ig.com.br/coronavirus/2021-03-23/com-atual-ritmo-de-vacinacao--brasil-pode-ter-640-mil-mortos-em-outubro--entenda.html>. Acesso em 31 mar. 2021.
- 23 Disponível em: <https://www.filipeacacio.com/>. Acesso em 31 mar. 2021.
- 24 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/16/cidades-brasileiras-registram-panelaco-contra-bolsonaro.ghtml>. Acesso em 03 maio 2020.
- 25 Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/04/18/interna_nacional,1140000/bolsonaristas-fazem-carreata-contra-isolamento-em-sao-paulo.shtml. Acesso em 03 maio 2020.
- 26 Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/05/01/profissionais-no-mundo-sao-aplaudidos-e-no-brasil-a-gente-apanha-diz-enfermeira-agredida-em-ato-no-df.ghtml>. Acesso em 03 maio 2020.
- 27 Resumidamente, *Token* vem do termo inglês *token*, que significa símbolo. Demarca, então, o ato de se realizarem concessões a indivíduos de grupos minoritários para fugir de acusações de preconceito e desigualdade.

BIBLIOGRÁFICAS

Carneiro, Sueli. (2011) [2000]. O matriarcado da miséria. In: Carneiro, Sueli (Org.). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.

Douglas, Mary. (2014) [1966]. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva.

Durkheim, Émile. (1999) [1893]. *Da divisão social do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes.

Elias, Norbert. (1994) [1939]. *O processo civilizador*, v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

Fares, Lygia Sabbag et al. (2021). As políticas econômicas implementadas no Brasil durante a pandemia sob a perspectiva de gênero (Nota de Política Econômica n. 006). São Paulo: *Made/USP*. Disponível em: https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/01/NPE006_site.pdf. Acesso em 01 abr. 2021.

Ferreira da Silva, Denise. (2019). *A dívida impagável*. São Paulo: Casa do Povo.

Hill Collins, Patricia. (2017). Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, 5/1, p. 6-17.

Kilmba, Grada. (2019). *Memórias da plantação – episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.

Knauth, Daniela et al. (2020). O diagnóstico do HIV/aids em homens heterossexuais: a surpresa permanece mesmo após mais de 30 anos de epidemia. *Cadernos de Saúde Pública*, 36/6, p. 1-11.

Krenak, Ailton. (2020). *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Krenak, Ailton. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Lugones, María. (2020) [2008]. Colonialidade e gênero. In: Buarque de Hollanda, Heloisa (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Marcondes, Guilherme. (2020). Anticorpos para o combate ao vírus colonial: algumas ideias através da arte. Rio de Janeiro: Horizontes ao Sul. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/04/29/ANTI-CORPOS-PARA-O-COMBATE-AO-VIRUS-COLONIAL-ALGUMAS-IDEIAS-ATRAVES-DA-ARTE>. Acesso em 03 maio 2020.

Marx, Karl. (2008) [1867]. *O capital*. Livro 1: *Crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Mbembe, Achille. (2018). *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições.

Mbembe, Achille. (2014). *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona.

Nascimento, Abdias do. (1978). *O genocídio do negro brasileiro – processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Quijano, Aníbal. (2009). Colonialidade do poder e classificação social. In: Santos, Boaventura de Sousa & Meneses, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Edições Almedina.

EFEITOS SOCIAIS DAS IDEOLOGIZAÇÕES DAS PANDEMIAS DE HIV E COVID-19 EM PERSPECTIVA

Palavras-chave

Covid-19;
HIV;
arte contemporânea;
efeitos sociais;
Brasil.

Resumo

Nesse breve escrito, a pandemia da covid-19 é aproximada da epidemia que envolve o HIV, no que diz respeito aos efeitos sociais de suas ideologizações e politizações; o que se realiza, tendo como fio condutor o trabalho da artista Língua Acácio. Décadas separam ambos os vírus; todavia, opressões, discriminações e divisões sociais são efeitos sociais de ambos os vírus. Como relato de um momento histórico, esse texto atenta para tais efeitos sociais, olhando para o que ocorre/u com um dos vírus a fim de refletir acerca do que vem sendo feito em termos políticos com o outro, tendo no trabalho de Língua Acácio uma forma de contestação e reação aos efeitos sociais nocivos que, em prol do projeto colonial, têm exterminado existências.

SOCIAL EFFECTS OF IDEOLOGIZATIONS OF HIV AND COVID-19 PANDEMICS IN PERSPECTIVE

Keywords

Covid-19;
HIV;
contemporary art;
social effects;
Brazil.

Abstract

In this brief writing, the covid-19 pandemic is approximate to the epidemic involving HIV, with regard to the social effects of its ideologizations and politicizations; what is accomplished, with Língua Acácio's art works as the guiding thread. Decades separate both viruses; however, oppression, discrimination and social divisions are social effects of both viruses. As an account of a historical moment, this text looks at such social effects, looking at what happens/ed with one of the viruses in order to reflect on what has been done in political terms with the other, having in Língua Acácio's work a form of contestation and reaction to the harmful social effects that, in favor of the colonial project, have annihilate existences.

I Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Departamento de Sociologia,
Campinas, São Paulo, SP, Brasil
bgcastro@unicamp.br
<https://orcid.org/0000-0002-9526-8776>

Bárbara Geraldo de Castro¹

DO AMOR E OUTRAS MORTES: RELENDO *ROMEU E JULIETA* EM TEMPOS DE PANDEMIA

A mais conhecida tragédia de amor do mundo ocidental, *Romeu e Julieta*, inspira persistentes debates de interpretação da peça de William Shakespeare. Desde leituras sobre o livre-arbítrio dos amantes, que foram fiéis aos seus desejos e sentimentos contra a histórica briga entre suas famílias; passando pelo peso da estrutura de moralidades contra a qual lutavam e se impôs sobre eles como castigo ao ousar viver um amor proibido; a defesa do acaso como ponto central para explicar a tragédia; até a resolução do conflito entre as famílias pela redenção da morte trágica de dois jovens.¹ Relendo *Romeu e Julieta* na pandemia da covid-19 quero argumentar, no entanto, que mais do que uma tragédia romântica que invoca essa série de interpretações, a peça de Shakespeare também deve ser lida na chave de uma crítica social cínica.

O cinismo é reconhecido pela literatura especializada e está presente no tom exagerado e debochado de muitos pontos da peça: as paixões instáveis de Romeu, o casamento seguido de suicídio de dois adolescentes após uma história de amor que dura menos de uma semana, o padre trapalhão com soluções mirabolantes para os problemas que ajuda a criar e piorar, e as personagens bonachonas da criada malcriada de Julieta e de Mercúcio *bon-vivant*. A ideia de crítica social, no entanto, está localizada na relação da peça com o contexto no qual o autor vivia. Shakespeare a escreveu entre 1591 e 1595, anos em que a crítica aponta que ele já residia em Londres. A peste bubônica era a pandemia daquele momento e reincidiu por séculos.² Os anos 1563, 1593, 1603,

1625, 1636 e 1665 foram os que registraram os maiores picos de mortes em consequência da peste na capital inglesa. Um quarto dos londrinos morreu em 1563 e, no último ano de pico da doença, 20% da população não resistiu à pandemia (Grell, 1990). Quando lemos *Romeu e Julieta* à luz desse contexto é possível pensar na ênfase dada à frivolidade da nobreza e da burguesia comercial e manufatureira em ascensão de guerrear por razões nunca explicadas na peça e de viver amores em estilo cavalaria enquanto a peste bubônica matava milhares de pobres na Europa.

Apresento um breve resumo da peça, para que se recordem e me acompanhem nessa proposta de leitura.

Romeu e Julieta são herdeiros jovens de famílias inimigas tradicionais de Verona, cidade-estado italiana, os Capuleto e os Montecchio. Eles se conhecem em uma festa que Capuleto, o pai de Julieta, ofereceu para que sua filha se encantasse por Páris, parente do príncipe, que a cortejava. Romeu, às escondidas, esteve na festa porque buscava encontrar sua então paixão, Rosalina – ah, e como Romeu sofria por Rosalina! “É muito bela e sábia, sabiamente formosa para estar sempre contente com me fazer sofrer. Fez juramento de não amar jamais, um só momento. E nesse voto infausto eu vivo morto só de a todos contar meu desconforto”.³ Ao avistar Julieta, se apaixonou imediatamente: “Meu coração, até hoje, teve a dita de conhecer o amor? Oh! Que simpleza! Nunca soube até agora o que é beleza”. E, após alguma conversa entre os dois, ela também por ele: “Como esse monstro, o amor, brinca comigo: apaixonada ver-me do inimigo!”. Dali a quatro dias, casaram-se em segredo, com a ajuda de frei Lourenço, o padre querido pelas famílias inimigas e pelo príncipe de Verona.

No mesmo dia em que se casa, no entanto, Romeu é banido de Verona.⁴ Ele entra em combate com Tebaldo, primo da esposa, para vingar o assassinato de Mercúcio, seu amigo e parente do príncipe. Mercúcio empunhara a espada que Romeu se negara a empunhar contra Tebaldo a despeito de seus insistentes insultos.⁵ Se a peça de Shakespeare abre com uma desavença entre as famílias por meio de uma briga banal entre seus criados em praça pública, que esperaram o olhar dos patrões para começar a batalha,⁶ o ódio é relativizado pelos patriarcas. Em diversos momentos da peça os senhores das casas rivais evitam entrar em brigas diretas.⁷ Capuleto, por exemplo, vê Romeu na festa e não se importa, e ainda reprime os impulsos de Tebaldo:

Tebaldo – Pela voz este aqui é algum Montecchio. Rapaz, vai buscar logo minha espada. Como! Esse escravo atreve-se a, com máscara grotesca, vir aqui, para de nossa festividade rir e fazer pouco? Pela honra do meu sangue e nobre estado, dar-lhe a morte não julgo ser pecado.

Capuleto – Que tens, sobrinho? Que se dá contigo?

Tebaldo – Tio, aquele é um Montecchio, nosso inimigo; um vilão que aqui entrou por zombaria, para nos estragar toda a alegria.

Capuleto – Não é o jovem Romeu?

Tebaldo – O mesmo, o biltre Romeu.

Capuleto – Gentil sobrinho, fica quieto; deixa-o tranquilo. Ele tem se mostrado perfeito gentil-homem. Para ser-te franco, Verona tem orgulho dele, como rapaz virtuoso e mui polido. Nem por toda a riqueza da cidade quisera que ele aqui fosse ofendido. Acalma-te, portanto, e fica alegre; essa é a minha vontade. Se a acatares, fica alegre e desfaze essa carranca que não vai bem com nossa alacridade.

A senhora Montecchio dissuade o marido de entrar na briga da primeira cena. “Não darás um só passo para o inimigo.” Daí, talvez, a brecha que frei Lourenço tenha visto para agir: casar Romeu e Julieta poderia finalmente ajudar a encerrar a rivalidade entre as famílias, que já não fazia tanto sentido na prática dos patriarcas.

Tido como santo e sábio (que chiste, vocês verão), frei Lourenço aposta na pacificação que o príncipe de Verona também buscava. O príncipe aparece já na primeira cena do ato I, para dispersar a briga que ocorria na praça:

Três vezes essas lutas civis, nascidas de palavras aéreas, por tua causa velho Capuleto, por ti Montecchio, a paz de nossas ruas três vezes perturbaram. Os provecos cidadãos de Verona, despojando-se das vestes graves que tão bem os ornaram, nas velhas mãos lanças antigas brandem, vosso ódio enferrujado. Se de novo vierdes a perturbar nossa cidade, pela quebrada da paz dareis as vidas. Por agora, que todos se retirem. Vós, Capuleto, seguireis comigo, e vós Montecchio, à tarde ireis à velha Cidade-Franca, à corte da Justiça, para conhecimento, assim, tomardes de quanto resolvermos sobre o caso. Já! Sob pena de morte, dispersai-vos!

Igreja e Estado juntos trabalhando na salvação do mundo ou seria a Igreja desempenhando o papel de moderar o crescente poder da burguesia contra o Estado, ainda mantido pela aristocracia? Há, aqui, dois caminhos de interpretação, que não se excluem. Um primeiro é pensar nas disputas entre a antiga aristocracia inglesa tradicionalmente católica e a nova nobreza, formada pela burguesia comercial e protestante titulada por Henrique VIII para equilibrar os votos no Parlamento (Heliadora, 2014). Podemos também pensar, sociologicamente, no retrato de um processo em curso de secularização e racionalização do Estado, que conta com corte de Justiça e um sistema de leis, como vimos no excerto anterior. Ao mesmo tempo, o poder centralizado segue nas mãos do príncipe, que segue contrariando essas mesmas leis e as possíveis decisões da corte a partir das relações pessoais que tinha com os apenados, como vimos no caso de Romeu. A Igreja ia perdendo o papel que possuía na regulação da sociedade. É assim que age frei Lourenço: submisso ao príncipe e a seu poder, como veremos adiante, mas lutando para ter relevância na resolução dos conflitos da comunidade. Na cena em que comunica Romeu da sentença de exílio dada pelo príncipe como punição pela morte de Tebaldo, isso é exemplar:

Frei Lourenço – Vamos, levanta-te! Vai ter com teu amor, como assentamos. Escala o quarto e leva-lhe conforto. Tem cautela, porém; não te demores até que venham iniciar a guarda, porque então para Mântua não saíras, que é onde vais viver até que achemos a hora oportuna de anunciar as bodas, a reconciliação fazer de todo os vossos conhecidos, e a demência do príncipe alcançar, para chamar-te, finalmente, de volta, retornando tu com cem vezes mil mais alegrias do que tinhas de dores ao partires.

Confessor de ambas as famílias, o frei detinha o controle das informações que lhe permitiram ver no casamento dos adolescentes uma oportunidade política para estabilizar, finalmente, as disputas de poder em Verona. Mas o poder divino-político de frei Lourenço se mostrou limitado.

Romeu é banido de Verona como pena pelo assassinato de Tebaldo, e Julieta é prometida em casamento a Páris. Para evitar o enlace, frei Lourenço estimula a jovem a tomar um bálsamo que a faz gelar e parecer morta por 24 horas: “Se energia tens suficiente para suicidar-te, só para a mão não dar ao Conde Páris, será melhor, então, que te resolves a empreender algo que suicídio lembra, para afastar o opróbrio, assim lutando com a morte, para dela te furtares”. Envia uma carta a Romeu avisando sobre a trama para que ele possa vir buscá-la na madrugada,⁸ após seu velório, e possam, finalmente, viver seu amor longe de Verona. Mas eis que a carta não chega até Romeu.⁹ Ele sabe apenas da morte da amada, a visita em seu leito de morte para se despedir e após mais um combate heroico em que mata Páris, comete suicídio aos pés de Julieta tomando o veneno comprado às escondidas em um boticário de Mântua. Ela acorda, o vê morto e, ato contínuo, também se suicida. Vale dizer que frei Lourenço descobre Romeu morto, vê Julieta acordar e se desesperar, mas a abandona em cena, temendo as consequências da chegada do príncipe:

Frei Lourenço – Ouço bulha. Sai, senhora, desse ninho de morte, de contágio e sono contrário à natureza. Uma potência por demais forte para que a vencamos frustrou nossos intentos. Vem, bem logo! Teu marido em teu seio se acha morto; Páris também. Vem logo; vou levar-te para um convento de piedosas freiras. Não percas tempo com perguntas; vamos; a guarda está chegando. Vem, bondosa Julieta; não me atrevo a esperar mais.

Julieta – Vai, que eu daqui não sairei jamais. (Sai frei Lourenço).

Para evitar a armadilha de interpretar a fuga de frei Lourenço como mera covardia, é preciso retomar o debate entre Igreja e Estado naquela época. Nick Potter (apud Holderness, 2010) aponta para a perda do poder do sagrado na regulação das relações sociais em outras duas peças de Shakespeare, *Otelo* e *O mercador de Veneza*, que se passam em Veneza, Itália, e que exaltam o poder da burguesia nascente e do príncipe na regulação das relações sociais. Nas duas peças em questão, a escolha de Veneza teria se dado pelo ambiente republicano e mais secular, com valores econômicos individualistas. Uma modernidade paradigmática em que a própria geografia da ilha simbolizaria a ideia

de que “cada indivíduo é uma ilha”, e cada indivíduo é, portanto, agente de sua própria história, e não mais conduzido pela vontade divina. Seguindo essa interpretação, estamos observando aqui o processo de crescente individualização característico da modernidade e tão amplamente discutido pelos clássicos das ciências sociais.

Sobre esse debate, há também a análise clássica de Viveiros de Castro e Benzaquen de Araújo (1977) que defendem a ideia de que *Romeu e Julieta* tematiza um mito fundador do amor ocidental, mas também pode ser lida como mito fundador do Estado moderno. Nesse sentido, o amor de Romeu e Julieta seria uma forma de representação de uma nova forma de organizar o mundo social, uma nova maneira de organizar as relações entre indivíduos e sociedade:

Romeu e Julieta aponta para fenômenos mais amplos: uma re-hierarquização de certos valores críticos, uma mudança de ênfase sobre domínios da vida social, e mesmo o surgimento de novas esferas de significação na experiência ocidental. O que a peça, por meio da ‘origem do amor’, estará conotando, é a origem do indivíduo moderno sob um aspecto essencial: este indivíduo é tematizado, sob a espécie de sua dimensão *interna*, enquanto ser psicológico que obedece a linhas de ação independentes das regras que organizam a vida social em termos de grupos, papéis, posições e sentimentos socialmente prescritos. Essa dimensão interna passa a ser a dimensão focal, à qual está subordinada a dimensão externa ou social (Viveiros de Castro & Benzaquen de Araújo, 1977: 142).

O amor aparece na peça como espaço da agência, como um ato de liberdade por meio do qual rompe-se com as regras de lealdade do parentesco, e o individual predomina sobre o social. O amor é, nesse sentido, *socialmente irracional* “corta as fronteiras internas da sociedade, une extremos: é cego, pois não respeita os ‘sinais de trânsito’ sociais (muralhas e barreiras), do ponto de vista de uma lógica social” (Viveiros de Castro & Benzaquen de Araújo, 1977: 157).

Se o amor aponta para esse processo de individualização, a resolução das disputas entre as famílias aponta para o processo de racionalização do Estado. Assim argumentam porque o príncipe ocupa, na peça, uma posição ambígua: seus parentes são leais a ambas as famílias. Mesma ambiguidade mostra o frei. O príncipe representa o domínio público, e o padre, o privado. Eu acrescentaria: por conta dessa posição ambígua de lealdade, o príncipe oscila em sua autoridade pública e privada. O frei une Romeu e Julieta. O príncipe os separa: “o casamento de Romeu e Julieta não une famílias, e sim indivíduos; estes, separados em vida, morrem um diante do corpo do outro, nem juntos nem separados; e é no cemitério que se dá a união das famílias [com o príncipe]” (Viveiros de Castro & Benzaquen de Araújo, 1977: 147-148).

Ora, se as brigas entre as famílias e sua oscilação entre o público e o privado ameaçavam a autoridade do príncipe, o fim da disputa entre as famílias – e o fim de sua oscilação entre público e privado – é o que consolida a sua autoridade:

A morte dos amantes encerra esta luta, e a união das famílias implica, de certo modo, o fim delas como entidade jurais autônomas. A resolução do dualismo inicial, assim, transforma uma oposição horizontal em uma distinção vertical: agora, não temos mais os Capuleto contra os Montecchio, luta assistida por uma cidade dividida e por um príncipe impotente; agora, a autoridade central não está mais ameaçada, e a distinção pertinente é entre o príncipe como senhor absoluto e os cidadãos. A lei se concentrando 'no alto', as lealdades se tornando unidirecionais e homogêneas, as relações entre os cidadãos podem se processar segundo o exemplo de Romeu e Julieta: relações entre indivíduos, não mais separados por fronteiras internas e lealdades 'privadas' (Viveiros de Castro & Benzaquen de Araújo, 1977: 148-149).

É nesse sentido que a peça pode ser vista como mito fundador do Estado. A cidade-estado de Verona torna-se, finalmente, um espaço político livre do domínio pessoal e sem relação seja com os poderes das famílias tradicionais, seja com o poder da Igreja.¹⁰

Retomando a peça, eis a tragédia, muitas vezes lida na chave do mero acaso, tecida pelo desastrado frei Lourenço: a carta que não chega até Romeu impõe um fim trágico a uma história de amor arrebatadora. Relendo a peça recentemente, no entanto, percebi que mais do que força do acaso, a carta não chega porque poderia não chegar. E como era comum que não chegasse! Ao indagar frei João, a quem havia encarregado da tarefa, sobre o destino da carta, frei Lourenço logo se depara com um fato contra o qual não protesta nem do qual se surpreende. O impedimento era algo contra o que Deus não conseguia atuar: a peste bubônica.¹¹

Frei João – Fui procurar um frade de nossa ordem de pés descalços, que visita os doentes, para ir comigo a Mântua, *mas os guardas da cidade, pensando que tivéssemos estado numa casa em que infecciosa pestilência domina, as portas logo fecharam, não deixando que saíssemos.* Desta arte minha pressa de ir a Mântua ficou parada.

Frei Lourenço – E quem levou a carta para Romeu?

Frei João – Não pude remetê-la – ei-la aqui outra vez – *tentei, embalde, achar um portador para levá-la, tanto medo têm todos da infecção (grifos meus).*

Foram as medidas sanitárias de contenção da peste bubônica que impediram a carta de frei Lourenço de chegar até Romeu. Frei João foi fechado em casa pelos vigias da peste bubônica, uma ação de quarentena comum à época. Naquele tempo, as casas com pessoas infectadas recebiam marcas na porta, e as pessoas que as habitavam eram impedidas de sair, para não espalhar a doença. Cidades do interior fechavam fronteiras para não receber as pessoas das grandes cidades, com medo de o surto chegar. Controles de isolamento sanitário se tornaram comuns, e as falhas de comunicação, também:

Uma medida mais ampla de isolamento implicou o corte de contato entre comunidades inteiras e seus vizinhos. As cidades infectadas impediram seus cidadãos de se dispersar pelo campo espalhando a doença, embora isso em geral fosse feito constantemente ao longo da epidemia; cidades saudáveis nas regiões in-

fectadas afastavam viajantes e mercadorias vindos de locais suspeitos. Essas precauções parecem ter se tornado muito mais elaboradas a partir do início do século XVII, e o resultado desse programa de isolamento comunitário foi que, em anos ruins, houve um colapso virtual de todas as formas de comunicação (Dyer, 1978: 314, grifo meu).¹²

As medidas de contenção eram diversas. A pandemia levou, também, ao fechamento dos teatros de Londres, nos quais Shakespeare encenava suas peças, entre 1592 e 1594 (Bloom, 2010; Heliadora, 2014). Para agravar a situação de Romeu e Julieta, os padres se tornaram das poucas pessoas em contato com os enfermos, tanto para os tratar quanto para oferecer conforto às almas em aflição.¹³ Eram, portanto, mais do que suspeitos. Frei João e seu amigo franciscano foram “quarentenados” pelas autoridades em consequência da nascente política sanitária.¹⁴

O interdito da circulação era tão constante na Inglaterra de Shakespeare, que a não entrega da carta, mais do que mero acaso, nos informa sobre o contexto da peça e adiciona uma camada de crítica social à tragédia romântica.

A peste, assim como a covid-19, foi uma pandemia que afetou sobretudo as populações mais pobres de grandes centros urbanos.¹⁵ Primeiramente, porque ela se concentrava nos meses quentes, que eram os de pico de produção industrial da nascedoura manufatura. Eram nesses picos que a população do campo migrava para as cidades, morando em casas pequenas, abafadas, úmidas e com pouca incidência de luz solar. Em segundo lugar, porque o modo de transmissão da peste era específico. A doença se concentrava nas grandes cidades porque o vetor de transmissão eram os ratos, que habitavam os telhados das casas pouco espaçadas das cidades. Uma vez que o rato contaminado estivesse lá, todos da casa se contaminavam (Dyer, 1978). A ausência de habitações em boas condições sanitárias aumentava a existência de ratos. Muitos trabalhadores alugavam o que chamaríamos de sótão, vivendo literalmente nos telhados, ninho dos ratos. Enquanto isso, burguesia e nobreza migravam para suas casas de campo ou bordas rurais dos grandes centros urbanos, fugindo da peste. O interdito da circulação valia para os mais pobres, pois. Mas, mesmo entre a burguesia e a nobreza que ficavam nas cidades, o tipo de construção que habitavam os salvava da peste: bem iluminadas, espaçosas e higienizadas, longe de esgoto escorrendo a céu aberto e com acabamentos que isolavam as telhas do interior das casas.¹⁶ A peste dizimou os mais pobres.

E quanto mais a pandemia durava, pior o estado de pobreza nas grandes cidades. Pois se a solução da burguesia da manufatura e comercial era fugir para o campo, eles levavam consigo todo o dinheiro que fazia a economia girar nas cidades. Além dos negócios fechados, cidades esvaziaram inteiramente sua administração local, gerando debates acalorados sobre o compromisso das autoridades com o bem comum. Entre os séculos em que a pandemia reincidia, escolas, igrejas, cultos, cerimônias civis, julgamentos, feiras e mercados foram

fechados. Fontes relatavam ser raro ver pessoas circulando: “a grama crescia nas ruas” (Dyer, 1978: 316).

A escassez de negócios e a falta de trabalho ampliavam a necessidade de atuação da assistência social nas grandes cidades que, por sua vez, aumentavam os impostos.¹⁷ A fome, tanto quanto a pandemia, matava muitos pobres.

Os analistas do período apontam que as epidemias ajudaram a retardar, até mesmo, a Revolução Industrial, já que tornaram difícil a concentração de capital nas mãos dos trabalhadores autônomos que regulavam o comércio nas grandes cidades – a burguesia em ascensão. O dinheiro acumulado era investido em terras, negócio mais seguro e estável do que o comércio em cidades que reviviam, periodicamente, surtos epidêmicos. Dyer (1978) aponta, ainda, que o ressentimento com as medidas de contenção das epidemias aumentou o conflito social. Revoltas sociais tomaram vulto, com perseguições a autoridades, saques e reivindicações de melhores habitações pela população pobre. A pandemia reincidente e as mortes dos pobres explicitaram as relações de desigualdade crescentes nas grandes cidades e no mundo em mudança com o capitalismo industrial em ascensão. Ajudou a revelar essas desigualdades e mobilizou formas de as combater. Produziu, também, as políticas de assistência social via Estado, que além de mitigar a fome, buscavam estabilizar as crescentes revoltas sociais.

Foi nesse clima que William Shakespeare escreveu sua tragédia de amor: pandemia, interdição de circulação, teatros fechados, mudanças nas formas de sociabilidade e um conflito crescente entre nobreza, burguesia e trabalhadores do campo e da manufatura. Situar a peça na Itália adiciona uma pitada a mais ao contexto. França e Itália, pelo clima mais quente, tiveram mais mortes do que a Inglaterra nas pandemias: na Inglaterra a letalidade era de 40 a 50%, enquanto na França e Itália, em algumas cidades de grande concentração urbana, chegou a 70% (Dyer, 1978). Além disso, as cidades-estado italianas da Renascença foram as que primeiro lançaram as bases das políticas sanitárias, por conta de sua posição vulnerável nas rotas comerciais do Mediterrâneo (Snowden, 2019).

É por esse conjunto de razões que argumento ser o final de *Romeu e Julieta*, mais do que uma história trágica de amor, castigo pela desobediência, redenção pelo sofrimento ou mero acaso; pode-se compreendê-lo como um problema permanente e que atravessava o cotidiano da população da Europa Ocidental daqueles tempos. O controle sanitário fechava os indivíduos suspeitos de ter a doença em suas casas. Migrações cidade-campo eram franqueadas aos ricos, mas interditas aos pobres, que morriam aos milhares em suas casas superlotadas e insalubres nos grandes centros urbanos. As comunicações, feitas por meio de cartas e deslocamentos, entraram em colapso. A economia dos grandes centros urbanos quebrou. E a pobreza grassava.

Viver a pandemia atual da covid-19 me fez reler a famosa peça de Shakespeare em uma chave ainda mais cínica – afinal, nunca havia “engolido” a como-

ção em torno do final trágico de *Romeu e Julieta*, uma trama de amor que durava menos de uma semana! É possível pensar, à luz da experiência de nossa própria pandemia, que mais do que uma peça de defesa sobre o livre-arbítrio, o acaso ou moralidades, debates tão alocados na preocupação com a construção da mentalidade das classes burguesas em ascensão, a peça inverte o alvo social da praga e revela às elites dominantes de então o peso que ela possuía para os mais pobres. A peça revela, de certa forma, a futilidade das dores dos ricos diante da dor que assolava milhares de famílias empobrecidas. Por isso é que mais do que uma história sobre o amor e suas dores, penso ser possível ler a peça como uma tragédia com um tempero de comédia social cínica.

Enquanto alguns poucos privilegiados fugiam da peste e morriam de amor, outros milhares morriam confinados em suas casas cheias de ratos. Gosto de pensar que nada poderia ser mais redentor aos críticos da elite de então que os ricos também morressem em consequência da peste. Como não morriam, seus herdeiros podiam se dar ao luxo de viver romances intensos com guinadas estonteantes em meio ao contexto distópico da pandemia.

Na pena de Shakespeare gosto de ver, sob a perspectiva da covid-19, uma peça que também trata, se lida à luz do contexto, das desigualdades da experiência de viver em um mundo pandêmico – ainda que sem a explicitar diretamente.¹⁸ Olhar para pandemias por uma perspectiva histórica nos ajuda a entender a estrutura social de uma sociedade, seus padrões de vida e suas prioridades políticas (Snowden, 2019). Se a prioridade política da época era isolar os pobres contaminados dos ricos livres para circular, a peça revela os impactos que as restrições de circulação podiam ter, devolvendo as consequências da peste à burguesia e nobreza que se davam ao luxo de morrer em batalhas fratricidas que visavam demonstrar poder e *status* ou morrer de amores inocentes. Hoje, as fronteiras do interdito da circulação se inverteram e fizeram das portas fechadas das casas e do isolamento social privilégio dos mais ricos. Estes seguem tendo uma experiência pandêmica distinta dos mais pobres: mais segura e mais aberta a outras ordens de preocupação que não apenas garantir a própria sobrevivência. A ponto de seguir exibindo produtos de luxo no dia a dia de seus Instagrams ou promovendo festas nas quais o vírus eventualmente circula e eventualmente leva a óbito alguns trabalhadores de serviços que, nascidos em um país extremamente desigual, nascem condenados a se virar – e, agora, a driblar a morte – para sobreviver.¹⁹

Bárbara Geraldo de Castro é mestre em ciência política e doutora em ciências sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com período sanduíche na The Open University. Professora do Departamento de Sociologia da Unicamp. Tem interesse em sociologia do trabalho, relações de gênero e teoria e ativismos feministas. Publicou *Armadilha da flexibilidade: trabalho e gênero no setor de tecnologia da informação* e, com Moema Guedes, “A contribuição dos estudos de gênero para a sociologia: percurso e visibilidade nas revistas generalistas”.

NOTAS

- 1 Sobre tais interpretações dirigidas à autonomia dos indivíduos e estrutura de moralidades, ver Bloom (2010: 23), para quem a peça “é uma exploração da vontade da paixão e da natureza apaixonada da vontade. Ele fornece uma anatomia da autoafirmação irrefletida e oferece um sermão, poder-se-ia dizer, sobre as consequências criadas quando o poder da governança humana repousa na vontade, quer a vontade esteja a serviço da paixão amorosa ou colérica”. Ou, ainda, uma ameaça aos valores sociais: “O amor romântico ameaça a sociedade, afirmando uma vontade indomável e inconformista, expressa em um desejo apaixonado. O amor romântico não pode ser integrado à sociedade. Esse amor deve ser vencido pela oposição que enfrenta e os amantes devem se separar, ou devem ser domesticados. Se nada disso acontece, se a consagração do amor não pode ser a separação dos amantes nem o casamento, então deve ser a morte, pois é apenas a imobilidade da morte que pode enganar a sociedade, o tempo e a natureza” (Bloom, 2010: 26). Para essas e outras interpretações da peça, ver a boa revisão de literatura de Sasha Roberts (1998).
- 2 Segundo Snowden (2019), o primeiro registro da peste bubônica, nomeada peste justiniana, em homenagem ao imperador bizantino Justiniano I, se iniciou em um foco endêmico no delta do rio Nilo, por volta de 541. Teve 18 ondas recorrentes até 755, quando desapareceu, tendo atingido Ásia, África e Europa. Registros de fontes contabilizam de 20 a 50 milhões de mortes nesse período. A segunda onda da praga ficou conhecida como peste negra. Teve início na Ásia Central, nos anos 1330 e chegou à Europa em 1347, tendo persistido até 1830, quando desapareceu novamente. Fontes da época a chamavam, também, de “a peste de Florença” devido à alta incidência nas cidades-estados mercantes italianas situadas na rota comercial do Mediterrâneo. A primeira incidência da peste negra se deu entre 1347 e 1353 e vitimou metade do continente europeu. A terceira e última onda pandêmica é conhecida como peste moderna e se iniciou na China, em 1855, seguida pelo Cantão e Hong Kong, em 1894, e se espalhou por Buenos Aires, Honolulu, Sydney, Cidade do Cabo, Nápoles, Por-

to e São Francisco. Essa terceira onda atingiu fortemente os países mais pobres. Na Índia, causou a morte de 13 a 15 milhões de pessoas entre 1889 e 1910. As Américas Central e do Sul perderam, juntas, 30 mil pessoas. Entre 1900 e 2016, nos EUA, foram registrados mil casos de mortes ligadas à peste concentrados nos estados do Novo México, Arizona, Colorado e Califórnia, entre caçadores e praticantes de *camping*. Hoje, ainda há reservatório da peste na natureza selvagem, e a doença segue causando a morte de quem entra em contato com alguns animais silvestres.

- 3 Em cena posterior, quando Romeu confessa seu amor por Julieta a frei Lourenço, este declara “Por São Francisco! Que mudança é essa? Rosalina adorada e tão depressa posta no esquecimento? O coração no amor dos moços nada influi, senão somente aos olhos. Ai! Jesus Maria! Quantas ondas salgadas, noite e dia, a postura banharam-te amarela, só pelo amor de Rosalina bela? Quanta água salsa em vão jogada fora por um amor que ele não sente agora? Não desfez ainda o sol, em muitos giros, os vapores, no céu, de teus suspiros. Sinto ainda tuas queixas nos ouvidos” (Shakespeare, 2013; todas as citações da peça incluídas no texto foram retiradas dessa mesma fonte).
- 4 Ele deveria ter recebido a sentença da pena de morte, proclamada pelo príncipe como castigo a quem se envolve-se em conflitos. Dada a origem de sua família, porém, o príncipe de Verona abrandou a pena para o exílio.
- 5 “Tebaldo – O ódio, Romeu, que me despertas, sabe dizer-te apenas isto: és um vilão.

Romeu – A razão de te amar, que eu tenho agora Tebaldo, escusa à saciedade a raiva de uma tal saudação. Não sou o que dizes. Adeus; bem vejo que não me conheces.

Tebaldo – Isso, rapaz, não basta como escusa para quantas injúrias me tens feito. Faze, pois, meia-volta e arranca a espada.

Romeu – Protesto que jamais te fiz injúria. Tenho-te mais amor do que imaginas, até que saibas o motivo disso. Assim, bom Capuleto – oh nome caro! Tão caro quanto o meu – fica contente.

Mercúcio – Oh, calma submissão, vil e insultuosa! Alla stoccata! Decidamos logo (saca da espada.) Tebaldo, caçador de rato, queres dar voltazinhas?

[...]

Tebaldo (sacando da espada) – Estou a vosso dispor.

Romeu – Gentil Mercúcio, guarda a espada.

Mercúcio – Vamos, senhor; vosso passado.

(Batem-se.)

Romeu – Benvólio, saca a espada; desarmemo-los. Cavaleiros, que opróbrio! Evitai isso. Oh, Mercúcio! Tebaldo! O príncipe proibiu expressamente essas brigas nas ruas de Verona. Tebaldo! Bom Mercúcio!”

[...]

Benvólio – Romeu, Romeu, o bom Mercúcio é morto! Foi para as nuvens esse bravo espírito que desprezou tão cedo o pó terreno.

[...]

Romeu – Vivo! Em triunfo! [sobre Tebaldo] E morto o bom Mercúcio? Vai para o céu, brandura respeitosa! Fúria de olhar de fogo, sê meu guia! Tebaldo, ora recebe de retorno o ‘vilão’ que me deste não faz muito, pois a alma de Mercúcio ainda se encontra perto de nossas fontes, aguardando que a tua vá fazer-lhe companhia. Um de nós dois terá, pois, de ir com ele”.

- 6 Na cena I do ato I da peça, Sansão e Gregório, criados dos Capuleto, andam na praça pública de Verona “armados de espada e broquel”. Gregório solta improperios contra os Montecchio, afirmando que mataria até o cachorro deles se tivesse oportunidade. Entram em cena Sansão e Baltazar, criados dos Montecchio e principiam-se as provocações:

“Gregório – Vou franzir o rosto, quando passar por eles; e eles que interpretem isso como entenderem.

Sansão – Não; como ousarem. Vou morder o polegar, o que para eles será desonroso, no caso de não retrucarem.

Abraão – É para nós que estais mordendo o polegar, senhor?”.

E as provocações se desdobram em batalha:

“Gregório – Estais querendo brigar, senhor?

Abraão – Eu, senhor, querendo brigar? Não, senhor.

Sansão – Porque, se o quiserdes, senhor, estou às vossas

ordens; sirvo a um senhor tão bom quanto o vosso.

Abraão – Porém não melhor.

Sansão – Perfeitamente, senhor.

Gregório (à parte, a Sansão) – Dize ‘melhor’; aí vem vindo um parente de nosso amo”.

Benvólio, sobrinho de Montecchio entra em cena buscando apartar a briga. Tebaldo entra e se coloca em briga com Benvólio. Chega a claque, cidadãos histéricos e armados.

- 7 Poderíamos aqui visualizar o que Norbert Elias aponta em *O processo civilizador* : elementos de reorganização das regras e normas de comportamento que distinguiam nobreza, burguesia e população pauperizada.
- 8 Julieta foi informada de todos os detalhes da trama: “Romeu há de, por minhas cartas, conhecer o que houve e virá para cá [...] Vou mandar prestes a Mântua um portador com uma carta de minha parte para teu marido”.
- 9 Romeu, em Mântua, pergunta ao criado Baltasar “Não me mandou o monge alguma carta?” ao ser comunicado por este da morte de Julieta. Em vista de sua negativa, sai em busca de comprar veneno de um boticário para suicidar-se e morrer ao lado da amada.
- 10 Os autores relacionam a peça de Shakespeare com outra obra da mesma época, *O príncipe*, de Maquiavel, que “instaura um discurso radicalmente novo, que aborda o político como domínio que possui uma lógica independente, autônoma, sem qualquer vinculação com o cimento tradicional da ordem antiga, a religião (que, nessa ordem, caracteriza a concepção ‘holista’ de mundo a que se refere Dumont). O mesmo isolamento de domínios, como se viu, está subjacente ao texto de Romeu e Julieta, só que em direção oposta – “é o amor, as relações interindividuais, que passam a não mais estar submergidas numa lógica única, onde a família é a unidade econômica, política etc. Ao mesmo tempo em que o amor exigia uma separação do indivíduo em relação à família, esta exigência (expressa no sacrifício dos amantes) retirava da família a autoridade política, que se concentra nas mãos do Príncipe de Verona” (Viveiros de Castro & Benzaquen de Araújo, 1977: 162).
- 11 As pragas eram compreendidas a partir da relação com o mundo religioso de maneiras variadas. Como uma puni-

ção divina pela desobediência à vontade de Deus, seguindo o Êxodo da Bíblia. Como consequência de influência demoníaca: a) as bruxas, boticários etc. eram vistos como invocadores de maus espíritos, que desciam à terra para uma caçada aos vivos, daí uma das explicações para a queima de “bruxas” na Idade Média; b) pessoas inocentes encarnavam maus espíritos e deveriam ser exorcizadas. A população buscava culpados dentro de seu sistema de crenças. Nesse mesmo contexto havia uma disputa intelectual com uma medicina praticada em bases laicas de explicação dos processos de adoecimento. A filosofia humorista recomendava remédios, repouso e dietas especiais aos pacientes, mas ela era acessível apenas aos mais endinheirados, que podiam pagar aos especialistas (Snowden, 2019).

- 12 Nessa e nas demais citações em idioma estrangeiro foi feita uma tradução livre.
- 13 Ver, sobre isso, o importante papel que teve a comunidade holandesa na produção de medidas para a contenção da pandemia em Londres, em Grell (1990).
- 14 “Todos os membros de famílias infectadas, doentes e saudáveis, foram imediatamente confinados em suas casas por muitas semanas. Medidas mais drásticas incluíam pregar as portas e cercar as ruas infectadas com paliçadas e vigias” (Dyer, 1978: 314).
- 15 A praga se diferia de outras doenças que também matavam muito na época também pelo perfil da população que atingia. O tifo, a disenteria ou a pólio atacavam mais crianças e idosos. A peste bubônica matava preferencialmente homens e mulheres jovens, tais quais Romeu e Julieta (Snowden, 2019).
- 16 “Dois outros aspectos da praga merecem atenção especial. O primeiro é que a peste era distintamente uma doença das classes mais pobres – na verdade ficou conhecida como ‘a praga dos pobres’. Os estudos modernos confirmam essa impressão, revelando muito poucas vítimas da classe alta. Isso pode ser explicado em parte pela fuga dos ricos para o campo no início das epidemias, mas deve-se em grande parte à natureza dos edifícios habitados por diferentes grupos sociais, pois casas bem conservadas e

com telhados abrigariam muito menos ratos do que as cabanas em ruínas dos pobres” (Dyer, 1978: 309).

- 17 As cidades gastaram o orçamento anual, muitas vezes, nessas ações de combate à pobreza e à fome, aumentavam os impostos e a situação de pobreza da comunidade como um todo: “Algumas figuras ilustrarão esse fato: a praga de 1637 em Bury St. Edmunds tinha em um período 107 pessoas doentes, 103 famílias em quarentena doméstica, mas cerca de 4.000 pessoas incapazes de sobreviver sem assistência pública maciça no valor de 200 libras esterlinas por semana. Cambridge se empenhou para apoiar 4.000 pessoas em uma epidemia que custou apenas 400 vidas, enquanto o surto relativamente menor em Salisbury, em 1627, já havia infectado apenas 27 casas, mas jogou 2.674 pessoas em instituições de caridade pública. Na mesma cidade, em 1666, as 154 pessoas doentes ou em quarentena custaram £30 por semana, mas os 1.855 pobres precisaram de £108 semanalmente” (Dyer, 1978: 316).
- 18 Terry Eagleton, em seu livro *William Shakespeare*, publicado pela Basil Blackwell, em 1986, parece organizar sua crítica a Shakespeare nessa direção. Ao menos é o que aponta a pouco generosa resenha do livro escrita por Herbert Mitgang (1986) e publicada pelo *New York Times* à época da publicação da obra – Mitgang aponta para uma série de anacronismos que Eagleton teria cometido ao fazer uma leitura marxista e freudiana das peças de Shakespeare.
- 19 Sobre isso é emblemática a morte de Rafaela de Jesus Silva, 28 anos, sétima paciente a morrer infectada pelo novo corona vírus na Bahia. Professora, era casada com um motorista que realizou o transporte de um casamento ocorrido na cidade de Trancoso, Bahia (cf. reportagem da revista *Época*). Ver, também, reportagem de comportamento da revista *Veja* que aponta para como as *digital influencers* “saíram do tom” durante a pandemia ao seguir fazendo propaganda de produtos considerados fúteis ao contexto ou estimulando um estilo de vida luxuoso que contrasta com a realidade da maioria da população brasileira.

REFERÊNCIAS

- Bloom, Harold. (2010). *Bloom's Guides: Romeo and Juliet*, new edition. New York: Bloom's Literary Criticism/Infobase Publishing.
- Dyer, Alan. (1978). The influence of bubonic plague in England 1500-1667. *Medical History*, 22/3, p. 308-326. doi:10.1017/S0025727300032932.
- Elias, Norbert. (1994a). *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Elias, Norbert. (1994b). *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Grell, Ole Peter. (1990). Plague in Elizabethan and Stuart London: The Dutch response. *Medical History*, 34/4, p. 424-439. doi:10.1017/S0025727300052790.
- Heliodora, Barbara. (2014). *Shakespeare: o que as peças contam: tudo o que você precisa saber para descobrir e amar a obra do maior dramaturgo de todos os tempos*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro.
- Holderness, Graham. (2010). *Shakespeare and Venice*. Surrey: Ashgate Publishing Limited.
- Mitgang, Herbert. (1986). Books of The Times. *The New York Times*: C31. Available at: <https://www.nytimes.com/1986/04/18/books/books-of-the-times-180086.html>. Accessed Nov. 6 2020.
- Roberts, Sasha. (1998). *William Shakespeare. Romeo & Juliet*. London: Northcote House.
- Shakespeare, William. (2013). *Romeu e Julieta*. Centaur Editions. e-book.
- Snowden, Frank M. (2019). *Epidemics and society: from the Black Death to the present*. New Heaven: Yale University Press.
- Viveiros de Castro, Eduardo & Benzaquem de Araújo, Ricardo. (1977). Romeu e Julieta e a origem do Estado. In: Velho, Gilberto. *Arte e sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 130-169.

**DO AMOR E OUTRAS MORTES: RELENDO
ROMEU E JULIETA EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Resumo

O artigo propõe uma releitura à luz da pandemia da covid-19 da peça *Romeu e Julieta*, de William Shakespeare, escrita entre 1591 e 1595. Contextualiza-se a peça a partir da bibliografia que historiciza os impactos da pandemia da peste bubônica no século XVI, destacando a nascente política sanitária que recomendava restrições de circulação, com controle do Estado, e os impactos que ela causou na vida social, econômica e política. A partir disso, sustenta-se a ideia de que a peça pode ser lida como uma crítica social cínica.

Palavras-chave

William Shakespeare;
pandemia;
peste bubônica;
crítica literária;
século XVI.

**ON LOVE AND DEATH: REREADING
ROMEO AND JULIET IN TIMES OF PANDEMIC**

Abstract

The article proposes a reinterpretation in the light of the covid-19 pandemic of the play *Romeo and Juliet*, by William Shakespeare, written between 1591 and 1595. The piece is contextualized from the bibliography that historicizes the impacts of the bubonic plague pandemic in the 16th century, highlighting the nascent health policy that recommended circulation restrictions, with State control, and the impacts it caused on social, economic and political aspects of human life. The article sustains the idea that the play can be read as a cynical social criticism is supported.

Keywords

William Shakespeare;
pandemic;
bubonic plague;
literary criticism;
XVI century.

REGISTROS DE PESQUISA

VOZES DE CAMPOS DO JORDÃO, DE ORACY NOGUEIRA, EM TEMPOS DE PANDEMIA

Sabemos pouco sobre o coronavírus, causador da atual pandemia que espalha dor e tristeza no mundo. Mas entendemos claramente seu imenso escopo de contágio que indica o isolamento social como a única prevenção possível no momento, de modo a ampliar as condições de mitigação dos efeitos danosos da doença por parte da saúde pública. Sabemos também que o vírus ataca especialmente os pulmões e leio, em boletim divulgado em 24 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o quanto são particularmente vulneráveis aqueles que têm os pulmões enfraquecidos pela tuberculose.

Em nível epidêmico, a tuberculose foi controlada no Brasil, embora o número de casos tenha crescido nas últimas décadas. Na minha experiência próxima, nos últimos anos, quatro alunos e uma jovem amiga adoeceram, precisando submeter-se ao intenso tratamento de seis meses com a combinação de quatro antibióticos, descobertos nos anos 1950 e 1960. Mais de um milhão de pessoas ainda morrem da doença no mundo, diz o mesmo boletim da OMS. Meu pai, no início dos anos 1960, contraiu tuberculose, e nos vimos, eu e minha irmã mais nova, encaminhadas para a casa de nossos tios durante as semanas iniciais de seu tratamento. Pouco se falava sobre isso, o desejo de suprimir uma doença que a todos assustava escondia o assunto nas zonas turvas do silenciamento daquilo que tanto incomodava. Mas as ciências sociais apostam no valor do conhecimento e insistem teimosamente na busca de como formular os problemas que nos inquietam em termos que nos ajudem a compreendê-los, dimensioná-los e quiçá sobre eles atuar de modo construtivo.

Em 1936, o sociólogo Oracy Nogueira (1917-1996), natural de Cunha, SP, então com 19 anos de idade, foi diagnosticado com tuberculose e afastou-se do convívio familiar para tratamento em São José dos Campos. Quando retornou, já na capital paulista, começou a formação para tornar-se professor primário seguindo a carreira de seus pais; até que, em 1939, um Anuário da Escola Livre de Sociologia e Política caiu-lhe às mãos e levou-o no ano seguinte ao bacharelado em ciências sociais naquela instituição; e logo ao mestrado, para o qual elegeu como tema de pesquisa a tuberculose como experiência social em outro centro de internamento na cidade de Campos do Jordão. Em 1945, ele concluía, sob orientação de Donald Pierson (1945a, 1945b), o precursor trabalho *Vozes de Campos do Jordão: experiências sociais e psíquicas do tuberculoso pulmonar no Estado de São Paulo* (Nogueira, 2009).¹

O contágio fácil da covid-19, o perigo do contato físico, a ameaça que o convívio com crianças pequenas, por sorte assintomáticas ou imunes (?), passou a significar para os mais velhos (avó de cinco netos, e um por chegar em breve, sinto diariamente a estranheza do afastamento), o isolamento social, em suma, são elementos que ressoam na experiência social da tuberculose pulmonar, sobre a qual Oracy Nogueira lançou nos anos 1940 o olhar inovador das ciências sociais que também aqui se iniciavam (ver Cavalcanti, 1996).

Nosso autor buscou compreender como os indivíduos se tornavam socialmente “doentes” e examinou todo o processo do “tornar-se doente”, do diagnóstico à almejada cura, passando pelo internamento com a separação do doente de seu círculo próximo, ou seja, pela segregação que, nos anos 1940, acompanhava o tratamento geralmente prolongado da tuberculose. O livro transpira o conceito de estigma com que mais tarde Erving Goffman (1988) batizaria a forma de demarcar a distância social, também expressa no comportamento social relativo aos tuberculosos.

Para além da causa orgânica responsável pelo desenvolvimento da doença e das práticas terapêuticas adotadas para combatê-la, interessavam a Nogueira as representações, os significados e estereótipos atribuídos à doença que informavam as condutas sociais. Atitudes e ideias integravam, na visão do autor, um complexo cultural que se impunha tanto aos sãos quanto aos doentes. O ponto de vista dos doentes, no entanto, foi seu principal foco por meio do convívio com um grupo de 104 pessoas “portadores de tuberculose pulmonar”, isoladas para tratamento em uma estação de cura em Campos do Jordão, a sua Montanha Mágica.

Na estação de cura, os doentes tornavam-se um grupo social cuja interação regulava a conduta de seus membros com verdadeiros ritos de passagem e gíria própria, por meio dos quais os novos integrantes se socializavam naquele novo ambiente, feito de ideias, atitudes e valores característicos. Esses doentes, por sua vez, encontravam-se imersos em um complexo processo de negociação da realidade por meio da interação cotidiana com enfermeiros, médicos, inter-

nos e sãos, e com a própria população local que se afastava dos circuitos urbanos por onde a circulação dos internos era permitida. A pesquisa associou aos métodos quantitativos – quadros estatísticos e preocupação com a objetividade do conhecimento produzido – métodos qualitativos – observação participante, entrevistas de histórias de vida, questionários e exame de documentos íntimos, como os diários e correspondências de alguns doentes cedidos ao autor. O livro teve expressiva recepção quando de sua edição em 1950, e parte das análises recebidas, encontradas no Fundo Oracy Nogueira, foi incorporada à edição de 2009 do livro que organizei para a Editora Fiocruz. Luiz de Castro Faria, que foi meu professor em cursos de pós-graduação no PPGAS do Museu Nacional/UFRJ, referia-se ao livro como “um clássico esquecido”. Não mais.

Nogueira inovou ao propor ao olhar sociológico perguntas até então inusitadas: como os indivíduos recebem o diagnóstico da doença? Como seus familiares o fazem? Como a passagem da condição de são à de doente afeta a subjetividade da pessoa envolvida? Como a discriminação e os estereótipos relacionados à doença são introjetados pelos próprios doentes? Como um recém-chegado se socializa na estação de cura? Como médicos, enfermeiros, doentes e sãos se confrontam na experiência do dia a dia? O “ambiente tuberculoso” revelou-se então com seus grupos, suas regras, seus valores e representações próprios, com seus conflitos e suas formas de controle social, e com seu repertório próprio de modos de pensar, sentir e agir. O livro nos aproxima dessa experiência, desfaz preconceitos, redimensiona a doença como experiência vivida, qualificando como também decisivas para sua compreensão as dimensões socioculturais.

A tuberculose ainda preocupa, embora a conduta terapêutica da segregação e sua dimensão epidêmica tenham sido superadas. Campos do Jordão é hoje uma cidade de turismo ecológico. Mas a criatividade, acuidade e empatia com que Nogueira registrou suas vozes permanecem convidando novas gerações de leitores a ouvi-las. E elas parecem soar mais alto em nossos tempos de covid-19.

Recebido em 21/10/2020 | Aprovado em 06/05/2021

Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti é professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro atuante no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Pesquisadora do CNPq. Suas principais áreas de pesquisa são teoria antropológica, ritual e análise simbólica, narrativas e escrita etnográfica, história da antropologia, estudos de folclore e cultura e rituais populares. Seus livros mais recentes são *Drama, ritual e performance: a antropologia da Victor Turner* e a co-organização da coletânea *Carnaval sem fronteiras: as escolas de samba e suas artes mundo afora*.

NOTA

- I Nogueira se notabilizou também por suas formulações comparativas acerca do racismo no Brasil e nos Estados Unidos. Para saber mais sobre o autor, ver Cavalcanti, 2020. O Fundo Oracy Nogueira encontra-se hoje sob a guarda da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz (www.arch.coc.fiocruz.br). Em www.marialauracavantanti.com.br podem ser encontrados também, além do inventário completo do Fundo, diversos textos do autor e sobre o autor.

REFERÊNCIAS

Cavalcanti, Maria Laura Viveiros de Castro. (2020). Preconceito racial e estigma da doença na obra pioneira de Oracy Nogueira. *BEROSE – International Encyclopaedia of the Histories of Anthropology*. Paris. URL BEROSE: article2122.html.

Cavalcanti, Maria Laura Viveiros de Castro. (1996). Oracy Nogueira e a antropologia no Brasil: o estudo do estigma e do preconceito racial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31/11, p. 5-28.

Goffman, Erving. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.

Nogueira, Oracy. (2009). *Vozes de Campos do Jordão: experiências sociais e psíquicas do tuberculoso pulmonar no Estado de São Paulo*. Organização, apresentação e notas de Maria Laura Cavalcanti. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

Pierson, Donald. (1945a). *Estudos de ecologia humana*. São Paulo: Livraria Martins Editora.

Pierson, Donald (1945b). *Estudos de organização social*. São Paulo: Livraria Martins Editora.

VOZES DE CAMPOS DO JORDÃO, DE ORACY NOGUEIRA, EM TEMPOS DE PANDEMIA

Palavras-chave

Doença como experiência social; tuberculose; Oracy Nogueira; segregação; Escola Livre de Sociologia e Política.

Resumo

Escrito no início do primeiro ano da pandemia, em abril de 2020, o artigo relembra a pesquisa precursora de Oracy Nogueira que fez da doença um tema sociológico. *Voices do Jordão: experiências sociais e psíquicas do tuberculoso pulmonar no Estado de São Paulo*, re-editado pela Fiocruz em 2009, resulta de dissertação de mestrado defendida em 1945 na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Nogueira busca, para além das causas orgânicas, as representações, os significados e estereótipos atribuídos à doença que informavam a conduta social segregadora. Do diagnóstico à almejada cura, passando pelo isolamento dos doentes em estação de cura, o estudo desvenda a experiência da doença sob os pontos de vista sociológico e psicológico. O conceito de estigma, mais tarde cunhado por Erving Goffman para dar conta desse tipo de construção da distância social transpira no estudo de Nogueira.

ORACY NOGUEIRA'S VOICES FROM CAMPOS DO JORDÃO, IN COVID-19 PANDEMIC TIMES

Keywords

Illness as a social experience; tuberculosis; Oracy Nogueira; segregation; Free School of Sociology and Politics.

Abstract

Written at the beginning of the covid-19 pandemics, in April 2020, the article recalls the innovative research by Oracy Nogueira that developed a sociological approach to the subject of illness. *Voices from Campos do Jordão: social and psychic experiences of pulmonary tuberculosis in the State of São Paulo*, re-edited by Fiocruz in 2009, results from his master's thesis, defended in 1945 at the Free School of Sociology and Politics of São Paulo. Beyond the organic causes, Nogueira seeks the representations, meanings and stereotypes attributed to the disease that informed a segregating social conduct. From diagnosis to the desired cure, through the experience of isolation in a healing clinic, the study unveils the sociological and psychological dimensions of the disease. The concept of stigma, later coined by Erving Goffman to account for this type of social distance, insinuates itself in the approach proposed by Nogueira.

MÁSCARAS COVID-19 E OUTRAS MÁSCARAS

Podemos reconhecer na máscara – abordada a partir de uma perspectiva *cross cultural* – um conjunto de sentidos. Um deles prende-se a sua capacidade de presentificação de entidades não humanas – geralmente entidades espirituais – por intermédio de personagens mascarados. Estes são percebidos como sendo as próprias entidades espirituais, que se fazem assim presentes. É esse o significado de muitas máscaras em diversas sociedades tradicionais, da Papua-Nova Guiné à Amazônia ou à África. Um segundo significado que muitas máscaras assumem é um significado não tanto de presentificação, mas de representação. É o que se passa com máscaras que representam entidades – humanas, animais, personagens de *comics* etc. – que tanto os mascarados como sua audiência sabem que são representações; mais ou menos conseguidas, com maior ou menor capacidade de criar a ilusão de uma outra presença, mas sempre representações. É esse o caso de muitas máscaras de carnaval ou, para dar um exemplo mais recente, de máscaras usadas em eventos de *cosplay*. Finalmente, as máscaras têm um sentido de mera ocultação da identidade – mais evidente nas máscaras venezianas ou em máscaras mais ou menos neutras de carnaval.

Pode-se argumentar que nas sociedades do Norte global, a máscara perdeu generalizadamente o seu valor de presentificação, mesmo em comunidades onde podemos presumir que outrora tiveram esse valor. É o que se passa em Portugal, com as máscaras associadas ao ciclo dos 12 dias, estudadas por an-

tropólogos como Benjamim Pereira (1973), Paula Godinho (2010), Paulo Raposo (2010) ou Miguel Vale de Almeida (2006). É provável que essas máscaras, como sugeriu Benjamim Pereira (1973), tenham tido originariamente um sentido de presentificação, que, entretanto, perderam, oscilando hoje entre a representação e a mera ocultação da identidade.

NOVAS MÁSCARAS: A REPRESENTAÇÃO DE VALORES

Simultaneamente, têm surgido novos tipos de máscaras que alargaram o campo das suas virtualidades representativas. É o que se passa com a máscara de Guy Fawkes tal como foi adotada pelo movimento Anonymous. Guy Fawkes foi um católico inglês que esteve envolvido, em 1605, numa conspiração contra Jaime I, o então rei (protestante) da Inglaterra. A conspiração foi descoberta a 5 de novembro, e três meses depois Guy Fawkes foi executado. A comemoração da descoberta da conspiração deu origem, na Inglaterra, à noite de Guy Fawkes, marcada pela queima da sua efígie em fogueiras para isso erguidas. Gradualmente, essas comemorações foram perdendo terreno, mas a partir de 2006 – na sequência da publicação da novela gráfica *V for Vendetta*, de Alan Moore e David Lloyd – Guy Fawkes ganhou uma “segunda vida”, como máscara emblemática do movimento Anonymous. No quadro de manifestações e outras ações de rua promovidas pelo movimento, a máscara, além do seu eventual valor de ocultação da identidade – os manifestantes podem não querer ser identificados –, ganhou o sentido de uma máscara de representação. Só que esse sentido, remete tanto a um personagem histórico quanto a um conjunto de ideias e valores abstratos: a revolução, o anticapitalismo. As virtualidades das máscaras ganharam nesse caso – como no caso das máscaras arco-íris utilizadas em paradas de orgulho LGBT – um novo sentido representacional.

Apesar dos três sentidos que podem ter (presentificação, representação, ocultação da identidade), as máscaras têm, entretanto, aspetos comuns. Entre eles conta-se, por um lado, a momentânea suspensão dos signos da identidade pessoal dos mascarados. E conta-se, por outro lado, a associação das máscaras a eventos sob a forma de ajuntamentos festivos ou reivindicativos em que o relacionamento social ou a afirmação da identidade de grupos é um dos aspetos relevantes,

A COVID-19 E A CORPORALIDADE DO SOCIAL

É talvez a partir desse quadro que pode ser interessante analisar as máscaras sanitárias associadas à covid-19. Elas começam por ser diferentes de outras máscaras porque são utilitárias, usadas com o objetivo de evitar a transmissão interpessoal do vírus. Ao mesmo tempo, porém, recuperam, involuntariamente, esses dois traços comuns que podemos reconhecer às máscaras.

De fato, a covid-19 teve um conjunto de impactos sobre o relacionamento social. O confinamento foi um confinamento das relações sociais, seja no

nível dos relacionamentos interpessoais – à maneira do Goffman (1956) de *A apresentação do eu na vida quotidiana* –, seja no nível dos pequenos e grandes ajuntamentos festivos sobre os quais repousa a produção e a (re)produção de grupos – à la Durkheim (1912) em *Formas elementares da vida religiosa* –, seja no nível dos eventos reivindicativos “de classe” – ao modo de Marx e Engels (1848) no *Manifesto do Partido Comunista*.

Esse confinamento incidiu com particular força sobre um conjunto de convenções culturais que – tomando o caso da sociedade portuguesa – rodeiam o relacionamento social: os beijos, os abraços, os apertos de mão, a pancadinha nas costas, a proximidade física entre as pessoas. Esta última em particular, como indicou Durkheim, é central em eventos festivos (e também, acrescento eu, em ações reivindicativas). Em qualquer caso, essas convenções têm no corpo a sua instância principal. Foi essa corporalidade do social que ficou em suspenso. Não é que certos tipos de relacionamento social tenham sido eles mesmos suspensos – muitos migraram para o ciberespaço –, mas a sua expressão corporal foi momentaneamente posta em causa.

A máscara covid-19, usada como uma das formas principais de atenuar a transmissão do vírus, tem como consequência involuntária uma sinalização ainda mais radical dessa suspensão do corpo como instância principal do relacionamento social. Não são só os gestos, mas o rosto e a sua capacidade expressiva – de emoções e sentimentos sobre os quais repousam as sociabilidades – ficam confinados. A própria identidade da pessoa fica suspensa ou, nos casos em que as pessoas se conhecem, meio oculta. De alguma forma, as máscaras alternativas às simples máscaras cirúrgicas – pretas, de cores que podem coincidir com a da roupa, com arcos-íris ou com motivos do património nacional – tentam contrariar essa lógica despersonalizadora da máscara sanitária.

O que, entretanto, é também relevante nas máscaras covid-19 é o modo como podemos encará-las à luz de uma lógica de representação, se considerarmos que essa lógica se estende hoje, como sugeri, a ideias e sistemas de valor. O uso da máscara covid-19 transmite valores que têm sido centrais no combate à pandemia: a segurança própria e alheia, a preocupação com os outros, o civismo, as pessoas antes da “economia”. Usar a máscara é uma forma de exprimir a adesão a esse conjunto de ideias.

Por isso, em vários eventos reivindicativos que têm contrariado a lógica da suspensão do social – desde algumas manifestações do Primeiro de Maio promovidas por centrais sindicais europeias (como em Lisboa) até as manifestações desencadeadas pelo assassinato de George Floyd –, o uso da máscara se tornou obrigatório (ou altamente aconselhado). É também por isso, inversamente, que certas personalidades políticas, como Trump e Bolsonaro, ou muitos dos seus apoiadores, fazem questão de não usar a máscara covid-19 (bem como em não cumprir outras normas de distanciamento social): não só

porque a sua atitude é de negação da amplitude e dos riscos da atual pandemia, mas também porque o não uso da máscara é para eles um instrumento de uma guerra cultural contra os valores que a máscara covid-19 representa.

Recebido em 04/11/2020 | Aprovado em 06/05/2021

João Leal é professor do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e pesquisador do Centro em Rede em Investigação em Antropologia (Cria) dessa universidade. Suas áreas de interesse incluem a história da antropologia, práticas e políticas de identidade e ritual e *performance*. É autor, entre outros livros, de *O culto do divino. Migrações e transformações* e *Azorean identity in Brazil and the United States: arguments about history, culture and transnational connections*.

REFERÊNCIAS

- Almeida, Miguel Vale. (2006). Quando a máscara esconde uma mulher. In: *Rituais de inverno com máscaras*. Bragança: Museu do Abade do Baçal, p. 61-74.
- Durkheim, Émile. (1912). *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris: F. Alcan.
- Godinho, Paula. (2010). *Festas de inverno no nordeste de Portugal. Património, mercantilização e aporias da “cultura popular”*. Castro Verde: 100Luz.
- Goffman, Erving. (1956). *The presentation of self in everyday life*. Edinburgh: Edinburgh University.
- Marx, Karl & Engels, Frederick. (1848). *Manifest der Kommunistischen Partei*. London: The Workers' Educational Association.
- Pereira, Benjamim. (1973). *Máscaras portuguesas*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Raposo, Paulo. (2010). *Por detrás da máscara. Ensaio de antropologia da performance sobre os caretos de Podence*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação.

MÁSCARAS COVID-19 E OUTRAS MÁSCARAS

Resumo

Esta contribuição visa examinar alguns dos significados das máscaras covid-19 à luz da reflexão antropológica sobre máscaras. Argumenta que o uso da máscara covid-19 tem como consequência involuntária uma sinalização radical da suspensão do corpo como instância principal do relacionamento social. Aborda também as guerras culturais travadas em torno desse uso.

Palavras-chave

Máscaras covid-19;
laço social;
anonimato.

COVID-19 AND OTHER MASKS

Abstract

This paper seeks to examine the meanings of covid-19 masks from the perspective of the anthropological discussion of masks. It argues that the use of covid-19 masks has as its involuntary consequence a radical suspension of the body as an important instance of social relationships. It also addresses the cultural wars that surround this use.

Keywords

Covid-19 masks;
social relations;
anonymity.

I Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Departamento de Medicina Preventiva, São Paulo, SP, Brasil
richard.miskolci@unifesp.br
<https://orcid.org/0000-0002-6405-5591>

Richard Miskolci¹

O MEDO DA PANDEMIA COMO QUESTÃO SOCIOLÓGICA

As ruas vazias de São Paulo no outono de 2020 apresentam ao nosso olhar um cenário incomum. Um ou outro carro passa, em velocidade desnecessariamente acelerada e, vez ou outra, alguém atravessa a rua, apressado, usando máscara e com o corpo encolhido, como a se proteger não do vento frio do entardecer, mas de um inimigo invisível. Imagem que a pandemia da covid-19 e a medida sanitária do isolamento social não decifram completamente. O transeunte de máscara, em passo apressado e corpo encolhido, evoca a experiência comum do medo que nos tomou desde março, quando uma espécie de noite imaginária escureceu nossos dias. Medo individualmente vivido, mas que nesta curta reflexão buscarei abordar em suas raízes coletivas e históricas.

Há muito que o Ocidente reage com medo ou pânico a situações inesperadas ou com consequências preocupantes. O falecido Jean Delumeau reconstruiu parte do fenômeno em seu clássico *História do medo no Ocidente* (publicado originalmente em 1978), obra que aborda algumas das principais reações coletivas a perigos, reais ou imaginários, entre 1300 e 1800. Delumeau (2009) afirma que o medo é fundamentalmente medo da morte, aqui compreendida como algo cultural que demanda associar os temores da peste aos das consequências da Reforma Protestante. A despeito de tudo o que os singulariza, esses dois temores implantaram coletivamente uma dúvida individualmente vivida sobre a salvação da alma mais do que a do corpo.

A peste negra exterminou de um a dois terços da população europeia em meados do século XIV, espalhando, junto com as mortes, o temor de uma

ameaça (sobre)natural. Hoje vemos a peste bubônica como uma ameaça biológica, mas naqueles tempos a natureza se mesclava a outras forças, o que é atestado pelo nome dado à doença, derivado de um poema belga que atribuía a origem da enfermidade a uma conjunção de Júpiter e Saturno. A peste legou ao Ocidente o medo esporadicamente avivado de ameaças mortais à vida dos povos. A Reforma Protestante, por sua vez, instaurou mais uma divisão no cristianismo em que a escolha entre seguir Lutero ou o papa colocava o fiel diante de um dilema que definiria se salvava sua alma ou abraçava a danação. Uma mudança cultural instaurou um novo tipo de medo coletivo, de ordem cultural, que demanda uma resposta individualizada. Cada pessoa é colocada à frente de um dilema e confrontada com as consequências de sua decisão.

O Ocidente, moldado culturalmente por essa história, parece responder com medo a ameaças que, no Oriente, despertam outra resposta. Quiçá o individualismo entre nós o explique, assim como a valorização do coletivo ajude a entender a forma como nações do leste têm enfrentado desafios similares com mais calma e resiliência. Estudos podem avaliar se tal distinção condiz com a realidade ou é mais uma das criações de nosso orientalismo. No entanto, análises que nos confrontam com algo admirável e superior na alteridade nascem do espírito crítico capaz de nos colocar em questão e merecem ser trazidas ao discurso.

Historicamente, os medos coletivos do Ocidente se sucederam e se transformaram de modo que hoje predominam formas mistas de temor, já que até as catástrofes naturais resultam de consequências da ação humana, como o uso predatório do meio ambiente. O medo também se integrou/domesticou no cotidiano das sociedades contemporâneas, na forma calculada do risco. De qualquer modo, o temor coletivo não se extinguiu – tampouco nada aponta para sua superação. Cabe-nos reconhecer seu papel na vida social, uma presença jamais desejada que impacta nossas projeções do futuro moldando a forma como agimos individual e coletivamente.

Na sociologia, Adorno e Horkheimer (1997) refletiram sobre o medo em sua nota-posfácio a *Dialética do esclarecimento* intitulada “Sobre a teoria dos fantasmas”. Na junção da teoria psicanalítica freudiana a uma abordagem da sociologia histórica, os pensadores alemães propõem compreender a sociedade presente levando em consideração a relação que cria com seu passado, seus mortos e esquecidos. De forma sintética, os autores afirmam que a repressão da memória em relação aos que padeceram, especialmente de forma injusta e violenta, não elimina seu peso sobre os viventes. A culpa permanece a rondar a coletividade em temores de que o passado retorne como ameaça.

Talvez o que os medos coletivos tenham em comum seja o poder de questionar concepções idealizadas sobre o que cremos ser hoje, e a ameaça a que reagem envolve nossa relação com o passado e a alteridade. A partir da década de 1960, a teoria dos pânico morais auxiliou a sociologia a compreender as reações desproporcionais que a coletividade dispara diante de alguma mudança

social que grupos de interesse apresentam como um perigo ou ameaça. Na década de 1980, a crescente visibilidade homossexual levou empreendedores morais a disparar pânico sexuais, dos quais o em torno da epidemia de HIV-aids foi o mais disseminado globalmente. Os medos coletivos, portanto, tornaram-se ferramentas de grupos de interesse para moldar a opinião pública a favor de suas causas morais e políticas.

Historicamente, as sociedades ocidentais passaram do medo de agentes (sobre)naturais aos culturais, como a Reforma Protestante, até os políticos, como o grande medo que tomou a França rural, em finais do século XVIII, e os temores sobre Canudos, no Brasil recém-republicano e pós-escravista do final do XIX. Assim, cabe o cuidado para não reificar o fenômeno do medo coletivo como se fosse sempre o mesmo a se repetir ou reatualizar. O que pode se manter nas singularidades de cada momento histórico e enquadramento cultural são os já mencionados medo do passado e da alteridade. Ambos são forças a contestar o que imaginávamos ser antes de sermos assombrados por algo.

A socióloga norte-americana Avery F. Gordon (2008) considera que ser assombrado é uma forma de mediação, um processo que liga um indivíduo a uma instituição, a história à biografia, a estrutura social ao sujeito. Nesse sentido, o que tratei até aqui como medo envolve a incorporação analítica de relações entre os sujeitos e a coletividade que vão além das puramente racionais e visíveis. Trata-se de tomar a sério a crítica foucaultiana às ciências humanas em *As palavras e as coisas* (2016), reconhecendo que não podemos dar as costas ao inconsciente na análise social. Uma leitura histórica e sociológica dele é possível assim como uma sociologia afeita aos elementos emocionais da vida coletiva pode colaborar para compreender melhor fenômenos como o da pandemia.

Quando o que era risco se materializou em perigo epidemiológico, a incerteza gerou cálculos, projeções e probabilidades sobre a curva da epidemia, mas também instaurou um estado de crise que vincula a coletividade e os sujeitos. Atualmente, o vocabulário médico-sanitário busca domesticar a crise instaurada pela covid-19 na familiaridade reconfortante do *slogan* Fique em Casa e nos conselhos de especialistas para manter a rotina e cuidar da saúde mental. A quarentena, tecnologia sanitária que Michel Foucault (2006) data da eclosão da peste em território francês, voltou a ser acionada com fins de saúde pública que evocam paralelos sombrios entre o presente e o passado.

Ainda que o paralelo mais comum do coronavírus seja com a *influenza* mortal de 1918, as incertezas econômicas também evocam um cenário futuro similar ao de um pós-guerra. Emergem ansiedades que abalam as tentativas de manter um cotidiano ordeiro, em meio à emergência, enquanto o fenômeno antigo das teorias da conspiração alimenta o negacionismo científico que se manifesta mesclado à xenofobia em teses que atribuem nacionalidade ao vírus, na recusa em reconhecer a necessidade do isolamento social e, sobretudo, na resposta simples e mágica de que a cura estaria em um remédio milagroso.

Toda pandemia se expressa de forma singular em cada nação, em termos epidemiológicos e culturais, obrigando-nos a reconhecer qual a relação que a do coronavírus instaura no Brasil, entre nós e com nosso passado. Se na Europa, menos desigual socioeconomicamente, a infecção atingiu fortemente os idosos, aqui ela pode ceifar mais vidas entre os pobres e desnutridos. Uma emergência epidemiológica poderia nos fazer reconhecer fragilidades como coletividade e nossa incontornável interdependência, mas nosso passado mostra que a sociedade brasileira sempre optou por tratar desigualmente os cidadãos relegando a maioria à miséria e à vulnerabilidade. Passado inconveniente a assombrar nossas elites, privilegiadas econômica e sanitariamente, durante um isolamento que radicaliza sua condição social de distanciamento das classes menos favorecidas, seus dramas e suas mortes.

Recebido em 25/10/2020 | Aprovado em 06/05/2021

Richard Miskolci é professor titular de sociologia da Unifesp, pesquisador do CNPq e coordenador do Quereres – Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Direitos Humanos e Saúde. Doutor em sociologia pela USP, foi pesquisador visitante na Universidade da Califórnia e na Universidade de Michigan. É coordenador da área de Ciências Sociais e Humanas em Saúde do Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina e pesquisa desinformação e saúde a partir da pandemia de covid-19 no Brasil. Seu livro mais recente é *Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada*.

REFERÊNCIAS

Adorno, Theodor W. & Horkheimer, Max. (1997). *Dialects of enlightenment*. New York: Continuum.

Delumeau, Jean. (2009). *História do medo no Ocidente (1300-1800)*. São Paulo: Cia. das Letras.

Foucault, Michel. (2016). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, Michel. (2006). O nascimento da medicina social. In: *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal.

Gordon, Avery F. (2008). *Ghostly matters: haunting and the sociological imagination*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

O MEDO DA PANDEMIA COMO QUESTÃO SOCIOLÓGICA

Resumo

A partir da pandemia da covid-19 de 2020, o artigo explora o papel cultural do medo em termos históricos e sociológicos. Baseado em fontes da teoria crítica, discute como o medo coletivo incita respostas que associam projeções de futuro com temores sobre a alteridade e o passado. A análise do medo da pandemia busca a incorporação analítica de aspectos que vão além dos puramente racionais e visíveis de maneira a desenvolver uma sociologia afeita aos elementos emocionais e fantasmáticos da vida coletiva.

Palavras-chave

Medo;
passado;
alteridade;
pandemia;
covid-19.

THE FEAR OF THE PANDEMIC AS A SOCIOLOGICAL MATTER

Abstract

Based on the pandemic of covid-19 in 2020, this paper analyzes the cultural role of fear in historical and sociological terms. Through critical theory's sources, it analyzes how collective fear incites answers that associate projections of the future with fears about alterity and the past. The analysis of the fear of the pandemic tries to incorporate theoretically aspects that go beyond the purely rational and visible ones to develop a sociology nearer the emotional and fantasmatic elements of collective life.

Keywords

Fear;
past;
alterity;
pandemic;
covid-19.

INTERDEPENDÊNCIAS E CIVILIZAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19¹

A covid-19 (doença causada pelo vírus SARS-Cov-2) foi identificada pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, China. Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (WHO) decretou estado de pandemia em função da contaminação generalizada, atingindo já então todos os continentes. Isso exigiu importantes medidas médicas e sanitárias, bem como posicionamentos e ações políticas com consequências agudas. O distanciamento físico foi adotado de forma parcial ou total (*lockdown*) pela maioria dos países mundo afora, reconfigurando a rotina diária de grande parte da população. Fechamento do comércio, restrição a atividades culturais (*shows*, cinemas, teatros etc.) e esportivas (de campeonatos a atividades físicas em academias) trouxeram mudanças drásticas à economia. Passados nove meses, a situação ainda não foi controlada e, apesar das boas perspectivas, não há ainda vacina ou remédio aprovados pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Em outubro de 2020, o Brasil atingiu a cifra de mais de cinco milhões de pessoas contaminadas ao longo desses meses, com mais de 160 mil mortes.

Em *Public health and the civilizing process*, Goudsblom (2003: 154) aborda as epidemias de lepra, peste, sífilis e cólera a partir da sociologia figuracional e processual de Norbert Elias. Aproveitarei o ensejo para algumas palavras sobre o momento atual. Antes de entrar nas discussões de Goudsblom, retomo rapidamente Elias (2000) e *O processo civilizador*. Dessa obra, são geralmente lembrados os exemplos retirados de livros de boas maneiras no que tange a

comportamentos à mesa e no quarto, referentes às funções corporais etc. Costumes como pegar a comida com as mãos, escarrar no chão, dormir com desconhecidos na mesma cama etc. com o tempo deixaram de ser entendidos como aceitáveis. Ao traçar as mudanças nos comportamentos desde a Idade Média até o século XX, Elias busca compreender como se deram, em que consistem e quais suas forças motrizes. Ao fazê-lo, discute a relação da dinâmica psicológica envolvida – no caso, o sentimento de vergonha e repugnância – e da dinâmica social, explicitada nas noções de refinamento e civilização.

Analisar mudanças nos comportamentos significa, na terminologia eliasiana, fazer uma sociologia que dê conta de processos de mudança, compreendendo sua dinâmica e seus direcionamentos – processos da civilização ou processos de desenvolvimento social, como veio a se referir já mais ao final de sua vida. Processo é, portanto, uma das noções de base da sociologia eliasiana. Mas o que está em processo? Há o processo individual de desenvolvimento, e há o nível social, as próprias figurações estão em processo.

A figuração – outra noção de base da sociologia eliasiana – expressa a imagem do ser humano como personalidade aberta, aquele que possui algum grau de autonomia, mas que, na realidade, é fundamentalmente orientado e dependente dos outros. O que qualifica a relação é justamente a interdependência. Não apenas de pessoas interdependentes é formada a figuração, mas também de grupos interdependentes – grupos de amigos, grupos de interesse, grupos políticos, classes sociais, grupos identitários, países.

As transformações civilizatórias de que fala Elias não são superficiais e fugazes, mas consistem em transformações na própria estrutura da personalidade. A dinâmica é a da passagem de comportamentos adotados em função de coações exteriores para comportamentos regulados pela autocoação, ou seja, há a interiorização individual das proibições. O Estado, em Elias, é definido como aquele que possui o monopólio da violência legítima e da arrecadação dos impostos: em uma sociedade com o poder central fraco, não havia nada que forçasse as pessoas a se conter; com a formação e o fortalecimento do Estado, as pessoas foram forçadas a viver em paz umas com as outras, transformando também paulatinamente a economia dos afetos. Essa questão é desenvolvida não apenas em *O processo civilizador* Elias (2000) mas também em *A sociedade de corte*, livro em que Elias (2001) analisa a ascensão e queda da corte absolutista, assim como a dinâmica das relações internas à figuração de corte, as lutas pelo poder, o manejo das posições sociais a partir de estratégias de prestígio, o desenvolvimento de uma nova estrutura da personalidade.

Ao analisar as mudanças relativas ao comportamento em *O processo civilizador*, Elias (2000) contrapõe-se a explicações talvez mais “racionalis”, como a de que a supressão de comportamentos como o de escarrar no chão e pegar a comida com a mão teria sido motivada por razões médicas, argumentando que essas mudanças se deram a partir da relação e dinâmica entre as

classes sociais. Esse ponto é importante para tratarmos de questões relacionadas à saúde e à doença.

Partindo desse quadro traçado por Elias, Goudsblom (2003) faz algumas considerações a respeito das epidemias de lepra, peste, sífilis e cólera, das quais retenho algumas observações a respeito da peste.

A peste chegou à Europa em 1347, pelo mar Negro, seguindo outras ondas epidêmicas que se repetiram em intervalos irregulares até o início do século XVIII. Doença altamente contagiosa, era desconhecida sua forma precisa de transmissão. O pânico e o terror tomaram conta, e comportamentos como fugir, evitar o outro e até agredir grupos que se acreditava mais perigosos para o contágio foram registrados, a despeito da tendência já em curso de mais refinamento das maneiras e do desenvolvimento de autocontrole mais amplo.

Respostas mais racionais, contudo, também surgiram, donde se identificarem agrupamentos precursores dos Conselhos de Saúde; tornados instituições regulares nas principais cidades do norte da Itália desde o final do século XV, o modelo espalhou-se pela Europa. Esse é um dos exemplos de reações organizadas no sentido de não apenas banir os doentes, mas, de fato, combater a doença.

Como esperado, as medidas propostas pelos Conselhos de Saúde não eram muito populares, e enfrentaram grande evasão e obstrução. Como Carlo Cipolla [...] chama a atenção, 'além de travar uma luta impossível contra um inimigo invisível, os conselhos de saúde também tiveram que lutar contra o egoísmo, o descuido, a ignorância e a estupidez – o que não era menos formidável do que o micróbio' (Goudsblom, 2003: 147).

Não obstante os desafios, esses Conselhos passaram a ocupar espaço cada vez mais importante nos governos europeus. Nos séculos XVI e XVII foi construída uma cadeia de comunicações para que um Conselho ou governo pudesse avisar a outro a respeito da incidência de doenças contagiosas. Reportar uma epidemia no próprio território era algo delicado em função das consequências para o comércio e o emprego.

A tentação e a pressão política por esconder a epidemia de peste no próprio território sempre foram fortes; ainda assim, como Cipolla [...] lembra, esses interesses de curto prazo foram superados pelo interesse dos Conselhos de Saúde na manutenção a longo prazo de uma teia de comunicações fidedigna – um claro exemplo do que Elias chama de 'coação social à autocoação' (Goudsblom, 2003: 148).

Apesar da organização racional dos Conselhos de Saúde, segundo Goudsblom, a população, de forma geral, não foi impulsionada a comportamentos mais "civilizados", nem pelas epidemias de peste, nem pela atuação dos Conselhos de Saúde. Ainda que as regulamentações ali surgidas tenham sido feitas com apoio das forças militares e com auxílio dos impostos arrecadados, enfrentaram muita obstrução. Se Elias identifica no *processo civilizador* o monopólio da violência legítima e dos impostos como fatores cruciais para o desenvol-

vimento do autocontrole individual, por que isso não se deu dessa forma? A classe alta sentia-se segura em relação à peste, era possível sempre buscar refúgio em suas grandes propriedades; e os pobres não tinham muito como acatar as regulamentações sanitárias, e não se mostravam dispostos a colaborar com medidas que pouco lhes oferecia além do retiro forçado a uma das casas destinadas aos pestilentos.

O entendimento de Goudsblom a respeito do fato de a população não ter sido impulsionada a comportamentos mais “civilizados” ao longo da epidemia de peste, é o gancho que trago para falar do momento atual.

Naqueles dias iniciais da vigência das medidas de distanciamento físico no Brasil, abundaram textos, mais ou menos elaborados, prevendo grandes mudanças no comportamento individual e na organização social, bem como no alinhamento político-ideológico da população. A solidariedade que se fazia visível nas redes sociais levava muitos ao otimismo. Ofertas de ajuda a vizinhos idosos, para que pudessem evitar a ida ao supermercado; campanhas de doação para moradores de comunidades pobres e periféricas; pagamento das faxineiras que não mais viriam para a limpeza semanal; oferecimento de marmitas aos guardadores de carros que perdiam o sustento. A sociedade, arriscavam alguns, aprenderia muito com o “trauma” vivido, sairia mais forte, melhor, mais propensa a perceber e aceitar a necessidade da diminuição da desigualdade social e a importância do Estado na mitigação de sofrimentos e injustiças.

O alerta a respeito do risco de rápido alastramento da covid-19 nas periferias das grandes metrópoles brasileiras foi dado logo nas primeiras semanas da pandemia, risco atribuído à falta de estrutura e saneamento das comunidades, bem como de sua densidade populacional, além da pobreza rompanete. Iniciativas importantes de auto-organização surgiram nesses espaços: carros de som que passavam nas ruas instruindo a população, aluguel de ambulâncias, contratação temporária de médicos e enfermeiros, organização de coleta de doações e distribuição etc. A entrevista realizada por Menezes e Mano (2020) com Thiago Firmino retrata uma dessas iniciativas de combate à covid-19, na favela Santa Marta, no Rio de Janeiro. Thiago liderou uma ação continuada de sanitização das ruas e becos da favela, contribuindo também com outras ações no morro. Com ele informa na entrevista, “A gente não recebeu nenhuma ajuda do poder público, então resolvemos sanitizar a favela com o objetivo de cuidar dos nossos!” (Menezes & Mano: 03).

O desenrolar do alastramento da pandemia nas periferias das grandes metrópoles se deu, entretanto, também de forma mais inusitada. Bruce, Cavgias e Meloni (2020) estudaram os efeitos da presença do crime organizado e das milícias no número de mortos decorrente da covid-19, no Rio de Janeiro. Nas comunidades controladas pelo crime organizado, o número de mortes aumentou menos do que nas áreas em que não há presença de nenhum tipo de crime organizado. Já nas comunidades controladas pelas milícias, houve um aumen-

to significativo se comparado às áreas em que não há presença do crime organizado. A diferença – maior número de mortes relativo nos espaços dominados pela milícia e menor número nos espaços dominados pelo crime organizado – é atribuída pelos autores às diferenças na forma de impor o controle territorial. Enquanto os grupos criminosos organizados ligados ao tráfico de drogas buscam firmar relações cooperativas com a comunidade local, tendo em vista que seu ganho provém do exterior desses territórios, as milícias extraem seus lucros da extorsão e taxação de serviços públicos e de segurança, portanto o fechamento do comércio local levaria à perda financeira.

Passando para questões mais amplas relacionadas à adesão às políticas direcionadas à contenção da pandemia, Van Bavel et al. (2000) conduziram uma pesquisa coletiva em 67 países, com 46.450 entrevistados. O questionário incluía questões a respeito da adesão ao distanciamento social e ao aprimoramento da higiene pessoal, e do apoio a políticas públicas de saúde direcionadas à pandemia de covid-19. Essas variáveis foram correlacionadas a outras três: identidade nacional, narcisismo nacional e ideologia política. Segundo uma das conclusões retiradas da pesquisa, a identificação com a Nação foi o dado preditor mais confiável para as variáveis de apoio à saúde pública: os indivíduos que assinalaram se identificar mais fortemente com a nação também relataram maior apoio às medidas de distanciamento físico, melhora da higiene física e apoio às políticas públicas de saúde em relação aos indivíduos que se identificaram mais fracamente com a nação.

Renomeando livremente os conceitos para a sociologia eliasiana, a questão que retenho para discussão é a correlação entre identidade-nós e adesão às medidas de prevenção e diminuição do coeficiente de contágio da covid-19. Ainda em abril, no início das medidas de isolamento físico e *lockdown*, Nathalie Heinich (2020) publicou no *Le Monde* algumas linhas bastante otimistas, afirmando que a ampla aceitação do confinamento [na França] revelava o fim da ilusão da onipotência individual e trazia de volta a noção de interesse geral. A necessidade de confinamento, bem como do uso de máscaras faciais não apenas para proteção própria, mas principalmente para proteção do outro, teria fortalecido a percepção da interdependência dos seres humanos, da qual se alimenta “a sociedade dos indivíduos”. Isso significaria, segundo Heinich, o declínio do *homo clausus*, da ilusão espontânea do ser humano encerrado em si mesmo e independente dos demais.

De acordo com Elias, identidade-eu e identidade-nós estão presentes em todos os países, em qualquer momento ou estágio de sua história, mas variando sua intensidade. Nas sociedades mais desenvolvidas, ele afirma, o nível de integração do Estado absorve cada vez mais essa função de refúgio da necessidade extrema. Ao mesmo tempo em que o Estado elimina as diferenças entre as pessoas ao transformá-las em um número, um contribuinte (o que poderíamos entender como massificação), o Estado relaciona-se com as pessoas como

indivíduos, e não como membros de uma família ou de um clã. Os Estados, assim, dão sua contribuição para o avanço da individualização em massa (Elias, 1994: 149).

Já a extensão e o padrão dessa individualização, alerta o autor, diferem amplamente, conforme a estrutura da nação e, em especial, a distribuição de poder entre governo e governados, aparelho de Estado e cidadãos. Apesar desse alerta, Elias não incorpora em sua discussão as ideologias políticas nacionais, se mais liberais ou mais comunitárias, em que predomina o Estado mínimo ou Estado de bem-estar social.

Não há como ignorarmos algumas questões estruturais da sociedade brasileira, como sua enorme desigualdade (regional, econômica, cultural, educacional, social) e a precariedade e má distribuição dos serviços públicos (saúde, saneamento, transporte etc.), acarretando grandes dificuldades em seu acesso por boa parte da população. Da mesma forma, também não há como ignorar a divisão de classes, até em termos geográficos – tendência identificada pelo já clássico *Cidade de muros* (Caldeira, 2000).

Ao discutir o quanto a sociedade não foi impulsionada a comportamentos mais civilizados ao longo da epidemia de peste, Goudsblom identifica que a classe alta poderia sempre buscar refúgio em suas grandes propriedades, e os pobres não tinham muito como acatar as regulamentações sanitárias. Essa resposta poderia ser anacronicamente trazida para nosso Brasil de 2020: a tônica foi o retiro para dentro de suas casas daqueles que possuíam condições para tanto, enquanto uma grande parcela da população continuava enfrentando os transportes coletivos para trabalhar. Além disso, há uma questão mais de base a ser tratada: o individualismo, reforçado pelas ideologias políticas neoliberais e da extrema direita.

À primeira impressão de que todos estariam igualmente sujeitos a contrair a covid-19, a epidemiologia e as ciências médicas chamaram atenção para os grupos de risco e para o desenvolvimento das formas mais graves e até letais das doenças, incluindo aí tanto condições individuais (comorbidades) como vulnerabilidades sociais (dificuldade de acesso a serviços médicos, de saneamento básico etc.). A ação em saúde pública, nos lembra Sérgio Carrara (2020), “não pode prescindir [...] de uma perspectiva abrangente sobre como se desenrolam as interações entre pessoas e grupos humanos, sobre como as sociedades se estruturam e, enfim, sobre como os processos patológicos adquirem diferentes significados em cada uma delas”. Carrara nos lembra ainda questão de suma importância para o desenrolar da pandemia no Brasil e no mundo: a reação de grupos sociais mais ou menos permeáveis ao discurso científico.

Seria absoluta ingenuidade reduzir a questão do distanciamento social, do uso de máscaras e da obrigatoriedade da vacina (caso seja desenvolvida com sucesso e aprovada pelas autoridades de saúde) unicamente à permeabilidade do discurso científico. Esta é, entretanto, uma das formas importantes como a

questão foi apresentada politicamente: imprimindo dúvidas e até a negação das recomendações das organizações médicas e científicas. Ao longo dos meses em que a pandemia vem se alastrando mundo afora, duas atuações políticas sobressaíram não apenas pelo mau gerenciamento da situação, mas principalmente pelas tentativas de apresentar seus posicionamentos políticos a partir da negação de evidências e conhecimentos científicos: as de Donald Trump e Jair Bolsonaro. A defesa da não obrigatoriedade do distanciamento social, do uso de máscaras (e a recusa em fazê-lo) e da não obrigatoriedade da vacinação recaíram na defesa da sobreposição dos direitos individuais aos direitos coletivos.

Em um ensaio escrito ao final de sua vida, intitulado “Mudanças na balança nós-eu”, Elias discorre sobre a sociogênese dos termos indivíduo e sociedade, entendidos ao final do século XX como antitéticos. Ao longo do ensaio, Elias apresenta os conceitos de identidade-eu e identidade-nós, a autopercepção da singularidade e da pertença ao grupo, mostrando o quanto no decorrer dos séculos essa balança tem pendido para o lado do eu. A percepção do eu desprovido de um nós não constitui, no século XX, uma questão isolada e individual, mas um “*habitus*, um traço básico da estrutura da personalidade social das pessoas da era moderna” (Elias, 1994: 165).

Individualismo como *habitus*. Essa provocante e elucidativa formulação nos indica a radicalidade do conceito eliasiano de figuração, a qual afirma a sociedade como formação de indivíduos interdependentes, *a despeito da percepção individual ou social de uma possível autonomia*. A interdependência está para além do entender-se autônomo, único e livre, para além da identidade-eu dos indivíduos. A interdependência é uma questão empírica, ontológica.

Em texto publicado no mês de agosto, e refletindo a partir do romance *Ensaio sobre a cegueira*, de José Saramago, Freire (2020: 07) vê a pandemia de covid-19 como um “Ensaio sobre o silêncio”, atestando a imunização diante da dor do outro como sinal distintivo da nossa contemporaneidade. Por um lado, afirma a autora, há a incapacidade de visualizar o desgaste dos laços de solidariedade, o aprofundamento das desigualdades sociais e culturais, os crescentes processos de exclusão e eliminação de setores sociais redundantes e, por outro, a supremacia das trajetórias individuais e seu elogio (Freire, 2020: 09).

O otimismo de Heinich (2020) e a visão desiludida de Freire (2020) acompanham percepções mais gerais a respeito do que se passou ao longo desse intenso ano de 2020. Passados nove meses do momento em que a Organização Mundial da Saúde declarou estado de pandemia em função do alastramento da covid-19, bem como do início das recomendações de medidas de distanciamento social, com mais de cinco milhões de pessoas contaminadas e mais de 160 mil mortos em nosso país, lê-se recorrentemente nas redes sociais que a pandemia teria revelado “o pior do ser humano”, seu lado mais egoísta e mesquinho.

Assim como Goudsblom (2003), não identifico no presente momento qualquer impulso civilizador. Solidariedade e egoísmo indicam dinâmicas sociais opos-

tas, a primeira direcionada ao reconhecimento do outro e de suas necessidades e a segunda direcionada ao indivíduo e ao desprezo pelo outro. Ainda que opostas, ambas me parecem manter uma característica comum: a relação entre indivíduos que se entendem autônomos, que ajudam pontualmente ou ignoram o outro, mas que ainda assim se entendem completos, independentes. A interdependência, característica essencial das figurações – e, portanto, dos agrupamentos humanos e da sociedade de forma geral –, implica a compreensão do indivíduo como intrinsecamente relacionado e dependente dos outros. O que falta ao momento presente é justamente a noção de interesse geral, de se entender pertencente e responsável pelo grupo. Era esse o avanço civilizatório que Heinech vislumbrava. Não é o que vemos, certamente não no Brasil.

Recebido em 05/11/2020 | Aprovado em 06/05/2021

Tatiana Savoia Landini é formada em ciências sociais pela USP, onde completou mestrado e doutorado em sociologia. Professora-associada do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da EFLCH-Unifesp e editora da coleção Palgrave Studies on Norbert Elias (Palgrave-Macmillan), publicou, com François Depelteau, *Norbert Elias and social theory*, *Norbert Elias and empirical research* e *Norbert Elias and violence*. Trabalha também com o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes.

NOTA

- I O presente ensaio é um desenvolvimento de “Interdependência em tempos de Covid-19: reflexões nos primeiros dias de distanciamento social”, publicado em abril de 2020 na sessão Pandemia, Cultura e Sociedade do Blog Virtual do Pensamento Social e em seguida traduzido para o inglês e disponibilizado na sessão Open Lab on Covid-19 da *Cambio*, Rivista sulle trasformazioni sociali. Agradeço a sugestão de André Botelho para publicação do texto no BVPS e aos editores pela acolhida.

REFERÊNCIAS

Bruce, Raphael; Cavgias, Alexsandro & Meloni, Luis. (2020). Filling the void? Organized crime and covid-19 in Rio de Janeiro. Preprint. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3678840>. Acesso em 28 out. 2020.

Caldeira, Teresa Pires do Rio. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34.

Carrara, Sérgio. (2020). As ciências sociais e a saúde coletiva frente a atual epidemia de ignorância, irresponsabilidade e má-fé. *Boletim Cientistas Sociais*, 3 Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2309-boletim-n-3-as-ciencias-sociais-e-a-saude-coletiva-frente-a-atual-epidemia-de-ignorancia-irresponsabilidade-e-ma-fe>. Acesso em 16 maio 2020.

Elias, Norbert. (2001). *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Elias, Norbert. (2000). *The civilizing process: sociogenetic and psychogenetic investigations*. Boston: Blackwell.

Elias, Norbert. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Freire, Christiane Russomano. (2020). Ensaio sobre a cegueira como romance de advertência: uma trágica antecipação do ‘pandemônio’ que vivenciamos hoje. *Dilemas*, seção excepcional *Reflexões na Pandemia*. Disponível em <https://www.reflexpandemia.org/texto-56>. Acesso em out. 2020.

Goudsblom, Johan. (2003) [1986]. Public health and the civilizing process. In: Dunning, Eric & Mennell, Stephen (orgs). *Norbert Elias*, v. 3. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage Publications, p. 141-161.

Heinich, Nathalie. (2020). Il y a ce à quoi nous sommes reliés, nous tous, confinés mais interdépendants, responsables, solidaires et fiers de l'être. *Le Monde*. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/04/04/il-y-a-ce-a-quoi-nous-sommes-relies-nous-tous-confines-mais-interdependants-responsables-solidaires-et-fiers-de-l-etre_6035532_3232.html. Acesso em 28 out. 2020.

Menezes, Palloma Valle & Mano, Apoena Dias. (2020). Sanitização comunitária, articulações e trocas de conhecimentos para 'cuidar dos nossos': entrevista com Thiago Firmino, liderança da favela Santa Marta, Rio de Janeiro. *Dilemas*, seção excepcional *Reflexões na Pandemia*. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-85>. Acesso em nov. 2020.

Van Bavel, Jay J. et al. (2020). National identity predicts public health support during a global pandemic. *PsyArXiv*. Disponível em <https://psyarxiv.com/ydt95/>. Acesso em 04 nov. 2020.

INTERDEPENDÊNCIAS E CIVILIZAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19

Palavras-chave

Covid-19;
Norbert Elias;
figuração;
interdependência;
processo civilizador.

Resumo

Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde decretou estado de pandemia por SARS-Cov-2, o que exigiu importantes medidas médicas e sanitárias, bem como posicionamentos e ações políticas com consequências agudas por parte de todos os países atingidos. Johan Goudsblom aborda as epidemias de lepra, peste, sífilis e cólera, discutindo possíveis transformações civilizatórias. Seguindo na mesma linha do autor e adicionando discussões centradas nos conceitos eliasianos de figuração, interdependência, identidade-eu e identidade-nós, esse ensaio traz algumas reflexões, elaboradas ainda no calor dos acontecimentos, a respeito da sociedade brasileira.

INTERDEPENDENCIES AND CIVILIZATION IN TIMES OF COVID-19

Keywords

Covid-19;
Norbert Elias;
figuration;
interdependency;
civilizing process.

Abstract

In March 2020 the World Health Organization declared a state of pandemic by SARS-Cov-2, which required important medical and health measures as well as political stances and actions with acute consequences on the part of all affected countries. Johan Goudsblom addresses the epidemics of leprosy, plague, syphilis, and cholera, discussing possible civilizational changes. Following the same line and adding discussions centered on the Eliasian concepts of figuration, interdependence, I-identity and We-identity, this essay brings some reflections, still elaborated in the heat of the events, concerning Brazilian society.

I Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Departamento de Sociologia, Campinas, SP, Brasil
rortiz@terra.com.br
<https://orcid.org/0000-0003-0246-5576>

Renato Ortiz¹

ORDEM/DESORDEM EM TEMPOS DE PANDEMIA

A pandemia do coronavírus coloca em suspenso a ordem social e, de uma certa forma, nos interpela em nossa condição intelectual. O que significa ordem qual o sentido de sua ruptura? Os antropólogos estão familiarizados com os rituais de liminaridade e de inversão que existem em diversas culturas e se manifestam em diferentes momentos da vida em sociedade. Um exemplo: a cerimônia zulu que antecede o plantio. Nessa ocasião, reverencia-se a deusa que ensinou aos humanos a arte de plantar e colher. Participam do ritual apenas as mulheres, que ao alterar suas condutas habituais, infringem uma série de tabus costumeiros: conduzem o gado (atividade exclusivamente masculina), carregam os escudos dos guerreiros, algumas vezes andam nuas e cantam cantigas impudicas. Os homens permanecem nas choças e, se por acaso saem, são por elas atacados. Outro exemplo: a entronização de um novo rei na Costa do Marfim. Um cativo-rei, escolhido entre os servos, exerce temporariamente as funções reais de dominação sobre os homens livres. Os cativos vestem sungas suntuosas, banqueteiam-se, bebem em abundância, afrontam as normas sagradas e ridicularizam os nobres da corte. Entretanto, logo após o funeral do rei, o “poder rebelde” se desfaz; rasgam-se as tangas de seda e o cativo-rei é executado (Balandier: 1969). Os exemplos poderiam ser multiplicados, mas eles transcendem à sua particularidade: os rituais de inversão são mecanismos simbólicos de reforço da ordem social. Após um momento de liminaridade, de “caos”, quando o cotidiano das coisas é abalado, tudo retorna ao normal e o

status quo é preferível à desordem, ele se impõe (Gluckman: 1963). Algo análogo ocorre nas sociedades modernas; os mecanismos de inversão da ordem não se restringem às culturas indígenas (como se o passado fosse uma dimensão revoluta). Um exemplo: os filmes de catástrofes. Neles, a narrativa organiza-se em três etapas: na primeira apresenta-se a ordem quotidiana das coisas, na segunda, sua destruição, na terceira, o retorno à vida normal. O elemento que dispara o gatilho da destruição pode variar: um ser monstruoso (King Kong), uma catástrofe ambiental (avalanche, terremoto, maremoto etc.), uma epidemia (ebola); de uma certa forma, ele é arbitrário, importa encontrar um dado convincente capaz de direcionar a história a ser relatada. As narrativas de catástrofe são bastante padronizadas, seguem um esquema de exposição simples e funcionam como um ritual de inversão no qual o ordenamento das coisas é temporariamente interrompido. O espectador, no conforto da poltrona do cinema, contempla o desmoronamento a distância; ele não o atinge, é ritualmente controlado pela estrutura do relato.

A pandemia implica diretamente uma quebra do quotidiano. Entretanto, se nos rituais de inversão esta é apenas simbólica, agora, é a realidade, em sua materialidade, que é colocada em xeque. Não se trata de questionar a noção de ordem em contraponto à desordem; é sua “essência” que entra em colapso. Todo ritual implica ordem, e por isso existem especialistas que o administram da maneira correta (feiticeiros, mágicos, sacerdotes), tudo e todos conhecem o seu devido lugar. O cativo-rei, no exemplo anterior, ou as mulheres insubmissas, no caso zulu, desempenham um papel determinado por um *script* que os transcende e os guia. Suas ações são previsíveis, pertencem a uma memória coletiva que ordena os gestos e as intenções. O ritual controla a “rebelião” resguardando-a em seu simbolismo discrepante. A situação de pandemia é distinta; nela a desordem é desregrada. A racionalidade das sociedades modernas entra em crise diante da imprevisibilidade dos acontecimentos. A ideia de gestão (controle racional das ações) se debilita: as indústrias, o comércio, os hospitais, o transporte, o fluxo das mercadorias, tudo, por um momento, se torna “irracional”, ou seja, aleatório, fortuito. Não há cura para o mal. Os diagnósticos científicos apenas tocam sua superficialidade; as “previsões”, fundadas em ensaios matemáticos e experiências epidemiológicas, dizem respeito aos possíveis cenários de contaminação, mas a ameaça permanece, não é eliminada, precisa ser contida, sem entretanto existir um desfecho definitivo para tanto. A solução oferecida pelos rituais de inversão era reconfortante, assegurava simbolicamente a permanência das coisas; com a pandemia, a instabilidade predomina sobre a segurança. Ela é ainda global, não se restringe a uma área ou região do mundo; o planeta é o solo de sua desolação. Não há forma de fugir ao risco, ele é inexorável (Ianni: 1996). Nesse sentido, o fechamento das fronteiras nacionais não é um mergulho em si mesmo, espécie de afirmação do local em contraponto ao global; pelo contrário, elas se cerram devido à globa-

lização do vírus. Nada há de “nacionalismo” nessa opção de encerramento, ela é um artifício reativo, de salvaguarda, significa uma dependência e não uma autonomia em relação às ameaças.

Os rituais de rebelião têm uma qualidade; ao inverter a ordem quotidiana, tornam visíveis alguns mecanismos “estruturantes” das sociedades. Nos exemplos que utilizei fica clara a relação de subordinação entre masculino e feminino, dominantes e dominados; o que se encontrava latente, oculto, adquire uma feição manifesta. Algo semelhante ocorre na situação de pandemia; alguns “pilares” da vida social, que nos pareciam naturais, imanentes, são explicitados em sua denegação. Um elemento importante diz respeito à ideia de circulação. Os sociólogos afirmam ser essa uma dimensão específica às sociedades modernas. Contrariamente às sociedades tradicionais, agrárias, nas quais o movimento de pessoas e mercadorias era restrito, reduzido, com a modernidade há um “desenraizamento” das coisas. Elas deixam de pertencer a um lugar geográfico (o vilarejo, a região) para circular em escala ampliada. Um exemplo: o advento da Revolução Industrial e da modernidade no século XIX. À medida que o peso da tradição se debilita, amplia-se aceleradamente a circulação de coisas, objetos, pessoas. É o caso das reformas urbanas (Paris do barão Haussmann; Rio de Janeiro de Pereira Passos), a emergência dos transportes públicos (bondes e ônibus, primeiro puxados por cavalos, depois, movidos a eletricidade), a mobilidade intraclasses, a migração do campo para a cidade, o incremento do comércio nacional e internacional. As inovações técnicas, trens, automóveis, navios, telégrafo e, posteriormente, cinema, rádio e televisão, farão da circulação um traço permanente de nossas vidas (particularmente na situação de globalização). A pandemia traz com ela algo de uma contramodernidade. Há primeiro uma restrição dos movimentos: fechamento de aeroportos, diminuição do comércio, interdição das viagens etc. O fluxo de pessoas e produtos é moderado em escala global. O isolamento, e não a mobilidade, torna-se uma virtude, única alternativa para se deter o avanço da doença. É preciso se recolher para que a desordem existente “lá fora” não nos atinja. Outra dimensão essencial deve ser ainda preterida: o indivíduo. Ele é uma espécie de emblema da modernidade (Simmel: 1989). Com a Revolução Industrial e as revoluções políticas do século XIX o indivíduo transforma-se em símbolo de liberdade. Cada um, segundo suas crenças e necessidades, escolheria sua religião, sua ideologia, suas vestimentas – um dos éditos da Revolução Francesa dizia: a partir de agora qualquer homem ou mulher pode se vestir da maneira que quiser (Perrot: 1981). A liberdade individual, política ou social, não deveria ser cerceada, representaria a expressão máxima de um direito e de uma condição garantidos a todos (ideal que não se confirma na prática). Com o desenvolvimento de uma sociedade de consumo esse traço idiossincrático se reforça (Baudrillard: 1970), o lema, “*I want and I want it now*”, revela a expectativa de conjunção entre os desejos pessoais e sua realização. A pandemia inverte essa relação de autono-

mia. Ela é um “fato social” – utilizo a definição de Durkheim (1995) –, isto é, um evento exterior ao indivíduo que a ele se impõe de maneira coercitiva. Dela não podemos escapar. Por isso predomina entre nós um sentimento de frustração, ansiedade e medo. A sensação de impotência prevalece sobre a ação; recolhidos no isolamento olhamos o mundo a distância sem nele interferir. A aspiração individual cede lugar às exigências coletivas de preservação da vida (usos de máscara, quarentena, *lockdown*).

Os rituais de inversão pertencem às sociedades marcadas por um tempo cíclico; o presente, ou seja, a tradição, deve ser mantido a qualquer custo (esse é o papel dos mitos). A desordem simbólica é apenas o sinal de sua permanência. Nas sociedades modernas a mudança é o elemento decisivo. A epidemia, entretanto, paralisa a marcha do tempo, abre uma brecha entre o agora e o depois. Uma fissura se instaura diante da imprevisibilidade das coisas, como se o destino escapasse de nossas mãos. Ao ruir aquilo que conhecíamos resta a indefinição. O atual que parecia tão sólido (dizia-se que a sociedade de entretenimento privilegiava o presenteísmo) se desfaz. Na situação de pandemia a ordem é colocada em suspenso (não é anulada), e o tempo acelerado de nossas vidas torna-se lento, moroso. Vive-se a espera. Há duas maneiras de se olhar este hiato entre temporalidades distintas. A primeira é valorizar o retorno a uma vida “normal”, ao que existia antes. Os problemas existentes (são inúmeros, da injustiça à desigualdade) seriam sublimados, minimizados diante da desorganização vigente. Porém, os prognósticos para o futuro não são os melhores, a epidemia implica consequências nefastas (desemprego, aumento da pobreza, fome, destruição de empresas etc.). O presente almejado revela o gosto amargo de sua redenção, ele é incompleto, insatisfatório. Mas a fissura entre o hoje e o amanhã pode ser entendida como uma situação de liminaridade na qual a ordem das coisas, ao ser rompida, nos permitiria imaginar um outro mundo, uma maneira de viver distinta da atual. A quebra do cotidiano funcionaria assim como estímulo à imaginação utópica, e, mesmo sabendo ser esta uma condição onírica, encontraríamos um mundo inteiramente diferente. Uma janela se abriria no horizonte, e o fim do “fim das utopias” nos libertaria das malhas do presente.

Recebido em 25/11/2020 | Aprovado em 06/05/2021

Renato Ortiz é professor titular do Departamento de Sociologia da Unicamp e pesquisador 1A do CNPq. Tem doutorado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris) e publicou diversos livros, entre eles *A moderna tradição brasileira*, *O universo do luxo* e *Sobre o trabalho intelectual*.

REFERÊNCIAS

- Balandier, Georges. (1969). *Antropologia política*. São Paulo: Difel.
- Baudrillard, Jean. (1970). *La société de consommation*. Paris: Denoel.
- Durkheim, Émile. (1995). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gluckman, Max. (1963). *Custom and conflict in Africa*. Oxford: Basil Blackwell.
- Ianni, Octávio. (1996). *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Perrot, Philippe. (1981). *Le dessus et les dessous de la bourgeoisie: une histoire du vêtement au XIXe siècle*. Paris: Fayard.
- Simmel, Georg. (1989). L'individualisme moderne. In: *Philosophie de la modernité*. Paris: Éditions Payot.

ORDEM/DESORDEM EM TEMPOS DE PANDEMIA**Resumo**

O artigo faz uma reflexão sobre a noção de ordem social no contexto da pandemia da covid-19. Argumenta que a disseminação do vírus contém uma dimensão de contra-modernidade, uma vez que elementos centrais da modernidade clássica (século XIX) são colocados em causa, particularmente a questão do isolamento e da mobilidade.

Palavras-chave

Ordem social;
pandemia;
modernidade.

ORDER/DISORDER IN PANDEMIC TIMES**Abstract**

The article has the intention to think about the notion of social order in the covid-19 pandemic context. The argument is that dissemination of the virus encloses a dimension of counter-modernity, so far central elements of classical modernity (XIX century) are adjourn, mainly those referred to isolation and mobility.

Keywords

Social order;
pandemic;
modernity.

Universidade de São Paulo (USP), Departamento de Ciência
Política, São Paulo, SP, Brasil
belinelli.leonardo@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4622-5366>

Leonardo Octavio Belinelli de Brito¹

REPÚBLICA, DEMOCRACIA E CIDADANIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA NOTA SOBRE A SITUAÇÃO BRASILEIRA

Como ocorre em tempos de crises profundas, a disseminação do novo coronavírus pelo mundo tem colocado em xeque alguns dos pilares das ordens política, social e econômica vigentes. Por consequência, novas questões surgem, enquanto antigas ressoam em novo timbre. Muitos cientistas – das ciências biológicas e das ciências humanas – têm se destacado ao formulá-las, interpretá-las e/ou esclarecê-las na esfera pública, com grande repercussão. Para ficar em um exemplo, a recente participação do microbiologista Atila Iamarino bateu um recorde de audiência no tradicional programa Roda-Viva da TV Cultura.

No caso das ciências sociais,¹ sua capacidade de interpelar o momento crítico em que vivemos tem a ver com o fato de que as dinâmicas, críticas ou não, das diversas sociedades sobre as quais se debruçam moldam seus principais objetos de estudo. Entre os diversos exemplos possíveis, é suficiente recordar o papel que processos revolucionários dos séculos XVII, XVIII e XIX tiveram na conformação do vocabulário da teoria e da prática política. Indo mais longe na vinculação entre ciências sociais e os problemas relacionados aos momentos críticos, podemos, com Florestan Fernandes (1971: 67), lembrar que a própria “sociologia emergiu em um momento crítico da civilização ocidental”. É a partir desse ângulo que, a seguir, procuro chamar a atenção para alguns aspectos sociais e políticos da pandemia que nos cerca.

Entre as principais questões suscitadas pela pandemia da covid-19, particularmente em nações periféricas como o Brasil, está o seu impacto desigual

em sociedades marcadamente estratificadas. Ou seja, há uma dimensão propriamente social no problema do combate à pandemia, que é dificultada pela própria forma da sociedade em que ocorre. Uma das suas facetas, por exemplo, é a falta de condições materiais de parcela significativa da população brasileira para exercer as recomendações das autoridades médicas e sanitárias. A vulnerabilidade se estende ao problema da cobertura efetiva da saúde pública. A sua principal ferramenta, o Sistema Único de Saúde (SUS), uma conquista decisiva na cidadania brasileira do período sob a Constituição de 1988, tem sofrido historicamente com falta de financiamento (Périssé, 2020).

A combinação entre as ameaças à vida trazidas pelo coronavírus e a forte desigualdade material coloca em forte tensão o pressuposto igualitário da cidadania vigente no país, especificado no artigo quinto da Constituição de 1988, no qual lemos: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (o grifo é nosso). Esse é um dos pilares da República (art. 1º, inciso II) e embasa um de seus objetivos, “construir uma sociedade livre, justa e solidária” (art. 3º, inciso I). É claro que a lei, em si mesma, nada pode fazer para combater o risco. Pode – e deve, em um regime verdadeiramente republicano –, porém, guiar governantes e governados sobre as prioridades que devem ser estabelecidas.

Dito isso, é preciso recordar duas das principais advertências dos clássicos do nosso pensamento social e político: que entre a letra da lei e a realidade social, há uma vasta distância; que tal descompasso e o seu sentido mudam segundo o lugar social ocupado pelos cidadãos envolvidos. Ora, ambas problematizam ideias que estão no âmago das noções de república e democracia. O ideal da primeira é o “governo da lei”, ou seja, que os cidadãos sejam governados por normas não arbitrárias e com aplicação indistinta; já a segunda preconiza a maior incorporação possível dos sujeitos à condição de cidadania (Schwarcz, Starling, 2019). Portanto, se a lei não vale de modo igualitário, não temos uma república; e se não há uma efetiva incorporação de todos à condição cidadã, não existe democracia. Por essa razão a procura de compreender como tais dissonâncias se produziram e seus efeitos se tornaram verdadeiras obsessões das ciências sociais brasileiras (Botelho, Ricupero, Brasil Jr., 2017), frequentemente informadas por hipóteses, argumentos e perspectivas formulados pelos “intérpretes do Brasil” (Brandão, 2007).

Um dos principais intérpretes do percurso da cidadania no país, o historiador e cientista político José Murilo de Carvalho (2016), indica que um dos resultados dessa evolução contraditória dos direitos no país, ao menos em matéria dos relacionados aos assuntos civis, foi o estabelecimento de três “classes” de cidadão: “os doutores”, os “cidadãos simples” e os “elementos”. Os primeiros se encontram “acima da lei”; os segundos têm seus direitos respeitados de

maneira incerta, e aos terceiros caberia “apenas o Código Penal”. Não extrapoláramos o raciocínio do autor ao indicar que os cidadãos brasileiros possuem em baixa conta as instituições que são, precisamente, os instrumentos de que deveriam dispor para efetivar sua condição cidadã. Por isso, uma resposta adequada das instituições, nesse contexto pandêmico em que vivemos, é vital para alterar o quadro.

Diante da potência do consórcio entre crise econômica mundial e política nacional, a proposição anterior pode parecer ingênua. Afinal de contas, como uma cidadania frágil poderia conter uma avalanche como essa? Nesse cenário, não seria muito mais provável um agravamento dos desequilíbrios da sociedade brasileira? Analistas, nacionais e estrangeiros, têm se dividido sobre o assunto. Parece ser mais prudente a postura que reconhece as possibilidades de uma tragédia social e, ao mesmo tempo, recorda que sua magnitude não está dada, pois está em disputa, nem impede que se abram possibilidades renovadoras. São elas que, se aprofundadas, podem nos recuperar da crise da saúde, da crise econômica e também da crise cidadã que vivemos.

O atual quadro, grave, permite vislumbrar três indícios que podem anunciar um novo momento. São eles: a importância do SUS foi reafirmada; a pesquisa da universidade pública brasileira tem assumido um protagonismo social e político nunca visto; e a criação de uma renda mínima foi articulada. Em comum, elas permitem conjecturar o lançamento de bases para a reformulação do lugar do público na sociedade brasileira.

Em sua acepção original, crise (*krisis*) correspondia à fase decisiva de uma doença em que o enfermo se recuperava ou padecia. É, pois, uma ruptura com o estado anterior das coisas. No caso de uma crise social, há uma peculiaridade: as alternativas a seguir dependem dos sujeitos. O “como” da pergunta anterior depende, portanto, de nós, a quem cabe encontrar diretrizes de ação. Nessa ruptura, os princípios democráticos e republicanos da carta constitucional que nos rege parecem ser um ótimo guia.

ADENDO ESCRITO SEIS MESES DEPOIS, AINDA EM CONTEXTO PANDÊMICO

A primeira versão do texto acima foi publicada, com ligeiras modificações, em abril de 2020. Passados seis meses, cabe fazer uma breve observação a respeito dos indícios mencionados no penúltimo parágrafo. Teriam eles demonstrado ser capazes de rearticular o lugar do “público” na vida social brasileira?

O desenlace do processo político e social no qual se inserem não está inteiramente claro, embora seja seguro afirmar que o aparato público de pesquisa e ensino superior nacional continuou a demonstrar sua relevância – assim indicam os papéis desempenhados por instituições como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto Butantan, líderes no processo de pesquisa e produção da vacina. Outra questão – e aqui entramos no terreno das incertezas próprias à crítica situação política em que vivemos – é saber como tais insti-

tuições serão tratadas pelo governo e pela sociedade brasileira no futuro. Se tomarmos como base a reação popular contra o decreto 10.530, pode-se imaginar, na linha do indicado em abril, que o SUS e instituições próximas ou pertencentes a ele sairão fortalecidos da pandemia em que vivemos.

Por outro lado, a questão referente à renda mínima parece ainda mais incerta. Ela não apenas foi estabelecida de modo temporário, como sua modalidade de aplicação – a ajuda emergencial –, embora importante para milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade, ainda tem futuro nublado. O momento pós-eleitoral deverá ser crítico para o clareamento da sua evolução, uma vez que o contexto de disputa política incentiva os governantes a adiar decisões potencialmente impopulares.

Há também, pelo menos, dois episódios para os quais vale chamar a atenção a partir da perspectiva aqui adotada: o imbróglie envolvendo a adoção e a aplicação de vacinas contra a covid-19 e a nova onda de disseminação do vírus em países que se supunha terem controlado sua circulação. Em ambos, os impasses da complexa situação política que vivemos se revelam.

Quanto ao primeiro aspecto, seria ingênuo, especialmente no contexto atual, imaginar que a situação se desenvolveria sem intensa “politização” – entendida, aqui, como situação em que os atores políticos se valem de determinados recursos para angariar popularidade a partir de uma circunstância propícia. O que chama a atenção não é o fato de que os dirigentes político-partidários procurem aumentar seus capitais políticos a partir das posições favoráveis, ou contrárias, à vacinação – a depender de seu eleitorado –, mas sim o grau a que chegou essa orientação ultrapragmática e ultraindividualista. Essa intensidade revela uma faceta conflitiva da relação entre política e direito, no caso, o direito à vida, conforme trecho citado da Constituição. É como se a esfera da política tivesse suplantado a do direito, supostamente delimitadora da primeira. Um dos riscos envolvidos nesse tipo de conflito é uma espécie de vale tudo político-eleitoral em que se arriscam as vidas de milhares de pessoas. A reação do âmbito jurídico é, conforme seus instrumentos específicos, “judicializar” a política, o que também estatui problemas para a democracia, uma vez que, entre os três poderes que constituem a organização do Estado, o menos aberto à influência popular é o que tem, em sua cúpula, o Supremo Tribunal Federal (STF). Nesse conflito entre política e direito, percebe-se uma espécie de maximização da perversão que assola a política em tempos de crise da democracia – o que tornaria possível, aliás, formular a hipótese de que o que está em jogo é mais do que uma crise de um regime político dominante no mundo, mas a própria lógica da política tal como a conhecemos. Apesar desse quadro profundamente estável, a Fiocruz estima iniciar sua produção da vacina em janeiro e fevereiro de 2021 (Brasil, 2020).

Quanto à segunda onda de contaminação do coronavírus na Europa, as informações ainda não estão claras. Há indicações de que a reabertura das

atividades teve papel decisivo nessa nova explosão dos números de contaminados (em geral jovens), cuja taxa de mortalidade parece menor do que aquela do início da pandemia. Enquanto escrevo, Alemanha, Inglaterra e França estabeleceram novo *lockdown*, que pode perdurar até dezembro. A solução imediatamente disponível é a adoção das orientações dos órgãos competentes, liderados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), entre as quais se destacam duas: ampliar a testagem e rastrear contatos (Biernath, 2020). O cumprimento dessas indicações pode ser facilitado pela experiência de tais países, adquirida durante a primeira onda. Por outro lado, porém, no plano sociopolítico, pode ser que assistamos ao aumento de pressões para repactuações sociais em alguns países, possivelmente ligadas ao fato de que novos fechamentos e bloqueios econômicos devem agravar a vulnerabilidade social de setores já precarizados (Villadarga, 2020). Discussões sobre renda mínima e outras medidas sociais podem voltar a ganhar espaço no exterior, talvez influenciadas por resultados moderadamente positivos da experiência finlandesa (Wallin, 2020).

Não sabemos quais serão os efeitos dessa segunda onda por aqui. É certo, porém, que não há como as medidas preventivas citadas serem aplicadas adequadamente no país sem investimentos em seu aparato público de saúde e pesquisa. Investimentos republicanos e democráticos.

Recebido em 02/11/2020 | Aprovado em 06/11/2021

Leonardo Octavio Belinelli de Brito é doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo, onde faz estágio-pós-doutoral com bolsa do CNPq. Pesquisa nas áreas de pensamento político e social brasileiro e teoria política. É autor de *Dilemas do patrimonialismo brasileiro: as interpretações de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman* e coautor de *Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política*.

NOTA

- I Para um breve panorama de algumas, entre as muitas, intervenções bem-vindas dos cientistas sociais na conjuntura atual, vejam-se os boletins “Cientistas sociais e o coronavírus” divulgados pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs) em parceria com a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).

REFERÊNCIAS

- Biernath, André. (2020). Covid-19: as lições que Brasil pode aprender com a segunda onda de casos na Europa. BBC, 28 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54714682>. Acesso em 31 out. 2020.
- Botelho, André; Ricupero, Bernardo; Brasil Jr., Antônio. (2017). Cosmopolitanism and localism in the Brazilian social sciences. *Canadian Review of Sociology – Revue Canadienne de Sociologie*, 54, p. 216-236.
- Brandão, Gildo Marçal. (2007). *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec.
- Brasil, Cristina. (2020). Fiocruz espera que vacinação contra covid-19 comece até março de 2021. Agência Brasil, 02 nov. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-11/fiocruz-espera-que-vacinacao-contra-covid-19-comece-ate-marco-de-2021>. Acesso em 28 maio 2021.
- Carvalho, José Murilo de Carvalho. (2016). *A cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fernandes, Florestan. (1971). A análise sociológica das classes sociais. In: *Ensaios de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Livraria Pioneira.
- Perissé, André Reynaldo Santos. (2020). O papel do SUS em contexto de crise. *Boletim Lua Nova*. Disponível em: <https://boletimluanova.org/2020/04/01/o-papel-do-sus-em-contexto-de-crise/#:~:text=Desde%20sua%20implementa%C3%A7%C3%A3o%2C%20%20sub,ap%C3%B3s%20a%20Emenda%20Constitucional%2095.&text=Na%20sa%C3%BAde%2C%20por%C3%A9m%2C%20%20impacto,para%20%20atendimento%20no%20SUS>. Acesso em 20 out. 2020.

Schwarcz, Lilia; Starling, Heloísa M. (orgs.). (2019). *Dicionário da República: 51 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras.

Villadarga, Vicente. (2020). Uma segunda onda ainda mais letal. *IstoÉ*, 30 de outubro de 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/uma-segunda-onda-ainda-mais-letal/>. Acesso em 30 out. 2020.

Wallin, Claudia. (2020). Finlândia: estudo final sobre renda mínima revela pouca melhora no nível de emprego e mais qualidade de vida. *RFI*, 06 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/europa/20200506-finl%C3%A2ndia-estudo-final-sobre-renda-m%C3%ADnima-revela-pouca-melhora-no-n%C3%ADvel-de-emprego-e-mais-qualidade-de-vida>. Acesso em 02 nov. 2020.

REPÚBLICA, DEMOCRACIA E CIDADANIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA NOTA SOBRE A SITUAÇÃO BRASILEIRA

Resumo

O artigo discute a relação entre república, democracia e cidadania no Brasil no contexto da pandemia global da covid-19. Argumenta que as desigualdades sociais podem ser agravadas com a expansão do raio de ação do vírus, ao mesmo tempo em que assinala algumas brechas que podem ser ponto de partida para a superação do quadro. Tais possibilidades se vinculam ao fortalecimento dos ideais republicanos e democráticos.

Palavras-chave

República;
democracia;
cidadania;
Brasil;
pandemia.

REPUBLIC, DEMOCRACY AND CITIZENSHIP IN PANDEMIC TIMES: A NOTE ON THE BRAZILIAN SITUATION

Abstract

The article discusses the relationship between republic, democracy and citizenship in Brazil in the context of the covid-19 global pandemic. It argues that social inequalities can be aggravated with the expansion of the virus's range of action, while some gaps are pointed out that can be a starting point for overcoming the situation. Such possibilities are linked to the strengthening of republican and democratic ideals.

Keywords

Republic;
democracy;
citizenship;
Brazil;
pandemic.

Universidade de São Paulo (USP), Departamento de Teoria
Literária e Literatura Comparada, São Paulo, SP, Brasil
bru.dellatorre@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4472-8848>

Bruna Della Torre¹

DIALÉTICA DA DESUMANIZAÇÃO

As portas do céu eram pequenas, ao contrário do que poderia esperar. Precisaria de se abaixar consideravelmente para passar e, na multidão de quem queria ser atendido, era dramática a confusão, gerando violência e uma nuvem de pó que se levantava com muita frequência.
O apocalipse dos trabalhadores, Valter Hugo Mãe

É quase um truísmo afirmar que cada época se debruça sobre a literatura orientada por suas próprias questões e, como é o caso de todas as questões óbvias, é bom se lembrar de não esquecer. Isso não significa afirmar que o caráter clássico de uma obra literária consistiria em algo estático, imutável, que é capaz de falar ao presente, pois se dirige ao “humano”. Ao contrário, como lembrava Paul Valéry, é em seu caráter dinâmico que uma obra de arte é capaz de se comunicar com as gerações vindouras, pois contém em si a sua própria crítica, o seu próprio desdobramento.

A pergunta sobre qual é a melhor literatura, entre o que se considera clássico, que configura a vivência da pandemia da covid-19 não parece descabida neste momento. Livros como *Morte em Veneza*, de Thomas Mann – e seu contraponto irônico, *A montanha mágica* –, *A peste*, de Albert Camus, *Decameron*, de Boccaccio, podem servir para refletirmos sobre inúmeras questões a respeito da vida sob clausura, do tempo diante da morte, da claustrofobia e da agorafobia, da relação da moral com a doença. Este é igualmente um momento importante para tirarmos da estante as distopias: o fechamento das fronteiras na Europa, a vigilância da quarentena por drones na China e o controle da população em Taiwan por meio do rastreamento de celulares por Big Data fazem os romances de Huxley e Orwell soar como realismo naturalista. Essas obras nos ajudam a refletir sobre a peste, sobre a quarentena e sobre suas consequências para a sociedade.

Se a disseminação da doença já é uma tragédia por si mesma, as escolhas políticas que a acompanham parecem, no entanto, ainda mais graves. O lema do Brasil atual é “salve-se quem puder acima de tudo e o capital acima de todos”. O país possui hoje mais de 40% de sua força de trabalho na informalidade e uma grande parcela da população desassistida. A disposição de um grande número de pessoas, incluindo diversos chefes de Estado, de sacrificar uma parte de sua população – *aquela que não contribui mais ativamente para o crescimento econômico e que onera o sistema previdenciário* – revela a face genocida do capitalismo. À maior parte da população mundial são negados os direitos básicos à saúde e à sobrevivência, e se torna cada vez mais claro quem é supérfluo nesse sistema. Judith Butler (2015: 64) fala em “vidas não passíveis de luto”, Giorgio Agamben (2010: 26) em “Estado de exceção permanente”, Achille Mbembe (2020: 146) em “Necropolítica”: todos concordam que o novo arranjo se baseia numa decisão política e econômica sobre quem vive e quem morre. Há trabalhadores aos quais o direito de parar é negado. Muitos deles se ocupam em levar comidas e mantimentos àqueles cujas vidas têm mais valor. Os detentos em cadeias superlotadas, a população em situação de rua, os pobres e miseráveis sem acesso às mínimas condições sanitárias, assim como os idosos, são considerados dispensáveis. Só a vida economicamente útil pode ter esperança. Na Itália, respiradores de idosos foram retirados para salvar os mais jovens. Ninguém quer vestir um terno de madeira, mas imagens mais assustadoras ainda são as das valas comuns, nas quais os indivíduos são desprovidos de qualquer reconhecimento até mesmo na morte.

A indiferença implicada na defesa de chefes de Estado em relação àqueles que perderão suas vidas – não apenas devido a uma tragédia “natural”, como a disseminação do vírus, mas devido a decisões políticas – e a recusa de parte da sociedade de se responsabilizar pelo todo fazem renascer um tema clássico, tanto na literatura quanto na teoria social. Por isso, gostaria de sugerir que há uma literatura ainda mais atual para o período que estamos vivendo: aquela que trata da desumanização. O inseto monstruoso de Kafka, os moradores da lata de lixo de Beckett, a loucura do narrador-personagem de Faulkner, e, numa chave mais contemporânea, a aniquilação das empregadas domésticas, dos imigrantes humilhados e ofendidos de Hugo Mãe referem-se previamente ou *ex-post facto* à barbárie da desumanização dos campos de concentração, da bomba atômica, à transfiguração da consciência pelo horror colonial, à desposseção física e corporal promovida pela precarização do trabalho, mas oferecem igualmente uma contraimagem da sociedade burguesa na sua normalidade, demonstrando que a exceção nada mais faz que revelar a regra. A pandemia de coronavírus que tomou conta do mundo abriu espaço para a contestação dessa “normalidade” da sociedade burguesa novamente, uma vez que a barbárie de seu caráter de exceção expõe as fissuras de nosso modo de vida.

Fato objetivo da vida social sob o capitalismo, a desumanização é fruto da frieza burguesa. Tema de Marx (2013), que caracterizou o capitalismo como um processo social em cujo peito não bate um coração; de Simmel (2005), que demonstrou ser a frieza, aliada à abstração e ao cálculo, pré-condição de sobrevivência nas grandes metrópoles; e da Escola de Frankfurt (2006), que a pensou sob a forma do antissemitismo e do holocausto, a frieza burguesa é também o cerne dessa literatura. Gregor Samsa é chutado para fora de casa no momento de maior angústia de sua metamorfose, K., de *O processo*, e Maria da Graça, em *O apocalipse dos trabalhadores*, têm sua entrada barrada no céu sem razão aparente. Aos desumanizados, o acesso à salvação está bloqueado. As pessoas transformadas em meras sombras de si mesmas em *Esperando Godot* e *Fim de partida* aguardam algo ou alguém que não sabem o que ou quem é, num mundo em que a catástrofe já ocorreu. Sua realidade é a do desamparo radical. Os personagens de Faulkner são praticamente desprovidos de subjetividade. O emaranhado de fios e nós sem forma definida, Odradek, também um personagem de Kafka, é o lixo da sociedade, o seu resíduo. Coisificadas, embrutecidas, aniquiladas, essas criaturas revelam a verdade da sociedade que as produziu.

Aí reside o núcleo de verdade desses autores; eles sabem que o mundo já acabou. Mas de seus romances e peças, no entanto, não brota resignação, mas uma espécie de dialética da desumanização. Eles nos ajudam a perguntar quem são de fato os desumanizados dessa história. Ao expor a desumanização em toda a sua nudez, em toda a sua coisificação, um livro como *A metamorfose*, por exemplo, suscita a questão de quem é o verdadeiro parasita: Gregor Samsa, o burocrata transformado num inseto ou seus parentes e patrões, que o exploram e o deixam desamparado quando adoece, o funcionário público ou aqueles que querem viver à custa do suor dos outros? (Carone, 2007: 242). Os filmes recentes de Bong Joon-ho, *O hospedeiro* e *Parasita*, vão nessa mesma linha.

Os legados da crise que estamos vivendo já se delineiam: vigilância populacional pelo Big Data, crise econômica, acirramento das políticas anti-imigratórias, adesão irrefletida ao modelo online de ensino, defesa do fechamento de fronteiras, retorno a uma soberania nacional esgarçada (especialmente no caso dos países europeus), multiplicação das cercas e da lógica do condomínio, medo do contato físico, entre outros. Caso uma alternativa coletiva e corajosa não apareça, a pandemia pode se tornar um laboratório para um neoliberalismo ainda mais brutal e genocida. Por isso, além de Huxley e Camus, podemos recorrer a Kafka, Beckett e Hugo Mãe para compreender o presente. Sua força negativa pode ser de grande valia para a travessia que temos pela frente e nos dar força para pôr fim de uma vez por todas aos processos sociais que engendram a desumanização.

REFERÊNCIAS

- Agamben, Giorgio. (2010). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG.
- Butler, Judith. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carone, Modesto. (2007). O parasita da família: sobre A metamorfose de Kafka. *Literatura e Sociedade*, 12/10, p. 237-243.
- Marx, Karl. (2013). *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo.
- Mbembe, Achille. (2020). Necropolítica. *Arte & ensaios*, 32, p. 123-151.
- Simmel, Georg. (2005). As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*, 11/2, p. 577-591.

Bruna Della Torre é professora substituta na Universidade de Brasília. Doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo em 2017 com a tese *Adorno, crítico dialético da cultura*. Realizou pós-doutorado no Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP (Capes). Editora executiva da revista *Crítica Marxista* e autora de *Vanguarda do atraso ou atraso da vanguarda?* *Oswald de Andrade e os teimosos destinos do Brasil*, “Adorno, leitor de Marx” e “Adorno e o cinema reconsiderado”.

A DIALÉTICA DA DESUMANIZAÇÃO

Palavras-chave

Covid-19;
literatura;
pandemia;
teoria crítica;
neoliberalismo.

Resumo

O texto busca pensar qual é a literatura que melhor figura o período no qual estamos vivendo, tendo em vista a combinação da pandemia do coronavírus, do autoritarismo e do neoliberalismo de plataformas.

DIALECTICS OF DEHUMANIZATION

Keywords

Covid-19;
literature;
pandemics;
critical theory;
neoliberalism.

Abstract

The text aims to reflect upon the literature that best represents the period in which we live, given the combination of the covid-19 pandemic, authoritarianism, and platform neoliberalism.

I Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ),
Departamento de Ciências Sociais, Seropédica, RJ, Brasil
saparracho@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1726-2018>

Sabrina Parracho Sant'Anna¹

ONDE AGONIZAM OS MORTOS DA PANDEMIA? APAGAMENTOS E DISPUTAS DE FUTURO NAS NARRATIVAS IMAGÉTICAS DA COVID-19

Esta contribuição é resultado de reflexões desenvolvidas ao longo do período de isolamento social, a partir de levantamento de imagens na imprensa, nas exposições virtuais dos museus cariocas, na ArtRio e nos sites especializados em arte. A primeira parte foi parcialmente publicada no *blog* da Biblioteca Virtual do Pensamento Social e foi concluída ainda em março de 2020, com as impressões iniciais sobre as imagens veiculadas pela imprensa. A segunda parte foi redigida em novembro do mesmo ano, passados mais de sete meses do texto inicial. Ali, apresento, além da reflexão sobre as imagens publicadas nos jornais, breve análise de um conjunto de obras de arte contemporânea que vêm ordenando, nestes meses de distanciamento, narrativas compartilhadas sobre a covid-19. De um lado, as imagens apresentam testemunhos e narrativas coletivas sobre o isolamento e a doença; de outro, acompanhando tendências já apontadas em outras ocasiões, elas implicam tomadas de posição política, em escopo ampliado.

O debate sobre a autonomia é central no âmbito da sociologia da arte e ordena muito da produção sobre o assunto nos meios acadêmicos. O campo da arte, o mundo da arte, o sistema de arte são categorias recorrentes para entender relações sociais que se travam no ordenamento da produção estética. Seja pensando os conflitos e disputas em torno dos processos de consagração (Bourdieu, 1996), seja refletindo sobre relações colaborativas contidas no fazer artístico (Becker, 2010), seja discutindo processos de institucionalização (Bürger,

2008), as reflexões sobre a arte parecem sempre pensá-la como produção autorreferida. Raros são, no entanto, os autores que não reconhecem sua heteronomia e seu papel na ordenação de interpretações compartilhadas com a sociedade envolvente. Nos últimos anos, tenho me dedicado a refletir sobre tensionamentos que em tempos recentes têm ampliado seu reconhecido papel na esfera pública (Sant’Anna, Marcondes & Miranda, 2017; Sant’Anna, 2019).

Quanto ao tema da pandemia que concerne a este registro de pesquisa, cabe ressaltar que se os primeiros discursos imagéticos foram difundidos pela imprensa na esfera pública, num segundo momento artistas também tomaram posição, ganharam protagonismo e se colocaram como importantes agentes na consolidação de interpretações significativas, reivindicando também posições no campo político. Tomo, portanto, como centro do debate a produção imagética veiculada pela imprensa e os primeiros discursos que vêm ganhando proeminência na produção da arte contemporânea brasileira. Ainda que o sistema de arte não seja unísono, processos de consagração registram posições predominantes dentro da arte contemporânea e permitem perceber as tensões entre autonomia e heteronomia da arte e suas relações com a sociedade ampliada.

MARÇO DE 2020

Trancados em casa com as mãos besuntadas de álcool gel, assistimos, atônitos, ao noticiário de todos os dias. No Brasil do século XXI, o termo quarentena volta à cena, com um sentido tão preciso quanto aquele com que foi cunhado há centenas de anos. Na etimologia, quarentena provém, naturalmente, de 40. Segundo o *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, de Antenor Nascentes (1955: 425), “Como profilaxia contra as pestes do Oriente na Idade Média, estabeleceu-se o prazo de isolamento durante quarenta dias para os viajantes”.

No Japão, há cerca de um mês, acompanhamos o cruzeiro atracado em Yokohama fazendo valer os dias, reduzidos a 14, no isolamento imposto aos possíveis portadores da doença. Em terra, nas aglomerações metropolitanas, os 14 já anunciam voltar provavelmente aos 40 e, ao que parece, se estenderão ainda além, paralisando a vida, que segue em suspenso.

Na estante da sala, reencontro *A peste*. Faço-o junto com tantos leitores que voltaram a fazer de Camus *best seller*, mais de 70 anos depois. Releio também o *Decameron* e noto, para minha surpresa, que a Primeira Jornada, justo onde consta a narrativa da epidemia que dá sentido à obra de Boccaccio, foi suprimida da bela seleção de capítulos, editada pela Cosac & Naify e organizada por Maurício Santana Dias, em 2013. Talvez naquele momento pouco interesse houvesse para uma geração que havia vencido a aids e atribuía o sentido de epidemia a males e doenças não contagiosos, como o câncer ou a desnutrição.

Na atual conjuntura, insisto, no entanto, em Boccaccio. Encontro uma edição de bolso online. As narrativas parecem tornar, fazendo dobrar-se a realidade e colar 1348 a 2020:

E a peste ganhou maior força porque dos doentes passava aos sãos que com eles conviviam, de modo nada diferente do que faz o fogo com as coisas secas ou engorduradas que lhe estejam muito próximas. E mais ainda avançou o mal: pois não só falar e conviver com os doentes causava a doença nos sãos ou os levava igualmente à morte, como também as roupas ou quaisquer outras coisas que tivessem sido tocadas ou usadas pelos doentes pareciam transmitir a referida enfermidade a quem as tocasse. É espantoso ouvir aquilo que devo dizer: se tais coisas não tivessem sido vistas pelos olhos de muitos e também pelos meus, eu mal ousaria acreditar nelas, muito menos descrevê-las, por mais fidedigna que fosse a pessoa de quem as ouvisse.

Das recomendações que chegam pela imprensa e dos diagramas das redes sociais: a evitação, o medo das coisas que vêm das ruas, a assepsia e a desinfecção. Novas rotinas diárias. Nas narrativas que vêm da Itália, os cadáveres que se deixam ficar mais de dia aguardando a remoção, os caminhões abarrotados de caixões, os enterros e as cremações sem velório. A concretude da morte à espreita. A literatura pregressa antecipa o futuro, trazendo à memória a certeza de que a sobrecarga do sistema de saúde pode fazer a morte chegar aos borbotões. Retorno à barbárie. Ruína das previsões, que, à la Malthus, projetavam o futuro a partir do presente e faziam acreditar numa expectativa de vida num crescendo *ad infinitum*. Literatura e história informam o devir, e, mesmo quando ouço que devemos nos resguardar no conforto estatístico dos grupos de risco, ressoa a primeira morte de peste na Oran de Camus, atribuída a quem, de “peito fraco”, tinha o agravante de tocar o pistão. Hoje também reservamos a morte aos idosos, aos hipertensos, aos tabagistas, aos fracos. Primeiro, o conforto das mortes justificadas; em seguida, a carnificina generalizada, aqui especialmente reforçada pela desigualdade no acesso à saúde.

A literatura informa a experiência, garante sentido ao presente, cria expectativas para o porvir. Os quadros da memória voltam a Bocaccio e apresentam-se, portanto, na advertência da ONU ao G20, que trata de uma epidemia de “proporções apocalípticas”, e também nas manchetes da CNN sobre Nova York: “*when all hell broke loose*”.¹ As metáforas nos jornais retomam imagens que habitam o imaginário do Ocidente sobre mazelas sociais, genocídios, fome, epidemias.

Do ponto de vista imagético, no entanto, um silêncio grita. Duas imagens me vêm à mente ao lado de Bocaccio. Na primeira, dentro da tradição flamenga, muito mais tocado pela iconografia do medievo que pelas técnicas do Renascimento, Pieter Bruegel remonta à narrativa do Juízo Final para apresentar o *Triunfo da morte*, em c.1562. No quadro, pintado sobre madeira, a metáfora de um fim que atinge e irmana a todos num sofrimento compartilhado. Sobre a terra devastada, exércitos de esqueletos ceifam os últimos viventes. Chegam em carruagens e tocam trombetas anunciando o fim que não vê distinções. Os corpos se amontoam ao centro do quadro. A imagem remete às epidemias e aos genocídios. Imagem que se torna clássica, retomada séculos depois no quadro homônimo de Felix Nussbaum, em 1944, tematizando o holocausto.

A segunda imagem que retorna é o *Hospital de apestados*, de Francisco Goya, de c. 1808-1810. Pintado em momento completamente distinto, o quadro de Goya, ao contrário de sua série de gravuras *Caprichos*, que retoma de algum modo uma iconografia compartilhada com Bruegel, apresenta a imagem laicizada da epidemia. Após a internação que o deixa entre a vida e a morte e, sabidamente marca a experiência do artista, o quadro apresenta moribundos encarcerados à espera do fim. Não por acaso, o quadro ecoa na luz sombria de outra famosa tela de Goya, *Uma cena da prisão*, de 1814. Os enfermos trancados ao abrigo da luz e de toda convivência, aparecem caídos uns sobre os outros. No canto direito, um corpo jaz sobre o que parece ser um bebê. No canto esquerdo, uma figura com o rosto tapado se ergue com dificuldade para dar de beber ao que parece um quase cadáver. A imagem do isolamento no fim.

As telas, mais do que conhecidas, habitam o imaginário do Ocidente. O que chama a atenção, no entanto, é que, embora as narrativas da atual pandemia se colem a Bocaccio e Camus, o mesmo não se pode dizer das imagens que habitam o fotojornalismo hodierno. Raras são as filmagens borradas dos doentes hospitalizados e fotografias de caixões cerrados ou dos caminhões que os transportam.

Como já chamou a atenção David Le Breton (2003), a imagem da morte é marcada por tabu e, não à toa, vem substituída na imprensa pela imagem heroica de médicos e enfermeiros paramentados. Da China, diante da ausência de casos de contaminação local, chega a imagem das equipes de Wuhan fazendo o gesto de vitória. Máscaras, ambulâncias e equipamentos protagonizam a iconografia. O triunfo da técnica sobre a morte. Gráficos apresentam, ainda assim, índices assustadores – 10.000 mortos na Itália, de 29 de fevereiro a 28 de março.² Números significativos, mas que despersonificam os dados e garantem que o risco possa ser posto entre parênteses para seguir em frente. Segurança ontológica, diria Giddens (2002).

As imagens da agonia, tão presentes quando referidas ao outro, e restritas às advertências dos maços de cigarro ou às imagens da desnutrição na África, estão ausentes agora. Substituídas por imagens marcadas pela distância da técnica, abrem caminho para as carreatas daqueles que dizem duvidar da ciência. *Milano non si ferma*; *O Brasil não pode parar*. A saturação de imagens heroicas da medicina se expõe a uma crítica cujo cerne parece se prestar, não ao contrapoder, mas a um capitalismo sem peias e a um totalitarismo genocida.

Não por acaso, as primeiras imagens de choque nos vêm do Equador, onde, em Guayaquil, o colapso funerário deixa os corpos estendidos nas calçadas. Ali, as imagens da pandemia servem de advertência ao Estado liberal. Sem manifestações nas ruas, fazem sacudir o acordo com o Fundo Monetário Internacional e, como em outros países, trazem esperança de que o coronavírus possa fazer ressurgir das cinzas um novo Estado de bem-estar social.

NOVEMBRO DE 2020

Passados mais de sete meses dos primeiros casos de contaminação comunitária pela covid-19 no Brasil, o mundo parece ainda se deparar com interrogações persistentes sobre as dramáticas consequências do período pandêmico. Se, no momento de minhas primeiras reflexões sobre o tema, o país começava a apresentar incipientes sinais de disseminação da doença, contabilizando, em 31 de março de 2020, apenas 38 mortes, hoje, em 02 de novembro do mesmo ano, no simbólico dia de finados, o país ultrapassa a marca de 160.000 mortes, ostentando o título de segundo país mais atingido pela letalidade da doença. Em termos absolutos, o Brasil fica atrás apenas dos Estados Unidos, cuja desigualdade no acesso à saúde vem também refletida no número de óbitos. Em termos relativos, são 75,1 brasileiros mortos a cada 100.000 habitantes. Nesse quesito, o país ocupa a sexta posição.

A tranquilizadora curva de mortalidade em descenso, que começou a se desenhar a partir de setembro,³ poderia apaziguar os ânimos, apontando a esperança de retomada da vida cotidiana e da atividade econômica. De fato, a crise sem precedentes provocada pela paralisação generalizada de setores inteiros da economia é fator de inquietação que se reflete em números de desempregados e desalentados e tem colocado em primeiro plano os indicadores econômicos, em detrimento de outras reflexões sobre o tema. A inflação da cesta básica, a insegurança alimentar grave, o crescimento da desigualdade à espreita do fim do auxílio emergencial assomam no horizonte de expectativas como perspectivas de futuro distópico (Altmann, Sant'Anna & Scovino, 2020), tirando o foco de efeitos sobre a saúde pública e deslocando-o para o debate sobre impactos sociais. No entanto, o atual cenário ganha contornos ainda mais sombrios quando as notícias que chegam da Europa, após o verão de celebrações da reabertura, anunciam o crescimento de uma segunda onda de contaminações. À espera da vacina, as notícias sobre o tema fazem ecoar na memória coletiva o segundo inverno de gripe espanhola, ainda mais letal que o primeiro (Goulart, 2005) e fazem duvidar de uma recuperação econômica mais vigorosa.

Desde outubro, seguidos *lockdowns* foram anunciados pela imprensa: Espanha (09/10/2020), França (20/10/2020), Itália (04/11/2020), Reino Unido (05/11/2020). Se nos Estados Unidos, às vésperas das eleições, as pesquisas de opinião apontam que a pandemia pode colocar a pá de cal sobre o projeto de direita de Donald Trump, do outro lado do Atlântico, a Europa assiste à eclosão de protestos que começam a tensionar países que aderiram ao isolamento social. Tanto as novas barricadas de Barcelona (Sant'Anna, 2019) como a ameaça de questionamento às eleições americanas (Huysen, 2020) colocam o mundo pós-covid em futuro incerto. Nas grandes cidades brasileiras, se os painéis acompanham as sucessivas demissões de ministros da Saúde que tentavam impor restrições à circulação de pessoas ou garantir a difusão de informações ampara-

das no esteio das pesquisas científicas, nos últimos meses as janelas parecem se haver calado embotadas pela normalização da necropolítica (Mbembe, 2018)

A parábola de Kafka recuperada por Hannah Arendt (2016) em *Entre o passado e o futuro* parece se adequar novamente aos tempos que vivemos. Premidos por um futuro incerto que nos empurra para trás, voltamo-nos para o passado. Em vez, porém, de nos deparar com sua serenidade, “a nostalgia e a lembrança da única realidade de que o homem pode ter certeza” (Arendt, 2016, p.154-155), ele nos assombra agora com o ressurgimento do fascismo (Huysen, 2020). A sociedade de risco concretizado parece estar paralisada, buscando também na difusão de imagens apaziguadoras certezas capazes de eliminar a insegurança ontológica para seguir em frente.

No fotojornalismo, se, conforme havia argumentado, as primeiras imagens da morte foram apagadas em detrimento dos retratos médicos da ciência, elas começaram timidamente a aparecer ao final de abril e se consolidaram no símbolo recorrentemente acionado das fotografias de um sem-número de covas abertas em Manaus. No levantamento realizado na imprensa, é especialmente digno de nota um conjunto muito similar de fotografias aéreas, aparentemente extraídas como diferentes *frames* de um mesmo vídeo, apresentando as sepulturas cavadas no cemitério de Manaus. As imagens foram recursivamente acionadas para ilustrar matérias sobre a letalidade da covid-19 no Brasil. Nos dados coletados no período, há pelo menos 1.070 capturas de imagens similares veiculadas nos mais diferentes veículos da imprensa brasileira: *O Globo*, *Época*, *Isto É*, *Folha de S. Paulo*, *Correio Braziliense*, *Estado de Minas*, entre outros. Na imprensa estrangeira, a imagem também se tornou símbolo internacional da covid-19 no Brasil e foi veiculada pelo *The Mirror*, *DW*, *Daily Mail*, *Reuters*, *Washington Post*. Inicialmente vinculadas ao colapso do sistema de saúde no Amazonas, as fotos passaram a ser acionadas quase diariamente para ilustrar recordes nos números de morte no Brasil, ou apenas divulgar as médias móveis semanais.

Da ausência à saturação, e novamente à ausência, deparamo-nos mais uma vez com a supressão das imagens da morte. Nos últimos meses, diante da curva em descenso e da defesa de retomada da economia pelos periódicos, o sofrimento é paulatinamente substituído pelas imagens de ruas apinhadas de gente usando máscaras faciais. Imagens externas começam a se sobrepor às tomadas internas de médicos paramentados em hospitais. Tudo aponta para esforços de fazer pôr novamente o risco entre parênteses e nos fazer seguir em frente, como tão bem nos apontou Anthony Giddens.

Não apenas o fotojornalismo, mas também a arte de rua mundo afora, selecionada nas imagens veiculadas pela imprensa, parece sublimar a narrativa da morte no heroísmo das imagens médicas. Em maio, foi largamente noticiada a imagem do desenho de Banksy, deixado no hospital da Universidade de Southampton. Ali, uma criança brincava com uma boneca enfermeira fazendo as vezes de super-heroína. Na obra, Batman e Homem Aranha aparecem relegados à cesta de lixo.

Nos museus, o prejuízo da queda de arrecadação das bilheterias (Villas Bôas, 2021) mantém em cartaz exposições virtuais previstas para o quadro de normalidade. Na ArtRio, o mercado dita os padrões e a arte contemporânea demora a repercutir as imagens da pandemia. Foi, portanto, nas ruas que duas obras saltaram das redes sociais, ganharam projeção no discurso especializado nos últimos meses⁴ e parecem repercutir tendências já apontadas, consolidando o papel da arte na esfera pública e difundindo narrativas no debate político (Sant'Anna, Marcondes & Miranda, 2017).

Em agosto de 2020, circulou nas redes sociais uma série de vídeos mostrando uma carreata percorrendo a avenida Paulista em marcha à ré. O cortejo era organizado por pessoas que, com gestos de manobristas, trajavam macacões brancos e máscaras de paramentação médica. Ao fundo, ouvia-se um permanente ruído perturbador: o som dos respiradores utilizados nas unidades de tratamento da covid-19. Situado no palco das manifestações políticas de 2013 e 2016, o trajeto fazia também referência às carreatas de protesto contra o isolamento social que ocuparam a mesma via em abril de 2020. Num primeiro momento, as reações faziam crer se tratar de um novo protesto. O ato, no entanto, ganhou a imprensa e a crítica especializada e logo se pôde saber tratar-se de *performance* fílmica realizada pelo Teatro da Vertigem, idealizada em parceria com Nuno Ramos. Filmado por Eryk Rocha, o trabalho foi comissionado pela Bienal de Berlim e originalmente previa “uma procissão antifascista, pela liberdade de expressão e o livre pensamento, que percorreria uma avenida da cidade e terminaria em uma praça”, conforme depoimento de Antônio Araújo, diretor do Teatro da Vertigem, publicado no site da Escola de Comunicação e Arte da USP.⁵ Impedido o deslocamento pelo fechamento das fronteiras, a procissão antifascista se transformou, no Brasil, na anticarreata que rumava pela avenida Paulista em direção a seu clímax. Depois de passar pela frente de símbolos políticos da cidade, como o vão livre do Masp e o prédio da Fiesp, a carreata terminaria diante do cemitério da Consolação. Ali, emoldurada pelas colunas do pórtico de entrada, uma reprodução monumental de um dos desenhos da Série Trágica, de Flavio de Carvalho. A retomada da imagem de 1947, sob luz dramática e ao som do hino nacional tocado ao inverso, colocava ali, na entrada do cemitério da Consolação, a morte da mãe agonizante, clara referência ao grupo etário mais atingido pela covid-9, mas também referência à dor de vínculos familiares perdidos.

No Rio de Janeiro, chama a atenção a ação do coletivo Tupinambá Lambido de outubro do mesmo ano. Criado na esteira do OcupaMinc, como gesto de resistência ao fechamento do Ministério da Cultura pelo governo Temer e centrado no discurso de oposição a um estado de exceção, o coletivo ganhou as ruas do Rio de Janeiro a partir da confecção de lambe-lambes e a divulgação de imagens vocacionadamente políticas (Burocco, 2019). Formado por integrantes do Atrocidades Maravilhosas – um dos principais coletivos do Rio de Janeiro, na primeira década do século – e artistas que se mantêm no anonimato, o

Tupinambá Lambido povoou as ruas da cidade com imagens críticas que se referiam claramente à relação entre pandemia e tomadas de posição governamentais. Das imagens coladas nos muros da cidade, algumas chamam especial atenção. Em um dos cartazes, a silhueta de um homem nu, cortada pela faixa presidencial. No canto à esquerda, uma laranja amassada e uma caixa de hidroxicloroquina. Em outro cartaz, as palavras “sem sonho” e “sem saber” são envolvidas por onze figuras de coronavírus representados como personagens de *cartoons*, muito semelhantes às imagens veiculadas para explicar às crianças regras de higiene em tempos de pandemia. Fechava a série a imagem de uma criança negra, sentada à mesa. A testa encostada sobre a mão que sustenta a cabeça prostrada e segura uma colher diante do prato vazio. Palavras de ordem também estão incluídas no lambe-lambe: “Fora Bozo”; “Ouçam as mulheres”.

O que chama a atenção nas duas obras – construídas coletivamente, como tem chamado a atenção Ana Miranda (2020) – é o caráter político das duas intervenções sobre as cidades. De um lado, a anticarreata se coloca em clara inversão das manifestações de direita que ocuparam o país nos últimos meses. De outro, os lambe-lambes retomam deliberadamente discursos de movimentos artistas que têm se alastrado pelo país desde 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos 1970, Peter Burger construiu seu argumento sobre a autonomia da arte, discutindo o papel das vanguardas históricas na autocrítica do sistema de arte e sua aproximação da práxis vital pelo discurso contra a sociedade burguesa. Naquele período, o autor teve, ainda, relevância fundamental ao atribuir aos museus e às neovanguardas o papel de institucionalização e esvaziamento da eficácia crítica do discurso da arte contemporânea. Nos últimos anos, no entanto, o ressurgimento da crítica institucional no Brasil – ou, como prefere Izabela Pucu (2017), a constituição da instituição como crítica – parece fazer emergir novamente a função social da contestação nos discursos artísticos. Não por acaso, as imagens da pandemia que saltaram das ruas para os fóruns especializados de arte são os dois trabalhos aqui mencionados.

É certo que o debate é prematuro, que outras imagens da pandemia virão, que os museus as acolherão e que serão comercializadas no mercado de arte. É, no entanto, digno de nota, que no calor dos acontecimentos, as representações da covid-19 venham acionadas para marcar posições políticas. Ao que tudo indica, as duas obras são capazes de transformar em discursos imagéticos uma certa estrutura de sentimento, para usar expressão de Raymond Williams (2011), que vem se tornando hegemônica na arte contemporânea, mas que também é capaz de captar, da *práxis vital*, posições políticas que se somam às manifestações antifascistas mundo afora.

Recebido em 07/11/2020 | Aprovado em 06/05/2021

NOTAS

- 1 Cf: <https://edition.cnn.com/2020/03/25/health/coronavirus-covid-hospitals/index.html>. Acesso em 30 mar. 2020.
- 2 Cf: <https://www.worldometers.info/coronavirus/>. Acesso em 31 mar. 2020.
- 3 Depois de alcançar o pico em julho de 2020, a curva de mortalidade volta a apresentar, em novembro, os mesmo índices de abril. Cf: <https://www.worldometers.info/coronavirus/>. Acesso em 02 nov. 2020.
- 4 Cf: <https://wsimag.com/art/63727-tupinamba-lambido>. Acesso em 28 out. 2020.
- 5 Cf: <http://www3.eca.usp.br/noticias/professor-de-artes-c-nicas-realiza-performance-contra-negacionismo-do-governo-diante-da>. Acesso em 31 out. 2020.

Sabrina Parracho Sant'Anna é graduada em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre e doutora pelo PPGSA/UFRJ. Em 2019, concluiu pós-doutorado pela Universidade de Barcelona. Desde 2009, é professora associada do Departamento de Ciências Sociais e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, ambos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Coordena o Comitê de Pesquisa em Sociologia da Arte junto à SBS. É autora de *Construindo a memória do futuro: uma análise da fundação do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro*.

REFERÊNCIAS

- Altmann, Eliska, Scovino, Felipe & Sant'Anna, Sabrina Parracho. (2020). Arte e distopia: memórias futuras, entranhas e fissuras. *Arte & Ensaios*, 26/40, p. 311-317.
- Arendt, Hannah. (2016). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- Bourdieu, Pierre. (1996). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Becker, Howard. (2010). *Mundos da arte*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Bürger, Peter. (2008). *Teoria da vanguarda*. São Paulo: Cosac e Naify.
- Burocco, Laura. (2019). Atrocidades Maravilhosas e Tupinambá Lambido: ocupações imagéticas na cidade do Rio de Janeiro entre afeto, política e arte. *Pós: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da Escola de Belas Artes da UFMG*, 9/18, p. 172-198.
- Giddens, Anthony. (2002). O eu: segurança ontológica e ansiedade existencial. In: *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Goulart, Adriana da Costa. (2005). Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 12/1, p. 101-142.
- Huysen, Andreas. (2020). Behemoth levanta-se novamente: reflexões sobre o fascismo no século XXI. *Arte & Ensaios*, 26/40.
- Le Breton, David. (2003). *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. Campinas: Papirus.
- Mbembe, Achille. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018
- Miranda, Ana Carolina F.A. (2020). *Cotidiano como utopia: memória, política e autoria na arte colaborativa contemporânea*. Tese de Doutorado. PPGSA/Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Nascentes, Antenor. (1955). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

Pucu, Izabela. (2017). *Arte como trabalho (e vice-versa)*. Tese de Doutorado/PPGAV/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Sant'Anna, Sabrina Parracho; Marcondes, Guilherme & Miranda, Ana Carolina F.A. (2017). Arte e política: a consolidação da arte como agente na esfera pública. *Sociologia & Antropologia*, 7/3, p. 825-849.

Sant'Anna, Sabrina Parracho. (2019). Museus, cidades e crítica institucional: o Museu de Arte Contemporânea de Barcelona e o Museu de Arte do Rio em análise comparativa. *Todas as artes: revista luso-brasileira de arte e cultura*, 2.

Villas Bôas, Glauca. (2021). O saldo da pandemia: perspectivas de mudança para os museus de arte. *O público e o privado*, 38.

Williams, Raymond. (2011). *Cultura e materialismo*. São Paulo: Unesp.

**ONDE AGONIZAM OS MORTOS DA PANDEMIA?
APAGAMENTOS E DISPUTAS DE FUTURO NAS
NARRATIVAS IMAGÉTICAS DA COVID-19**

Resumo

Esta contribuição é resultado de reflexões desenvolvidas ao longo do período de isolamento social, a partir de levantamento de imagens na imprensa, nas exposições virtuais dos museus cariocas, na ArtRio e nos sites especializados em arte. De um lado, as imagens apresentam testemunhos e narrativas coletivas sobre o isolamento e a doença; de outro, implicam tomadas de posição política, em escopo ampliado.

Palavras-chave

Imagens da pandemia;
sociologia da arte;
arte e política.

**WHERE ARE THE DEAD OF THE PANDEMIC
AGONIZING? OBLIVIONS AND DISPUTES FOR THE
FUTURE IN COVID-19'S IMAGERY NARRATIVES**

Abstract

This text is the result of reflections developed during the period of social distancing, based on a research of images in the press, in virtual exhibitions of museums in Rio, on ArtRio and on sites specialized in art. On the one hand, the images present testimonies and collective narratives about isolation and illness; on the other hand, they imply the political positions, in an expanded scope.

Keywords

Pandemic images;
sociology of the arts;
art and politics.

Universidade Federal Fluminense (UFF), Departamento de Antropologia, Niterói, RJ, Brasil
renatagoncalves@id.uff.br
<https://orcid.org/0000-0002-5096-0259>

Renata de Sá Gonçalves¹

A CIÊNCIA E A POLÍTICA COMO VOCAÇÃO — O DISCURSO DE MERKEL E A PRIMEIRA ONDA DA PANDEMIA DE COVID-19 NA ALEMANHA¹

Este artigo pretende indicar apontamentos sobre a ciência e a política, tais como formuladas pelo sociólogo Max Weber, a partir da análise da condução e das primeiras medidas para a gestão da crise diante da pandemia da covid-19 em 2020, quando eclodiu a chamada primeira onda de infecções. Para tanto, o artigo se propõe a trazer um relato pessoal da experiência da pesquisadora brasileira na Alemanha no referido ano, em contraste com a dimensão no Brasil.

Em dezembro de 2019, eu e minha família nos mudamos para a cidade universitária de Tübingen, no sudoeste da Alemanha. Nesse lugar, e como estrangeira, estranhei muitas rotinas, modos de se relacionar e de estar no mundo. Uma nova vida em um lugar diferente pela língua, pelos hábitos e pelas sociabilidades nos ambientes que passei a frequentar.

A pequena cidade difere em escala da grande metrópole do Rio de Janeiro, de onde venho. Em Tübingen residem cerca de 90 mil habitantes, e a maior parte deles se vincula à vida da universidade. Desde nossa chegada, com o registro obrigatório no departamento para estrangeiros no escritório da municipalidade e a entrada na universidade, fomos acolhidos com orientações sobre serviços públicos, apoio educacional e dicas diversas sobre a vida na cidade. Meus filhos de cinco e dez anos ingressaram na creche e na escola pública perto de casa, a cinco minutos a pé.

Em março de 2020, tudo mudou por ali com a ameaça da doença causada pelo vírus SARS-Cov-2 ou novo coronavírus. A doença provocada pelo vírus

e identificada inicialmente na China se alastrava entre países de diversos continentes, e as suas consequências ainda pouco se conheciam. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou o estado da contaminação da doença causada pelo novo coronavírus como “pandemia” de covid-19. A mudança de classificação se deveu à disseminação geográfica rápida que apresentou níveis alarmantes de contaminação e a uma preocupação em atentar para a necessária ação imediata dos governos.

Naquele momento, eu e minha família passamos a viver as restrições sociais diárias de acordo com o isolamento social instaurado, com a suspensão de atividades presenciais nas escolas e na universidade. Apenas o comércio essencial, supermercados e farmácias, permaneceu em funcionamento. Assim se passou em outros países da Europa.

Naquele início de março de 2020, a Alemanha figurava entre os países mais afetados pela pandemia, com 12 mortes e mais de 8.000 casos confirmados. Com a identificação de um importante número de pessoas contaminadas e as necessárias medidas de controle, a chanceler Angela Merkel fez um pronunciamento² transmitido pela televisão em 18 de março de 2020, apelando para que a população levasse com muita seriedade a pandemia que estava em curso exponencial. Em suas palavras, a Alemanha enfrentaria os maiores desafios, comparáveis aos da Segunda Guerra Mundial, e a sociedade alemã deveria estar preparada para uma “ação solidária coletiva”.

Em tom sério e objetivo, Merkel destacou a gravidade e a extensão da crise sanitária mundial. Em suas palavras embasadas por pesquisas e projeções, e acompanhada pela declaração da OMS, Merkel explicava que o contágio poderia atingir até 70% da população e que medidas severas eram necessárias para que houvesse um progressivo e cauteloso programa de mitigação e de controle do vírus, mas também confiava na cooperação social mais ampla devido ao desafio econômico que se avizinhava.

Em contraste com a posição de outros chefes de Estado, Merkel desde cedo, diferenciou-se por não desprezar a escala do problema epidemiológico, político, econômico e social que se erguia. Para reduzir a velocidade de propagação do vírus, medidas foram tomadas como o fechamento de escolas, de vários estabelecimentos de comércio e de espaços públicos, sem contudo impor a quarentena compulsória a seus cidadãos.

O referido discurso ganharia destaque na mídia local e, também mundialmente, sendo citado com frequência desde então em reportagens e ganhando reconhecimento público, a exemplo do prêmio Discurso do Ano concedido pelo Departamento de Retórica Geral da Universidade de Tübingen.

Em comunicado no final de 2020³ feito pela Universidade de Tübingen, o júri do prêmio elegia o discurso da chanceler como o melhor daquele ano. Os especialistas em retórica destacaram que, no discurso televisivo, “Merkel demonstrou de maneira impressionante [...] como a razão, auxiliada pela retórica, pode

levar à ação, e como a boa retórica pode fomentar o sentimento de coesão na comunidade”. Na avaliação, os especialistas que formaram o júri afirmavam que o discurso histórico foi de importância central para o gerenciamento bem-sucedido da primeira onda da pandemia. “Esse discurso televisionado provavelmente influenciou diretamente a população alemã de uma forma que quase nenhum outro discurso dos últimos anos fez”. Os parâmetros de avaliação, englobavam eficácia, desempenho argumentativo e qualidade estilística da fala e avaliava todo o encadeamento lógico do locutor.

Como fio condutor, o discurso destacou a exigência de responsabilidade social. Merkel deixava claro que os regulamentos por si só não eram suficientes para conter a pandemia: “Todas as medidas governamentais seriam ineficazes se não utilizássemos os meios mais eficazes para evitar que o vírus se propagasse muito rapidamente: E somos nós mesmos”.

Como destacado pelo júri, Merkel se dirigiu repetidamente a grupos específicos da população de forma direta, criando proximidade, usando um amplo repertório de dispositivos retóricos estilísticos para enfatizar a gravidade da situação. Ela convincentemente trouxe sua própria experiência, usou sua própria biografia e autoridade para defender sua causa como oradora.

O discurso de Merkel também foi comparado às reações e aos discursos de outros chefes de governo europeus. Enquanto o francês Emmanuel Macron tendeu a fazer declarações autoritárias e metáforas de guerra radicais em seu primeiro discurso televisionado, e o inglês Boris Johnson tendeu a minimizar os perigos, a chanceler Merkel usou linguagem informativa, objetiva e argumentação cientificamente embasada. Ao fazê-lo, segundo o júri, gerou de forma exemplar o equilíbrio entre razão e empatia, conquistando grande reconhecimento internacional. Obteve assim um forte impacto emocional ao tornar claras as consequências da pandemia: “Não são apenas números abstratos nas estatísticas, mas um pai ou um avô, mãe ou avó, companheira, são gente. E somos uma comunidade em que cada vida e cada pessoa conta”.

Dois meses depois do pronunciamento de Merkel, já em 18 de maio, os números divulgados na Alemanha totalizavam 177.289 casos confirmados e 7.000 mortes, demonstrando a rapidez e agressividade do contágio, nessa chamada primeira onda da pandemia. O número de mortes, entretanto, permanecia proporcionalmente inferior ao dos países vizinhos europeus, sobretudo a Itália, a Espanha e a França, cujas taxas de letalidade se mostraram bem mais elevadas. Com as mortes numerosas na Itália, e o cenário mais positivo na Alemanha, a imprensa mundial passou a destacar este último como o país que melhor gestava a crise, ou um dos melhores lugares para se viver em um contexto mundial, já tomado pela pandemia.

Alguns aspectos foram levantados para os relativos bons resultados na Alemanha naquela ocasião. Um deles foi a capacidade de realização de testes em grande escala desde os primeiros casos em fevereiro, o que permitiu rastrear e prevenir novos contágios. Outro aspecto teria sido o bem estruturado sistema de ciência, o desenvolvimento de pesquisa nas distintas áreas, e a *expertise* e desenvolvimento tecnológico em saúde e medicina. E, ainda, a garantia de direitos básicos assegurados por uma política de bem-estar social mais ampla.

Se condições preexistentes ajudavam, houve ainda forte reforço em investimentos e melhorias de condições de saúde e de planos para assegurar a economia e a manutenção de empregos. Um plano imediato para ampliar a capacidade do sistema de saúde foi colocado em prática, mesmo diante do já bem estruturado sistema de saúde alemão, um dos mais fortes da Europa, com maior número de leitos e unidades de terapia intensiva em relação proporcional à população do país.

O novo desafio foi lidar com o controle da circulação mundial do novo coronavírus, e com sua potencial agressividade no contato com toda a população não imune. Como indicado pelos especialistas e pelo Instituto Robert Koch (RKI, agência responsável pela prevenção e controle de doenças na Alemanha), em acordo com os dados baseados na experiência dos outros países, a diminuição do contato social foi entendida como a medida mais eficiente para se evitar uma disseminação em massa e descontrolada do vírus. Caso contrário, não haveria chance para uma preparação mais adequada do sistema de saúde, com a demanda aumentada de atendimentos nos hospitais e a necessidade de mais profissionais.

Merkel destacou os epidemiologistas, os estatísticos, entre outros tantos cientistas dedicados aos estudos em permanente curso que orientam o modo de condução das decisões políticas por meio da transparência dos dados, da projeção dos riscos de saúde, econômicos, políticos, sociais e das possíveis alternativas. Com experiência e formação em pesquisa, e título de doutorado em química quântica, Merkel soube fazer um bom balanço entre o avanço e a cautela. A potencialidade da investigação científica em testar, comprovar, somava-se ao esforço necessário em não pular etapas e em cumprir o passo a passo para se chegar a resultados seguros. Cada passo pensado, debatido, e avaliado permitiu uma adequada análise dos limites que se impunham como necessários.

Como indica Speck (2020), os cientistas não tiveram somente forte presença na mídia, com *podcasts* diários que gozaram de ampla aceitação popular, mas também pautaram as decisões sobre a adaptação das medidas políticas para combater a pandemia. Outra influência de Angela Merkel foi a de imprimir um viés suprapartidário ao combate à pandemia. Como sugere Speck (2020: 242), ela conseguiu, junto com os governos locais, liderados por diferentes par-

tidos, conter a politização do tema. A política de combate ao vírus se tornou uma política de Estado, não de determinado partido político.

O mérito pessoal aferido a uma liderança que já está há 15 anos no governo é inquestionável. Mas também há um modo de situar a crise, que tem raízes sociais mais profundas. E aqui podemos nos aproximar de algumas ideias do sociólogo alemão Max Weber, especialmente, em dois de seus escritos “A ciência como vocação” e “A política como vocação”, publicados em 1919.⁴

Como destaca a socióloga Glaucia Villas Bôas (2008), as conferências seriam textos sobre questões da cultura moderna: a ciência e a política, a construção da nação alemã e de um estado nacional moderno, dependente da prontidão dos indivíduos de se engajar em tarefas que exigem autorrenúncia e distanciamento. Algumas ideias abrangentes de Weber nesses dois ensaios nos inspiram a compreender a racionalidade da ciência e da política referidas a uma equação dinâmica entre meios e fins.

Como afirmava Weber (1972a) na conferência “A ciência como vocação”, a própria prática científica contribui para a racionalidade humana, especialmente por promover o desenvolvimento de métodos de pensamento. A pesquisa pressupõe inspiração, mas também trabalho, método e rigor, e a consciência de que as verdades e descobertas não são permanentes, mas estão sempre em processo crítico de questionamento. A escolha que faz um cientista diante de um conjunto de decisões é assim ascética, autolimitada, assentada na ética da responsabilidade.

A racionalidade da ciência ocupou lugar central no tratamento dado na gestão da crise sanitária por parte de Merkel, cuja presença de dados e de pesquisas científicas foi levada a sério. Ao mesmo tempo, um tipo de racionalidade política a acompanhou.

Em “A política como vocação”, Weber (1972b) indicava como a racionalidade do sistema político depende de organizações políticas que balizam o poder individual e exercem o monopólio do poder de uma sociedade. Viver para a política ou viver da política são distinções necessárias à racionalidade do sistema político, cujo sucesso depende da ação especializada no desempenho e no conhecimento das organizações que limitam a atuação da política. O político que vive para a política, e não da política, representaria o tipo ideal no âmbito de atributos do político vocacionado com dedicação apaixonada a uma causa, movido pela clareza e pela conduta responsável em torno de ideais e utopias, e com senso de responsabilidade como guia de ação e de proporções.

O modelo alemão contemporâneo chama a atenção pela característica descentralizada da sua política: pouco poder para a federação, mais responsabilidades para as cidades e os estados federados. Há uma delimitação sobre o que é a função do governo central, dos estados e das cidades e uma dinâmica colaboração, com certas autonomias (certamente nem sempre bem equacionadas) entre cidades e estados. Além disso, a atuação e o reconhecimento da

sociedade civil não são menos relevantes. A confiança em uma relativa cooperação da população, destacada no referido pronunciamento de Merkel, se ancora na atuação das mais diversas organizações e associações locais, em bairros, em escolas, em municipalidades. As organizações estão não apenas nas capitais, mas também em pequenas cidades e em zonas rurais.

E aqui chegamos a um ponto importante: a capilaridade das tomadas de decisões que, horizontalizadas, podem ressoar diversamente, tanto positivamente, como de forma reativa. Senti pessoalmente esse forte aspecto de decisões compartilhadas no meu dia a dia. No mural do prédio onde eu residia, um morador afixou um bilhete com a oferta de ajuda para compras e o contato telefônico para realizar essa tarefa para os vizinhos que desejassem. Na caixa de correspondência, panfletos da associação do bairro com telefones de apoio psicológico. Campanhas dos lares de idosos sugeriam que as crianças fizessem cartões para alegrar os avós. Os serviços de atendimento médico por telefone e a possibilidade de realizar consultas a distância para receber orientações e realizar testes rápidos em estações de atendimento ao público a que se pode ir com facilidade foram divulgados amplamente.

No início do mês de maio de 2020, mediante estudos e índices que comprovariam um determinado controle da contaminação pelo vírus, a chanceler se reuniu com os representantes dos estados para implementar o início do relaxamento de algumas medidas. Um novo plano passou a ser organizado em cada estado, e localmente em cada cidade. A interpretação dos dados em cada estado e cidade balizava o quanto se poderia ou não relaxar algumas restrições, como e quando fazê-lo. Medidas de distância entre pessoas e do uso obrigatório de máscaras em lojas e transporte público foram adotadas.

Alguns segmentos da escola de educação básica começaram a retornar com atividades presenciais, horários reduzidos e número limitado de pessoas, mediante o cumprimento de medidas específicas de higiene. A universidade passou a enviar mensagens mais frequentes com orientações diversas sobre novas organizações e fóruns de discussões para as atividades que seriam realizadas a distância, com o permanente monitoramento das possibilidades futuras dentro dos limites a ser adotados.

Sentimentos contrastantes conviviam numa arena disputada. O sentimento de segurança e o de reconforto se mostraram presentes na experiência local, de cada um, no seu cotidiano de relações. Um ponto muito caro a uma população que rejeita a limitação de liberdades conquistadas e lembradas ao longo de sua história e tem na garantia da liberdade um valor central a ser constantemente protegido e reforçado nas atitudes de adesão e respeito às necessidades de cada um e de todos e do fortalecimento de ações solidárias para mitigar as perdas de renda e de oportunidades de trabalho.

Em paralelo, uma indisposição quanto às medidas restritivas deu também lugar a reações de rejeição ao controle social, à resistência à centralização

de decisões. Houve a presença de manifestantes reagindo contra as restrições, o confinamento, as vacinas, por meio de passeatas contra o que alegavam ser limites à liberdade de expressão individual. A oposição a tais medidas se tornou mais difundida entre a população desde o primeiro confinamento coletivo, em março e abril daquele ano. Para muitos, o medo inicial de se contaminar com o vírus, deu lugar a temores quanto às consequências econômicas de uma paralisação prolongada.

Houve ainda reação, como descrito por Speck (2020), que levou ao extremismo de direita, como a do partido AfD, cujos representantes tentaram capitalizar politicamente em cima das medidas de restrição de circulação e da desaceleração abrupta das atividades econômicas. Alguns participaram de protestos organizados por negacionistas. A tônica era ‘antiEstado’, em defesa da liberdade individual. Mas como alerta Speck, o resultado dessas investidas do AfD era pífio, talvez porque o ideário das liberdades individuais não ressoou com os ativistas do AfD. Como esclarece o autor, em outros tempos, o partido apregou exatamente o contrário: a subordinação do indivíduo e da igualdade cidadã aos interesses do “povo alemão”.

Em meio a toda essa conquista como descreveu Merkel naquela primeira fase da crise epidemiológica: “caminhamos sobre uma fina camada de gelo”, o que demonstrava não ser possível dar a guerra por vencida, quando ela ainda estava em pleno curso e longe de seu fim.

O conforto e a objetividade no tratamento da primeira onda, os bons resultados na redução do número de infectados e um relativo controle da situação, com medidas de testagem em massa e rastreamento de casos, garantiram um verão com relaxamento de restrições, viabilizando mais encontros, abertura de comércio, bares, restaurantes, piscinas públicas, viagens de turismo, retorno a muitas atividades em espaços e clubes recreativos e a volta às atividades nas escolas.

Uma aparente conquista que marcou o fim do primeiro semestre de 2020 na Alemanha e seu bom desempenho na gestão de uma crise que parecia mais controlada, tomaria outra feição nos meses de setembro de 2020, após o verão, quando as infecções voltariam a subir. A população e os governos locais já demonstravam mais desacordos e visíveis tensões impactavam o objetivo comum de medidas restritivas coordenadas. A descentralização dos estados também indicava medidas distintas e problemas na abordagem e decisões ao longo de uma pandemia que se já se estendia para além do imaginado. A fina camada de gelo parecia se romper. E novas ondas se aproximavam.

A chamada segunda onda se avolumava após o verão europeu. A falsa sensação de segurança teria permitido que os governos locais, mesmo sob apelo de Merkel, tivessem sido condescendentes no afrouxamento precoce das medidas de controle. No final de outubro, um acordo com o governo federal definiu o fechamento dos bares e restaurantes por um mês. Os contatos seriam

limitados a duas unidades familiares. As escolas e o comércio ficariam fechados, com a expectativa de reabertura no Natal.

Em meados de dezembro de 2020, nove meses após decretada a pandemia pela OMS, a Alemanha somava cerca de 23.000 mortos entre seus 83 milhões de habitantes. O aumento exponencial dos contágios causava preocupação e forçou a mais uma paralisação das atividades, restringindo e regrido até as festas familiares de fim de ano. Em dezembro de 2020, a incidência no país era maior que na França e Espanha, e próxima à do Reino Unido, conforme os dados do Centro Europeu para o Controle de Enfermidades.

Merkel nessa situação, novamente, com um discurso emocionado, divulgado no início de dezembro, informava que o governo federal estava promovendo responsabilidade e união, e lutaria com grande comprometimento pessoal para garantir que os residentes na Alemanha “como sociedade”, enfrentassem consistentemente a ameaça representada pela pandemia.

Diante desta trágica pandemia, poderíamos pensar que estamos todos no mesmo barco. Mas, não. As realidades do norte ou do sul do globo são muito distintas, resultadas de processos sócio-históricos próprios. Na Alemanha, a execução de ações descentralizadas vêm em seu favor engendrando a capilaridade de modos de organização e de tomada de decisões. O poder central coordena e não impõe as regras propostas. Não é necessariamente um modelo a ser copiado e reproduzido, tampouco isento de conflitos e tensões frequentes, mas bom para pensar.

Os países da América do Sul têm seguido trilhas bem mais tortuosas, por sua tradição histórica, os processos de colonização, os violentos processos de ocupação de territórios e de desigualdades sociais de longa data. No Brasil, país com escala continental com uma população de 209,5 milhões de habitantes e com enormes diversidades sociais, culturais, étnicas, a gestão da pandemia nos leva a desafios imensos e ao encontro de paradoxos e ambivalências socioculturais já estruturais.

De um lado, o país apresenta forte atuação na pesquisa científica, incluindo a produção de conhecimento e de tratamento de doenças endêmicas, a exemplo da atuação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde, a mais destacada instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina, e também das universidades públicas que se espalham por todo o país (ainda que diante de menos investimentos sistemáticos). De outro lado, há o país que é atravessado pela “política para si”, que ameaça o espírito crítico e científico, a liberdade de pensamento e as responsabilidades.⁵

Racionalidades outras são presentes no sul do globo. Em texto recente publicado por Els Lagrou (2020), ao dar lugar aos Huni Kuin do Acre e do leste da floresta amazônica peruana, a antropóloga nos apresenta filosofias ameríndias, ontologias relacionais dessas minorias indígenas que habitam a América do Sul, como uma forma alternativa e mais global de compreender o universo

da floresta habitado por uma multiplicidade de espécies que são sujeitos e negociam seu direito ao espaço e à própria vida. Outros estudos no âmbito das religiões afro-brasileiras, apontam para a sua imensa variedade e criatividade nas formas relacionais de compreensão do mundo, não havendo pois a existência de algo como uma doutrina unívoca. Nas grandes cidades brasileiras, líderes comunitários atuam de forma corajosa, coordenada e eficiente, distribuindo tarefas e papéis na organização de medidas de proteção e ajuda a moradores de seus bairros e favelas.

Os Kuikuro, no Alto Xingu,⁶ diante da gravidade da pandemia negada pelo governo e subestimada por muitas pessoas no Brasil, adotaram medidas de isolamento e restrições de contato localmente, fizeram campanhas visando arrecadar recursos para suprimentos médicos e usaram sua experiência com um surto de sarampo para enfrentar o coronavírus. Construíram uma casa de isolamento. Ao mesmo tempo, procuraram parcerias com pesquisadores de universidades, por exemplo, o Museu Paraense Emílio Goeldi, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a organização People's Palace Project no Reino Unido e também a Pennywise Foundation dos Estados Unidos.

As políticas, no seu sentido mais amplo, que em alguns âmbitos são ricas e complexas, em outros são esmagadas pela irresponsabilidade ou por completo descaso. Em meio à falta de ações e medidas coordenadas de governo, o Brasil na metade do mês de maio de 2020 registrava 13.149 mortes causadas pelo novo coronavírus, número que cresceu exponencialmente com perto de 200 mil casos confirmados da doença naquele momento. Diante da omissão deliberada do atual governo e de negação ou de distorção das evidências científicas, cuja tradição atravessa distintas esferas, a doença atingiu fortemente os centros urbanos, sendo especialmente crescente em periferias e favelas, mas também avançou tragicamente em meio a comunidades tradicionais e a populações indígenas. Em março de 2021, o Brasil enfrentava o pior momento da pandemia até ali, com índices de contaminação elevados e número de pessoas que morreram em decorrência da doença do coronavírus que ultrapassa 300.000.

Desde o início da pandemia em 2020, e ao longo de todo o ano que seguiu, o governo brasileiro negligenciou e mesmo impediu ações coordenadas pelo Ministério da Saúde que passou por quatro mudanças de ministro ao longo deste período. Os pronunciamentos oficiais e informais do presidente brasileiro quanto à gestão da crise sanitária no Brasil se destacaram nas manchetes dos jornais da imprensa brasileira e internacional pela negligência e pelo aumento descontrolado dos casos, pela omissão, pelo negacionismo expresso nos seus discursos, em que alegou sistematicamente não se tratar de uma pandemia, não haver necessidade de restrições como as medidas de isolamento ou distanciamento. Tratamentos e o uso de medicamentos comprovadamente ineficazes foram sistematicamente divulgados nos seus pronunciamentos e ações.

Mais do que isso, conforme estudo publicado em janeiro de 2021,⁷ foram produzidos milhares de atos de obstrução das respostas locais, incluindo os relativos à retenção de recursos financeiros e à propaganda contra a saúde pública. Segundo dados levantados pelo estudo, o governo federal sistematicamente incitou a população à exposição do vírus, desacreditou as autoridades sanitárias, disseminou informações falsas sobre saúde, como a existência de tratamento precoce não comprovado para a covid-19, e estimulou a desobediência às recomendações de saúde pública elementares para a contenção do vírus, como usar máscaras, evitar aglomerações e respeitar as medidas de quarentena.

As alternativas sociais mais capilares, relacionais, talvez sejam as que devem ser mais cuidadas e as que potencializam ações mais dinâmicas, participativas e adequadas a cada realidade. Como refletia Weber, a ciência contribui para o “ganho da clareza” sobre si e sobre os processos sociais. Que a clareza possa ser conquistada em cada uma das partes deste imenso planeta. E as experiências sociais possam abrigar horizontes alternativos.

Recebido em 06/11/2020 | Revisto em 06/04/2021 | Aprovado em 21/05/2021

Renata de Sá Gonçalves é professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Foi professora visitante no Interdisciplinary Centre for Global South Studies da Universität Tübingen, na Alemanha (2020-2021). É coordenadora do Núcleo de Antropologia das Artes, Rituais e Sociabilidades Urbanas (Narua/UFF). É atualmente coordenadora do Comitê de Patrimônio e Museus da Associação Brasileira de Antropologia (2021-2022). Publicou recentemente “Walking through Rio de Janeiro’s Little Africa: places and contested borders” e, em coautoria, *A antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus e Carnaval sem fronteiras. As escolas de samba e suas artes mundo afora.*

NOTAS

- 1 Agradeço aos pareceristas anônimos as sugestivas contribuições para a versão atual do artigo e à equipe do Interdisciplinary Centre for Global South Studies da Universidade de Tübingen, na Alemanha, o acolhimento ao longo de pós-doutorado em 2019 e 2020.
- 2 Vídeo do discurso disponível em: <https://youtu.be/caUF-MAipVYI>. Acesso em 9 jun. 2020.
- 3 Notícia da Universidade de Tübingen sobre a indicação do melhor discurso de ano. Disponível em: <https://uni-tuebingen.de/universitaet/aktuelles-und-publikationen/newsfullview-aktuell/article/es-ist-ernst-nehmen-sie-es-auch-ernst/>. Acesso em 18 dez. 2020.
- 4 Segundo Villas Bôas (2008), questiona-se se Max Weber pronunciou as conferências “Ciência como vocação” e “Política como vocação” em 1918 ou consecutivamente em 1917 e 1918. Estudiosos de Weber concordam que as duas conferências foram dirigidas aos jovens estudantes alemães da Associação dos Estudantes Livres da Baviera, que convidou o mestre e promoveu os dois eventos na Universidade de Munique. Fatos históricos relevantes haviam modificado o destino político e geopolítico da Europa naqueles anos. O Segundo Império alemão sofrera uma grave derrota militar, enquanto a Revolução de Outubro fora vitoriosa na Rússia; desfizeram-se as monarquias e os impérios austro-húngaro, germano e turco-otomano.
- 5 Interessa lembrar, como formulado pela socióloga Villas Bôas (2014: 17), que a recepção de algumas proposições de Weber na sociologia brasileira é caracterizada ora pelo silêncio, ora pelo desinteresse – “Uma parte notável da intelectualidade brasileira almejava transformar o país em uma sociedade moderna. [...] Se apostaram em valores, esses foram os valores da liberdade de fazer uso da ciência para agir de acordo com seus resultados, certamente uma tarefa cuja realização exigia seguir direção contrária ao ascetismo e à autolimitação”.
- 6 Segundo os dados publicados na reportagem, “mais de 45 mil casos de covid-19 e 622 mortes foram registrados entre indígenas no Brasil, de acordo com dados oficiais da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai). A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), entretanto, afirma que os números são bem mais altos e contabilizou 1.022 mor-

tes e pelo menos 51 mil casos até terça (23/03/2021). Publicado pela BBC News em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2021/03/28/indigenas-kuikoro-veneceram-pandemia-com-base-na-ciencia-e-financiamento-coletivo.htm>. Acesso em 28 mar. 2021.

- 7 As 3.049 normas relativas à covid-19 coletadas pelo referido levantamento no âmbito da União constituem um acervo normativo que resulta do embate entre a estratégia de propagação do vírus conduzida de forma sistemática pelo governo federal e as tentativas de resistência dos demais poderes, dos entes federativos, de instituições independentes e da sociedade (Cepedisa & Conectas, 2021).

REFERÊNCIAS

Cepedisa (Centro de Pesquisa de Direito Sanitário) & ONG Conectas Direitos Humanos. (2021). Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil. *Boletim Direitos na Pandemia*, 10.

Lagrou, Els. (2020). Nisun: a vingança do povo morcego e o que ele pode nos ensinar sobre o novo coronavírus. Disponível em <https://blogbvps.wordpress.com/2020/04/13/nisun-a-vinganca-do-povo-morcego-e-o-que-ele-pode-nos-ensinar-sobre-o-novo-corona-virus-por-els-lagrou/>. Acesso em 20 jun. 2020.

Speck, Bruno Wilhelm. (2020). A pandemia e a extrema-direita na Alemanha. In: Grossi, Miriam Pillar & Toniol, Rodrigo (orgs.). *Cientistas sociais e o coronavírus [recurso eletrônico]*. São Paulo/ Florianópolis: Anpocs/Tribo da Ilha.

Villas Bôas, Gláucia. (2014). A recepção controversa de Max Weber no Brasil (1940-1980). *Dados*, 57/1, p. 5-33.

Villas Bôas, Gláucia. (2008). Weber entre duas vocações. *Cult, Revista Brasileira de Cultura*, 11/124, p. 58-61. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/max-weber-entre-duas-vocacoes/>. Acesso em 20 jun. 2020.

Weber, Max. (1972a). A ciência como vocação. In: *Ciência e política: duas vocações*. Trad. Leonidas Hegenber e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix.

Weber, Max. (1972b). A política como vocação. In: *Ciência e política: duas vocações*. Trad. Leonidas Hegenber e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix.

**A CIÊNCIA E A POLÍTICA COMO VOCAÇÃO
–O DISCURSO DE MERKEL E A PRIMEIRA ONDA
DA PANDEMIA DE COVID-19 NA ALEMANHA**

Palavras-chave

Ciência,
política;
Alemanha;
covid-19.

Resumo

O texto se propõe a analisar a gestão da crise da covid-19 no ano de 2020 estabelecendo alguns pontos de destaque da condução pública da chanceler Angela Merkel na Alemanha, em diálogo com as conferências clássicas de Max Weber “A ciência como vocação” e “A política como vocação” de 1919. Por fim, possibilita alguns aspectos de contraste com a condução da pandemia nos países do Sul no Global, especialmente no Brasil, tanto na sua produção coletiva e criativa, quanto na sua forma de negligência à ciência e à política presentes na condução do atual presidente.

**SCIENCE AND POLITICS AS A VOCATION
–MERKEL’S SPEECH AND THE FIRST WAVE
OF THE COVID-19 PANDEMIC IN GERMANY**

Keywords

Science;
politics;
Germany;
covid-19.

Abstract

The text proposes to analyze the management of the covid-19 crisis in the year 2020 by establishing some highlights of the public conduct of Chancellor Angela Merkel in Germany, and in dialogue with Max Weber’s classic conferences “Science as a vocation” and “Politics as a vocation” of 1919. Finally, it allows for some contrasting aspects with the pandemic’s conduct in the Global South, especially in Brazil, both in its collective and creative production, and in its neglect of science and politics, in the conduct of the current president.

¹ Princeton University, Global Health Program, Princeton,
New Jersey
arbelgriner@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7641-3686>

Arbel Griner¹

PANDEMIA, FARMACOLOGIA E BIOPODER — OU SOBRE MEU ENCONTRO COM O SARS-COV2 E ROSA B.

Conheci Rosa B. em meados de abril, por intermédio de um aplicativo. Eu, em Princeton, Estados Unidos. Ela, em algum lugar das redondezas. Trocamos algumas mensagens, mas ela manteve seu sobrenome anônimo. Foi o vírus que nos aproximou.

Como Rosa B., o vírus tem nome cifrado, mas diferentemente dela, tem a pertença genealógica registrada. Uma comissão internacional de taxonomistas o batizou. O singularizou. SARS-CovUrbani, SARS-Cov-2 Wuhan-Hu-1, são exemplos de indivíduos virais distintos, porém geneticamente relacionados. O nome indica o parentesco com famílias virais já identificadas, o hospedeiro, o local e a data de identificação. A lógica inscrita na nomenclatura é que, quanto mais individualizado, mais adequadamente o vírus poderá ser tratado.

Irônico. Para o vírus, nome digno de realeza, com todos os sobrenomes e pertenças sublinhados. Para Rosa, a inespecificidade de um B e um ponto. O que seu B. ocultará? Por que ela opta por manter a anonimidade da letra. e, ao mesmo tempo, a sua própria? Qual será sua pertença genealógica, as geografias de suas vivências e as marcas de privilégios e desprivilégios que imprimem sobre seu corpo?

Como um ente distinto, que rastreamos, isolamos, responsabilizamos e combatemos, o vírus existe há menos de 120 anos (Booss & August, 2013). Só então, entre a ciência, os empreendimentos imperialistas e as campanhas militares, tornou-se visível. Mas a noção de que os corpos adoecem em contato

uns com os outros é antiga. A palavra latina *Contagium* – união, junção de elementos entre si – traduz essa conexão. O vírus se torna visível quando afeta as economias e as relações humanas. Estima-se que nossa biologia, erguida sobre cerca de 23 mil genes, abrigue também algo como oito milhões de genes de micróbios (Benezra, 2018), entre eles, os vírus (Wolf, 2015; Moya & Brocal, 2018). Trata-se do que hoje se chama de viroma humano. Somos sistemas microbiais. Ecosistemas. E um dentre muitos vírus que nos compõem só ganha identidade distinta quando afeta consideravelmente nossa biologia, práticas e modos de organização. Singularizamos o vírus – e ele nos coletiviza. Para o vírus, mapeamentos genéticos e nome diferencial. Para “a humanidade”, uma doença global: a covid-19 (World Health Organization, 2020). Para a humanidade! – vale repetir, pois, conforme nos lembra Ailton Krenak (2020: 03) na nova edição de seu *Ideias para adiar o fim do mundo*, este vírus discrimina os humanos, ceifando apenas suas vidas, e de nenhuma outra criatura.

É a doença, portanto, ou os efeitos do vírus sobre os corpos num determinado tempo e ambiente que nos aproximam; que deixam mais evidente nossa interdependência e também nos lembram de nossa própria finitude frente à fragilidade da biologia alheia. Foi assim comigo e Rosa B. Entre oito bilhões de pessoas, na presença da doença, ela se tornou visível para mim. Trancafiada em casa, trabalhando e consumindo pela internet, aprendi a navegar um aplicativo de compras, enchi um carrinho virtual, inseri os dados do cartão de crédito e agendei um horário de entrega. Custou, mas consegui. Sábado, entre 9h e 11h da manhã. Rosa B. faria minhas compras e as entregaria.

Difícil olhar para a pandemia como potência positiva; não focar em seu poder destrutivo e nos desdobramentos negativos e duradouros que já a vemos trazer. Se a covid-19 tem um potencial, no entanto, parece ser o de iluminar os mecanismos de inclusão e exclusão que nossos sistemas biopolíticos, aqueles articulados em nome da vida e do capital, engendram. Devemos olhar e registrá-los atentamente; documentar e explorá-los analítica e politicamente. Como se assistíssemos às denúncias sociais de *Ilha das Flores*, de Jorge Furtado (1989), ou *Parasita*, de Bong Joon Ho (2019), e devêssemos ao privilégio que constatamos ter – e que se escancara diante de nós – não esquecer os detalhes do enredo. Na pandemia, a grande “humanidade adoecida” também pode ser decomposta em suas diferenças e singularidades. Rosa B. e eu: cada uma de um lado do aplicativo. Eu no meu *home office*. Ela, percorrendo as seções do supermercado quando tudo é ainda tão assustador; quando a doença mancha a cada dia mais um país nos mapas dinâmicos da internet; quando ainda parecemos igualmente vulneráveis ao vírus. Se hoje precaução, zelo e responsabilidade me definem, o que definiria Rosa B.? Coragem? Desamparo? Sobrevivência? O vírus é proteína e é política. É proteína política.

Pensando sobre a pandemia em maio de 2020, imaginar modos de governança que considerem vidas plurais parece um dos maiores desafios. É um

exercício que se torna mais complexo à medida que consideramos que as forças que influenciam possibilidades de existência não emanam de uma única (ou pura) fonte de poder. É um esforço demandante que se coloca, portanto, aos gestores públicos, mas também à sociedade, em seu sentido lato e histórico. No caso dos cientistas e analistas sociais, exige que calibremos nosso instrumental teórico à luz do holofote que a pandemia oferece. Nesse sentido, talvez precisemos pensar em *biopolíticas*, no plural, diferentemente da forma usual – e no singular – como vejo o termo empregado em análises relativas à pandemia.¹ Mais profícuo ainda, talvez fosse acompanharmos o complexo emaranhado de onde emanam as *biopolíticas* ou, como nos sugerem Paul Rabinow e Nikolas Rose (2006), perguntarmo-nos onde está hoje o *biopoder*.

Cunhados por Michel Foucault (1926-1984), os termos *biopoder* e *biopolítica* compõem uma teia de articulações que o filósofo tece para descrever a emergência do estado e as ideias de sociedade moderna e de um direito à vida que o fundamentam.² Enquanto o poder centralizado era exercido pelo monarca absolutista, reiterava-se com rituais de morte que relembavam aos súditos pompa, intermitente e exemplarmente – que a vida de um vassalo pertencia ao rei. Com a degola do absolutismo, surge uma outra estrutura de poder, que se organiza em torno do Estado em termos de *governamentalidade*, e que Foucault chama *biopoder* – justamente porque se exerce em nome e em função da vida como novo elemento articulador. Não que as populações tenham deixado de morrer. Morrem muito, mas em nome de (e sob) regimes que prometem defender suas vidas – assegurando atribuir a todas igual valor – e contra os quais tais populações podem se rebelar se a promessa for descumprida.

Em defesa da vida, segue Foucault, abre-se um espaço político: *biopolítico*; um campo de estratégias e disputas para gerir questões ligadas à vitalidade dos corpos individual e social – seus processos de nascimento, reprodução, amadurecimento, morbidade (doenças) e mortalidade. *Biopolíticas* englobam as negociações em que se definem problemas a priorizar, áreas de *expertise* a ouvir a seu respeito, protocolos a seguir na gestão da vida. É, portanto, o conceito da hora porque se refere ao espaço de contestações que ora se evidencia, e o âmbito em que se definem as abordagens para lidar com a covid-19. Trata-se de um processo dinâmico que só pode ser narrado – sobretudo com um desfecho – *a posteriori*, mas que se baseará na reprodução de desigualdades, e redefinirá os contornos da sociedade em si; de *quem*, nos termos de Foucault (1978: 138), se fará viver ou deixará morrer.

Em defesa da minha vida, fico em casa. Em defesa da sua, Rosa B. vai ao mercado por mim. Numa economia moral perversa e enraizada, a política que eu abraço rejeita a sobrevivência física de Rosa B., que ganha um percentual sobre as compras que faço. Depois de entregar minha encomenda, ela corre, em seu próprio carro, sem luva ou máscara, para atender ao cliente do próximo horário e ganhar mais uns trocos. A defesa da vida revela existências e estra-

tégias de sobrevivência desiguais, e, no plano da governamentalidade, fala de um poder fragmentado, que não implica exclusivamente um inequívoco “governo central”.

O processo de implementação da política de combate à aids no Brasil, entre meados da década de 1990 e início dos anos 2000, fornece um bom exemplo, sobretudo a reflexão etnográfica de João Biehl (2007b), que acompanha o trânsito de um *biopoder* fragmentado e disputado, e as *biopolíticas* que implementa. O trabalho de Biehl diagnostica a *farmaceuticalização* de nossa saúde pública. Trata-se de uma noção de saúde crescentemente centrada na dispensação de remédios, na individualização dos cuidados (cuja gestão, mesmo no sistema público, se relega cada vez mais ao indivíduo), na descentralização dos recursos e das estruturas que a provêm e na transição do direito humano à saúde ao direito biológico a medicamentos.

A *farmaceuticalização* da saúde pública (Biehl 2007a; 2007b) fala, ao mesmo tempo, de um Estado em retração e da participação (e projeção) de instâncias que colaboram para a produção de soluções medicamentosas na arena do *biopoder* – e podemos pensar aí nas farmacêuticas multinacionais como força de peso, mas também na ciência, que lê e reproduz os corpos de forma cada vez mais molecularizada, na própria biomedicina e na indústria de medicamentos estatal. Uma das especificidades do Estado moderno, que se consolida ao longo dos séculos XVIII e XIX, nos lembram Rabinow e Rose (2006: 203), é seu desenvolvimento em diálogo com “[...] aparatos de saberes e de problematização [que] exercerão demandas sobre poderes centrais e os constrangerão”.³ Apesar do discurso nacionalista que adota a atual situação no Brasil, de sua postura agressiva em relação a organismos internacionais como a Organização Mundial para a Saúde (OMS), o Estado que forja não parece rumar à estatização. Na prática, quanto mais liberal seu regime, mais dependente será dos aparatos de saber / poder que o sustentam.

Biehl mostra, portanto, que políticas públicas são forjadas nos vazios que se formam entre interesses, discursos e possibilidades de ação de forças diversas. Ele expõe um Estado que, no início do século XXI, responde a uma agenda global neoliberal, negocia com bancos internacionais para desenvolvimento e assina acordos de propriedade intelectual que beneficiam potências mundiais; mas que também se organiza em torno de modelos de ação e demandas que vêm da sociedade civil. Trata-se de um Estado que privatiza, terceiriza, desinveste em infraestrutura, repassa recursos enxutos para gestão e dispêndio por outros entes da federação, e relega articulação e cuidados à sociedade civil organizada; mas que, ao mesmo tempo, ameaça quebrar patentes no cenário internacional em nome de sua soberania e em defesa da vida de seus cidadãos.

Apesar de enfatizar sua falta de apreço pelas ciências humanas, se lesse algumas das pesquisas produzidas nesse âmbito, o regime de hoje talvez identificasse que a projeção do Brasil no cenário internacional como caso-mo-

delo para a lida com a aids só se deu depois de quase 20 anos de pesquisa que levaram aos antirretrovirais. O Executivo também talvez se reconhecesse, então, como parte de uma cena que sistematicamente esvaziou modelos que priorizam prevenção e cuidados, enquanto investiu na concepção de saúde pública como manejo de doenças. Quando não há cura, o zelo pelo “direito à vida” depende de saúde comunitária, de leitos, médicos e clínicas proporcionalmente distribuídos por todo o país, pesquisa e poupança – poupança em seguridade social, em testes e possibilidades de atendimentos. A descentralização da saúde no Brasil dispersa a coordenação de tais investimentos. Como mostra Biehl, ela amplia a possibilidade de má-gestão de dados (Biehl, 2007b) e de falhas na dispensação de remédios ditos essenciais (Biehl, 2013). No caso da covid-19, ela tem sido uma das brechas em que o governo central se autoexime diante da pandemia e da apropriação indevida de orçamentos por governos estaduais, e em que se desdobram, contestam e disputam apostas em vacinas, entre outros. Não se trata, portanto, de um estado completamente ausente, mas de uma instância de concentração de poder que aprendeu a improvisar.

Sim, é verdade que a pandemia tem sido usada para reiterar nacionalismos e acionar mecanismos de exceção (Caduff, 2020), levando sua implementação repressora ao nível biológico, como indica, por exemplo, Paul Preciado (2020), numa das reflexões mais inspiradoras que li sobre a covid-19. Do fechamento de fronteiras aos toques de recolher, passando pelas restrições ao direito de ir e vir e pelos cortes em conquistas trabalhistas, muito do que se justifica em nome da nação num momento como o que vivemos impacta de forma inclemente e desigual as vivências e os corpos. Enquanto eu escrevia o primeiro esboço desta reflexão, entre abril e maio de 2020, a “nação” era evocada e exaltada por pessoas revolvidas em bandeiras brasileiras que gritavam palavras de ordem contra a democracia e a ciência em Brasília. O regime que promete protegê-las não apenas as incitava a se expor nas ruas, como tossia perdígotos sobre suas cabeças, e em vez de tratar a pandemia como problema sério e desafiador que é, usava-a como subterfúgio para desviar a atenção de intervenções indevidas na polícia federal e nas leis de proteção ao meio ambiente, entre outras. Mas enquanto os holofotes estão sobre o governo federal, é importante não perder de vista – ou deixar se tornarem invisíveis – os aparatos de saber/poder que encontram espaço e função nessa cena nacionalista. No caso da saúde, sugere Joseph Dumit (2018), onde a lógica farmacêutica já estiver institucionalizada, ela terá de resistir ser reduzida ao tamanho do mercado que a população local representar.

Antes entendida como ausência de doença, a saúde hoje, em muitas partes do mundo, tende a se praticar como manejo da cronicidade e prevenção de risco via medicamentos (Dumit, 2012). Enquanto o tratamento ou prevenção farmacológica para a covid-19 não vem, é neste contexto de interlocução e brechas que a *farmaceuticalização* como aparato normalizador (do fetiche; das vidas)

encontra espaço. Em termos estatais, talvez fiquemos menos inventivos, e nos vejamos com as mãos atadas até a salvação farmacológica chegar. Já no que diz respeito aos interesses e modos de operação da indústria farmacêutica, este é o momento para o escoamento de remédios engavetados e da potencialização de lucros sobre substâncias já comercializadas. Não esqueçamos da corrida para liberar o uso da cloroquina para no tratamento da covid-19; assim como da aprovação expedita para testes com Remdesivir, de um laboratório americano, entre outros. Com a crise econômica que chegou e vai ficar, é em países com estruturas mais precárias que novos e antigos produtos serão testados, reiterando, nas palavras da também antropóloga Adriana Petryna (2005), uma *variabilidade ética* que relativiza protocolos e pratica desigualmente a proteção a sujeitos de pesquisa no mundo global. Em troca de um pagamento e precisando de cuidados, talvez, no futuro, Rosa B. possa participar de um ensaio clínico. Em defesa de sua vida, um governo deveria ter reservas de mecanismos para protegê-la.

Em tempos de covid-19, como no início da aids, o Estado demora a reconhecer a pandemia como problema, não coordena ações de combate com estados e municípios, e falha em oferecer prevenção. Sem testes, mecanismos abrangentes e coordenados de monitoramento, rastreamento de contatos e cuidado contínuo, é impossível mapear o fluxo da doença e dar cara a seus efeitos. No caso da aids, no Brasil, tardiamente encarada, se espalhou das grandes cidades para o interior. Começou masculina e urbana, se espalhou e endemizou na periferia, e se feminizou, contaminando cada vez mais mulheres e, verticalmente, as crianças que gestavam.

O livro de Biehl (2007b) indica que, gerir a saúde farmacologicamente, de maneira perene, passou a ser parte de uma série essencial de práticas que legitimam a cidadania. É assim que a *farmaceuticalização* vira estrutura. Consumir remédios passa a ser crucial para tornar-se paciente e, assim, integrar o sistema de saúde e o mercado médico. As pessoas sem valor para o sistema em vigência tendem a ser apagadas por mecanismos a que Biehl chama de *tecnologias de invisibilidade*. O antropólogo sabe: para rastrear o trânsito do poder, das políticas e de outras entidades abstratas, e os efeitos que causam sobre os corpos, é preciso buscar os menos visíveis, os indivíduos das margens e suas estratégias de sobrevivência. Quando enunciamos *biopolítica*, tendemos a narrar, no máximo, as vidas que se articulam via tecnologias e sistemas; mas fica difícil, sobretudo em quarentena, interceptar aqueles que, numa situação ainda mais frágil que a de Rosa B., não acessam saúde, crédito, consumo, internet ou celular. Está aí outro desafio do momento para as ciências sociais: achar novas formas de rastrear o “social” no isolamento.

A pandemia evoca a ação coletiva, nos aproxima e universaliza como espécie e como sociedade global ameaçada; mas também individua, discrimina e exclui. “[A] precariedade de nossas vidas é fragilizada ou protegida por políticas globais de precarização”, escreve Debora Diniz (2016: 26), num diálogo que

provoca entre o antropólogo Didier Fassin e a filósofa Judith Butler. Rosa B., com quem troquei algumas mensagens sobre o prazo de validade da salada, não revelou seu sobrenome, mas não deixou escapar sua genealogia. Era negra, quicá latina, pobre e não tinha seguro saúde na maior economia do planeta – e, por ora, ainda o epicentro da covid-19.

Recebido em 06/11/2020 | Aprovado em 06/05/2021

Arbel Griner é doutora em saúde coletiva pelo IMS/Uerj. Atualmente é pós-doutoranda no Global Health Program da Universidade de Princeton. Por meio de sua formação multidisciplinar, investiga como ideias de patologia, normalidade e saúde se forjam e remodelam na interseção e interlocução entre produção científica (sobretudo neurocientíficas), prática biomédica, reflexão e regulação bioética e materialidade biotecnológica (sobretudo biofarmacológica).

NOTAS

- 1 Por exemplo, na tradução do texto de Paul Beatriz Preciado (2020), em diálogo com a obra de Foucault, e nos textos publicados na série “Pandemia, Cultura e Sociedade” do Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social, em que o presente texto foi originalmente publicado, e em que o uso do termo é geralmente feito em diálogo com a obra de Giorgio Agamben (cf. Meira Monteiro, 2020; Hillani, 2020 e alguns posts do “Simpósio Mundo Social e Pandemia”).
- 2 Biopoder, biopolítica e a reflexão que articulam aparecem no volume 1 de *A história da sexualidade* (publicado na França com o título *La volonté de savoir*, em 1973) e em alguns seminários de Foucault que estão publicados em fontes diversas. Para explicar os conceitos de biopoder e biopolítica e aqui os explorar, consultei, em inglês, *The history of sexuality – an introduction* (publicação do primeiro volume de *A história da sexualidade* nos Estados Unidos), assim como as aulas de Foucault publicadas no volume *Ethics, subjectivity and truth*, editado por Paul Rabinow em 1997. Também recorri a *Where is biopower today* (Rabinow & Rose, 2006).
- 3 Livre adaptação e tradução minha para um trecho do texto de Rabinow e Rose (2006: 203).

REFERÊNCIAS

- Benezra, Amber. (2018). Making microbiomes. In: Gibbon, Sahra et al. (orgs.). *Routledge Handbook of Genomics, Health and Society*. London/New York: Routledge.
- Biehl, João. (2013). The judicialization of biopolitics: Claiming the right to pharmaceuticals in Brazilian courts. *American Ethnologist*, 40/3, p. 419-436.
- Biehl, João. (2007a). Pharmaceuticalization: Aids treatment and global health politics. *Anthropological Quarterly*, 80/4, p. 1083-1126.
- Biehl, João. (2007b). *Will to live – Aids therapies and the politics of survival*. Princeton/Oxford: Princeton University Press.
- Booss, John & August, Marilyn. J. (2013). *To catch a virus*. Washington, D.C.: American Society for Microbiology.

Caduff, Carlo. (2020). What went wrong: corona and the world after the full stop. *Medical Anthropology Quarterly*, 34/4, p. 1-21.

Diniz, Debora. (2016). *Didier Fassin entrevistado por Debora Diniz*. Rio de Janeiro: Eduerj.

Dumit, Joseph. (2018). The infernal alternatives of corporate pharmaceutical research: abandoning psychiatry. *Medical Anthropology*, 37/1, p. 59-74.

Dumit, Joseph. (2012). *Drugs for life? How pharmaceutical companies define our health*. Durham: Duke University Press.

Foucault, Michel. (1997). *Ethics: subjectivity and truth*, v. 1. Ed. Paul Rabinow. New York: The New Press.

Foucault, Michel. (1978). *The History of Sexuality*, v. 1. New York: Random House.

Furtado, Jorge (dir.). (1989). *Ilha das Flores, cor, 13min.*, Brasil.

Hillani, Allan. M. (2020). Os usos de Agamben em tempos de pandemia. Disponível em: <https://blogbvps.wordpress.com/2020/06/15/os-usos-de-agamben-em-tempos-de-pandemia-por-allan-m-hillani>. Acesso em 26 out. 2020.

Ho, Bong Joon (dir.). (2019). *Parasita, cor, 132min*, Coreia do Sul.

Krenak, Ailton. (2020). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Monteiro, Pedro Meira. Heidegger e o iPad: presença e imagem na pandemia. Disponível em: <https://blogbvps.wordpress.com/2020/04/29/heidegger-e-o-ipad-presenca-e-imagem-na-pandemia-por-pedro-meira-monteiro>. Acesso em 26 out. 2020.

Moya, Andrés & Brocal, Vicente Pérez. (2018). *The human virome – methods and protocols*. New York: The Human Press.

Preciado, Paul B. (2020). *Aprendendo do vírus*. São Paulo: n-1 edições.

Petryna, Adriana. (2005). Ethical variability: drug development and globalizing clinical trials. *American Ethnologist*, 32/2, p. 183-197.

Rabinow, Paul & Rose, Nikolas. (2006). Biopower today. *BioSocieties*, 1, p. 195-217.

Wolf, Meike. (2015). Is there really such a thing as “one health”? Thinking about a more than human world from the perspective of cultural anthropology. *Social Science & Medicine*, 129, p. 5-11.

World Health Organization (WHO). (2020). Naming the coronavirus disease (Covid-19) and the virus that causes it. Available at: [https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/technical-guidance/naming-the-coronavirus-disease-\(covid-2019\)-and-the-virus-that-causes-it](https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/technical-guidance/naming-the-coronavirus-disease-(covid-2019)-and-the-virus-that-causes-it). Accessed Oct. 21 2020.

**PANDEMIA, FARMACOLOGIA E BIOPODER
—OU SOBRE MEU ENCONTRO COM O
SARS-COV2 E ROSA B.**

Palavras-chave

Covid-19;
Michel Foucault;
biopolítica;
biopoder;
farmaceuticalização da
saúde.

Resumo

Em prosa livre e a partir de uma experiência pessoal, uso referências teóricas da antropologia do corpo e da saúde (ou *medical anthropology*, no âmbito estadunidense), para explorar criticamente o modo como o conceito de biopolítica, de Michel Foucault, tem sido usado em análises sobre a chegada da pandemia de covid-19. Argumento que o uso do termo no singular o afasta da pluralidade de vivências que ajuda a conceituar e sugiro o rastreamento da natureza matizada da fonte das biopolíticas, o biopoder, como forma de ampliar as nuances que os cientistas sociais tentam identificar e incorporar às suas análises. Como caso exemplar de trabalho de rastreamento de um biopoder pós-disciplinar e fragmentado, resgato a etnografia de João Biehl sobre o estabelecimento da política de combate à aids no Brasil. Uso o diagnóstico de farmaceuticalização da saúde pública, de Biehl, para imaginar os desafios que ela coloca ao enfrentamento da covid-19.

**PANDEMICS, PHARMACOLOGY AND BIOPOWER
—OR A REFLECTION ABOUT MY ENCONUNTER WITH
SARS-COV2 AND ROSA B.**

Keywords

Covid-19;
Michel Foucault;
biopolitics;
biopower;
pharmaceuticalization of
health.

Abstract

Exploring in free prose a quarantine-days private experience, I use theoretical references from Medical Anthropology to critically assess the wide use of Michel Foucault's concept of biopolitics to analyze the impacts of the covid-19 pandemic. I defend that the monolithic use of the term in its singular form drives its analytic potential away from the plurality of experiences it tries to apprehend and narrate. I suggest that in order to refine the adequacy of our reflections, rather than biopolitics, social scientists trace the nuanced nature of its source, *biopower*. I then present and explore João Biehl's ethnography on the negotiation and implementation of the AIDS policy in Brazil as an exemplary case of the tracking of post-disciplinary and fragmented *biopower*. In the early days of the pandemic, I use Biehl's diagnostic of a *pharmaceuticalization* of Brazilian public health to imagine the challenges it poses to the tackling of covid-19.

I Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil e University of St Andrews, Centre for Pacific Studies, St. Andrews, UK
brunongbh@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8565-995X>

Bruno Nogueira Guimarães¹

O CASULO DA PANDEMIA: ESTRATÉGIAS INDÍGENAS PARA HABITAR O FIM DO MUNDO

Desde que a disseminação da covid-19 pelo globo ganhou o status de pandemia, alterando o cotidiano de quase toda a população mundial, duas grandes ideias se confrontaram no debate público, frequentemente se ignorando nos prognósticos encontrados na imprensa. A primeira ideia trata do retorno às condições de vida pré-pandemia. A partir dela, se pergunta: quando poderemos viver como antes da emergência da covid-19? Quando recuperaremos o futuro que possuíamos há poucos meses? Essas questões subentendem que a pandemia criou condições urgentes, as quais percebem como passageiras. A segunda ideia compreende que o período de exceção impulsionado pela doença deixará marcas históricas, que moldarão o que passou a se chamar de novo normal. Ao menos no futuro próximo, as relações sociais, como existiam até a pandemia, estarão suspensas, gerando efeitos políticos e econômicos que permanecerão nos anos seguintes. Ou seja: não haverá volta fácil. Esses horizontes em disputa – a velha e a nova normalidade – moldam a construção do futuro e a experiência do presente, a partir do “fato social total” ocasionado pelo vírus (Santos et al., 2020). Eles convidam, também, a um novo exame do período histórico que vivíamos pré-covid-19. Enquanto vivemos uma ansiedade existencial, nos questionando que mundo habitaremos, colocamos em xeque as expectativas que construímos ao longo do caminho que nos levou à pandemia. As zoonoses das últimas décadas deveriam ter nos ensinado algo? A maior taxa de letalidade em minorias sociais não nos revela algo que sempre soubemos? A impossibilidade de grande parte da população perma-

necer em suas residências deveria ser capaz de nos surpreender? O debate sobre o retorno ao mundo em que vivíamos antes do SARS-Cov-2 – ou o fim desse mundo – é, essencialmente, uma discussão sobre o capitalismo e o antropoceno. É, também, um lembrete sobre a multiplicidade de eventos que parecem unificar diversos coletivos humanos, ao mesmo tempo em que exacerbam suas diferenças: a pandemia não apenas potencializa os efeitos das desigualdades sociais (com impactos para os tratamentos médicos e a segurança alimentar) como revela distintas formas de se pensar a saúde. Para vários povos indígenas das terras baixas sul-americanas, grandes perdas populacionais ocasionadas por epidemias fazem parte da memória coletiva de pessoas que tiveram que lidar com a morte em grande escala, associada aos efeitos da colonização ao longo dos últimos séculos (Vilaça, 2020). Essas lembranças são resgatadas nas interpretações sobre a covid-19 e nas estratégias indígenas para conter a doença (Baniwa, 2020; Fausto, 2020). É a partir do diálogo com alguns interlocutores Apanjekra sobre o tema que busco estabelecer algumas bases para a reflexão sobre os efeitos políticos da pandemia.

Ainda no final de março, conversei por Whatsapp com Diego, meu irmão de criação Apanjekra, da aldeia Porquinhos (TI Porquinhos, MA). Ele queria notícias do Rio de Janeiro. Como estava a situação da cidade com a covid-19 se espalhando? Não consegui dar muitos detalhes. Disse que ficávamos em casa, ainda sem saber o que poderia ocorrer. Falamos das dificuldades que muitas pessoas enfrentariam. Ele me contou que os pajés estavam atentos e que a aldeia ficaria em quarentena. Estariam “na prisão”, ele brincou, se referindo a como os Apanjekra chamam um de seus rituais de reclusão. Nele, os novíços se isolam em um cômodo da casa, completamente cobertos por pano e apenas com os olhos à mostra. Meses depois, saem com seus corpos modificados: mais belos, fortes e capazes de realizar atividades que exigem um aprimoramento contínuo, como a caça e a corrida com toras. Saem, como dizem, rejuvenescidos.

Os rituais de reclusão dos Apanjekra funcionam por criar uma desconexão entre os iniciados e seu antigo ambiente. Nada exterior deve afetar o corpo que se quer saudável: envolto em uma segunda pele de tecidos, dentro de um quarto no interior de uma casa, esse corpo multiplica as camadas que o distanciam dos demais. Estar longe dos outros, não poder ser visto ou tocado, torna a pessoa refratária às doenças. Para os Apanjekra, os problemas na saúde de uma pessoa decorrem da atuação intencional de outros agentes sobre o enfermo, a exemplo da ação de espíritos que desejam capturar o duplo da pessoa e levá-lo para sua aldeia, ou de ataques de feitiçaria de pajés inimigos. Esse tema, comum nas terras baixas sul-americanas, se funda na premissa de que o exercício social implica riscos, dado o fundo cosmológico em que ele ocorre, povoado por seres capazes de interferir nos corpos uns dos outros. Remover-se da presença desses seres é, portanto, uma saída para controlar a produção corporal e se fortalecer. Por outro lado, se isolar só é possível enquan-

to outros se responsabilizam por quem se encontra recluso: alguém precisa obter e preparar alimentos para ele, cuidar de seu espaço e realizar quaisquer atividades necessárias durante esse longo período. Separados por paredes, os mais velhos conversam com os iniciados, transmitindo-lhes seus ensinamentos, e mesmo em sonho o duplo dos reclusos aprende com os espíritos. O que parece ser um isolamento individual, na verdade, é um ato coletivo: para se distanciar de alguns seres, é preciso recorrer a outros. A “prisão” dos Apanjekra, essa quarentena ritualizada, não é um afastamento do mundo, mas um controle das relações que compõem a pessoa.

Dado que as doenças são provocadas por outrem, retirar-se da presença desses outros é uma saída para preservar a saúde. O crescimento, porém, só é possível por conta das aproximações que acompanham o distanciamento. Elas oferecem os meios para a pessoa e seu duplo redefinir suas capacidades, levando à sua “limpeza” e “rejuvenescimento”. Esse é o caráter propositivo desses rituais de reclusão, e ele muda não apenas o iniciado, mas o mundo que ele habita, pois suas relações com esse mundo já não são as mesmas. Ele vê coisas que não via, caminha por estradas pelas quais não caminhava, sonha com seres que desconhecia. Relações antigas dão lugar a outras, muitas vezes com espíritos ou animais que não habitavam o universo relacional do iniciado. Na língua timbira, o nome do ritual da prisão, *ikreré* (casinha), corresponde também a “ovo”, “buraco” (onde se planta) ou “casulo”. São recipientes que estabelecem um interior distinto do mundo externo, onde um ser se transforma. O mundo vivido pela borboleta que emerge de seu casulo não é o mesmo mundo que habitava a lagarta.

Na metade de junho, tive mais notícias de Diego. A internet rural que existe na escola da terra indígena não funcionou nos últimos meses e, por isso, não tivemos contato. Ele me atualizou dizendo que poucas pessoas tinham ficado na aldeia – a maioria das famílias fora para seus setores de roça, evitando contato com eventuais automóveis que passam irregularmente pela aldeia, pegando atalhos pelo interior maranhense. Explicou, também, que as lideranças de Porquinhos estavam tentando encontrar as melhores formas de lidar com a covid-19: como pressionar o governo a atuar com responsabilidade na TI? Seria possível receber o auxílio emergencial nas cidades sem colocar seus parentes em risco? O calendário ritual deveria permanecer, mesmo provocando aglomerações e estimulando a visita de membros de outras aldeias timbira? Ainda não tinham respostas. Estavam no meio da reclusão, e seus corpos ainda não estavam prontos para sair.

Nessa nossa segunda conversa desde o início da pandemia, Diego também me contou das reuniões que os pajés fizeram. Eles teriam dito que a doença não tinha cura. Como um proeminente pajé Apanjekra me explicou, anos atrás, não era que as doenças não tinham cura – é que você ainda não sabe curar. Ele deu o exemplo do único pajé na aldeia capaz de curar picada de cobra: se ele

morresse, não haveria mais cura, pois só ele conseguia “virar com cobra” para negociar com elas a saúde dos enfermos. “Virar com cobra”, assumir uma forma serpente e vê-las como humanos, da forma com que elas se veem, é a chave para recuperar quem foi picado por uma delas. Em grande parte das terras baixas sul-americanas, o pajé deve identificar o agente causador da doença e negociar com ele a liberação do enfermo. É preciso não apenas saber o que causa o malefício, mas compreender as razões pelas quais um ser ataca outro. Qual a sua intenção? Será um espírito recém-falecido com saudade de seus antigos parentes e que busca levá-los consigo? É um animal que se vinga de uma caçada? O pajé é um diplomata interespecífico: ele é capaz de ver o universo da perspectiva de outro ser – outra forma de humanidade – e buscar uma alternativa que não leve ao óbito do doente. Uma doença sem propósito, porém, não tem solução. Não há com quem negociar. Não há um agente que assuma a responsabilidade pela pandemia.

O capitalismo floresceu dentro de uma ontologia naturalista, que concebe o universo material como um dado único a partir do qual diferentes culturas produzem representações particulares (ver Descola, 2005; Latour, 1994; Viveiros de Castro, 1996). Habitar um mundo único presume a existência de apenas um futuro, resultado de nossas ações sobre uma natureza inerte e manipulável. É esse futuro que tentamos domar com projeções epidemiológicas, tentativas de achatar as curvas de contaminados, prever os picos da doença, as possibilidades de existência de outras ondas ou suas consequências para os PIBs, para os índices de desocupação e os setores da economia. Quando haverá uma vacina... e quem a tomará primeiro? Cada vez que essas previsões são feitas, encontramos ali a questão: sairemos dessa reclusão transformados ou regressaremos às vésperas da pandemia, quando os noticiários equiparavam bons resultados econômicos a escolhas civilizatórias responsáveis? Intelectuais renovam suas esperanças e ceticismos, com a expressão de alianças transnacionais no combate ao vírus (Zizek, 2020) acompanhando a perda de privacidade e direitos individuais na legitimação dos dispositivos de vigilância de governos e grandes corporações (Han, 2020).

Uma ontologia multinaturalista, que percebe os diferentes seres do cosmo como atores conscientes, dotados de reflexividade, intenção e capacidades produtivas, não postula um destino comum. É possível que alguns mundos acabem – da mesma forma que algumas vidas acabam em decorrência do nascimento de outras. E nem todo fim é semelhante: a captura de um enfermo por espíritos animais que tentam levá-lo para sua aldeia, tirando-o do domínio dos humanos, mantém uma rede cosmológica de retroalimentação dos seres vivos. A devastação ambiental que assola os territórios tradicionais da maioria dos povos nativos sul-americanos, não. Ela impede a existência dessa rede e é para ela que se voltam as críticas dos mais destacados pensadores indígenas contemporâneos, como Davi Kopenawa (Kopenawa & Albert, 2015) e Ailton Kre-

nak (2019). Ambos apontam como um determinado modelo de desenvolvimento é o responsável pelos recorrentes fins do mundo que diferentes povos indígenas americanos experimentaram nos últimos séculos (Lévi-Strauss, 1991; ver também Danowski & Viveiros de Castro, 2017). Esse modelo só é possível graças ao tratamento da natureza como um domínio insensível: “por manterem a mente cravada em seus próprios rastros, os brancos ignoram os dizeres distantes de outras gentes e lugares” (Kopenawa & Albert, 2015: 455). A incapacidade de pensar nessa alteridade, diz Kopenawa, impede “os brancos” de criar horizontes alternativos. Sem ouvir outras gentes, para voltar aos pajés Apanjekra, não há como saber em quais condições negociar um mundo melhor. Quem é responsável pela doença?

Da mesma forma que o “fim do mundo” é um fim para alguém (à medida que o mundo se expandia para os europeus, o “fim do mundo” ocorreu para vários povos indígenas americanos), é preciso indagar *para quem* será o “novo normal” – mesmo que ele aparente ser o velho. Em anos recentes, em que a correlação entre as crises ecológicas e a explosão de desigualdade social foi aprofundada e institucionalizada por governos de extrema-direita (Latour, 2017), tornou-se difícil ignorar os rumos do antropoceno. A pandemia acelerou o aumento dessas desigualdades e as notícias de retorno das atividades econômicas opõem a “morte de CNPJs” e a de CPFs. Um problema ético que não se resume à economia *versus* as vidas humanas, mas que nos leva a reconsiderar nossas relações ecológicas, como deveria ter ocorrido por ocasião das gripes suína e aviária. Vemo-nos diante um horizonte crítico, em que uma bifurcação nos impede de dizer “sigamos pelo mesmo caminho”. Dos Apanjekra, podemos tirar a lição de que toda doença é política e que, enquanto não identificarmos em quais termos responder às suas causas e agravantes, não teremos saído transformados de nossos casulos. Mesmo que saíamos de casa, ainda estaremos presos em nossas quarentenas.

Recebido em 09/11/2020 | Aprovado em 06/05/2021

Bruno Nogueira Guimarães é mestre e doutor em antropologia social (Museu Nacional – UFRJ), trabalha, há mais de uma década, com o povo Canela Apanjekra, no cerrado maranhense, junto ao qual pesquisou as dinâmicas dos programas de transferência de renda condicionada e concepções indígenas de crise e transformação; a esse respeito hoje escreve como *fellow* da University of St. Andrews. Na ENSP-Fiocruz, desenvolve pesquisa sobre demografia e saúde indígena e os sistemas de informação populacional sobre povos indígenas, sendo co-organizador do livro *Entre demografia e antropologia: povos indígenas no Brasil*.

REFERÊNCIAS

Baniwa, Francineia Fontes. (2020). Lembranças do passado e o medo do presente: nós indígenas diante da pandemia. *Amazônia Real*. Disponível em: <https://amazonia-real.com.br/lembrancas-do-passado-e-o-medo-do-presente-nos-indigenas-diante-da-pandemia/>. Acesso em 03 nov. 2020.

Danowski, Debora & Viveiros de Castro, Eduardo. (2017). *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis: Cultura & Barbárie.

Descola, Philippe. (2005). *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard.

Fausto, Carlos. (2020). 'Vamos fazer lockdown na aldeia': governança indígena e desgoverno. *Nexo Jornal*. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/E2%80%98Vamos-fazer-lockdown-na-aldeia-E2%80%99-governan%C3%A7a-ind%C3%ADgena-e-desgoverno>. Acesso em 03 nov. 2020.

Han, Byung-Chul. (2020). La emergencia viral y el mundo de mañana. In: Agamben, Giorgio et al. *Sopa de Wuhan: pensamiento contemporaneo em tiempos de pandemias*. [s.l.]: Aspo, p. 77-111. Disponível em: <http://tiempodecrisis.org/wp-content/uploads/2020/03/Sopa-de-Wuhan-ASPO.pdf>. Acesso em 10 out. 2020.

Kopenawa, Davi & Albert, Bruce. (2015). *A queda do céu – palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.

Krenak, Ailton. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Latour, Bruno. (2017). *Down to Earth – politics in the new climate regime*. Cambridge: Polity.

Latour, Bruno. (1994). *Jamais fomos modernos – ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Lévi-Strauss, Claude. (1991). *Histoire de Lynx*. Paris: Plon.

Santos, Ricardo et al. (2020). Um “fato social total”: covid-19 e povos indígenas no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 36/10, p. 1-5.

Vilaça, Aparecida. (2020). *Morte na floresta*. São Paulo: Todavia.

Viveiros de Castro, Eduardo. (1996). Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana: estudos de antropologia social*, 2/2, p. 115-144.

Zizek, Slavoj. (2020). *Pandemic! covid-19 shakes the world*. Cambridge: Polity.

O CASULO DA PANDEMIA: ESTRATÉGIAS INDÍGENAS PARA HABITAR O FIM DO MUNDO

Resumo

Observando as elaborações dos Canela Apanjekra sobre a pandemia da covid-19 e as estratégias adotadas por eles para conter a doença, nos primeiros meses da disseminação do vírus, este ensaio estabelece um paralelo entre os rituais de reclusão indígenas e os protocolos de distanciamento social. Ao fazê-lo, coloca em primeiro plano as noções nativas sobre saúde, indicando como a produção de corpos saudáveis depende da constante renovação das pessoas a partir do controle da ação de agentes não humanos por meio de fechamentos ritualizados. Por fim, o ensaio contrasta a temporalidade envolvida nos rituais de reclusão com o debate sobre o “retorno à normalidade” com um eventual fim da crise sanitária, questionando como as crises planetárias colocadas pelo antropoceno evocam uma concepção mais sistêmica de fim de (um certo) mundo.

Palavras-chave

Pandemia;
covid-19;
etnologia indígena;
ritual;
antropoceno.

PANDEMIC'S COCOON: INDIGENOUS STRATEGIES TO INHABIT THE END OF THE WORLD

Abstract

Observing the Canela Apanjekra elaborations about the covid-19 pandemic and their strategies to contain the disease during the first months of virus dissemination, this essay draws a parallel between indigenous seclusion rituals and social distancing protocols. In doing so, it foregrounds native notions of health, indicating how the production of healthy bodies depends on the constant renovation of personhood through the control of the actions of non-human agents through ritualized closings. The essay also contrasts the temporality involved in seclusion rituals with the debate on the “return to normalcy” after a possible end to the sanitary crisis, enquiring how the planetary crisis posed by anthropocene evokes a more systemic conception of the end of (a certain) world.

Keywords

Pandemic;
covid-19;
indigenous ethnology;
ritual;
antropocene.

I The New School for Social Research, Philosophy Department,
New York, USA
allanmh@newschool.edu
<https://orcid.org/0000-0002-5105-0425>

Allan M. Hillani¹

OS USOS DE AGAMBEN EM TEMPOS DE PANDEMIA

ALEGAÇÕES INICIAIS

Sem dúvida alguma, a pior forma de entender uma obra de arte é ouvir o que o seu autor tem a dizer sobre ela. Não vejo por que seria diferente quando o assunto é filosofia. A grandeza de uma obra, seja de arte ou de pensamento, encontra-se nela própria, e não na grandeza das intenções por trás dela. É da natureza da criatura sua independência em relação ao criador não apenas porque péssimas pessoas podem criar coisas incríveis, mas principalmente porque o dito em uma obra que merece o nome não pode ser dito de outra forma. Esta é a verdadeira tarefa do crítico: não a de criticar um texto pela insuficiência de seu autor, nem a de simplesmente negar suas teses, mas principalmente a de revelar o que ali há de verdadeiro para além da contingência de quem a produz – e com isso revelar uma verdade sobre nós mesmos.

O que parece uma digressão sobre a autonomia da obra revela sua pertinência no mais recente passatempo dos filósofos em tempos de pandemia: tomar partido no malfadado “caso Agamben”. A metáfora jurídica é pertinente para a situação, menos pela distribuição entre advogados e promotores de justiça filosófica e mais por se tratar de um daqueles irônicos julgamentos em que o réu faz de tudo para se autoincriminar enquanto a defesa faz de tudo para afirmar sua inocência. As partes no caso se distribuem nacional e internacionalmente. No Brasil, a peça de acusação mais qualificada veio de Yara Frateschi (2020a), que não à toa recebeu diversas contestações – ver por exemplo os

textos de Ricardo Martins (2020), Juliana de Moraes (2020), e Carla Rodrigues e cia. (Rodrigues et al., 2020) – que ela, por sua vez, replicou à altura (Frateschi, 2020b).

O que está em questão não é a coerência entre as recentes opiniões e o resto da obra de Agamben – esse é um interessante ponto de concordância entre as partes – mas em que medida ele está certo ou errado em apresentar essas teses. A questão me é um tanto cara porque, apesar de concordar com a ideia de que Agamben tenha feito por onde para estar no banco dos réus das peças de opinião, sua filosofia foi muito influente para minha própria formação. O *Homo Sacer* (Agamben, 2010) foi o livro que me abriu as portas da filosofia política e me salvou do sonho dogmático que caracteriza o bacharelado em direito, e, como Tim Christaens (2020), apesar de saber que não tenho responsabilidade sobre as palavras de um italiano septuagenário, a relação entre as opiniões recentes e o resto de sua obra põe meu próprio pensamento em questão. Por isso violarei a regra autoimposta de não produzir mais um texto de opinião sobre Agamben – ou, pior, mais um texto de opinião sobre o coronavírus – porque acredito que haja algo aqui para se aprender sobre a verdadeira tarefa da crítica.

A ARTE DA CRÍTICA

Leo Strauss (1952) foi responsável por ressuscitar uma distinção fundamental para a história interpretativa da filosofia política: a diferença entre a dimensão esotérica e a exotérica de um texto filosófico. A tese que Strauss recupera é a de que escrever é um ato perigoso, especialmente quando o que se escreve contraria dogmas dos poderes estabelecidos. Para poder dizer o que não pode ser dito, o filósofo cifra sua mensagem, dividindo seu texto, na prática, em duas dimensões: uma exotérica – oficial, “externa”, de acordo com as expectativas – e outra esotérica – oculta, “verdadeira” e potencialmente subversiva. A escrita envolveria assim uma certa arte do disfarce de ideias, uma comunicação oblíqua que permitiria a circulação do pensamento autônomo em tempos de perseguição. O problema dessa perspectiva é que ela apresenta uma instrumentalidade do texto que é pressuposta por um autor consciente de si e de suas ideias, que precisaria – justificadamente – apagar suas pegadas se quisesse se manter vivo e pensando. O que ela não permite, contudo, é que a distinção entre uma dimensão esotérica e outra exotérica seja um mistério também para o próprio filósofo.

Strauss não menciona em seu livro, mas a distinção entre esoterismo e exoterismo também foi relevante para ninguém menos que Karl Marx. Em *Teorias da mais-valia*, Marx (1980) utiliza a distinção precisamente para revelar a dimensão crítica da obra de Adam Smith – um aspecto esotérico de certo modo ocultado pela versão oficial (exotérica) do seu pensamento econômico. A dimensão esotérica de uma obra seria, portanto, seu elemento de verdade, que se põe

em tensão com a sistematização ideológica do próprio autor. É por isso que o método propriamente crítico desenvolvido por Marx (2013) – culminado no livro I de *O Capital* – não se caracterizaria por “refutar” as teses da economia política com teses econômicas melhores, “progressistas”, mas justamente revelar na contradição dessa área do pensamento – a economia política – suas contradições internas. Em outras palavras, não opor a verdade à ideologia, mas revelar a verdade *na* ideologia e com isso dissipar o véu que a ocultava.

Se na tradição recuperada por Strauss a integridade do autor dá lugar a uma dualidade de informação possibilitada por uma arte da escrita, Marx revela a dualidade do próprio pensador a ser decifrada por uma arte da leitura crítica. No segundo caso, importa menos o que um autor quer dizer e mais o que, dizendo, diz contra si; o que, dizendo, revela como verdade apesar de si. É nesse sentido que eu acredito ser possível uma crítica a Agamben. Não simplesmente opor suas teses a outras supostamente melhores, mais “produtivas”, menos “pessimistas”, menos “imobilizadoras”, mais “dinâmicas”, como faz a maioria de seus chamados críticos, mas justamente apresentar o que há em sua filosofia que, apesar dos pesares, a torna tão intrigante. Em suma: explicar como é possível que Agamben apresente posturas das quais eu discorde diametralmente e, ainda assim, que sua filosofia me dê elementos para entender o mundo ao meu redor. Assim sendo, pretendo não somente apresentar aqui uma leitura breve, ainda que justificada, da relevância da obra de Agamben nesses tempos de pandemia, mas, principalmente, defender a pertinência da leitura em geral (e dele em específico), algo para praticar em tempos de isolamento social.

A INSISTÊNCIA DA EXCEÇÃO

Agamben (2020a) inicia sua série de intervenções sobre o coronavírus em reação à declaração de estado de emergência pelo governo italiano no final de fevereiro de 2020. Seria possível então dizer que a situação mundial da pandemia ainda era incerta e que sua preocupação se justificava, levando em conta o histórico de medidas excepcionais pós-11 de setembro; mas em intervenções feitas em abril daquele ano ele continuava defendendo a mesma posição (Agamben, 2020c). Em abril de 2021, Agamben publicou um novo texto em que relaciona o “doente assintomático” como a figura contemporânea da vida nua, que “por ser potencialmente patogênica, pode ser privada de suas liberdades e sujeita a proibições e controles de todos os tipos” (Agamben, 2021).

Contudo, o que é surpreendente no caso do coronavírus, como Todd McGowan (2020) apontou em uma recente intervenção, é justo que líderes autoritários como Trump ou Bolsonaro não tenham se aproveitado da pandemia para centralizar seu poder. O que aconteceu foi quase o inverso: de um lado, uma afirmação constante desses governantes de que estamos em um estado de normalidade e que qualquer medida de suspensão da normalidade – *lockdown*,

fechamento de comércio, medidas de distanciamento social, uso obrigatório de máscaras etc. – é vista como exagero. De outro lado, as instituições continuaram operando, Legislativo e Judiciário se reunindo presencial ou virtualmente, muitas vezes impondo derrotas aos poderes Executivos. Quando ameaças de golpe surgiram no Brasil, sempre estiveram absolutamente não relacionadas a uma necessidade imposta pela pandemia, muito pelo contrário.

Isso poderia ser tido como a prova de que a obsessão de Agamben pela “exceção” seria infundada, mas essa é absolutamente a pior forma de interpretá-lo. Aqueles que consideram o “estado de exceção” categoria improficua – seja por acreditar na preeminência da normalidade jurídica, seja por preferir algum termo mais apropriado para a “luta de classes” – raramente levam a tese a sério. A pista mais simples para identificar uma leitura preguiçosa é atentar para a grafia utilizada. O estado de exceção de Agamben não é um “Estado de exceção”. “Estado de exceção”, com “E” maiúsculo, se apresenta como a antítese do Estado de direito, servindo como sinônimo de ditadura ou regime de exceção. Em contrapartida, o estado de exceção de que fala Agamben, com “e” minúsculo, é sinônimo de estado de sítio, tradução de *Ausnahmezustand*, e denota não um regime oposto ao Estado de direito mas, justamente, um elemento fundante e fundamental desse mesmo Estado de direito. Na obra de Agamben, aquilo que aparece em quase todas as constituições do mundo ocidental como medida de segurança se revela como sintoma da relação indissociável entre direito e violência. Por isso ele difere o estado de exceção de uma situação arbitrária de “plenos poderes”: sua origem está na tradição democrática moderna e não na absolutista (Agamben, 2004: 75, 2010: 16).

Assim, o estado de exceção não pode ser reduzido a um mero recurso ao qual governos recorrem em situações emergenciais – um evento excepcional que difere do “estado normal” de coisas a ser restituído – pois a violência “excessiva” e excepcional é parte desse mesmo direito. Agamben insiste no rompimento com a visão que distingue norma e exceção por compreender que o estado de exceção não consegue mais retornar as coisas ao “normal”, não existe a normalidade prévia à exceção a ser corrigida. Norma e exceção se confundem e se indeterminam, sendo virtualmente impossível distingui-las de forma absoluta.

Uma das consequências imediatas disso é que medidas excepcionais passem a ser cada vez mais normalizadas. O desenvolvimento de tecnologias de controle e medidas de segurança produz – para adaptar o termo de Moïse Postone (2014: 333) – um “efeito esteira”: sua expansão não se reverte, ela cria um novo normal. E isso vale tanto para a obrigação de tirar o laptop da mochila no raio-x de um aeroporto como para a implementação de tecnologias de reconhecimento facial. Não é Agamben que emula um vinil riscado a repetir frases sobre a expansão do estado de exceção; basta analisar o desenvolvimento dos mecanismos de controle para perceber que é a própria exceção que insiste em expandir suas fronteiras.

BIOPOLÍTICA PARA ALÉM DAS FRASES DE EFEITO

Para Agamben, contudo, o problema do estado de exceção não é meramente uma questão jurídica. Isso porque, para ele, nenhuma questão jurídica é meramente jurídica. É parte fundamental de sua filosofia entender como a lei está imbricada na vida, como as duas coisas são verdadeiramente indivorciáveis apesar dos esforços hermenêuticos de separar sujeitos de direito de sujeitos reais. É por essa razão que ele recorre à noção foucaultiana de biopolítica (ver, por exemplo, Foucault, 2015: 149). Apesar das acusações de não ter entendido o que Foucault “realmente disse” sobre o termo, é preciso entender que Agamben quer justamente criticar a ideia de que é entre os séculos XVIII e XIX que a vida entra propriamente no centro das tecnologias de poder. Sua tese é de que a vida sempre esteve no centro da política ocidental.

É por essa razão que Agamben (2010: 9-10) retoma a distinção grega entre *bios* e *zōē*, entre vida qualificada e vida animal, bem como por que ele dá ênfase à noção de *salus populi suprema lex* em Hobbes (Agamben, 2015b: 56). A política que conhecemos é desde sempre “biopolítica”. Isso não quer dizer, é claro, que ele apague qualquer diferença entre os gregos e os modernos. O que é próprio do mundo pós-revoluções é justamente o que ele chama de vida nua, a vida natural enquanto objeto da relação política de soberania, que nesse momento histórico se torna não apenas objeto como também sujeito da ordem política e seus conflitos – “o ponto comum tanto da organização do poder estatal quanto da emancipação dele”, como Agamben (2010: 16) afirma. Além de jogos de palavras sobre fazer ou deixar de fazer morrer, portanto, o que está em jogo é o papel fundamental que a ideia de nação – e, correspondentemente, de nascimento – passa a ocupar na modernidade.

Desse modo, a democracia moderna, a soberania popular, é ela própria entendida como fundamento de um novo governo dos corpos. O trunfo dessa análise é justamente evitar cair em dualismos falsos entre direitos humanos e democracia de um lado e violência excepcional de outro, como se fosse possível escolher o que preservar da instituição estatal. Essa contradição, aliás, é o que lhe permite afirmar que o campo de concentração é o “paradigma biopolítico do Ocidente” enquanto usa quase as mesmas palavras para caracterizar a cidadania moderna (ver, por exemplo, Agamben, 2010: 17, 176). É justamente quando todos passam a ter direitos pelo simples fato de estar vivos que a exclusão de direitos passa a ser uma exclusão da humanidade. Não se trata, portanto, de ocultar as diferenças práticas que acarretam o genocídio de uns e a proteção de outros a depender de critérios étnicos, religiosos, raciais, mas entender justamente como o racismo moderno – mais perverso que qualquer divisão entre bárbaros e civilizados – só é possível por causa dessa nova relação entre vida, poder e direito.

Isso é uma consequência direta das proposições de Agamben, afirme ele explicitamente ou não. O diagnóstico apresentado por ele é compatível com uma análise fundada historicamente, independentemente de seu método “pa-

radigmático”. E se em Agamben, é verdade, parece não haver justificativa para a existência dessa estrutura para além de um fantasma metafísico que assombra e arrasta a política ocidental, cabe a nós então dar nome aos bois. O arranjo entre direito, nação e violência apresentado por ele é justamente a articulação que tornou possível a acumulação capitalista a ser defendida a qualquer custo por medidas excepcionais. A violência do Estado depende constitutivamente da violência objetiva do capital, uma retroalimenta a outra estimulando suas dinâmicas internas, seja porque as condições de acumulação precisam ser instauradas, seja porque elas precisam ser garantidas. Esse processo, que se dá por meio de todas as regras e exceções possíveis, por outro lado, não acontece por alguma “ontologia” – como se essa palavra mágica fosse resolver o problema – mas justamente por conta das contradições inerentes ao movimento do capital e seus efeitos sobre a sociedade (ver Hillani, 2018). Se Agamben evita fazer referências explícitas à relação entre suas teses e a crítica do capitalismo – ainda que aqui e ali o termo apareça nos seus ditos e escritos¹ – isso não significa que elas sejam incompatíveis.

QUANDO A MONTANHA VAI A MAOMÉ

Tudo o que escrevi até agora poderia ser usado contra o réu em uma réplica, afinal o próprio Agamben, em alguns momentos, parece reduzir a dimensão fundante do estado de exceção à existência prática de “medidas emergenciais” adotadas por governos, e ele de fato insiste em ignorar a relevância do seu entendimento sobre a biopolítica para analisar as formações sociais modernas que engendram as consequências para as quais ele chama atenção. E eu poderia ter permanecido em silêncio sobre suas desventuras recentes e esperar alguns meses ou anos para voltar a aplicar seus conceitos, fingindo que seus textos recentes nunca aconteceram – como os acadêmicos costumam ignorar os desvios morais de seus referenciais teóricos. Tudo ficaria bem e nenhuma polícia acadêmica iria bater na minha porta exigindo minha opinião. Até que em 25 de maio de 2020, durante uma pandemia, um policial de Minneapolis asfixiou um homem negro – que sobreviveu ao coronavírus! – acusado de utilizar uma nota falsa de US\$ 20. Seu nome era George Floyd, e sua morte deu início a uma série de protestos e revoltas por todos os Estados Unidos.

Agamben, para variar, não escreveu nada sobre a morte de George Floyd, e seus escritos permanecem incólumes em relação a fatos recentes como esse. Não é de surpreender. Ele também não se pronunciou sobre a criação de verdadeiros campos de concentração – sem hipérbole alguma – em território estadunidense para prender imigrantes ilegais ou quando Trump tentou unilateralmente banir a entrada de “muçulmanos” no país. A ironia histórica é que independentemente do seu não dito ou do seu mal dito, o que aconteceu com George Floyd e a posterior reação às manifestações em sua memória são exemplares da razão pela qual esse maldito italiano ainda merece ser lido.

De um lado, a morte de George Floyd é um caso tristemente exemplar da “soberania” policial que Agamben denuncia desde os anos 1990 (Agamben, 2015c), e os protestos que sucederam seu assassinato deram origem a medidas de segurança que sequer haviam sido cogitadas em meses de combate à pandemia. Um exemplo ilustrativo é a cidade de Nova York: desde 13 de março a cidade está sob “estado de emergência” graças à pandemia, mas foi apenas em 1 de junho, dias após as primeiras manifestações, que foi instituído um toque de recolher, que durou mais de uma semana, proibindo a circulação das pessoas à noite pela cidade. É como se os irrisórios danos à propriedade causados nos protestos justificassem medidas mais drásticas do que o coronavírus, que fez da cidade um dos epicentros mundiais da doença.

Em contrapartida, a presença massiva de pessoas nas ruas americanas – o que em maio de 2021 começou a acontecer também no Brasil – dá sentido à insistência de Agamben em alertar contra uma política que se reduz à preservar a vida. É claro que a vida natural é condição de existência de qualquer vida social – e é por isso que devemos todos fazer como Jean-Luc Nancy (2020) e não aceitar conselhos médicos do velho Giorgio – mas quando a vida natural se revela completamente exposta, “nua”, em face da violência excepcional do Estado, é de fato imperativo que defendamos o direito de “enterrar nossos mortos” (Agamben, 2020b).

A declaração prática desse direito evidencia como a vida que vale ser vivida é mais do que a mera sobrevivência. É precisamente isso o que tem motivado pessoas comuns a arriscar suas vidas nesses protestos – seja em face do vírus ou da violência do Estado – e é nisso que reside sua potência. Porque nos protestos pela importância das vidas negras (ou pedindo a renúncia do presidente brasileiro) não está em jogo simplesmente o direito de não morrer – a pauta negativa da “mera vida” – mas uma verdadeira revolução da vida cotidiana, simbolizada pela reimaginação da segurança pública em um mundo que poderia ser livrado da instituição “polícia” (Kaba, 2020). Uma “comunidade que vem”, para usar a formulação de Agamben (2013a). Pois quem dera o nosso mundo fosse um em que pudéssemos dispensar sua filosofia. Nossa tragédia é justamente que seu pensamento continue terrivelmente atual.

Recebido em 06/11/2020 | Aprovado em 06/05/2021

NOTA

- I Ver, por exemplo, a menção à fantasmagoria da mercadoria em Agamben (2015a); a relação entre governo e economia em Agamben (2011); e a análise do capitalismo como religião em Benjamin em Agamben (2013b).

REFERÊNCIAS

- Agamben, Giorgio (2021). La nuda vita e il vacino. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-la-nuda-vita-e-il-vaccino>. Acesso em 03 jun. 2021.
- Agamben, Giorgio. (2020a). A invenção de uma pandemia. In: *Reflexões sobre a peste: ensaios em tempos de pandemia*. São Paulo: Boitempo.
- Agamben, Giorgio. (2020b). Esclarecimentos. In: *Reflexões sobre a peste: ensaios em tempos de pandemia*. São Paulo: Boitempo.
- Agamben, Giorgio. (2020c). Uma pergunta. In: *Reflexões sobre a peste: ensaios em tempos de pandemia*. São Paulo: Boitempo.
- Agamben, Giorgio Agamben. (2015a). Glosas à margem dos Comentários sobre a sociedade do espetáculo. In: *Meios sem fim: notas sobre a política*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Agamben, Giorgio. (2015b). Leviatano e Behemoth. In: *Stasis: la guerra civile come paradigma politico*. Turim: Bollati Boringhieri.
- Agamben, Giorgio. (2015c). Polícia soberana. In: *Meios sem fim: notas sobre a política*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Agamben, Giorgio. (2013a). *A comunidade que vem*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Agamben, Giorgio. (2013b). Benjamin e o capitalismo. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/520057/benjamin-e-o-capitalismo-artigo-de-giorgio-agamben>. Acesso em 01 nov. 2020.
- Agamben, Giorgio. (2011). *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*. São Paulo: Boitempo.
- Agamben, Giorgio. (2010). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Agamben, Giorgio. (2004). *Estado de exceção*. Homo sacer II, 1. São Paulo: Boitempo (Coleção Estado de Sítio).

Christaens, Tim. (2020). Must society be defended from Agamben? Disponível em: <https://criticallegalthinking.com/2020/03/26/must-society-be-defended-from-agamben/>. Acesso em 01 nov. 2020.

Foucault, Michel. (2015). *História da sexualidade I: aA vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Frateschi, Yara. (2020a). Agamben sendo Agamben: o filósofo e a invenção da pandemia. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/05/12/agamben-sendo-agamben-o-filosofo-e-a-invencao-da-pandemia/>. Acesso em 01 nov. 2020.

Frateschi, Yara. (2020b). Essencialismos filosóficos e “ditadura do corona”: sobre Giorgio Agamben, mais uma vez. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/05/29/essencialismos-filosoficos-e-ditadura-do-corona-sobre-giorgio-agamben-mais-uma-vez/>. Acesso em 01 nov. 2020.

Hillani, Allan. (2018). *Na urgência da catástrofe: violência e capitalismo*. Rio de Janeiro: Gramma.

Kaba, Mariame. (2020). Yes, we mean abolish the police. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/12/opinion/sunday/floyd-abolish-defund-police.html>. Acesso em 01 nov. 2020.

Martins, Ricardo Evandro S. (2020). Agamben na Cidade de Deus. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/giorgio-agamben-na-cidade-dedeus/>. Acesso em 01 nov. 2020.

Marx, Karl. (2013). *O capital: crítica da economia política*. Livro I: *O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo.

Marx, Karl. (1980). *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*, 2 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

McGowan, Todd. (2020). State of emergency? Bring it on! Disponível em: <http://thephilosophicalsalon.com/state-of-emergency-bring-it-on/>. Acesso em 01 nov. 2020.

Moraes, Juliana de. (2020). Agamben contra o neoliberalismo. Disponível em: <https://www.tempodoagora.org/post/agamben-contra-o-neoliberalismo>. Acesso em 01 nov. 2020.

Nancy, Jean-Luc. (2020). Exceção viral. Disponível em: <https://medium.com/reflex%C3%B5es/sopa-de-wuhan-em-portugu%C3%AAs-581500be47a4>. Acesso em 01 nov. 2020.

Postone, Moishe. (2014). *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo.

Rodrigues, Carla et al. (2020). Agamben sendo Agamben: por que não? Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/05/16/agamben-sendo-agamben-por-que-PierM-iao/>. Acesso em 01 nov. 2020.

Strauss, Leo. (1952). *Persecution and the art of writing*. New York: The Free Press.

OS USOS DE AGAMBEN EM TEMPOS DE PANDEMIA

Palavras-chave

Giorgio Agamben;
pandemia;
exceção;
coronavírus;
biopolítica.

Resumo

O presente trabalho realiza uma análise do papel paradoxal cumprido pelos escritos do filósofo Giorgio Agamben na pandemia do coronavírus. Com diversas intervenções minimizando a gravidade da pandemia e criticando as medidas sanitárias adotadas pelo governo italiano, Agamben se tornou objeto constante de crítica. Apesar de sua postura pessoal, contudo, o presente trabalho busca mostrar a utilidade da filosofia de Agamben para entender o nosso contexto atual.

THE USES OF AGAMBEN IN PANDEMIC TIMES

Keywords

Giorgio Agamben;
pandemic;
exception;
coronavirus;
biopolitics

Abstract

This work offers an analysis of the paradoxical role played by the writings of Giorgio Agamben during the covid pandemic. With several interventions minimizing the seriousness of the disease and criticizing the sanitary measures adopted by the Italian government, Agamben became object of constant criticisms. Despite his stance, however, this work aims to show the utility of Agamben's philosophy to understand our present context.

SIMPÓSIO

- I Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),
Departamento de Sociologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
andrevbitt@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5211-0250>
- II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ),
Departamento de Ciências Sociais, Seropédica, RJ, Brasil
mauriciohoelz@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1392-0645>

Organização
Andre Bittencourt^I
e Maurício Hoelz^{II}

SIMPÓSIO MUNDO SOCIAL E PANDEMIA

No simpósio que segue, sociólogas e sociólogos do Brasil e do exterior responderam a quatro perguntas, elaboradas com a expectativa de indagar diferentes dimensões sociais da pandemia e os desafios que ela representa para a sociologia. Os convites foram feitos entre abril e maio de 2020, apenas poucas semanas após as primeiras mortes pelo novo coronavírus no Brasil, e as respostas publicadas originalmente no blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social nos meses subsequentes.

Como expressamos na ocasião, mais do que propor análises sistemáticas e fechar diagnósticos sobre a covid-19, o simpósio virtual Mundo Social e Pandemia visava formar um repertório de questões, provocações e referências de leitura que pudessem calibrar nossa bússola sociológica, funcionando como uma espécie de automonitoramento reflexivo da vida social dentro da pandemia. Um ano depois, as interpretações e sugestões levantadas sobre essa grave crise sanitária, humanitária e social seguem nos acompanhando, talvez até mais do que gostaríamos. E o simpósio reedita sua contribuição também como peça de defesa e comunicação pública da ciência frente à proliferação de negacionismos, aos ataques diretos contra a ciência e o desenvolvimento tecnológico em geral, bem como à sociologia como forma de autoconsciência crítica das sociedades modernas em particular.

O convite para participação buscou contemplar a diversidade da comunidade sociológica brasileira e internacional, levando em conta gênero, geração e

outros marcadores sociais, além de filiação institucional e áreas de pesquisa e atuação a fim de olhar a crise em curso e sua relação com a sociologia por ângulos distintos. Trazemos aqui, dispostas em ordem alfabética, as respostas de 70 sociólogas e sociólogos pertencentes a instituições de pesquisa de 18 países e cinco continentes.

Destacamos que o simpósio foi possível graças a uma parceria entre a Sociedade Brasileira de Sociologia, a revista *Sociologia & Antropologia* e a Biblioteca Virtual do Pensamento Social. Reforçamos nossos agradecimentos aos/às colegas que encontraram tempo e energia para responder às perguntas, mesmo em meio a tantas demandas e num momento de tanta intensidade. Agradecemos também a todos/as que nos ajudaram nas indicações, especialmente a André Botelho, e na elaboração de alguns dos convites.

QUESTÕES

1. Sociólogos(as) e cientistas sociais, em geral, estão se mostrando mobilizados(as) para produzir e compartilhar interpretações sobre os efeitos sociais e políticos da pandemia. A teoria sociológica está equipada para enfrentar o desafio de compreender/explicar o fenômeno?
2. Como sua área de pesquisa especializada pode contribuir para a reflexão sobre diferentes dimensões desse fenômeno?
3. A pandemia estaria provocando mudanças sociais, políticas e/ou culturais profundas? Ou acelerando tendências já em curso? Se sim, é possível vislumbrar os contornos das sociedades pós-pandemia?
4. Que obra(s) da sociologia e das demais ciências sociais podem nos ajudar a compreender e a conversar sobre os desafios em curso?

RESPOSTAS

Adalberto Cardoso

1.

Sim. Temos teorias em várias de nossas disciplinas capazes de dar conta dos efeitos multidimensionais da pandemia. As teorias das desigualdades conseguem explicar por que o impacto da covid-19 é diverso segundo as classes sociais e os estratos de renda, as regiões do país e do globo. As teorias sobre o mundo do trabalho explicam os efeitos do isolamento sobre o emprego, a renda, a ação coletiva de diferentes estratos dos trabalhadores ocupados. As teorias sobre a sociedade de risco há muito chamam atenção para o caráter sistêmico da destruição das condições de vida no planeta. A demografia está totalmente equipada para explicar o impacto da pandemia sobre as migrações internacionais, as curvas de crescimento demográfico, as projeções sobre envelhecimento numa situação em que a doença é mais fatal para grupos etários mais velhos.

A história busca no passado experiências semelhantes (como a gripe espanhola no início do século XX) para tentar encontrar padrões de resposta social dos diferentes países, alternativas de cuidado, efeitos sobre as populações depois do controle das doenças, papel do Estado e das famílias e assim por diante. Como a pandemia afeta cada momento da vida de todos, em suas múltiplas dimensões, todas as ciências sociais (e também as da vida) têm seus pressupostos mobilizados e postos em xeque neste momento.

2.

A sociologia do trabalho vive um dilema neste momento. Estamos diante de um apagão estatístico que nos impede de medir os reais impactos da pandemia nos indicadores básicos que alimentam nossas pesquisas. Não há pesquisas domiciliares em andamento, o governo federal acabou com o Caged, que fornecia dados mensais sobre a dinâmica do mercado formal de trabalho, o Dieese está com sua capacidade de acompanhamento das greves e dos sindicatos fortemente comprometida etc. Resta-nos, entre outras coisas, o movimento processual na Justiça do Trabalho e pesquisas qualitativas realizadas por grupos de pesquisa em todo o país. Isso nos permite, por exemplo, acompanhar o modo como a Justiça do Trabalho, o MPT e o TST se vêm posicionando sobre o trabalho em plataformas digitais (Rappi, Ifood, Uber etc.), que no mundo todo tem sido objeto de grandes disputas judiciais, decisivas para estabelecer os direitos desses trabalhadores. Isso não é pouco – muito do que ocorre no mundo do trabalho passa pelo sistema judiciário –, mas não é suficiente. Não sabemos e não saberemos o impacto no desemprego, na renda, na rotatividade de mão de obra, na informalidade etc. O Estado planeja (quando o faz) no escuro, e nós não temos como apresentar diagnósticos dos processos em curso.

3.

Os efeitos variam muito de um país a outro. Temos o caso da Hungria, que aprofunda processo já em curso de concentração de poder nas mãos do presidente, hoje com faculdades ditatoriais na prática de governar sem ter que prestar contas a nenhum outro poder ou à população. Temos os casos de França e Itália, cujos presidentes vinham em processo de perda de popularidade e conseguiram reverter essa trajetória em razão da confiança da população no modo como conduziram o combate à doença, apesar do elevadíssimo número de mortos. E temos o caso do Brasil, cujo presidente perdeu popularidade ao colocar-se contra a OMS e a ciência de um modo geral, e aprofundar seu modo de gerir o país por meio do acirramento dos conflitos, num momento em que a cooperação é absolutamente necessária para salvar vidas e construir projetos para a sociedade pós-pandemia.

Tradições culturais longevas impediram que a covid-19 explodisse na Coreia, por exemplo, país no qual a população se habituou a sair de casa com máscaras depois de viver epidemias consecutivas. Na Suécia a estratégia de *herd immunity* só foi possível em razão da confiança da população em suas

instituições e a resposta voluntária de todos às recomendações quanto ao uso de máscaras, manutenção de distância social, proteção dos idosos, trabalho em casa quando possível etc. Estão pagando um preço alto por isso, é o país com o maior número de mortes na Escandinávia. Foi, porém, uma escolha acatada pela população, e o país deve estar entre os primeiros a ter sua população imunizada. No Brasil, ao contrário, a tradição é de desconfiança da população em relação ao Estado, em especial a população mais pobre. A indiferença moral das elites em relação ao destino dos mais vulneráveis se traduz no baixo valor conferido à vida humana, hoje expresso na pressão de grupos empresariais e de elites políticas governantes pelo fim da quarentena. Isto é, tradições culturais podem jogar contra ou a favor da perda de vidas, e devem ser esperadas mudanças comportamentais em toda parte enquanto a vacina não existir ou um remédio eficaz não for descoberto.

A falta de informações sobre o desempenho da economia, do mercado de trabalho, do isolamento social real, da evolução real da pandemia (os dados no Brasil estão claramente subestimados) dificulta a formulação de prognósticos. De imediato, os países vão precisar reconstruir suas economias, e isso acontecerá de formas muito diferentes segundo os países e as regiões do planeta. Os países ricos terão margem para rever e reverter suas políticas de austeridade, em nome da reconstrução pós-guerra. Haverá cooperação entre os países europeus, e a União Europeia pode se fortalecer, se coordenar os esforços de reconstrução numa perspectiva não fiscalista, mas sim solidária com os países mais afetados. A China será parceira estratégica nesse aspecto, e pode sair dessa crise como nova potência hegemônica, competindo de igual para igual com os Estados Unidos na definição dos destinos do planeta.

Os países mais pobres e mais dependentes (como o nosso) sofrerão mais e demorarão mais a se reerguer. São grandes as chances de uma depressão econômica grave, em razão da quebra de cadeias produtivas já muito debilitadas, destruição de milhões de empregos nos serviços, muitos não recuperáveis por ser criados por micro e pequenas empresas hoje de portas fechadas, com pouca ou nenhuma poupança. Nossa dependência da boa vontade das grandes potências será enorme. A capacidade governativa de cada país também será decisiva. Liderança, capacidade de gerar confiança, cooperação, solidariedade e engajamento na população, tudo isso será decisivo no primeiro momento, e infelizmente são qualidades ausentes no atual governo brasileiro. São grandes as chances de caos social sem precedentes, com a fome voltando como flagelo das maiorias.

A consciência da fragilidade da vida na Terra pode levar à revisão de alguns dos fundamentos do capitalismo predatório que, na pandemia, mostrou seus lados perversos: a desigualdade abissal, a vulnerabilidade social e econômica de bilhões de pessoas, o individualismo regressivo fomentado pelo neoliberalismo, a substituição da solidariedade e da empatia pela competição e o

conflito, a destruição da natureza. Há muitas iniciativas interessantes no horizonte, como as propostas voltadas para a redução da velocidade da modernidade, a revisão da obsessão pelo crescimento econômico a qualquer custo, a valorização de energias limpas, a construção de fundos de solidariedade para os países mais pobres, o virtual consenso em torno da ideia de uma renda mínima para todos fruto dos riscos de novas pandemias no futuro, a taxaço da especulação financeira e outros.

No momento o futuro é nebuloso, e essas iniciativas precisarão competir com mais do mesmo, isto é, o capitalismo não se voltará sobre si mesmo para se reinventar como sistema que não se baseie na exploração e na predação de pessoas e recursos naturais. No afã da reconstrução os países precisarão retomar os investimentos para voltar a crescer, agora sobre bases tecnológicas poupadoras de mão de obra, portanto geradoras de menos empregos. Há uma luta ideológica e prática à frente, e apenas o neoliberalismo prospera nos escombros, produtores de individualismos de todo tipo (salve-se quem puder). Outros projetos precisam negociar seus conteúdos entre os pares, criar solidariedade, ação coletiva, cooperação. Precisam de mais Estado. Dependemos como nunca da capacidade do Estado de coordenar a ação coletiva de uma reconstrução baseada na solidariedade e, também, na compaixão.

4.

Sociedade de risco, de Ulrich Beck; *Manipulados*, de Brittany Kaiser; *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, de J. M. Keynes; *A política como vocação*, de Max Weber; *The age of surveillance capitalism*, de Shoshana Zuboff; *A grande gripe. A história da gripe espanhola, a pandemia mais mortal de todos os tempos*, de John M. Barry; *Da guerra*, de Carl von Clausewitz; *A arte da guerra*, de Sun Tzu; e *The Marshall plan: fifty years after*, de Martin Schain.

Anderson Trevisan

1.

Como sabemos, quando as ciências sociais se constituíram, não foi por acaso: pensadores da época estavam inquietos com a crise da modernidade e suas consequências – aumento exponencial da população urbana, desemprego, miséria, onda de suicídios etc. Para tanto, criaram teorias que pudessem ajudar na compreensão dos fenômenos típicos da época, para os quais as ciências existentes não tinham ferramentas adequadas. Em que pesem os diferentes paradigmas constituídos nessa origem, todos tinham em comum a confiança de que seria possível pensar problemas sociais a partir de bases teóricas, fosse para os explicar, compreender ou transformar. Períodos de crise são especialmente férteis para as ciências sociais, que se veem obrigadas a produzir reflexões imediatas, quase sempre a partir de uma autorreflexão. A profusão de ensaios, artigos e pesquisas recentes sobre a pandemia é uma expressão do espírito das ciências sociais: o interesse em explicar teoricamente o mundo,

transformando problemas sociais em questões sociológicas, podendo indicar caminhos e proposições para possíveis soluções. Acredito que essa capacidade de se reinventar a cada crise torna a teoria sociológica apta para enfrentar mais esse desafio. Sobretudo porque, em sua atualização, as ciências sociais começaram a desenvolver um olhar menos macro, de modo a perceber que os problemas e contradições sociais afetam de maneiras diferentes homens e mulheres, jovens e idosos, ricos e pobres, negros e brancos etc. Como dizem, o vírus não vê classe, cor, gênero, sexualidade ou idade, mas a sociedade vê, e daí a questão toma contornos que indicam os limites de uma explicação meramente biológica e apontam para contradições que apenas um olhar mais atento pode perceber. Com isso vem uma grande responsabilidade. Boaventura de Sousa Santos, em texto recente, aponta que os cientistas sociais não podem, sobretudo agora, escrever “sobre” o mundo, mas “com” o mundo, não pretendendo ser vanguarda, mas retaguarda, deixando de lado as disputas teóricas ideológicas para dar atenção às necessidades e inquietações dos cidadãos comuns, que precisam de quem lhes indique caminhos e possibilidades, algo que muitas vezes têm recebido de líderes religiosos radicais. Não é fácil essa tarefa, mas é muito necessária. Para isso, entretanto, é preciso que a teoria busque trabalhar com os problemas do dia a dia, permitindo-se levantar questões e hipóteses que serão atualizadas ou mesmo derrubadas a cada nova informação. Nesse sentido, precisaremos de humildade e, como já alertava Wright Mills, de boas doses de imaginação sociológica.

2.

Meu trabalho consiste em investigar a relação entre a cultura e a educação, tendo a arte e o cinema como materiais de pesquisa privilegiados. Enquanto ferramenta metodológica, é na sociologia da arte e do cinema que busco meu referencial (especialmente em Pierre Francastel e Pierre Sorlin), o que significa procurar, a partir dos filmes, elementos que permitam realizar uma discussão sobre problemas sociais. Existe uma quantidade gigante de filmes, tanto de ficção quanto documentários, que tematizam desastres, distopias, guerras, epidemias etc. Tais obras se tornam um laboratório fértil para se discutir a realidade, especialmente quando se leva isso para a sala de aula, algo que faço com frequência. Da mesma forma que se proliferam os ensaios teóricos sobre essa crise, há uma onda de material audiovisual sendo produzido, algo que a sociologia do cinema não poderia ignorar, sobretudo quando aplicada à educação. Os filmes são um caminho muito fértil de problematização da vida social, e isso é especialmente válido quando a pesquisa está relacionada com as atividades de ensino, que é o meu caso, posto que trabalho com a formação de professores.

3.

Essa não é uma pergunta de resposta fácil, mas existe consenso entre os ensaios que tenho lido e apontam para certa inocência ao se pensar que a pandemia é

uma grande novidade, como um meteoro que nos atingiu. Ainda que a pandemia seja causada por um vírus, não encontraremos nas ciências naturais uma resposta para suas causas ou consequências mais gerais, e sim nas ciências sociais, pois foram ações humanas, ligadas ao avanço do capitalismo e ao consumo desenfreado, que construíram o cenário para que essa pandemia se instalasse. Quer a chamemos de hipermodernidade, pós-modernidade, modernidade líquida, hipercapitalismo etc., a pandemia é um fenômeno de nossa época, é global e exige respostas globais. Não há, entre autoras e autores, respostas homogêneas quanto à sociedade pós-pandemia. Naomi Klein afirma que, superada a pandemia, sob a justificativa de recuperar a economia mundial, poderiam ser colocadas em prática políticas neoliberais que afetariam diretamente os menos favorecidos, com a diminuição de direitos trabalhistas e programas sociais, e privatizações de toda ordem. Além disso, sob a alegação da crise, protocolos ambientais poderiam ser desrespeitados por países como a China ou os Estados Unidos. A autora chama isso de doutrina do choque: em épocas de grandes desastres, guerras ou pandemias como esta, os grupos de elite exploram a confusão das pessoas e passam a difundir os aspectos positivos do que seria uma radicalização do neoliberalismo, atacando também a democracia. Por outro lado, Klein indica que épocas de grande crise podem oferecer a oportunidade para um “salto evolutivo”, com a criação de políticas sociais até então deixadas de lado, como a ampliação da saúde pública para todos, por exemplo. Boaventura de Sousa Santos faz uma reflexão parecida, ao dizer que, embora a pandemia atinja de forma desigual as pessoas, ela constrói uma espécie de “consciência de comunhão planetária” e que, mesmo com o distanciamento social ou isolamento, existe solidariedade (Gilles Lipovetsky, mais cético, afirma que o coronavírus é um sintoma do individualismo hipermoderno, e que mesmo quando ficamos em casa, não o fazemos por solidariedade, mas por interesse pessoal na autopreservação). Essa consciência coletiva é algo raro e, se a pandemia terá efeitos colaterais negativos para a sociedade, talvez ajude a criar também uma nova consciência planetária sobre o destino humano. Fato é que, nós, cientistas sociais, somos forçados a pensar sobre os acontecimentos no calor da batalha, e esse conhecimento construído em processo certamente tem falhas, contradições, imprecisões, e precisa ser retrabalhado à luz dos novos dados e novas discussões. É muito salutar o fato de que tantos intelectuais se estejam dedicando a pensar de forma coletiva sobre um mesmo tema. Tanto quanto os pesquisadores da saúde que fazem o mesmo para o desenvolvimento de medicamentos ou uma vacina, as ciências sociais estão cumprindo sua função em um movimento riquíssimo que, certamente, promoverá um conhecimento necessário e muito qualificado. Em que pese a capacidade de realizar projeções ou previsões sobre o futuro do mundo, no entanto, por ora não acredito que a sociologia possa dar alguma resposta concreta. Não podemos, porém, nos furtar à tarefa de seguir levantando questões.

4.

Não saberia indicar nada muito específico. No entanto, há algumas iniciativas que têm oferecido material muito interessante para o debate. Um deles é o *Dossiê coronavírus e sociedade*, da Boitempo Editorial, publicado em seu blog. Outra iniciativa é o boletim da Anpocs, *Cientistas Sociais e o Coronavírus*, atualizado semanalmente. Boaventura de Sousa Santos publicou recentemente pela Editora Alamedina, de Coimbra, o livro *A cruel pedagogia do vírus*. Fora isso, é sempre bom voltar aos clássicos da sociologia, como *O suicídio*, publicado em 1897 por Émile Durkheim, que oferece um modelo criativo de trabalho sociológico que lida com uma questão aparentemente ligada apenas à saúde mental individual a partir de um método rigoroso de análise sociológica, partindo do modelo epidemiológico. No mínimo, ajuda a desenvolver nossa imaginação sociológica.

Andrew Linklater

1.

Vou restringir minhas observações à contribuição que a perspectiva sociológico-processual de Norbert Elias pode trazer para o entendimento da crise de saúde pública trazida pela covid-19. O alto nível de conformidade às estratégias de confinamento em muitas sociedades ilustra um tema central em seu estudo do processo civilizador, a saber, a existência de uma transformação de longa duração no equilíbrio de poder entre o autodomínio e o medo de constrangimentos externos enquanto fatores influenciadores da conduta humana. Elias analisou livros sobre costumes para demonstrar de que forma novos muros eram erguidos entre as pessoas como resultado da mudança nas concepções de propriedade social, reforçados em períodos posteriores por preocupações com higiene. As medidas de distância social no presente, incluindo a frequente lavagem das mãos, devem ser vistas nesse contexto, a saber: em uma perspectiva de longa duração e em conjunto com mudanças estruturais maiores, tais como a formação do Estado e sua pacificação interna, examinadas por Elias.

As sociedades em questão adquiriram poderes imensos sobre a natureza, mas Elias repetidamente ressaltou a sua suscetibilidade a processos de tirania que elas não podem controlar. Um tema recorrente é que o maior poder societal sobre a natureza se desenvolveu lado a lado com o perigo crescente de sujeição a processos incontroláveis, como a guerra. Uma citação do livro *Teoria simbólica* mostra como ele nuançou o ponto: “a espécie humana ganhou ascendência sobre a maioria de seus rivais e inimigos potenciais do reino animal”. As sociedades humanas “mataram, encarceraram ou confinaram a reservas outras espécies animais, e estão apenas começando a se dar conta de que a dominação sobre outros acarreta alguma responsabilidade para si mesmas”. Além disso, a vitória está incompleta. No nível dos “vírus e bacilos”, argumentou Elias, “a luta continua”.

Uma questão central para o autor é até que ponto sociedades podem transcender respostas a crises que sejam guiadas pelo medo, e até que ponto elas podem adquirir pontos de vista mais autônomos que aumentem suas chances de ter controle sobre processos não planejados. A relação entre perspectivas nacionais altamente comprometidas e orientações humanistas mais autônomas é crucial.

2.

Uma pesquisa recente foi realizada visando elaborar um livro sobre a ideia de civilização na política mundial e preparar as bases para um estudo dos símbolos em uma perspectiva de longa duração. Gostaria de fazer alguns comentários sobre as conexões entre esses projetos e a atual crise de saúde. O livro discute o argumento de Elias de que no curso do processo civilizador europeu os níveis de violência em geral declinaram, os níveis de autodomínio aumentaram, a identificação emocional entre pessoas foi ampliada e o planejamento social foi intensificado. Podemos, contudo, nos perguntar até que ponto essas quatro tendências estão evidenciadas na política mundial, utilizando os critérios fornecidos pelos escritos de Elias como base para que investiguemos as principais direções da mudança.

Passando à questão dos símbolos, quaisquer mudanças no poder relativo de símbolos nacionais ou internacionais podem iluminar tendências globais gerais. Por exemplo, partidos nacional-populistas dos últimos tempos têm conseguido elevar os níveis de apoio a símbolos nacionais, acarretando um grande desafio a organizações internacionais, tais como a UE, associadas a uma hegemonia global frequentemente acusada de negligenciar os interesses de grupos vulneráveis e diminuir o papel das filiações nacionais. O simbolismo global permanece fraco, mas movimentos tais como Rebelião da Extinção criaram símbolos que ressoam em várias sociedades. Será importante analisar o simbolismo da crise de saúde: se tonará o vírus SARS_Cov_2 um símbolo de medos e ansiedades nacionais derivado da imprevisibilidade das interconexões globais? Ou um símbolo de ameaças à humanidade que possa comprometer novas solidariedades transnacionais? Em outras palavras, que papel a covid-19 desempenhará nas imagens futuras de uma civilização global ou na consolidação de diretrizes nacionais? Pesquisas recentes influenciadas pela sociologia do processo ressaltam que a luta pelo simbolismo da covid-19 pode ter um papel crítico no período por vir e que tentativas de controlar seu sentido podem ter um efeito profundo no equilíbrio de poder entre perspectivas nacionais e internacionais.

3.

Na conclusão de *Mappae Mundi*, Goudsblom e de Vries afirmam que os processos sobre os quais as sociedades pensam ter mais controle podem se tornar os mais imprevisíveis. Nesse sentido, talvez seja melhor focalizar critérios que possam ser usados para analisar quaisquer direções significativas de mudança

nas figurações humanas. Conforme mencionado, os escritos de Elias fornecem critérios importantes. De especial importância para a análise de tendências globais é saber se o autodomínio nacional está aumentando ou diminuindo, se a identificação entre pessoas está alargando ou estreitando, e se o apoio ao planejamento internacional de proteção aos vulneráveis está crescendo ou decaindo. Esses critérios podem ser especialmente úteis para examinar os efeitos da covid-19 na ordem global. Eles apontam para a necessidade de focalizar até que ponto preocupações nacionais autocentradas direcionam acontecimentos e até que ponto solidariedades transnacionais estão ganhando força. É importante o equilíbrio de poder entre essas forças. O ponto, portanto, é a relativa importância das orientações nacionais e pós-nacionais em relação ao mundo como um todo. No período recente, movimentos nacional-populistas têm escarnecido do globalismo. Símbolos nacionais têm sido centrais para o ataque a organizações internacionais. Movimentos ambientalistas têm estado na linha de frente de contra-ataques ressaltando problemas que afetam a humanidade como um todo e requerem ação global. O tempo dirá se a covid-19 vai ser mais associada a pontos de vista nacionais ou globais, ou ao menos como o equilíbrio entre essas perspectivas se desdobrará. Essa é uma das questões centrais que merecerão atenção estreita da comunidade científico-social.

4.

Sociólogos do processo argumentaram pela adoção da perspectiva de longa duração para lidar com os arranjos sociais e seus desafios. Eles não ignoraram o impacto das epidemias nas figurações humanas. Stephen Mennell recentemente chamou atenção para um artigo magnífico sobre saúde pública e processo civilizatório de autoria do falecido Johan Goudsblom, publicado no *The Milbank Quarterly* em 1986. Esse ensaio discute como os padrões de autodomínio mudaram em resposta a epidemias. É fascinante no atual contexto a referência a expectativas de que na Idade Média os leprosos deviam manter-se à distância seis pés (1,82m) das pessoas saudáveis. Goudsblom associa essas suposições sobre padrões necessários de autodomínio ao curso geral do processo civilizador europeu. O artigo é uma introdução fabulosa à perspectiva de longa duração no mundo social, que é a marca distintiva da sociologia do processo. Ele convida os leitores a refletir sobre a relação existente entre o processo civilizatório e as atitudes ligadas ao corpo, à saúde e à higiene.

O livro de Elias *Envolvimento e alienação* tem importância atual considerando que as pessoas lutam para orientar-se diante de novos desafios e perigos. Ali, o autor ressalta que frequentemente é o medo que domina as respostas às crises e, portanto, compõe as dificuldades humanas. A questão é até que ponto as sociedades podem adquirir um nível de alienação que contribua para um maior entendimento e controle dos processos que as dominam. De novo, é o equilíbrio entre forças complementares que importa. Nos últimos tempos, líderes nacional-populistas têm disparado escárnio sobre os especialistas. Trump,

como se sabe, rapidamente rotula verdades inconvenientes como *fake news*. Tem havido uma corrupção do discurso público. Comunidades científicas são hoje amplamente vistas como provedoras de conhecimento autônomo, com potencial de ajudar as sociedades a encontrar seu caminho para além da crise. Grande parte do foco está na humanidade como um todo, antes que nos interesses de uma nação. *Envolvimento e alienação* oferece uma perspectiva de longa duração sobre tais tensões e sobre as dificuldades que as sociedades têm em perceber-se para além dos vínculos nacionais quando lidam com os desafios que demandam ampliar e aprofundar as interconexões globais.

Antonio Sérgio Guimarães

1.

Estávamos todos despreparados, mas despreparados socialmente – em termos de sistemas de saúde, de proteção social e de articulação interdisciplinar. Em termos científicos disciplinares, não. Sabemos o que se pode saber. Ou seja, os condicionantes, ou a estrutura, que moldam a crise. Nossas economias e nossas sociedades há muito desafiam os limites naturais da vida. A crise não é só sanitária, pois coincide com o agravamento da crise financeira e o desequilíbrio econômico que se arrasta desde 2008. Por isso a crise sanitária pode assumir dimensão avassaladora; porque destruímos boa parte do sistema de saúde pública e de proteção social que vínhamos construindo desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Desmontamos políticas sociais que hoje seriam mais eficientes para nossa resistência. Em termos da ação social, faltam dados e, a rigor, não temos conhecimento suficiente hoje para entender o que se passou na Ásia e na Europa e o que está se passando conosco nas Américas. O jogo parece bastante incerto quando não podemos nem mesmo contar o número de mortos em tempo real. Sabemos que projeções são aspirações políticas mais ou menos controladas pela razão. Mas sabemos também que o mundo virtual ganhou uma enorme força e assistimos à emergência de movimentos sociais virtuais que minam a circulação de informações e a racionalidade. Os efeitos da covid-19 dependerão, antes de mais nada, das respostas que são dadas pelos agentes sociais nos campos da política, da economia, da cultura etc. As consequências variarão de país para país, de região para região, mas afetarão todos de algum modo. Indagamos o futuro a partir de questões presentes. Haverá um retorno ao estado de bem-estar social como ideal? Haverá um freio à desindustrialização ocorrida nos últimos 40 anos em benefício da globalização? A migração internacional e a grande circulação turística serão contidas?

2.

As consequências das desigualdades raciais, de classe e de gênero, de idade etc. sobre a capacidade de resistir à pandemia está sendo uma preocupação constante. O isolamento social agudiza problemas crônicos de violência contra mulheres, contra idosos, contra crianças. Mas essas desigualdades explicitam

principalmente os limites das medidas de contenção à covid-19 e deixam às claras clivagens raciais, sociais e políticas, que podem muito bem ser exploradas em qualquer direção – seja para maior igualdade no futuro, seja para o aprofundamento dessas desigualdades. O exército virtual do presidente aposta no mote de que as pessoas têm que se arriscar para trabalhar a qualquer custo. Vende a ideia de que não se deve dar tanto valor à vida; de que sobreviverão os mais aptos fisicamente; de que somos desiguais e de que a vida é uma luta. Com isso se isenta das responsabilidades mínimas de um Estado-nação e mobiliza o ódio e a intolerância. Mas assistimos também à resistência dos governadores que procuram basear sua ação no que temos de capacitação científica e de boas práticas epidemiológicas. Isso de norte a sul. Assistimos, principalmente, a parcelas das classes médias darem-se conta de que as nossas mazelas sociais as afetam diretamente e, sobretudo, do erro tremendo que foi eleger um governo totalmente despreparado. Há uma mobilização também de lideranças comunitárias. Ou seja, o Brasil desigual pode assumir seu destino federalista, a organização dos subalternos encontrar novos desafios na defesa e preservação da vida, para além da luta pela ascensão social. A contrapelo dessa tendência, há um desmanche mais profundo e mais duradouro da proteção social e do sistema educacional e de ciência e tecnologia pelo governo brasileiro. Outras parcelas dessa mesma classe média estão dispostas a encarar o risco de morrer para evitar a desclassificação social ou para promover sua própria ascensão.

3.

Tudo dependerá da duração da pandemia ou da descoberta de uma vacina. Muitos líderes políticos hoje estão preocupados com a concentração industrial na Ásia; com a autonomia e o poder dos gigantes da internet; principalmente com suas consequências: a desindustrialização, o desemprego crônico, o desmantelamento da proteção social, a migração crescente, os movimentos terroristas religiosos ou de direita, a crise ambiental etc. No Brasil, essas não são as preocupações dos governantes, haja vista o desmanche do sistema de fomento público da ciência, do ensino, da saúde e das artes; coincide com a covid-19 o surgimento de um colonialismo voluntário e estúpido. As classes médias brasileiras, que nos últimos anos perderam seu brio nacionalista, talvez tenham agora a oportunidade de ver o modo como os republicanos nos Estados Unidos se contentam em gerenciar as desigualdades num estado permanente de selva social. Por isso, se a extrema-direita perder o poder nos Estados Unidos, teremos a possibilidade de ver a exploração populista da miséria perder força no Brasil. Talvez essas classes médias voltem a ter nas instituições dos estados de bem-estar social europeus um modelo de construção estatal e de vida social civilizada. Principalmente, voltem a acreditar que podemos ser um país original e autônomo. A globalização dos últimos anos, mais que enfraquecer nosso parque industrial, nos desmoralizou como nação – deixamos de acreditar nas institui-

ções, nas lideranças, para atrelar nosso destino à dinâmica norte-americana. Quem ousa hoje falar em sociologia brasileira, como Guerreiro Ramos falava nos anos 1960? Evitar que a pandemia nos consuma significará saber dosar a soberania nacional com a cooperação internacional. Isso em todos os campos. Mas há uma possibilidade bastante realista “de o mundo de depois ser terrivelmente parecido com o de antes, mas um pouco pior”, para citar o chanceler francês Le Drian.

4.

É sempre bom reler Norbert Elias e refletir sobre o modo como a vida biológica e a vida social estão entremeadas em suas análises. Há uma série de questões a ser posta para a investigação sociológica. Por exemplo, a relação entre as comorbidades da covid-19 e as condições e os estilos de vida social devem despertar nosso interesse. Assim como a maior ou menor coesão social, a nossa relação com o reino animal e as práticas de distanciamento social já presentes em nossas sociedades, bem como aquelas que virão se estabelecer no pós-covid-19. Mas é essencial retomar também a leitura dos desenvolvimentistas e dos pensadores “subalternos” e dos abolicionistas. Ler, ademais, a história social que foi feita no Brasil nos últimos 30 anos. Nossos maiores empecilhos como nação são e sempre foram as desigualdades sociais e raciais, que modulam as demais. Se a covid-19 pode ser uma armadilha para aprofundar o racismo e o elitismo de nossa sociedade, pode ser também uma oportunidade para melhor os conhecer.

Bernardo Sorj

1.

Como acontece com tantos fenômenos novos do mundo contemporâneo, a teoria sociológica apresenta instrumentos capazes de explicar certas dimensões, enquanto outras fogem dos esquemas analíticos existentes. A quarentena é um fenômeno inédito para as últimas gerações de sociólogos em boa parte do mundo. Não convivemos nem experimentamos situações-limite de alguma forma similares, como situações de guerra, que desestruturam de forma radical o cotidiano das pessoas e o funcionamento habitual da sociedade. Como acontece com situações inéditas, os sociólogos navegarão entre a tendência a mostrar como padrões preexistentes se atualizaram, mas continuaram presentes durante a quarentena, e a ênfase nos fenômenos inéditos. Como sempre é o caso, ambos terão razão. A quarentena, por exemplo, será vivida de forma diferente de acordo com a situação econômica, mas o convívio prolongado dos casais com seus filhos no lar deverá produzir reações muito variadas do ponto de vista das relações de gênero. O impacto diferenciado do coronavírus em termos de faixas etárias lembrou a sociedade de que a idade tem dimensões biológicas, que a cultura da “eterna juventude” (em que tudo depende de fazer esportes e manter uma dieta adequada) tinha um lado de miragem, de uma cultura que vive em estado de negacionismo do ciclo biológico.

2.

[Optou por não responder]

3.

A pandemia deverá agravar tendências preexistentes, com consequências políticas difíceis de prever: 1) Como acontece com grandes crises econômicas, o saldo será o aprofundamento da desigualdade social e, em particular, o número de pessoas desempregadas e empobrecidas. Além dos efeitos econômicos imediatos, as empresas aproveitarão para fazer cortes de pessoal e salários, e acelerar o crescimento do comércio virtual aprofundando a crise do comércio varejista *off-line*.

2) Aprofundamento da polarização político-cultural entre setores da sociedade que aderem à produção de conhecimento e informação associada ao campo científico e jornalístico, e aqueles que consideram seus líderes políticos, que promovem uma política de desinformação e intoxicação, única fonte de informação confiável. 3) Deverá aumentar o sentimento de “colapso do futuro” preexistente. Se por um lado ele pode favorecer mais sensibilidade frente a temas como a crise ambiental, também alimentará visões de mundo religiosas e/ou que idealizam o passado, gerando um saudosismo passível de ser aproveitado por grupos reacionários. 4) Difícil prever como a maior conflitividade social se expressará em termos políticos, mas a crise exigirá dos partidos de centro-esquerda um reposicionamento mais à esquerda ao mesmo tempo em que enfrentarão o dilema de ter que, em muitos países, se unir ao centro-direita para excluir partidos de extrema-direita dos pactos de governo. Os contornos e dinâmicas políticas das sociedades pós-pandemia deverão ser diferentes em cada país e região. 5) A eficácia do uso de sistemas eletrônicos para controlar o movimento das pessoas e diminuir a disseminação do vírus acelerou o uso de sistemas de vigilância pelo Estado e legítima os novos métodos de vigilância da população, até mesmo em sociedades democráticas. 6) A crise levará a um aprofundamento do confronto entre a China e os Estados Unidos, desestabilizando ainda mais o sistema internacional, aumentando as pressões sobre o resto dos países para escolher um dos lados. 7) A maior intervenção do Estado na economia deverá levar a teoria sociológica a rever a visão dominante nas últimas décadas, influenciada pelo impacto do neoliberalismo e da globalização, na qual o Estado foi reduzido a um instrumento dos grupos dominantes. Devemos ter uma visão mais ampla do Estado, que, sem excluir a dimensão dos interesses de classe, considere que as fontes de poder, as funções e a legitimidade do Estado não são redutíveis à promoção de interesses de classes.

4.

Para entender o momento atual podem ajudar as seguintes leituras: 1) A trilogia de Michael Mann, *The sources of social power*, que trata o poder do Estado como uma dimensão não redutível dos sistemas sociais. 2) Eric D. Weitz, *Weimar Germany: promise and tragedy*, e em geral livros sobre o período entreguerras, pois, apesar de óbvias diferenças, existem também similitudes e lições relevantes para os tempos atuais. 3) Livros sobre economias de guerra, para enten-

der o momento econômico atual e seus possíveis desdobramentos, como o de Alan Steele Milward War, *economy and society*, 1939-1945. 4) Estudos de psicologia social sobre os efeitos de confinamento individual e impacto da guerra nas populações.

Bila Sorj

1.

O acompanhamento do desenrolar do debate público sobre a pandemia, principalmente pela mídia, permite constatar que sociólogos e cientistas sociais estão sendo muito pouco procurados para falar sobre o tema. De fato, as vozes que comparecem são dos epidemiologistas, infectologistas, intensivistas etc., considerados representantes da ciência. Isso dá a impressão de que podemos enfrentar esta crise sem considerar as abordagens sociológicas. Na verdade, os cientistas sociais estão muito ativos na produção de análises sobre a pandemia, mas suas interpretações circulam sobretudo no interior dos círculos acadêmicos, nas revistas científicas e blogues especializados. É uma pena que as ciências sociais não ocupem um espaço mais amplo, conversando com uma audiência leiga. Os sociólogos têm muito a dizer sobre tudo o que se move na sociedade.

2.

Uma das lições da pandemia é a necessidade urgente de se estudar a hierarquia social das ocupações, de acordo com nossos valores e em relação a sua real utilidade. As ocupações que se tornaram emblemáticas na crise são sobretudo aquelas desempenhadas por mulheres e ligadas às atividades de cuidado: são as enfermeiras, as auxiliares de enfermagem, as cuidadoras de idosos, crianças e deficientes, as faxineiras, além das médicas e médicos os grandes protagonistas na pandemia. Além disso, a estratégia de combate à doença conta basicamente com o suporte do trabalho das mulheres no âmbito familiar. Essas ocupações são muito pouco reconhecidas e, conseqüentemente, mal remuneradas. David Graeber, antropólogo americano, em seu livro *Bullshit jobs*, nos convida a pensar o que diferencia um “trabalho essencial” de um trabalho “sem sentido”. Para saber o que configura um “trabalho essencial”, afirma ele, basta imaginar quais seriam as conseqüências sociais de seu desaparecimento. A crise alentou uma percepção, até agora pouco enraizada na sociedade, de que as ocupações essenciais são aquelas que nos permitem continuar vivendo.

3.

Creio que é muito cedo para avaliarmos os efeitos da crise. Em geral, os sociólogos são cautelosos na hora de produzir prognósticos sobre os deslocamentos do mundo social. É necessário mais tempo para podermos vislumbrar o que vem por aí. As incertezas econômicas e de saúde e a condição de confinamento podem levar as pessoas a se questionar sobre o tipo de vida que levam e o tipo de sociedade em que vivem. Dessa reflexão pode surgir uma percepção da

importância de certos bens e da inutilidade de outros, até agora tão valorizados. Pode emergir um forte desejo de mudança de modelo econômico, de redução das desigualdades sociais, de valorização dos serviços públicos e da segurança social, temas que estão aparecendo, com vigor, na mídia. Depois de viver alguns meses numa situação de perigo iminente, porém, as pessoas também podem desejar voltar ao já conhecido, ao “normal”, e tendências autoritárias podem vir a se fortalecer.

4.

Joan C. Tronto, *Who cares?: how to reshape a democratic politics*; Arlie Russell Hochschild, *The commercialization of intimate life: notes from home and work*; Pascale Molinier, *Le travail du care*.

Celi Scalon

1.

A sociologia tem fundamentos que permitem uma reflexão qualificada sobre o fenômeno da pandemia de covid-19; conceitos como globalização, risco, desigualdade, vulnerabilidade, redes, para citar apenas alguns, podem embasar a compreensão do contexto atual. Qualquer análise nesse sentido, no entanto, demanda também ousadia e inovação. Essa não é uma situação nova para nossa disciplina. Como diz Weber, a sociologia tem o dom da eterna juventude, porque sua produção é marcada pela renovação, condição básica para o entendimento de processos que são dinâmicos e estão em constante mutação. A sociologia é a ciência da mudança; por isso, lidar com fenômenos novos e desafiadores está em sua própria natureza. Estamos diante de um processo único de mundialização, de cooperação/competição e de solidariedade que expõe as desigualdades crescentes nas sociedades contemporâneas que já vinham sendo apontadas desde a crise de 2008.

2.

A pandemia da covid-19 tornou evidente características extremas das desigualdades não só aquelas registradas dentro dos Estados-nação, mas especialmente as que existem entre eles. Mostrou a fragilidade do argumento liberal-meritocrático e a importância de um sistema de bens públicos, que chamamos de estado de bem-estar social, promotor não só de equidade, mas também de solidariedade. Tornou-se comum ouvir que o vírus não distingue pobres e ricos, o que é um fato, mas os sistemas de saúde distinguem. Em países em que o sistema de saúde público convive com o privado, ficou claro o recorte de classe e racial das vítimas da covid-19. É importante mencionar, também, que a crise econômica atingiu os estratos menos privilegiados de forma muito mais aguda do que os estratos superiores da pirâmide social – isso é fato em todos os países.

3.

A covid-19 certamente trará mudanças significativas para as relações sociais, aprofundando processos em curso e, também, mudando o curso de alguns processos. No primeiro caso, posso mencionar que a crise econômica que se estabelece com a pandemia vai aprofundar as desigualdades na distribuição de bens e riquezas que já vinham se avolumando, e também pode reforçar tendências nacionalistas e xenófobas, que vinham sendo manifestadas por alguns segmentos sociais em todo o mundo. Refletindo sobre o revés de processos em curso, ou seja, no que mudam de direção, creio que haverá mais desconfiança em relação aos processos de globalização, em especial da divisão de trabalho entre países, que era uma marca do século XXI. Cabe, ainda, apontar as consequências para a pirâmide demográfica, uma vez que o vírus causa maior fatalidade entre os mais idosos; desse modo, a tendência de envelhecimento das populações, em especial na Europa, pode ser interrompida, com perda de indivíduos nos coortes mais velhos de idade. Um saldo positivo desta crise deve ser a maior adesão a um modelo de estado de bem-estar social, que reforce o papel das instituições públicas em atividades essenciais para a população em geral, como saúde, pesquisa e educação. Está havendo uma revalorização da ciência, da saúde, da educação, bem como de auxílios como renda básica e apoio a pequenos empreendimentos. Em todos os países, parece haver uma crítica construtiva que aponta os limites do modelo liberal e privatista.

4.

Creio que todas as obras que tratam das desigualdades econômicas e sociais pós-crise econômica de 2008, em especial as que tratam de temas como riqueza, não se limitando a simples análises de distribuição de renda; consumo; urbanização/metrópoles; imigração e políticas públicas. E, sem dúvida, as obras de Ulrich Beck que apresentam e discutem o conceito de sociedade de risco.

Clara Maria de Oliveira Araujo

1.

Penso que em parte, está. As modalidades de trabalho remoto, as formas de participação política virtuais e ainda a emergência das formas não convencionais de interação social e afetiva são alguns dos aspectos que se exacerbaram nesta pandemia, e em relação aos quais as ciências sociais vêm dedicando espaço nas últimas décadas. Vale ressaltar que a sociologia tem incorporado mais as noções de contingência, “imprevisibilidade” e incerteza, como constitutivas da vida social. Isso inclui, também, eventos e processos definidos como “naturais”, mas que são objetos indiretos de intervenção humana. Como exemplos temos o problema ambiental e as mudanças climáticas. Nesse sentido, analiticamente, podemos estar preparados para investigar esta experiência.

A intensidade e o ineditismo de aspectos da pandemia, porém, constituem novos desafios para o conhecimento sociológico. Em cerca de três meses a característica contingente e quase simultânea do evento obrigou metade da

população a alterar, de modo radical, os padrões de sociabilidade, produção, convivência e lazer. A despeito da natureza provisória dessas práticas, provavelmente sua intensidade e as incertezas terão desdobramentos na vida das pessoas. Citemos, por exemplo, o compartilhamento, em nível global e quase simultaneamente, das experiências de isolamento social, os novos e diversos usos do espaço doméstico ou ainda o trauma diante da privação dos rituais de passagem, sobretudo aqueles envolvendo a morte. As ciências sociais têm se desenvolvido muito com base em recortes temáticos, o que nos ajudará a compreender múltiplas faces do fenômeno; mas, para compreendê-lo em toda a sua extensão, serão necessárias análises macrossociológicas da pandemia, das ações globais para detê-la e de suas consequências. Nesse caso, o método comparativo será fundamental, mas articulado com reflexões teóricas. Tenho dúvidas se os referenciais teóricos e instrumentos empíricos usados para explicar a modernidade em seus diferentes momentos e traços poderão ser simplesmente aplicados para compreender o que virá no pós-pandemia.

2.

Estudo as relações de gênero e seus efeitos sobre as relações sociais em geral. Nesta pandemia várias notícias mostram o acirramento das desigualdades de gênero. O aumento dos registros de violência doméstica contra as mulheres é um exemplo. As manifestações de estresse e depressão neste período mais frequentes nas mulheres, segundo a mídia, são outro exemplo. A sobrecarga de trabalho doméstico, ainda outro. O confinamento e o fato de o local de moradia se tornar lócus de diversas atividades de produção e reprodução – trabalho remoto, consumo, lazer – expõem ainda mais esse problema. Mulheres, mais do que homens, mencionam o aumento da carga de trabalho, em especial se têm crianças, pois a suspensão de atividades escolares e de creches e o isolamento aumentam a necessidade de propiciar cuidado, lazer e atenção. Há também o efeito sobre o próprio emprego, até porque as mulheres estão concentradas em trabalhos mais precários, que tendem a ser mais afetados. O trabalho remoto, a partir de casa, foi disseminado e merece pesquisas sobre como tem sido realizado por mulheres e homens. Há, portanto, vários indícios de que os efeitos e os desdobramentos na economia e no ambiente familiar poderão não ser iguais. Por exemplo, o acesso a tecnologias facilitou mais ou menos o trabalho doméstico? E na política, será que homens e mulheres com poder político e de gestão se comportaram de modo idêntico em suas decisões associadas com a pandemia? Sem dúvida haverá que investigar as dinâmicas entre espaços públicos e vida privada antes, durante e depois da pandemia. As feministas são pioneiras em alertar para a interdependência humana como algo universal e para a incompatibilidade entre essa condição e os padrões capitalista e neoliberal vigentes. Há que acompanhar se e em que medida tais questões poderão merecer outro status na agenda pública após essa experiência.

3.

De início parece-me que vem acelerando tendências, mas há muito o que observar. A pandemia tem obrigado boa parte da humanidade a conviver com cotidianos muito distintos daqueles com os quais vem convivendo nos últimos 200 anos. A separação entre público e privado, entre casa e trabalho, espaço de produção e de reprodução constitui um traço identificador do que se convencionou chamar de modernidade. De forma abrupta, cerca de metade da humanidade – segundo estimativas da mídia – se vê obrigada a circunscrever muitas das atividades realizadas em diversos espaços às fronteiras físicas da casa; e a desenvolvê-las em situação de distanciamento social e de interações profissionais, afetivas e políticas virtuais. Algumas são mudanças em curso que foram aceleradas, como por exemplo os encontros virtuais com amigos e familiares, assim como trabalhos em certas ocupações. Mas a ausência forçada de encontros presenciais, o uso diverso e constante do espaço doméstico e o exercício da deliberação política de modo virtual, por exemplo, não eram aspectos tão proeminentes no mundo pré-pandemia.

É possível vislumbrar uma sociedade menos presencial e mais virtual, com a intensificação de nossa percepção de proximidade e distanciamento não mais tão marcada pela presença física. Mas essa é questão de investigação da sociologia desde o início da década de 1990. Por outro lado, a crise econômica decorrente da pandemia e a necessária ação pública estatal para enfrentá-la podem alterar de forma mais profunda a percepção sobre o mercado e sua atual natureza predatória. A desigualdade social que estrutura a sociedade capitalista tenderá a se agravar no curto prazo. E as questões do acesso e da distribuição social dos bens e dos mecanismos políticos que facilitam ou dificultam tais acessos, ou seja, da desigualdade, tenderão a ser centrais no debate público. No momento, é possível vislumbrar uma coletividade mais crítica a essa situação. Resta investigar qual será a extensão e profundidade dessas mudanças.

4.

Na sociologia clássica, destaco duas obras que me parecem importantes para compreendermos características e sentidos mais amplos de mudanças sociais. A de Émile Durkheim *A divisão do trabalho social* possibilita compreender a ideia de cooperação e interdependência, sem a qual não há sociedade; o clássico *Manifesto comunista*, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels, nos faz perceber a natureza dinâmica e fluida da vida social, incluídas instituições que, aparentemente, são sólidas e percebidas como imutáveis. No meio-termo entre clássico e contemporâneo sugiro o livro de Norbert Elias *O processo civilizador*, que nos mostra a força dos hábitos, mas também como contextos mais amplos de mudanças políticas ou econômicas respondem pelo que designamos de modo genérico cultura. Na teoria contemporânea algumas obras podem ser muito úteis para o momento. Sugiro a leitura de *As consequências da modernidade*, de A. Gid-

dens, que apresenta um diagnóstico atual das dimensões estruturantes da vida moderna e contemporânea, além de abordar dois aspectos que mencionei na primeira resposta: a ação humana como produtora de transformações e conhecimento e as incertezas e contingências que surgem dessa ação. Outra sugestão é o livro de Göran Therborn, *Los campos de exterminio de la desigualdade* – uma análise sociológica primorosa sobre as estruturas atuais de desigualdades. Com perspectiva mais feminista sugiro a obra de Silvia Federici intitulada *O calibã e a bruxa*, uma análise histórica sobre o trabalho das mulheres no capitalismo, suas responsabilidades com as atividades do cuidado e a importância do trabalho invisível e não pago feito por elas para a reprodução do capital.

Craig Calhoun

1.

A teoria sociológica é um campo vasto de recursos, e não uma série de instruções precisas para produzir explicações. Isso é crucial para entender a covid-19. Obviamente, a covid-19 é uma questão biológica e de saúde individual, mas igualmente óbvio é o fato de ela ser uma doença infecciosa transmitida pelo contato social. Fatores sociais como a desigualdade, a forma como o trabalho é organizado e a moradia é construída modelam seus efeitos. Assim como o fazem as respostas socialmente organizadas – interromper ou não viagens, deixar de comer fora ou acabar com reuniões públicas. E como o fazem as infraestruturas socialmente organizadas, como sistemas de comunicação que permitem a alguns – principalmente os mais privilegiados – trabalhar de casa enquanto sistemas de entrega fornecem comida e suprimentos – para quem os pode comprar.

Para entender tudo isso, precisamos de *insights* durkheimianos sobre solidariedade e anomia; *insights* marxistas sobre contradições sociais, desigualdade de classe e ideologia; *insights* weberianos sobre racionalização e burocracia; *insights* feministas sobre o trabalho de cuidado social e onde ele está visível e invisível na ordem social; *insights* duboisianos ou em teoria crítica racial sobre as complexidades da identidade, consciência, poder e inclusão social; teoria da dependência ou do sistema-mundo para enxergar os padrões globais. Na verdade, é bom que diferentes perspectivas produzam explicações em disputa, já que elas iluminam diferentes aspectos dos objetos que tentamos entender e nos encorajam a pensar com mais afinco no todo. É claro que às vezes as explicações estão erradas, são testadas e descartadas. Em geral, porém, elas são fragmentos de um panorama maior que ainda não somos capazes de ver com clareza. Então, sim, a teoria sociológica está equipada para a tarefa – se a usarmos criativamente e mesmo a ela acrescentando.

2.

Para entender a crise da covid-19 – tanto pela doença quanto pelas respostas a ela – é necessário pensar de uma só vez a respeito da organização social em

larga escala e de forma mais local e nas relações interpessoais. Tendemos a separar esses níveis como se fizessem parte de questões diferentes. Algumas pessoas estudam o sistema-mundo moderno e algumas estudam comunidades locais. Vejamos as redes pelas quais a doença se espalhou. Normalmente e de forma correta apontamos para a globalização e os padrões de transmissão internacional. Os padrões locais e mesmo domésticos são, todavia, igualmente importantes. As conexões entre os diferentes níveis são cruciais. E nós subestimamos o quanto elas mudaram e estão mudando. A expressão “distanciamento social” se tornou comum para descrever a prática da manutenção de distância física entre pessoas que, em outras condições, interagiriam face a face. Ele pode ser algo frustrante, doloroso e solitário. Não é possível para todos. E lembra às pessoas o quanto elas valorizam interações sociais das quais frequentemente não faziam muita questão. Procurar saber de amigos e família passou a ser uma nova rotina diária. Tentamos deixar de nos distanciar socialmente até quando estamos distantes fisicamente.

A perturbação nas relações interpessoais diretas nos fazem ver sua importância. Por exemplo, as universidades mudaram abruptamente suas aulas para o ambiente *online*. Isso trouxe os seus próprios problemas, e há muito debate a respeito do que se perde na mudança do cara a cara para o *online*. Mas isso também é uma demonstração do fato de que nós temos ferramentas para nos conectar a distância. Acadêmicas e acadêmicos usam o *e-mail* e ferramentas de videoconferência para os mesmos objetivos; assim como movimentos sociais, que não são apenas grupos de protesto, mas organizações. Sociedades modernas são grandes demais para se costurar apenas com relações diretas pessoais.

Ao mesmo tempo que a pandemia nos faz valorizar comunidades locais e espaços públicos, ela também nos demonstra a importância de relações sociais indiretas. Mercados, sistemas de transporte e meios de comunicação são os veículos óbvios para esse tipo de ligação de longa distância. E eles podem ser o suporte de uma variedade de diferentes estruturas de relações sociais. A Amazon e outras grandes corporações não são simplesmente “o mercado”. A organização dos mercados em si se transformou. Não à toa eles se tornaram menos centrados em locais físicos – centros comerciais deram lugar a lojas, depois a *shopping centers* e agora a uma “economia logística” que usa armazéns e sistemas de transporte, mas conta com bem menos conexão face a face. Isso tem relação próxima com a priorização da eficiência sobre a resiliência. Por exemplo, quando carregamentos saindo de Wuhan, na China, foram interrompidos para conter o vírus, fábricas de automóveis na Coreia tiveram que parar a produção porque faltavam peças. Mais significativo ainda, talvez, seja o fato de que sistemas de saúde e hospitais sofreram escassez de equipamento de proteção para seus trabalhadores porque, em vez de estocar, dependiam de compras *just in time* na economia logística.

3.

Na maioria dos aspectos a pandemia está acelerando tendências em curso, mas ela também pode ser um ponto de ruptura. Ela coloca pressões imensas sobre governos democráticos que já vinham enfraquecidos pelas lutas contra o populismo – e pela junção de corrupção e condescendência das elites que ajudaram a moldar o populismo. É bem provável que ela intensifique ainda mais a concentração de renda entre os riquíssimos que o neoliberalismo, a financeirização e o capitalismo global ajudaram a produzir. Muitos líderes estão adotando o nacionalismo beligerante, não apenas ao culpar uns aos outros, mas ao permitir o declínio da cooperação e de instituições globais. Os danos podem vir a longo prazo. Nós podemos acabar nos mantendo dependentes de sistemas de larga escala compostos por relações indiretas, mas com bem menos capacidade de governá-los para o bem público. É claro que também podemos observar um cenário de solidariedade nacional reforçada e fortalecida, mas há poucos países em que os cidadãos estão se mobilizando efetivamente nesse sentido.

Uma das grandes perguntas é como confrontar a pandemia – e a resposta global desigual – e se essa forma também modificará o nosso combate às mudanças climáticas. Eu não tenho essa resposta, mas me parece provável que no curto prazo a emergência econômica privilegiará aqueles que afirmam que a garantia de empregos passa na frente de salvar o meio ambiente ou reduzir as emissões de carbono. No longo prazo, contudo, a experiência da pandemia pode fornecer suporte àqueles que salientam que não precisamos exclusivamente de crescimento econômico, mas de uma economia diferente.

4.

Bem, um monte. É crucial trazer a ciência social para a compreensão pública agora, assim como para a produção de explicações melhores no longo prazo. No SSRC (Social Science Research Council), liderei esforços para encorajar a “ciência social em tempo real” com engajamentos analíticos imediatos. Alcançando milhões pela internet e um pouco menos que isso por múltiplos livros, abordamos assuntos que iam dos ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos e a securitização global que a eles se seguiu ao furacão Katrina, e os impactos da desigualdade e falta de planejamento que ele expôs à crise financeira de 2008-2009, que enfatizou as fortes pressões para que tudo voltasse ao normal e consequentemente ao fracasso em abordar problemas mais profundos. É crucial apontar para o fato de que a iniciativa contava com a mobilização de conhecimento em ciências sociais e análise, não apenas com a expressão de opiniões.

É importante aprender com estudos sobre HIV/aids, Ebola e SARS. *Unprepared*, de Andrew Lakoff, é excelente a respeito do que aprendemos e não aprendemos em termos de preparação em saúde desde a Guerra Fria. Também é importante, entretanto, estudar “condições sociais preexistentes” que, como condições médicas preexistentes, determinam resultados. Existem livros recentes importantes, como o de Thomas Piketty sobre o capital, Shoshana Zu-

boff sobre o capitalismo de vigilância e os de Andrew Lakoff. Eu recomendaria especialmente um retorno a *The great transformation*, de Karl Polanyi, para compreender não a doença infecciosa, mas como o poder, interesses materiais e a ideologia se combinam para moldar respostas desumanas para o sofrimento humano.

Cristiano Monteiro

1.

As crises sempre fizeram despertar a imaginação sociológica e, com elas, a questão sociológica fundamental da mudança social. Entre ações e estruturas (e as alegadas “sínteses”), o cardápio de teorias disponíveis é variado e não vão faltar opções para os praticantes do ofício que certamente, ou inevitavelmente, vão se dedicar a interpretar os efeitos sociais e políticos da pandemia durante um bom tempo a partir de agora. Das opções teóricas disponíveis, as teorias institucionalistas estão especialmente interessadas em processos de continuidade e mudança. Um dos conceitos centrais utilizados por essas teorias, “dependência de trajetória”, poderá inspirar muitos trabalhos sobre a pandemia e seus efeitos, avaliando a resiliência de arranjos institucionais variados, passando por políticas públicas, padrões de relacionamento entre grupos sociais e trajetórias de desenvolvimento, entre outros. Originalmente, essa abordagem foi proposta por economistas interessados no uso de tecnologias específicas: eventos fortuitos levam uma tecnologia a ser adotada e, à medida que os agentes passam a usá-la, há “retornos crescentes” no uso dessa tecnologia que aumentam gradativamente o custo para adotar uma tecnologia alternativa, mesmo que esta seja mais eficiente, até que ocorre o “aprisionamento”, estabelecendo a “dependência de trajetória”. As abordagens sociológicas, por sua vez, preocupam-se menos com a questão da eficiência e mais com a dimensão do poder, ao mesmo tempo em que tendem a focalizar mais os arranjos institucionais e menos a forma como agentes atomizados utilizam tecnologias ou recursos específicos. Assim, os “retornos crescentes” envolvem acúmulo de poder por parte de grupos diversos, e o “aprisionamento” envolve a cristalização, por meio de regras formais e informais, de relações de dominação e recursos variados de poder. De qualquer forma, para ambas as versões da abordagem, a mudança ocorre apenas diante de um choque exógeno, que constitui uma “conjuntura crítica”, a partir da qual a trajetória pode ser alterada.

2.

Uma crise como a da pandemia da covid-19 aparece como potencial choque para muitos processos de dependência de trajetória, e, a partir de agora, muitos estudos que se orientam por esse arsenal teórico deverão se guiar pela hipótese de que esta é uma conjuntura crítica, avaliando as mudanças que poderão surgir a partir dela. Dentro do relativamente amplo e diversificado campo da sociologia econômica, seus praticantes inclinados à perspectiva da economia

política estão entre os que lançam mão das teorias institucionalistas, incluindo o conceito de dependência de trajetória. Análises sobre processos macro-históricos, como os modelos de desenvolvimento e as “variedades de capitalismo”, com suas implicações para setores econômicos, mercados específicos (o mercado de trabalho entre ele) e políticas públicas, fazem parte dos objetos de pesquisa contemplados. Uma síntese dos resultados alcançados está na constatação de que a globalização, somada a escolhas feitas por atores políticos relevantes, levou à constituição de uma trajetória crescentemente orientada para um modelo econômico mais liberal, com fortalecimento dos agentes financeiros e grandes corporações, enfraquecimento do poder de barganha dos trabalhadores e, do ponto de vista da solidariedade social, aumento da desigualdade. Os países em desenvolvimento, a América Latina especialmente, têm acompanhado esse movimento, com nuances locais: um ciclo mais ou menos amplo de adesão à agenda de liberalização na década de 1990, “chacoalhado” (mas não necessariamente abandonado) na década de 2000 e revigorado na década atual. Todas essas tendências mais macro assumem feições particulares conforme a região, o país, a organização setorial ou, de baixo para cima, conforme a capacidade de mobilização e enfrentamento dos atores locais, o que justifica a ideia de modelos de desenvolvimento e “variedades de capitalismo”, sempre no plural. Os estudos em curso sobre cada um desses recortes levarão em consideração o impacto da pandemia ou, a partir de agora, abre-se uma agenda de pesquisa nova sobre as reconfigurações dessas diferentes dimensões tendo a pandemia como ponto de partida.

3.

Dentre as inúmeras trajetórias em curso passíveis de interpretação pela lente da dependência de trajetória, destaco duas para as quais a pandemia pode representar uma conjuntura crítica, sugerindo uma hipótese otimista para uma e uma hipótese pessimista para outra. No primeiro caso, sobre a trajetória de liberalização da economia ou, mais genericamente, sobre o neoliberalismo, essa conjuntura crítica pode abrir espaço para uma agenda política mais sensível ao problema da desigualdade social e aberta ao maior envolvimento do Estado na atividade econômica, em detrimento da crença na lógica de mercado e na agenda neoliberal. Até então, predominou o diagnóstico de que, com a globalização, a financeirização da economia e a pressão sobre os governos nacionais por austeridade levaram a um quadro em que, com poucas exceções, perderam os trabalhadores, as comunidades e o meio ambiente. As consequências disruptivas desse modelo para o tecido social são potencializadas pela pandemia, enquanto as estratégias e instituições mais eficientes para o seu enfrentamento passam por caminhos que vão no sentido oposto ao “cada um por si” do livre mercado. Como resultado, reabriu-se o debate sobre políticas redistributivas até mesmo entre os economistas do *mainstream*, incluindo a defesa da renda mínima e o abandono (mesmo que temporário – até quando?) da austeridade

fiscal em prol do aumento do “gasto público” como estratégia para superar a crise, o que dá lastro à hipótese de reversão da trajetória de desenvolvimento pela via neoliberal.

No polo das más notícias, a globalização significou mudanças importantes na dinâmica do capitalismo, com o fortalecimento das grandes corporações e das instituições financeiras, ao lado da reorganização da produção e do trabalho por meio de “cadeias globais de valor” ou “redes globais de produção”, abordagens que se complementam na análise desse fenômeno. Essa reconfiguração do capitalismo instaurou uma nova divisão internacional do trabalho, em que grandes empresas passam a operar em uma lógica transnacional, explorando “vantagens comparativas institucionais” oferecidas pelos diferentes países ou territórios. Assim, constituem-se elos mais ou menos nobres nessas cadeias/redes, pressionando agentes locais (governos, comunidades e trabalhadores) a oferecer melhores condições, do ponto de vista das empresas, para as integrar. Grosso modo, instauram-se dois tipos de estratégia de inserção: de um lado, a busca ativa por melhores posições nessa divisão internacional do trabalho, aumentando o investimento em ciência e tecnologia, criando oportunidades para absorver e produzir conhecimento e ampliar a qualificação da mão de obra; de outro, a “corrida ao fundo do poço”, isto é, a atração das redes de produção via redução de custos, com o rebaixamento da remuneração dos trabalhadores e da regulação ambiental e as mais variadas concessões às grandes empresas. A conjuntura crítica representada pela pandemia pode reforçar as assimetrias entre regiões/países vencedores e perdedores, aumentando a pressão sobre trabalhadores, comunidades e os recursos naturais no caso dos perdedores.

4.

Nos últimos anos, livros de autores importantes da sociologia econômica, como Colin Crouch (por exemplo, *The strange non-death of neoliberalism*) e Wolfgang Streeck (por exemplo, *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*), puseram ênfase no que poderíamos chamar de vitória do neoliberalismo, argumentando sobre a progressiva captura das políticas públicas e a própria lógica de funcionamento do Estado, cada vez mais direcionado aos interesses das grandes corporações e do capital financeiro. Assim, suas obras são fundamentais para a compreensão dos desafios relacionados à primeira hipótese, de uma possível reversão da trajetória de liberalização. Uma pista para a possibilidade de construção de vias alternativas se encontra no livro de Kathleen Thelen *Varieties of liberalization and the new politics of social solidarity*, que analisa países desenvolvidos selecionados e demonstra que há diferentes combinações de ampliação da lógica do mercado com mais ou menos desigualdade, reforçando a perspectiva das dinâmicas políticas específicas de cada país, tendo como variável independente as coalizões políticas formadas pelos atores relevantes.

Já do ponto de vista da dinâmica de organização do capitalismo contemporâneo em “cadeias globais de valor” e “redes globais de produção”, os livros

de Gary Gereffi (*Global value chains and development: redefining the contours of 21st century capitalism*) e Neil Coe e Henri Yeung (*Global production networks: theorizing economic development in an interconnected world*) sintetizam o desenvolvimento dessas abordagens complementares ao longo das últimas décadas. Do ponto de vista da inserção da América Latina nessa dinâmica, com algum destaque para o papel do Brasil, o livro de Ben Schneider *Hierarchical capitalism in Latin America: business, labor, and the challenges of equitable development* é obra que foi muito criticada pelos cientistas sociais brasileiros interessados na questão do desenvolvimento, mas que merece ser (re)lida, diante da dependência cada vez mais acentuada do país à produção de *commodities* e partes menos nobres de grandes cadeias globais, que encontra explicação no modelo teórico do autor.

Vale mencionar que nem todos esses trabalhos aprofundam a questão da dependência de trajetória em seus modelos. Alguns dos autores, por sinal, já escreveram criticamente sobre o conceito. Não obstante, são trabalhos que ajudam a conformar as análises com base nas quais as hipóteses são construídas, sendo uma boa porta de entrada para os interessados em discutir seus desdobramentos a partir da perspectiva da sociologia econômica.

Danilo Martuccelli

I.

Todo depende de la caracterización que se haga de la pandemia. En sí misma, nada de muy sorprendente. Epidemias de origen viral se han dado varias veces en la historia, en algunos casos dejando profundas huellas en la memoria colectiva (como la peste en el siglo XIV o la gripe española a comienzos del siglo XX). Pero estos antecedentes no ayudan a comprender esta pandemia que es el fenómeno colectivo más enigmático que nos ha tocado vivir desde hace mucho tiempo. En esto reside el gran desafío para la teoría social. Comprender el enigma de la reacción que el virus ha suscitado. Muchos de los artículos que se han publicado en estos meses esquivan esta problemática y se centran en otros factores (las articulaciones entre globalización y epidemia; papel de los expertos; crisis o no del capitalismo etc.). Todo esto es muy importante. Pero creo que el gran desafío del evento para la teoría social es de otro calibre y reside en lo enigmático mismo del fenómeno. Ni a nivel de sus imprevisibles consecuencias, ni acerca de lo bien fundado de la decisión de los confinamientos y parar con ello la actividad social y económica del mundo, sino de “por qué” se llegó a ello. Para comprenderlo será necesario ir más allá de lo evidente (el argumento de la única buena estrategia...) para escrutar posibles razones irracionales, inconscientes, simple error. Irracionales: una extraña tentación de poder y de destrucción colectiva de todo aquello que constituía el corazón del orden social (capital, trabajo, acumulación...). Error: una decisión precipitada y alarmada, inducida por el pánico, que se reveló incontrolable en sus efectos y difícilmente reversible. Para analizar lo que sucedió habrá que reava-

lorizar la contingencia y recordar a todo momento que siempre es posible actuar de otra manera.

2.

La sociología de la modernidad y la reflexión macro-sociológica pueden ser herramientas idóneas para intentar comprender el enigma de este evento. ¿Qué sucedió? ¿Detrás de las decisiones gubernamentales, asistimos a una revancha del poder de los Estados-nación contra el capitalismo digital globalizado o al advenimiento definitivo de una sociedad de protocolos globalizados (las mismas soluciones expertas aplicándose en todos lados sin consideración de los contextos)? A nivel de la dominación, ¿no explicita la pandemia el declive de las jerarquías y creencias en beneficio de los controles fácticos? Pero este tipo de indagaciones no debe llevar a obliterar cuestiones fundamentales: escrutar no tanto las decisiones sanitarias en sí mismas, en medio de una irresponsable imprevisión colectiva, sino los yacimientos imaginarios de las decisiones. ¿Existe hybris más grande de poder que la de paralizar simultáneamente “toda” la actividad mundial? ¿Por qué se decidió en un mundo tan ordinariamente indiferente a las vidas humanas (inmigración, hambre, asesinatos, exclusión) realizar un esfuerzo de tal talla y con tales consecuencias en nombre de “la” vida? ¿Cómo “la” vida y el confinamiento pudieron esgrimirse como imperativos frente a las exigencias del capitalismo, pero también las escuelas, las deudas, la sociabilidad, la violencia conyugal? ¿Qué revela el temor colectivo a la muerte que este evento puso en escena? ¿Qué jerarquía de miedos estructura nuestras sociedades – la muerte, la violencia, el hambre, la catástrofe etc.? ¿Qué papel y peso – indirecto – tuvo en las decisiones tomadas el malestar que tantos individuos resienten cotidianamente a propósito de sus condiciones de vida? Para afrontar el enigma, habrá que abrirse a razonamientos contraintuitivos, deshaciéndolos de todo funcionalismo conspirativo: ¿no terminará siendo la pandemia, involuntariamente, una fuente de legitimación de “esa” vida que hasta ayer asfixiaba económica, social y ecológicamente?

3.

Todas las sociedades reprimen un hecho fundamental: en contra de lo que las evidencias cotidianas parecen imponer, todo es posible. Como lo muestra la historia, muchas y muy diversas composiciones de la sociedad son posibles. La verdad de este abismo ha sido abierta con una violencia inusitada por la pandemia. Más allá por eso de las probabilidades que tal o cual cosa suceda (retorno a la muy vieja normalidad, reorientación del capitalismo digital, mayor intervención estatal, New Green Deal, economía regenerativa, explosión del autoritarismo etc.), la pandemia debería permitir replantear desde un punto de vista político la jerarquía de los valores colectivos. Si la conciliación práctica de diferentes principios en tensión es la regla en las sociedades modernas, la pandemia invita a mejor esclarecer nuestras jerarquías colectivas alrededor de la libertad, la igualdad, la solidaridad, la geopolítica, el bienestar o la vida. No deberían ser discusio-

nes abstractas de filosofía política, sino debates muy concretos, aunque de índole existencial, en los que será necesario hacer transparentes las consecuencias de las decisiones. Pero la pandemia también invita a repensar esta vez en la sociología la concepción misma de lo social desde ángulos distintos que la efervescencia, la muchedumbre o la densidad, e incluso las interacciones, analizando que tendencias en la digitalización o las teleactividades se confirmarán y cuáles serán revertidas, qué nuevas jerarquías de distancias y de presencias se forjarán, qué mutaciones tendrá la visibilidad. Sin embargo, lo más probable es que ante el abismo al que confrontan estos esfuerzos, se intentará con mayor o menor mala fe y falsa conciencia regresar a las concepciones y soluciones del pasado. La inercia roerá todos los cambios. Comenzando por el más obvio e importante de todos: el replanteo de las relaciones entre la sociedad y la naturaleza.

4.

El intelectual colectivo del siglo XXI es el periodismo y la pandemia lo ha mostrado una vez más. El puñado de intelectuales altamente publicitados a nivel global que ha escrito sobre el tema no ha brillado, ninguno(a) de ello(a)s, por la inteligencia de sus análisis. En el lenguaje estructuralista en los años 1970, cada uno de ello(a)s tenía demasiados intereses ideológicos en querer convencer a los lectores de la pertinencia de sus obras y miradas anteriores para abrirse realmente al evento y sus enigmas. La inteligencia analítica estuvo en otro lado: en el encomiable trabajo colectivo de miles de periodistas a través de muy distintos soportes. Su trabajo fue tanto más importante que la puesta en cuarentena de la deliberación democrática y la muy fuerte limitación de las libertades fundamentales les dio un rol de salvaguarda de la democracia como nunca lo habían tenido. El periodismo es cada vez más la gran matriz de enunciación, de aparición y de inteligibilidad de la vida social: impone tanto el análisis distante de los sucesos (en tercera persona) como el testimonio ante los hechos (en primera persona), un formato corto y a lo más de algunas páginas o minutos, impone argumentaciones en las cuales las afirmaciones priman sobre las demostraciones, todo esto marcado por una reactividad constante. El trabajo de comprensión del mundo se reorganiza desde el artículo o el podcast. Por supuesto, esto no supone el fin del libro en las ciencias sociales (¡ojalá!), pero impone nuevos desafíos analíticos. Reconociendo el hecho que ante una crisis de esta envergadura la inteligencia del evento estuvo fuera de nuestras disciplinas, hay que tratar de extraer las consecuencias que se imponen. La primera de todas: incentivar, desde los años de formación de los científicos sociales, la imaginación teórica por encima de las escolásticas y el metodologismo.

David Le Breton

1.

Nenhuma teoria sociológica é capaz de compreender ou explicar sozinha a pandemia e suas consequências sociais e culturais. Múltiplas abordagens são

possíveis para tratar de dimensões específicas do fenômeno de forma não excludente. Elas podem ser políticas, orientadas em termos de classe social ou de grupos de influência, por exemplo. A abordagem em geral é mais explicativa quando pertence a uma filiação predominantemente durkheimiana. Outras, por contraste, têm uma perspectiva compreensiva e centrada sobretudo nos atores em cena, nos significados e valores que eles atribuem ao evento. Da minha parte, pertenço claramente à linha compreensiva herdada de Max Weber ou de Simmel que se cristalizou na Escola de Chicago e no interacionismo simbólico. Mas nenhuma abordagem pode ter a arrogância de ser a única a dizer o que está acontecendo.

2.

Minhas pesquisas foram projetadas ao centro da crise sanitária e do confinamento, e eu fui muito solicitado por conta disso. Meu trabalho se dedica à antropologia do corpo, ao rosto, ao silêncio, às emoções, ao sentido, ao riso e mesmo ao desaparecimento de si! A crise sanitária perturba profundamente nossos ritos de interação. Os gestos de barreira impõem distância em relação ao corpo do outro ao considerar suspeita uma presença muito próxima e mais ainda em relação ao aperto de mão ou os beijos que impõe o contato. Além disso, a máscara introduz um embaraço imenso. Ao desfigurar o rosto, ela desfigura o laço social. Em nossas sociedades contemporâneas, o rosto é o lugar do reconhecimento mútuo. Por meio de sua nudez somos reconhecidos, nomeados, julgados, associados a um sexo, uma idade, uma cor de pele, somos amados, desprezados, ou anônimos, dissolvidos na indiferença da multidão. Conhecer o outro implica lhe dar a ver e compreender um rosto cheio de sentido e valor, e fazer no eco de seu próprio rosto um lugar igual de significação e interesse. A reciprocidade das trocas no seio do laço social implica identificação e reconhecimento mútuo dos rostos, suporte essencial da comunicação. As mímicas indicam a ressonância de nossas palavras, elas são as reguladoras da troca. Essa dissimulação necessária do rosto se junta à interferência social e à fragmentação de nossas sociedades. Por trás das máscaras perdemos nossas singularidades, mas também uma parte da nossa licença existencial de olhar os outros ao nosso redor. Cada um de nós está isolado em meio ao espaço público. Nos movemos por trás dos nossos muros que são a máscara e os gestos de barreira. O laço social se torna um arquipélago de indivíduos distanciados uns dos outros.

3.

O mundo inteiro entrou numa fase de liminaridade na qual faltam as instruções de uso. Um período de transição ainda a ser domado a fim de que possamos preparar novas ritualidades da vida cotidiana ou da interação com os outros, já que os gestos de acolhida foram destruídos pelos imperativos higiênicos. Os códigos antigos não funcionam mais, e ainda não temos certeza daqueles que virão. Os códigos nos faltam e será necessário os reinventar. A economia foi

varrida, e não voltará tão cedo ao seu patamar anterior. Às ameaças à saúde seguem as ameaças ao emprego, além daquelas à paisagem de lojas e empresas nas vizinhanças em que vivemos. De maneira geral, os mundos contemporâneos avançam resoluta e cegamente em direção a um futuro que escapa a todas as previsões, mas a respeito do qual se fazem avaliações dos riscos que ele guarda em termos do choque das tecnologias sobre a qualidade de vida, a desregulação do clima, a poluição, as ameaças de riscos tecnológicos ainda maiores etc. Metade do planeta esteve confinada. A crise sanitária nos lembra da estreita interdependência de nossas sociedades, da impossibilidade de fechar nossas fronteiras. E tampouco as fronteiras biológicas entre os componentes dos inúmeros mundos vivos, entre o animal e o humano, ou com o ambiente em seu conjunto. Tudo está ligado. Estamos imersos na matéria viva do mundo, substância entre substâncias sem que fronteiras delimitem verdadeiramente a humanidade dos reinos animal e vegetal, por exemplo. O cosmo está em nós como nós estamos no cosmo. Tudo está em tudo, como dizia Anaxágoras. O surgimento do coronavírus é uma nova volta no parafuso do emaranhado dos mundos num mesmo mundo cada vez mais estreitamente tecido e cuja arquitetura não cessa de se fragilizar. Um paradoxo, além do mais, é que ao reduzir a circulação automóvel e aérea, ao paralisar incontáveis atividades poluentes, o vírus conseguiu uma espécie de respiração ecológica para o planeta, notadamente para o reino animal. Um estudo finlandês mostra que, apenas na Europa, 12.000 vidas foram salvas pelo confinamento e, conseqüentemente pelo desaparecimento da poluição ambiental, dezenas de milhares de crianças escaparam da asma. Além disso, a diminuição do tráfego de automóveis salvou dezenas de milhares de pessoas que seriam vítimas de acidentes mortais. Esse é o paradoxo inacreditável das nossas sociedades pós-modernas. A crise sanitária é um exemplo de coincidência de opostos. O pior nos chama a ter lucidez a respeito do mundo por vir, nos dá um ensinamento infalível. É um teste trágico que produz soluções para um mundo mais solidário e feliz. Após anos de indiferença extrema em relação às reivindicações sociais do mais desfavorecidos, essa pandemia nos lembra da necessidade antropológica da partilha. Somos interdependentes para o melhor e o pior.

4.

O coronavírus levou ao fracasso provisório do neoliberalismo, paradoxalmente fazendo necessário o apoio do Estado às populações mais afetadas pela crise sanitária. Os serviços públicos se revelaram um suporte da maior importância à manutenção das atividades fundamentais da vida cotidiana. Estamos em um período de suspensão, e é difícil saber qual lição os Estados e a economia tirarão dele. Restaurar o humanismo social violentamente atacado no mundo todo por um capitalismo triunfante e cínico é um imperativo, para revitalizar o gosto pela vida, proteger a diversidade ecológica do planeta e dar apoio aos mais vulneráveis. Nesse sentido, estamos na encruzilhada para romper com uma

economia obcecada pelo lucro que multiplica a miséria social e a destruição a curto prazo do planeta. Essa crise sanitária é uma travessia provisória da noite, do luto, da angústia, mas do outro lado nos espera uma forma de renascimento. Estamos num cruzamento de caminhos, a atitude dos políticos será determinante: a crise sanitária pode engendrar um salto humanista, uma atenção ecológica maior com o planeta, uma preocupação social para a luta contra as desigualdades e injustiças. Me parece que a antropologia dos mundos contemporâneos é a abordagem mais sensível, aquela que leva em conta a dimensão do sentido e dos valores que impregnam nossas existências individuais e coletivas. Ao tratar da condição humana enquanto algo que está sempre inscrito num contexto social e cultural preciso, ela fornece orientações essenciais à elaboração de um laço social mais fértil. Ela nos informa aquilo que dá coesão ao laço social, que o faz propício e que alimenta nos atores o gosto de viver com os outros.

Elisa Reis

1.

A perplexidade e a própria urgência experimentada no momento magnificam as dúvidas e incertezas com que nos deparamos. Certamente muitas das especializações da sociologia são chaves adequadas para pensar aspectos variados da crise, e isso tem sido feito com sucesso em diversas áreas. Admiro e aprendo com as reflexões dos colegas sobre o acervo de nosso conhecimento sociológico e o modo como ele contribui para analisar e interpretar o impacto da pandemia.

Acredito que a sociologia política pode aportar conhecimentos valiosos nos planos local, nacional e global. As dúvidas sobre o presente e as controvérsias que envolvem as previsões sobre o mundo pós-covid-19 já começam a frequentar, por exemplo, a literatura produzida pela sociologia política de cunho histórico-comparativo. Sabemos também que as macrointerpretações de crises cumprem elas próprias funções sociais, fornecendo não só aos especialistas, mas também aos leigos, interpretações que proveem lentes para o entendimento do mundo em que vivemos.

2.

Alguns dos temas de pesquisa que me são caros podem se prestar a diálogos estimulantes envolvendo questões específicas sobre a crise atual. Pessoalmente, porém, tendo em conta as grandes incertezas do momento, tenho refletido sobretudo a respeito de como podemos contribuir na busca de respostas para os problemas sociais urgentes e os emergentes no futuro próximo. Pergunto-me como as ciências sociais podem compartilhar o conhecimento especializado sobre tais problemas com colegas de outras ciências. Nesse sentido, uma questão que tem me mobilizado é: como podemos compartilhar conhecimentos para identificar problemas inerentes à vulnerabilidade social e possíveis respostas a eles?

Já sabemos que com a atual crise sanitária e humanitária os problemas preexistentes serão agravados. Também sabemos que novos grupos vulneráveis e novas formas de vulnerabilidade estão sendo produzidos pela pandemia. Identificar, analisar e pensar soluções para velhas e novas vulnerabilidades demanda estreita colaboração entre colegas das ciências sociais e naturais. Se é verdade que a especialização permitiu avanços notáveis em todas as áreas do conhecimento científico, o grande desafio que os problemas contemporâneos têm nos colocado é como integrar de forma efetiva contribuições de diversas disciplinas. Nesse *front*, o que salta aos olhos é o caráter tentativo com que todas as ciências abordam os problemas ora em pauta.

3.

O grau de incerteza com que todos nos deparamos é algo que por um lado coloca em questão o próprio modo como pensamos e lidamos com cada um de nossos nichos disciplinares. Por outro lado, a própria incerteza e o caráter de urgência dos problemas em curso devem nos motivar a renovar o compromisso com o esforço metódico e sistemático de avançar o conhecimento. Da mesma forma que no âmbito das ciências experimentais convivem debates e disputas, no contexto das ciências sociais as discordâncias devem ser tratadas de forma explícita, e o diálogo levado à frente de forma sistemática. Como em todas as áreas da ciência, existem entre nós disputas, controvérsias, diálogos. A credibilidade da ciência reside, em grande parte, precisamente no fato de que o que produzimos é alvo de constante discussão e crítica. Sabemos que o alcance de nossas interpretações e explicações é sempre parcial, limitado e destinado a ser superado, mas faltar com esse compromisso seria negar tanto a ciência como vocação como a vocação da ciência.

4.

Destacar obras específicas de especial relevância para o momento atual é extremamente difícil dado o amplo escopo da crise atual. Cito, apenas a título de exemplo, três das muitas contribuições que me inspiram neste momento: *A grande transformação*, de Karl Polanyi; *In care of the State: health care, education and welfare in Europe and the USA in the Modern Era*, de Abram de Swaan; e *Why trust science?*, de Noami Oreskes.

Elísio Estanque

1.

Creio que a sociologia detém um conjunto de ferramentas capazes de ajudar a compreender este mundo em convulsão, agora devido à pandemia da covid-19. Enquanto especialidade acadêmica vocacionada para compreender as sociedades complexas, a sociologia possui, desde Marx, Durkheim e Weber, os instrumentos teóricos, conceituais e metodológicos que lhe permitem desenvolver estudos sistêmicos (ou intensivos) sobre a realidade que está neste momento a abalar o mundo. No entanto, não sendo uma ciência exata, as diferentes perspectivas e

correntes teóricas que marcam o pensamento social conduzem naturalmente a diagnósticos e conclusões distintas e porventura conflitantes entre si. Os paradigmas do pensamento contemporâneo nas ciências sociais – entre as escolas clássicas, o positivismo, o marxismo, o weberianismo etc. e entre os contemporâneos, o construtivismo, o pós-modernismo, a crítica pós-colonialista etc. – continuam a influenciar a análise sociológica. Em especial, perante um problema social tão grave e tão dramático como este, é inevitável que a urgência da intervenção permita que os critérios acadêmicos sejam contaminados pelas opções ideológicas dos seus intervenientes, além de que a análise objetiva e sistemática dos fenômenos requer algum distanciamento temporal, ou seja, estudar o fenômeno enquanto estamos no centro do furacão dos acontecimentos é impossível. Tal não significa, contudo, que a nossa intervenção, enquanto cientistas sociais, e o contributo que poderemos disponibilizar para a compreensão dos efeitos sociais desta pandemia (e das medidas de confinamento) não sejam importantes. São sobretudo importantes se considerarmos que muitas das tendências em curso na economia, no mundo tecnológico, no campo laboral ou na esfera política, por exemplo, já estão em curso há décadas. As mudanças desencadeadas a partir do impacto da covid-19 não ocorrem no vazio, mas sim incidem sobre dinâmicas e estruturas preexistentes. Desde logo no plano da inovação, digitalização, teletrabalho e expansão das redes virtuais esta pandemia está sem dúvida a servir de catalisador, e é provável que o alcance desses meios na sociedade se torne mais evidente no curto prazo. A sociologia, porém, não faz futurologia.

2.

Nas áreas temáticas em que venho desenvolvendo meus trabalhos nas últimas décadas (relações de trabalho, classes sociais, movimentos sociais) haverá seguramente muitas transformações, e em alguns casos elas já se fazem sentir. A crise econômica brutal, o disparar das taxas de desemprego, a aceleração da digitalização e das plataformas de prestação de serviços, a multiplicação de atividades em que as redes de comunicação a distância são decisivas, o aumento das redes de ativismo virtual, campanhas de solidariedade e intervenção cívica etc., etc., são alguns dos domínios a ser atingidos no imediato e no curto prazo. Desconhecem-se ainda as consequências no médio prazo, tal como se desconhecem o real alcance e a duração da pandemia na escala global. Vivemos um momento de grande perplexidade quanto ao futuro. Perante, entretanto, o volume de população atingida (na data de hoje 17.04.2020, a plataforma Johns Hopkins revela 2.169.062 contaminados – 08:16am em Brasília – e 146.071 mortes de covid-19) e atendendo ainda às orientações de alguns líderes “negacionistas” (Bolsonaro e Trump são os piores exemplos), é previsível que também no plano político haja consequências importantes no rescaldo desta pandemia viral.

3.

Em muitos aspectos, como referi, trata-se de uma aceleração de tendências já em curso desde pelo menos o início do milênio. Porém, desconhecem-se ainda

os efeitos de tudo isto na questão ambiental. O susto coletivo que estamos a passar, o confinamento prolongado, com o ressurgir das prioridades mais simples e básicas criam todo um novo clima psicológico, que favorece uma reestruturação de subjetividades e do sentido identitário das comunidades. Comunidades virtuais desterritorializadas e reinventadas? É possível que ganhem maior expressão; mas também que os apelos da terra, da agricultura familiar, da economia solidária venham a relançar o mundo rural de um modo inovador. Evidentemente que as opções ideológicas alinhadas com o neoliberalismo (e em geral combinadas com populismo de direita) tendem a minimizar o problema e a dar prioridade às atividades econômicas, aparentemente menosprezando as implicações de suas decisões no aumento da mortalidade. Aqui se jogam modelos econômicos opostos e, em especial na Europa, está em jogo o futuro da União Europeia, ou o seu eventual desmantelamento ou o possível reforço do Estado providência, sobretudo considerando a intervenção salvadora dos recursos públicos no auxílio a esta calamidade. Além dos milhares de mortes de coronavírus, haveria certamente muita gente a morrer de fome nas ruas (ou no isolamento familiar) não fossem as medidas urgentes adotadas por vários Estados europeus de auxílio aos trabalhadores e pequenas empresas que entraram em *lay-off* ou simplesmente encerraram. No contexto da UE, acredito que, apesar das dificuldades e resistências de alguns países do norte, haverá medidas de mutualização das dívidas públicas dos Estados membros. Por outro lado, dependendo do balanço final que venha a ser feito e tornado perceptível pelos cidadãos, é previsível que os líderes populistas (nomeadamente nos EUA e Brasil) venham a ser politicamente penalizados e/ou eventualmente destituídos.

4.

Boaventura de Sousa Santos acaba de publicar um novo livro em que difunde suas posições de textos de reflexão relacionadas com a pandemia, e obviamente no âmbito do quadro teórico que vem desenvolvendo há várias décadas fundado na premissa das tensões norte-sul global e nos vetores que considera definirem o sistema global de hoje (capitalismo, patriarcado e colonialismo). É seguramente uma leitura estimulante, porque estimulante e criativo é o seu pensamento crítico; aqui fica a referência: *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina (publicado no Brasil pela Boitempo Editorial). Além disso, recomendaria a releitura de obras já clássicas de crítica do mercantilismo capitalista, por exemplo, Karl Polanyi, *A grande transformação* (1944), que continua atual em muitas matérias e que, em diálogo com Marx, nos ajuda a um entendimento das perversidades da mercadorização capitalista. Acrescentaria ainda três referências que, creio, vão ao encontro dos problemas atuais: Erik Olin Wright, *How to be an anti-capitalist in the 21st century*; Klaus Dörre, S. Lessenich e H. Rosa, *Sociology, capitalism, critique*; e Sonia Livingstone e J. Sefton-Green, *The class living and learning in the digital age*.

Fabrizio Monteiro Neves**1.**

A teoria sociológica é frutífera em crises. Os clássicos Weber, Marx e Durkheim desenvolveram teorias sobre a crise do mundo antigo e a emergência de um novo tipo de sociedade, a moderna capitalista. Todos, a sua maneira, inovaram, mesmo utilizando teorias anteriores para apresentar um diagnóstico daqueles eventos que os acometiam. A teoria sociológica, portanto, já possui instrumentos para pensar a crise e ensaiar futuros possíveis porque, como eu disse, a sociologia é filha da crise, mas tudo isso terá que ser repensado a partir dos desdobramentos reais que a pandemia nos oferecer. Façamos quatro exercícios: a teoria do conflito já está demasiadamente avançada para compreender, no futuro, processos conflituosos que emergirão, provavelmente em função da escassez de recursos e das mudanças políticas e íntimas; isso nos leva a discutir teorias da desigualdade, já que classes, grupos e elites serão, provavelmente, reconfigurados; o interacionismo simbólico privilegia em seus estudos relações cotidianas face a face – contudo, na possibilidade de um mundo de relações remotas, as ideias de cotidiano e interação significativa deveriam ser repensadas; teorias do risco relacionam expectativas de catástrofes globais com respostas a elas, principalmente por parte da ciência e da tecnologia, as quais poderão instaurar seus regimes técnico-cognitivos com argumento de saúde e segurança. Desse modo, é preciso fazer avançar a teoria sociológica para contemplar fenômenos novos, que fogem ao seu escopo atual. A crise abre essa possibilidade.

2.

A teoria sociológica e os estudos sociais da ciência sempre caminharam lado a lado. No primeiro caso, a teoria dos sistemas é um meio para se conceituar de forma articulada a sociedade mundial, por oferecer instrumentos para pensar a expansão global da covid-19 e as distintas respostas dadas à pandemia. Grande parte dos processos que a pandemia mobiliza está enraizada nos limites dos Estados nacionais, os quais não respondem igualmente a fenômenos dessa magnitude. Assim, uma perspectiva sistêmica ressaltaria a relação entre os diferentes sistemas sociais a partir das perturbações causadas pelo vírus nos distintos contextos da sociedade mundial. Supostamente, o sistema da saúde tem assumido o centro dos processos sociais, mas isso reflete a realidade de todos os lugares? A pergunta remete aos estudos sociais da ciência e da tecnologia, uma vez que é importante se questionar como o sistema científico tem operado neste cenário de crise. Podem-se utilizar abordagens sobre controvérsias científicas a partir dos estudos das novas vacinas e medicamentos, como, por exemplo, a controvérsia da cloroquina. Ligada ao tema anterior encontra-se a discussão do uso de redes sociais para informação, o que lança nova luz sobre debates acerca da pós-verdade, aconselhamento técnico e confiança. Importantes neste momento também são estudos sobre a desigualdade

na ciência, ressaltando que alguns laboratórios e universidades teriam mais recursos para responder à crise; abordagens sobre a participação pública na ciência, de modo a mostrar o engajamento público com questões científicas que o vírus mobiliza; perspectivas sobre o imaginário sociotécnico que se constitui a partir da presença do vírus; divulgação e educação científica, pensando nos meios de traduzir ao público mais geral termos e teorias esotéricas; além de investigações sobre a relação de humanos e animais, para pensar em termos mais simétricos as distintas agências que são articuladas na relação sociedade/natureza.

3.

As crises são momentos de contingência social máxima, porque suspendem o corriqueiro, o cotidiano e o recorrente. É muito difícil projetar qualquer cenário em um contexto no qual as convenções, valores e expectativas estão ainda se assentando. Isso não é necessariamente o vírus que causa, mas sua relação com a ordem social anterior. O impacto da crise só pode ser compreendido a partir dos meios de comunicação, informação e transporte, tal como se configuraram, mais ou menos, de 50 anos para cá, a partir dos hábitos corporais, das rotinas de higiene, das formas das relações humanas nos mais variados contextos da sociedade global, do arranjo entre as nações, dos interesses políticos e econômicos, enfim, da maneira como essas dimensões da vida social recebem e processam a pandemia. A tecnologia tem sido mobilizada em muitas situações da pandemia, e, provavelmente, inovadoras formas tecnológicas emergirão neste cenário ainda incerto. As políticas econômicas adotadas trarão impactos fiscais no Estado, que, em situação posterior, tende a políticas de austeridade ainda mais severas. Programas de renda universais em implantação pelo mundo tendem, no entanto, a criar novos interesses políticos, com ampla capacidade de mobilização, inaugurando novos ciclos de demandas sociais. A resposta ao vírus transformará todas essas dimensões, profundamente ou de forma imperceptível.

4.

Por óbvio, teorias sobre o risco são porta de entrada; duas me ocorrem: Niklas Luhmann, com *Risk: a sociological theory*, lançado em 1991, e Ulrich Beck, com *Risk society: towards a new modernity*, de 1986. Para compreender as relações geopolíticas desiguais e suas dinâmicas, Immanuel Wallerstein, com o já clássico *The modern world system*, de 1974. Sobre relações entre ordem e desordem, pureza e impureza, higiene e desigualdades, continua atual *Pureza e perigo*, de 1966, de Mary Douglas. Livros sobre virtualização das relações humanas, como *Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line*, lançado em 2017 por Richard Miskolci e *Love and other technologies: retrofitting eros for the information age*, de Dominic Pettman. Sobre a dinâmica da pós-verdade, embora em tom jornalístico, é interessante o livro de Matthew D'Ancona *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Sobre controvérsias cientí-

ficas, ainda é clássica a série *O golem*, de Harry Collins e Trevor Pinch, composta por três volumes (ciência, tecnologia e medicina).

François Dubet

1.

Penso que a pandemia nos remete ao que podemos chamar de sociologia clássica. Com efeito, a principal questão que se coloca é a da integração e da solidariedade social em face do vírus. Essa questão se precipita sobre diversos temas. O primeiro é o da integração funcional das sociedades nas quais a divisão do trabalho é uma questão de sobrevivência: em que as diversas atividades sociais são úteis à sobrevivência coletiva? Descobrimos que as profissões pouco valorizadas eram na verdade mais úteis à vida social que aquelas que são, no entanto, mais prestigiadas. A segunda questão é a da cultura cívica numa epidemia que obriga todos a “se comportar bem” para proteger a si e aos outros. Por fim, a última questão é a do exercício do poder nas sociedades democráticas, da relação com a ciência e as *fake news*. A sociologia não explica a pandemia, mas analisa as respostas das sociedades, que variam sensivelmente de acordo com os níveis de integração social e coesão democrática. As respostas de Suécia, Canadá, Estados Unidos, Brasil, China e vários outros países deverão ser estudadas, e com isso aprenderemos muito sobre a natureza das sociedades, sobre sua “solidez”.

2.

Minhas próprias pesquisas não tratam da sociologia dos riscos e da saúde. Estou mais interessado nas desigualdades sociais e suas transformações nas sociedades pós-industriais da América do Norte e da Europa ocidental. Na maioria desses países, especialmente os mais liberais, as desigualdades sociais aumentaram, mas, o que é mais fundamental, elas mudaram de natureza. Passamos de um regime de desigualdades definidas em termos de classes sociais para um regime que eu chamo de desigualdades múltiplas: os indivíduos são definidos por uma variedade de desigualdades relativamente heterogêneas. Somos “desiguais enquanto” trabalhadores, mulheres, homens, jovens, velhos, com ou sem diploma, negros ou não, minoria sexual... A lista é infinita, e cada um vive as desigualdades como experiência singular e como forma de desprezo.

Essa experiência de desigualdades não encontra expressão política organizada pelos partidos de esquerda e pelos sindicatos, porque cada um se compara aos mais próximos de si e se sente vítima. Há hostilidade aos que estão acima e aos que estão abaixo. Consequentemente, o ressentimento e o ódio levam aos movimentos populistas, que opõem um povo supostamente unido às elites supostamente homogêneas e aos estrangeiros. Evidentemente, essa configuração social e política é particularmente inquietante e perigosa em face da pandemia, que exige confiança nos outros, na solidariedade, na “razão” e na ciência, em vez de denúncia de bodes expiatórios.

3.

Na França, a pandemia provocou uma dupla reação. A primeira é um desejo de solidariedade e igualdade que veio com a revelação da utilidade coletiva de um grande número de atividades. Muitos também compreenderam que a mundialização descontrolada era perigosa e, de maneira mais geral, que as sociedades humanas deveriam contar com a natureza. Existe também uma vontade de redução dos excessos do consumo e um reforço da consciência ecológica. Esses são os aspectos positivos da pandemia. Há, contudo, uma reação muito mais perigosa diante das consequências econômicas da pandemia: desemprego em massa, empobrecimento geral e multiplicação dos conflitos e acusações. Se essa tendência prevalecer, podemos ter que nos preocupar com violências sociais como as dos *gilets jaunes*, aumento da insegurança, ódio dos estrangeiros e de outros países... Nesse caso, as sociedades mais democráticas podem sair da crise com regimes autoritários. E, assim, voltaríamos à sociedade de antes, mas piores.

Parece-me que, hoje, os atores políticos têm responsabilidades consideráveis. São eles que escolherão entre a solidariedade e o ódio. Me preocupo com a possibilidade de que muitos escolham o ódio. O mesmo raciocínio pode ser feito em nível internacional. Ou inventamos outras maneiras de regular a mundialização, ou caminhamos em direção à guerra econômica, como parecem querer hoje Trump e o governo chinês. E, por que não, em direção à guerra *tout court*. O pior, entretanto, não é sempre necessário.

4.

Há algumas décadas a sociologia é uma disciplina em queda. Perdeu sua influência política, não atrai mais os melhores estudantes, desintegrou-se em uma infinidade de objetos e pontos de vista. Está satisfeita com uma crítica rotineira das desigualdades e discriminações... Não influencia mais as elites fora do *campus*. Não é apenas por causa do neoliberalismo que a economia se tornou a ciência social mais importante, mas pelo rigor de seus métodos, por sua imaginação e, muitas vezes, por sua vontade crítica de propor soluções para problemas que não são somente econômicos, como os da educação, saúde, meio ambiente, democracia... Há economistas de direita e economistas de esquerda, mas todos estão de acordo sobre os princípios da sua ciência, enquanto os sociólogos multiplicam *studies* e frequentemente falam apenas consigo mesmos e com os pequenos grupos dos quais são especialistas e, muitas vezes, porta-vozes.

Acredito que a pandemia pode ser uma oportunidade para a sociologia, se a nossa disciplina encontrar uma parte da sua vocação: a de ser uma teoria dos conjuntos sociais, da sociedade, do funcionamento, dos sistemas e dos conflitos. Hoje, nós precisamos de teorias da sociedade que sejam também filosofias políticas e morais, dizendo como “manter” as sociedades, como podem ser relativamente justas e habitáveis; sociologias engajadas mais do que socio-

logias que hesitam entre a *expertise* e a denúncia da injustiça do mundo, o que não é uma revelação. É necessário ler Durkheim, Marx e Weber e, talvez,... Parsons. Da mesma maneira que os sociólogos construíram teorias das sociedades modernas, devemos hoje retomar esse trabalho porque nós temos a escolha entre sociedade ou barbárie.

Gilberto Hochman

1.

Será difícil responder à emergência sanitária sem ciências sociais, e estas não podem silenciar diante da pandemia. As humanidades em geral, e as ciências sociais em particular, têm arsenal teórico e conceitual para a compreensão da pandemia como fenômeno social, político e econômico. Há dois roteiros possíveis para interpretação desse fenômeno tão interconectado: a compreensão das epidemias na sua dimensão fundamentalmente social baseada na reflexão desde os clássicos das ciências sociais e um movimento mais provocador, mas não por isso superior, de compreensão interconectada entre os fenômenos biológicos e sociais, por uma parte dos estudos sociais da ciência e da tecnologia. Da teoria sociológica clássica ao STS, o desafio para muitos é interpretar os efeitos sociais e políticos da crise, mas também participar de diversos modos, e criticamente, das respostas públicas à covid-19, sejam elas comunitárias ou estatais. O dicionário público da pandemia é o das ciências sociais: afastamento, contágio, crise, cuidado, desigualdade, distopia, insegurança, interação, isolamento, limpeza, máscara, medo, morte, ocultamento, políticas, práticas, resistência, resiliência, risco, ruptura, entre dezenas de outros vocábulos. Portanto é inescapável que cientistas sociais devam participar da comunicação pública da ciência da covid-19 que, nos limites de suas *expertises* profissionais, remete diretamente aos seus arsenais teórico-conceitual e metodológico.

2.

A história importa para a análise de políticas públicas de saúde? Essa é uma pergunta sobre a qual tenho refletido na trilha de economistas e sociólogos da política, e minha resposta tem sido, nas últimas duas décadas, incisiva e insistentemente positiva, ainda que longe de unanimidades e grandes audiências. Tanto o substantivo “história” como o adjetivo “histórico” passaram a frequentar mais o meu vocabulário corrente assim como desse campo de análise, ainda que se saiba que a história esteve mais presente na formação e nos caminhos das ciências sociais. É no campo disciplinar da sociologia que esse diálogo tem sido mais constante e persistente, de onde deriva a expressão “virada histórica das ciências sociais”, a constatação de uma “era de ouro” ou uma “segunda ou terceira onda” da sociologia histórica. Essas questões estão presentes em minha linha de pesquisa, que versa sobre gênese, natureza e desenvolvimento de políticas sociais no Brasil contemporâneo, uma continuidade de análises que discutem o papel da saúde na construção de Estado. A preocupação teórico-con-

ceitual é compreender quando, por que e como, em um determinado contexto histórico, surgem arranjos coletivos, nacionais e compulsórios para proteger populações de riscos e cuidar de agravos (como analfabetismo, desnutrição, doença, envelhecimento, pobreza, morte etc.) e os compensar, bem como quais são as suas consequências sociais e políticas. Diz respeito, portanto, ao processo de constituição de autoridade pública em que epidemias são eventos únicos, trágicos e dramáticos que exacerbam os efeitos negativos da interdependência social (como interdependência sanitária) e, potencialmente, as possíveis saídas (ou arranjos) individuais e coletivas para minorar, solucionar e prevenir.

3.

Em uma perspectiva histórica, desde meados do século XIX epidemias e pandemias provocaram respostas na direção do crescimento da autoridade pública na coordenação de entes federativos e na articulação com outros Estados nacionais e organizações internacionais. E essa seria, portanto, a expectativa do Brasil pós-pandêmico; todavia, como veremos na resposta seguinte, uma análise da sociologia histórica não autoriza previsões apenas otimistas sobre nosso futuro.

4.

Retomar a análise de Norbert Elias (*O processo civilizador*) sobre a sociogênese do Estado pode ajudar a produzir um esquema analítico e uma interpretação sobre o surgimento de arranjos coletivos de proteção social e produção de bem estar a partir da emergência e dos impactos das epidemias. Em primeiro lugar, um elemento-chave para a compreensão da coletivização do bem-estar é a ideia de configuração de Norbert Elias definida, em *Introdução à sociologia*, como um padrão estruturado e mutante de dependências recíprocas entre seres humanos. Seria um instrumento conceitual para se escapar do antagonismo indivíduo versus sociedade, e a interdependência de indivíduos, grupos e instituições, a condição prévia para a formação e identificação de uma configuração. Na passagem do mundo tradicional para o moderno (industrialização, urbanização) ocorreu um alargamento da complexidade das cadeias de interdependência que se tornaram opacas e incontroláveis por parte de qualquer indivíduo ou grupo. Isso impossibilitaria explicar uma configuração a partir das propriedades dos seus componentes, segundo Elias. Nessa perspectiva o desenvolvimento e a dinâmica histórica dessas cadeias de interdependência social geram consequências sociais não antecipadas ou mesmo não desejadas por qualquer indivíduo/grupo que as compõe. E, ao mesmo tempo, são resultados do entrecruzamento das motivações e ações desses mesmos indivíduos e grupos. Um segundo ponto a ser ressaltado é que a caracterização e a análise de configurações complexas só podem ser feitas por meio dos elos de interdependência que as constituem. Os elos de interdependência demandariam formas de coletivização do cuidado com adversidades temporárias ou permanentes; são os efeitos externos negativos, isto é, as consequências indiretas das deficiências e adversidades de uns

indivíduos sobre outros que são imediatamente atingidos (apesar de não sofrerem desses agravos). Por exemplo, a ameaça da doença de alguns sobre os demais membros da sociedade que poderia potencialmente produzir uma consciência sobre essa mesma interdependência. Desse modo, a epidemia seria o paradigma da interdependência social uma vez que, a princípio, ninguém poderia dela escapar. O caminho das respostas coletivas (estatais ou voluntárias) às epidemias é, todavia, objeto de pesquisa sociológica e histórica. Historicamente não foram trajetórias unidirecionais e, por isso, de difícil previsibilidade na experiência atual pandêmica da covid-19. Como indiquei em *The sanitation of Brazil – nation, State and public health*, epidemias no século passado produziram formas públicas e perenes para lidar com os agravos, mas, sociologicamente, as respostas podem ser variadas e, apesar do meu desejo, não apontam necessariamente para expansão do Estado no campo da saúde.

Göran Therborn

I.

De forma geral, a maior parte da sociologia e das ciências sociais parece pouco preparada para compreender e explicar a pandemia do coronavírus. Que teoria sociológica é convocada pela pandemia? Duas, antes de tudo, nenhuma delas muito desenvolvida. Uma é a teoria, e um corpo de descobertas de pesquisa, da interface entre o social e o biomédico, como interação e afetam um ao outro. Ela demandará uma perspectiva empírica mais ampla do que a biopolítica governamental foucaultiana, mais relacionada aos estudos anglo-saxões em saúde pública e à medicina social sueca. Focalizada nas inter-relações entre desigualdade social, doenças e riscos de saúde predominantes, trajetórias de vida e saúde, má saúde e mortalidade. A epidemiologia, que se desenvolveu numa investigação sociomédica pioneira feita por acadêmicos britânicos como Michael Marmot e Richard Wilkinson, não tem sido nem uma subdisciplina reconhecida da sociologia, nem uma vizinha transdisciplinar de primeira ordem. A outra teoria convocada e, a meu ver, também em falta é uma teoria compreensiva, multidimensional do mundo contemporâneo. A análise do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein foi uma contribuição histórica, mas ela não foi desenvolvida para incluir o ecossistema planetário, o que agora é necessário. A mesma limitação, além de outras, vale para a literatura sobre globalização.

A experiência da covid-19 é a maior experiência consciente global na história humana. Algumas outras epidemias foram mais devastadoras, por exemplo a gripe “espanhola” originada no Kansas, EUA – até o dia 7 de maio a contagem de mortos da covid-19 ainda é menos de dois terços das morte anuais por malária. Temos, no entanto, uma experiência simultaneamente comum, ainda que diferenciada, em (até agora) 212 países e territórios no mundo. A pandemia reúne uma sociedade global sem precedentes, interdependente, interconectada, interativa e dividida, trancada por dentro e por fora.

2.

Nunca me interessei muito por autopromoção, então essa questão é de certa maneira difícil ou constrangedora de responder. Penso, contudo, que duas áreas, entre várias de uma carreira razoavelmente longa, são pertinentes para a situação atual. Em primeiro lugar a sociologia global; enquanto um anti-imperialista comprometido desde os nove anos de idade (a guerra da Coreia) sempre tive curiosidade e comprometimento globais. Academicamente, isso resultou em várias contribuições multidimensionais para a compreensão do nosso mundo, como, por exemplo, os trabalhos *The status syndrome*, de Michael Marmot, e *The spirit level*, de Richard G. Wilkinson e Kate Pick. Apesar disso, interesses ecológicos e climáticos recentes não foram integrados, e a economia política e geopolítica o foram majoritariamente em fragmentos ocasionais, apenas. Em segundo lugar, meu trabalho sobre desigualdade, especialmente *The killing fields of inequality* e uma série de artigos em livros e revistas, fez um esforço explícito para incluir saúde e mortalidade – o que eu chamo de desigualdade vital – em discursos e práticas de (des)igualdade. Ele desenvolve uma concepção tridimensional da desigualdade humana, derivada de uma concepção de três dimensões do ser humano e inspirada por, se não exatamente seguindo, Amartya Sen.

Um organismo vivo suscetível a dor e prazer, saúde e doença, e a uma expectativa de vida variavelmente delimitada, sujeito a desigualdade vital determinada socialmente; uma pessoa reflexiva, com ou sem autonomia, que pode ser ignorada ou reconhecida, respeitada ou humilhada, que pode ser privilegiada ou discriminada, sujeita a desigualdade existencial; um ator que persegue objetivos, com recursos variados, de renda e riqueza, de contatos sociais, de poder, em resumo, sujeito a desigualdade de recursos. As três dimensões interagem e se interconectam, mas cada uma tem um peso específico em diferentes períodos do curso de vida humano, suas dinâmicas particulares e diferentes trajetórias de desenvolvimento, e, portanto, têm de ser combatidas de diferentes formas. O mais importante é trazer para o *mainstream* da sociologia assuntos referentes ao desenvolvimento, à vulnerabilidade e resiliência humanas, à saúde e doença.

A análise de classe, outro interesse importante para mim, também teve sua relevância confirmada pela pandemia e sua divisão social específica: a classe média alta trabalhando na segurança de seus lares; os trabalhadores “essenciais” alimentando-a e dela cuidando, bem como de seus pais, enquanto correm risco de contágio; os trabalhadores comuns desempregados ou dispensados, os trabalhadores diaristas e vendedores sem poupança e perdendo seu sustento; e acima de todos esses a burguesia cobrando seus aluguéis em segurança e planejando suas explorações pós-pandemia.

3.

A pandemia está majoritariamente salientando, aprofundando e acelerando processos já em curso. Processos de alargamento da desigualdade vital intra-

nacionais e de desigualdade de recursos em geral, de fim (desde a crise financeira de 2008) da globalização neoliberal orientada pelos mercados, e da sua substituição por um mundo geopolítico mais centrado nos Estados, tendendo em direção a uma guerra entre Estados Unidos e China, fria ou de fato. Essa aceleração certamente levará a um mundo diferente depois da pandemia.

O mundo pós-pandêmico provavelmente incluirá dois cenários. Um deles seria um mundo de 1945, ávido por um fim do pesadelo da pobreza, desigualdade e violência e uma oportunidade para construir um mundo melhor, menos desigual, menos injusto, mais democrático. É o que está no horizonte de um esclarecimento igualitário emergente de toda uma falange de economistas renomados, incluindo Thomas Piketty e pelo menos quatro ganhadores do prêmio Nobel, e por um amplo espectro de forças sociais progressistas, entre elas minorias esclarecidas da burguesia como por exemplo o *London Financial Times*.

O outro cenário provável lembraria aquele da Euro-América de 1932. As forças da desigualdade, xenofobia, ódio nacionalista e violência não foram derrotadas, e em alguns lugares ou países foram fortalecidas pela crise. De outro lado, forças igualitárias e pacíficas também foram reforçadas pelo fracasso do neoliberalismo hegemônico. Num cenário de 1932, depois da pandemia, haverá duas opções contrastantes, a reforma pacífica, democrática e igualitária – escolhida então pelos EUA e Escandinávia – ou o nacionalismo violento e odioso, uma estrada tomada naquela ocasião pela Alemanha e quase todos os países do leste europeu.

4.

Não penso que haja um programa de literatura sociológica relevante esperando nossa leitura. Em vez disso, penso que é mais importante nos perguntar que trabalhos precisam ser escritos. Haverá uma série de trabalhos sobre as causas, respostas e consequências da pandemia. O espalhamento do contágio e sua severidade diferiu amplamente entre lugares, Estados e continentes. Por quê? Isso não parece algo que a virologia, sozinha, possa explicar. A sociologia tem contribuições cruciais a fazer.

Os diferentes *timings* do reconhecimento e reação e as variadas formas de quarentena, implementação, testagem e cuidado serão explorados nas linhas das culturas políticas, políticas sociais e do caráter de instituições de cuidado. A avaliação das respostas econômicas governamentais nos levará às profundezas da economia política. As consequências socioeconômicas da pandemia terão de ser traçadas de volta às estruturas dos negócios e mercados de trabalho (o escopo do “trabalho informal”), aos sistemas de direitos sociais e a classes, etnias, gêneros e estruturas religiosas das sociedades. No curso das investigações, novos desenvolvimentos teóricos serão feitos.

Uma boa aposta nos efeitos intelectuais da pandemia é a de que haverá um impulso da ciência social-biomédica e desenvolvimentos de uma sociologia planetária multidimensional, do poder, privilégio, pobreza e vulnerabilidade,

integrando a natureza, do viral ao climático, culturas, as revoluções digitais, mercados e cadeias de suprimentos, geopolítica, e os padrões da subsistência e dos cursos de vida humanos.

Habibul Haque Khondker

1.

Entre as ciências sociais, pode ser que a sociologia esteja singularmente preparada para lidar com a crise da covid-19 por três motivos. O primeiro é que a sociologia compreende uma perspectiva ampla, um olhar holístico para a sociedade que outras disciplinas especializadas podem às vezes deixar de lado. A crise da covid-19 é uma crise de saúde pública. Em saúde pública, a saúde é claramente um assunto científico, um tema com o qual os cientistas lidam usando dados, evidências e experimentação. O “público” em saúde pública está nos domínios da sociologia. Uma perspectiva mais ampla oferecida pela sociologia está mais apta a capturar o aspecto público da resposta à covid-19.

Em segundo lugar, a sociologia tem uma subárea, nomeadamente a sociologia dos desastres, que se dedica a lidar com o exame de desastres e crises. O conhecimento acumulado nessa área, tradicionalmente dedicada ao exame de desastres de um só evento, pode ser usado na exploração de crises multinível como a da covid-19. Mesmo a subárea da sociologia médica pode ser utilizada nesse sentido. Em terceiro lugar, teóricos sociais como Ulrich Beck dedicaram atenção, décadas atrás, à crise como aspecto das sociedades modernas ou da modernidade avançada. Tal enquadramento teórico pode ser utilizado na compreensão da covid-19, especialmente de suas consequências de mais longo prazo.

2.

Minha atual área de pesquisa é a da globalização e estudos globais. A covid-19 produz uma crise claramente global que demanda uma abordagem igualmente global para sua compreensão, e sua solução provavelmente virá de pesquisas e compartilhamento de informações baseados em cooperação e acordos dessa natureza. Aqui meu conhecimento dos processos globais poderá ser útil na compreensão do espalhamento e das várias consequências da crise da covid-19. Anteriormente, pesquisei na área da sociologia dos desastres. Meu interesse de pesquisa, a fome, pode ser vista como uma crise prolongada com estágios separados. As pandemias podem ser abordadas de uma perspectiva da sociologia dos desastres. Muitos conceitos dessa área podem ser usados no estudo dessa pandemia. Também tenho interesse continuado em sociologia comparada. Atualmente estou envolvido num estudo comparativo das respostas à crise da covid-19 em diversos países asiáticos.

3.

Esta pandemia será um divisor de águas. Em um nível, ela está criando novas situações e inaugurando novas tendências e práticas; em outro, está exacer-

bando problemas econômicos e sociais já existentes. A pandemia demanda um novo contrato social ao revelar fissuras profundas na sociedade tanto em termos de classe quanto étnicos. Nos EUA (especialmente em Nova York e outras grandes cidades), um número desproporcionalmente alto de vítimas pertence às comunidades latinas e afro-americanas. Essas comunidades em situação de desvantagem econômica compõem também o maior número dos trabalhadores da linha de frente da crise – motoristas de ônibus, de transportadoras, policiais e trabalhadores da saúde que sofreram as consequências evidentes nas taxas de mortalidade. Os grupos em desvantagem econômica também não tiveram cobertura de planos de saúde, e suas condições econômicas foram obstáculos ao acesso a boa nutrição e estilos de vida saudáveis. Enquanto por um lado um novo contrato social entre governantes e governados é necessário, por outro também o é uma definição nova e significativa de uma boa sociedade baseada na ideia de justiça social. A desigualdade extrema é um impedimento à criação de uma sociedade justa e estável.

4.

Sociólogas e sociólogos precisam se juntar à luta argumentando que a sociologia não é mais mera espectadora da crise. A pesquisa *Everything in its path* (1978) de Kai Erikson, que discute os efeitos de uma enchente no interior de Nova York, fornece um molde para a pesquisa sobre capital social comunitário e confiança. Sobre como a pandemia afetou a comunidade e como a sociedade pode se reconstruir com base em um novo contrato social. É importante recuperar a confiança, que é um elemento-chave para a explicação das diferentes respostas e *performances* governamentais. O capital social, um sentimento compartilhado de pertencimento, um espírito de cooperação, interdependência e mutualismo são de grande valia e precisam ser incluídos no diálogo e nas discussões. A ideia de responsabilidade pública é crucial. Em muitos países as lideranças falharam em atender ao desafio colocado pela ocasião.

A discussão de uma nova economia política deve ser construída sobre uma nova definição de desenvolvimento econômico. Os trabalhos de Amartya Sen serão de grande valor na redefinição do que se entende por desenvolvimento econômico. Trabalhos recentes de Mariana Mazzucato como *Rethinking capitalism: economics and policy for sustainable and inclusive growth* lançarão perspectivas úteis sobre essas conversas. Num artigo recente, ela identificou três crises: a ambiental, a econômica e a de saúde pública. Todas estão interligadas e precisam ser abordadas de maneira holística.

Hartmut Rosa

1.

Na minha compreensão da teoria social, sigo a concepção daquilo que Charles Taylor chamou de princípio da melhor descrição possível. Isso significa que é nossa tarefa e responsabilidade tentar compor a melhor descrição ou interpre-

tação possível do que está acontecendo no mundo, fazendo uso de todas as fontes disponíveis: dados empíricos, estatísticas, observações fenomenológicas, discursos de jornalistas e políticos, além de teorias sociais e filosóficas. E, fazendo isso, acho que podemos contribuir bastante para a compreensão da crise atual. O que observamos, além do sofrimento humano causado em parte pelo vírus e em parte por nossas reações a ele, é uma ruptura abrupta e uma desaceleração sem paralelo histórico nas cadeias globais de produção e interação, e isso nos oferece a possibilidade de um olhar mais aprofundado para as formas pelas quais as sociedades modernas realmente funcionam. Durante muito tempo houve uma divisão entre as teorias sociológicas e políticas da modernidade: para as últimas, a sociedade moderna é predominantemente uma sociedade política: cabe aos governos (democráticos) regular a relação entre as esferas da economia, ciência, cultura etc. e dar forma aos enquadramentos sociais em meio aos quais vivemos. Por contraste, para os que seguem Niklas Luhmann, a sociedade moderna é em primeiro lugar diferenciada funcionalmente de maneira que a ciência, economia, política, religião etc. são todos sistemas mais ou menos autônomos que não podem ser governados politicamente. Com o advento do coronavírus, de repente vemos que em algumas semanas a ação política pode reconquistar supremacia e ganhar controle sobre atividades de todas as esferas. De acordo com Carl Schmitt, quem tem poder para convocar o estado de emergência é o verdadeiro soberano. Há pouca dúvida de que a política, neste momento, reconquistou sua primazia sobre os mercados. A maior parte dos teóricos sociais até hoje pensava que, na modernidade, isso só poderia acontecer em tempos de guerra.

2.

É muito revelador olhar a situação pela perspectiva da teoria da aceleração. Vemos uma desaceleração historicamente única da mobilidade física e material, assim como da vida sociocultural. Parece que freios gigantescos foram acionados nas rodas incessantes da produção, do movimento e da aceleração. Por mais de 200 anos, o mundo experimentou um processo (desigual e por vezes forçado) de dinamização: nós literalmente colocamos o mundo em movimento num andamento cada vez mais intenso. Ao observar o movimento geral de pessoas e bens e materiais circulando o globo, é possível ver uma curva impressionante de crescimento que virtualmente não conhece quebras, pausas ou limites significativos. Basta olhar os números: desde 1800, a produção econômica e o consumo mundiais, o uso e esgotamento de recursos naturais, o uso de energia, a massa total e o número de pessoas em movimento aumentaram incessantemente. Até guerras foram causa de aceleração e mobilização. Agora, porém, o mundo está se encaminhando para uma interrupção. Não por meio de uma crise econômica, uma guerra ou desastre natural. O vírus não está corroendo nossos aviões, destruindo nossas fábricas ou nos forçando a ficar em casa. É a nossa ação política que faz isso. Por que isso é tão notável? Porque nos últimos

50 anos experimentamos um sentimento crescente de impotência diante das forças “invisíveis” dos mercados financeiros e da economia global que produziram um horrendo desastre ecológico (climático) e uma aterrorizante desigualdade social. Duzentos anos de crítica fundamental não puderam fazer nada contra os motores de acumulação do capital; mas agora eles estão parados. Conseguimos! Essa é uma experiência de autoeficácia coletiva: sim, podemos direcionar, ou ao menos parar, o mundo! Mas, é claro, parar o sistema não é criar uma forma diferente de sociedade. É mais algo como causar um acidente. O tempo dirá se também somos capazes de dar esse segundo passo!

3.

Por um lado, a crise certamente intensifica tendências e problemas que já existiam. Por exemplo, a tendência rumo à digitalização da vida social. De fato, ela produziu uma divisão aguda entre um mundo físico e material “quarentenado” e um mundo digital que acelera seus fluxos e atividades. Por outro lado, no entanto, estou bem convencido de que o coronavírus cria possibilidade histórica única de uma mudança de paradigma social. Nas formas de operação normal da sociedade as atividades sociais são determinadas por regras e rotinas de longa duração; os atores sociais estão profundamente acoplados a longas e complexas cadeias processuais que determinam suas ações. Em sociedades complexas e dinâmicas, quebrar essas cadeias e abandonar as rotinas consolidadas são atitudes muito arriscadas e imprevisíveis. Por isso, a sociedade opera primariamente num modo de dependência em relação a elas. Agora, porém, as cadeias de produção e interação estão interrompidas, as rotinas falham e, em muitos sentidos, não há mais regras. Essa é exatamente a situação em que uma mudança de caminhos ou paradigmas pode ocorrer: é um ponto de “bifurcação”: podemos tentar voltar aos velhos caminhos o mais rapidamente possível ou tentamos algo novo. Numa situação como esta, não há modelos sociológicos ou econômicos capazes de prever o curso de ação futuro: é uma situação em que não importa a previsão, mas a ação (política): o futuro está em aberto!

4.

Sobre este último aspecto [abordado na resposta anterior] – o fato de a especificidade dos seres humanos ser justamente sua capacidade de quebrar as cadeias causais de interação e rotinas, e começar a vida de novo, de se tornar atores criativos e inventivos –, recomendo o livro seminal de Hannah Arendt *A condição humana*, em que ela desenvolve o conceito de natalidade para descrever esse fenômeno. Para entender a lógica da atual situação social como uma fase revolucionária em que uma mudança de paradigma pode ocorrer, eu voltaria ao trabalho *A estrutura das revoluções científicas*, de Thomas Kuhn, que analisa o modo como os processos rotineiros da “ciência normal” podem ser interrompidos em tempos de crise e dar passagem a novos caminhos revolucionários. Kuhn toma esse modelo do mundo político e o aplica à ciência, mas ele já foi reaplicado a análises da vida social por Sheldon Wolin, Gary Gutting e outras

e outros. Finalmente, o que eu realmente acho mais impressionante é a forma pela qual o sociólogo francês da velocidade, Paul Virilio, previu um mundo de “inércia polar” 40 anos atrás. Ele predisse um mundo em que a mobilidade física e material é reduzida a quase zero enquanto os fluxos de dados e informação viajam na velocidade da luz. É um mundo de paralisação hiperacelerada: o coronavírus nos deixa bem perto disso!

Hiro Saito

1.

Penso que a teoria sociológica capaz de dar conta desse desafio tem que ser cosmopolita, pública e reflexiva. Para entender os impactos políticos e sociais da pandemia de covid-19, precisamos abraçar o que Ulrich Beck chamou de cosmopolitismo metodológico para investigar a multidão de redes, mecanismos e processos pelos quais a pandemia reverbera ao longo de limites nacionais. Ao mesmo tempo, essa sociologia cosmopolita tem que ser publicamente orientada, abordando diretamente as questões urgentes para as preocupações dos cidadãos, em vez de se orientar por debates disciplinares específicos abrigados num ambiente acadêmico. Para avançar essa sociologia pública e cosmopolita, precisamos ser reflexivos de nossas próprias práticas – nomeadamente as próprias instituições, como universidades e associações profissionais, às quais essa produção sociológica está acoplada. Por exemplo, de que maneira podemos incluir questões públicas no processo de condução de pesquisa sociológica sobre os impactos da pandemia? E que público(s) deve(m) ser incluído(s) quando os impactos da pandemia são totalmente transnacionais? Para praticar uma sociologia pública e cosmopolita, portanto, precisamos reimaginar e transformar as estruturas de nossa própria produção de conhecimento.

Em resumo, a pandemia abriu espaço para que sociólogas e sociólogos acelerem o avanço da teoria sociológica numa direção cosmopolita, pública e reflexiva. Mas esse avanço só será possível se sociólogas e sociólogos ao redor do mundo aumentarem seus esforços coletivos para derrubar as barreiras entre sociologias nacionais, entre universidades e o público, entre teoria e prática.

2.

De maneira consistente em relação à minha resposta à primeira pergunta, meu projeto de pesquisa atual busca contribuir com a reflexão sobre o papel das universidades na atenção aos desafios da pandemia e de outros problemas globais urgentes, como a mudança climática, crises de refugiados e desigualdades econômicas. Especificamente, tenho examinado as transformações organizacionais das universidades nas décadas mais recentes diante do crescimento da comercialização e internalização do ensino superior no mundo. A questão que me motiva é a que diz respeito a como proteger e avançar a missão universitária de produzir conhecimento como um bem público global e servir como um foco de debates críticos em esferas públicas transnacionais. Essa

missão pública, eu acredito, é crucial para atender aos desafios lançados pela pandemia e por outros problemas globais. Meu projeto de pesquisa, portanto, tem como objetivo identificar efeitos positivos e negativos do crescimento da comercialização e internalização em sua relação com a missão pública das universidades e então explorar políticas e práticas possíveis e capazes de potencializar os efeitos positivos.

Em outras palavras, por meio desse projeto de pesquisa, tenho o objetivo de proceder da reflexividade à “performatividade”. Ao melhor entender as transformações em curso nas universidades enquanto infraestruturas da produção de conhecimento no mundo contemporâneo, espero apontar para caminhos pelos quais é possível fazer intervenções efetivas para direcionar as transformações numa direção mais pública e cosmopolita. Essa será uma contribuição indireta mas decisiva, no longo prazo, para a construção das nossas capacidades coletivas e institucionais para compreender diferentes dimensões da pandemia e de outros problemas globais.

3.

Certamente, os contornos das sociedades pós-pandemia dependem fundamentalmente de como cidadãos, governos, corporações e outros atores relevantes se mobilizarão para avançar suas visões em disputa para o futuro. Apesar disso, gostaria de sugerir que a dialética entre nacionalismo e cosmopolitismo pode nos ajudar a entender possíveis contornos em termos da questão da *solidariedade* enquanto base da integração social, inclusão política e identidade cultural.

Em Singapura, por exemplo, a pandemia demonstrou o quanto essa cidade-estado global depende de trabalhadores estrangeiros no setor da construção civil e como eles são maltratados – esses trabalhadores “descartáveis” se abrigavam em dormitórios lotados que se tornaram o elo mais fraco no esforço de contenção da pandemia em Singapura. Isso, contudo, também criou uma abertura para os cidadãos e propositores de políticas públicas do país debaterem com seriedade como melhorar as condições de trabalho e moradia de estrangeiros em território nacional, de forma consistente com o cosmopolitismo que expande o escopo da solidariedade para além da nacionalidade. Momentos semelhantes de solidariedade cosmopolita são incipientes em outras cidades globais que dependem em larga escala de trabalhadores estrangeiros.

De maneira igualmente importante, a pandemia também revitalizou o nacionalismo enquanto fonte de solidariedade. Por um lado, ela expôs como sistemas de saúde em muitos países estavam quebrados; particularmente os pobres, minorias étnicas e outras populações marginalizadas foram mais afetadas pela pandemia e suas ramificações econômicas, já que faltaram os recursos médicos e financeiros. Por outro lado, o drama daquelas populações marginalizadas estimulou cidadãos e propositores de políticas públicas a debater como fazer suas nações mais inclusivas em momentos de solidariedade

nacional induzidos pela pandemia – “estamos juntos nessa”. Esses momentos cosmopolitas e nacionais de solidariedade, todavia, podem muito bem ser desfeitos pelo globalismo neoliberal, pelo populismo de direita e outras contraforças. É por isso que os contornos das sociedades pós-pandêmicas dependem em última análise das lutas políticas entre atores relevantes, nós, sociólogas e sociólogos, incluídos.

4.

Penso que os trabalhos de Ulrich Beck e Bruno Latour podem ser da maior ajuda porque iluminam as dimensões empírica, normativa e performativa dos desafios em curso. Para começar, a teoria do risco mundial de Beck, assim como seu cosmopolitismo metodológico, nos permite compreender a pandemia de covid-19 em conjunto com outros riscos globais, como crises financeiras e conflitos geopolíticos. Embora seja urgente entender a pandemia por si só, também é essencial examinar como suas causas e consequências se interseccionam com aquelas dos outros riscos globais. Isso porque, no espírito da teoria crítica cosmopolita de Beck, a pandemia pode e deve ser vista como um pivô de primeira ordem na metamorfose da sociedade de risco mundial em direção ao coletivo cosmopolita capaz de abordar diretamente riscos globais, dos quais o mais importante é a mudança climática.

De maneira semelhante, os escritos de Latour nos ajudam a posicionar a pandemia no contexto da mudança climática enquanto horizonte de todos os problemas globais. Embora a pandemia tenha devastado a vida e o sustento de muitas pessoas, ela demonstrou como a qualidade do ar e da água pode melhorar quando o transporte terrestre, aéreo, cadeias de suprimentos globais e muitas outras pegadas ambientais humanas são reduzidas – “ganhar” a luta contra a pandemia não pode ser algo que nos autorize a suspender a luta contra a mudança climática. Igualmente importante é a forma como Latour nos ajuda a compreender o papel de cientistas e outros produtores de conhecimento na construção e resolução da pandemia e de outros problemas globais. Ele nos convida então a abraçar nossa própria performatividade na composição entre participantes, ambientes e procedimentos relevantes para que verdadeiros diálogos “cosmopolíticos” sobre as mais urgentes questões do mundo contemporâneo possam acontecer.

Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior

I.

A pandemia da covid-19 tem dimensões profundamente associadas aos últimos desdobramentos do processo de globalização econômica e da transnacionalização do capital, em curso desde os últimos 25 anos do século XX. O grande avanço dos meios de comunicação e de transmissão instantânea de dados a longa distância; o incremento nos meios de transporte e o aumento da velocidade e ampliação da capacidade de deslocamentos de cargas, especialmente a

partir do uso de contêineres em navios e aviões (processo conhecido como containerização); as ampliações das possibilidades de fragmentação dos processos produtivos em regiões e países diferenciados; a liberalização e financeirização da economia e a flexibilização e/ou desregulamentação crescentes das normas e leis trabalhistas e ambientais em diversos contextos nacionais provocaram um crescimento acelerado e sem precedentes da circulação de informações, mercadorias, pessoas e, conseqüentemente, doenças.

A irresolvida crise econômica acentuada no final da primeira década do século XXI já vinha dando sinais de novos picos antes de a pandemia se apresentar. Apesar da sua pujança, de sua grande capacidade de produção de riquezas, dos enormes avanços tecnológicos, o sistema capitalista mundial, em suas variadas configurações regionais, vinha apresentando sinais críticos que se aprofundam e tornam-se mais evidentes com a pandemia: gigantesca concentração mundial das riquezas associada ao empobrecimento cada vez maior de pessoas, grupos sociais e povos em todo o planeta; ampliação mundial do desemprego e das limitações de acesso a meios de sobrevivência; recorrentes problemas e desastres ambientais; enormes ondas migratórias. Ao nível da ação política, todo esse processo ocorre paralelamente a uma expressiva retomada do espaço público por forças políticas de extrema-direita, cuja compreensão e mesmo suas formas de denominação (extrema-direita, populismo de extrema-direita, neofascismo, fascismo do século XXI) são objetos de controvérsias nas ciências sociais e históricas.

Como campo específico do conhecimento acadêmico, a sociologia se constituiu em momentos de crises, em grande medida associadas a períodos de predomínio do liberalismo enquanto orientação política e econômica. Autores e autoras considerados clássicos da sociologia, desafiados pelos aspectos inesperados da realidade, buscaram ir além dos modos dominantes de análise dos processos que os cercavam.

Estamos, hoje, diante de desafios que possuem características semelhantes. Nossos referenciais teóricos, tanto os clássicos como aqueles que foram sendo constituídos posteriormente, nos forneceram ferramentas para a leitura das novas realidades, porém marcados pelos limites de seu tempo. Utilizar e testar essas ferramentas neste momento de crise aprofundada é razoável, especialmente aquelas constituídas na busca de compreensão crítica das realidades, pois tomam a crise como elemento importante. Como no tempo em que foram fundadas as ciências sociais, entretanto, novos desafios se apresentam a partir dessa combinação de pandemia e crises econômicas, sociais e políticas. A constituição de novos instrumentos de informação, análise e interpretação, assim, tem se tornado uma exigência e um desafio.

2.

Minha área principal de pesquisa nos últimos 20 anos tem sido a sociologia ambiental e, portanto, a relação entre sociedade e natureza. Nessa relação, os

estudos realizados no âmbito do Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (Gedmma/Ufma), tomam com temáticas prioritárias conflitos ambientais, (in)justiça ambiental e racismo ambiental.

Dois desafios têm aparecido com força nos últimos tempos para a sociologia ambiental. O primeiro é a contradição cada vez mais conhecida entre crescimento econômico e conservação ambiental, que nos remete à discussão sobre a crise contemporânea do sistema capitalista. Mais recentemente e associado ao anterior, o segundo desafio é o debate sobre a relação entre degradação ambiental e o surgimento de novas doenças, em especial, a pandemia provocada pela difusão planetária da covid-19. Muitos pesquisadores têm procurado estabelecer relações de causa e efeito entre ambos, e esse debate tem ocupado espaço nas pesquisas acadêmicas e obtido muita repercussão midiática.

Entremeando as discussões sobre as relações entre conservação ambiental, crescimento econômico e difusão de novas doenças, o debate sobre conflitos ambientais traz à tona, por um lado, as desigualdades nas capacidades de intervenção na natureza por parte dos vários grupos e organizações sociais e, por outro, as desigualdades no sofrimento e enfrentamento dos efeitos ambientais dessas intervenções, ressaltando a luta de povos e comunidades tradicionais ao redor do mundo por associar a defesa de seus territórios à conservação da natureza, fundamental para manutenção de seus modos de vida. Esse debate vem produzindo importantes aportes para se pensar a desigualdade social que tem marcado os efeitos da difusão da covid-19 pelo mundo, como tem sido destacado no noticiário mundial e nos relatórios de inúmeras instâncias nacionais e internacionais de intervenção sanitária e de pesquisa. Apesar de aparentemente ameaçar todos por igual, como supõe parte significativa das teorias sociológicas do risco, tanto as consequências ambientais do crescimento econômico orientado pelo princípio capitalista do lucro quanto a difusão da pandemia afetam muito mais intensamente grupos étnicos vulneráveis (pretos, migrantes, indígenas, quilombolas), moradores de periferias urbanas, mulheres (devido também à ampliação da carga de trabalho em situações de isolamento), trabalhadores urbanos e rurais, povos e comunidades tradicionais.

O acúmulo de pesquisas que têm sido feitas, principalmente a partir do final do século XX, sobre conflitos ambientais, (in)justiça ambiental e racismo ambiental pode fornecer inúmeros instrumentos para ampliar a compreensão das dimensões sociais da pandemia.

3.

A pandemia está se constituindo em marco histórico de grande relevância. A velocidade de sua difusão e as formas adotadas para seu combate estão associadas às características do momento atual da globalização econômica. Não pode, porém, ser tomada como única causadora das crises econômicas, sociais e políticas de alcance global que pairam como ameaças permanentemente as-

sociadas a essa mesma globalização e seus desdobramentos. Como vários autores têm proposto, a partir de orientações teórico-metodológicas diferenciadas, a difusão do coronavírus detonou e antecipou uma crise econômica que já se anunciava e, em grande medida, cria obstáculos para compreensão de suas causas e alcance. Ir além das aparências mais imediatas e compreender de forma aprofundada esse processo constituem um dos desafios colocados pela atual conjuntura para os cientistas sociais.

As formas diferenciadas de enfrentamento da pandemia pelos governos nacionais é outro importante elemento atualmente. Negacionismos vindos de governos considerados de direita (Donald Trump nos EUA e Jair Bolsonaro no Brasil, por exemplo) ou de esquerda (Lopez Obrador, no México), disputas internacionais em torno das orientações emanadas da Organização Mundial da Saúde, adoção mais ou menos rápidas de medidas preventivas, capacidades diferenciadas dos sistemas nacionais de saúde, medidas econômicas adotadas ou não para proteção de cidadãos e negócios... tudo isso tem apontado para um debate público cada vez mais intenso sobre formas de governo, formas de organização social, mecanismos de controle da economia, formas de sociabilidade, enfim, Estado, mercado e alternativas autonomistas de caráter comunitário são temas que voltam ao centro das discussões públicas e tendem a tomar novas proporções nos estudos das ciências sociais.

O resultado disso tudo é imprevisível. Uma leitura acurada dos efeitos das últimas grandes crises econômicas e políticas mundiais aponta para a aceleração da ampliação de poder político e econômico por grandes corporações, bancos e outras instituições financeiras que vêm aumentando enormemente sua capacidade de intervenção nas realidades regionais, nacionais e locais. É possível que esse processo continue ameaçando, cada vez mais, as possibilidades de formas democráticas de organização das várias sociedades ao redor do planeta, num casamento que vem sendo experimentado em vários lugares, tendo o Brasil como um de seus laboratórios, entre ultraliberalismo e conservadorismo de extrema-direita. Um elemento importante da pandemia é a possibilidade de aprofundamento das experiências de controle social exercidas por agências multilaterais, governos e empreendimentos privados.

Por outro lado, a explicitação dos processos de ampliação da concentração de riquezas e de poder político e econômico tem gerado reflexões críticas na academia e possibilitado a rearticulação e novas articulações de movimentos sociais os mais variados, muitas vezes a partir de pautas locais, mas que têm buscado ampliar seu alcance local, nacional e internacional. Concentração de poder econômico e político sendo confrontada por movimentos com pautas de garantia ou ampliação de conquistas democráticas, territoriais e/ou trabalhistas aponta para maiores indefinições quanto ao futuro, desafiando a imaginação sociológica.

4.

A crise sanitária associada ao aprofundamento da crise econômica tem provocado uma profusão de reflexões mais ou menos apresadas, mais ou menos aprofundadas, mas que buscam estabelecer compreensões sobre os novos desafios que se apresentam globalmente e às realidades locais. No Brasil, tem sido muito interessante a difusão de textos de cientistas sociais, por exemplo, por meio do *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, uma iniciativa conjunta de Anpocs, ACSRM, ABCP, ABA, SBS, SBPC-CS; do site *A terra é redonda*; do blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS), especialmente por este Simpósio Mundo Social e Pandemia.

Sem tomar como objeto a pandemia, porque anteriores a ela, alguns livros podem nos ajudar a compreender melhor a crise econômica e política que estamos enfrentando e a construir bases teóricas para pensar seus últimos desdobramentos associados à crise sanitária. Cito como exemplos *17 contradições e o fim do capitalismo* (2016), de David Harvey; *América Latina y el capitalismo global: una perspectiva crítica de la globalización* (2015) e *Una teoría sobre el capitalismo global: producción, clase y Estado en un mundo transnacional* (2013), de William I. Robinson (traduções para o espanhol de originais em inglês); *Expulsions: brutality and complexity in the global economy* (2014) e *Sociologia da globalização* (2010), de Saskia Sassen. Para ajudar a repensar os desafios para a produção acadêmica nas ciências sociais, cito o livro *Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX* (2006), de Immanuel Wallerstein.

Howard Becker¹

Sinto dizer que eu não sei responder a nenhuma dessas perguntas, pelo simples motivo de que não sei muito a respeito desse fenômeno, tendo tido contato com ele apenas no meu ambiente imediato (algumas quadras em São Francisco). Eu me sentiria meio bobo propondo respostas para essas perguntas dada a forma em que elas estão colocadas, em termos gerais e incentivando generalizações em escala global. Elas todas pressupõem um vasto conhecimento do que está acontecendo ao redor do planeta – ou, talvez, um entendimento teórico geral da sociedade em geral que automaticamente possa produzir suficiente conhecimento detalhado para responder a perguntas tão específicas.

Eu não detenho esse tipo de conhecimento e, para ser sincero, não acho que mais ninguém o possua. Então essa é simplesmente mais uma instância de um erro comum no nosso campo: imaginar que você pode produzir conclusões sobre situações específicas sem saber nada sobre elas.

Na melhor das hipóteses uma teoria pode sugerir onde procurar conhecimento detalhado suficiente para responder a essas perguntas a respeito de alguma situação específica; mas isso demoraria bastante tempo. Se todos começássemos agora a fazer observações detalhadas de um lugar específico, suas pesso-

¹ Respondeu em texto único.

as e organizações e suas respostas a esses eventos, e comparássemos nossas descobertas, teríamos o início de um estudo potencialmente interessante.

Havia um campo muitos anos atrás chamado de estudos em desastres [*disaster studies*], cujos praticantes traçaram alguns primeiros caminhos nesse sentido, observando e entrevistando no entorno de situações como furacões, enchentes, incêndios etc. Acho que por fim o campo desapareceu. Talvez você possa escrever para o professor Kai Erikson, na Universidade de Yale, que estudou uma enchente desastrosa nos Estados Unidos há muitos anos.

Jacob Carlos Lima

I.

Sem dúvida. A teoria sociológica tem acompanhado e contribuído para o debate sobre as mudanças no capitalismo desde seu surgimento enquanto disciplina. Do industrialismo e suas consequências na estruturação das classes, aos conflitos sociais, às ideologias, às crises políticas, guerras e pandemias, situações essas que sempre estiveram, de alguma forma, interconectadas. Podemos ilustrar tratando o contexto da Primeira Guerra Mundial, marcado por revoltas, revoluções, crises econômicas, violência política, ascensão de ideologias autoritárias, desigualdade social e o caráter mortífero assumido pela gripe espanhola, talvez a primeira pandemia globalizada. Um conjunto de transformações marcaram o século XX a partir de então, e a sociologia sempre buscou acompanhá-las, aprimorando seus instrumentais teóricos e conceituais. Entre elas, questões estruturais como: a luta de classes como substrato da dinâmica social, em suas distintas perspectivas teóricas, negando-a ou afirmando-a, e os grandes marcos do século: o socialismo, o nazifascismo, o estado de bem-estar social, o neoliberalismo, a globalização, as crises ambientais e o questionamento de modelos de desenvolvimento econômico marcados pela exploração de recursos não renováveis, os desastres do mundo físico e social; a hegemonia capitalista do final do século XX e início do século XXI, a revolução tecnológica representada pelo digital, a flexibilização da produção, dos mercados e do trabalho, que perde continuamente os direitos sociais conquistados; a precarização crescente da vida, as novas pandemias, sempre presentes, mais ou menos circunscritas. Podemos nos referir à meningite no Brasil dos anos 1970, encoberta pela ditadura, o HIV de caráter mundial, o ebola, a gripe aviária e outras, sempre vinculadas às mudanças ambientais e à persistência da desigualdade social. No contexto da atual pandemia, a mais virulenta dos últimos 100 anos, sociólogos e cientistas sociais do mundo inteiro têm buscado compreender os impactos do distanciamento social, das perdas humanas, das consequências econômicas, sociais e políticas acerca de suas duração, superação e convivência com novas situações. E têm contribuído para a análise da crise pandêmica que também é social, política e econômica, assim como para combater seus efeitos, que, embora atinjam todas as classes sociais, o fazem de formas dife-

rentes conforme as estruturas sociais vigentes. O modo como Estados e governos enfrentam a pandemia, a informação da população, o descaso com o conhecimento científico, a saúde pública e a educação são exemplos de processos sociais complexos que a sociologia busca explicitar a partir de seu instrumental teórico e metodológico não estanque, sempre em movimento, indicando o caráter interdisciplinar do conhecimento sociológico e sua importância para a compreender a crise que vivemos.

2.

A sociologia do trabalho, como subdisciplina da sociologia, tem estudado as transformações sociais das últimas décadas e suas consequências sociais a partir das alterações nas relações capital e trabalho e sua tendência crescente de desregulação. Embora distinta nos diversos países, essa desregulação tem em comum a desvinculação dos contratos de trabalho dos direitos sociais dos trabalhadores, que passam a ser responsabilizados por sua própria reprodução social. Para as empresas, esses direitos significam taxas a ser recolhidas pelo Estado, consideradas um custo a mais para o capital. Assistimos então a uma precarização crescente do trabalho em termos de condições, jornadas e direitos sociais, instaurando um cenário de instabilidade e imprevisibilidade. Reformas trabalhistas e reformas dos sistemas previdenciários são a ponta do iceberg da precarização da vida social como um todo, marcada pelo risco, pelo imponderável, pela instabilidade e pela impossibilidade de um futuro minimamente programado. O aumento da exploração do trabalho vincula-se à exploração dos recursos naturais e à crise ambiental, decorrente de modelos de desenvolvimento econômico que ameaçam a vida na Terra, e as pandemias podem ser consideradas uma das suas consequências. E essa pandemia não atinge todos da mesma forma. Quando falamos em trabalho, estamos falando em classes sociais e em acesso a bens materiais e simbólicos que se vinculam à capacidade de o indivíduo prover sua subsistência. E essa capacidade é diferentemente distribuída em função das formas como as sociedades se organizam econômica, política e culturalmente. No capitalismo, a concentração de renda e de poder faz com que o acesso à riqueza social se distribua desigualmente, no acesso à vida e ao bem-estar social. O trabalho, a saúde e a educação nas últimas décadas, conhecidas como neoliberais, foram secundarizados em nome da rentabilidade do capital, e o resultado disso fica evidenciado pela atual pandemia e por sua virulência. Assim, a sociologia do trabalho auxilia na compreensão da pandemia no contexto geral da precarização da vida, no qual o trabalho mantém sua centralidade enquanto possibilidade de subsistência da população. Basta observar que, em meio a esta pandemia, o Congresso nacional discute mais uma reforma trabalhista como forma de desonerar empresas e retirar ainda mais direitos dos trabalhadores em nome da criação de empregos, falácia demonstrada na reforma de 2017, que apenas precarizou mais o já existente, sem brevar o crescimento do desemprego. Apesar de os dados evidenciarem o

contrário, continua na agenda política nacional (e internacional) o debate sobre o que deveríamos privilegiar: a vida ou a economia. Isso tudo justificado ideologicamente como uma preocupação, que nunca existiu entre nossas elites empresariais: a fome e o desemprego. Numa conjuntura de pandemia, busca-se precarizar ainda mais a já fartamente precária vida da maioria da população.

3.

A pandemia está evidenciando a falência de uma proposta política e econômica, chamada de neoliberal, na qual o mercado prevalece frente à sociedade, e o Estado atua apenas para atender a interesses empresariais em nome do funcionamento da economia. O Estado como elemento regulador das relações capital/trabalho, num momento como este, é fundamental para a coordenação das medidas de proteção social e de combate ao vírus, como tem sido amplamente reconhecido por governantes de diversos países e de distintas orientações ideológicas. Não basta dinheiro se não houver movimentos coordenados de combate à pandemia, os quais, sem sistemas públicos de saúde robustos, no entanto, têm dificuldade de dar conta do desafio. Discursos políticos de questionamento da saúde pública têm sido substituídos por outros evidenciando a necessidade de sua coordenação para mitigar as consequências. Por exemplo, o isolamento social como forma de evitar o colapso do sistema público de saúde. Recupera-se em amplos setores da sociedade a defesa da ciência – ultimamente percebida como supérflua – enquanto instrumento fundamental para combater a pandemia e a necessidade de investimentos contínuos na pesquisa como garantia de sobrevivência humana. Isso vai na direção oposta daquela pregada por elites toscas, políticos oportunistas limitados e mal-intencionados, encastelados no aparelho do Estado. A esses juntam-se profetas de uma religiosidade tacanha, que encontram soluções no achismo e em credices, mas com forte apoio de uma população desinformada por uma mídia venal, comprometida com essas mesmas elites – além das *fake news* que se reproduzem nas redes sociais, disparadas por esses mesmos grupos. E isso não apenas no Brasil, mas em vários países do mundo, o que dificulta vislumbrar a vida social pós-pandemia. Afinal, os discursos de vários chefes de Estado sobre a pandemia reforçam a ideia de que o importante é recuperar a economia, mesmo que morram milhares. É o darwinismo capitalista que não sabemos como irá se manter ou se transformar após o período pandêmico. Algumas vozes mais otimistas apontam mudanças sociais e ambientais que indicam que nada será como antes. Efetivamente não será; falta, contudo, saber se as mudanças serão civilizatórias ou o seu contrário.

4.

Podemos elencar numerosas obras da sociologia para compreender o que está se passando, dos autores clássicos aos mais contemporâneos. Desde os pais fundadores da disciplina, Marx, Weber, Durkheim e Simmel, temos análises das crises e suas possibilidades de superação, embora de formas distintas. As classes e a desigualdade social e os conflitos decorrentes; a compreensão subjetiva

dos processos sociais como orientação da ação; a importância da sociabilidade na estruturação dos comportamentos e suas implicações na vida social; a solidariedade social como formuladora de políticas sociais e de integração social. No século XX, estudos sobre ideologia, mídia e cultura indicaram a importância da superestrutura nas formas de manutenção da dominação social. Nesse sentido, podemos indicar autores como Adorno, Horkheimer, Benjamin e da Escola de Frankfurt, além de Gramsci e Althusser; os interacionistas da Escola de Chicago, como Becker e Goffman, que tratam da forma como os indivíduos reagem a situações específicas flexibilizando posturas deterministas sobre comportamento individual e social, da estigmatização e dos preconceitos. Bourdieu e a síntese dos clássicos, na análise do contemporâneo, demonstrando a importância do *habitus* no comportamento social e sua estruturação, acompanhados por Elias analisando historicamente os processos civilizatórios e contraprocessos descivilizadores, o que nos permite situar o Brasil hoje. Os chamados pós-modernos (que dificilmente aceitariam essa classificação) que atualizam os clássicos e estudam a sociedade de risco, como Beck, introduzindo a questão ambiental e dos desastres, além de Sennett, Bauman, Habermas, discutindo o capitalismo flexibilizado e suas consequências na frágil, líquida, impermanente sociabilidade moderna, ideia que recupera a célebre frase de Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar”. Isso para ser breve, mas que indica como a sociologia dispõe de instrumental teórico e metodológico em permanente renovação, sem descuidar dos clássicos que evidenciam seu caráter enquanto clássicos em sua permanência, relida, reinterpretada. A sociologia, enquanto ciência, surge da crise e tem nela seu objeto permanente, que exige da disciplina um renovar-se constante. A rapidez das transformações sociais a partir do final do século XIX exigiram um conhecimento sistemático das relações e conflitos sociais, do modo como se estruturam e são percebidas pelos diversos atores sociais. O século XX foi, de forma permanente, palco de revoluções sociais, políticas, culturais, econômicas, científicas e tecnológicas por meio de guerras, desastres, conflitos, revoluções. A sociologia e suas várias subdisciplinas acompanham essas transformações, analisando suas consequências: do crescente desequilíbrio marcado pelo aumento do efeito estufa, pela queima das matas e de combustíveis fósseis até as pandemias que vão aparecendo e se alastrando num mundo no qual tempo e espaço se comprimem, distâncias desaparecem, e as mobilidades aumentam vertiginosamente. Da mesma forma que acompanha utopias sociais, seus sucessos e fracassos, a sociologia observa e denuncia o autoritarismo político permanentemente à espreita; a precarização da vida e o aumento exponencial da desigualdade social; os fundamentalismos religiosos que ora parecem que vão desaparecer, ora reaparecem de forma renovada em busca de um reencantamento do mundo; o ressurgimento de um conservadorismo cultural que pensávamos superados. Enfim, a sociologia como conhecimento científico sistematizado evidencia a sua importância na compreensão da crise sanitária, social,

econômica e política que se espraia, contando para tanto com um referencial teórico e metodológico que possibilita contribuir significativamente para o entendimento de suas várias dimensões e possíveis desdobramentos.

Jeff Hearn

I.

A teoria sociológica já esteve em algum momento equipada para entender e explicar fenômenos: bem, provavelmente não. Isso deriva em parte do reconhecimento das limitações da “ciência”, da ciência social e da sociologia, e é em parte uma questão do trabalho entre barreiras disciplinares. Nesse sentido, eu faria uma recomendação contra o imperialismo disciplinar e um apelo pela humildade disciplinar. Com a covid-19, a disciplinaridade está problematizada, e a inter e a transdisciplinaridade parecem especialmente apropriadas, conforme ressaltado por muitos estudos feministas e pós-coloniais, e mesmo por nossas preocupações, interesses, especialidades e *expertise* sociológicos especificamente disciplinares.

A covid-19 força a atenção não apenas para o social e o societal, mas para teorias sociológicas que abordam o macro, global, transnacional, transo societal. Talvez, acima de tudo, uma sociologia histórica de longa duração que incorpore um entendimento disciplinar da centralidade da crise (Bergman Rosamund et al., *The case for interdisciplinary crisis studies* [Uma defesa dos estudos de crise interdisciplinares], *Global Discourse*, 2020) seja necessária para compreender e explicar “o fenômeno”. Pandemias e pragas obviamente já ocorreram antes (e provavelmente ocorrerão novamente), então, aprender sociologicamente com a historicidade e os processos históricos, como no caso da pandemia de influenza de 1918 que matou entre 20 e 50 milhões de pessoas, é necessário. Três diferenças atuais, no entanto, são a mobilidade aumentada, ainda que por razões muito variadas; as tecnologias de informação e comunicação; a expansão massiva da ciência e da medicina.

Além disso, o fenômeno da covid-19 é tão ubíquo, que parece favorável à abordagem por um multiperspectivismo diverso na teoria sociológica, em vez de uma posição teórica particular. A covid-19 parece levantar questionamentos em todas as esferas da vida e da morte, tanto na sociologia como para além dela. A penetração do fenômeno em sua forma e efeitos abrange, por exemplo, da agência à institucionalização, à invisibilidade do poder, aos direitos humanos, às relações entre humanos e animais e humanos-na-natureza, de maneira que um inacabamento relativo ao que eu chamaria de sociologia total se aplicaria ao fenômeno.

Outro problema é que a maioria dos estudos sociológicos não está direcionada para fenômenos biológicos, como a covid-19 enquanto vírus, embora alguns abordem suas consequências sociais em diferentes sociedades. Mesmo com o forte desenvolvimento global de sociologias do corpo, da medicina, saúde e doença, e mesmo da HIV-aids (do “sexo seguro” à “sociabilidade segura”),

não é comum que a teoria sociológica se engaje com o conhecimento detalhado das ciências médicas ou naturais, com o conhecimento aprofundado dessas ciências. Esse é mais um incentivo à transdisciplinaridade.

2.

A maior parte das áreas de pesquisa em sociologia pode contribuir para o exame de dimensões da covid-19. Minhas próprias áreas de interesse incluem idade, gênero, sexualidade, violência, TICs, organizações, processos transnacionais; todas essas e outras são relevantes, além de afetadas e desafiadas pelas consequências da covid-19.

Vou dar alguns exemplos. Em primeiro lugar, relações etárias são parte central de processos sociais inseridos na pandemia. É difícil imaginar a análise social de ocorrências globais e/ou locais da covid-19 sem a discussão sobre idade – não enquanto propriedade individual fixa ou “idade avançada”, mas como divisão social e relação social que constrói alguma autoridade relativa a adultos e ao poder adulto. Existem óbvias variações na regulação da idade cronológica (65, 70 etc.) em diferentes países, assim como processos sociais mais amplos, implicados na adoção do distanciamento social ou na valoração diferencial das mortes de diferentes grupos etários. Tendo terminado recentemente o livro *Age at work* (Hearn & Parkin, Sage, 2020) com minha coautora de 83 anos, Wendy Parkin, esses problemas sociais agora me parecem óbvios, como o da “vida ativa após a morte” [*living after life*] dos mais velhos, e a organização da morte e do pós-morte. Nós percebemos como o pós-morte e sua organização podem ser vistos como um vírus metafórico, ativado em “vida” pela própria morte. Idade e relações etárias precisam se tornar uma parte regular, desde que problematizadas, da análise sociológica.

Em segundo lugar, perspectivas feministas e de gênero sobre a covid-19 são essenciais, talvez de forma mais visível no impacto do isolamento doméstico (nos locais em que as pessoas têm casas) sobre as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho no sistema de saúde. São assuntos-chave nessa discussão o peso maior do *care*, cuidado e trabalhos de cuidado sobre as mulheres, além dos assustadores aumentos na violência contra mulheres e na violência entre parceiros íntimos, e também em diferentes formas do gênero no poder estatal e governança, em termos de liderança nacional e internacional masculina e feminina.

Isso leva a uma terceira área, a sociologia das organizações, uma vez que ambientes de trabalho e outras formas de organização são transformados pela dispersão de espaços, locações e lugares organizacionais, e a casa se torna um local de organização intensiva em conhecimento. Todas essas áreas precisam ser consideradas sob a dialética entre local e transnacional.

3.

Essa questão se relaciona com a primeira. Ela me lembra da importância da historicidade ao mesmo tempo em que nos leva ao mundo da futurologia e da sociologia do futuro. É necessário colocar mais ênfase na orientação para o futuro

em sociologia e no pensamento sociológico sobre o futuro, considerando implicações e cenários sociais e a velocidade de suas mudanças; passei a ficar mais convencido disso com a idade, mesmo que orientações históricas e para o futuro venham sendo desvalorizadas em algumas tendências sociológicas recentes.

Ao mesmo tempo em que muitas crises (trans)sociais levaram a transformações subsequentes, muitas não o fazem. A covid-19 aprofundou antigas desigualdades, como os impactos maiores sobre os pobres, a classe trabalhadora, os negros, pessoas de minorias étnicas, migrantes e refugiadas, e trouxe outras desigualdades, entre por exemplo, os que podem e os que não podem se isolar ou se mudar; os mais e os menos vulneráveis ao vírus. Essas divisões não desaparecerão facilmente.

Três exemplos de uma mudança mais ampla dizem respeito, primeiramente, a como a pandemia afeta as relações complexas entre nacionalismos (nações) e transnacionalizações (transnações). O poder tanto dos Estados-nação quanto das corporações transnacionais pode ser simultaneamente fortalecido: no primeiro caso, aparatos de vigilância, (ab)usos estatais da ciência e populismos podem se institucionalizar; no segundo, corporações globais e capitalismo de vigilância (Zuboff, *The age of surveillance capitalism*, 2019) podem esmagar pequenos negócios. Esses processos promovem elites sociais específicas dominadas por homens, com centros transnacionais dispersos (Hearn, Vasquez del Aguila & Hughson, *Unsustainable institutions of men*, 2019), e formas emergentes de “nacionalismo transnacional” e “transnacionalismo nacional(ista)” nas visões de mundo e sentimentos.

Em segundo lugar vêm a forma, a substância e as contradições da sociabilidade, com o incremento do individualismo e a possibilidade de novas solidariedades. A diminuição do contato físico pode ser acompanhada por um senso maior de *communitas*, e categorizações com fronteiras menos definidas da/na interação, amizade, vizinhança, sexualidade, casamento, família, organização, política, divisões sociais, e mesmo os sentidos profundos do social e da socialidade. Individualismo privatista e orientação para a família, *communitas* pública, o Estado e corporações transnacionais podem ser todos estranhamente reforçados.

Em terceiro lugar, e ligada a isso, está a normalização acoplada e generalizada da vida digital. A pandemia pode ser um meio para a tecnologiação, automação e descartabilidade do humano. O *Hikikomori* não é mais uma forma social minoritária, e a turvação de fronteiras entre *on-line* e *off-line* não é mais território exclusivo dos mais jovens, mas algo bem conhecido em várias gerações.

4.

Conforme apontado no que diz respeito à segunda questão, penso que a maior parte das áreas de pesquisa em sociologia pode contribuir para a compreensão e o diálogo sobre esses desafios. O trabalho da sociologia feminista de/pós-colonial, histórica e orientada para o futuro é especialmente importante, assim

como a transversalidade entre disciplinas, seja isso conceituado como pensamento interdisciplinar, transdisciplinar ou pós-disciplinar.

Em termos de textos ou gêneros textuais mais específicos, há muitos que são de utilidade. A pandemia me fez retornar a um interesse de longa duração sobre os debates acerca das relações de produção e reprodução. Em resumo, a frequente priorização, na sociologia, da economia e produção sobre a reprodução e capacidade geradora da sociedade, nos sentidos mais amplos, precisa ser questionada. Compreensões mais dialéticas e mesmo mais sutis e complexas das relações econômicas, de produtividade e geração de bem-estar são necessárias, como se pode ver durante a pandemia na questão envolvendo a segurança corporal humana e a “segurança produtiva” da economia. Isso me lembra de como esses assuntos apareciam em algumas agendas de diversos textos feministas da antropologia crítica, sociologia e ciência política no final dos anos 1970 e início dos 1980 (como em O’Brien, *The politics of reproduction*, 1981; MacKintosh ‘Reproduction and patriarchy’, *Capital and Class*, 1977; Edholm, Harris e Young ‘Conceptualising women’, *Critique of Anthropology*, 1977). No meu modo de ver, essas perspectivas se ligam com muitos textos e debates de/póscoloniais, de Fanon (*The wretched of the Earth*, 1961) a Mbembe (‘Necropolitics’, *Public Culture*, 2003). A abordagem desses tipos de questões complexas precisa de cooperação transnacional “norte-sul” de pesquisa e colaboração entre cientistas sociais e de outras áreas, e não de nacionalismo metodológico. Esse não é um ambiente para o comportamento altamente individualista, egoísta, nacionalista e mesmo agressivo, opressor e francamente antifeminista de alguns cientistas (sociais e de outras áreas). O trabalho do International Panel on Social Progress (IPSP) é uma tentativa recente de grande escala de cooperar transversalmente passando por várias disciplinas e tradições de maneira colaborativa, envolvendo mais de 300 cientistas sociais. Nesse trabalho, a necessidade de lidar com desacordos entre escolas e disciplinas de maneira apropriada, e de humildade, respeito, racionalidade crítica e da possibilidade de concordar em discordar está em primeiro plano (*Rethinking society for the 21st century: report of the International Panel on Social Progress*, 3 v., 2018).

João Marcelo Maia

I.

É difícil falar sobre sociólogos e cientistas sociais como uma categoria homogênea dotada de capacidade única de resposta, mas, ao menos no caso brasileiro, vejo um esforço tanto das associações de área (caso da Anpocs, que tem editado boletim sobre ciências sociais e coronavírus) como de centros de pesquisa e instituições (Cebap, Iesp etc.) para produzir espaços de debate sobre os temas relevantes. O *timing* das nossas pesquisas empíricas, entretanto, é outro (aliás, como fazer trabalho de campo e entrevistas atualmente?), o que explica a ênfase em análises de conjuntura e prognósticos sobre possíveis consequências político-sociais.

Acho que a teoria sociológica terá dificuldades para lidar com a questão por dois motivos. Primeiro, porque a pandemia é um fenômeno global e altamente veloz, ou seja, a reflexão sobre ela terá que “seguir” arranjos sociopolíticos altamente instáveis e que desafiam a circunscrição do Estado-nação. Embora vários autores venham trabalhando com ideias de globalismo ou transnacionalismo, permanece um desafio rotinizar essa reflexão e operá-la empiricamente. Sem contar o eurocentrismo, que costuma transformar as experiências do norte global em modelos gerais para pensar qualquer questão, o que pode se refletir em teorizações que tomam os impactos do vírus nos Estados Unidos e na Europa como suficientes para generalização. Além disso, porque a pandemia mescla aspectos biológicos, tecnológicos, políticos etc., não sendo facilmente capturada pelo conceito mais tradicional de sociedade. Nesse sentido, talvez a antropologia da ciência esteja mais equipada para dar conta, mas parte significativa da grande teoria sociológica não debate com esse ramo das ciências sociais.

2.

Eu trabalho com história da sociologia e do pensamento social no Brasil, tendo feito também alguns trabalhos no campo da sociologia da ciência, embora reconheça que esta última não seja minha área de pesquisa especializada. De forma geral, os estudos sobre o pensamento social no Brasil podem nos ensinar muito sobre como lidamos com outras epidemias e como essas epidemias possibilitaram a emergência de novas formas de falar sobre o mundo. O que significa, por exemplo, pensar o Brasil a partir da ideia de doença? Quais os efeitos de discursos que se estruturam a partir de metáforas e analogias com o corpo? Como novos grupos intelectuais se legitimaram pela posse de algum conhecimento específico tido como científico e como eles moldaram o Estado brasileiro? Essas são algumas perguntas que foram trabalhadas por estudiosos do pensamento social, particularmente colegas como Nísia Trindade Lima, Marco Chor Maio, Gilberto Hochman, entre outros.

Já a sociologia da ciência tem muito a dizer sobre um tema crucial para o mundo pós-pandemia – a geopolítica da produção de conhecimento –, caso esteja atenta à recomposição de arranjos entre centros e periferias globais e articule as práticas dos laboratórios e dos cientistas aos espaços de poder. Uma pergunta interessante: como os mecanismos de cooperação científica para a produção de remédios e vacinas são afetados pelas desigualdades entre Estados e entre comunidades de especialistas de diferentes países? Que novos arranjos transnacionais surgirão para efetivar uma política sanitária potencialmente global, e que interesses, grupos e ideias serão mobilizados? Essas questões demandam trabalho empírico, mas também um conhecimento da história das ciências sociais em contextos periféricos, nos quais emergiram interessantes reflexões sobre os nexos entre conhecimento, dependência e colonialismo.

3.

Essa é a pergunta de um milhão de dólares – caso o dólar continue sendo a moeda global de referência (risos). Uma primeira tendência que está se acelerando é a ampliação das técnicas empregadas pelos Estados para gerenciar os corpos e os movimentos de seus cidadãos. Se já nos acostumamos com câmeras de segurança e compartilhamento de dados digitais por grandes companhias, é bem provável que passemos a aceitar controles de temperatura em aeroportos e até mesmo maiores poderes dos Estados sobre nosso direito de ir e vir. Se essas técnicas parecem a muitos estar associadas a regimes autoritários, é bem possível que se tornem parte do arsenal comum das sociedades usualmente classificadas como democráticas (que, diga-se de passagem, já fazem largo uso de técnicas de controle por meio de suas grandes companhias de comunicação privadas).

Já uma mudança que me parece plausível diz respeito ao lugar da ciência na vida contemporânea. Refiro-me menos ao seu papel cotidiano na reprodução de nossas vidas, algo que nunca esteve muito em questão, e mais ao seu estatuto político, isto é, ao seu lugar nas deliberações coletivas sobre como nos organizamos. Como se sabe, vários países são atualmente governados por líderes de extrema-direita que menosprezam as instituições científicas e as próprias dinâmicas necessárias para a produção de conhecimento. Acho que a pandemia vai produzir um certo freio de arrumação nessa tendência de desprestígio da ciência como parte da conversa pública sobre a vida moderna, mas isso não significa que esse reposicionamento se dará em moldes democráticos (vide a tendência descrita acima). Afinal, é possível que surjam novos discursos de autoridade científica que legitimem práticas muito restritivas de direitos.

4.

Acho que todos precisamos ler os estudos sociológicos e antropológicos sobre ciência. Precisamos aprender a lidar com ambientes complexos que desafiam a separação entre sociedade e natureza, entre laboratório e política, algo que já vem sendo problematizado na antropologia há tempos, mas que não foi ainda absorvido plenamente na sociologia. Há um debate amplo sobre ciência e democracia que mobiliza autores diversos como Bruno Latour, Michel Callon e Harry Collins, e que diz respeito ao modo como *experts*, “leigos” e demais agentes se engajam em coalizões e controvérsias públicas que mobilizam o conhecimento científico de diferentes modos. Esse debate sobre as potencialidades e os limites da ciência são fundamentais para nos orientarmos no nevoeiro atual e precisam ser incorporados pelos cientistas sociais que não atuam no campo específico dos estudos sobre ciência e tecnologia – como eu mesmo.

Também acho que precisamos reabrir a tradição dos estudos científicos feitos no chamado sul global, em especial as obras e os autores que analisaram as desigualdades globais modeladoras das trocas científicas, mas que não impediram a emergência de práticas autônomas de produção de conhecimento. No

caso latino-americano, nomes como Hebe Vessuri e Pablo Kreimer vêm investindo há tempos nessa direção. Mais recentemente, uma coletânea bem interessante que sintetiza muitas discussões feitas no nosso continente sobre criação científica e condição periférica é *Beyond imported magic: essays on science, technology, and society in Latin America*, organizada por Eden Medina, Ivan da Costa Marques e Christina Holmes (MIT, 2014). Como indica o próprio título, a discussão proposta questiona a ideia da periferia como uma simples receptora de conhecimentos gerados nos grandes centros, apontando para formas de inovação locais que engajaram diversos tipos de atores sociais. Esse tipo de discussão será cada vez mais atual, em especial à luz dos novos equilíbrios de poder produzidos pela emergência da China na política sanitária global.

José Cláudio Souza Alves

I.

Sim, a teoria sociológica vem crescendo na sensibilidade com relação a novos e diferentes temas sociais, formulando abordagens mais complexas, voltando-se para os grupos sociais mais vulneráveis aos efeitos da pandemia, isto é, os apropriados pelas classes dominantes do modelo capitalista: moradores de periferias e favelas, negros, indígenas e grupos étnicos segregados, imigrantes, desempregados, encarcerados, habitantes de áreas degradadas ou contaminadas por empreendimentos públicos e privados, bem como os movimentos sociais, movimentos sindicais e partidários por eles organizados. O avanço do modelo neoliberal associado a governos de extrema-direita somou ao desmonte histórico das áreas da saúde, educação, seguridade, segurança e dos direitos humanos discurso e ação marcados por dissimulação e mentira, prejudiciais à luta contra a pandemia e que expõem os mais vulneráveis à contaminação e à morte, numa escala mais ampla da necropolítica do Estado. Sociólogos e cientistas sociais estão mergulhados em reflexão e prática conectadas à vida desses mais frágeis, o que permite um conhecimento capaz de identificar as lacunas, as fragilidades e os comprometimentos das políticas de proteção e a continuidade das desigualdades e injustiças. Do lugar social que ocupam podem contribuir de forma ímpar na formulação de respostas mais eficazes no controle da pandemia e na redução dos efeitos mais graves na vida dos mais desassistidos. Geram um conhecimento solidário e protetor, questionador das condições sociopolíticas que favorecem o contágio e mascaram a dimensões do não cuidado e negligência com a vida dos desamparados, porque desinteressantes para os donos do poder político e do capital. Produzem, portanto, o sequenciamento genético das práticas sociais subjacentes à pandemia sinalizando os indicadores sociais que revelam os vetores de contágio e as respostas sociais e políticas necessárias ao fortalecimento do sistema imunológico dos grupos coletivos que foram desalentados pelo sistema e deixados à própria sorte.

2.

Os estudos sobre grupos de extermínio e milícias vêm mostrando a formação de microestados de exceção, organizados pelo próprio Estado, mediante o controle militarizado de territórios. Neles, agentes públicos de segurança passam a regular e monopolizar vários mercados de bens e serviços: terrenos, imóveis, água, gás, acesso clandestino a sinal de TV e internet, taxas de segurança dos comerciantes e acesso a consultas e exames médicos em hospitais públicos, entre outros. Matadores e milicianos, a partir desses empreendimentos, consolidam trajetórias políticas bem-sucedidas, por meio do controle das votações dessas regiões. Por se tratar de favelas e periferias de grandes metrópoles, ali se encontram os grupos sociais mais vulneráveis à pandemia, em decorrência do sistema de saúde mais precarizado, do fluxo de relações manipuladas por grupos criminosos com suas conexões políticas e do favorecimento daqueles vinculados a eles. É nesse ambiente que cresce a subnotificação de mortes causadas pela covid-19, pela não realização de testes e o fornecimento de laudos médicos atribuindo à insuficiência respiratória a causa da morte de um número crescente de pessoas. Há, portanto, uma relação direta entre a atuação de grupos de extermínio e milícias na manutenção das áreas socialmente mais desprotegidas e atingidas pela pandemia. Desses grupos também parte a pressão política para o fim do distanciamento social e a volta ao funcionamento do comércio, a fim de voltarem a cobrar taxas de segurança dos que não estão abrindo seus negócios. A pandemia reconfigurou o funcionamento dos mercados criminosos dos grupos citados ao mesmo tempo em que vitima mais duramente os que são subjugados por eles. Essa contradição está no cerne das relações sociais brasileiras atravessadas pela pandemia e que determinam sua amplitude, os que serão vitimados, os que serão beneficiados e fortalecidos politicamente, bem como o futuro da construção de políticas públicas capazes de minimizar os danos.

3.

As mudanças sociais, políticas e culturais produzidas pela pandemia ainda estão se processando e dependem das respostas que os diferentes grupos sociais estão elaborando. Se, por um lado, há ações de solidariedade e ajuda aos mais vulneráveis, por outro existe também a negação dos efeitos perversos na vida dos mais desprotegidos. As respostas dos governantes nesse cenário têm sido decisivas. No caso brasileiro, a atuação do governo de extrema-direita de Bolsonaro e seus apoiadores acentua a tendência de abandono e desamparo dos mais afetados, lançados no dilema de ter que trabalhar para sobreviver e, com isso, se expor à contaminação. A negação da pandemia, a manipulação dos dados, o discurso da inevitabilidade das mortes e a utilização política dos seus efeitos para ameaçar opositores com soluções autoritárias aprofundam os ataques às instituições democráticas presentes no governo, com destaque para o não investimento nas universidades públicas e na ciência e o desmonte dos órgãos reguladores de proteção à saúde e ao meio ambiente dos mais pobres. A socie-

dade pós-pandêmica vai delineando traços reforçadores da segregação de vários grupos sociais sacrificados em nome da obtenção de ganhos de grandes grupos econômicos e do projeto político dos que garantem esses ganhos à custa de morte e sofrimento. Grupos criminosos e ilegais, emergentes na prática e no discurso dos atuais governantes do país, ampliam sua presença, alçando projetos políticos mais amplos, em nome do fim da violência que eles próprios fomentam. A ignorância pela desinformação se torna instrumento importante para dissimular intenções e permitir a manipulação das opiniões pelo atual governo, possibilitando a aprovação de medidas nefastas para a sobrevivência dos setores mais indefesos, eles próprios enredados na produção de mentiras e na sustentação dos seus algozes, travestidos em heróis. O cenário é, portanto, de continuidade no agravamento das contradições sociais atualmente vividas.

4.

As obras de Mike Davis, com destaque para *Cidade de quartzo* e *Ecologia do medo*, nos permitem entender os processos urbanos de segregação e poder a partir do medo, da violência e das disputas sociopolíticas. A obra *Coronavírus e a luta de classe* atualiza as reflexões de Davis juntamente com as análises de David Harvey, cuja obra sobre os movimentos sociais e lutas urbanas recentes vem se destacando, além de agregar autores como Alain Badiou, Slavoj Žižek, Alain Bihr e Raúl Zibechi. A obra de Giorgio Agamben sobre o *homo sacer*, principalmente o livro *Estado de exceção*, nos ajuda a compreender a construção atual de uma dimensão totalitária e assassina do Estado dentro da democracia e as implicações no fortalecimento dos grupos de extermínio e milícias, predominantes nas periferias e favelas. O livro *Cidades sitiadas: novo urbanismo militar*, de Stephen Graham, aprofunda as dimensões geográficas e espaciais que passam a dominar o mundo, em que aqueles identificados como inimigos são sujeitados pelas políticas de segurança, traduzidas no caso brasileiro pela lógica da execução sumária. Desnecessário dizer que é nessas áreas que o coronavírus congrega. Achille Mbembe em *Necropolítica* aprofunda a percepção da política de extermínio do Estado, incluindo a dimensão do genocídio racial praticada contra negros. As políticas de desproteção social dos negros e de favorecimento de seu contágio e morte, em áreas segregadas, sem serviços de saúde nem acesso a recursos, seriam uma atualização que a pandemia traz para essa necropolítica. Por fim o livro de Charles Tilly *Coerção, capital e Estados europeus* e o artigo de Juan Albarracín “Criminalized electoral politics in Brazilian urban peripheries” aprofundam as percepções de como o crime organizado se enraíza na estrutura social e passa a controlar populações e territórios, algo decisivo na atual etapa da pandemia no Brasil.

José de Souza Martins

1.

É possível encontrar, na teoria sociológica, pistas para a pesquisa e a interpretação das causas e dos desdobramentos sociais de pandemias, de desastres

naturais, de guerras ou de intervenções dramáticas na realidade social. São ocorrências que provocam grandes rupturas e transformações na estrutura social. Essas rupturas acarretam verdadeiras convulsões sociais, que afetam o que é próprio de uma sociedade e de uma época. É o que já deve estar ocorrendo em diferentes sociedades. Mentalidades, valores, crenças tornam-se obsoletos e descabidos da noite para o dia ou, no mínimo, estão sendo colocados entre parênteses. A sociabilidade que daí resulta alimenta a consciência crítica e a revisão de modos de ser.

Justamente nessa pressuposição tem cabimento, mais uma vez, retornar aos clássicos, que são clássicos justamente porque desenvolveram métodos e linhas de interpretação sociológica que já contêm abrangência para a análise do repentino, do inesperado, do surpreendente. É claro que a sociologia é também datada, mas não é tópica. Ela renasce quando se depara com o advento de ocorrências cujo tempo diverge de sua temporalidade de origem. Na linhagem da sociologia de Durkheim e na de Marx as rupturas fazem parte da temática teórica essencial. Ainda que concebidas no marco do teoricamente previsível. A anomia é patológica. A contradição não é um defeito. São manifestações de “normalidade” da dinâmica social e do processo histórico. A crise da sociabilidade descontinuada pelo abrupto da pandemia já está lá. É claro que são rupturas cuja temporalidade é muito diversa da temporalidade própria de eventos como o que está ocorrendo agora. Tanto no plano “do durante” quanto no plano “do depois”. Não há, em casos assim, orientações prontas, como há em relação ao socialmente previsível do repetitivo e do irruptivo. Estamos, aqui, tratando de ocorrências que não se situam no âmbito das teorias do repetitivo, nem das da transformação social, mas de ocorrências socialmente imprevisíveis, inesperadas e abruptas, que criam estruturas sociais temporárias em função da urgência e da demanda de interpretações sociológicas de emergência.

2.

São várias as situações sociais novas, decorrentes da pandemia, provisórias e temporárias, que desafiam a competência dos pesquisadores: o confinamento, nele o isolamento; a internação hospitalar, sem a presença da família; a segregação na UTI; a solidão na proximidade da morte; a restrição de presenças em velórios e sepultamentos, o que fere costumes e tradições. A morte sem sentido porque os costumes caíram no rol do proibido pelas autoridades sanitárias ou pelo medo. Sobretudo a enorme repercussão mutilante e dessocializadora que tudo isso tem na vida social dos grupos de referência da vítima. Alguns pesquisadores poderão experimentar na carne essas situações. Outros poderão experimentá-las no respectivo grupo familiar ou no grupo de referência. Outros, ainda, na observação própria ou alheia de dolorosas situações de ausências repentinas e definitivas.

Uma providência que sociólogos e antropólogos deveriam adotar, nessa hora, é a de pedir ao maior número possível de pessoas conhecidas e do próprio

relacionamento a elaboração de um diário do confinamento. Sem lhes dar instruções prévias, para preservar o próprio modo de observar e de eleger os temas da observação de quem narra. Um caderno de impressões e confissões. Este é um momento propício para se revalorizar a observação participante, do tipo que praticava Oscar Lewis, sem os abusos que, depois, se tornaram conhecidos. O pesquisador fazer-se observador próximo ou, mesmo presente naquilo em que a circunstância o envolve diretamente, como o vírus “dentro de casa”. Observar a realidade a partir “de dentro” ou de testemunhas que estão vivendo a experiência da doença no interior do grupo social por ela alcançado. É nessa situação que pode ser documentada a consciência crítica e revisora da sociabilidade costumeira, aquela que a enfermidade invalida.

3.

A pandemia anula a validade, ao menos temporária, de boa parte da pauta de conduta das relações sociais cotidianas. Todos estamos sendo ressocializados nas referências de uma estrutura social provisória, de emergência, referida a uma cultura de confinamento. A sociabilidade reduzida ao espaço escasso, das poucas e pequenas coisas. Nesse sentido, estamos sendo também dessocializados. “Acordaremos” lá adiante para descobrir que, além de parentes, também amigos e conhecidos já não estão mais aqui. A trama de relações sociais será outra dominada pela figura do ausente. Teremos que conhecê-la e interpretá-la para nos situar socialmente. Será um tempo de busca e inovação.

Estamos bloqueando valores e referências que nos orientavam na vida cotidiana e que já não nos servem. Ao fim da crise, já teremos tomado alguma consciência individual e coletiva dos imensos rombos que a doença terá deixado no modo como a sociedade estava organizada. A família será outra, toda uma geração de crianças e adolescentes sairá dela socialmente mutilada e desafiada a inventar novos parâmetros de conduta, a religiosidade será revigorada, o cenário religioso mudará, a ciência ganhará espaço na apreciação do homem comum, os hábitos alimentares serão alterados, a literatura será valorizada, o jardim doméstico voltará a ser valorizado, brincar terá outras características, crianças descobrirão que havia pais ocultos na casca modernosa da paternidade, as profissões dos simples serão valorizadas: enfermeiros, faxineiros, coveiros, motoqueiros, entregadores de comida. Mapa que acaba de ser preparado pela Prefeitura de S. Paulo mostra que o índice de mortes por total de infectados é muitíssimo maior do que no bairro mais rico da cidade. O vírus subversivo expõe as tripas da sociedade de classes: a morte é um instrumento das desigualdades sociais.

4.

Aqui, as ciências sociais abandonaram a prontidão para o inesperado de situações como a da pandemia. Cito algumas obras que podem ser úteis. Uma referência bibliográfica relevante no estudo sociológico de enfermidade contagiante, e do confinamento decorrente em sanatório, é o livro de Oracy Nogueira, *Vozes de*

Campos do Jordão, sobre tuberculosos. Ele próprio foi tuberculoso na juventude, tratado num sanatório de São José dos Campos. Outra é o estudo de Florestan Fernandes sobre a sociabilidade no campo de batalha, com base no depoimento de Paulo Duarte, que participou da Revolução Paulista de 1932. É um dos capítulos de *Mudanças sociais no Brasil*. No plano teórico mais amplo, dois livros de Ágnes Heller: *Para mudar a vida* e *La théorie des besoins chez Marx*; neste último as reflexões sobre as necessidades radicais. O tema já havia aparecido, no contexto teórico apropriado, no livro de Henri Lefebvre, *La proclamation de la Commune*, um estudo sobre o cotidiano da Comuna de Paris. As necessidades radicais como necessidades de transformação social no corpo da repetição, no meio da guerra civil. O livro de Harold Garfinkel *Studies in ethnomethodology* é dos mais indicados pelo método do autor de provocar estados de anomia e observar a reação da “vítima” no restabelecimento da ordem. Esses livros podem definir uma linha de interpretação sociológica da pandemia na peculiar circunstância brasileira. Alguns dos livros de Erving Goffman virão para o primeiro plano no estudo da pandemia: *Manicômio, prisões e conventos*, *Estigma* e *A representação do eu na vida cotidiana*, referências para compreensão da sociabilidade decorrente do confinamento e da técnica autodefensiva da manipulação de impressões para definir identidade. A sociologia de Alfred Schutz e Thomas Luckmann, em *The structures of life-world*, faz a ponte entre a compreensão weberiana e a vida cotidiana, que é o âmbito no qual a epidemia faz seus maiores estragos.

José Maurício Domingues

1.

Sim, a teoria sociológica está equipada para responder ao fenômeno, incluindo sua parceria com vários campos da sociologia. Afora vagas reflexões mais gerais sobre o papel da agência, das instituições, da justiça etc., que podem ser levantadas, três áreas devem ter destaque. Primeiro, a discussão sobre riscos e ameaças, que se encontra na um tanto ou quanto difusa conceituação de Ulrich Beck, que não deixa de ser por isso altamente sugestiva. Seu cruzamento com a sociologia da saúde (e da doença), assim como sua historiografia, pode render bastante. Além disso, o papel em especial do Estado neste momento e a situação que o capitalismo vive implicam uma mobilização da sociologia política e da sociologia econômica/economia política, posto que o primeiro é o principal responsável pelo enfrentamento da crise, e o segundo certamente evoluirá a partir dela. Outras áreas, como aquelas que dizem respeito às desigualdades sociais ou às relações internacionais, são igualmente importantes.

2.

Em minha área específica é esta a abordagem que estou buscando desenvolver: em face dos riscos globais em termos de saúde, como enfrentar essas questões, agora além do mais transformadas em ameaça concreta pelo coronavírus e a covid-19? Quais são as capacidades do Estado para tratar disso, comparadas

por exemplo com o mercado e as redes de solidariedade? Quais os discursos que se desdobram neste momento – segurança, risco, direitos? Tudo isso se põe, ademais, nos quadros da governança global da saúde e das possibilidades de seu fortalecimento – ou não –, frente a tendências nacionalistas.

3.

É preciso cuidado para não exagerar os efeitos da pandemia – outras não provocaram mudanças tão significativas. Mas creio que, apesar de conflitos nacionalistas visíveis, haverá uma tendência a maior cooperação global na área da saúde, assim como se põe a questão do público, da saúde, da proteção aos sem trabalho, do papel do Estado na economia. Se a primeira questão implica aprofundamento, apesar de tudo, de uma tendência em curso, a segunda faz uma inflexão no desenvolvimento do Estado – de qualquer maneira sempre forte e senhor de muitas capacidades – e das políticas sociais, e no modo como funciona o capitalismo. Este, além do mais, aprofundará os processos de oligopolização e automação, com uma possível deslocalização parcial da indústria da China em direção aos países centrais do capitalismo (o papel dos centros decisórios no capitalismo era, aliás, crucial para a teoria da dependência).

4.

As obras que tratam da questão do risco, do desenvolvimento do Estado e do capitalismo são muito relevantes nesse sentido.

José Szwako

1.

Várias obras e escolas de pensamento nas ciências sociais vêm há décadas debatendo o risco potencial implicado nas relações entre tecnociência, capitalismo e seus efeitos no mundo. Ricas, essas reflexões raramente tendem a convergir. Sobrenome evidente aí é o de Beck, mas ao seu lado poderíamos citar aqueles que, na fronteira dos estudos ambientais com as humanidades, vêm defendendo uma ciência “pós-normal” ou aquelas denúncias e disputas mais fortemente mobilizadas ao redor do antropoceno. Não saberia dizer o quanto cada uma delas está equipada ou preparada para encarar tal desafio. Me parece, porém, e se não me engano quanto ao *éthos* das e dos cientistas no Brasil, que a resposta (prática e teórica) ao fenômeno deverá variar conforme a vocação institucional na qual cada pesquisa/grupo/laboratório se inscreve. Assim, enquanto alguns grupos, por sua vinculação institucional, estão mais próximos de chegar a conclusões das quais já dispunham antes da crise – repetindo um “eu avisei” em defesa do antropoceno ou contra a necropolítica ou ambos –, outros grupos, devido a tradições institucionais como, por exemplo, a da Fiocruz, poderão liderar a explicação da pandemia e seu combate.

A primeira parte da questão faz notar o investimento hercúleo de cientistas sociais em seu esforço de tradução para um público maior. Diversos periódicos e blogs acadêmicos e várias associações de pesquisa, como a Anpocs,

por exemplo, passaram a divulgar ensaios e *insights* de nossos colegas sobre a pandemia. Por um lado, esse investimento salutar abre uma senda até hoje pouco (ou quase nada) explorada por nós, cientistas sociais brasileiros, que diz respeito à divulgação científica e à democratização do acesso a nossos resultados e caminhos de pesquisa. Por outro lado, no entanto, essa ênfase atual nas tomadas públicas de posição não precisa ser lida como uma ruptura ou inauguração histórica. Não é a primeira nem a última vez que o contexto político nos interpela nos levando a tomadas de posição. E isso não significa que “tudo é político” nem traz, a meu ver, consequências epistemológicas dogmáticas do tipo “não existe neutralidade”.

2.

Minha trajetória de pesquisa está marcada por duas subáreas: movimentos sociais e história intelectual. Na primeira delas, a ênfase analítica recai sobre as formas de mobilização e suas interfaces com o sistema político mais amplamente. Nessa seara, me parece que a contribuição é dupla. Por um lado, as pesquisas podem averiguar em que medida os protestos – que, na crise, foram das ruas às janelas – se relacionam com os descaminhos do governo federal e como o estardalhaço das janelas se liga, ou não, à parafernália (des)informativa nas plataformas e mídias virtuais. Por outro, as pesquisas sobre movimentos podem elucidar como, dada a política vacilante e conflituosa do Executivo federal, as associações locais e de moradores de bairros e favelas têm estabelecido, no combate à epidemia, conexões seja com universidades e institutos de pesquisa, seja com os governos municipais ou estaduais. Assim, há uma camada socioestatal (infracentral) de análise que não se pode perder de vista. A variedade das alianças e tensões travadas entre prefeituras, organizações civis e associações empresariais pode mostrar que, mesmo na crise atual, os significados do “combate à pandemia” são disputados, no sentido de forjar e ampliar formas estatais de proteção, de voltar ao trabalho ou mesmo de negar a pandemia.

Na outra seara, a história intelectual pode ser pensada e praticada no cruzamento da história política com as sociologias do conhecimento e das ciências. Nessa acepção cruzada e politizada, a história intelectual pode contribuir com o diagnóstico ideacional mais acurado do negacionismo e do anti-intelectualismo hoje vigentes no país. Quem são as organizações e lideranças das carreatas contra o isolamento preventivo? Quem são seus intelectuais, partidos e textos-chave? Quais, enfim, suas fontes ideológicas e bibliográficas? A história intelectual da pandemia, desta como de outras, é assim a história de suas formulações e disputas, das apostas e respostas político-intelectuais a ela.

3.

Não saberia dizer do futuro, mas sim das apostas. A existência de apostas – mais impensadas ou mais racionalizadas – é traço, em grande medida, inarredável da pesquisa. Isso não significa, porém, que tais apostas não possam ser passí-

veis de auto-observação e crítica de nossa parte. As futurologias de hoje, tanto otimistas como pessimistas, causam algum espanto porque nenhuma delas lida adequadamente com o peso de suas categorias e diagnósticos. Leio aqui e acolá que o futuro será do cuidado ou que viveremos um horizonte feminista, mas não vejo razões concretas para vislumbrar tais horizontes. De outro lado, lê-se que o cenário da pandemia teria confirmado diagnósticos hipercríticos e conexos como os da biopolítica, da exceção e da necropolítica. Outros ainda afirmam que chegou a vez do antropoceno, a sua revanche... O que tais exercícios de imaginação do futuro e de crítica do presente me fazem notar é o pouco rigor com que seus defensores lidam com suas expectativas de mundo projetando nele suas noções e pré-noções. No que diz respeito à sociologia histórica dos movimentos (em especial, revolucionários), há hoje poucas das condições para apostas em grandes processos de mudança social. Esse diagnóstico, é evidente, depende daquilo que se considera forças necessárias para a mudança histórica: elites rachadas, Estado com limitada capacidade repressiva e fiscal, conflito internacional, bem como alianças entre grupos *outsiders* e estabelecidos. Se alguns desses traços se fazem hoje presentes, eles infelizmente jogam, a meu ver, na contramão de uma interpretação da mudança histórica com sentido progressista ou emancipador, ao menos no caso brasileiro.

4.

Fundamental hoje é o recém-lançado *Human extinction and the pandemic imaginary*, do antropólogo médico Christos Lynteris. Nessa obra, o antropólogo propõe o que chama de imaginário pandêmico, com destaque para sua análise da figura do epidemiologista herói em recentes representações cinematográficas do fim do mundo e, ainda, para os discursos ao redor do *super spreader*, que podem e conseguem justificar não formas de vida desumana ou sub-humana, mas formas de subvida. Inspirado pela teorização de C. Castoriadis e por sua ênfase na tensão entre o instituído e o instituinte, Lynteris não fica, contudo, refém do catastrofismo melancólico dos ecoteóricos nem do pessimismo apocalíptico frankfurtiano.

Outra obra preciosa para a compreensão do anti-intelectualismo e do negacionismo vigentes é *The crisis of expertise*, de Gil Eyal. O livro reconstrói a trajetória da noção de *expertise* para evidenciar que a sua “crise” é correlata à sociedade agonística, pós-guerra, na qual não são evidentes as linhas que afastam o leigo do *expert* e pelas quais são embaralhadas as redes de *expertise*. Não é, contudo, toda e qualquer ciência que é hoje contestada; são, antes, as ciências regulatórias (ou *policy sciences*), nas quais ação e julgamento se misturam, que encarnam os problemas “transcientíficos”, frente aos quais instituições de Estado irremediavelmente precisam agir lidando com a competição entre opinião pública, grupos de interesse e movimentos sociais. Destaque nesse livro para sua análise de casos de cientificação da política e de politização da ciência e, ainda, sua apropriação inspiradora do Habermas de *Crise de legitimação*.

Karina Batthyany**1.**

Sin lugar a dudas las ciencias sociales disponen de un conjunto teórico y metodológico muy importante para comprender el fenómeno actual. Por otra parte es imposible pensar respuestas a la emergencia sanitaria sin las ciencias sociales. La actual crisis sanitaria no puede ser comprendida sin sus dimensiones sociales, políticas, económicas, culturales. Pensar que la única dimensión es la biológica o la sanitaria es realmente un error. Se requiere en estos momentos de un trabajo multi y transdisciplinario para comprender a cabalidad el fenómeno de la pandemia, y esto requiere esfuerzos desde todas las disciplinas para desarrollar una perspectiva integral.

Las ciencias sociales adquieren un papel protagónico en el diseño de las nuevas comunidades emanadas de la pandemia. Sus herramientas son fundamentales para orientar la toma de decisiones de los gobiernos, repensar políticas públicas estructurales y esbozar una propuesta colectiva a nivel nacional y regional. Como siempre, resulta necesario pensar en la vinculación entre la investigación, el conocimiento y la política para adoptar las mejores decisiones frente a los desafíos que presentan las diferentes situaciones sociales. Hay que prestar atención al discurso científico unilateral que, al mismo tiempo que puede orientar decisiones políticas acertadas en lo sanitario, también puede producir “ceguera epistémica” si no se incorporan otras miradas y saberes.

2.

Mi área de investigación está vinculada al bienestar social, el trabajo (remunerado y no remunerado) y los cuidados desde una perspectiva de género. Vaya si esta pandemia ha dejado en evidencia lo central que resultan estos temas en la crisis actual. Si hay algo que la crisis sanitaria ha desajustado son los modelos de vida a los que estábamos acostumbrados/as. Esta pandemia puso en evidencia lo que parte del feminismo viene considerando como central para repensar un proyecto que tenga a la vida en el centro: todos y todas somos interdependientes.

La propagación del covid-19 y las medidas institucionales para producir aislamiento social que se están aplicando en la mayoría de los países, ponen en evidencia uno de los eslabones más débiles de nuestra sociedad: los cuidados. Las personas necesitamos de bienes, servicios y cuidados para sobrevivir. Los cuidados son relacionales e interdependientes, todos hemos precisado o precisaremos de cuidados en algún momento de nuestra vida y todos hemos cuidado o cuidaremos a alguien en las etapas de nuestro ciclo vital. La pandemia ha mostrado la importancia de los cuidados para la sostenibilidad de la vida y la poca visibilidad que tiene este sector en las sociedades y en las economías de la región, en las que se sigue considerando una externalidad y no un componente fundamental para el desarrollo ni un pilar del bienestar social.

Un abordaje histórico al tema ha sido ignorar la centralidad del cuidado asumiendo que la incorporación de las mujeres al trabajo productivo redistribuirá esa carga por sí sola, cuando la evidencia nos muestra que esto se tradujo en una doble jornada laboral para las mujeres. Algo que conocemos desde los estudios de género y cuidados, es que la economía considerada productiva se sostiene en el trabajo del cuidado (no reconocido ni remunerado) aunque este sea en muchos casos invisible. Como sabemos en la región las mujeres realizan cerca del 80% del trabajo de cuidados no remunerado y son amplísima mayoría entre quienes se ocupan en el trabajo de cuidados remunerado, por tanto gran parte de los cuidados totales los ejercen las mujeres.

En el marco de la crisis sanitaria, algunas de las medidas propuestas suponen un aislamiento en los entornos domésticos y la búsqueda de soluciones individuales por parte de los entornos familiares para el cuidado, soluciones individuales mediadas, por tanto, por los recursos de diversa índole que cada hogar tenga. Es un regreso al “puertas adentro”, donde cada quien deberá encontrar su solución y estas soluciones reproducen las desigualdades preexistentes. Es importante mencionar que el tiempo de las mujeres no se convierta, como ha sucedido a lo largo de la historia, en un factor de ajuste del que los Estados disponen para afrontar la crisis y los nuevos escenarios económicos.

Para solucionar la crisis de cuidados necesitamos una nueva idea de gestión pública que entienda que la interdependencia de las personas es un hecho de la vida en común. La solución no pasa solamente por repartir más equitativamente el cuidado entre varones y mujeres a nivel individual, sino que su importancia y valor se reconozca y pueda ser provisto también en parte por la sociedad y con el Estado asumiendo su responsabilidad.

Esto implica entre otros elementos construir una mirada alternativa sobre nuestro modelo de convivencia, mirada alternativa fundada sobre la irrenunciable igualdad real y no solo formal de varones y mujeres. Recuperar la dimensión política de la vida cotidiana parece un camino a transitar.

3.

Probablemente es muy pronto aun para responder a cabalidad esta pregunta. El péndulo oscila desde las voces catastrofistas que hablan del fin de la humanidad, a las que advierten que nada cambiará y que sólo es cuestión de tiempo y paciencia para volver a “la normalidad”. Lo más probable, sin embargo, es que enfrentemos un intenso proceso de transformación en el que las sociedades estarán obligadas a reconfigurar múltiples aspectos en el corto, mediano y largo plazo. Resulta claro que es hora de analizar la interdependencia, reciprocidad y complementariedad del trabajo político y del Estado con la producción de unas ciencias sociales que avancen para romper la reproducción de un conocimiento único y universal, que abonen a la reflexión crítica, que sean capaces de auto centrarse y, a partir de ello, elaborar categorías, conceptos e ideas que, situadas en la historia y las problemáticas locales, aporten a la producci-

ón de conocimiento con vocación nacional y regional. La pandemia ha permitido redescubrir los extremos que conviven en las sociedades. De la solidaridad, la generosidad y la empatía, al egoísmo, la xenofobia y el racismo. Existe hoy una emergencia de interpretación alternativa de la realidad, en donde la reflexión crítica y producción de conocimiento de los y las científicos sociales resultan fundamentales para la construcción del futuro que deseamos.

4.

Me gustaría mencionar un par de obras relacionadas a mi área de investigación. En general los textos de Joan Tronto y particularmente: *Who cares?: how to reshape a democratic politics* y *Riesgo o cuidado?*.

Kathya Araujo

1.

Sí y no. Sí: tenemos una tradición de pensamiento, un saber acumulado sobre procesos sociales de más de un siglo, una caja de herramientas que hemos ido perfeccionando, y un conjunto de problemas y límites que hemos ido haciendo visibles como primer paso para ir enfrentándolos. Nadie empieza de cero. El mundo social tampoco. La creación ex nihilo está fuera de las atribuciones de la modesta y muy humana sociología. No: hay momentos en los que la exigencia de revisión de los presupuestos es una obligación a la que debe responderse, y eso debe acontecer renovando saberes, tradiciones, herramientas y generando un nuevo acervo de problemas. Es el caso hoy pues la pandemia no solo toca y enferma y amenaza los cuerpos de los individuos, lo hace con el cuerpo social... ha trastocado la vida social y lo menos que puede decirse es que ha tenido un efecto traumático en ella. Pero la urgencia no puede obliterar el futuro. Debemos evitar el riesgo de hacer de la tarea sociológica una mera respuesta a la contingencia. En este contexto, una cuestión que me parece esencial es reconocer que el desafío fundamental no es solo la pandemia, sino el proceso en marcha del cual ella es el síntoma. Estamos en un momento de profunda transición (cuyo desenlace está aún abierto), pero las transiciones son lentas, tienen ritmos diferentes en diferentes momentos, no son lineales, y hay que poder acompañarlas analíticamente.

2.

Investigo desde hace mucho tiempo cuestiones relativas a los individuos y el lazo social, esto es, las modalidades históricas específicas en las que se ordenan las relaciones entre los miembros de una sociedad y que le dan una relativa organicidad y sustentabilidad a ésta. En ese contexto me intereso por las formas de individuación, los tipos de sujeto posibles y encarnados en la sociedad, pero todo ello principalmente en el contexto de su relación con el colectivo, por eso he investigado también sobre relaciones con las normas, autoridad, el funcionamiento de los principios normativos en la vida ordinaria de las personas, entre otros ámbitos. Desde esta perspectiva, respondo afirmativamente su pregunta. Me parece que una dimensión principal a comprender es, precisamente,

la manera en que el mundo que viene exigirá de nosotros transformaciones en las modalidades en que se han ordenado estas relaciones entre individuos. Un ejemplo relevante es la pregunta por cómo resolveremos la tensión entre libertad y control en circunstancias en las que previsiblemente, como lo es hoy con la pandemia, la coordinación simultánea de grandes masas poblacionales sea un requerimiento permanente. De qué manera y con qué consecuencias esta nueva configuración exigirá (o no) releer la atribución de libertad a los individuos, la que ha fundado al menos normativamente nuestras sociedades; qué destino tendrá en este mundo que avistamos la idea la vida como valor fundamental e indiscutible; cómo imaginar la solidaridad en un mundo vertebrado por el problema de la sobrevivencia; de qué forma se resignifica la relación al colectivo en este contexto. La lista de interrogantes es muy larga y el tiempo que nos tomará responderlas también porque en tiempos de cambio lo que requerimos es ir acompañando los procesos y estos son de larga duración, como he señalado, pero en este contexto el estudio de las formas de recomposición del lazo social y también de las modalidades de individuación podrían contribuir de manera muy importante al esfuerzo de ir desentrañando lentamente la morfología que irá tomando el mundo que se avecina.

3.

La pandemia pone contornos más definidos al momento de transición en el que nos encontramos. Más que un hecho puntual es quizás el primer acontecimiento visible y reconocible dada su magnitud de una serie que vendrán y que van a terminar por darle contorno al mundo en el que deberemos vivir. Un mundo, como decía Beck, de amenazas globales, pero del que no sabemos a ciencia cierta en qué derivará. La historia, como ha sido reiterado, no es sino el resultado de disputas para darle significado y dirección a los acontecimientos, y me parece que eso es exactamente lo que enfrentamos. Ahora, yo creo que para encarar este desafío no ayudará la estrategia de usar la oportunidad para probar las teorías propias. La arena de la disputa requiere humildad y como decía Mills, ese salto que es la imaginación sociológica. Por ahora, mucho de lo que leo que producen los intelectuales va en la primera dirección... Creo que el mundo que viene es impredecible, porque nos guste o no, hoy más que nunca deberemos entender que estamos si no en el ojo del huracán sí en el de la historia. Todo parecería indicar, por supuesto, que deberemos recrear al mundo para hacerlo posible, y si eso es así, eso significa que se deberán poner en cuestión formas de producción, de distribución de las riquezas, los signos de status social, las formas de regulación, los principios normativos que nos acomunan... Ahora, si lo que viene serán ajustes que nos dejen en un paisaje similar (de injusticia o desigualdad, por ejemplo) o transformaciones que nos lleven a cambios profundos, es difícil saberlo. Si todo ello tendrá como resultado un mundo mejor, no hay nada que pueda garantizarlo. Dependerá del destino de las disputas que deberemos enfrentar. Solo una certeza: ellas serán de fondo.

4.

Pienso que un libro que nos puede ayudar a situar los desafíos que enfrentamos es el de Danilo Martuccelli, *Les sociétés et l'impossible. Les limites imaginaires de la réalité*. Por mi cercanía con el autor, pensé que quizás no correspondería seleccionarlo, pero luego de darle muchas vueltas he decidido que, en tributo a la sinceridad, debo hacerlo. Estoy convencida que es el libro que con más claridad, erudición e imaginación nos permite entender la transición que vivimos. Nos permite leer el momento actual a la luz de diferentes momentos históricos, caracterizados de manera muy interesante como específicos regímenes de realidad. Analiza con claridad cada régimen y muestra cómo se vincula con una determinada formulación de los límites de la realidad lo que en última instancia le da forma al mundo que habitamos. Además es muy interesante su aporte para entender los procesos de abandono de unos regímenes en beneficio de la regencia de otros. Su recorrido conduce a afirmar que lo que nos acontece hoy es que estamos entrando a un nuevo régimen de realidad: pasando de un mundo estructurado por los límites imaginarios de la economía a uno que empieza a estructurarse a partir de los límites de la ecología. Una tesis que es defendida de manera elaborada, cautivadora y convincente. Adicionalmente, el libro es una propuesta que junto con esta interpretación de la condición histórica actual a partir de una mirada diacrónica, entrega una propuesta de renovación teórica de la sociología. Es un libro publicado el 2014, que adelanta, me parece, mucho de lo que hoy enfrentamos y seguiremos enfrentando. Indispensable.

Lourdes Bandeira

1.

A covid-19 espalhou-se muito rapidamente, em todos os cinco continentes, com uma magnitude furiosa e inesperada, atingindo milhares de pessoas, independentemente de suas condições socioeconômicas, geográficas, raciais, geracionais, entre outras. Fato que se propagou em tempo recorde, de aproximadamente dois a três meses, atingindo o mundo civilizado. Esse “fenômeno” sem dúvida vem mobilizando pesquisadores/as de todos os domínios científicos para além de ser apenas um problema de saúde pública. Instiga, sem dúvida, um amplo universo de cientistas, entre os quais os cientistas sociais, que não estão se furtando a refletir e analisar esse fato social total, como o designou o sociólogo espanhol Ignacio Ramonet em artigo recente, “La pandemia y el sistema-mundo”. Acentua ainda que a covid-19 “convulsiona todas as relações sociais e choca todos os atores, instituições e valores”, pois a considera uma “experiência inaugural” da humanidade, deixando nela seu rastro traumático.

Os efeitos devastadores ou as consequências são muitas, pois o isolamento social compulsório que foi “imposto” a toda a população evidencia, de imediato, as profundas e complexas desigualdades sociais e políticas no interior de cada país, manifestas pela situação de fome quase generalizada das populações mais vulneráveis, pela ausência de infraestrutura sanitária, assim como pela violência contra as mulheres. Há muitas diferenças entre os países do norte e do sul, no sentido de que os primeiros possuem mais recursos e equipamentos a oferecer aos milhares de pessoas que foram contaminadas

pela covid-19; enquanto aqui, abaixo do Equador, impera a pobreza, o autoritarismo, o medo e a desproteção de políticas públicas. Ao mesmo tempo, a situação de covid-19 desmascara o despreparo, a inaptidão, o descaso e o escasso compromisso dos governos e do Estado – em especial no caso brasileiro, pelo seu fanatismo em querer assegurar a manutenção do emprego e pela fobia neoliberal em atender a um grupo de empresários do mercado, sem se responsabilizar por tomar as medidas e providências que são necessárias, sejam as propostas pelas autoridades internacionais da OMS, sejam as baseadas nos indicativos que o conhecimento científico – pesquisadores epidemiologistas, infectologistas e outros, além do Ministério da Saúde – assinalam.

Por sua vez, as ciências sociais vêm alertando e advertindo sobre as tragédias ocorridas com a destruição inescrupulosa do meio ambiente e as mudanças climáticas, que, de alguma maneira, já anunciavam, indiscutivelmente, consequências danosas, sobretudo com a potencial propagação de pragas, insetos, entre outros similares. Entretanto, as ciências sociais, como de resto nenhum outro campo científico, estavam preparadas para antever o tamanho da tragédia da covid-19; isso vai desde o sistema público de saúde, como é o caso do SUS, vivendo sempre com poucos recursos, quando não desacreditado, ao contrário das enormes organizações multinacionais de fármacos, cujos laboratórios pagam pesquisadores/as de ponta, mas que na atual conjuntura têm se mostrado igualmente incapazes de produzir medicamentos e vacinas para conter a expansão mundial da pandemia. Ou seja, o avanço da parafernália das tecnologias tem surtido ainda poucos efeitos diante das severas consequências vividas até o momento, do que se deduz o desempenho vital que têm as ciências sociais em repensar e ressignificar os sistemas de valores que conduzem as dinâmicas das relações em sociedades.

2.

Como professora e pesquisadora há mais de três décadas dedicada ao estudo do tema, a violência contra as mulheres tem se agravado – aqui e lá fora –, derivada/acentuada pela situação provocada pelo isolamento social, considerando-se que tem aumentado em torno de 30% – como indica o enorme volume de denúncias informadas diariamente pelas mídias sociais nacionais e internacionais. As situações de violência contra as mulheres compreendem desde a violência física, sexual, psicológica, patrimonial e moral até a prática de crimes de feminicídio que se multiplicam quase em escala geométrica, nos níveis local e global. Vale lembrar que a situação de isolamento social escancara o convívio com maridos, companheiros e padrastos abusadores sexuais e violentos, e ao mesmo tempo acentua as desigualdades de gênero ao expor as diferenças na divisão sexual do trabalho, uma vez que cabe às mulheres a responsabilidade de exercer a economia dos cuidados na esfera doméstica. Por fim, o confinamento desencadeia situações de estresse, ansiedade, fragilidade e outros riscos de conviver no mesmo espaço da casa, da família, com homens que podem

atentar contra sua integridade física e emocional, sobretudo quando há a presença de crianças.

Trata-se de uma situação de urgência absoluta, cuja gravidade demanda um olhar sensível que seja sociológico e feminista no sentido de entender as multiplicidades de causas que são ativadas quando se trata de violência de gênero. Pois os números ainda não oferecem a possibilidade de compreender a extensão e a complexidade desse fenômeno, em que, por exemplo, não é descrita a condição étnica/racial, de classe e de territorialidade das mulheres vítimas de violência doméstica. São as mais vulneráveis, muitas desempregadas e destituídas de condições adequadas de sobrevivência, que estão submetidas a tal situação, tanto no Brasil como em outros países. As informações divulgadas concentram-se na faixa etária das pessoas mortas pela covid-19, destacando que as mortes se distribuem em 68% de homens e 32% de mulheres, cuja faixa etária vai de 30 até mais de 80 anos, tendo maior incidência a partir dos 70 anos, em ambos os sexos.

No contexto da covid-19, cabe às ciências sociais acompanhar seus avanços perversos e não se eximir de sua responsabilidade de denunciar a violência contra as mulheres, pois já é sabido que a covid-19 tem gênero e classe. Vale lembrar que esse fenômeno não é recente, tem história, e o ativismo feminista foi pioneiro em ensejar sua visibilidade, denunciá-lo estimulando a criação de uma área/campo de estudos e pesquisas acadêmicas em desenvolvimento, e tem contribuído de várias formas significativas:

- introduzindo nas universidades disciplinas referentes à questão, com vistas à formação de gestoras públicas atuantes tanto em políticas públicas como na formação de operadores/as do direito para o trabalho no Judiciário. Tal qualificação permanente tem trazido frutos, com iniciativas inovadoras – produção de cartilhas informativas, que neste momento da covid-19, possibilitam orientar as mulheres a realizar a denúncia. Núcleos de gênero centrados na violência foram criados em diversos Ministérios Públicos – como no Rio de Janeiro e no Distrito Federal, entre outros, e vêm atuando de maneira a informar, acolher e encaminhar as mulheres vítimas de violência doméstica, em contexto de isolamento social, uma vez que muitas delas convivem com seus agressores;

- identificando as insuficientes iniciativas de políticas públicas de combate à violência doméstica, em consequência da covid-19, uma vez que, atualmente, observa-se um recuo em relação aos ganhos institucionais de combate e enfrentamento às violências existentes em tempos normais;

- formando redes de enfrentamento à violência – em parceria com grupos/ organizações de mulheres e de mulheres negras da sociedade civil, que atuam em comunidades, nas periferias e nos rincões interioranos do Brasil;

- produzindo pesquisas quantitativas e qualitativas – gerando dados sobre a complexidade do fenômeno que se traduzem em indicadores de base ao planejamento de políticas públicas. É importante manter o método da obser-

vação *in situ*, com vistas a captar informações, observar as mudanças e recorrências que as expressividades da violência doméstica podem manifestar provocadas pela pandemia da covid-19.

Por fim, mais recentemente a sociologia tem se dedicado a pesquisar as peculiaridades que caracterizam os crimes tipificados de feminicídio – os quais têm aumentado no contexto do coronavírus –, por tratar-se de uma grave violação de direitos humanos das mulheres, que têm impactos profundos na economia e na saúde das mulheres e das pessoas em geral, das sociedades e, por que não?, das nações!

3.

É difícil pensar em mudanças neste momento, embora haja quem vislumbre que o mundo não será mais o mesmo. A meu ver, isso não significa que as práticas de solidariedade, de compaixão e que políticas com legítimos valores sociais venham a se instalar entre os povos. Elas seriam suficientes para superar a crise econômica mundial? Penso que não, pois no cenário da crise da covid-19, é necessário bem mais. Hoje, há segmentos da indústria e do mercado que prosperam com a pandemia: todas as tecnologias que fornecem equipamentos hospitalares, a fabricação de máscaras, luvas e demais utensílios continuam alimentando o capitalismo. Talvez, por um lado, tivéssemos que retomar a sabedoria de Marcel Mauss quando no *Ensaio sobre a dádiva*, publicado em 1925, já nos ensinava que o valor das “coisas” não pode ser superior ao valor das “relações sociais” e que o simbólico é fundamental para a vida social. Mauss chegou a esse entendimento a partir da constatação de que as características de trocas nas sociedades arcaicas não são apenas coisas do passado, tendo importância fundamental hoje para se compreender a sociedade moderna. Ou seja, a prática da “dádiva”, do “dom”, poderia se constituir no fundamento de toda sociabilidade e das comunicações humanas nas sociedades atuais.

Por outro lado, e sendo menos pessimista, vislumbram-se esperanças no fazer da política com as novas lideranças femininas que vêm surgindo no cenário internacional ao enfrentar a crise da covid-19. Trata-se de novas formas de um olhar feminino, que se reflete no “fazer política” com intuito de se ocupar, de cuidar da população, uma vez que a economia dos cuidados não deixará, de repente, de ser atribuída à responsabilidade das mulheres. Outros paradigmas vêm sendo usados por líderes femininas. Desde a Islândia, sob a liderança da primeira-ministra Katrín Jakobsdóttir, passando por Jacinda Ardern, premiê da Nova Zelândia e Sanna Marin, chefe de Estado na Finlândia, Tsai Ing-wen, presidente em Taiwan, e Angela Merkel, a chanceler da Alemanha... enfim, todas essas mulheres estão evidenciando ao mundo como lidar com uma situação complexa e inusitada de crise mundial que atinge cada país de maneira própria. No enfrentamento dessa pandemia revela-se que as mulheres partem de outros valores, de outros olhares mais plurais e menos desiguais, evidenciando maneiras outras de exercer o poder e a tomada de decisões.

4.

Não me ocorre nenhuma obra publicada recentemente a ser indicada. Mas sugeriria que revisitássemos alguns autores e conceitos clássicos da sociologia – como o de classe social, em “desuso” para muitos, em uma releitura do velho Karl Marx; e o de fato social, de Durkheim. Mereceriam também uma releitura, com o olhar deste momento de crise da covid-19, Edgar Morin, *Ciência com consciência*; Richard Sennett, *A corrosão do caráter*; Jürgen Habermas, *Teoria da ação comunicativa*; Manuel Castel, *As metamorfoses da questão social*; Hannah Arendt, *Homens em tempos sombrios*; Marcel Mauss, *Ensaio sobre a dádiva*.

Concluo essas breves reflexões retomando o pensamento de Ignacio Ramonet, no artigo citado, que nos faz pensar na importância de possíveis mudanças a ocorrer na humanidade; paradoxalmente, a economia dos cuidados – atividade historicamente atribuída à responsabilidade das mulheres –, e os/as anônimos/as trabalhadores/as da saúde continuaram na mesma “invisibilidade”; mas não há que negar “potencialidades” de mudança para os/as mais otimistas. Como argumenta o autor, o mundo pós-pandemia não deveria mais centrar-se na produção capitalista da mercadoria, mas na produção do direito, isto é, na necessidade básica de um direito humano: “A pandemia também tem seus heróis e seus mártires. E nesta luta, os guerreiros que subiram para a linha de frente, para os postos avançados para enfrentar o mortal SARS-Cov-2, foram médicos, enfermeiros, auxiliares e outros profissionais de saúde que se tornaram protagonistas involuntários, ganhando elogios e aplausos das varandas, praças e ruas das cidades ao redor do mundo. Quase todos eles funcionários públicos, para os quais a saúde da população não é uma mercadoria, mas uma necessidade básica, um direito humano”.

Luiz Antonio de Castro Santos

1.

Se hoje temos acesso à literatura nacional sobre pandemias que devastaram populações inteiras (veja-se a obra de Liane M. Bertucci e meu próprio texto sobre a cólera – “Itinerário do medo”), note-se, no entanto, que o tempo foi o que “maturou” esses textos, essas e outras interpretações. O mesmo ocorre com a literatura internacional, que parece fazer o melhor uso da teoria sociológica – sobretudo histórico-sociológica – depois de um longo tempo de “maturação”. O clássico do grande historiador William McNeill, *Plagues and peoples*, data dos anos 1970! Então, cabe sugerir que, diferentemente das ciências da saúde e da epidemiologia, que podem levantar pistas e sugerir análises e caminhos interpretativos quase *on the spot*, as ciências sociais trabalham mal no curto prazo, diante de fenômenos epidêmicos de toda natureza. Para além das barreiras do tempo, todavia, a teoria sociológica está equipada para enfrentar os desafios postos pelas epidemias e pandemias de terrível impacto social.

2.

Na verdade, as múltiplas áreas de pesquisa em ciências sociais e humanas têm a varinha de condão para uma espécie de mutação e “sensibilização” incomparáveis, para dar conta de múltiplos fenômenos! Tal não ocorre, por contraste, com os princípios e métodos da epidemiologia ou da demografia, para citar campos epistêmicos distintos da ciência social. Veja-se o amplo leque de temas cobertos, por exemplo, pela revista *Contexts*, da American Sociological Association. Um “cardápio” variadíssimo, se vale o bom humor. Ou, para inglês também ver, confrontem-se os campos cobertos pela *Contemporary Review*, igualmente da ASA. Minhas áreas de pesquisa “especializadas”, a sociologia histórica da saúde e a saúde coletiva, contribuem para entender o modo pelo qual nações (modos de vida, símbolos e identidades) são impactadas por uma pandemia, e, da mesma forma, Estados e líderes são fortalecidos ou fragilizados (políticas públicas, segurança nacional e armamentos, inclusão e exclusão social de etnias, minorias, raças, gênero). Vejamos, porém, as áreas, digamos, consagradas da sociologia. A exemplo de desigualdades e iniquidades; interação social, laços sociais e laços de sangue; trabalho e organizações; emoções e identidades; ideologias e *cultural production*; movimentos sociais e Estados; normas, leis e controle social; saúde, enfermidade, medicina; teorias e epistemologias; metodologias e técnicas de pesquisa (apenas percorri os temas tratados, há 20 anos, em um único exemplar (v.29, n.5, 2000) de *Contemporary Sociology*). Todas essas áreas de pesquisa têm uma palavra a dizer, e não a silenciar, sobre uma pandemia. Então, cada uma de nossas “áreas especializadas” – privilégio da ciência social – está apta a contribuir para a reflexão sobre inúmeras dimensões do fenômeno pandemia e seus impactos sobre a vida humana. “Minha” área, ainda que se destaque pela relação direta com saúde, enfermidade, medicina, está longe de ocupar uma posição hegemônica.

3.

A meu ver, a pandemia deverá mudar padrões e estilos sociais de vida – e que não configuram tendências “já em curso”. Se excetuarmos grupos sociais e elites políticas infensas a qualquer “mudança de curso” – correntes que se posicionam, por exemplo, contra verdades aceitas mundialmente, tais como desastres ambientais – o papel legítimo atribuído ao discurso científico pareceria ser um fato sociológico dificilmente previsível antes da pandemia. Veja-se, por exemplo, a aceitação crescente de fatos estatísticos ou hipóteses sobre enfermidades, mortalidades ou letalidades – uma postura “pró-ciência” que, no passado, produziria risinhos de mofa. Em 4 de maio, por ocasião da Marcha Virtual pela Ciência, promovida pela SBPC, essa mudança de curso da opinião pública foi destacada em pronunciamento do antropólogo Alfredo Wagner, da qual retiramos uma passagem exemplar: “Eu gostaria de ressaltar a relação entre a pandemia e o processo de recuperação da autoridade científica e institucional da universidade, enquanto se revela como lugar social de produção e

reprodução do conhecimento científico”. Excelente pronunciamento do conselheiro da SBPC.

4.

Penso em dois intelectuais de belíssima produção científica – ambos já falecidos. Primeiramente, a contribuição de Paul Singer. Uma das obras de nosso “Paulo”, que contempla desafios pré- e pós- o fenômeno mundial da atual pandemia, foi publicada em Portugal recentemente, organizada por Rui Namorado para a Editora Almedina: *Ensaios sobre economia solidária*. Um segundo texto esclarecedor – sem falhas, nem vacilações – foi escrito pelo também “nosso” portenho Guilherme O’Donnell: *Democracia delegativa?*. Ainda que procurem dar conta de outros contextos históricos, na América Latina, as ideias de O’Donnell dialogam a longa distância com a visão solidária de Singer, e antecipam desafios pós-pandemia. Democracias capengas como a brasileira anunciam duros problemas – desemprego, protagonismos sociais em queda, ensino básico calamitoso, condições miseráveis de vida, atentados impunes. O cenário é nacional, o cenário é local... Recentemente a jornalista Lígia Guimarães, da BBC-News Brasil, retratou a calamidade social e sanitária em São Luís do Maranhão, diante de um governador respeitável, mas paralisado por décadas de desvario político e social, obra de oligarquias funestas, como a Sarney.

Luiz Augusto Campos

1.

É difícil dizer neste momento. As características próprias da pandemia minaram sobretudo as interações face a face na esfera pública, atingindo em cheio um dos fundamentos de reprodução da vida social. Nesse sentido, a teoria social pode ajudar muito a compreender as possíveis consequências da pandemia. Por outro lado, tais interações migraram para outros espaços, sobretudo virtuais, ainda pouco conhecidos e considerados pelos nossos processos de teorização. Trata-se de uma situação ambivalente.

2. Trabalho em duas frentes temáticas: os estudos de raça e a organização acadêmica das ciências sociais. No primeiro caso, temos muito a contribuir. Dados de outros países sugerem que populações racialmente discriminadas são as mais atingidas, mas isso ainda não se refletiu nos dados brasileiros. É preciso frisar que essa maior vulnerabilidade racial é explicada por fatores eminentemente sociológicos e não biológicos dos grupos discriminados. A segunda linha de pesquisa tem a ver com as questões que vocês levantam que colocam muitos desafios: como as ciências sociais podem contribuir com esse momento?

3.

Acho muito difícil delinear conjectura, pois sequer temos ideia do tempo de duração desta pandemia. No entanto, enumero algumas tendências que parecem ter mais chance de perdurar. Primeira, maior centralização da administração

social dos riscos, provavelmente por parte do Estado, embora ainda não esteja claro o formato que isso vá assumir. Segunda, aprofundamento da importância das tecnologias digitais de comunicação. Terceira, aprofundamento no curto prazo das desigualdades nacionais e internacionais. Quarta, recentramento da ciência enquanto fonte de orientações políticas para os agentes públicos.

4.

Embora os textos de Ulrich Beck venham sendo os mais mencionados, acredito que a obra de seu mestre, Anthony Giddens, retornará à voga, sobretudo por conta de um provável retorno de estruturas próprias de uma modernidade tal qual descrita por ele (calcada nos sistemas peritos e no risco). Tenho-me interessado em reler Goffman, muito embora seu foco estivesse muito mais nas implicações embutidas nas interações sociais do que em sua relevância para a reprodução do social. Finalmente, destaco a importância de reflexões sobre a reestruturação do capitalismo, sobretudo dos modelos mais autoritários moldados no leste asiático, seja o “comunismo” chinês ou o “liberalismo” em Singapura.

Luiz Gustavo da Cunha de Souza

1.

Sim. É evidente que se trata de um fenômeno novo cuja forma imediata, a ocorrência de uma patologia viral, parece ser tema das ciências médicas. As implicações de uma mudança radical e compulsória das formas de sociabilidade, de interação e de experiência do mundo social, todavia, são temas para os quais as ciências sociais, e a sociologia em particular, fornecem as categorias incontornáveis de reflexão. Nesse sentido, seria preciso se perguntar, antes, se é possível haver explicações para os efeitos sociais e políticos da pandemia fora das ciências sociais. Feita essa ponderação, um segundo ponto a ser notado é que, de modo quase paradoxal, tanto a especialização científica quanto a interdisciplinaridade que marcam tendências opostas das ciências sociais nas últimas décadas contribuíram para que a teoria sociológica possa, nas atuais circunstâncias, incorporar as experiências de outras disciplinas e mesmo de outras áreas da ciência para ajudar a compreender a pandemia da covid-19. Certamente também é necessário ter o cuidado de não exagerar a capacidade explicativa da teoria sociológica, antes de mais nada porque se trata de um fenômeno novo, inesperado e inusitado, cujos efeitos dificilmente serão unívocos. Mas também porque a teoria sociológica deve poder se considerar equipada para oferecer explicações adequadas a um determinado evento quando categorias que fazem parte de seu arcabouço são mobilizadas para analisar o tempo presente. Assim, não é tanto se o que a sociologia disse sobre a pandemia e seus efeitos faz sentido que deve ser considerado acertado, mas se o que se pode dizer sobre a pandemia precisa da teoria sociológica para fazer sentido; então pode-se afirmar que essa teoria é adequada para a explicação e a compreensão daquilo que ocorre.

2.

A teoria social é aquele tipo de reflexão que não trata diretamente de um objeto empírico, mas também não se dirige privilegiadamente à reflexão sobre a própria teoria, isto é, sobre suas condições de produção ou sobre sua lógica interna. Em termos amplos, teoria social é uma reflexão sobre a experiência coletiva de fazer parte de um mundo social e sobre as formas, reais e possíveis, dessa experiência. Já nessa forma genérica, sua contribuição para a análise de uma pandemia que possui como uma de suas principais características a alteração radical da organização social é visível. Isso porque o isolamento social que foi a primeira resposta à propagação do coronavírus – e também a resistência à quarentena, seja sob a forma de uma alteração das disposições sociais para a interação, seja sob a forma do negacionismo científico ou, ainda, da perversão política – afeta diretamente nossos laços com o espaço em que nos encontramos e, conseqüentemente, com as relações e formas de interação entre indivíduos, com o ambiente social e com a natureza que são possíveis e desejáveis agora e no futuro. Indo um pouco mais a fundo na questão, uma das características da teoria social é a formulação de paradigmas, ou, posto de outro modo, de teorias sobre a sociabilidade. Nesse caso, tanto reflexões que caracterizaram e qualificam diferentes aspectos das sociedades em que vivemos quanto reflexões a respeito da natureza mesma das sociedades modernas têm se mostrado frutíferas para entender a situação atual, revelando que a teoria social, muito longe de ser uma área de conceitos abstratos, pode contribuir enquanto instrumento de descrição, análise e crítica da situação atual.

3.

É difícil dizer se a pandemia da covid-19 produz rupturas ou acelerações de tendências. Teóricas e teóricos de cada uma dessas vertentes gostariam de interpretar a presente situação através das lentes analíticas que vêm utilizando em suas análises já há tempos e possivelmente teriam contribuições instigantes a fazer em cada uma das direções. Essa riqueza de perspectivas que marca as ciências sociais e a sociologia, porém, não deveria desviar a atenção nem do choque e da surpresa causados pela crise sanitária e nem das condições sociais em meio às quais ela ocorreu. Eventos sociais, afinal, não são raios num céu azul. Assim, mais do que sobre a questão das mudanças profundas ou da aceleração de tendências é preciso refletir sobre o fato de que eventos distópicos ou revolucionários são uma possibilidade real no mundo em que vivemos e, principalmente, que esses eventos ocorrem sobre uma base de relações sociais concretas. Durante a pandemia da covid-19 tais indagações ajudariam a pensar em que medida a contaminação causada por um vírus, algo que à primeira vista parece escapar à ação coletiva dos seres humanos, se relaciona com as condições de competição científica tornadas naturais em sociedades contemporâneas ou ainda como encarar o fato de que é sempre tarde demais para pensar em alternativas que impeçam que os efeitos socioeconômicos de um fenômeno como esse atinjam de modo privilegiado as camadas mais pobres da população. Isso sim permitiria refletir sobre a relação entre o presente e seu passado imediato, mas também identificar os contornos de uma necessária mudança após o fim da pandemia, mudança na qual expressões como segurança social, renda básica universal e solidariedade deverão desempenhar o papel de horizonte possível e necessário.

4.

Seria injusto apontar uma ou uma pequena porção de trabalhos das ciências sociais neste momento, mas não é má ideia atentar para trabalhos que adotaram uma perspectiva sociológica reconstrutiva ou, mais especificamente, de reconstrução normativa, como reflexões que ajudam a entender como e por quais trajetórias as sociedades se tornaram aquilo que se tornaram. Uma vez que visam explicar a reprodução social por meio da legitimação de normas, valores e ideais, reconstruções normativas são perspectivas teóricas que analisam a história das sociedades com uma lupa na qual ações coletivas, grupos sociais, instituições, disputas por poder e conflitos se deixam entender menos pelos objetivos de transformação e mais pelos processos que institucionalizaram formas de vida. Diante da crise atual, são teorias e trabalhos que podem explicar criticamente, por exemplo, como e por que as sociedades ocidentais agora enfrentam os desafios causados pela pandemia em um contexto de vulnerabilidade das populações carentes, de desmonte da seguridade social, de exacerbação da meritocracia neoliberal, de ceticismo frente à ciência e do suprematismo frente à natureza. Essa crônica das metamorfoses do social nas últimas décadas do século XX e início do século XXI tem renovado a teoria crítica da sociedade e mostrado como o desmonte da sociedade das regulamentações, por um lado, rendeu avanços importantíssimos (por exemplo, com a crescente e bem-vinda receptividade à desregulamentação dos papéis de gênero nas sociedades ocidentais e a consequente crítica à divisão sexual do trabalho) e em outros casos levou a situações trágicas, como revela a desesperadora situação daquelas pessoas que se viram obrigadas a enfrentar a pandemia recorrendo à economia de aplicativos. O fato de que, em ambos os exemplos, as desigualdades de gênero e as atividades profissionais desregulamentadas recebem o impacto frontal da crise atual só reforça a importância de que se investigue como se pôde chegar até aqui.

Marcelo Alarío Ennes

1.

Acredito que a mobilização das/os sociólogas/os tem crescido significativamente. Aos poucos os dados sobre pandemia têm sido divulgados e muitos especialistas, incluindo sociólogas/os, passaram a se dedicar à tarefa de os compreender. Penso que há uma tendência no campo das ciências humanas de que nossa inserção ocorre de modo retroativo sobre o acontecimento, de modo que colegas aguardam o desenrolar dos acontecimentos para iniciar um estudo mais sistemático da pandemia de covid-19 no que diz respeito a sua dimensão social e sociológica. Particularmente, no entanto, entendo que seria possível nossa inserção também ao longo do período de duração desse fenômeno que é também social e, como tal, é matéria de estudos para a sociologia.

Entendo que a sociologia está equipada para explicar esse fenômeno, seja do ponto de vista teórico, seja no que diz respeito à metodologia. Ademais,

há estudos no campo da demografia e da sociologia da saúde, entre outras áreas de conhecimentos vizinhas e subcampos da sociologia, que nos fornecem estudos sobre realidades semelhantes em outros contextos históricos e geográficos, o que nos garantiria uma base para pensar a atual pandemia.

2.

Minha formação como pesquisador resulta da interseção entre os estudos migratórios, estudos sobre identidades, corpo e minha opção pelos referenciais teórico e metodológico oriundos do que se possa chamar de sociologia relacional, em especial, a de Pierre Bourdieu. Nessa direção, penso que é possível refletir e mesmo produzir subsídios para políticas públicas, em três frentes que se articulam entre si: pensar a pandemia e a dimensão do contágio e das mortes a partir do paradigma do *embodiment* (Csordas), que contempla os conceitos de *habitus* e *hexis*, de Bourdieu – nesse ponto, podemos entender o contágio e a morte dele decorrente como objetivação da mobilidade espacial e da vulnerabilidade social expressas pelas condições de habitação, nível socioeconômico (quem pode suportar o isolamento em termos sobrevivência – alimentação, por exemplo), variáveis que se cruzam com classe social, origem nacional, etnia/raça, sexo/gênero; como já mencionado, a mobilidade espacial é um componente central da pandemia – como o vírus chegou até nós, como ele circula entre nós? aqui há questões de extrema relevância que precisam ser elucidadas para, também, combater o preconceito, o racismo e a xenofobia, e seria pertinente perguntar qual a dimensão de classe desta pandemia a partir de modalidades de mobilidade: turismo, migração e refúgio; essa questão nos remete ao debate sobre alteridades/identidades, e a imprensa, bem como colegas da área dos estudos sobre migração, vem alertando sobre o fato de que narrativas racistas e xenofobas têm sido construídas e disseminadas de modo a associar a pandemia a nacionalidades (chineses) e imigrantes de várias origens – nesse caso, assistimos à reedição do processo de conversão do imigrante em ameaça e, portanto, em “bode expiatório” do problema.

3.

O presente e o futuro dependem das disputas e correlações de forças em curso; portanto, é difícil prever a direção das mudanças sociais. Podemos, não obstante, imaginar ao menos dois cenários. Em relação à mobilidade humana, até o momento é previsível que imigrantes e refugiados continuem sendo utilizados como ameaça e sirvam de pretexto para maior seletividade da circulação de pessoas no plano global, o que continuará a resultar no cerceamento de direitos, formas de discriminação e opressão, vulnerabilizando ainda mais aqueles grupos, por um lado, e mantendo o *status quo* em que forças ultraconservadoras são hegemônicas. Um segundo cenário, que foge ao meu campo de estudos, tem a ver com como e por quem as sociabilidades virtuais serão apropriadas. Darão origem a novas dinâmicas de aproximação e solidariedade entre indivíduos, grupos, nações etc.? Terão o poder de ampliar e potencializar pautas de caráter

pós-materiais voltadas para a equidade, justiça social e sustentabilidade ambiental, social e econômica? Ou serão apropriadas pelas forças hegemônicas e se converterão em novas formas de dominação e exploração?

4.

Penso que os autores que dialogam com a perspectiva relacional têm muito a contribuir. Por exemplo, Norbert Elias para pensar a pandemia como expressão de configuração social. Bourdieu para pensar o processo de incorporação, bem como o campo de disputa em que nos encontramos por meio de seu sistema conceitual (*habitus*, *hexis*, campo, capital e estratégia) – em obras como *Meditações pascalinas*, *Senso prático* e “Notas provisórias sobre a percepção social sobre o corpo”. Giddens e Ulrich Beck para pensar a associação imigração, coronavírus e risco. Recomendaria também estudos que tratam do imigrante como ameaça.

Marcelo Arnold-Cathalifaud

1.

Tengo un moderado optimismo sobre las explicaciones e interpretaciones que se hacen desde las ciencias sociales. Respecto a los problemas globales contemporáneos las “teorías de la sociedad” disponibles han demostrado profundas limitaciones, sus representantes se han volcado al periodismo o a la crítica moral sin esforzarse en profundizar sus argumentos. En las conceptualizaciones que más recurrentemente se aplican pareciera que la pandemia no les ha traído muchas novedades a sus reflexiones habituales. Apreciamos que lo frecuente son la producción de relatos sobre el fin “de algo” y el principio de “otro algo”, sin ahondar con contenidos ni con proyecciones lo que se quiere expresar. Ciertamente, existe mucha y buena investigación empírica, pero esta no logra integrar niveles de síntesis que sirvan de guía para nuevas interrogantes o para poder proponer formas de abordar problemas equivalentes. Estamos colmados de datos locales y escasean las reflexiones sobre los mismos. Tengo la expectativa que la pandemia ha sorprendido a las ciencias sociales y que se están elaborando las respuestas que se esperarían.

2.

Mis aplicaciones provienen de la teoría de sistemas sociales; sin entrar a profundizar, destaco los siguientes reglones teóricos: una concepción de sociedad, como sociedad global (incluyendo una definición de la misma); una observación de la sociedad que considere su diferenciación interna en términos de diferenciación sistémica; la distinción entre riesgo y peligro y las referidas a la distinción entre inclusión y exclusión. En el entendido que las tres últimas distinciones son subsidiarias de una teoría consistente de la sociedad, como sociedad global, enmarcada en una perspectiva sistémica y constructivista.

3.

Los efectos de la pandemia ocurrirán en todos los niveles de la sociedad, además serán dinámicos y multidimensionales. Todas las expresiones sociales

tendrán modificaciones y, en sus interrelaciones, se proyectarán expresiones emergentes inimaginables por ahora. Pero, las primeras señales de estos cambios pueden indicarse en el campo de las actividades cotidianas, la co-presencia será más regulada y sus formas encauzadas en protocolos, más o menos explícitos, ello incluye desde variar las reglas de la proximidad hasta las vestimentas y las ocasiones para su uso. Probablemente, en compensación, las aplicaciones de realidad virtual se generalizarán. Como se puede prever lo anterior tendrá un enorme impacto en las interacciones intra e intergeneracionales, como en las verticales y las horizontales. En el plano organizacional el teletrabajo, la automatización y utilización de inteligencia artificial se incrementarán exponencialmente. Probablemente los ritmos de trabajo, horarios y sus estacionalidades se verán fuertemente modificados. En planos más generales pueden anticiparse cambios en los sistemas educativos formales con la tele-educación y re-adequación de los programas; en el ámbito sanitario se generalizarán las informaciones sobre la salud a poblaciones que antes no lo consideraban (un nuevo tipo de terrorismo); la política pasará por importantes modificaciones y debates, por ejemplo con la probable aparición de nuevas variedades de formas democráticas; en el plano económico se verán cambios en su industria, nuevas formas de consumo parece lo más evidente, lo mismo en las industrias relacionadas con el transporte y el turismo. Los conocimientos científicos y las comunicaciones religiosas adquirirán posiciones centrales. A nivel mundial, la globalización, a diferencia de lo que se están planteando, se verá acelerada y cubriendo la mayor parte de las expresiones sociales. Esto último no será inmediato, pero la ejemplificación de la respuesta a la pandemia será un avance paradigmático. A quedado de manifiesto las limitaciones de decisiones delimitadas por fronteras nacionales, en compensación, veremos un auge de la cobertura de organizaciones con coberturas mundiales (previo el reformateo en sus composiciones, en la validación de evidencias y en los criterios de tomas de decisiones).

4.

Sin duda, junto a los textos clásicos de Luhmann sobre temas ambientales y respecto a la distinción riesgo/peligro, recomendaría una relectura de la trilogía de Manuel Castells, *La era de la información*, y revisar la de Ulrich Beck, *Risk society: towards a new modernity*.

Marcelo Carneiro

1.

Acredito que um ramo específico da sociologia, a sociologia da sociedade do risco, desenvolvida a partir da obra de Ulrich Beck, forneça instrumentos teóricos importantes para a compreensão do surgimento da pandemia do coronavírus. Na introdução ao livro *A sociedade do risco*, Ulrich Beck dizia, de forma premonitória: “Diante das ameaças da segunda natureza, absorvida no sistema industrial, vemos-nos praticamente indefesos. Perigos que vêm a reboque do consumo cotidiano. Eles viajam com o vento e a água, escondem-se por toda a parte e, junto com o que há de mais indispensável à vida – o ar, a comida, a roupa, os objetos domésticos –, atravessam todas as barreiras controladas de proteção da modernidade”. Para analisar os efeitos sociais da pandemia, contudo, julgo que as abordagens inspiradas na análise de Karl Polanyi sobre a dinâmica de mercantili-

zação da terra (natureza), do trabalho e da moeda oferecem uma perspectiva mais apropriada.

2.

Os estudos que realizo se situam na interface entre ambiente, trabalho e mercado, procurando compreender como diferentes formas de coordenação de atividades sociais (reciprocidade, mercado e redistribuição) se manifestam em campos de pesquisa como a produção de alimentos, o desenvolvimento de sistemas de certificação e de governança ambiental. Como falei antes, julgo que a crise da covid-19 confere muita atualidade à abordagem polanyiana da relação entre mercado, sociedade e Estado. Ela nos ajuda a pensar os efeitos deletérios dos processos de mercantilização da natureza, do trabalho e da moeda, as famosas mercadorias fictícias. A terra (natureza) talvez seja a mercadoria cujo caráter fictício mais sobressai nesse contexto. O tratamento da natureza como mercadoria, objeto de forte contestação nas últimas décadas, ganhou intensidade com o evento da pandemia. Temas como o desmatamento, a apropriação de recursos comuns e o aquecimento global, após a disseminação da covid-19, foram associados, por diversos especialistas, como fatores de produção de zoonoses. Como destacou Jane Goodall (2020), essas zoonoses, contudo, não provêm unicamente do comércio de animais selvagens, como no caso da transmissão inicial do vírus em Wuhan. As péssimas condições da criação de animais em grandes fazendas também proporcionam um ambiente favorável para a produção desse tipo de vírus. Nesse sentido, a crise atual indica também a necessidade de medidas que transformem o sistema agroalimentar vigente, que leve em consideração o bem-estar animal, a redução no uso de insumos agroquímicos e que aponte para o fortalecimento de circuitos curtos de comercialização alimentar.

Se a mercantilização da natureza está na origem da pandemia, o tratamento do trabalho como mercadoria fictícia aparece como umas das facetas mais dramáticas, por seus efeitos destrutivos, provocados pela dispersão da covid-19. O número elevado de mortes entre trabalhadores(as) da saúde e dos cuidados (*care*), linha de frente do combate à pandemia em hospitais e asilos, além da alta taxa de contágio entre assalariados que foram obrigados a trabalhar para manter a economia funcionando, revelam as consequências da desproteção a que foi submetido um mundo do trabalho, sob o domínio de políticas neoliberais das últimas décadas. Por fim, mas, não menos importante, a pandemia interpela também a natureza da moeda, como produto da relação entre o Estado e o mercado na gestão da economia. De acordo com a interpretação de W. Streeck, a atuação dos Estados nacionais, diante da dinâmica recente do capitalismo global, tem sido a de postergar o conflito distributivo por meio de estímulos ao endividamento privado e público.

3.

De maneira geral, a crise provocada pela covid-19 explicitou claramente as fragilidades de Estados nacionais e da cooperação internacional para lidar com seus efeitos. Muitas vozes, de diferentes partes do espectro político, vêm se manifestando pela necessidade de fortalecimento dos sistemas de proteção social. Isso pode indicar que o pêndulo da história esteja se movendo no sentido de uma limitação da mercantilização de importantes esferas da vida social, como sugere a tese polanyiana acerca do movimento da sociedade se defendendo dos excessos do liberalismo. Como lembrado por Boltanski e Chiapello, todavia, o capitalismo pode também recuperar os elementos das críticas que lhe são endereçadas, colocando a crítica artística contra a crítica social ou, como argumentou Fraser, no mesmo diapasão, movimentos emancipatórios podem se unir com forças de mercado, em vez de se aliar aos atores que postulam maior proteção social, fragilizando, por conseguinte, a luta contra o neoliberalismo.

4.

Duas obras publicadas recentemente lançam luzes sobre o processo de mercantilização acima exposto. *L'emprise des marchés*, de Michel Callon, ajuda a compreender o papel crescente dos dispositivos mercantis em nossa vida cotidiana, ao passo que *Capital e ideologia*, de Thomas Piketty, num registro mais normativo, dissecou de forma profunda os efeitos da ideologia neoproprietarista no mundo atual e apresenta o que seria uma agenda política capaz de enfrentar o desafio da redução das diferentes formas de desigualdade – social, ambiental e fiscal – vigentes. Nesse sentido, o livro representa, a meu ver, a contribuição mais promissora das ciências sociais para pensar as consequências da pandemia sobre o mundo contemporâneo.

Marcia de Paula Leite

1.

Eu não posso responder por todas as áreas da sociologia, porque não as acompanho, mas na área da sociologia do trabalho, tenho visto muitas iniciativas nesse sentido. Acho que a teoria sociológica nos dá muita base para compreender e interpretar o fenômeno.

2.

Como já antecipei, a sociologia do trabalho tem produzido muita coisa sobre o tema. No caso do Brasil, como não podemos desvincular a pandemia do contexto político que estamos vivendo, de uma crise política profunda, nem das transformações que vêm ocorrendo nas relações de trabalho desde 2017, a sociologia do trabalho tem produzido muita coisa analisando as medidas provisórias que vêm sendo editadas pelo governo na área do trabalho, seus efeitos deletérios sobre os trabalhadores e trabalhadoras, assim como as implicações da maneira errática como os governos vêm enfrentando a crise sanitária sobre os(as) trabalhadores(as), especialmente os informais, os trabalhadores por conta própria, e, sobretudo, os da periferia, sem deixar de lado, obviamente, os(as) assalariados(as).

3.

No nosso caso, a pandemia está provocando um aprofundamento das mudanças em curso desde a reforma trabalhista de 2017. Isso significa uma insistência na ideia de que

os(as) trabalhadores(as) não precisam de proteção estatal nem sindical, mas devem ser deixados à livre negociação das condições de trabalho com seus empregadores. Se isso não for obstaculizado, a tendência é de que as consequências para os(as) trabalhadores(as) no pós-pandemia sejam absolutamente desastrosas: de um lado, trabalhadores precarizados, mal pagos, terceirizados, em trabalhos parciais, intermitentes e autônomos, sem proteção social; de outro lado, sindicatos fragilizados, sem condições de os proteger.

4.

Há muitas obras da sociologia que poderiam nos ajudar a compreender o que está acontecendo. É difícil citar um livro ou uma pesquisa especificamente, mas eu entendo que há muitos autores que nos ajudam nesse sentido, entre os quais eu citaria Edgar Morin, Norbert Elias e Karl Marx.

Marco Antonio Perruso

1.

Este engajamento público de cientistas sociais e intelectuais é de ressaltar. Universidades e ONGs têm-se mostrado ativas no diálogo com a sociedade na atual conjuntura inaugurada pela pandemia. É certo que devemos ampliar em muito o alcance desse diálogo. Até mesmo obras a respeito já foram lançadas, no calor dos acontecimentos, à maneira do ocorrido nos últimos anos no plano da política brasileira.

Entendo que a sociologia está equipada para analisar a situação que vivenciamos, visto possuir em seu arsenal teórico – seja o clássico, seja o contemporâneo – balizas consistentes para tanto. Com a tradição marxista continuar-se-á a explorar analiticamente os limites e as contradições do capitalismo mundial, as implicações do industrialismo e da urbanização na produção de pandemias, bem como a disseminação de seus efeitos segundo a desigualdade social. Na trilha da matriz weberiana, pode-se acionar o desencantamento do mundo para compreender a indiferença pela ciência, vigente no universo simbólico-cultural de determinados estratos sociais. Consoante à interpretação habermasiana, desnudam-se as reações do mundo da vida, à direita e à esquerda, à crise de legitimidade popular hoje sofrida igualmente por neoliberalismos e desenvolvimentismos progressistas. Temos a leitura frankfurtiana da técnica como ideologia, útil para questionarmos sobre o ideário e o repertório de ação de conservadorismos e populismos tão visíveis. As teorias democráticas estão igualmente desafiadas a ajudar a repensar o mundo social. Creio que elas não devam se restringir a uma mirada intelectual que privilegia exclusivamente a manutenção da democracia política burguesa, mas ir além, investigando a reoxigenação da participação cidadã experimentada em certos lugares. Por fim, a produção em torno da desigualdade de acesso à saúde e ao saneamento, notadamente em sociedades localizadas na periferia do capitalismo, é capaz de explicar a contínua promoção de pandemias e endemias nas últimas décadas (dengue, Chikungunya, Zika, gripe suína).

2.

A área de estudos sobre o pensamento social brasileiro e uma sociologia dos intelectuais têm muito a contribuir para o conhecimento aprofundado deste momento histórico. Primeiramente, demonstrando como foram concebidas epidemias anteriores, como a sociedade e a cultura nacionais interagem com os desafios da saúde pública, do saneamento e do urbanismo. Por conta de acontecimentos marcantes (gripe espanhola, Revolta da Vacina), a produção acadêmica a respeito é notória. Em segundo lugar, dimensionando o desempenho das ideias, da ciência e de seus agentes sociais (intelectuais, cientistas, tecnocratas) no Brasil. Será possível então responder à inquietante indagação: na era das *fake news* e do modismo terraplanista, que legitimidade social nós, profissionais do capital intelectual, produtores da cultura e da ciência, possuímos? Com que segmentos – elites, setores médios, classes populares – ou entes sociais (o mercado, o Estado, os movimentos sociais, a própria universidade) nos relacionamos? Creio ser importante, também, retomar o pensamento brasileiro que lê o país em chave antidualista, de modo que estejamos instrumentalizados a perceber como o progresso nacional – da década passada, por exemplo – sempre, de alguma maneira, acaba permitindo a reposição e a reinvenção do atraso (no tempo presente, o bolsonarismo). A superação da dualidade moderno/tradicional nas ciências sociais brasileiras pode ser uma resposta positiva gestada desde a quarentena. Por fim, nossa área oferece vastas análises sobre o conceitual em torno do populismo – novamente em voga, ainda mais em tempos de confinamento. Para além da justa crítica ao elitismo presente na acepção liberal do termo, o retorno ao exame dos clássicos do pensamento brasileiro e da sociologia marxista (de meio século atrás) sobre o tema talvez propicie leituras que fujam à reabilitação nacionalista do populismo enquanto fenômeno político. Esta, tão forte num certo senso comum intelectual atual, reflete, contudo, a impotência populista em nos tirar da crise em que estamos.

3.

É sempre difícil para os cientistas sociais apontar tendências em meio à complexidade do real, mas não nos furtemos a indicar diferentes vetores presentes dialeticamente no mundo social. Olhando para as estruturas sociais, alguns fenômenos devem ter sua disseminação acelerada pela pandemia: trabalho remoto e alterações na sazonalidade da mobilidade urbana – serão mais ou menos precarizantes das condições de vida a depender da agência dos trabalhadores, a qual só pode ser fortalecida por meio de uma renovação classista do movimento sindical. A articulação coletiva dos “de baixo” talvez fortaleça outras pautas recolocadas pela crise econômica já instalada: renda básica universal, imposto sobre grandes fortunas, abolicionismo penal. Quanto a outras sociabilidades possíveis, e no mesmo sentido de aceleração de tendências, vários movimentos sociais podem reforçar eixos programáticos emergentes: a

crítica – ecológica ou mesmo identitária – ao produtivismo e ao economicismo como nexos existenciais da contemporaneidade, por exemplo.

Em direção contrária, o drama em curso da saúde pública enfraquece o ultraliberalismo e seu *agitprop* em torno dos mercados, reforçando o paradigma do estado de bem-estar social. Mas novamente: o resultado será democratizador – quem sabe inaugurador de novos horizontes emancipatórios – caso se desenvolva um processo de empoderamento das classes subalternizadas mundo afora, cujos direitos continuam sob ataque.

4.

Sobre a escala planetária da pandemia e a insegurança social diante do entrelaçamento com o “outro” ainda desconhecido, são úteis teóricos da globalização como Manuel Castells (*O poder da identidade* e *A sociedade em rede*) e Ulrich Beck com a atualíssima *Sociedade de risco mundial – em busca da segurança perdida*. Paralelamente, *A teoria do agir comunicativo*, de Jürgen Habermas, e *Necropolítica*, de Achille Mbembe, são inescapáveis. Quanto ao patamar em que as sociedades da periferia do capitalismo enfrentam a situação ora vigente, destaco *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, guinada ecoterritorial e novas dependências*, de Maristella Svampa, e *Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista*, de Alberto Acosta e Ulrich Brand. No que se refere às interpretações antidualistas do Brasil, em que se tornam inteligíveis o otimismo e o pessimismo que cultivamos sobre o povo brasileiro e sobre nós mesmos: o clássico de Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista – o ornitorrinco*, e, de Paulo Arantes, *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*, dois pensadores radicais. A respeito da agência das classes populares, necessária se faz a leitura da produção recente sobre movimentos sociais de autores como Maria da Glória Gohn e Breno Bringel. Por fim, indico os livros recém-editados *Sopa de Wuhan – pensamento contemporâneo em tiempos de pandemias* (com artigos de Judith Butler, Byung-Chul Han e outros) e *Coronavírus e a luta de classes* (com autores como Alain Badiou, Raúl Zibechi, entre outros).

Maria Arminda do Nascimento Arruda

I.

A primeira pergunta remete a duas ordens de consideração: a mobilização dos cientistas sociais – e dos sociólogos em particular – para oferecer respostas aos problemas produzidos pela pandemia; e a capacidade da teoria sociológica, isto é, a existência de uma acumulação analítica na teoria social que a habilite a construir referências capazes de dar conta de fenômenos provocados pela pandemia. Deriva da formulação, embora não esteja explicitamente indicado, a pergunta sobre o caráter da participação dos cientistas sociais na agenda pública, quando a ela se segue a indagação sobre a existência de um instrumental teórico capaz de fundamentar a compreensão dos efeitos adversos da

pandemia na vida social. Portanto, subjaz à primeira pergunta a alusão ao modo como os cientistas sociais estão atuando na esfera pública. Primeiramente, cabe considerar que os objetos de pesquisa dos cientistas sociais já os predis põem ao debate público, o que, em larga medida, explica a participação social dos seus praticantes. No presente momento, outros profissionais habilitados, a exemplo daqueles das áreas da saúde, passaram a intervir diretamente no debate público de modo qualificado.

A teoria social oferece instrumental em condições de respaldar a intervenção pública dos cientistas sociais. Refiro-me, por exemplo, ao instrumental durkheimiano sobre a anomia e a solidariedade social. A pandemia rompe com todas as certezas, produz isolamento e tem instituído formas novas de solidariedade social, até recriando modos de convivência típicos das comunidades. Retomo a tradição weberiana a respeito das modalidades de reconhecimento e legitimação do saber de grupos profissionais e do aparato burocrático do Estado. Finalmente, a questão dos efeitos socialmente diferenciados do vírus em contextos de extrema desigualdade social, que está no centro da tradição marxiana.

2.

A área de pesquisa à qual eu me dedico – a sociologia da cultura – possui um quadro de referências em condições de oferecer instrumentos à reflexão. Refiro-me, de modo geral, à mudança nos padrões culturais. Especificamente, permite desnaturalizar e dessubstantivar as manifestações aparentemente neutras e técnicas, sejam as oficiais, sejam as especializadas. O campo da sociologia da religião oferece importantes contribuições ao entendimento das crenças em tempos de crise e medo social.

3.

Certamente, após a pandemia, o mundo será outro. Os consensos sobre os quais a globalização se assentava – trânsito intenso, flexibilização de direitos, consumo, domínio das regras do mercado, financeirização, entre outros – estão em xeque. O isolamento, o retorno às políticas sociais, a presença do Estado são expressões das mudanças. Tende a se acentuar a cultura eletrônica, e o ativismo digital, com todos os seus efeitos positivos e negativos, deverá se desenvolver ainda mais. No conjunto, pode-se reconhecer uma transformação no cânone da cultura. O futuro não está posto e dependerá dos rumos para os quais as decisões, lutas e embates se encaminharão.

4.

Creio que os livros de Castells sobre o mundo em rede, bem como as obras sobre os direitos, as desigualdades sociais, são referências importantes.

Maria Eduarda da Mota Rocha

1.

Penso que não. O esforço de construção dos objetos a partir das teorias é sem-

pre a parte mais delicada do nosso trabalho, mas, diante de uma ruptura como a que estamos vivendo, as mediações que precisamos estabelecer são ainda mais complexas porque é como se estivéssemos testemunhando uma parte da vida social “em estado bruto”, como uma ferida que ainda não cicatrizou. Normalmente, as instituições sociais se sedimentam, se naturalizam, e sua origem não se ativa na memória dos que vivem tais instituições. Uma parte da experiência social, talvez uma pequena parte, está se refazendo sob os nossos olhos, e, em um curto espaço de tempo, vamos testemunhar o processo de institucionalização de algumas práticas, aquilo que o senso comum já nomeou de o novo normal, em luta com a tremenda força de inércia do já estabelecido. Então caberá a nós percorrer, junto com todo mundo, o caminho que vai da perplexidade rumo a alguma compreensão. Por outro lado, a perplexidade foi o que fez nascer a sociologia, que surgiu para tentar explicar as profundas mudanças trazidas com a modernização. De certa maneira, a ciência está sempre correndo atrás do prejuízo. Somos provocados pela realidade. Mas, felizmente, não respondemos a essa provocação a partir do zero. Temos uma disciplina muito rica, que oferece muitas pistas para pensar o que estamos vivendo.

Por exemplo, a ideia do *taken-for-granted world*, de Alfred Schutz, se mostra muito poderosa nesse contexto. Como ficamos perdidos sem a rotina e as garantias ontológicas que ela parece nos oferecer! A pandemia revelou o profundo nível de naturalização que envolve a vida social, suas atividades corriqueiras, e o quanto isso é importante para a atribuição de um sentido imediato para a existência. Talvez por isso seja tão difícil abrir mão de certas atividades, especialmente aquelas ligadas à sociabilidade. É que, entre a “realidade” da doença e a experiência vivida, se interpõem as maneiras de interpretar o mundo, e essa é uma lição preciosa da sociologia que muitos não conseguem entender. Ao refletir sobre a pandemia, entretanto, o que salta aos olhos no Brasil mais uma vez é a desigualdade social: as condições materiais e culturais de enfrentamento da doença são muito diferentes. A covid-19 evidencia de modo brutal o quanto a distância em relação à necessidade tem peso decisivo nas chances de vida das pessoas. Diretamente, determinando o acesso à informação de qualidade, ou se elas podem ficar em casa, e em que condições. Mas também de modo indireto, sob a forma de uma maneira de estar no mundo que as predispõe ou não a antever as consequências das medidas de prevenção e a levar a sério essas consequências. Bourdieu levantava a hipótese de que as classes mais vulneráveis costumam ser capturadas pelo presente, enquanto as demais internalizam a disposição de investir no futuro. É possível imaginar o impacto disso na relação com os riscos trazidos por uma pandemia.

2.

Eu trabalho com temas da sociologia da cultura e, preferencialmente, da comunicação. As produções artística e intelectual, que são objetos dessas áreas temáticas, são lugares privilegiados de elaboração dos sentidos das experiências vivi-

das. E, por conseguinte, das disputas sobre esses sentidos. O campo midiático em que circula essa produção poderia fornecer amplo material para a compreensão desses conflitos no presente. Como as diferentes classes sociais e grupos políticos estão respondendo à questão sobre o que está acontecendo no Brasil hoje? À primeira vista, ele evidencia o aprofundamento de uma primeira clivagem que já vinha se desenhando desde pelo menos as eleições de 2018, entre as redes sociais que o então candidato Bolsonaro usava intensamente para estabelecer uma “relação direta” com o núcleo duro de seu eleitorado, e a mídia tradicional, cuja posição naquele momento era menos definida do que parece ser durante a cobertura da pandemia. Agora, temos claramente o telejornalismo da Globo questionando de maneira direta o comportamento do presidente, de um lado, e apresentadores como Ratinho e Datena, do SBT e Bandeirantes, respectivamente, apoiando a posição de Bolsonaro. Os discursos em disputa parecem se organizar de modo bastante binário, em torno de oposições centrais como religião *versus* ciência, economia *versus* vida. A ênfase em cada um dos polos tem rebatimentos no plano da concepção da gravidade da pandemia e do lugar que ela deve ocupar em termos da hierarquia de prioridades do governo federal. Seria muito interessante aprofundar a análise da organização do campo da oferta de opiniões político-ideológicas e de sua articulação com o campo político propriamente dito, por exemplo, a partir da oposição entre o presidente Bolsonaro e as demais instâncias do poder federal, como o Congresso e o STF, de um lado, e os governadores dos estados mais afetados ou mais atuantes, de outro. O caso atual abre a oportunidade para outro plano de análise que já vem sendo estudado e que diz respeito às diferentes portas de entrada nesse campo de oferta de opiniões político-ideológicas, em que cada vez mais a mídia tradicional parece ter que lidar com a concorrência de atores situados nas redes sociais e que, eventualmente, podem balançar as hierarquias consolidadas nas instituições mais consagradas, incluídas as universidades. No plano propriamente midiático, mas não somente, as instâncias tradicionais têm tentado resguardar sua autoridade na luta com os difusores de *fake news*, demarcando uma posição como os que podem dizer o que é ou não notícia. É como se em vários subcampos da produção cultural, os polos dominantes estivessem sendo obrigados a lidar com um tipo novo de concorrente, menos disposto a respeitar o valor supremo em disputa (a verdade científica, as regras do fazer jornalístico etc.), que a possibilidade de uso massivo das redes sociais introduziu na luta por legitimidade diante de um certo tipo de público não especializado. De todo modo, o que me parece crucial é que a sociologia brasileira abra mais espaço para os temas ligados à mídia que foram de certa forma delegados às pós-graduações em comunicação, mas sobre os quais nossa formação especializada tem muito a dizer.

3.

Vejo muitos discursos em circulação que apontam para o “nada será como antes”; mas, durante a pandemia, os mesmos atores sociais disputam um jogo

que já vinha sendo jogado, agora em um novo contexto. Se pensarmos, para simplificar, em uma combinação tripartite entre mercado, Estado e comunidade, como faz Boaventura de Sousa Santos em *Toward a new common sense*, a conjuntura joga a favor dos dois últimos em detrimento do primeiro, de um ponto de vista simbólico que pode se refletir no plano político a médio prazo. A crise sanitária global tende a desacreditar os defensores de políticas neoliberais, uma vez que respostas individuais como as propostas pelo mercado aos problemas gerados pelo coronavírus são praticamente inócuas. Virou passatempo para internautas colecionar frases de neoliberais convictos, dentro e fora do Brasil, afirmando a importância do sistema público de saúde, das políticas de renda mínima e de proteção social, mesmo que isso seja uma medida de urgência.

No *Jornal Nacional*, o quadro “Solidariedade S.A.” mostra ações de empresas de ajuda no combate aos efeitos da crise sanitária, em nome da responsabilidade social. Mostrei que essa tendência se desenha na publicidade brasileira desde os anos 1980, articulada ao avanço do neoliberalismo, como uma resposta ao enorme poder social e político do capital na sociedade, em nível global e nacional, e ao descontentamento que esse poder provocava. Esse esforço retórico é uma tentativa de atenuar uma contradição profunda, que ele obviamente não resolve, e que a pandemia põe a nu porque muitos são os discursos críticos que estão tentando fazer dela um momento de aprendizado coletivo acerca das insuficiências do mercado no tratamento de questões humanitárias urgentes, muito além do coronavírus, como a miséria, a violência, a crise ambiental. Esses discursos tocam no velho problema da alienação. A pandemia é a forma mais violenta e direta de nos lembrar que existimos como espécie, ao contrário da crença firmada em uma sociedade capitalista de que somos exclusivamente indivíduos que se relacionam por meio da troca de mercadorias.

Se as respostas que virão a essa “revelação” serão as que esperamos, é uma outra questão. A crise sanitária e social que vivemos deverá acirrar as disputas entre constelações de valores organizadas em torno da solidariedade e do individualismo extremo, que já vinham desenhando clivagens políticas fundamentais por todo o globo. A questão mais importante, contudo, é saber quais as forças sociais que sustentarão a luta em nome desses valores. No Brasil, já tínhamos a estranha situação de insatisfação crescente com o desmonte das políticas públicas e a dificuldade de articulação das forças de oposição, sobretudo na interlocução entre a sociedade civil e o sistema partidário. Enfim, a profundidade da crítica social despertada pela experiência da crise não será um reflexo imediato da história, mas dependerá, mais uma vez, da capacidade coletiva de transformar o sofrimento em impulso de transformação.

4.

Theodor Adorno e Max Horkheimer, *Dialética do esclarecimento*; Pierre Bourdieu, *A distinção* e *O senso prático*; Teresa Caldeira, *Cidade de muros: crime, cidadania e se-*

gregação em São Paulo; Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*; Gilberto Freyre, *Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*; Erving Goffman, *Quadros da experiência social*; Francisco de Oliveira et al., *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*; Alfred Schutz, *Fenomenologia e relações sociais*; Boaventura de Sousa Santos, *Toward a new common sense: law, science and politics in a paradigmatic transition*; Jessé Souza, *A construção social da subcidadania*; Charles Wright Mills, *A elite do poder*.

Mariana Chaguri

1.

Procurando uma resposta direta, sim. Alongando o argumento, podemos começar pensando que, entre as questões centrais a organizar a teoria sociológica, está o tema da mudança social. O fenômeno da pandemia tem promovido um conjunto de transformações cujos sentidos estão em aberto, tanto no que se refere à dinâmica do processo social quanto à capacidade dos diferentes agentes sociais de encaminhar suas demandas, o que, sem dúvida, abrirá um campo variado de interpretações e disputas teóricas.

As controvérsias teóricas geradas a partir do esforço de interpretação desse fenômeno serão (e já são) muitas, e, em minha visão, têm potencial para promover alargamentos dos conceitos e das categorias da teoria sociológica, aumentando nossa capacidade de falar sobre o mundo social. Para seguir com a resposta, então, gostaria de pontuar que estou tomando a teoria sociológica como imaginação a qual, numa chave ampliada, não é apenas invenção (o que é importante), mas é especialmente a atribuição de inteligibilidade ou a construção de novos sentidos para a experiência social, isto é, para as experiências de estar no mundo.

A epidemia impactou enormemente tais experiências, articulando marcadores sociais da diferença, tais como gênero, raça e classe, em sentidos ora esperados da reprodução de desigualdades, mas também em novas direções que nos desafiam a pensar a dimensão processual implicada na disputa e reconstrução dos pactos sociais entre indivíduos e sociedade. Instâncias socializadoras e produtoras de solidariedade, tais como o mercado e a família, também nos desafiam a pensar o que mais poderíamos estar perguntando e de que modo poderíamos fazê-lo para avançar em nossa capacidade de explicar esse fenômeno.

2.

Minha trajetória de pesquisa está ligada ao pensamento social, com diálogos com os estudos rurais, de gênero e pós-coloniais. Vou me ater à dimensão propriamente teórico-metodológica do pensamento social, explorando algumas inflexões a partir dos demais diálogos. Metodologicamente, a área de pensamento social sempre nos desafiou a pensar as articulações reflexivas entre a empiria dos processos sociais e a dinâmica da produção das ideias. Compreender e explicar sociologicamente um fenômeno como a pandemia implica, me parece, investigar

as mudanças sociais promovidas em seu bojo, o que, entre outras coisas, significa também observar o regime de ideias e os imaginários políticos, sociais e culturais que lhe dão significado e ajudam a organizar o próprio sentido da mudança.

Articulando teoria e metodologia, o pensamento social nos ajuda a perceber que ideias ou imaginários acionados para narrar e disputar os sentidos das mudanças provocadas pela pandemia ou em seu bojo não possuem significado crescente, cumulativo e estável, ao contrário, tais significados dependem das controvérsias e de experiências – individuais e coletivas – que as constituem. Como exemplo, e observando o caso brasileiro, a área de pensamento social auxilia a perceber quais são os circuitos de produção, circulação e de polarizações políticas e culturais em torno de questões como o isolamento social, por exemplo.

Tematicamente, ainda importa destacar que algumas das questões que organizam parte substantiva dos temas e problemas analisados no interior dessa área de pesquisa emergiram com força acentuada neste contexto, tais como, por exemplo, questões em torno da domesticidade e do lugar da família, ou os arranjos e impasses entre público e privado na sustentação de pactos mais ou menos abrangentes de solidariedade e proteção social.

3.

Como tentei indicar nas respostas anteriores, o fenômeno da pandemia tem promovido um conjunto de transformações cujos sentidos estão em aberto. Questões sobre as bases sociais, políticas e culturais do neoliberalismo têm se colocado na ordem dia, com os consequentes embates acerca do papel do Estado e da amplitude de redes públicas de proteção social. Do mesmo modo, a pandemia impactou a geopolítica da solidariedade internacional, com medidas tais como fechamento de fronteiras ou mesmo o questionamento da legitimidade de protocolos e orientações pactuadas em órgãos multilaterais. De modo mais específico, é possível notar que, em diferentes partes do mundo, a extrema-direita encontrou circuitos e agentes para colocar suas ideias e visões de mundo em circulação, organizando uma reação sistemática e consistente contra medidas de isolamento social. Cabe investigar de que modo tais forças políticas e sociais continuarão tendo capacidade de encaminhar o conflito social a partir de suas demandas.

No caso brasileiro, os contornos mais visíveis do mundo pós-pandemia parecem dizer respeito ao lugar da família como unidade econômica básica numa conjuntura que articula desemprego e recessão econômica. O tema, porém, se desdobra na indagação decisiva sobre as bases sociais – bem como sobre a força política – do liberalismo e do conservadorismo para a construção de pactos sociais estáveis e duráveis no país.

4.

Algumas obras que têm me ajudado a perceber dinâmicas contemporâneas como as apontadas na resposta anterior são: Melinda Cooper, *Family values*:

between neoliberalism and the new social conservatism; William Callison et al., Mutant neoliberalism: market rule and political rupture; Quinn Slobodian, Globalists: the end of empire and the birth of neoliberalism; Nancy Fraser, O velho está morrendo e o novo não pode nascer.

Martina Löw

I.

Como sociólogas e sociólogos precisamos perguntar o que a pandemia de covid-19 significa para a sociedade como um todo, agora e no futuro. A situação atual está obviamente ligada a questões de espaço e refiguração. Para superar os limites (linguísticos e nacionais) do discurso público atualmente em vigor, a sociologia está bem preparada para apresentar teoria relativa ao espacial para descrever e explicar o fenômeno.

A dimensão social da pandemia não é apenas fundamentalmente espacial em sua natureza. Como uma lente de aumento, a crise também revela uma tensão típica das sociedades da modernidade tardia, uma tensão entre duas lógicas espaciais – nesse caso aquela entre espalhamento global e fechamento nacional. Levando-a ao extremo, as dinâmicas básicas da refiguração dos espaços como os compreendemos estão visíveis a olho nu. Na nossa perspectiva, a refiguração do social resulta precisamente da tensão entre duas lógicas espaciais. Por um lado, temos o fechamento territorial. Países, áreas residenciais e casas são tratadas como “contêineres” de vírus ou que precisam ser isolados dele. Por outro lado, vemos o espalhamento incontido, global dos corpos infectados com o vírus, a densificação das redes digitais e uma abertura massiva de redes de comunicação desempenhando novas funções na crise. A mesma tensão entre duas lógicas espaciais básicas se expressa na figuração do Estado territorial centralizado em oposição à globalização transnacional, e nas fortes hierarquias verticais e análises lógico-conceituais *versus* a formação de redes horizontais ou “rizomas” e metáforas ontológicas.

2.

Minha área de pesquisa é a sociologia do espaço, que pode contribuir para a pesquisa da pandemia pela análise das suas lógicas espaciais implícitas. Espaços territoriais seguem lógicas de posicionamento e arranjo com fronteiras nitidamente definidas (externamente) e restrições à diversidade (internamente). Em regra, elas são percebidas como algo estático. Em contraste, espaços em rede seguem uma lógica de criação de relações na heterogeneidade. Em espaços em rede, elementos distantes são colocados em relação, e sua característica básica se dá pelas diferenças entre os seus elementos.

A tensão entre lógicas territoriais e de rede, entre hierarquia e heterarquia, entre limitação e delimitação e entre homogeneidade e heterogeneidade se faz particularmente aguda na crise da covid-19. Em primeiro lugar, estamos lidando com uma pandemia sem limites espaciais. Por outro lado, o vírus oferece um

risco letal, fatal para aqueles que podem sofrer morte terrível por sufocamento.

O vírus se tornou um risco global. Viajando pelo mundo com botas de sete léguas, como o Pequeno Polegar, ele se espalha por intermédio de turistas, pelos que viajam a negócios e por outras formas e sistemas de circulação, se condensando em locais onde as pessoas se divertem e interagem: em restaurantes finos e mercados em Wuhan, *resorts* de esqui nos Alpes ou em *corona parties* celebradas em boates techno urbanas. Nesse contexto, é notável que essa expansão global não tenha sido enfrentada com uma resposta global. Em vez disso, decisões unilaterais e solitárias de fechamento de fronteiras foram tomadas. Fronteiras que há décadas não eram controladas ou fortificadas foram fechadas sem aviso prévio ou consultas entre Estados, como ocorreu por exemplo na França e Alemanha. E não apenas territórios nacionais foram fechados, como cidadão nacionais expatriados foram rapidamente “trazidos de volta” em ações de “repatriação” sem precedentes.

3.

A epidemia da covid-19 não é um mero produto da “primeira” modernidade. Ela é também uma consequência da “segunda modernidade”, seu alto nível de digitalização, turismo em massa pelo mundo e de uma economia cujas redes são construídas principalmente por cadeias de suprimentos globais. A covid-19 é o resultado de mudanças, não o seu início.

Minha expectativa é de que as sociedades pós-pandêmicas fiquem hipercomprimadas em termos de espaço, enquanto o mundo digital compensará parcialmente a falta de encontros públicos em que grupos interagem, se escuta música e atividades esportivas são exercidas. O estímulo à mediação digital que aparece atualmente em muitos setores é ambíguo. Suas implicações para políticas governamentais de informação ainda serão analisadas. Enquanto nos beneficiamos de infraestrutura (subsidiada pelos Estados) ao trabalhar de casa, gigantes como a DHL e a Amazon também o fazem. Esse é um fato que projeta mais do que mera sombra sobre a refiguração atual dos espaços. Além disso, o imenso e amplamente compartilhado conhecimento (científico) sobre o vírus provavelmente modificará nossa compreensão social da proximidade física para sempre, com a expectativa de transformações em todas as escalas e níveis do mundo social, incluindo uma percepção aumentada da respiração e tosse das pessoas, a administração de comércios e eventos públicos no interior das cidades e a continuidade da União Europeia, do euro e da “ordem mundial” global como a conhecemos.

A vulnerabilidade e o medo da morte, o isolamento e a quarentena são experiências de crise genuínas – a doença e a morte representam adversidades individuais e coletivas sérias. Transformações sociais ameaçadoras, contudo, são parte vital da experiência de crise. Podemos considerar que a ordem emergencial será apenas de curto prazo, e não permanente. A escalada da crise da covid-19 tornou as dinâmicas resultantes do crescimento de tensões espaciais

² Respondeu em texto único.

absolutamente nítidas. E essa tensão definitivamente permanecerá sendo uma questão porque não desaparecerá quando a pandemia for contida. A covid-19 apenas a trouxe à cena.

4.

Teoria social, teoria espacial, pesquisas sobre risco, pesquisas relativas ao corpo, teoria da globalização e pós-colonial, pesquisas sobre regulação estatal etc.

Mary Tuti Baker²

As coisas desmoronam e nós as arrumamos de volta

Ontem à noite avisaram ao grupo que esperasse um código no éter.

Ele vai aparecer nos nossos computadores cerebrais, ativados de uma casa no campo.

Mas eu não tenho como chegar.

As coisas desmoronam e nós as arrumamos.

Sento à minha mesa improvisada. O sol se levanta. Posições giram.

Syzygy

Desviando de tarefas por cumprir

Convivendo com as plantas no parapeito

Alcançando o sol encoberto e o ar gelado em quietude e silêncio.

As coisas desmoronam e precisamos arrumá-las de volta

de formas novas e surpreendentes

No dia 28 de abril, acordei de sonhos irregulares e ansiosos com essas palavras na boca – as coisas desmoronam, nós as arrumamos de volta. Elas me deram algum conforto, já que de fato parece que em todos os cantos do planeta as coisas estão desmoronando. O vírus fez caírem as máscaras. Em tempo real, presenciamos o trabalho coletivo dos melhores entre nós, criando formas de maximizar a sobrevivência coletiva numa situação humana terrível enquanto os piores entre nós lucram com a situação sem quase nenhum respeito para com os futuros coletivos.

O colapso social não é novo ou incomum para comunidades indígenas. Não faz muito tempo que vírus foram usados como armas pelos colonizadores brancos para eliminar os nativos da paisagem americana. E ainda assim tantas nações indígenas sobrevivem ao trauma continuado do imperialismo. Há lições a ser aprendidas desses povos – lições sobre cuidado e construção de comunidades e sobre a atenção ao solo embaixo dos nossos pés, ao ar que nos cerca.

Eu sou uma pesquisadora e educadora Kanaka Maoli (nativa do Havaí). Eu ensino teoria política indígena em cursos universitários, e minha pesquisa se concentra em redes de ressurgência e resiliência em estruturas sociais baseadas no espaço. Nesse semestre eu estava ensinando introdução ao pensamento político indígena para alunos de segundo ano na Universidade de Brown. Enquanto a pandemia marchava pelos Estados Unidos, estudamos um repertório

rio de pensadores indígenas e aprendemos sobre a produção de conhecimento indígena, ressurgência, resiliência e como as comunidades vivem em relação de reciprocidade com tudo o que existe. Na sessão final os alunos me contaram que o curso havia sido diferente de qualquer outro que eles fizeram até ali porque, mais importante do que “o que” é o pensamento político indígena, eles aprenderam “como” se dá esse pensamento. Acredito que os alunos saíram do curso com uma apreciação da forma pela qual as teorias indígenas criam mundos. Eles também adquiriram uma série de ferramentas que abriram sua compreensão para o uso de múltiplas lentes. Me sinto grata por poder ensinar nestes tempos de convulsão e transformação. Ensinar os jovens a pensar diferente é crucial, já que será a sua missão rearrumar as coisas de formas novas e surpreendentes. Essa é minha pequena contribuição para a nossa sobrevivência coletiva nesta pandemia – e não só sobrevivência, mas prosperidade em futuros resilientes, num mundo em que muitos mundos caibam.

Mokong Simon Mapadimeng

1.

Tenho a tendência de acreditar que a sociologia é a mãe de todas as ciências sociais e que é uma disciplina que alcança amplo espectro e diversidade de especializações. Isso, como sabemos, inclui a subdisciplina sociologia da saúde e da doença, que por sua vez é respaldada pelas teorias gerais da sociologia (derivadas tanto do sul quanto do norte globais). Essas teorias e suas metodologias auxiliares são bem desenvolvidas e estão preparadas para nos ajudar como sociólogos a compreender o que está acontecendo no momento atual com a pandemia que engoliu a maior parte senão a totalidade do globo.

2.

Nos últimos tempos, a maior parte da minha pesquisa tem se dedicado a garimpar, divulgar e contribuir para o desenvolvimento e expansão dos conhecimentos indígenas africanos, os quais cobrem todos os aspectos da vida social humana, incluindo origem africana da filosofia e conhecimento sobre governança, medicina, manejo ambiental, economia, agricultura, arquitetura, educação e ensino. No momento, estou trabalhando na edição de um livro que examina as legislações e políticas estatais na África do Sul visando determinar se elas permitem ou impedem os sistemas de conhecimento indígena africanos, bem como suas implicações para intervenções futuras. Um dos capítulos do livro tem relevância direta para assuntos relacionados a doenças e curas similares à pandemia da covid-19: “O tesouro oculto da vida oceânica do desenvolvimento das medicinas indígenas africanas – seguindo pistas das medicinas terrestres”. Acredito que os ricos *insights* e anseios que perpassam os sistemas de conhecimento indígena africanos, se bem explorados, teriam muito a contribuir no sentido da aspiração de “africanos encontrando soluções autenticamente africanas para problemas africanos”. Isso pode parecer utópico, mas trata-se de uma utopia necessária.

3.

Não há dúvidas de que essa pandemia impôs novos modos de vida para as sociedades, tendo particularmente perturbado a ordem socioeconômica e política do capitalismo neoliberal e suas instituições. O conceito de distanciamento social já rompeu a norma de organização do trabalho nos espaços físicos, a qual exigia que os empregados se reunissem em um determinado lugar a fim de executar suas respectivas atividades, mesmo que interligadas. Isso, de certo modo, reforça a tendência de adesão às novas tecnologias de comunicação e informação, ainda que com alguns sinais de precaução, como, por exemplo, a preocupação de que as inovações 5G possam contribuir para as mudanças climáticas e para surtos de doenças transmitidas por vias aéreas, tais como a covid-19. Isso pode ser uma típica contradição interna que, na visão de Marx, define a ordem econômica do capitalismo. Ou talvez implique que essa ordem econômica jamais será a mesma, ou seja, pode ser que venhamos a testemunhar grandes mudanças na direção de uma ordem econômica mais ou menos significativamente modificada. Alternativamente, pode ser que a ordem social que prevaleceu desde o período pós-guerra se reconfigure, como o fez no passado, para sobreviver às atuais perturbações causadas pela covid-19. Do modo como as coisas estão ainda não é possível saber exatamente como será a ordem emergente. Para aqueles de nós no sul global, que temos pouca ou nenhuma fé na atual ordem hegemônica do capitalismo neoliberal, desdobramentos como a covid-19 apresentam uma oportunidade para nossas nações reavaliarem suas economias e sistemas sociais de um modo que possa garantir relevância e substância ao nosso jeito próprio (cultural, religioso, político e econômico). É uma oportunidade de desenhar nosso próprio destino autônomo sem depender mais das economias das chamadas nações desenvolvidas. A China mostrou-nos como isso pode ser feito. Acredito que nossas nações, especialmente na África, possam se sair ainda melhor sem replicar os modelos chineses. Na África, temos agora a oportunidade de reexaminar nossas relações com as sociedades da Europa Ocidental e da América do Norte (especialmente os EUA) para forjar relações mutuamente benéficas (por exemplo, priorizar o comércio interno africano antes de negociar com o mundo exterior, e com relação a este último ter como segunda prioridade as nações do sul global). Temos diante de nós uma oportunidade de nos rever e encontrar novos modos de fortalecer nossos sistemas de governança política para uma maior transparência e responsabilidade para com os cidadãos. Isso também ajudaria a acabar com a maldição do fim dos recursos naturais, por meio de um processo visando à industrialização local e à autossuficiência. Não há melhor oportunidade do que essa.

4.

Acredito que a rica literatura atual sobre sociologia ambiental e sociologia da saúde e da doença, bem como os ricos e ainda não explorados sistemas de conhecimento indígenas (aqui na África nós denominamos sistemas de conhecimento indígena africanos), tenha muito a contribuir tanto para a compreensão do que está acontecendo quanto para a busca de caminhos para sair desta crise que é um desafio à nossa própria sobrevivência e das futuras gerações.

Nadje Al-Ali

1.

[Optou por não responder]

2.

As ciências sociais, mais do que nunca, são desafiadas a ser interdisciplinares usando uma gama de métodos não apenas mistos em termos de seu caráter quantitativo e qualitativo, mas também *online* e *offline*, e a ser sensíveis às desigualdades interseccionais históricas e contemporâneas experimentadas globalmente pelas pessoas. Nós, cientistas sociais, precisamos perseguir de maneira mais confiante agendas emancipatórias transformativas em vez de esconder nossa política atrás de alegações de objetividade positivistas. Informadas e informados por abordagens feministas transnacionais e decoloniais, estudiosos e estudiosas feministas têm procurado cada vez mais epistemologias e metodologias alternativas, além de práticas políticas, ao mesmo tempo em que se alinham a “processos e forças de regeneração, revitalização, rememoração e visualização”, citando Leanne Simpson.

3.

É muito cedo para prever se a pandemia vai acelerar ou alterar radicalmente as mudanças e os processos que temos visto se desenvolver durante as últimas décadas devido à neoliberalização das economias, a mudanças climáticas, à ascensão do autoritarismo político, ao crescimento da mídia social e das assim chamadas operações de influência com uso de *fake news*. Sabemos, no entanto, que a crise atual se desdobrará de forma diferente a depender de contextos globais, além de ampliar desigualdades de gênero, raciais, econômicas e políticas existentes. Ela vai impactar os mais marginalizados, incluindo mulheres, indivíduos LGBTQ+, pessoas com deficiências, idosos, pobres e os refugiados. Meu próprio trabalho sobre mobilização de gênero no Oriente Médio e suas diásporas procurou mostrar como guerras, conflitos e mudanças drásticas em políticas econômicas impactam mulheres e relações de gênero de forma desproporcional. Buscou também, todavia, analisar como mulheres e indivíduos LGBTQ+ se mobilizam contra as crescentes desigualdades interseccionais e as políticas públicas autoritárias que emergiram na região, e a elas resistem.

4.

NadjeAl-Ali, “Feminist dilemmas: how to talk about gender-based violence with reference to the Middle East?”; KristinaHinze e Izadora Zubek, “Why the covid-19 pandemic needs an intersectional feminist approach”; Jose Itzigsohn e Karida L. Brown, *The sociology of W.E.B. Du Bois: racialized modernity and the global color line*.

Nísia Trindade Lima

1.

Sim. Na teoria sociológica temos importantes trabalhos que, seguindo diferentes perspectivas e metodologias, podem contribuir de forma mais ampla para

a análise dos efeitos sociais e políticos da pandemia da covid-19. Em primeiro lugar, faz-se necessário lembrar que os processos de saúde e doença têm sido objetos de estudos antropológicos, sociológicos e da ciência política, além dos estudos históricos, uma vez que eles são fenômenos, a um só tempo, biológicos e sociais indicadores de processos mais amplos, tais como desigualdades e inequidades sociais; relações público e privado; representações sobre o corpo e os fenômenos biológicos, para citar apenas algumas das questões mais frequentes nesse campo temático.

No caso de uma doença causada por um vírus novo, altamente transmissível e acarretando graves complicações em alguns indivíduos, para a qual não há medicamentos eficazes e seguros, tampouco vacina, as estratégias de enfrentamento implicam complexa engenharia social de controle epidemiológico: distância social; isolamento social; rastreamento de contatos com pessoas infectadas. Tais medidas tornam-se referências constantes deslocando-se do discurso epidemiológico para a gramática do cotidiano das populações em todo o mundo.

Frente ao desafio representado pela covid-19, um dos temas-chave são os grupos vulneráveis e a análise de conceitos e práticas epidemiológicas à luz de questões centrais para a teoria social, tais como desigualdades e sua percepção; impacto nas relações de gênero e nas discussões sobre ciclo de vida, especialmente no que se refere aos idosos. Ainda que com financiamento restrito comparativamente a outras áreas do conhecimento, as ciências sociais têm sido contempladas em alguns editais e, na Fiocruz, o Programa Inova Covid abrange todos os campos disciplinares. À guisa de exemplo, cabe mencionar também que o CNPq aprovou um projeto integrado de pesquisa em ciências sociais dedicado ao estudo dos impactos sociais da pandemia da covid-19, com foco em grupos vulneráveis, e coordenado pelos pesquisadores Jean Segata (UFRGS) e Denise Pimenta (Fiocruz Minas Gerais). O projeto enfatiza a ampla agenda de pesquisas que relaciona preocupações socioantropológicas e emergências sanitárias, envolvendo questões como equidade e desigualdade; relações humano-animais; bioética e biopolítica.

2.

Na área de pensamento social no Brasil, alguns temas fundantes têm grande importância para o estudo da pandemia. É o caso das discussões sobre nação e região, que trabalhei em diferentes textos, como por exemplo no livro *Um sertão chamado Brasil*, e mereceram uma bela síntese em artigo de Elide Rugai Bastos, “Região e nação: velhos e novos dilemas”, publicado no livro *Agenda brasileira* (organizado por André Botelho e Lilia Schwarcz). Um tema de forte presença no imaginário da pandemia é o do “país continental” e que, portanto, teria diferentes momentos de manifestação epidêmica. Bem, qualquer pandemia trará diferentes relações tempo/espaço, não se configurando como fenômeno sincrônico nos diferentes países por onde o vírus circula. Isso parece um

tanto óbvio, mas o que precisa ser acentuado diz respeito às desigualdades entre as regiões de um mesmo país, o que é bem o caso do “continente chamado Brasil”. No que se refere à dualidade nação/região, o texto de Elide Rugai Bastos ressalta a atualidade do problema, referindo-se à distribuição desigual de bens entre as regiões e os componentes da população brasileira, expressos não somente na participação na renda, mas na “desigualdade de acesso à educação, à saúde, à moradia, ao transporte, aos bens culturais, aos direitos de cidadania, à representação política para a própria formulação dos problemas”. Pode-se acrescentar a participação desigual em um processo de desenvolvimento econômico e social que requer a ciência, a tecnologia e a inovação como seus fundamentos.

No caso da pandemia da covid-19, a análise do que ocorre nas diferentes regiões desnuda essa desigualdade e põe em destaque aspectos que não vêm sendo adequadamente considerados seja pela análise sociológica da epidemia, seja pelas políticas públicas muitas vezes propostas. No caso da pandemia tem-se falado em vulnerabilidade relacionada à desigualdade social não apenas de renda, mas de moradia, acesso a saneamento e a outros serviços públicos. Pouca atenção vem merecendo a distribuição espacial dos recursos públicos e os problemas de mobilidade geográfica. Quanto a esse aspecto, vale mencionar a dramática situação vivida na Região Norte, em que se verificou a grande importância da distância em relação a centros hospitalares e os problemas de circulação e mobilidade. Especialmente no estado do Amazonas constatou-se que os caminhos do vírus foram os mesmos dos barcos, muitos navegando ilegalmente, percorrendo os rios, principais vias de transporte. A interiorização da doença vem sendo intensa e, segundo o inquérito sorológico realizado pela Universidade Federal de Pelotas, a Região Norte responde pelo maior índice relativo de contaminação. Outro grave problema refere-se à contaminação dos indígenas, em grande parte como resultado das atividades de garimpo e grilagem de terras, problema também observado no Centro-oeste.

O par nação/região, contudo, não deve ser visto apenas sob o prisma das desigualdades regionais, mas também como uma relevante construção política. Verificamos durante a pandemia o fortalecimento de alguns arranjos locais, a exemplo do Consórcio Nordeste, associação criada originalmente com o mesmo propósito de outros arranjos regionais no país para facilitar processos administrativos dos governos estaduais, e que hoje tem ganhado maior identidade e protagonismo na definição de diretrizes e ações frente à pandemia.

3.

Discussões sobre mudanças sociais, políticas e culturais profundas relacionadas às epidemias e pandemias há muito tempo fazem parte do repertório das ciências sociais. Como a covid-19 provém de um vírus, SARS-Cov-2, que originalmente não infectava humanos, e o contexto de transmissão está relacionado ao mercado de Wuhan, na China, um primeiro ponto que me vem ao examinar a

questão consiste na relação entre humanos e animais não humanos. Para melhor pensá-la remeto os leitores ao instigante texto de Claude Lévi-Strauss “A lição de sabedoria das vacas loucas”, publicado em *Estudos Avançados* e originalmente artigo divulgado em *La Repubblica*, em 1996. Nele, o antropólogo francês analisou o fenômeno da vaca louca como uma indução ao canibalismo, uma vez que a fonte da contaminação estaria na farinha de origem bovina com a qual o gado era alimentado. Segue-se interessante texto com referências à premonição de Comte sobre animais como laboratórios nutritivos e os prováveis efeitos da pandemia, entre eles a possível mudança no regime alimentar das sociedades humanas. Sobre o papel da ciência e da técnica, ele diria “os agrônomos se encarregarão de fazer aumentar o teor proteico das plantas alimentares, os químicos, de produzir em quantidade industrial proteínas sintéticas. Mas, ainda que a encefalopatia espongiforme (nome científico da doença da vaca louca e de outras aparentadas) se instale de forma duradoura, apostamos que o apetite pela carne nem por isso desaparecerá. Sua satisfação se tornará apenas uma ocasião rara, custosa e cheia de risco”.

Desse modo, uma primeira ordem de problemas a ser considerada refere-se às relações entre humanos e animais não humanos e a natureza. Esse é, por exemplo, o principal argumento levantado pelo biólogo Jared Diamond ao discutir a chegada de novos vírus, a exemplo do novo coronavírus. O autor vem observando os riscos de novos patógenos originados de animais silvestres e com potencial transmissão para humanos, situando o problema entre os mais importantes referidos à questão ambiental na contemporaneidade.

Outra ordem de problemas consiste no impacto das medidas de distanciamento social, necessárias em parte enquanto não houver recursos científicos e tecnológicos, especialmente vacinas, para efetivo controle da doença. A médio prazo, interessantes análises abordam um novo tipo de estratificação social entre trabalhadores, com favorecimento dos que apresentarem anticorpos para a covid-19. Ainda que não exista qualquer evidência científica sobre essa imunidade, chamada com frequência pela mídia de passaporte imunológico, em recente artigo publicado no periódico *The Guardian*, “Are you immune? The new class system that could shape the Covid-19 world”, epidemiologistas e cientistas sociais advertem para as implicações da crença de que a presença de anticorpos, detectados por testes sorológicos, seja evidência de imunidade. No texto são enfatizadas possibilidades discriminatórias no mercado de trabalho, bem como nas políticas imigratórias, com benefício para pessoas *covid free*, conforme se passou a dizer em linguagem informal.

No que se refere ao mercado de trabalho, a tendência mais forte, que já estava em curso, consiste na redução do trabalho formal e conseqüente aprofundamento da perda de mecanismos de proteção social, no qual se observa a tendência para dramática redução das políticas do estado de bem-estar social em países europeus e, no caso do Brasil, para perda de direitos sociais, cujo histórico de implementação remonta aos anos 1930, e cuja efetiva ampliação

se dá com a Constituição de 1988. Desemprego e mudanças de vínculo no mundo do trabalho são os mais importantes desafios, acelerando tendências já em curso. Ao mesmo tempo, para as classes médias a intensificação do chamado *home office* trará novos desafios para a sociabilidade no mundo do trabalho e os vínculos com as organizações empresariais. No que se refere à proteção social e à atenção à saúde, a análise dos distintos cenários no mundo vem demonstrando a importância dos sistemas universais de saúde – e, no caso brasileiro, do SUS – para o enfrentamento das iniquidades realçadas no contexto da pandemia. A imagem positiva de um sistema de saúde, objeto em regra de forte valorização negativa por parte da mídia e outros setores, é um efeito positivo, mas que não se pode efetivamente afirmar como duradouro.

No plano global, a pandemia põe em relevo a relação entre os Estados nacionais, o controle de fronteiras e, também, a vulnerabilidade até mesmo de países ricos no que diz respeito à concentração da produção industrial de itens fundamentais para a saúde. Todos os dias lemos notícias sobre a falta de respiradores, equipamentos de proteção industrial e medicamentos. No Brasil, esse debate tem motivado o fortalecimento de um conceito e um conjunto de práticas há muito defendidos por instituições como a Fiocruz e que logrou institucionalização no âmbito do Ministério da Saúde: o do Complexo Econômico e Industrial da Saúde, englobando um conjunto de ações que partem da premissa de que ciência, tecnologia e inovação em saúde são parte constitutiva e crucial para o desenvolvimento socioeconômico sustentado do país e devem combinar poder de compra do Estado, capacidade de transferência tecnológica e acesso aos produtos por intermédio do SUS.

Ao se tratar de um evento multifacetado, o desenho de possíveis cenários remete a um amplo conjunto de problemas a ser analisado pelas ciências sociais. Impossível, e mesmo não desejável, situar o debate nos termos ingênuos do par otimismo/pessimismo. Fato é que a eclosão da pandemia coincidiu com outros processos sociais em curso. Já me referi ao impacto no mundo do trabalho, mas é importante também mencionar a presença de fortes argumentos científicos em um período no qual o ataque à ciência e aos cientistas tem sido uma constante, como bem analisou Jeffrey Alexander no artigo “Vociferando contra o Iluminismo”, publicado por *Sociologia & Antropologia*.

Por fim, o controle da covid-19 hoje e, ao que tudo indica, nos próximos anos, ainda que atinjamos êxito com o desenvolvimento de uma vacina, requer o aprofundamento da democracia e de relações virtuosas entre direitos individuais e coletivos; estes últimos de reconhecimento tardio, mas de importância crucial para o futuro da humanidade. Desse modo, é na dimensão política das relações sociais que se pode antever algum aprendizado positivo com capacidade de construção de projetos orientados por mais equidade, justiça e cidadania. É apenas assim que se pode projetar outro mundo após a trágica experiência hoje vivida em escala planetária.

4.

De natureza essencialmente controversa, como o foram outras pandemias, o processo em curso não pode ocorrer sem graves dissensos, e a efetivação de mecanismos de controle só pode se dar com fortalecimento da solidariedade social. Daí o relativo paradoxo de medidas de isolamento social parecerem indicar maior presença da sociedade, no sentido que um autor da teoria sociológica clássica, Émile Durkheim, tão bem desenvolveu em obras como *O suicídio*: a força da sociedade estaria na sua presença nas mentes individuais e capacidade de orientar comportamentos. Em outra perspectiva, Reinhard Bendix também contribuiu para esse debate sociológico sobre solidariedade social em seu conhecido livro *Construção nacional e cidadania*.

Em texto publicado no mês de abril no blog da BVPS, Tatiana Landini recorreu a outro autor clássico da teoria sociológica, Norbert Elias, especialmente a sua obra *O processo civilizador*, para discutir a interdependência em tempos de covid-19. Ao se deter na obra do sociólogo holandês Johan Goudsban, mais especificamente *Public health and the civilizing process*, a autora retoma o conceito de interdependência como chave explicativa para a ação social e remete à discussão da interdependência provocada pelas doenças transmissíveis. Isso não implica simetria nas relações sociais, pois, inversamente, as desigualdades sociais se manifestam na história das doenças, do que seria exemplar a criação de conselhos de saúde e medidas de quarentena na Europa durante os tempos de peste. As classes altas teriam muito mais condições de proteção, refugiando-se em casas protegidas, restando aos pobres o isolamento em instituições asilares. Esse veio analítico também aparece na análise de Abram de Swaan sobre a interdependência entre Estados nacionais e a definição de políticas públicas de saúde, desenvolvida no livro *In care of the State*. Tema retomado por Gilberto Hochman em *A era do saneamento*, livro no qual realizou estudo da gênese de políticas públicas em saúde no Brasil, sobretudo o fortalecimento do papel do Estado nacional como resultado do aumento da consciência da interdependência social motivada pelas doenças transmissíveis.

Em termos contemporâneos um grande divisor de águas foi a epidemia de aids. A própria expressão com que a epidemia foi inicialmente denominada pela mídia, câncer *gay*, mobilizou importantes linhas de pesquisa em todas as ciências sociais, tal como se pode ver na produção da pós-graduação na área de ciências sociais e também na área de saúde pública ou saúde coletiva (denominação consagrada no Brasil). Discussões sobre estigma e grupos de risco, processos de negociação entre ativistas, comunidade científica e autoridades políticas em torno de acesso a tratamentos, entre outras reivindicações, performaram a história dessa epidemia e têm valor heurístico para se pensar a covid-19. E também se reforçaram, durante os anos 1980 e 1990, os estudos históricos sobre doenças sexualmente transmissíveis, a exemplo da sífilis, que no Brasil foi objeto, entre outros trabalhos, da tese, posteriormente publicada em livro, *Tributo a Vênus*, de Sergio Carrara.

No campo dos estudos históricos remeto os leitores à excelente coleção de textos direta ou indiretamente relacionados à pandemia publicados na página da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Alguns deles, a exemplo de “O laboratório e a urgência de mover o mundo”, de Simone Kropf, mobilizam os estudos sociais da ciência e perspectivas como as de Bruno Latour para nos lembrar que o papel das ciências sociais não se restringe ao impacto social, econômico e político das epidemias, mas antes nos permite pensar as condições de possibilidade para o surgimento das doenças e sua construção como fato científico. Caminhos como esse nos ajudam a entender, ao mesmo tempo, a gênese da epidemia e a construção social dos conhecimentos a ela relacionados, uma chave de leitura importante a permitir que sigamos o percurso da covid-19 do mercado de Wuhan aos laboratórios de virologia, à disseminação dos vírus por meio das viagens aéreas em um primeiro momento, até a construção dos diferentes cenários epidemiológicos e regramentos nos Estados nacionais e orientações da Organização Mundial da Saúde.

Por fim, é preciso não se descuidar da dimensão subjetiva dos fenômenos mais amplos citados. Para tanto, nos auxilia a perspectiva sociológica proposta por Norbert Elias, na qual as relações de interdependência social, entre grupos e também entre indivíduos, configuram uma economia dos afetos e nos ajudam a estabelecer uma hipótese que confere papel decisivo às ciências sociais em tempos de pandemia. De fato são as relações sociais que medeiam a relação biológica entre os corpos humanos e os vírus.

Olli Pyyhtinen

1.

Eu penso que sim. Para mim, a tarefa política crucial da teoria sociológica é participar da tentativa de dirimir alguns dos desafios mais significativos e urgentes do nosso tempo. Desse modo eu vejo a teoria não apenas como um sistema de ideias, mas também – e essencialmente – como uma prática, como uma forma de se conectar e se importar com o mundo. E estou convencido de que a teoria sociológica tem muito a oferecer não só em termos de uma compreensão das consequências políticas e sociais da covid-19, mas também do acesso a um senso da gênese e espalhamento do vírus e como ambos estão emaranhados em relações humanas no mundo dinâmico, parcialmente incontrollável, fluido e relacionalmente complexo em que vivemos. Em última análise, a teoria sociológica pode também nos ajudar a aprender “com” a covid-19, não apenas “sobre” ela.

Não vejo, no entanto, como as grandes teorias (*grand theory*) podem ser muito úteis nesse caso. E também não penso que podemos compreender as múltiplas escalas espaçotemporais do vírus e seus efeitos recorrendo a categorias sociológicas tão preconcebidas e costumeiras quanto agência e estrutura, micro e macro ou indivíduo e sociedade. Para realmente ver o que está

acontecendo, do que se trata a pandemia de covid-19 e o que ela significa para nós individual e coletivamente, não podemos nos posicionar acima ou fora do mundo como ele era, mas sim cultivar nosso conhecimento e teorias a partir do engajamento com ele. E é claro que também precisamos prestar atenção em maneiras de fazer com que nossas vozes sejam ouvidas. É verdade que a sociologia está bastante marginalizada nas grandes discussões públicas sobre a sociedade e o futuro da humanidade. Ter algo a dizer não é o suficiente. Precisamos encontrar formas de alcançar as pessoas e falar para diferentes públicos.

2.

Meu próprio campo ou método de abordagem é o pensamento processual-relacional. Penso que as relações constituem muito da substância central da vida social; tudo o que acontece na vida surge de montagens, processos, fluxos e movimentos. Acredito que o pensamento relacional pode contribuir de maneira significativa para o nosso entendimento da gênese, natureza e efeito do vírus. Analogamente ao que o sociólogo italiano Pierpaolo Donati chamou de bens relacionais, a covid-19 é uma espécie de “risco relacional”, uma vez que tem a ver com relações. Ela não pode ser explicada por meio de referência a agentes individuais e seus objetivos, intenções ou ambições. De fato, independentemente de suas possíveis boas intenções (ou empatia pessoal), indivíduos podem infectar inadvertidamente um grande número de outras pessoas e espalhar a doença. O vírus é absolutamente relacional: ele se originou, ao que parece, de relações entre humanos e animais, é transmitido por gotículas (e possivelmente via partículas de aerossol) no contato humano ou pelo contato com superfícies contaminadas, e também nos força a impor medidas protetivas sobre relações humanas, como quarentenas, *lockdowns* e distanciamento espacial.

O pensamento relacional também pode ajudar a nos reconciliar com a natureza simultaneamente local e global do vírus. A pandemia de covid-19 mostrou como antigos pressupostos microssociológicos a respeito da autonomia de interações locais e seu confinamento a um espaço demarcado simplesmente não são adequados. Nossos contatos sociais são simultaneamente constitutivos de formações sociais globais e por elas afetados. A pandemia é produzida e organizada por meio de contatos aparentemente minúsculos, insignificantes e locais, assim como pela mobilidade de pessoas entre lugares. Isso também significa que ela deixaria de existir caso esses contatos localizados fossem eliminados ou temporariamente suspensos com sucesso. O fato de que esse não foi o caso, entretanto, mostra como a vida não pode ser contida, uma vez que a nossa subsistência depende do “vazamento”.

3.

A pandemia é certamente uma catástrofe global no que toca a todos e cada um: não apenas a cada um individualmente, mas a todos em conjunto, todas as nossas ações e tudo o que nos acontece, possivelmente toda a ordem mundial como a conhecemos. Ela, contudo, não nos afeta todos da mesma maneira. Para pesso-

as razoavelmente privilegiadas como eu, que têm podido ficar em casa durante esse tempo todo, a vida tem sido bastante segura e protegida. Mas também estou absolutamente consciente de que essa não é a realidade de muitos outros, como enfermeiros, enfermeiras ou médicas e médicos fazendo o melhor que podem todos os dias para salvar as vidas de pacientes infectados; imigrantes apertados em apartamentos pequenos; e pessoas sem teto que não têm onde praticar o autoisolamento. E há muitos outros para quem a casa não é um ambiente seguro por conta da violência doméstica, por exemplo.

Consequentemente, ao mesmo tempo em que somos todos afetados pela pandemia, não estamos exatamente juntos ou unidos por ou contra ela. Parece que estamos testemunhando uma colisão violenta de duas realidades. Alguns, como eu, vivem numa realidade de contenção, em que tudo fica paralisado, e o mundo inteiro parece que entrou em pausa, o que produz uma estranha sensação de calma. O espaço fechado do contêiner protege os habitantes do caos exterior (tão ilusório quanto a sensação de segurança e proteção produzida nesse caso, dado o vazamento inevitável). No entanto, para além desse mundo há uma realidade fluida habitada por pessoas em desvantagem. Essa é uma realidade de que não é possível se abster, uma realidade em que as coisas flutuam, se misturam e mudam incontrolavelmente, uma realidade de encontros incontroláveis e involuntários, contágios potencialmente fatais e transformações. No geral, a pandemia parece mais ampliar divisões sociais existentes que criar novas divisões, mas definitivamente precisamos de pesquisa empírica sobre isso para saber se esse é de fato o caso. De qualquer forma, o que acontece depois do estado de exceção é decisivo para a ordem mundial pós-pandemia.

4.

Além do tipo de sociologia processual-relacional que mencionei, a análise de redes sociais também pode ser muito frutífera, assim como os estudos globais (*global studies*), a sociologia da desigualdade social, a sociologia da saúde, a sociologia do espaço, novos materialismos, novas abordagens vitalistas, o estudo das mobilidades... pode escolher. Acho que os recursos teóricos e metodológicos mais úteis dependem das perguntas que fazemos, ao mesmo tempo, é claro, em que as ideias, conceitos e perspectivas que usamos em larga medida modelam os problemas que colocamos.

Pablo de Marinis

1.

Desde la irrupción de la pandemia ha habido una verdadera explosión de contribuciones en el campo científico-social en todo el mundo. Tanto en intervenciones breves en las redes sociales como en textos más extensos en revistas o periódicos político-culturales, muchxs colegas han sentido la necesidad o se les (se nos) ha pedido que interpreten (interpretemos) los perfiles de este “nue-

vo mundo” emergente ante nuestros ojos. Esto no debería sorprendernos. Después de todo, es nuestro trabajo, y se nos paga un salario (también) para hacer precisamente eso. Las ciencias sociales siempre han estado comprometidas con la creación de imágenes del mundo.

Ahora bien, la pregunta acerca de si la teoría sociológica está bien equipada (o no) para asumir este desafío, en su generalidad, me resulta de muy difícil respuesta. Intentaré de todos modos hacerlo. La pandemia (y la cuarentena) nos han sorprendido en la situación en la que nos encontrábamos antes como sociedad (con sistemas de salud y seguridad social fuertes o débiles, con mercados de trabajo protegidos o precarios, con gobiernos más o menos democráticos) y como individuos (en la familia, en la vivienda, en las redes relacionales, y en el puesto de trabajo que teníamos). Queda por elucidar si de todo esto saldremos mejores (más allá de lo que quiera entenderse por “esto” y por “salir”, e incluso por “mejores”). Lo mismo vale para las teorías con las que contábamos. Es necesario ponerlas ahora a funcionar en esta coyuntura excepcional, y ver qué sucede con ellas, si reaccionan bien, si resisten el desafío. Si pasan el examen, quizás podamos explorar qué nuevos rendimientos nos van a dar. Pero, más importante aún, si no superan la prueba, me parece fundamental estar dispuestos a revisarlas o descartarlas. En el marco de esa intensa proliferación discursiva de la que hablaba más arriba, pocos ejercicios resultan más patéticos que los de quienes (por pereza, por comodidad o por temor) se aferran obstinadamente a sus esquemas interpretativos previos, aun cuando ellos puedan haber envejecido de manera irremediable.

2.

Mi campo de especialización tiene dos aspectos interrelacionados. Uno es teórico-conceptual, el otro es metodológico. Dentro del primero, vinculado al estudio de teorías sociales clásicas y contemporáneas, mi trabajo se ha centrado mayormente en los conceptos de “comunidad” y de “masas/multitudes”. En el segundo, me han interesado sobre todo los procesos de importación-exportación cultural entre “sur” y “norte”, los cambios conceptuales derivados de estos procesos y, más precisamente, las formas mismas de analizarlos.

No pretendo meramente legitimar mi propio espacio académico, pero creo tener algunos elementos de reflexión para ofrecer de cara a las reconfiguraciones de la vida colectiva que están emergiendo ante nuestros ojos. En las teorías sociales, “comunidad” y “masas” siempre han designado determinadas formas de vinculación social. Con gran probabilidad, de la mano de la pandemia y sus efectos, estas formas van a resignificarse en el futuro, por ejemplo, en el nuevo alcance que en ellas pase a tener la co-presencialidad. No es ahora la primera vez que en la historia de estos conceptos se experimenta un “revuelco” de lo que venía manifestándose previamente (como en su momento fue el pasaje de la *crowd* a la *mass*, o la propia idea de “comunidad imaginada”). Lo único claro es que, por el momento, no nos resulta posible saber si estos cam-

bios serán provisorios, y luego de un cierto tiempo recobrarán su forma previa; o bien si asumirán nuevos formatos más o menos estables. Y todo esto vale tanto para los actores sociales legos que participan de estas cambiantes formas de vinculación social, como para quienes, en su condición de expertos, toman esas configuraciones como objeto de análisis.

Vivimos un momento histórico en el cual las diferencias entre “sur” y “norte” se vuelven más irrelevantes que nunca, porque la pandemia no se ha detenido ante las fronteras, y ha atacado de manera igualmente impiadosa países con las más disímiles formas de organización social, política, religiosa etc. Pero a la vez se refuerza el alcance de las diferencias previamente existentes entre regiones, y aún dentro de ellas. Valga esto sólo como un ejemplo para subrayar el hecho de que nuestro presente está signado por una fuerte ambivalencia, pero que no es ésta la primera vez en la que ello sucede (¿no decían esto mismo los sociólogos clásicos acerca de la modernidad y el capitalismo?). Lo que vuelve a quedar claro una vez más es que si las teorías sociales no se ponen a la altura de la multidimensionalidad de este escenario, quedarán condenadas a ser apenas comentarios deshistorizados y empecinados en que las cosas funcionen como ellas quieren que lo hagan, pero ciertamente poco capaces de la descripción y el análisis de las complejidades emergentes.

3.

Para calibrar adecuadamente el alcance de los cambios en curso, creo que será necesario tomar la precaución de no sucumbir ante dos tendencias habitualmente presentes en numerosos análisis sociales, y que me parecen igualmente erróneas. Una, la que parte del básico supuesto de que “no hay nada nuevo bajo el sol”. Otra, la que postula la “absoluta novedad” de las configuraciones emergentes. A la primera, con su insistencia en el eterno retorno o en la persistencia de “lo mismo”, podría escapársele de las manos la irrupción de fenómenos que quizás sean enteramente nuevos (la “tesis del cambio social profundo” sugerida en la primera pregunta). A su vez la segunda, al abonar unilateralmente la idea de “lo nuevo”, podría perder densidad histórica en su incapacidad de reconocer que lo presuntamente novedoso quizás sólo exhiba un cambio de grado o de intensidad de lo ya existente con anterioridad (es decir, la “tesis de la aceleración” indicada en la segunda pregunta).

Como puede verse, a las dos preguntas las estoy contestando simultáneamente por “sí” y por “no”. Eso es, por el momento, lo único para lo que me siento autorizado, con las herramientas teóricas con las que cuento y con las extremadamente precarias evidencias hasta ahora construidas. Creo que necesitaremos algo de tiempo y de perspectiva histórica para que los estados de cosas hoy en plena ebullición y excepcionalidad se estabilicen de alguna forma, y así poder elucidar estas cuestiones con algo más de precisión (¡el viejo tema del viejo búho de Minerva hegeliano, *reloaded!*). Un momento en el cual en buena parte de la humanidad se han detenido los sistemas de producción, de

transporte, educativos, de entretenimientos masivos, las migraciones y muchos etc. más, no parece ser el más proclive para alumbrar diagnósticos de futuro muy contundentes.

4.

Más allá de algunas indicaciones incidentales, como científicxs sociales no hemos sido mayormente capaces de prever la irrupción de una pandemia de esta magnitud. Tampoco parece que estemos en las mejores condiciones de anticipar los perfiles del porvenir. Si bien toda mi vida he consumido “*Grand Theories*”, y he escrito, investigado y enseñado durante años sobre ellas, hoy por hoy, en especial en la situación en la que estamos viviendo, encuentro mucho mayor provecho en aproximaciones de “alcance intermedio”, que vuelen “más bajo” y piensen “más corto”, que formulen buenas preguntas y que no necesariamente ofrezcan rutilantes respuestas. Me aburren considerablemente y me parecen huecos e irrelevantes los textos en los que se afirma de manera categórica que “vamos hacia un mundo X o Y”, con juicios en los que no suelen escasear prefijos del tipo “neo” o “post”. “El trabajo”, “la sociedad”, “el sujeto”, “la historia”, “el capitalismo”, “la clase obrera” y “Dios” ya fueron dados por muertos en numerosas ocasiones. No voy a decir que siguen sanxs y salvxs, pero cabe al menos admitir que allí están, entre nosotrxs, quizás golpeadxs y reconfiguradxs, seguramente reinventadxs, pero están, cambian, mas no perecen.

Por todo esto, en lugar de rimbombantes cantos de sirenas, de Grandes Nombres que producen eso que conocíamos como Grandes Obras del Pensamiento Universal, me gustaría realzar aquí el trabajo de esos ignotos equipos de investigación, del norte y del sur, que están tratando de describir y comprender, a escalas diversas pero siempre con gran sentido de la *situatedness*, qué significa enseñar y aprender cuando no hay ya aula “física”, cómo se reconfigura la dupla ver/ser visto en entornos laborales virtuales, como cambian las pautas de movilidad en el espacio urbano cuando se desestandarizan los horarios y ritmos de la actividad colectiva, qué significado asumen las relaciones entre lo global y lo local cuando los Estados nacionales parecen haber recobrado un protagonismo que habían perdido, cómo se redefine el papel del conocimiento experto en la producción de la verdad cuando se multiplican los discursos que pugnan por hablar en nombre de ella, y muchos temas más que hoy están en plena efervescencia.

Patricia Hill Collins

1.

As tradições de pesquisa sociológica empírica, em políticas públicas e da sociologia pública estão bem posicionadas para analisar aspectos variados da pandemia de covid-19. A pesquisa sociológica empírica quantitativa, por exemplo, descreve importantes dinâmicas organizacionais, estruturais e culturais da covid-19, e mais visivelmente como desigualdades sociais de classe, raça,

gênero, etnia e cidadania fazem dessa uma experiência amplamente diferente para populações privilegiadas e desprivilegiadas; descreve por que pessoas negras e pardas, pobres, idosos e aquelas que fazem o trabalho pesado têm mais chances de morrer de covid-19; como políticas públicas em saúde e questões de financiamento têm impacto importante no espalhamento e tratamento da covid-19; e como a mídia modela as percepções da própria pandemia. As tradições de pesquisa sociológica empírica qualitativa oferecem discussões nuancadas de como as pessoas experimentam essas tendências sociais mais amplas em suas famílias, locais de trabalho, comunidades, escolas e entre si.

Ao mesmo tempo a teoria sociológica hegemônica, em especial na sociologia norte-americana, talvez seja menos útil para iluminar as forças sociais por trás dessa pandemia global, principalmente porque ela tem sido tímida demais na assunção de uma postura crítica em face de temas importantes dos nossos tempos. A covid-19 é um desses temas, assim como os protestos em todo o mundo contra o racismo estrutural que ocorreram no contexto de uma pandemia global, e a vulnerabilidade econômica de uma grande porcentagem da população mundial cujas demandas ficaram mais nítidas. Essas três questões sociais interligadas estão visíveis hoje, mas também sinalizam problemas sociais globais de longa duração que demandam análises estruturais. As tradições sociológicas teóricas e de pesquisa podem ter ferramentas para produzir uma análise crítica de fenômenos como esses, mas é improvável que o façam se uma postura crítica não for construída dentro do próprio tecido da área.

A pandemia da covid-19 revelou uma clivagem na sociologia enquanto disciplina acadêmica. Fundamentalmente, a teoria sociológica hegemônica permanece desconectada das análises teóricas que podem informar e guiar as cada vez mais sofisticadas ferramentas metodológicas de sua própria pesquisa empírica. Mais do que isso, ela está desconectada do engajamento em questões sociais importantes de desigualdades na área da saúde, racismo estrutural e vulnerabilidade econômica que permanecem marginalizadas no *mainstream* da teoria sociológica. Muito da teoria predominante enfatiza demasiadamente questões que interessam sobretudo a elites, ou aborda tais questões de forma direcionada a elas, à custa dos tipos de questões que preocupam pessoas comuns.

A teoria social “dentro” da sociologia se atrofiou, com o valor da teoria sociológica *mainstream* sendo progressivamente reduzido a fim de providenciar algum tipo de enquadramento explicativo para conjuntos de dados previamente coletados, numa reflexão posterior em vez de anterior aos trabalhos. Temos pesquisas sociológicas empíricas fortes que “descrevem” tópicos como as diferenças profundamente enraizadas e crescentes de patrimônio e renda, disparidades raciais na saúde e diferenças de gênero indo de encontro a problemas sociais como a violência. Nossas teorias, no entanto, não importa o quão bem amarradas ou eloquentes, permanecem escritas em prosa densa que a maioria

dos sociólogos não consegue ler ou entender. Num contexto em que questões relativas a uma pandemia global, racismo estrutural e insegurança econômica mundial para pessoas desfavorecidas demandam análises estruturais do poder e da riqueza, a ênfase excessiva da teoria sociológica predominante sobre questões culturais e de identidade individual parecem estranhamente fora de tom em relação às preocupações das pessoas comuns. O produto disso é uma área que se omite de investigar questões de pesquisa e interpretar conclusões que se afastem muito do conhecimento convencional.

Porque eu sou alguém de dentro da sociologia, eu ofereço essas críticas de um lugar de amor. Vejo um tremendo potencial na teoria sociológica contemporânea se fizermos um trabalho melhor no desenvolvimento de tradições teóricas “críticas” dentro da sociologia, que confrontem os problemas sociais dos nossos tempos. Ir de encontro ao desafio de entender e explicar essa pandemia global exige abordagens arrojadas e imaginativas que ironicamente pensem fora da caixa de modo a fazer uma nova “caixa” para a teoria contemporânea. As peças dessa análise arrojada existem, mas não necessariamente na sociologia enquanto disciplina. Quando eu ensinava teoria sociológica contemporânea para alunos de graduação, dependia cada vez mais de teorias sociais desenvolvidas fora da disciplina. Outras áreas de estudo me ofereceram muito mais espaço para a exploração teórica crítica de questões importantes sobre descolonização, opressão das mulheres, racismo, direitos humanos e fenômenos globais semelhantes do que a própria sociologia norte-americana. A filosofia, a crítica literária e tradições narrativas nos estudos de mídia, estudos de mulheres, estudos americanos, estudos culturais e áreas interdisciplinares semelhantes oferecem *insight* analítico rico para pensar o mundo social. Apesar disso, porque essas áreas de estudo geralmente não têm a análise estrutural da sociologia e das ciências sociais, seus enquadramentos teóricos críticos foram incorporados de forma assimétrica à sociologia.

A teoria social crítica desenvolvida fora da sociologia, contudo, não substitui a teoria social crítica desenvolvida dentro dela. A covid-19 oferece uma oportunidade importante para a sociologia examinar seus próprios pressupostos e práticas. Como uma disciplina de fronteira, ela faria bem em direcionar seu olhar para fora, em direção às muitas áreas que também estão lidando com o significado desta pandemia, e construir novos padrões para a prática sociológica. Eu ofereço um diagnóstico de um problema de primeira ordem dentro da área: a relação entre a teoria sociológica crítica e a pesquisa sociológica empírica ilustra um vão que existe entre a produção de análises fortes acessíveis a um grande número de sociólogos na esfera pública que estejam preocupados com a abordagem de problemas sociais e a pesquisa sociológica em andamento que informa questões sociais. Questões de discriminação no mercado de trabalho, desemprego estrutural, déficit de moradia e disparidade na educação, moradia adequada e bem-estar das famílias são todas estudadas na socio-

logia. Todas essas questões refletem preocupações econômicas e podem formar a base para o desenvolvimento de uma teoria sociológica crítica que analise, explique e/ou sugira estratégias de ação em termos que possam ser compreendidos por leigos.

A teoria sociológica equipada para o desafio de lidar com uma pandemia global não surgirá da natureza detalhada, metódica e cumulativa da pesquisa empírica em ciência social nem da desconexão com as necessidades de nossos estudantes e do público em geral. Estou cansada de ver gente ofegante com as descobertas das disparidades na atenção a negras e negros no sistema de saúde, chegando à conclusão de que talvez seja por causa do racismo, sem ter muita exposição à teoria crítica da raça. Antes da covid-19 e dos protestos globais contra o racismo estrutural os sociólogos podiam se esconder atrás dos seus dados, produzindo análises eloquentes de tendências que eles não ajudaram a criar e em relação às quais nada podem fazer. Os teóricos da sociologia têm estado mais afastados que seus colegas que fazem trabalhos mais empíricos, e é fácil assumir que o racismo, o sexismo e a pobreza estão acontecendo com alguém e não nos afetam. A covid-19, no entanto, implodiu essa fantasia. Essas práticas dentro da sociologia que nutriam consensos teóricos agora parecem tacanhas e míopes no contexto. Por exemplo, os sociólogos estão muito mais de acordo a respeito do que a teoria sociológica foi no passado do que a respeito de para onde ela pode estar indo. Ironicamente, Marx, Weber, Durkheim e Simmel, os pais fundadores da sociologia, entre outros, aparentemente têm mais a dizer sobre como a teoria sociológica informa a pesquisa sociológica contemporânea do que a teoria sociológica do nosso próprio tempo. Suas ideias duram porque eles foram pensadores críticos dos grandes problemas de suas épocas. Esses pensadores incorporaram ao coração da disciplina ideias sobre o mundo social com que eles se confrontavam. A teoria sociológica contemporânea faria bem em copiá-los.

2.

Essa é uma pergunta direta e frustrante de se responder, para mim, principalmente porque não estou surpresa com as maneiras pelas quais as múltiplas formas de desigualdade social modelaram a emergência da covid-19 enquanto um fenômeno global, bem como a vasta gama de reações organizacionais, políticas e emocionais a ela. Desigualdades sociais de raça, classe, gênero, nacionalidade e sexualidade não são simplesmente diferentes especialidades acadêmicas para mim. São signos de sistemas de poder que constituem enquadramentos explicativos importantes para a compreensão do mundo social, mas, mais do que isso, também modelam minha vida cotidiana, incluindo minha carreira como socióloga. Enquanto mulher negra criada entre a classe trabalhadora, não era esperado de mim que tivesse um assento na mesa da teoria sociológica e certamente nem uma posição de comando dentro da própria disciplina. Enquanto teórica social crítica, já tive que perguntar muito a respeito

das próprias condições que fazem meu trabalho possível e acessível e, caso elas não existam, trabalhar para que passem a existir. A economia política da produção e do consumo da teoria social em geral, e da teoria sociológica em particular, modela as questões, as bases do conhecimento e as implicações de todo trabalho intelectual.

Para mim, no entanto, tem sido fascinante e desalentador ver como a mídia norte-americana e muitos de meus colegas, assim como o público norte-americano aparentemente se surpreendeu com o que eu experimento como fatos sociais, nomeadamente, que afro-americanos morrem em taxas mais altas de covid-19 do que norte-americanos brancos, um padrão também observado entre latinos, membros do povo Navajo e outras pessoas de cor, além de idosos vivendo em casas de repouso. Essa narrativa das mortes em excesso na sociedade norte-americana não é nova, e reaparece com uma frequência deprimente nas estatísticas de abuso policial, negligência médica, altas taxas de encarceramento, ou qualquer outra vulnerabilidade associada à pobreza. Afro-americanos, latinos, lideranças indígenas e intelectuais progressistas vêm levantando esses tópicos há algum tempo. Conforme a pandemia se desenvolveu, padrões semelhantes de mortes em excesso emergiram em variados contextos nacionais. Como essas mortes nos EUA e no Brasil tornam dolorosamente visível, a qualidade da liderança nacional faz uma grande diferença na abordagem de temas sociais importantes mesmo no melhor dos momentos. E a covid-19 é o pior dos momentos. Essa pandemia desfez um acordo de cavalheiros de não falar de desigualdades sociais de raça, classe, gênero e sexualidade, um acordo com o qual muitos acadêmicos foram coniventes. Ao longo da minha carreira, tem sido exaustivo encontrar uma espécie de ingenuidade a respeito das desigualdades sociais em pessoas que querem que eu as veja como boas pessoas. Essa ignorância é benigna ou profundamente conivente? De qualquer forma, qual deveria ser minha resposta numa situação assim? Lidar com a covid-19 é emocionalmente exaustivo, em especial quando é necessário confrontar as mesmas perguntas que já escuto há anos.

Intelectualmente, seria muito mais fácil identificar aspectos aparentemente não controversos das minhas pesquisas já feitas e simplesmente dizer mais do que já venho dizendo há algum tempo. Se eu bater na tecla da desigualdade social no contexto da covid-19, pode ser que finalmente seja ouvida, mas de formas que podem ser tão facilmente esquecidas no futuro quanto as legiões de intelectuais antes de mim que pensaram que mais evidência era a solução para a falta de sensibilidade. Acho, entretanto, que precisamos nos esforçar para além do que pensamos ser verdade e nos perguntar como a covid-19 desafia tudo que pensamos saber, especialmente sobre os enquadramentos que invocamos com total certeza. Para muitos acadêmicos, a pandemia criou uma oportunidade para “vender” mais das mesmas ideias dentro da academia, um lugar que valoriza nosso pensamento e mesmo nosso corpos se servirmos a agendas neoliberais. Nossas experiências com o capitalismo e sua

forma-mercadoria dentro de espaços acadêmicos refletem processos de suavização intelectual modeladores de nossa habilidade de resistir agressivamente às condições de mercado que limitam nossa habilidade de enquadrar os argumentos de que precisamos. Esse tipo de autorreflexividade e diagnóstico é desafiador mesmo no melhor dos momentos. Ele é especialmente difícil agora, porque tentar analisar assuntos-chave em meio a eventos que explodem diariamente e podem mudar de direção tão rapidamente é algo extremamente complexo. No entanto, a disrupção da economia global significa que talvez esse seja exatamente o momento para recuar e avaliar onde estamos.

Quando comecei a responder às perguntas desta entrevista, tive que me lembrar de que minha fadiga e meu estresse relativos à forma como a covid-19 estava se desdobrando significavam que eu precisava pensar e sentir ao mesmo tempo – a razão acompanhada da paixão sempre me serviu bem. A explosão de protestos sociais globais contra o racismo estrutural sob a bandeira do *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam) me energizou. Os protestos sociais globais não me deram um olhar novo em relação à forma como meu trabalho pode dialogar com o contexto da pandemia, mas eles me deram uma paixão renovada para esse trabalho. Esse é o outro público que forma os leitores do nosso trabalho. Se pensarmos, muito estritamente, que só estamos falando para acadêmicos, nossas análises serão tão limitadas quanto esse raciocínio.

Atualmente, estou questionando meu próprio trabalho sobre interseccionalidade a fim de avaliar onde estou com ele e para onde quero ir. Como os dois livros que acabei de escrever sobre interseccionalidade seriam lidos se eu os estivesse escrevendo durante a pandemia ou no contexto de um cenário pós-pandemia (ver *Intersectionality as critical social theory*, 2019; e *Intersectionality*, com Sirma Bilge, segunda edição, 2020)? Meu trabalho em andamento sobre o tema se apoia num fundamento que consiste em tomar o mundo social como meu texto e colocar ideias que tipicamente não estão juntas e em diálogo umas com as outras. A interseccionalidade oferece uma análise especialmente robusta tanto do porquê de certos padrões de desigualdade social existirem quanto da forma como as pessoas que se dedicam a combater essa desigualdade o fazem. A interseccionalidade faz uso e contribui para disciplinas existentes, por exemplo, o foco da sociologia em documentar padrões existentes de desigualdade social (seu foco em estruturas sociais bem como na agência individual). Mas a interseccionalidade é tão boa quanto o uso que se faz dela – seu significado emerge pelo uso, e a pandemia a põe à prova.

Em resposta à falta de sofisticação teórica a respeito do que a interseccionalidade é – a supracitada “descoberta” das desigualdades profundas de raça, classe e gênero, entre outras, inscritas na sociedade norte-americana –, estou aproveitando essa oportunidade para identificar o que se destaca a meu ver dentro da interseccionalidade, ainda que isso seja algo silencioso dentro do meu próprio trabalho. Uma das premissas fundamentais da intersecciona-

lidade é que a ideia de que as pessoas estão interconectadas por categorias de raça, gênero, classe, sexualidade, habilidade, etnicidade e status de cidadania é um constructo teórico importante nesta pandemia. Porque todas as categorias têm suas histórias específicas com a desigualdade social, a interseccionalidade fornece uma ferramenta maleável para examinar intersecções específicas, por exemplo entre raça e sexualidade ou gênero e habilidade em localidades específicas. Porque a covid-19 é um fenômeno global, sem favoritismos nas suas rotas de transmissão, ela reforça a tese da interseccionalidade de que é necessário examinar a interdependência entre seres humanos, não o que os separa. Estudar as interconexões de todos os aspectos do mundo social é algo profundamente sociológico. A pandemia nos trouxe a um momento histórico que torna essas conexões mais nítidas. O protesto social global que salienta essas interconexões reflete a forma pela qual pessoas comuns e protestos locais contra o racismo estrutural abriram caminhos mostrando como esforços separados estão de fato entrelaçados e são mutuamente dependentes. Nesse contexto, a interseccionalidade enquanto teoria social crítica fornece um enquadramento importante para se pensar sobre a globalização por meio da qual as vidas das pessoas estão interconectadas e mutuamente dependentes mesmo que tais conexões permaneçam invisíveis. Não há necessidade de tentar conectar as coisas – a questão, em vez disso, é por que falhamos em ver as conexões que já existem. De que maneira os muros no nosso entorno prejudicam não apenas nossa análise, mas também nossa humanidade? Sem inventariar as interconexões existentes, é difícil imaginar e trabalhar por um mundo social pós-pandêmico mais justo.

3.

Como a situação da pandemia muda diariamente, minhas respostas a essas perguntas parecem mudar da mesma forma. Estou escrevendo para o simpósio passados três meses do início da pandemia, e logo depois dos protestos globais contra o racismo estrutural, e considero que é cedo demais para prever uma realidade pós-pandêmica. Eu certamente espero que o impulso gerado pelos protestos continue a iluminar o problema do racismo estrutural, e que a interseccionalidade enquanto ferramenta da teoria social crítica tenha protagonismo na reflexão sobre a desigualdade social global. Dito isso, porém, de fato vejo dois temas que se têm tornado cada vez mais visíveis na cobertura midiática da pandemia e espero que produzam mudanças em políticas públicas nas sociedades pós-pandemia. O grande número de pessoas que perderam renda e trabalho, assim como outros benefícios, sublinha a importância do significado do trabalho na vida das pessoas. De maneira semelhante, a visibilidade da fome não apenas entre os mais pobres, mas também entre aqueles que achavam que sempre teriam o que comer, reforça a importância da segurança alimentar para a vida em si. Antes da pandemia, suposições a respeito dessas questões eram subestimadas, representando aquilo que eu chamo de assuntos escondidos debaixo dos

nossos narizes e que naturalizaram e normalizaram a desigualdade social. A pandemia trouxe o trabalho e a alimentação à consciência pública.

A covid-19 abalou as estruturas de tudo que pensávamos que sabíamos em relação à organização e ao significado do trabalho em nossas vidas. Aquilo que já foi subestimado não pode mais o ser. Por exemplo, a pandemia criou o espaço necessário à reavaliação da importância dos diferentes tipos de trabalho na sociedade. Numa pandemia, quem são os trabalhadores essenciais? A situação ressaltou a natureza vital daqueles que servem à sociedade – os trabalhadores da linha de frente em hospitais, técnicos em emergências médicas, enfermeiros e médicas. Seu trabalho atualmente é celebrado, mas eles estão protegidos contra a exposição à covid-19 e são adequadamente remunerados? A covid-19 revelou o caráter essencial do trabalho de cuidado. Ela nos mostrou como trabalhadores dos ramos da alimentação, saúde, cuidados especiais e educação (muitos dos quais levaram suas aulas e atividades para o ambiente virtual), além daqueles que ajudam a alimentar, nutrir e ensinar, são trabalhadores essenciais. Esses trabalhadores são o fundamento da riqueza e prosperidade de uma sociedade. A experiência de ver quem realmente importa numa pandemia estimula algumas perguntas desconfortáveis a respeito de que tipo de trabalho é valorizado e bem pago ou não. Quão importante ou essencial é um publicitário? E um *influencer* no Instagram?

A covid-19 desestabilizou as compreensões acerca dos supostos direitos e inseguranças relativos ao trabalho. Os tipos de trabalho que as pessoas fazem, como são vistos e como nos sentimos em relação a eles são algo que varia muito em sociedades democráticas e autocráticas, assim como em Estados-nação pobres e ricos. Ainda assim, a verdadeira alma de uma nação está em como valoriza e trata as pessoas que exercem trabalhos de cuidado e que fazem o trabalho pesado, assim como aquelas que por uma variedade de motivos não podem trabalhar. Se os trabalhadores essenciais são tão “essenciais” assim, por que tantos deles são tão maltratados como os da indústria de proteína animal, ou tão mal pagos (como os trabalhadores de creches) ou considerados tão descartáveis que precisam deixar suas famílias e mandar dinheiro para casa (trabalhadores sazonais empregados em colheitas)? Em alguns Estados nacionais a mensagem é crua: “trabalhe ou passe fome”.

Isso me leva a um segundo tema: a visibilidade da segurança alimentar enquanto um assunto político. Todos os humanos precisam se alimentar todos os dias, mas os alimentos não são distribuídos igualmente, de maneira que muitos passam fome e são subnutridos. Eu vivo num país em que quantidades imensas de comida são desperdiçadas em bairros nobres e por restaurantes que servem clientes de classe média, e onde as pessoas pobres que precisam de assistência alimentar são estigmatizadas. A segurança alimentar é um tema político nos EUA, mas não tem sido encarado como tal.

Atualmente, a segurança alimentar pode ser um subtema para o movimento ambientalista, especialmente em sua ênfase sobre a natureza insustentável dos nossos modos de vida contemporâneos. Os povos indígenas têm liderado o debate sobre a santidade da terra e a necessidade do seu cuidado como forma de garantir a sobrevivência humana. Esse é um esforço coletivo que requer a atenção das pessoas não apenas para as suas relações de interdependência (algo difícil até no melhor dos momentos) como para as suas relações com a terra. Junto com outros atores sociais, as lideranças indígenas apontam para os danos feitos à terra pela agricultura em escala industrial e o agronegócio como formas não sustentáveis de produzir alimentos. Ironicamente, a conexão humana crucial oferecida pela alimentação é frequentemente soterrada em discussões sobre o meio ambiente de acordo com as quais, uma vez que o ambiente fosse corretamente tratado, a fome deixaria de ser um problema.

A crise global da covid-19 revela como a abundância, escassez ou ausência de alimentos entre diversos bairros, populações e Estados-nação traz essa discussão para o centro dos debates. Possivelmente, haverá mais mortos de fome durante essa pandemia do que em decorrência direta do vírus. Cientistas sociais e ativistas políticos fariam bem em nutrir análises e ações de *advocacy* capazes de alimentar as pessoas. Politicamente, é muito mais fácil organizar grupos em torno de problemas relativos à segurança alimentar em suas próprias casas, bairros, e regiões do que com base numa preocupação amorfa pelo planeta. É difícil trabalhar de maneira eficiente pelo ambiente se você estiver com fome. A alimentação tem o potencial de interligar movimentos já existentes dedicados à justiça ambiental e a disparidades de saúde de formas bastante agudas, sublinhando como a comida é central tanto para a saúde quanto para a mortalidade.

Trabalho e alimentação são dois temas intimamente ligados, e ambos apontam para o que há de essencial na vida de todos nós. Os significados da segurança alimentar e do trabalho constituem dois temas nucleares sociologicamente embasados, teoricamente ricos e que provavelmente não desaparecerão nas sociedades pós-pandêmicas. Ambos mudaram ou prometem mudar dramaticamente em resposta à pandemia e suas consequências. Ambos são capazes de demonstrar a interdependência entre as pessoas, seja num bairro, numa região e/ou entre fronteiras nacionais num contexto global. A covid-19 está criando as bases para um pensamento relacional sobre o trabalho, a alimentação e mesmo sobre a mudança social. Está ficando cada vez mais visível para muitos de nós o fato de que nossas ações cotidianas têm implicações que estão para muito além do que podemos ver.

4.

A sociologia sempre teve que enfrentar o desafio de tentar compreender mudanças no mundo social enquanto elas aconteciam. Se não soubermos ler os

sinais que nos cercam por nos apegar demais a nossas crenças sociológicas, vamos perder mudanças sociais importantes. Por exemplo, quem poderia esperar a emergência de protestos globais e multirraciais contra o racismo estrutural sob a bandeira Vidas Negras Importam? E quem poderia prever que eles aconteceriam no contexto de uma pandemia global? É sempre mais fácil ver as mudanças que estavam acontecendo quando elas já nos ultrapassaram.

Dito isso, a covid-19 apresenta uma oportunidade para que a sociologia enquanto área de pesquisa possa repensar a relação entre teoria sociológica e – tendências mais amplas da teoria social crítica, especialmente a identificada com mulheres, pessoas de cor e outras que enfrentaram barreiras no trabalho intelectual; – tradições empíricas internas à sociologia enquanto ciência, em defesa da ciência ocidental contra as acusações de *fake news*, mantendo simultaneamente uma postura crítica da sua participação no racismo e colonialismo; – uma prática sociológica renovada que perspectivas mais teoricamente informadas tendem a evitar; – e a insistência para que a teoria “sociológica” seja mais intimamente associada a temas sociais importantes do presente, e não apenas aos interesses idiossincráticos de um teórico.

Pode parecer muita coisa, mas não é impossível. O *corpus* formado pelo trabalho de Zygmunt Bauman modela o tipo de teoria e prática sociológica que eu gostaria de propor. Em *Para que serve a sociologia?* Bauman explica como o seu trabalho tenta abordar essa ampla questão no contexto de uma longa entrevista. Em linguagem acessível, ele fornece um olhar dos bastidores para a complexidade envolvida na produção de teoria social crítica e trabalho empírico em sociologia. Como teórico social, Bauman enfrentou a questão existencial de qual uso sua sociologia teria para a análise do holocausto. O diagnóstico é de primeira qualidade – seu livro clássico *Modernidade e holocausto* oferece uma tese provocativa a respeito dos contornos burocráticos da naturalização e normalização do ato de matar na era moderna. Faríamos bem em nos colocar a pergunta que move o trabalho de Bauman – para que serve a minha sociologia? Coletivamente, poderíamos perguntar: para que serve a teoria social?

As ferramentas que nos ajudarão a pensar este mundo não podem ser receitas de bolo, algo como a escolha de um texto favorito para explicar a pandemia. Isso serviria apenas para reforçar o que já acreditamos ser verdade, em vez de desafiar nossas próprias práticas de leitura. O significado de um texto não está contido no texto em si, somos nós que o atribuímos. Precisamos nos equipar com as ferramentas do pensamento crítico para diagnosticar problemas sociais e desenvolver soluções criativas para eles. A noção de letramento e consciência crítica em Paulo Freire reverbera sua proposição da “leitura” do mundo social por uma lente dupla de diagnóstico e ação social. Estou menos preocupada em me voltar para textos que já existam à procura de orientação – há muitos textos assim na sociologia – do que em refinar habilidades diagnósticas que me capacitem a ler nossos tempos sem minhas próprias vendas.

Essa pandemia nos dá uma oportunidade para avaliar criticamente nossos estimados enquadramentos e práticas. Assim como tudo associado a ela parece estar de ponta-cabeça no momento histórico, esse também é o caso dos nossos marcos teóricos. Se formos tímidos e nos escondermos atrás de uma posição eterna de crítica do que existe, vamos desperdiçar esse momento. Se nos furtarmos a assumir responsabilidade pelos nossos argumentos e suas motivações, por definição, a teoria social acadêmica crítica será crítica cada vez mais só no nome. Os contornos do novo normal que vai emergir depois da pandemia dependem do que faremos agora para nos preparar para ele. Nosso ativismo intelectual está na habilidade de fazer novas perguntas, elaborar argumentos arrojados e propor estratégias de ação que resolvam problemas, e não meramente os diagnostiquem. Em termos da teoria social crítica, esse não é o momento para seguir o rebanho. Devemos pensar além do aqui e agora para imaginar a sociedade que queremos criar. E as sementes dessa sociedade estão no que pensarmos e fizermos agora.

Peter Wagner

I.

A reação inicial dos cientistas sociais de modo geral foi partir do instrumental utilizado individualmente e aplicá-lo à situação em tela, sem muita reflexão sobre se tais ferramentas são de fato adequadas para o propósito. Essa reação é bem compreensível ao considerarmos uma combinação de três fatores: uma situação sociopolítica altamente nova, mas sobre a qual se pensa estar em condições de dizer algo; a falta de uma competência específica para tratar da matéria, afora uma pequena área de especialização que, além do mais, é marginal nos debates sociológicos (sociologia médica e o componente ciência social da pesquisa em saúde pública); e um anseio de estar presente no debate público. Não obstante, não é justificável agir desse modo, que poupa o cientista social de fazer aquilo que ele deve fazer em primeiro lugar, a saber, examinar mais de perto o fenômeno que se quer entender.

Com o tempo, as intervenções se tornaram mais nuançadas e sutis. Agora é mais amplamente reconhecido que estamos lidando com um fenômeno que para a sociologia, mesmo que não para a epidemiologia, ocorreu de modo totalmente inesperado. Temos, portanto, uma profunda falta de conhecimento tanto das causas quanto das consequências, ainda que ambas sejam significativamente “sociais”, não do vírus em si mesmo, mas relacionadas ao modo como ele se alastra em meio a seres humanos e conseqüentemente aos modos de prevenção de que isso ocorra. Com relação às consequências, há, além disso, um alto grau de incerteza, espelhando de certa forma a incerteza também presente na epidemiologia e na virologia – conforme por exemplo ela se exprime em figuras amplamente divergentes da modelagem matemática, mas aplicada ao escopo expandido das relações sociais em suas variações de intensidade e extensão.

No que diz respeito à teoria sociológica propriamente dita, duas observações devem ser feitas. Primeiro, ao atingir o âmago da socialidade – ou seja, o contato humano –, o fenômeno revela uma teoria sociológica despreparada para chegar a esse âmago, tendo preferido teorizações mais gerais sobre formas de laços sociais e questões de coerência ou contradição na estrutura das relações sociais. Segundo, os debates do final do século XX sobre agência e estrutura levaram a um reconhecimento mais amplo da agência e criatividade humanas, bem como, conseqüentemente, da contingência das resultantes sociais, em contraposição ao determinismo e funcionalismo vigentes nas vertentes teóricas anteriores. Mas diante de um acontecimento altamente contingente – uma pandemia possível, mas não necessária – parece haver, ao menos até o momento, pouco que possa ser extraído desses *insights* teóricos.

2.

Dada a novidade da situação, impõem-se especialmente duas formas de questionamento: reflexões sobre conhecimento e a busca por comparações úteis. A primeira invoca a sociologia do conhecimento e das ciências. Uma corrente endereçaria o conhecimento do vírus. A questão é que tipo de conhecimento virológico e epidemiológico está disponível e como ele pode ser ampliado, e quais técnicas, tais como a modelagem matemática, podem ser proveitosamente aplicadas. Há uma tensão significativa entre, de um lado, o conhecimento que está geralmente disponível sobre os vírus e como eles se propagam e, de outro lado, a necessidade de conhecer “esse” vírus em particular, que difere de outros vírus em muitos aspectos relevantes. Ademais, em contraste ao que nós cientistas sociais costumamos pensar sobre o conhecimento da natureza, é importante notar que o vírus também muda, e que, portanto, o conhecimento atual não pode prever inteiramente o futuro.

Outra corrente buscaria entender os modos pelos quais esse conhecimento entra na sociedade e na política. Nesse caso o foco incidiria na formação de comunidades epistêmicas, na pluralidade das formas de conhecimento e na disputa entre elas e a possibilidade de hegemonia ou dominação epistêmica.

A busca por comparações invoca a sociologia histórico-comparativa, dado que estamos diante de um fenômeno que costumava ser chamado de macrosociológico, ou seja, de larga escala, com potencial de alcançar muito rapidamente a extensão global e de gerar grande transformação social. Faz algum tempo que a sociologia histórico-comparativa está fora de moda, mas dada a desorientação geral em face do fenômeno, ela pode ser útil ao fornecer abordagem e reserva de conhecimento passíveis de ser mobilizadas para entender o presente.

3.

Isso é o que todos gostariam de saber e sobre o que muitos estão especulando. Se no debate público e político podemos observar a intenção quase obsessiva – e compreensível – de voltar ao “normal”, nas ciências sociais e na filosofia

grandes visões proliferam, seja na forma de utopias ou de distopias. A médio prazo, entretanto, é mais provável que venhamos a perder a noção do que é ou foi “normal” e que passemos a nos referir ao passado meramente para designar o modo como as coisas foram “um dia”. Eu proponho três fragmentos para futura discussão.

Primeiro, podemos comparar as mudanças por vir, uma vez que é provável que elas incluam monitoramento e vigilância, com as políticas de “segurização” em vigência há décadas. Há muito tempo um amigo e colega me disse que durante anos ele esperou que Israel se tornasse mais parecido com o resto do mundo, quando na verdade era o resto do mundo que cada vez se assemelhava mais a Israel em termos de medidas de segurança. Tornamo-nos habituados a muitas práticas que eram consideradas inconcebíveis até um pouco antes de ser introduzidas. Não as consideramos parte de uma transformação social maior pela qual nossas sociedades passaram recentemente (mesmo que talvez devêssemos fazê-lo).

Segundo, podemos também comparar a covid-19 com o HIV/aids, tratando-se de uma pandemia que surgiu de maneira súbita e chocante, e que levou a reflexões sobre a importante mudança social que poderia desencadear. Mais concretamente, esperou-se essa mudança sobre o comportamento sexual, mas também havia uma impressão difundida de que se experimentava o “fim de uma era”. A mudança certamente ocorreu, mas em escala muito menor do que amplamente se esperava; o mundo “seguiu seu fluxo”. Retrospectivamente, sabemos que o principal componente da resposta veio da ciência médica por meio de melhorias no tratamento. Agora, novamente, as expectativas se concentram em uma solução médico-científica, que também mobiliza uma visão de volta ao “normal”. Se devemos de fato esperar que tal solução se apresente o mais breve possível, não devemos negligenciar a tendência de nossas sociedades de trabalhar em prol de um “concerto” científico para evitar que tenhamos de contemplar grandes mudanças em nossas práticas. A mudança climática fornece o exemplo mais preocupante tendo em vista essa atitude.

Terceiro, observou-se que a pandemia de 1918-1920 (à qual Max Weber sucumbiu) foi sucedida de importantes mudanças nas instituições sociopolíticas, sobretudo de uma abrupta reviravolta nas tendências anteriores de “globalização”. Podemos deixar em aberto a questão de pensar se não foi a Primeira Guerra Mundial, mais do que a pandemia, o fator decisivo para essa reorientação. De um modo ou de outro, temos aqui um exemplo relativamente recente de uma transformação social importante condicionada por uma experiência amplamente compartilhada de que algo inaceitável havia acontecido e que medidas deveriam ser tomadas para evitar a recorrência de qualquer coisa semelhante no futuro. Esses eventos permitem, assim, uma comparação útil com nossa atual situação. Eles devem ser cuidadosamente reexaminados em todas as suas nuances visando distinguir entre resultantes desejáveis e inde-

sejáveis.

4.

À luz do que foi dito, deveríamos lançar um novo olhar sobre análises de transformações sociais que adotem uma abordagem verdadeiramente histórica, ou seja, que considere o conhecimento e a orientação dos atores no momento mesmo em que tiveram de agir (tais como *Lógicas da história*, de William Sewell, 2005). Em vez de ver a mudança social como determinada por interesses e funções, devemos examinar os modos pelos quais os autoentendimentos das sociedades foram transformados em reação a experiências cruciais – em particular os modos pelos quais instituições coletivas, em grande medida, ainda vigentes foram criadas a partir do final do século XIX; e compará-los aos modos pelos quais as sociedades do final do século XX embarcaram no dismantelamento de tais instituições coletivas. Além disso, devemos tentar entender melhor como a imaginação social é – e foi – utilizada para estabilizar expectativas em relação a futuros marcados por grande incerteza, e para orientar a ação coletiva (*Futuros imaginados*, Jens Beckert, 2016).

Finalmente, a covid-19 é um alerta sobre nossa dependência de processos naturais, apresentando, portanto, uma ocasião suplementar, com relação à mudança climática, para reconectar nosso conhecimento das relações sociais e naturais. Esse é um trabalho em andamento, para o qual Bruno Latour forneceu importante abertura (*Jamais fomos modernos*, 1991) e Dipesh Chakrabarty (“O clima da história”, 2009) ampliou na direção da historiografia e da teoria da história, mas que necessita de mais reflexão e investigação detalhada, sobretudo no âmbito conceitual em que operam as noções de antropoceno e sustentabilidade.

P. S. Vivek

1.

Desde o seu princípio, a temida covid-19 esteve relacionada com elites que viajam pelo mundo e que trouxeram o contágio para seus respectivos países. As circunstâncias concretas exigiram a quarentena desses viajantes específica e rigorosamente determináveis, dos quais a maioria pertencia a elites políticas ou às classes economicamente dominantes. Medidas de quarentena em massa representaram um desvio de atenção conveniente em relação às medidas pouco firmes do próprio governo no que toca às elites recém-chegadas do estrangeiro. Nesse processo, reduziu-se todo cidadão a um potencial transmissor de covid-19. Não foi possível identificar a doença com os trabalhadores pobres ou suas partes da cidade. As experiências vividas dessa assim chamada quarentena se provaram drasticamente diferentes para as classes privilegiadas e a massa trabalhadora. Os trabalhadores pobres desesperados e famintos aparecem em contraste marcado com as elites nacionais; das quais uma maioria se arrebanhou e comprou as campanhas populistas do governo pela “necessidade”

do lockdown; a importância do “distanciamento social”; considerações superficiais para com trabalhadores da área da saúde que no entanto continuaram a ter que lidar com a falta aguda de recursos como EPIs etc.

As classes privilegiadas têm estado ocupadas “trabalhando de casa”, esse luxo que escapa às massas. Esse mesmo lockdown significou literalmente a ausência de trabalho para a maioria dos trabalhadores pobres. “Casa” se tornou um termo elusivo para um grande número de trabalhadores migrantes que se acumulam em cortiços improvisados perto dos seus locais de trabalho, como em canteiros de obras. Existe incerteza em torno das possibilidades de sobrevivência em cidades estranhas e hostis, fazendo com que trabalhadores imigrantes ficassem desesperados para retornar à segurança relativa da sua terra natal. Esse lockdown é uma grande oportunidade para refletir sobre o que fizemos de errado, não apenas durante o período da covid-19, mas na década ou duas que o precederam. Não é vulgar tentar enriquecer. Vulgar é ver trabalhadores famintos caminhando dias seguidos com crianças nas costas.

2.

O lockdown em consequência da pandemia foi uma experiência nova para o mundo como um todo, algo para o qual ninguém estava preparado. É um ataque frontal às noções de mobilidade e conectividade fundamentais na sociedade humana hoje. Cientistas nos alertaram para o fato de que uma mutação chamada D614G na região da proteína spike do vírus SARS-Cov-2 – que causa a covid-19 – é urgente por tornar o vírus mais contagioso. Nesse sentido, há muitas dimensões da pandemia que requerem investigações urgentes. O lockdown compulsório foi reforçado pelo medo voluntário. Estão todos preparados para o admirável novo normal. Esse foi um lockdown que destrancou milhões de indianos. Enquanto a Índia se abrigava em casa desde a última semana de março de 2020, uma parte do país ia às ruas desafiando a ordem de isolamento. A migração deveria servir como um corretor para o olhar dos que ainda não compreenderam as crescentes vulnerabilidades urbanas da Índia. As pessoas se perguntam por que os migrantes não escutam os governos. Eles escutam, mas não se convencem de que os governos podem cumprir com suas próprias palavras. Isolados e desempregados, eles se baseiam na própria fé (ou falta de fé, na verdade) mais do que em qualquer outro raciocínio. Em todo o mundo, um pico de incidentes de violência doméstica está sendo reportado desde o início do lockdown. Quanto mais grave o abuso, maior é o impacto na saúde física e mental da vítima. Na nossa sociedade altamente patriarcal, os homens estão frequentemente presos a seu próprio machismo. Contrariamente aos mitos segundo os quais esse fenômeno é mais comum entre os mais pobres, na realidade nem as mulheres ricas ou de classe média estão poupadas dele. O espalhamento do coronavírus resultou numa mudança nos mecanismos de gestão sanitária. Ainda que muito do lixo que produzimos seja domiciliar, a presença de detritos biomédicos nele – mesmo em pequenas quantidades – faz do descarte especial uma necessidade. Atualmente, durante o lockdo-

wn, além de incinerar o lixo médico, o lixo comum de regiões quarentenadas e partes contaminadas de favelas é descartado em aterros sanitários com o uso de produtos químicos. O risco de transmissão da covid-19 por gotículas respiratórias e partículas aerossóis expiradas já foi bem documentado e cuspir, hábito na Índia, é uma das formas comuns de transmissão do vírus para além da respiração. Espirrar e tossir são condutas involuntárias em muitos casos, mas o uso de máscaras pode reduzir riscos. Já o cuspe é um ato consciente reforçado pelo hábito. Chegamos a ponto de precisar de uma doença infecciosa virulenta para a maior parte das pessoas se dar conta da implicação entre higiene pessoal e saúde pública. Outro inimigo invisível nos espreita: reportagens de diversos estados sugerem que o estigma e o medo da covid-19 infligem dano adicional à sociedade, pois o estigma em torno de pacientes infectados chegou a desencorajar algumas pessoas a se testar num estágio inicial da doença. Esse tipo de impedimento não só representa um inconveniente para as pessoas como também atrapalha a retomada da atividade econômica já que produtores, fornecedores e compradores estão interligados entre estados.

A pandemia do coronavírus nos humilhou e tornou mais humildes ao passo em que nos encontramos perplexos, inquietos e desamparados. Na verdade, o vírus não está vivo; ele é programado para se proliferar, e quanto mais gente ele infecta, mais atrapalha nossas vidas. Seria necessário fazer avanços maiores e mais consistentes em direção à retomada econômica, com uma mudança de ênfase do “combate” à covid-19 para sua “gestão” ou “administração” (já que ela não pode ser totalmente eliminada). Abdul Kalam, o ex-presidente da Índia, identificou cinco áreas que ajudam criticamente na melhoria das condições de vida, nessa ordem: saúde, educação, agricultura, comunicação e tecnologia crítica (como biotecnologia, nanotecnologia, farmacêutica). Outra área poderia ser adicionada à lista – a fé em Deus. Sem ela, poderia haver a melhor das tecnologias, mas com o pior da humanidade. No fim das contas, nosso valor depende dos nossos valores. Nossa grandeza depende da nossa bondade.

Estamos em 2020, e de repente voltamos o foco para um tipo de saúde que possa nos salvar. A educação passou a ocupar o centro do palco uma vez que nossos filhos precisam estudar de casa. E se o *lockdown* continuar, a agricultura decidirá que nação poderá florescer. Alimentos e farmacêuticos se tornarão epicentros da economia, não apenas produtos de luxo. É necessário notar que nada do que foi feito anteriormente em nome do objetivo declarado de promover o bem comum institucionalizou de forma tão firme as iniquidades inerentes à nossa república quanto as consequências do *lockdown*. Num só movimento cirúrgico, ele deixou milhões de cidadãos – trabalhadores ocasionais e migrantes – abandonados, desabrigados, desempregados, desnutridos, sem dinheiro e trancafiados. No entanto, em tempos de distanciamento social e autoisolamento, é a comunicação virtual que nos ajuda a nos conectar mais do que nunca enquanto famílias, nações e seres humanos.

3.

O coronavírus chegou num momento em que o mundo já estava se virando para dentro, em grande parte em reação à crise financeira global de 2008. As nações têm levantado barreiras à liberdade de fluxo de pessoas, bens e recursos. Ele desmascarou todas as instituições sociais e seus atores. Seja a classe política, a mídia, a burocracia, a polícia, médicos ou mesmo um indivíduo comum, essa pandemia realçou o melhor e o pior da humanidade. Enquanto por um lado existe um ambiente de medo, preconceito, paranoia, humilhação e sectarismo político, por outro há uma onda de amor, apoio, bondade, empatia e caridade sem precedentes que reafirma a fé na humanidade. A pandemia também desvelou a hipocrisia e brutalidade dos magnatas, executivos e proprietários de grandes negócios. A incerteza da subsistência causaria mais danos às pessoas comuns que a pandemia. E os *lockdowns* forçam as pessoas a trabalhar, comprar, estudar e se divertir em casa criando novos hábitos em graus variados que podem durar para além da pandemia.

Muitas nações estariam se engajando numa forma de nacionalismo alimentar. França, Espanha e Itália estavam entre os países que pressionavam a União Europeia a proteger seus agricultores antes da pandemia, e eles farão mais pressão ainda agora. Muitos países poderão não estar dispostos a se expor ao comércio mundial, bancos globais e migração internacional. As economias seriam mais dependentes de indústrias locais. Pessoas de todos os lugares se recolhendo em zonas livres do coronavírus; buscando empregos, educação e entretenimento no mundo imersivo da economia *online*. A desglobalização do mercado financeiro está chegando às profundezas dos mercados de dívidas também. Os *lockdowns* econômicos podem reduzir o fluxo de caixa de empresas muito endividadas dos Estados Unidos, Europa e Ásia, ameaçando levá-las à falência e também onerando muitas delas com casos severos de fobias em relação à dívida.

O movimento para dentro inspirou muitas nações a repensar linhas de suprimentos que agora contornam o mundo e levam, na maioria das vezes, a fábricas na China. Motivado originalmente pelo crescimento dos salários na China e depois pelo crescimento das preocupações com as incertezas de se fazer negócios lá, esse movimento está em andamento há anos. Líderes de todos os estilos políticos assumiram poderes anteriormente impensáveis para fechar a economia, direcionar a produção, fechar fronteiras e colocar empresas na UTI e podem ainda ficar mais encorajados a perseguir estrangeiros. Embora a ascensão da economia virtual também seja uma virada para dentro, em direção ao trabalhador solitário seguro em casa em frente a uma tela, seu foco renovado em relação à eficiência e criatividade poderia aumentar a produtividade dos anos que vêm e aliviar a desaceleração global.

A pandemia está de fato trazendo o futuro mais para perto. Tendências que talvez demorassem cinco ou dez anos para se desdobrar o fizeram em semanas, em alguns casos, e todas apontam na mesma direção. Num momento em que uma

resposta coletiva era necessária para conter a covid-19, o *establishment* político, com ajuda da mídia e agências de RP, tendeu a dividir as pessoas em nome de religião e regionalismos, espalhando ódio e criando narrativas falsas.

4.

Os efeitos totais da pandemia ainda serão aferidos, mas veremos que a mudança já estava lá. Algumas tendências como a educação digital e o trabalho remoto (WFH, *work from home*) se acelerarão. Alguns hábitos serão interrompidos: não será possível viajar casualmente entre continentes. Não seria a primeira vez que uma crise de saúde pública causa mudanças na arquitetura e planejamento urbano. Proponentes de políticas públicas serão forçados a questionar se estamos prontos para outra pandemia. Espera-se que as pessoas tenham medo de voar por um longo período de tempo, e peritos em aviação dizem que haverá uma redução drástica em voos ao redor do mundo. Além do medo, as tarifas podem chegar a um pico. Aqueles indianos andando nas ruas, famintos, despossuídos, quebrados, traídos pelo governo que levaram com seus votos ao poder, traídos pelas pessoas cujos negócios eles ajudaram a estabelecer – são eles as pessoas que construíram o lugar que agora te abriga nessa tempestade das tempestades. Eles não são trabalhadores migrantes: são os fundadores originais da sua casa. Se defrontar com a própria mortalidade pode nos incentivar a ser mais conscientes a respeito da forma como vivemos e do que precisamos. Os que ficam na fila fazem uma tentativa elegante de seguir as regras do distanciamento social. Mas a distância se desintegra quando o desespero os alcança.

Tendo em vista a magnitude da realidade pós-pandêmica em expansão, valeria a pena examinar essas mudanças da perspectiva das teorias estabelecidas: entender como as pessoas usam signos e símbolos na construção de significados, enquanto percebidos pelos sentidos e interpretados como tal (Ferdinand de Saussure, Roland Barthes); nada pode existir sem significado, tudo tem significado, e ele emerge por meio do diálogo, qualquer que seja o nível em que esse diálogo aconteça, uma vez que viver é estar em diálogo (Mikhail Mikhailovich Bakhtin); uma sociedade crescentemente preocupada com o futuro (e também com sua segurança) que gera a noção de risco e um modo sistemático de lidar com perigos e inseguranças (Anthony Giddens, Ulrich Beck); ondas de racionalização tecnológica e mudanças no trabalho e sua organização; além disso, mudanças nos estilos de vida e nas formas de amar, nas estruturas de poder e influência, nas formas de repressão política e participação, nas visões de mundo e normas do conhecimento, que compreendem e remodelam toda a estrutura social (Ulrich Beck) além de outras mais recentes.

Raewyn Connell

1.

Nessa semana as mortes reportadas por covid-19 somam mais de 400 mil. Já que existe subnotificação, provavelmente mais de meio milhão de pessoas mor-

reram do vírus em apenas alguns meses. Há muitos por vir. Segundas ondas estão sendo reportadas em países que conseguiram conter suas primeiras ondas. Os governos nacionais de países que se saíram mal na primeira onda, incluindo os EUA, o Brasil, a Grã-Bretanha e a Índia, sabotaram as práticas de interação interpessoal eficientes para deter um agente infeccioso (como descobrimos com o “sexo seguro” em relação ao HIV). Em vez disso, esses governos, junto com a ditadura chinesa, produziram uma enxurrada de mentiras e fantasias hostis projetadas para desviar a responsabilidade sobre a crise, criar confusão e desempoderar seus cidadãos.

É um desastre no sentido mais profundo do termo. Os contatos sociais humanos são precisamente os meios do crescimento populacional do coronavírus. Em face da má gestão e da malevolência na escala em que as vemos, que teoria sociológica estaria equipada para o desafio que está colocado? A teoria da escolha racional está eliminada de partida. Teorias da reprodução social parecem irrelevantes quando olhamos para a destruição intencional de consensos culturais e ideológicos. Teorias dos sistemas, marxistas ou neofuncionalistas têm pouca aderência quando olhamos para a irrupção de uma ameaça biológica e a súbita metástase do poder arbitrário. Existe a sociologia dos desastres, mas ela analisa sobretudo desastres depois de seu acontecimento para entender como a gestão da situação de emergência poderia ter sido mais bem feita – e aqui estamos, no meio do acontecimento, e a gestão é o desastre.

A teoria sociológica como a conhecemos é muito branda para lidar com esse *show* de horrores global. Precisamos de formas de pensar a crueldade fria dos centros de poder globais e seus avatares regionais; a cascata tóxica de consequências da imensa concentração de riqueza; o fracasso sinistro da solidariedade humana envolvido na incitação deliberada do racismo, nacionalismo, sexismo e ódio religioso do nosso tempo. Não precisamos de uma ciência social contemplativa; precisamos da imaginação para organizar novos caminhos.

2.

Certamente precisamos de novas formas de compreensão dos poderes econômicos, estatais e seus portadores de maneira adequada às suas atuações na crise da covid-19. Para pesquisadores da área de gênero, não é mistério nenhum que a maioria dos detentores de poder é de homens, embora eu ainda não ache que os estudos da masculinidade tenham criado os vínculos necessários com a discussão do Estado e das elites corporativas. Em especial, ainda não fizemos as sinapses necessárias para compreender de forma satisfatória a irresponsabilidade homicida evidente em figuras como Johnson, Modi, Duterte, Bolsonaro e Trump.

Para pesquisadores de classes sociais, não é mistério algum o fato de que poder político e privilégio econômico estão ligados. Mas nossas antigas ideias sobre “autonomia relativa” e tipos de capital não ajudam muito. A sociologia do imperialismo e colonialismo me parece a ferramenta mais útil para

entender nossa situação. Essa área tem alguma aderência com a discussão sobre raça, Estados, capital transnacional, trabalho forçado, estupro e genocídio; mas é muito influenciada por teorias dos sistemas e por isso tem dificuldades em perceber os deslocamentos selvagens do nosso mundo.

A sociologia do corpo parece necessária para a compreensão de qualquer epidemia. Grande parte do que é produzido como sociologia do corpo, porém, é na verdade sociologia do discurso ou do controle social, ou biociência, ou medicina. Os corpos suados, fedorentos, que sangram não estão eles próprios tão em evidência, e nem sua agência social. Uma recalibragem é necessária aqui também.

3.

Eu não sei. O comentário sociológico mais frequente no meu *feed online* é que o vírus desvelou ou aprofundou distâncias sociais que já existiam – em contraste com a retórica Estamos-Todos-Juntos das autoridades. Talvez. Alguns ricos correram para os seus abrigos nas montanhas, abandonando a classe trabalhadora à própria morte. É impossível, nas favelas do Brasil ou nas periferias da África do Sul, praticar o distanciamento social recomendado por médicos de classe média alta dos bairros nobres. (Não é impossível que outras formas de conter a doença não possam ser desenvolvidas pelos moradores locais, se tiverem a chance, como fizeram as comunidades locais com o HIV e o Ebola.) Outras distâncias sociais são agravadas durante a “recuperação”. Nosso governo de direita na Austrália tem despejado dinheiro na indústria da construção civil, em que muitos homens trabalham, e sufocado o financiamento de creches, onde trabalham mulheres, majoritariamente. Ao passo que maiores partes do trabalho e da vida social são transferidas para o modo *online*, as barreiras digitais existentes terão maiores consequências.

Certamente a epidemia criou um escopo maior para a expansão do militarismo no governo, e de prerrogativas administrativistas na vida econômica. É mais difícil organizar ações sindicais, mobilizar movimentos sociais ou articular outras formas de resistência quando temos um *lockdown* com apoio popular. Estranhamente, os manifestantes de direita que protestaram (com armas, nos EUA) contra o *lockdown* dificultaram o controle da população pelos próprios políticos de direita. Os protestos *Black Lives Matter* (BLM, Vidas Negras Importam) nos EUA depois do assassinato de George Floyd tiveram efeito internacional. Na Austrália, por exemplo, apesar das tentativas do governo de detê-las, grandes manifestações ocorreram em solidariedade ao BLM, dando força súbita à campanha local em torno das mortes de aborígenes encarcerados.

Talvez os eventos da epidemia mostrem a um número maior de pessoas os fundamentos brutais das nossas estruturas econômicas e sociais. Se isso de fato as deslegitimará não é algo determinado mecanicamente pela epidemia; isso depende de lutas sociais futuras.

4.

Vale a pena prestar atenção em trabalhos sociológicos sobre outras epidemias. *Ancestors and antiretrovirals* (2013), de Claire Decoteau, sobre a política em torno do HIV/aids no país mais atingido pela doença, é bastante iluminador. *Sustaining safe sex* (1993), de Susan Kippax et al., documenta a resposta comunitária criativa ao mesmo problema.

No geral, entretanto, é preciso olhar para além da sociologia a fim de encontrar textos adequados ao horror da nossa cena e à frieza do poder. *Crítica da razão negra*, de Achille Mbembe (2013), deve ser lido por sociólogos de qualquer forma; ele aborda a modelagem profunda da vida intelectual e cultural pela violência imperial e pela escravidão. O ensaio de Mbembe de 2003, “Necropolítica”, agora disponível num livro com o mesmo título, é a melhor anatomia do tipo de política que se desdobrou durante a pandemia. *Silent Spring*, de Rachel Carson (1962), é a clássica exposição da frieza e negligência do mundo corporativo não apenas com a vida humana, mas com toda vida.

Algumas respostas literárias à guerra mundial mostram autores às voltas com o poder, a moralidade e o extermínio em massa com a intensidade e escala de que precisamos. Exemplos: *Matadouro 5*, o romance de 1969 de Kurt Vonnegut centrado no bombardeio de Dresden, e o postumamente publicado *Vida e destino*, de Vasily Grossman, centrado na terrível batalha de Stalingrado.

The end of capitalism (as we knew it), livro de 1996 de J. K. Gibson-Graham é não apenas uma crítica importante de balanços hipersistemizados do “capitalismo”, mas também um recurso de esperança em novas formas da vida econômica para além do regime atual. Existe uma segunda edição de 2006.

Renan Springer de Freitas

1.

Essa pergunta traz consigo um pressuposto cuja validade me parece duvidosa: o de que o conhecimento produzido pela teoria sociológica é indispensável, ou, na pior das hipóteses, muito importante, para a produção de conhecimento sobre fenômenos sociais específicos. Se jogamos uma moedinha para cima, ela cai. Por quê? A resposta, como sabemos, está em um conceito nos legado pela física, o de força gravitacional. Da mesma forma que sem a ajuda desse conceito não podemos compreender o referido fenômeno, sem a ajuda de conceitos nos legados por outras disciplinas científicas não podemos compreender fenômenos como a respiração, a transpiração, a especiação, a inflação e os “buracos negros”. Existe algum fenômeno cujo conhecimento que temos a respeito é nulo ou, na melhor das hipóteses, “meramente intuitivo”, sem a ajuda de algum conceito produzido sob a rubrica “teoria sociológica”? Se existe, certamente não é a desigualdade social, a mobilidade social, a criminalidade, a expansão do ensino superior, a própria produção de conhecimento e mais uma dúzia de fenômenos sociais que poderiam ser enumerados sem grande esforço. Se o

conhecimento que se produz a respeito de qualquer um desses fenômenos prescinde do conhecimento produzido pela teoria sociológica, por que seria diferente quando o fenômeno a ser estudado é a epidemia em curso? Penso que a teoria sociológica é uma área de estudos com sua própria agenda de indagações, e não uma espécie de “farol” para a produção de conhecimento sobre os mais diferentes fenômenos sociais – a propósito, defendi essa tese no livro *Ciladas no caminho do conhecimento sociológico*, que acabo de publicar. Conforme pretendo deixar claro ao responder às questões 2 e 4, penso que a sociologia tem muito a contribuir nesse momento, mas sua contribuição não depende de algum “equipamento” conceitual ou analítico que a teoria sociológica porventura possa ter a oferecer.

2.

Pode contribuir oferecendo respostas para perguntas ainda não feitas. As já feitas são bem conhecidas: como o vírus se propaga? com que velocidade? há medicamentos nos quais vale a pena investir? há alguma perspectiva de vacina? como conter a propagação do vírus? como minimizar os custos sociais da pandemia? Minha ex-área de pesquisa especializada, a sociologia do conhecimento, pode se atribuir a tarefa de responder a perguntas como as seguintes: como a comunidade científica pôde chegar a alguma conclusão a respeito de como o vírus se propaga, da velocidade com que se propaga, de como conter a propagação, de que medicamentos testar e prescrever, e das perspectivas de produzir uma vacina? Como se chegou a alguma conclusão sobre como minimizar os custos sociais da pandemia? A conclusão foi consensual? Se sim, como o consenso foi alcançado? Se não, que diferença isso fez (se é que fez alguma)? Há modos “culturais” distintos de lidar com as cinco primeiras perguntas citadas – um modo que possa ser identificado segundo regiões geográficas ou o que for? Os modos de conceber o que é uma “evidência empírica”, um “fato científico”, um “experimento bem-sucedido”, “custo social” ou mesmo o próprio conhecimento científico e o que se pode esperar dele variam de acordo com países ou regiões? De que maneira? Existem tensões entre diferentes especialidades médicas (infectologistas e pneumologistas, por exemplo) a respeito de como conter a propagação do vírus ou de como avaliar a eficácia de algum medicamento? Em caso afirmativo, quais são suas implicações e como são resolvidas (se é que o são)? Há formas diferentes pelas quais o conhecimento dito científico é mobilizado na discussão a respeito dos “custos sociais” do isolamento social? Penso que a sociologia do conhecimento pode se dar por satisfeita se conseguir oferecer respostas razoáveis para perguntas como essas.

3.

Início pela última pergunta. Sim, é possível vislumbrar os contornos das sociedades pós-pandemia porque é sempre possível especular sobre o que está por vir quando se vive em uma sociedade cuja estabilidade econômica foi subitamente posta em xeque e cujas normas de convívio foram subitamente subver-

tidas, quer o fator diretamente responsável pela instabilidade e pela subversão tenha sido uma pandemia ou qualquer outro. Fiz uma rápida pesquisa na internet sobre o assunto e, sem qualquer surpresa, descobri que são incontáveis as especulações a respeito do mundo que nos aguarda, muitas das quais assinadas por figuras públicas respeitáveis. Não me vejo capaz de acrescentar qualquer contribuição digna de nota a esse formidável corpo de conhecimento. Quanto às outras perguntas, não sei se a elas posso responder. Em primeiro lugar, porque penso que seria necessário esperar o fim da pandemia para podermos saber se passamos mesmo a viver um “novo tempo” e, em caso afirmativo, que características peculiares a esse novo tempo podem ser atribuídas a nossa inédita experiência de isolamento social. Em segundo lugar, porque não sei que tipo de mudança social, política ou cultural pode ser, em princípio, atribuída à ocorrência de alguma pandemia. Entendo que pandemias causam mudanças econômicas e demográficas. Eventualmente podem causar mudanças geopolíticas. Mas não entendo que possam causar, por si mesmas, mudanças sociais, políticas e culturais. Procurei, sem êxito, o registro da ocorrência de mudanças de tal natureza na literatura sobre a pandemia da gripe espanhola. Como não obtive êxito, sinto-me incapaz de antever o surgimento de alguma mudança – excetuado, evidentemente, o estrago inevitável que já está sendo provocado na economia. Claro que mudanças sociais, políticas e culturais podem vir a acontecer, mas como um resultado (na verdade, um subproduto) da catástrofe econômica e não da experiência, em si, de “viver” uma pandemia.

4.

O simples fato de essa pergunta admitir várias respostas aponta para um fato instigante: estamos diante de um tema sob medida para a investigação sociológica, mas, não obstante, não sabemos que contribuição temos a oferecer. Sociedades muito diferentes sob os mais variados aspectos se veem, subitamente, reviradas de ponta-cabeça. O que é feito das diferenças (e das semelhanças) em um caso como este? Penso que a obra que colocará o pensamento sociológico na “conversa” sobre a pandemia ainda está para ser escrita. Ela responderá à seguinte pergunta: que diferença fazem, ou deixam de fazer, as semelhanças e diferenças de natureza econômica, política, social e cultural quando o desafio que se coloca é o de atravessar uma súbita e avassaladora crise sanitária e, uma vez amenizada a “tempestade”, reestabelecer alguma forma de “bonança”? Enquanto essa obra não for escrita, minha aposta é em obras que de alguma maneira tenham se movido nessa direção, o que remete quase que automaticamente à literatura sobre a gripe espanhola. Destaco, do historiador Alfred W. Crosby, *America's forgotten pandemic: the influenza of 1918*. Há ótimos trabalhos sobre a pandemia da gripe espanhola no Brasil, seja no Rio de Janeiro, em São Paulo ou na Bahia. Infelizmente não há espaço suficiente para citá-los aqui. Foi, todavia, fora da literatura sobre esse tema que, com a ajuda de colegas, pude chegar à referência que presumo possa servir de modelo para a

elaboração da obra destinada a colocar a sociologia na “conversa” sobre a pandemia. Trata-se do livro *In care of the State. Health care, education and welfare in Europe and in the US in the Modern Era*, de Abram de Swaan. Eu o escolhi em razão de ser uma das raras obras que discutem o modo como diferentes sociedades enfrentaram desafios incontornáveis e de alguma forma os superaram.

Renato Ortiz

1.

A pandemia que conhecemos pode ser definida como um fato social, isto é, algo que se exerce, do exterior, de maneira coercitiva, sobre os indivíduos. Nos acostumamos a diversas críticas em relação a tal “exterioridade”, e em muitos casos, eram corretas, mas a situação de crise que enfrentamos desloca a dimensão individual (não desaparece, longe disso) para outro plano. De certa forma, um dos emblemas da modernidade, o indivíduo, se enfraquece diante das necessidades prementes. Primeiro, em relação ao combate à própria epidemia, é necessário organizar as forças sociais para conter a ameaça; para isso medidas drásticas (quarentena, confinamento, *lockdown*) devem ser tomadas. O paralelo com a guerra torna-se uma metáfora corriqueira e plausível. Momentos excepcionais exigem medidas excepcionais. Não é somente o que difere que importa, entretanto; a excepcionalidade nos fala sobre algo maior, os mecanismos da própria vida em sociedade. Retomemos, por exemplo, alguns debates contemporâneos (globalização, pós-modernidade, sociedade de consumo, celebridades etc.) – em todos eles a dimensão do indivíduo é determinante. O consumidor “escolhe” os produtos de sua preferência, a celebridade é a personificação de alguém que se projeta para além do círculo de conhecidos, as diferenças definem o meu Eu. Há, portanto, um deslocamento em relação à discussão anterior. Um exemplo, a ideologia neoliberal. A ideia de Estado mínimo (espaço da ação econômica dos indivíduos “livres” no mercado) perde em convencimento sendo contraposta pela ideia de um Estado que se transforma em demiurgo do protagonismo econômico. O lema da sociedade de consumo – “*I want, and I want it now*” – também fica em suspenso diante da magnitude da crise. A noção de bem coletivo retorna e nos faz pensar sobre os limites do individualismo. É um pouco como se nos deparássemos com a interrupção (para não usar o termo fim) de uma narrativa superficialmente convincente, isto é, a fragilidade de uma crença que se contentava com a contemplação de sua própria debilidade.

2.

A literatura sobre os meios técnicos de comunicação sempre foi superlativa; isso se repetiu com a internet. Há vários textos ditirâmbicos que a consideram espaço privilegiado da democracia por excelência (lembro os escritos de Pierre Lévy sobre a ciberdemocracia). Uma das dimensões que surge no debate contemporâneo diz respeito ao “isolamento” do indivíduo e sua capacidade de

desfrutar os bens materiais e culturais a partir da posição resguardada de sua “moradia”, de seu “lar”. Diante da expansão das trocas digitais tudo se resumiria ao acesso que cada um teria em relação a esses bens. Lembro um livro, *A sociedade de acesso*, de um desses escritores globais que repetem o jargão do senso comum planetário (Jeremy Rifkin). A ideia principal é a seguinte: o indivíduo, senhor de si, teria a sua disposição um conjunto de técnicas que lhe permitiria desfrutar o mundo. Tudo se resumiria ao acesso. A situação de pandemia coloca algumas questões sugestivas. Primeiro, a diferença, até então sublimada, entre isolamento digital e isolamento social. Tudo parecia em harmonia. Mas percebemos que são coisas realmente distintas. O fechamento das relações sociais é claramente um empobrecimento da vida, das relações amorosas às questões econômicas. O confinamento forçado suspende as relações sociais (não as anula) limitando-as a um espaço exíguo no qual sua materialidade é predominantemente virtual. Dizer que o indivíduo isolado digitalmente é o senhor de seu mundo (como se fazia antes) é não perceber que seu “confinamento” é metafórico, isto é, o mundo a que ele se refere permanece em pleno funcionamento “lá fora”. O confinamento forçado diz outra coisa, o mundo “lá fora”, pelo menos temporariamente, ruiu, devemos dele nos retirar para nos preservar. Há, portanto, um hiato entre a metáfora e a realidade, isto é, entre a idealização digital e o confinamento como fato social coercitivo. Segundo, pode-se ainda perguntar: as técnicas digitais criam realmente laços sociais ou elas apenas reforçam os vínculos existentes anteriormente? Dito de outra maneira: elas criam solidariedade (como as religiões ou as ideologias)?

3.

Existiriam realmente sociedades pós-pandemia? Tenho sérias dúvidas. A utilização do pós, como na discussão sobre a pós-modernidade, demarca claramente dois tempos diversos. Uma ruptura se instaura entre eles. Mas haveria ruptura? Um reinício da história? Sinceramente não creio que a crise, na verdade, qualquer crise, abale inteiramente os alicerces da sociedade. O capitalismo não irá desaparecer, a China não deixará de lado suas ambições geopolíticas, os Estados Unidos continuarão a conhecer um declínio relativo em relação à sua hegemonia mundial, a desigualdade social permanecerá. Poderíamos elencar diversos outros temas, mas a ideia subjacente ao argumento é que “gostaríamos de voltar aos tempos normais”. Ou seja, recuperar o que foi gasto em energia e paixão no momento anterior à crise. A menos de sermos hegelianos – toda crise é sinônimo de um avanço do Espírito Absoluto – é perfeitamente possível imaginar a permanência deste mesmo mundo, talvez, com problemas mais graves. Não digo que tudo permanecerá idêntico a si mesmo, imóvel; é plausível esperar a revisão de algumas políticas públicas, sobretudo em relação às áreas da saúde e da ciência. O combate à pandemia pode mudar alguma coisa nesse plano. É também possível avançarmos em relação à nossa perspectiva predadora a respeito da natureza: o vírus como limite à expansão humana. Essa era uma questão ante-

riormente levantada pelos ecologistas, a natureza como barreira ao progresso. Nesse sentido, abre-se a possibilidade de uma consciência maior dos problemas do meio ambiente, que são globais e exigem uma estratégia global para ser enfrentados. Mas há também ambiguidades. Espera-se da ciência a cura de nossos males. Paradoxalmente, a crença no progresso da ciência se fortalece, ela ganha até legitimidade enquanto arma política no combate à pandemia. Não quero minimizar as mudanças, certamente ocorrerão; entretanto, parece-me exagerado imaginar uma nova era: numa perspectiva otimista, o reencontro harmônico entre os homens (um mergulho nos valores civilizatórios perdidos ao longo da história); noutra pessimista, um mundo distópico devorado por suas próprias contradições (uma espécie de Prometeu desacorrentado). As estruturas sociais são duras, não se dobram facilmente aos diagnósticos apressados.

4.

Não creio que sejam tanto as obras sociológicas que contem para nosso entendimento dos fatos. A situação de crise traz uma dimensão que habitualmente temos dificuldade de perceber; ela nos retira do conforto do cotidiano. Nesse sentido, estimula a imaginação e o pensamento. Os fenomenólogos diziam que para se pensar com profundidade era preciso nos colocar “entre parêntesis”, isto é, cultivar uma distância em relação à imanência dos fatos. O isolamento forçado, a quebra da rotina que se impõe, é uma espécie de suspensão do tempo, vivido numa restrição do espaço. Somos projetados numa situação na qual a normalidade das coisas é interrompida por algo extraordinário. Esta é uma dimensão crucial para o trabalho intelectual, retirar-se do mundo, de nossas certezas, para melhor apreendê-lo em sua “essência” (diriam os filósofos).

Ricardo Abramovay

I.

Quando se trata de medir os impactos socialmente diferenciados da pandemia, a resposta é afirmativa e já existem trabalhos mostrando, nos Estados Unidos e no Brasil, por exemplo, que os pobres, os negros e os presidiários (em sua esmagadora maioria pobres e negros) são as maiores vítimas da pandemia. Há teorias e base de dados que permitem testar hipóteses referentes a esse tema.

A pandemia, porém, exige inovações teóricas e metodológicas em duas áreas fundamentais. A primeira é a percepção e a gestão de riscos. É um tema que envolve não só os riscos pandêmicos globais, mas também outros “riscos existenciais” (Toby Ord), como o nuclear, o representado pela crise climática e o da inteligência artificial. Os mais importantes trabalhos sociológicos sobre esses temas vinculam esses riscos aos interesses econômicos e políticos dos responsáveis por seu virtual desencadeamento. A difusão de informações (incluída a informação que denuncia esses interesses) aparece como o principal meio de promover mobilização social no enfrentamento desses riscos. No entanto, por mais que a informação seja importante e por mais que haja, de fato,

trabalho explícito e organizado de difusão de mentiras, o que estudos recentes sobre vacinas, homofobia, agressão a estrangeiros, clima e epidemias mostram é que a informação objetiva é largamente insuficiente como meio de alterar a percepção sobre o mundo social. Se a sociologia até aqui tem lidado com esse tema a partir de estudos sobre cultura e ideologia, é fundamental incorporar a contribuição da psicologia evolutiva e das neurociências. No caso recente da pandemia, já são vários os trabalhos, com base nessas disciplinas, que mostram o viés partidário na adesão ou na rejeição ao isolamento social como forma de atenuar seus impactos (ver última pergunta). Uma das mais interessantes explicações vindas da psicologia evolutiva e das neurociências é a tendência a que as informações recebidas pelos indivíduos sejam interiorizadas a partir de referenciais que lhes são oferecidos pelos grupos identitários a que pertencem. É claro que a dependência humana dos dispositivos digitais que fazem parte do cotidiano de cada um de nós torna esses mecanismos identitários ainda mais importantes como base para explicar comportamentos sociais. É fundamental que a sociologia incorpore essa contribuição da psicologia evolutiva e das neurociências em sua interface com os impactos do uso permanente dos dispositivos da revolução digital.

A segunda inovação teórica e metodológica que está emergindo com a pandemia refere-se ao uso dos dados produzidos incessantemente pelos dispositivos digitais em que a vida social contemporânea está mergulhada. Até dez anos atrás, as ciências sociais estudavam os comportamentos ou a partir do acompanhamento detalhado de pequenos grupos pelo trabalho de campo do pesquisador ou a partir de dados massivos produzidos por levantamentos censitários e periódicos. A revolução digital abre caminho, pela primeira vez, a que a vida cotidiana seja acompanhada e os comportamentos detectados de maneira massiva e, ao mesmo tempo imediata, como mostra Alex Pentland. O rastreamento das pessoas mostra-se como um dos principais caminhos para localizar os portadores do coronavírus, por exemplo. Apesar dos inúmeros exemplos em que a coleta, a análise, a armazenagem e o uso de dados podem ser positivos, já há trabalhos denunciando a emergência de uma sociedade de vigilância que é ameaçadora não apenas aos indivíduos, mas à própria sociabilidade humana. A vigilância tende a suprimir o anonimato nos espaços públicos e, portanto, a fazer com que a interação social seja norteadada pelo fato de cada um saber que está sendo permanentemente observado (e julgado em função dessa observação). Mesmo em governos democráticos (para não falar dos autoritários) os perigos para a saúde da vida cívica são imensos.

2.

A pandemia trouxe à tona a urgência de que os fenômenos sociais sejam pensados à luz de sua base material, energética e biótica. As ciências sociais se constituíram e evoluíram, desde o século XVIII, dando as costas à natureza: isso é verdade não apenas para a economia, mas também para a sociologia,

com a única exceção, talvez, da antropologia cultural. Mas os problemas socioambientais contemporâneos intensificaram mudança de postura (que já vinha ocorrendo, claro) em ao menos três sentidos, e a covid-19 deixou isso ainda mais claro.

Em primeiro lugar, a intensificação das doenças infecciosas emergentes nos últimos 40 anos e a origem florestal dos vetores de suas mais importantes expressões (HIV, SARS, MERS, Ebola, entre outras) agregam uma dimensão adicional à reflexão (e à percepção social) não apenas sobre o desmatamento, mas também sobre as formas de produção de proteínas animais no mundo contemporâneo. Tudo indica que o desmatamento amplie o risco de multiplicação de doenças infecciosas emergentes e a atual pandemia está revigorando o esforço demonstrativo nessa direção. A vulnerabilidade social à pandemia, contudo, está trazendo à ordem do dia outra discussão, que se refere às grandes criações concentracionárias de animais, responsáveis pela oferta global de proteínas relativamente baratas. A base dessa produção é o consumo massivo de antibióticos pelos animais. Hoje, 70% dos antibióticos produzidos pela indústria farmacêutica são consumidos por animais. Seus rejeitos são lançados no solo e na água, e sua detecção pelos sistemas de controle sanitário é nula. O resultado é a ampliação da resistência humana a antibióticos, que já mata, segundo dados da ONU, 700 mil pessoas anualmente. Os instrumentos para controlar um ataque bacteriano de larga escala podem estar seriamente comprometidos.

Esse é um exemplo de um segundo tema fundamental: as maiores ameaças às sociedades contemporâneas não se originam em eventuais catástrofes naturais (asteroides e vulcões, por exemplo) e sim em alguns dos mais importantes resultados de conquistas científicas e tecnológicas. Além do já mencionado tema dos antibióticos, os modelos de produção alimentar que deram origem ao consumo em larga escala de ultraprocessados respondem pela epidemia global de obesidade, que, por sua vez, é um fator de agravamento das condições e das chances de sobrevivência dos atingidos pelo coronavírus. Uma inteligência artificial superior à inteligência humana e que escape totalmente à governança de instituições democráticas é considerada por alguns dos mais importantes especialistas no tema (como Stuart Russel, entre outros) um risco iminente. A pandemia traz à tona a urgência não de se limitar o avanço científico e tecnológico, mas de que haja uma postura mais reflexiva sobre sua dinâmica, seus resultados e seus beneficiários.

O terceiro tema fundamental refere-se à campanha que o maior cientista vivo da atualidade, Edward Wilson, vem levando adiante: a necessidade de que se intensifique a relação entre ciências e humanidades. A reflexão social sobre a ciência e a própria economia e a pergunta decisiva sobre o sentido daquilo que a economia e a ciência oferecem à sociedade só podem ser respondidas pela mobilização sistemática das ciências do homem e da sociedade.

3.

Do ponto de vista político, pela primeira vez, desde o Brexit, a eleição de Donald Trump e de outros governos autoritários, os governantes que enfrentaram a pandemia negando sua importância e dirigindo-se (como de hábito) a suas bolhas de repetição e redundância (é o caso de Trump e de Bolsonaro) ganharam muito menos prestígio que aqueles que conseguiram unidade nacional em torno das orientações vindas das autoridades de saúde pública. A pergunta que essa constatação traz é se esse é um evento passageiro ou se pode marcar a crise de um estilo de comunicação (apoiado no próprio formato das tecnologias digitais contemporâneas) em que a disseminação do ódio e da falsidade abriu caminho ao poder da extrema-direita mundo afora. Ao que tudo indica, os maiores sucessos no combate à pandemia foram obtidos por governantes que inspiraram na sociedade os sentimentos de confiança e solidariedade e não os que reforçaram os ressentimentos e as mensagens de natureza conspirativistas.

Do ponto de vista social e cultural, é óbvio que a vida *online* vai intensificar-se ainda mais. No Brasil esse aumento é especialmente importante em grupos etários com mais de 50 anos e nas classes C, D e E, segundo pesquisa do Instituto Locomotiva (*Valor Econômico*, 23/04/2020, p. A16). Como os programas de assistência (tanto oficiais como privados) são *online*, isso forçou que camadas de baixa renda, frequentemente vinculadas a mercados locais e sem condição de estabelecer comparações de preços, entrassem em mercados que até então não faziam parte de seu universo (apesar de suas óbvias limitações de renda para isso). A contrapartida é que, de forma geral, esse pequeno comércio corre o risco de passar por uma trágica fragilização: basta lembrar que 18 milhões de pessoas trabalham em bares e restaurantes no Brasil e que, além do impacto da interrupção de suas atividades, a reabertura será guiada por normas que nem sempre eles terão condições de seguir.

Não há sinais, por parte do mundo corporativo, de que a pandemia seja uma espécie de ensaio geral para que seus investimentos se dirijam a bens e serviços que fortaleçam o desenvolvimento sustentável. Apesar de todo o movimento empresarial (no Fórum Econômico Mundial, por exemplo) para que se enfrentem as mudanças climáticas, na China e nos Estados Unidos não só houve relaxamento da legislação ambiental como, ao que tudo indica, uma retomada de investimentos de longo prazo em setores de alta emissão de gases de efeito estufa.

4.

O mais importante trabalho sobre os limites da informação clara e objetiva como base para a mobilização social no enfrentamento à crise climática é de George Marshall: *Don't even think about it: why our brains are wired to ignore climate change*. O livro de Daniel Kahneman (*Think fast and slow*) é uma referência importante, sobre a contribuição da psicologia evolutiva ao estudo da percepção social. Esses trabalhos, bem como os de Paul Slovic inspiraram pesquisas rea-

lizadas durante a pandemia e que procuram explicar as atitudes dos indivíduos a partir de seus sentimentos identitários de pertencimento. Cito três em um conjunto maior: “Polarization and public health: partisan differences in social distancing during the coronavirus pandemic”, “Risk perception through the lens of politics in the time of the Covid-19 pandemic” e (este com resultados para o Brasil) “More than words: leaders’ speech and risky behavior during a pandemic”. Sobre riscos existenciais (nuclear, pandemias, clima e inteligência artificial) a melhor obra é o recém-lançado *The precipice*, de Toby Ord. Vale acompanhar a produção do Center for the Study of Existential Risk da Universidade de Cambridge e do Future of Humanity Institute de Oxford. O melhor trabalho para entender por que razão a inteligência artificial pode ser considerada um dos quatro riscos existenciais é o de Stuart Russel: *Human compatible*. São muito importantes também o livro de Brett Frischmann e Evan Selinger, *Re-engineering humanity*, e o de Shoshana Zuboff, *The age of surveillance capitalism*.

A reflexão sobre os riscos das criações concentracionárias de animais e seus impactos potenciais no enfrentamento de doenças infecciosas é enriquecida por uma publicação da UN Environment: *Frontiers 2017: emerging issues of environmental concern*, que contém um capítulo sobre a dimensão ambiental da resistência antimicrobiana. Sobre as ameaças representadas pelo desenvolvimento (e pela autonomização) da ciência e da tecnologia no mundo contemporâneo *O princípio responsabilidade*, de Hans Jonas, segue sendo uma referência incontornável. Sobre a relação entre ciências e humanidades, da obra de Edward O. Wilson, eu destaco *A criação e O sentido da existência humana*.

Richard Miskolci

I.

A sociologia já desenvolveu pesquisas empíricas, conceitos e teorias durante epidemias anteriores, dentre as quais destaco a do HIV/aids. A pandemia de SARS-Cov-2 impõe desafios novos devidos às suas especificidades e consequências sociais, econômicas e políticas. O primeiro desafio envolve reconhecer algo que aprendemos durante o auge mortal da aids nas décadas de 1980 e 1990: toda pandemia se desenvolve diferentemente de acordo com as características de cada país, e a covid-19 terá desenvolvimento e impacto diferentes em cada país. O segundo desafio, mais amplo e geral, é que o cenário pós-pandemia poderá unir características similares a de um pós-guerra mesclado a uma nova ordem social em que a saúde pública ganha maior relevância. Ainda não sabemos se isso se associará a um reconhecimento da necessidade de criar ou aprofundar políticas sociais. Também é de esperar uma reconfiguração das relações internacionais, tanto na reavaliação dos intercâmbios e mobilidades quanto nos meios de se proteger de situações similares no futuro. Isso pode se dar por meios cooperativos que criem ou aprofundem acordos e instituições internacionais ou por formas renovadas de nacionalismo focalizadas em soluções locais.

A sociologia poderá colaborar em qualquer desses cenários ou contextos: no nível nacional mantendo seu papel histórico na pesquisa, criação e análise de dados empíricos para desenvolver, aprimorar e avaliar políticas públicas; e, internacionalmente, na análise comparativa de diferentes formas de abordagem em cada país, assim como na análise dos impactos das medidas que vierem a ser tomadas em nível global ou mesmo em reação a essa possibilidade.

2.

Minha atual área de *expertise* envolve as tecnologias da comunicação e informação e a saúde; portanto, pode contribuir de múltiplas formas para compreender o fenômeno. Assim como a aids intensificou o uso das tecnologias entre o segmento mais afetado, os homossexuais, é provável que a pandemia de covid-19 terá efeito similar, só que mais espraiado socialmente.

As já estabelecidas teorias e reflexões sobre os impactos econômicos do advento da sociedade conectada tendem a ser corroboradas, mas a elas se somarão o necessário trabalho de pesquisa e o desenvolvimento de novas teorias e conceitos afeitos a suas dimensões culturais e psíquicas. A socialização por meio de plataformas dos serviços comerciais de rede social como Facebook, Twitter, Instagram e aplicativos de trocas de mensagens já vinha transformando a vida social e tendo impactos subjetivos diversos, mas sua possível universalização e intensificação terá novas consequências. Dentre elas, destaco as políticas, pois já se sabe que as redes digitais geram bolhas de opinião, segmentação ideológica e – ao menos até hoje – tenderam a cercar diálogos e semear conflitos.

Sem aprimoramento, regulação legal e limites econômicos ao oligopólio que atualmente controla a internet tendemos a viver mais polarização e instabilidade política. A ordem geopolítica conectada tem os Estados Unidos como seu centro e maior beneficiário, a Rússia um dos agentes internacionais que melhor a manipula e a China mantendo sua estabilidade pelo controle da rede e o uso de plataformas nacionais alternativas às do oligopólio norte-americano. O restante do mundo sofre as consequências de um ecossistema informacional cujos modelos de negócios e interesses políticos lhe são estranhos, assim como suas características culturais disseminam modos de subjetivação e ação social assentados em individualismo e empreendedorismo. Na área de pesquisa que intersecta saúde e TICs, será necessário ampliar as pesquisas sobre os impactos subjetivos da disseminação das formas conectadas de socialização e como tais impactos modificam os laços e a agência sociais.

3.

A origem da pandemia é inseparável da globalização, do aprofundamento de desigualdades econômicas, além da falta de uma política mundial para o meio ambiente que regule a produção e circulação de alimentos, especialmente os de origem animal. Além disso, a disseminação da epidemia e transformação em pandemia foi rápida devido à alta mobilidade de certos segmentos sociais

em nosso atual estágio das relações econômicas articuladas mundialmente e fenômenos associados como o turismo.

A desigualdade social, além da questão sanitária e de meio ambiente, é um dos elementos presentes no mercado de Wuhan que resultou na passagem do vírus do animal para o ser humano. Pouca atenção tem sido dada a isso nas análises escritas no calor do momento, o que pode levar a respostas apenas sanitárias que deixem de reconhecer a miséria e a desnutrição entre trabalhadores que lidam diretamente com os animais. Reforçar medidas de controle sanitário ajuda, mas não elimina a desigualdade econômica e nutricional que expõe alguns a infecções que podem vir a se disseminar para a coletividade. Apenas um esforço articulado que envolva políticas sociais que articulem recursos econômicos e de saúde em termos globais pode nos proteger. Na ausência dessas iniciativas, a solução paliativa pode ser a de barrar os contatos, diminuir a mobilidade das pessoas e ampliar os controles de fronteira. Economicamente, isso pode levar a uma crise prolongada e ao aprofundamento das desigualdades entre as nações. Em termos políticos, é uma aposta em uma espécie de processo contrário ao da globalização que vivenciamos desde a década de 1990, com resultados incertos e desiguais. A pandemia pode se tornar um ponto de inflexão aprofundando e acelerando mudanças sociais, políticas e culturais que já vinham ocorrendo. Os contornos das sociedades pós-pandemia são incertos e dependerão das experiências diversas de seus impactos e extensão, assim como das respostas que elas provocarão.

4.

Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade, de Ulrich Beck, e *Alone together*, de Sherry Turkle, mas também obras específicas sobre doenças e epidemias como *Os homossexuais e a aids: sociologia de uma epidemia*, de Michael Pollak, *A doença como metáfora*, de Susan Sontag, e abordagens sobre os medos coletivos como o estudo de Jean Delumeau intitulado *História do medo no Ocidente*, *Folk devils and moral panics*, de Stanley Cohen, e *Ghostly matters*, de Avery Gordon. Cabe incluir na lista abordagens literárias sobre epidemias e doenças como as feitas por Thomas Mann em clássicos como *Morte em Veneza* e *Doutor Fausto*, mas sobretudo seu retrato da decadência da burguesia europeia por meio da tuberculose em *A montanha mágica*.

Rodrigo Santos

I.

Eu acredito que a sociologia, de modo geral, está equipada para explicar os impactos sociais e políticos da pandemia, tanto de um ponto de vista teórico, quanto a partir de trabalhos empíricos. Embora eu não tenha proximidade com as subáreas da sociologia que se relacionam à saúde, minha crença nessa capacidade explicativa se baseia, principalmente, no potencial, já demonstrado, das abordagens construcionista sociais e suas aplicações a situações de crise, ambientais,

econômicas e políticas. Além disso, a reflexão propriamente moderna sobre integração e solidariedade sociais e seus desdobramentos contemporâneos ainda tem muito a aportar na compreensão de contextos como os que estamos vivendo.

2.

No âmbito dos meus temas de investigação, uma compreensão apropriada da escala global da pandemia de covid-19 e de seu enfrentamento não pode passar ao largo da sociologia econômica e da economia política, particularmente no que concerne aos riscos e disputas envolvidos na produção alimentar de tipo industrial, a sua fragmentação geográfica funcional e, mais recentemente, à (des)construção de capacidades produtivas e tecnológicas de massa associadas a insumos e bens farmacêuticos e médicos de elevado valor agregado e alta complexidade – como demonstra a situação de escassez de respiradores, a explicitação da dimensão logística vinculada a sua disponibilização e os conflitos políticos em torno de sua aquisição e uso.

3.

Na condição de leigo no tema, não consigo emitir nada além de opiniões pessoais a esse respeito. Dessa forma, me parece que um efeito previsível da pandemia pode ser uma espécie de perda de confiança nas propriedades humanas de superação dos desafios “naturais”, em particular no que diz respeito aos efeitos positivos da tecnologia. A ideia de que “tudo tende a dar certo”, que me parece profundamente enraizada na minha geração e no Brasil, pelo menos, pode ser seriamente abalada, indicando algumas diferentes possibilidades de reconstrução societária. No entanto, tais possibilidades nem sempre são positivas, e eu não descartaria uma sociedade mais segmentada e anômica, pelo menos em nosso caso.

4.

Não tenho conhecimento de nenhuma obra específica que venha tratando de maneira específica da questão dos efeitos da especialização de redes globais de produção (RGPs) de insumos farmacêuticos e equipamentos médicos em termos de escassez e impactos em diferentes sistemas nacionais de saúde, o que me parece absolutamente central. No entanto, acredito que a própria pandemia irá impelir estudos nesse sentido. Alguns indícios disso começam a aparecer em web-seminários com especialistas (ver, por exemplo, *Pandemia e Sociedade*); enquanto *working papers* começam a ser publicados com essa intenção, a exemplo de “Globalization in the time of covid-19”, de Alessandro Sforza e Marina Steininger.

Sabrina Parracho Sant’Anna

1.

A sociologia tem papel importante na compreensão das mudanças sociais, mas também no diagnóstico de padrões e tendências. No caso de fenômenos naturais, grandes hecatombes, ou diante de uma pandemia, em que há componentes de propagação cujo diagnóstico é demográfico, há naturalmente também

efeitos coletivos sobre as experiências compartilhadas, sobre as visões de mundo de grupos e coletividades. Em 2016, a comunidade internacional de sociólogos se reuniu em Viena, aspirando a discutir o futuro que queríamos [*The futures we want*]. O tema do V ISA Forum, muito informado pelas discussões de seu então diretor, Markus Schulz, convergia para o debate do papel da sociologia na projeção de cenários e de futuros possíveis. A discussão estava centrada na análise dos dados e variáveis de que se dispunha e que possibilitavam projetar cenários e avaliar perspectivas futuras, diante de recursos disponíveis e dados estruturais persistentes, mas também levando em consideração o surgimento de movimentos contra-hegemônicos e valores utópicos disruptivos. Diante de períodos de longa estabilidade: mudanças sociais previsíveis. No entanto, em face de uma ruptura da ordem que vivemos hoje, em que somos instados a lembrar que, como já nos advertia Weber, a realidade é infinita e multicausal, a sociologia compreensiva permite entender que os processos são deflagrados por componentes nem sempre ponderáveis e que as ações sociais têm consequências nem sempre previsíveis para os agentes que as engendram. Nesse sentido, creio que a sociologia é, neste momento, uma forma de conhecimento privilegiada, uma vez que agrega diferentes dados, levando em consideração os efeitos materiais sobre grupos sociais diferenciados, mas também e, em especial, atentando para o fato de que a interpretação da experiência concreta acrescenta sentido à ação e que desse sentido depende nossa capacidade de compreensão da vida social.

2.

No caso da sociologia da arte e da cultura, creio que, já há alguns anos, a área tem ocupado papel relevante na compreensão de fenômenos sociais. O *cultural turn*, de Jeffrey Alexander, e a ênfase na contracultura por Luc Boltanski trouxeram à tona a análise de valores para a compreensão da vida social. Contudo, creio que recentemente também mudanças materiais no mundo da vida colocaram a produção de bens de cultura no centro do debate sociológico. A temática da economia criativa e novas políticas urbanas centradas no turismo e na difusão de equipamentos culturais puseram a cultura no centro das discussões e deram protagonismo à classe artística nos debates públicos.

No caso da pandemia, fenômeno multidimensional que atinge o núcleo da economia mundial e a estabilidade das representações coletivas, a arte e a cultura se põem como foco privilegiado de análise, possibilitando compreender o modo como a experiência é coletivamente ordenada. De fato, uma vez que informa os quadros da memória coletiva, o sentido público da produção de bens de cultura é objeto fundamental para a compreensão de novos sentidos da ação, para o entendimento da ordenação de demandas em projetos compartilhados e para análise dos estoques de conhecimento acionados para o porvir. Creio que tanto do ponto de vista da análise dos valores, como do ponto de vista das práticas de ação coletiva e mesmo de novos arranjos econômicos centrados na

tecnologia da informação, será importante levar em consideração a produção recente da sociologia da arte.

3.

Há uma conhecida passagem de Benjamin em “Sobre o conceito de história” que me vem constantemente à mente nos últimos dias. O pequeno trecho é inspirado por uma obra de Klee, comprada por Benjamin em 1921, e se inicia com epígrafe de Gerhard Scholem, que herdou o desenho após sua morte. O *Angelus Novus*, de Klee, representa um anjo que, segundo Benjamin, “parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente”: “Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las”. Impelido irremediavelmente em direção ao futuro, o anjo não pode deter-se, mas, tampouco, pode encarar o porvir, para o qual volta as costas. Também com os olhos escancarados e sem poder olhar para a frente, tentamos adivinhar o que nos espera. Creio que há, sim, tendências em curso, mas também podemos aguardar mudanças sociais, políticas e culturais profundas da ordem do imponderável. Na conta dos mortos, a expectativa do porvir. Sem querer me estender demais, penso que há três eixos principais para os quais é preciso estarmos atentos.

Em primeiro lugar, por um lado, salta aos olhos o crescimento das desigualdades acentuadas pelas disparidades no acesso à saúde e à renda. Por outro lado, a desigualdade escancarada tem possibilitado discursos de valorização do SUS e garantia da renda mínima que são, ao menos, alvissareiros. Na expectativa do uso da pandemia para o genocídio das massas e a solução final da plutocracia, lideranças locais e globais parecem poder surgir para a garantia dos valores da civilidade. Em segundo lugar e ainda nesse ponto, creio que é preciso estar atento ao crescimento das desigualdades de gênero, tanto pelo maior número de contratos de trabalho precário entre as mulheres quanto pelo crescente custo do trabalho de reprodução da vida na esfera doméstica e o aumento exponencial das taxas de violência contra a mulher. Penso que discursos feministas, outrora crescentes, tendem a ser agora agressivamente silenciados, mas há quem vislumbre processos de resistência. Finalmente, creio que a reorganização do mundo do trabalho será ainda mais duramente impactada. Os diagnósticos de rupturas na esfera produtiva e o impacto do terceiro setor não são recentes. No entanto, é preciso estar atento ao impacto da crise sobre o setor de serviços, sobre a indústria criativa, e, finalmente, sobre os modos de distinção social. Creio que é preciso estar atento aos impactos do que Boltanski vem chamando de economia do enriquecimento, mas também a formas alternativas de circulação econômica.

4.

Diante de um fenômeno recente, algumas questões emergem com mais força e ganham visibilidade, fazendo-nos rememorar obras para formar uma cons-

telação de problemas acionados simultaneamente, compondo um mapa de compreensão do mundo em que vivemos. Algumas obras tratam mais claramente do tema central que está posto, outras se relacionam de modo mais indireto. Embora para as primeiras a relação com o fenômeno seja mais evidente, penso que as outras também contribuem para observar o que há de novo no momento presente. De diferentes pontos de vista, creio que há trabalhos clássicos que retornam com novo sentido. Da perspectiva da saúde e da doença, além de Goffman e, naturalmente, Foucault, creio que Susan Sontag merece ser retomada com seus ensaios sobre a aids, o câncer e a tuberculose. Do ponto de vista dos processos de mundialização, evidentemente, as discussões de Beck sobre a sociedade de risco e de Giddens sobre as consequências da modernidade são referências necessárias. No entanto, creio que do ponto de vista dos rumos da economia global, o livro de Luc Boltanski e Arnaud Esquerre, *L'enrichissement: une critique de la marchandise*, parece dar pistas de desdobramentos recentes quanto a mecanismos de diferenciação social que têm impacto sobre a reprodução da desigualdade e o capitalismo.

Sari Hanafi

I.

Existe mais de uma teoria sociológica. Mesmo assim eu vejo algumas características gerais em comum. Gilles Deleuze argumentou que a esquerda (e com ela, a maioria dos cientistas sociais, exceto pelos economistas ortodoxos!) enxerga o mundo em termos de relações que começam das mais distantes e se movem em direção às mais próximas. A desigualdade social, por exemplo, já foi compreendida como um fenômeno global de exploração cujas relações podem ser reconstruídas em direção ao imperialismo e colonialismo. Por isso, a maioria dos cientistas sociais chama atenção para a existência e as estruturas do imperialismo e colonialismo a fim de abordar de forma apropriada o sofrimento das classes sociais afetadas (em abstrato). Contrariamente a isso, existem movimentos políticos identitários (por exemplo, movimentos islâmicos e conservadores de extrema-direita) que enxergam as relações partindo das mais próximas em direção às mais distantes. Eles acreditam em trabalho comunitário, na família e em relações de bairro. Por exemplo, apoiadores de Trump acreditam na sua capacidade de abordar as desigualdades sociais enfrentadas por comunidades rurais esquecidas de norte-americanos brancos. E organizações religiosas no Líbano são atualmente as ONGs mais proativas na lida com famílias que perderam seus empregos com as restrições de circulação motivadas pela pandemia. Para outros movimentos de política identitária (organizados em torno de etnias, gênero, sexualidade etc.), a luta pode variar consideravelmente a depender do contexto, mas frequentemente se baseia numa luta comunitária, armada da doutrina universalista dos direitos humanos. Sim, para Richard Rorty, essa “esquerda cultural”, ao mesmo tempo que avança numa

agenda cultural de pluralismo trava uma luta muito mínima de justiça social em termos de classe (como é o caso nos Estados Unidos).

Eu vejo nossa sociologia pós-corona sendo capaz de reinventar a forma pela qual tradicionalmente orientou o seu foco (de fora para dentro ou de dentro para fora) para criar métodos que usem focos multiescala: repensando a importância da família, da comunidade e da ética do amor, hospitalidade e cuidado, e então aumentando a escala para o nível do Estado-nação e da humanidade como um todo.

2.

Meus interesses de pesquisa atualmente orbitam em torno dos paradigmas de produção de conhecimento no mundo árabe e além, e de como conectar as ciências sociais com a filosofia moral. Como presidente da International Sociological Association (ISA), estou interessado em promover uma sociologia global. Essa sociologia se move em duas direções particulares: o suplemento da abordagem pós-colonial com uma abordagem antiautoritária e a teorização de uma sociedade pós-secular. É impossível ignorar as feridas da era colonial, mas ao mesmo tempo que os estudos pós-coloniais foram muito bem usados eles também foram abusados. Eu identificaria dois abusos: a ênfase exagerada em fatores externos combinada com o descuido com fatores locais e a lógica binária de categorias antagônicas como Ocidente/Oriente, universalismo/contextualismo. Por isso, defendo o suplemento da abordagem pós-colonial com uma abordagem antiautoritária. Além disso, como ultrapassar a concepção militante de secularismo em direção a multissecularidades? E como teorizar a sociedade pós-secular? Para mim, o termo ainda é relevante por dois motivos: primeiro como uma declaração da necessidade de encontrar uma nova abordagem para o secularismo, distinta da forma histórica de vê-lo; segundo, por conta da mudança religiosa que vai de sua secularização social a sua ressurgência pública e sua prática de devoção carregada de subjetividade política (que as revoltas da primavera árabe, por exemplo, acionaram). Já argumentei em outras ocasiões que a sociedade pós-secular deveria ser teorizada como uma sociedade que lida com três desafios: primeiro, a necessidade em sociedades multiétnicas e multiculturais de que a religião seja administrada pelo Estado; segundo, a ascensão da religião pública; e terceiro, a deliberação na esfera pública em confluência com o neoliberalismo.

Nesses tempos sombrios de coronavírus essas preocupações permanecem válidas, mas eu gostaria de colocar um pouco mais de ênfase em três tarefas para a sociologia: construir focos multiníveis que alcancem da comunidade à humanidade; assumir uma postura ativa na luta contra as doenças do “antropoceno” e “capitaloceno”; e finalmente o estabelecimento de uma agenda melhor para o reconhecimento e a obrigação moral. Essa agenda é semelhante àquela de sociólogos antiutilitaristas e convivialistas como Alain Caillé, mas também, no Brasil, Frédéric Vandenberghe e Paulo Henrique Martins. Estamos todos conscientes de que a luta pelo meio ambiente é inseparável da

nossa escolha de política econômica e da natureza do nosso sistema econômico desejado – e essas conexões entre seres humanos e natureza nunca estiveram tão imediata ou intimamente conectadas quanto agora.

3.

O pós-pandemia deveria ser preparado por nós, cientistas sociais, bem como por todos os atores sociais e propositores de políticas públicas para transformar essa tragédia num ativo. Só para lembrar, a grande depressão do início da década de 1930 teve um impacto profundo internacionalmente, e as respostas políticas às crises foram radicalmente diferentes. Vejamos o exemplo dos EUA e do New Deal proposto pelo presidente Franklin D. Roosevelt entre 1933 e 1939. Ele consistiu na promulgação de uma série de programas, projetos de obras públicas, reformas financeiras, trabalhistas e nas relações raciais. A Alemanha, pelo contrário, substituiu a democracia por um sistema de governo nazista. Michel Wieviorka, numa entrevista em março deste ano para o jornal francês *Libération*, nos lembra que, para o pós-Segunda Guerra Mundial, a resistência francesa criou, em 1944, um programa de ação com o nome *Les jours heureux* (Os dias felizes) (em 1944). É essencial dizer que havia nele não só medidas políticas de restabelecimento da democracia, mas medidas econômicas radicais que caracterizaram a nacionalização de um feudalismo econômico e financeiro de larga escala na gestão da economia, além, é claro, de medidas sociais, em particular o significativo reajuste de salários, o restabelecimento de sindicatos e delegados trabalhistas independentes e um plano compreensivo de seguridade social. Os 30 anos seguintes foram de fato dias felizes para a França. Cabe a nós decidir que direção vamos tomar.

4.

A sociologia pós-corona só terá sentido se estiver armada de uma utopia ou de “utopias reais”, como diria Erik Olin Wright, que, ainda que não sejam absolutamente realizáveis, possam direcionar nossas ações. Não há vida ética sem utopia, e a diferença entre a pregação de um clérigo e a utopia de um sociólogo é que a última não necessariamente denuncia a visão antiutópica dos outros, e pode procurar trabalhar com aqueles que acreditam nela. Essa sociologia, portanto, deveria apreciar e aprofundar a relação de dádiva maussiana e a obrigação moral que conecta as ciências sociais à filosofia moral. É importante repensar a construção da outridade não apenas em relação àquele que é percebido como o adversário e o porquê disso, mas no que diz respeito a como nos importamos com “o Outro”. O sociólogo francês Eric Macé, num texto recente, nos lembra da importância de reconfigurar nossa interdependência (humano *versus* não-humano, homem *versus* mulher, sociedade *versus* natureza etc.). A divisão de trabalho patriarcal entre mulheres que cuidam e homens que trabalham não pode continuar.

Aqui uma discussão ética séria poderia domar a procura pela defesa de nossos próprios interesses individuais. Esse é o sentido do aforismo de Paul

Ricoeur “o objetivo de viver a boa vida com e para outros em instituições justas”, no qual, em outras palavras, a ética do amor, hospitalidade, cuidado e solicitude com e para outros pode ser incluída em molduras institucionais para garantir e reforçar a justiça social e a democracia. Isso vai ao encontro do que pensam Alain Caillé, Frédéric Vandenberghe e muitos outros pesquisadores antiutilitaristas, que propuseram diferentes manifestos com chamados ao “convivialismo” como sucessor às ideologias seculares do comunismo, socialismo e anarquismo. Para nos lembrar sobre como pensar a responsabilidade em perspectiva com a liberdade e como promover e encorajar relações significativas com nossos “outros” semelhantes humanos, a sociologia deveria voltar a esses e outros *insights* relevantes de filósofos como Emmanuel Levinas que, de maneira simples e astuta, explicou que “*avant cogito, il y a bonjour*” (antes do *cogito*, vem o bom dia).

Saskia Sassen

1.

Essa é uma pergunta interessante – a primeira desse tipo a surgir no grande número de entrevistas que dei sobre o assunto. A teoria sociológica não dá conta de compreender totalmente as características e consequências desse vírus. Isso exige um conhecimento especializado bem específico. Além disso, uma abordagem completa do assunto requer um misto de saberes especializados diversos.

2.

Talvez um dos elementos nesse concerto – me parece – é que as ciências sociais têm a opção de estudar humanos e, portanto, de traçar o que funciona ou não para esses humanos, de uma perspectiva bastante ampla.

3.

Nós, humanos, já passamos pela experiência produzida por diversos vírus agressivos... então isso em si não é novo. Quanto mais construímos sobre terra que já foi campestre, ou sobre fontes d’água, ou terra varrida por ventos contínuos, provavelmente mais empurramos um número crescente de vírus (e outras formas de vida) para domínios cada vez mais restritos... e então é claro que nós, humanos, ficamos mais e mais perto de vírus que podem ser agressivos e ávidos para acessar o que quer que tenhamos no nosso sangue que os interesse – porque é assim que esses vírus garantem sua própria sobrevivência.

4.

Tenho certeza de que há um número crescente de cientistas sociais interessadas(os) em abordar algumas dessas questões. Quanto a mim, estou interessada em mapear e traçar nosso uso/abuso/destruição de corpos d’água e terra fértil. Muitos vírus são afetados por nossa destruição da água e da terra. Em muitos sentidos entramos numa época na qual nos apropriamos crescentemente de terra para os nossos propósitos, o que significa que cada vez mais vírus estão se aproximando de nós... para o bem ou para o mal!

Sávio Cavalcante**1.**

Sim. Embora contenha limites – o que se espera, na verdade, de qualquer projeto científico – já existe um acúmulo de conhecimento suficientemente vasto na teoria sociológica para lidar com fenômenos sociais como a pandemia, o qual se apoia, por certo, na produção de diversas outras áreas das ciências humanas. Seria até desnecessário nomear dimensões, esferas, determinações ou temas. Como nada passará incólume ao coronavírus, temos muito com o que contribuir. Penso que, nesse esforço, é urgente a sinalização para um saber acumulado que pode ser tomado, pelo menos nesse contexto, como uma unidade possível da sociologia. Não se trata de ignorar sua pluralidade e diversidade, algo que deve ficar mais do que explicitado nas diferentes respostas dadas por outros/as colegas. Porém, a ameaça neofascista no poder federal (com base social não desprezível) não se expressa apenas em “ataques”, mas na destruição da ciência que historicamente tem na autonomia universitária e de institutos de pesquisa seu princípio de realização, o que permitiu, entre outras coisas, a própria diversidade teórica. Mesmo as críticas ao projeto científico moderno internas a esse campo não estão imunes ao irracionalismo dessas forças.

Se o que precede faz sentido, penso que, além de compreender e explicar, é preciso que a comunidade de sociólogos/as também encontre maneiras adequadas de intervenção prática, uma efetiva sociologia pública. O momento por que passamos exige ação – condicionada, como sempre estará, pelas nossas possibilidades e arranjos pessoais e familiares. Pessoalmente, tenho tentado colaborar com os esforços que minha universidade – a Unicamp – tem realizado nesse sentido. As experiências que tenho tido nos últimos meses, ao colaborar com diversas frentes da força-tarefa criada na universidade, colocaram a mim e a outros/as cientistas sociais em contato direto com colegas da, entre outras áreas, biologia, química, estatística, medicina, engenharia e ciência da computação – além de diálogos com Ministério Público, empresas, associações de bairro e movimentos sociais. Na relação com essas outras áreas da ciência, instituições e agentes sociais, percebo que existem dimensões dos processos que, sem dúvida, exigem os conhecimentos e as experiências que sociólogos/as nos legaram.

2.

Entendo que períodos de interrupção forçada do que se entende por normalidade, como o da pandemia, provocam um efeito devastador para a sociedade, mas singular para a sociologia: pactos sociais são estremecidos, camadas de mediações que viabilizam a dominação, exploração e opressão são refeitas em registros menos opacos, contradições tornam-se mais explícitas, dilemas morais ficam mais sensíveis à experiência. Isso não significa, contudo, como indicarei adiante, que as coisas irão mudar “para melhor” no futuro. Mas o momento, em

termos analíticos, é único. Destaco aqui dois problemas de pesquisa cujas configurações, na excepcionalidade da pandemia, denotam de forma crua os problemas da normalidade.

Meu objeto de pesquisa principal nos últimos anos tem sido a reprodução social da classe média e como isso repercute em seu posicionamento político e ideológico. Partindo das análises marxistas sobre trabalho produtivo e reprodução social, revela-se o nexos necessário entre as atividades diretamente produtivas para o capital, realizadas por contratos estabelecidos na esfera pública, e a reprodução social da vida organizada nas unidades domésticas. Parte da classe média pode até comprar certos serviços domésticos apenas para liberar um tempo de sua vida para o lazer. Porém, para a maioria, especialmente com filhos, a possibilidade de ser produtiva em seus trabalhos depende necessariamente do arranjo familiar específico que obtém para se liberar dessas tarefas, o que se consegue comprando o tempo de trabalho de trabalhadores/as ou submetendo membros de suas famílias a relações assimétricas no espaço doméstico. Em termos práticos, isso significa que parte fundamental da discussão sobre classe, gênero e raça precisa lidar com o modo capitalista de organizar a economia ou, em termos de reformas estruturais, é preciso vislumbrar formas de reprodução social garantidas pelo Estado que sejam alternativas públicas às unidades domésticas ou que pautem a diminuição geral da jornada de trabalho.

Um objeto de pesquisa correlato diz respeito à regulamentação do emprego. Em artigo recente, Vitor Filgueiras (UFBA) e eu defendemos que a mais importante “inovação” de empresas que contratam trabalhadores por aplicativos, como a Uber ou Ifood, não diz respeito à tecnologia ou a seu algoritmo. A maior inovação foi produzida por seus advogados e pelo lobby político, que corromperam legislações no intuito de impedir a tipificação do vínculo material empregatício entre empresa e motorista. Assim, parte majoritária do que se considera “trabalho autônomo” é, na verdade, trabalho assalariado dissimulado. O atual governo, que ampliou a reforma trabalhista, e as vozes que defendiam o “novo mundo do trabalho” agora se dizem preocupados com informais e autônomos. Ora, milhões de trabalhadores são informais ou autônomos por uma decisão política vista como justa e racional na normalidade.

3.

Como afirmei, o contexto da pandemia permite analisar sem algumas mediações os princípios que justificavam os critérios de existência sob a normalidade, especialmente aqueles que definem o valor do tempo e da vida das pessoas sob as lentes da amoralidade dos laços mercantis. Na excepcionalidade provocada pela pandemia, é possível sentir uma verdade da normalidade: a sociedade é um ente maior que a simples soma das partes que a compõem, e certos princípios não são redutíveis ao cálculo de sobrevivência, mais ou menos correto, que fazem os indivíduos isoladamente. Para as ciências sociais, isso pode

trazer consequências duradouras. Haverá fatos empíricos novos, a partir de agora incontornáveis, sobre como as desigualdades, apresentadas como justas e racionais, modificam não apenas as oportunidades de vida, como o próprio direito de preservá-la. Novamente, de forma alguma imagino que isso seja uma novidade. O que é diferente é a perda de verniz moral para se defender publicamente o fato de que há vidas descartáveis e ponto final.

Embora a indignação social tenha aumentado no início desse processo, a normalização das desigualdades injustas tende a permanecer e, sendo realista, a perspectiva é de piorar o que já estava ruim. Algumas frestas e janelas de oportunidade, porém, podem ser abertas, a começar pela possibilidade de reconquistar recursos públicos para, de fato, ser direcionados ao SUS, com algum aumento de apoio na classe média. Há uma oportunidade de reversão da barbárie neoliberal. Ademais, inúmeras experiências de ação coletiva e auto-organização são formadas ou repensadas, por exemplo, nas periferias dos grandes centros urbanos, o que pode trazer um legado de organização política de base importante em termos da urgência do presente e da construção de alternativas para o futuro.

4.

Fazendo apenas um recorte que auxilia o que já respondi: os quatro volumes de *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, organizados por Ricardo Antunes, fornecem um panorama importante de uma agenda de pesquisa que se colocou como alternativa crítica às posições que tomavam a “modernização do trabalho” pelo seu valor de face. A teoria da reprodução social, formulada por autoras como Cinzia Arruzza, oferece uma proposta materialista de como relacionar as determinações da produção e reprodução de mercadorias em geral e da força de trabalho, em particular. Assim como a pesquisa de Bárbara Castro sobre gênero e trabalho flexível é muito importante nesse aspecto. Como argumentou em artigo recente: “para atuar com contratos flexíveis é preciso dispor de um corpo que não adoeça, não engravide e não colapse”. Sobre a dinâmica da desigualdade brasileira, o livro organizado por Martha Arretche, *Trajetórias da desigualdade: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos*, é fundamental para compreender mudanças e permanências. Um projeto teórico e metodológico interessante da problemática materialista para um dia ser pensado à luz da formação social brasileira é *American society: how it really works*, de Erik Olin Wright e Joel Rogers. Sobre a aplicação do conceito de fascismo na atualidade, os textos recentes de Armando Boito Jr. são contribuições teóricas e analíticas fundamentais.

Sergio Pignuoli Ocampo

1.

La teoría sociológica comprende un conjunto numeroso y heterogéneo de programas de investigación. Los proyectos de integración no han logrado avanzar ninguna agenda recíproca y conjunta de problematización. De hecho, no han

logrado hasta el momento más que convertirse irónicamente ellos mismos en nuevos programas. Esto se debe a que sus invectivas han despertado la heurística negativa de los programas que se pretendía integrar, en lugar de demostrar y desarrollar una heurística positiva de la integración. Con todo esto en mente, no considero adecuado responder de manera abarcadora la pregunta: no todos los programas de investigación están igualmente equipados, algunos de ellos están mejor munidos que otros para modelar objetos de investigación dentro de la pandemia y el desastre humanitario de la covid-19.

En este sentido, encuentro que determinados supuestos teóricos mejorarán el equipamiento de partida y la capacidad de respuesta de aquellos programas que los tengan. Si bien asumo que indagaciones ulteriores podrían ampliar su número, considero que estos supuestos son tres: una apertura interdisciplinaria hacia la epidemiología, la virología, la inmunología, la infectología y la demografía; una perspectiva integral hacia la sociedad mundial y hacia las decisiones, preferentemente de nivel organizacional; y una estrategia para atender y seguir de cerca los problemas y oportunidades generados por el proceso en ámbitos primordiales como la economía, la política, las relaciones internacionales, la ciencia, los media, el derecho, los movimientos de protesta, la agenda ambiental etc.

El primer supuesto ofrecerá un acceso de primera mano al aspecto microbiológico del fenómeno y también a la progresión de su impacto poblacional. El segundo permitirá establecer la unidad del fenómeno, sin desmembrarlo regionalmente, e identificar la diferencia de las dinámicas decisionales, sin aunarlas holísticamente. Lograr una observación teórica de la unidad y de la diferencia del mundo social en estado de pandemia es tan importante como mantener balanceadas las observaciones evitando así que una se imponga sobre la otra – sea la unidad o la diferencia, el error es equivalente. A su vez, no considero imprescindible conservar este balance al momento de informar los resultados de las investigaciones. Es muy factible que debamos incorporar y/o fortalecer el factor alarma en nuestras intervenciones, pero debemos eludir la tentación de darle al alarmismo sociológico rango epistemológico. El tercer supuesto, finalmente, permitirá que los procesamientos teóricos que planteemos dentro del fenómeno se enriquezcan de manera permanente. Es importante concentrar la atención en los problemas y las oportunidades que se produzcan en el mundo social porque ellos registran alteraciones de expectativas y los eventuales rumbos en disputa ante el desconcierto. El registro de estos fenómenos no tiene afán prospectivo – la sociología no sabe leer el futuro –, sino que guarda el propósito de mantener continuamente irritadas nuestras afirmaciones con información candente de los procesos en curso.

2.

Mis áreas de especialización son dos: la teoría sociológica comparada y la teoría de sistemas sociales. En mi opinión, sus potenciales aportes son dispares. La

teoría sociológica comparada podría ofrecer un marco de problematización conjunta de aquellos supuestos que faciliten o entorpezcan el desarrollo de hipótesis fundamentales sobre lo social y su dinámica en condiciones de pandemia, crisis y mitigación. Un concepto de lo social abstracto, y problematizar podría irritar diversos programas a la vez, estimular el diálogo entre ellos y triangular resultados. Lamentablemente, no veo en esta área condiciones para avanzar una agenda más ambiciosa. No vislumbro aportes en materia metodológica o técnica.

La teoría de sistemas sociales ofrece un marco de referencia para el trabajo multinivel demandado por la investigación dentro del fenómeno pandémico. Cuenta con una teoría de la sociedad mundial y de sus dinámicas diferenciadas, ofrece una teoría de las organizaciones y de la competencia entre ellas, brinda una teoría de la interacción y de la multiplicidad de sus formas y adaptaciones (corporal y/o remota, sincrónica y/o asincrónica etc.) y delinea una teoría de los movimientos de protesta. Asimismo sugiere abordajes de la co-dependencia de las relaciones sociales con sus entornos desde una perspectiva sociológica del riesgo y del peligro. Esto es destacable en la actual coyuntura, porque el programa sistémico, lejos de ser indiferente, pone especial atención a las relaciones no-lineales que cada relación social mantiene con los sucesos y procesos virológicos, poblacionales, ecológicos etc. de su entorno. Ofrece incluso un enfoque profundo de las condiciones de posibilidad de lo social; para quienes deban lidiar con intrincados problemas de construcción de objeto, este se caracteriza por una extraordinaria labilidad y precisión para identificar condiciones de doble contingencia y de imputación de alteridad en condiciones de incompreensión forzosa.

Por último, pero no en orden de importancia, la teoría de sistemas sociales ofrece una perspectiva general sobre la co-irritación entre todos estos niveles teóricos. Es preciso señalarlo, esta opción es más precisa y concreta que la vaga e indeterminada “relacionalidad” entre objetos, que en los mejores casos alcanza una mera aditividad puntual de fenómenos de distintos niveles. Es a su vez, y esto merece subrayarse, más plástica y descriptiva que la “dialéctica” de niveles, pues no sólo vira plásticamente entre las posiciones de cada nivel y busca relaciones contradictorias entre ellos, sino que además logra escindirlos causalmente sin fracturar por ello la unidad del objeto. Así logra exhibir la selectividad de las dinámicas, en lugar de caer en el siempre espinoso principio de necesidad aplicado a las relaciones y niveles sociales, que en más de una ocasión no logra más que llevar la descripción y la explicación sociológicas a las falacias del tipo el huevo y la gallina.

3.

La investigación epidemiológica y la filosofía política continental han acaparado la discusión sobre tendencias en esta coyuntura. La epidemiología le ha mostrado al mundo la utilidad de modelar estados presentes del objeto para simular

estados futuros y alertarnos sobre los escenarios a los que las decisiones pueden conducirnos. La filosofía política continental ha lanzado prematuramente polémicas de tipo prospectivo en torno a sociedades post-pandémicas, a tal fin ha revisado ciertas premisas clásicas sobre la economía y/o el Estado con algunos datos de actualidad y ensayar hipótesis sobre futuros órdenes sociales.

A diferencia de ambas construcciones de futuro, la investigación social no requiere esfuerzos prospectivos para construir su objeto. Hay tendencias sociales y es primordial ceñir su investigación a las metodologías de indagación de coyunturas y de procesos en curso. Los procesos sociales son irritables y alterables en cada uno de sus puntos de bifurcación. Así, al situar este objeto (tendencias) dentro de otro más amplio con estructuración y horizonte abiertos (procesos) y de naturaleza autoimplicada se logra exhibir su tensión, su selectividad y su autosimplificación. En este sentido, no huelga decir que la comunicación de tendencias puede alterar el curso de la tendencia descripta. En esta perspectiva, la investigación social ofrece a otros modelos de análisis tendencial elementos de problematización y criterios de control sociológicos. Las simulaciones epidemiológicas pueden reducir sus grados de incertidumbre al incorporar la reintroducción de las tendencias sociales dentro de procesos sociales. Y las proyecciones filosóficas sobre el Estado y/o el capitalismo podrían reducir los componentes especulativos de sus razonamientos, controlando sus afirmaciones en base a premisas sociológicas.

A partir de esta discusión considero prematuro ser concluyente y me siento obligado a subrayar que el horizonte es aciago, pues en el reino del recrudecimiento del riesgo y de la calamidad humanitaria. Hecha la salvedad, al observar tendencias de la sociedad mundial no se identifican hasta el momento elementos que permitan aseverar que la pandemia esté llevando la diferenciación funcional a un umbral de catástrofe ni forzando el paso a una sociedad post-funcional. En los sistemas funcionales se observan impactos de signo y grado variables agrupables en tres tipos: impacto positivo por espiralamiento acelerado de operaciones (ciencia, *mass media*, política y religión); impacto negativo moderado por ralentización operativa (educación); impacto negativo crítico, o bien por inactividad repentina (deportes y economía), o bien por colapso y simplificación (salud). En algunos sistemas y códigos los impactos son aún incipientes (derecho, arte y moral). Se observan también interacciones con otros riesgos globales, en especial con los ecológicos (por ejemplo, se registra una disminución histórica de emisiones CO₂). Cabe aclarar finalmente que la observación de tendencias en las organizaciones, las interacciones y los movimientos de protesta no se ciñe a estos esquemas y que cada uno de esos niveles demandaría una respuesta específica.

4.

Ante la complejidad de la coyuntura he tratado de contar con un menú de bibliografía amplio y de actualizarlo permanentemente, sin estrechar la lectura

a literatura sociológica y de teoría social. Esto se debe a que no considero prudente que en esta coyuntura, como científicos sociales, nos desentendamos de los avances y debates en virología, infectología, inmunología, epidemiología y demografía relativos al SARS-Cov-2 y a la covid-19. Ya adentrándonos en la bibliografía de las ciencias sociales encuentro de mucha ayuda tres menús bibliográficos: la literatura del riesgo y del peligro, la literatura sobre sociedad mundial y sobre organizaciones, la literatura de la sociología de la salud y, me permito subrayarla, la literatura historiográfica sobre epidemias.

En cuanto a la literatura del riesgo y del peligro, me alegra sobremanera que la saga de trabajos de Ulrich Beck haya sido devuelta a la discusión pública y constituye una referencia ineludible dentro del contexto que atravesamos. Pero por esas mismas razones recomiendo con mucho entusiasmo visitar la fuente de la que abrevó Beck, una fuente más caudalosa y más turbulenta: la sociología del riesgo y del peligro de Niklas Luhmann. En escritos como “Comunicación ecológica” o los dedicados al riesgo, Luhmann mostró que no se trata sólo de amenazas estáticas, latentes o efectivas, sino de una dinámica de riesgos, pero también de peligros en referencia a las amenazas. Entre los términos del esquema riesgo/peligro vira continuamente el sentido de las alarmas, las protestas, las catástrofes y los futuros.

En cuanto a la literatura sobre sociedad mundial y sobre organizaciones, encuentro un gran soporte y una irritación permanente en los trabajos de Luhmann, que son insoslayables en ambas materias. También resulta provechoso leer a Rudolf Stichweh y a Aldo Mascareño problematizar y optimizar la tesis de la sociedad mundial, y a Marcelo Arnold y Darío Rodríguez devanando las decisiones organizacionales, que enfrentan un escenario fuertemente contradictorio por estos días. También encuentro mucho sustento y apoyo en la visión de la sociedad en investigaciones hechas sobre ellas desde otras perspectivas y concentradas en sistemas específicos como las de Anwar Shaikh y de Rolando Astarita sobre la globalización del capital o las de José Mauricio Domingues y de Mathias Albert sobre la política, el Estado y las relaciones internacionales regionalmente diversificados.

La bibliografía de la sociología de la salud es vasta, pero encuentro mucha información relevante y confiable en las producciones locales, un gran ejemplo de ellas son las investigaciones llevadas a cabo por el equipo de Graciela Biagini en la UBA.

Reservo el último lugar, pero no en orden de importancia, a la historiografía de epidemias. La lectura de investigaciones historiográficas sobre la peste negra, la gripe española o el SARS-Cov-1 ofrece hallazgos y sorpresas que provocan corrosivamente una profunda reflexión teórica y conceptual sobre la complejidad de la indagación de tendencias en ciencias sociales. Me permito señalar a título personalísimo que en ella encontré mucha más riqueza sociológica y actualidad, por caso en las clásicas publicaciones del equipo de Ma. del

C. Carlé sobre peste negra, estructuras y procesos hispanomedievales, que en los resonados debates públicos entre filósofos políticos consagrados al capitalismo y/o al Estado post-pandémico/s.

Soraya Vargas Côrtes

1.

O interesse de pesquisa sobre o tema é crescente e muito expressivo. Como, no entanto, a pandemia está em andamento e seus efeitos sociais e políticos são apenas parcialmente conhecidos, há que aguardar para que investigações consistentes venham a ser realizadas em diferentes escalas – mundial, referente a grandes regiões do mundo, nacional, infranacional e local. A teoria sociológica oferece um instrumental robusto para a análise dos processos sociopolíticos desencadeados na epidemia. A sociologia histórica oferece subsídios para o exame de paralelos com pandemias que ocorreram no passado. Combinada à sociologia da saúde e a abordagens teóricas clássicas, pode auxiliar na análise de como se constroem e expressam medos coletivos de contágio e morte que, muitas vezes, avivam preconceitos e estigmas associados a certos grupos sociais. Há a atribuição de julgamentos morais direcionados a características pessoais ou comportamentais de indivíduos e grupos que são vistos como responsáveis pelo adoecimento. Nesse sentido, os que adoecem seriam culpados pela doença. As sociologias da saúde e da ciência também têm tratado de um fenômeno que se tornou saliente no contexto da epidemia: o saber biomédico, que se expressa na crescente medicalização de inúmeras dimensões da vida social. Esse saber está em disputa com outros saberes pela atenção dos governantes a fim de que suas propostas sejam as escolhidas para embasar a adoção de políticas públicas. A sociologia das profissões e a das políticas públicas contribuem para que se possa analisar a dinâmica interna do campo do saber médico. Períodos de epidemia fortalecem os subcampos da epidemiologia e das doenças infectocontagiosas, frente às especialidades que tratam individualmente das doenças e da administração do sistema médico-financeiro responsável pela produção de bens, insumos e serviços, que eram dominantes nos tempos passados de relativa bonança econômico-sanitária.

2.

Tendo em vista que as ações governamentais alcançam praticamente todas as dimensões da vida em sociedade, a sociologia das políticas públicas busca subsídios em outras subáreas da sociologia e em diversas áreas de conhecimento. Para análise da epidemia são particularmente relevantes os estudos das sociologias da medicina, da saúde e histórica, alguns de inspiração foucaultiana, que examinaram a constituição e institucionalização do saber médico e a ampliação do poder da biomedicina sobre o regramento moral nas sociedades contemporâneas. Pesquisas inspiradas nesse debate podem abordar disputas em curso sobre quais políticas devem ser adotadas no enfrentamento da epidemia. Apesar de alguns governantes e segmentos da população minimizarem os perigos

da covid-19, o medo do contágio e da morte e a confiança no saber médico, como um imperativo cultural robusto, podem estar obstaculizando a implementação de políticas baseadas na noção de que seria desejável que o contágio ocorresse rapidamente para que houvesse imunização coletiva, reduzindo assim os riscos de depressão da economia. A sociologia das políticas públicas combinada a outras subáreas da sociologia também pode auxiliar na análise de possíveis mudanças de inflexão nas políticas de saúde provocadas pela epidemia. Ao final do século passado, as ideias liberais, dominantes em agências internacionais e em muitos governos, defendiam a necessidade de diminuir o tamanho do Estado. Concomitantemente, observava-se a existência de controle crescente de doenças contagiosas e a prevalência de doenças crônico-degenerativas (cardiovasculares e neoplasias). Em tais circunstâncias, as políticas de saúde tendiam a enfatizar a necessidade de mudança de hábitos individuais e a focalizar gastos públicos no tratamento de doenças crônico-degenerativas. Epidemias como a do HIV e, de forma mais dramática, da covid-19 podem estar provocando a necessidade de mudança rápida e mundial nos padrões de ação estatal sobre como tratar saúde e doenças.

3.

A pandemia, afirmam os especialistas em epidemias virais, é uma entre muitas, devido ao aquecimento global e o desflorestamento, bem como ao contato entre seres humanos e animais na produção de proteína animal destinada ao consumo. Em meio às mudanças que se podem vislumbrar está o aceleração de processos já em andamento. Estão em curso: a alteração do centro de poder político, cultural e econômico mundial do Ocidente para o Oriente; tendências nacionalistas, frequentemente associadas a traços xenófobos, em contraste com a realidade de cadeias produtivas fortemente mundializadas; a redução da importância dos mediadores tradicionais nas democracias liberais (partidos, sindicatos, grande mídia) combinada à diversificação e proliferação de novos; o enfraquecimento de instituições e da crença coletiva na legitimidade das democracias liberais; a virtualização dos meios de informação e de contato social associada ao avanço tecnológico que viabiliza o tráfico rápido de grande volume de dados pela internet. Já é possível observar o aumento da tensão entre organizações privadas e estatais que podem exercer controle sobre os indivíduos e grupos por meio dessas tecnologias de informação e comunicação e os indivíduos e grupos que são contrários a esse controle. O confinamento, a restrição a reuniões e aglomerações podem vir a produzir uma alteração nas “etiquetas sociais”, pelo medo do contágio. Mais importante, porém, pode ser a construção de novos repertórios de ação coletiva virtuais e a produção de regras mundiais mais restritivas de relacionamento em mídias sociais. Uma mudança já em andamento é o renascimento na crença de que o Estado e organismos de governo supranacional devem ser fortes o suficiente para promover a saúde coletiva, a proteção dos mais pobres e intervir na economia para ativá-la, quando boa parte das atividades econômicas estão

paralisadas. O consenso liberal parece estar sendo colocado em questão, particularmente no Ocidente, onde se manifestou com mais força.

4.

Três conjuntos de temas podem auxiliar na compreensão dos processos em curso provocados ou acelerados pela pandemia. O primeiro se refere às sociologias da saúde e da medicina. O livro *The Palgrave handbook of social theory in health, illness and medicine* apresenta uma síntese das discussões predominantes nessas subáreas da sociologia. Editada por Fran Collyer, a obra apresenta os debates contemporâneos e a contribuição de autores clássicos como Marx, Weber, Durkheim e Parsons na constituição desses dois campos correlatos de conhecimento. O segundo versa sobre as mudanças nas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e seus impactos. A obra de Manuel Castells, muito conhecida pelos sociólogos brasileiros, aborda temas como a sociedade da informação, a globalização e a ação coletiva no contexto das mídias sociais e da internet. Estudo menos conhecido é o livro *The internet and democratic citizenship: theory, practice and policy*, de Stephen Coleman e Jay G. Blumler, que apresenta uma análise do impacto das novas TICs na organização da ação coletiva e sobre os centros tradicionais de mediação política nas democracias liberais. O terceiro conjunto é composto pelas teorias das modernidades múltiplas ou alternativas e oferece ferramentas analíticas que colaboram para a compreensão de mudanças mundiais em curso, as quais podem vir a ser aceleradas pela pandemia, principalmente a tendência de aumento da importância econômica, política e cultural da China vis-à-vis os Estados Unidos e a Europa. Ao recusar a visão eurocêntrica de civilização, essa vertente ressignifica o conceito de modernização, acentuando a importância de imperativos culturais profundos imersos em processos civilizatórios históricos-institucionais não ocidentais. As obras de Shmuel Eisenstadt são o ponto de partida contemporâneo dessa corrente de pensamento, porém há muitos estudiosos que a têm utilizado em suas análises. Destaco dois colegas brasileiros que a empregaram no estudo de processos históricos latino-americanos, José Maurício Domingues e Sérgio Costa.

Stephen Turner

I.

Aqui, há diversos problemas e diferentes assuntos para compreender e explicar. Me concentrarei em um. A característica extraordinária dessa situação é o fato de os especialistas falharem na previsão das consequências epidemiológicas do vírus. Até o momento em que os números explodiram na Europa e, logo depois, em Nova York e alguns outros locais nos EUA, os especialistas ignoravam essa possibilidade. Quando ficou evidente que haveria uma perda significativa de vidas, eles aplicaram modelos que exageravam amplamente os efeitos prováveis. Isso direcionou atenções para a modelagem – e suas limitações –, mas

também apontou para o fato de tratar-se de um problema multidisciplinar, e, por isso, não haveria especialistas capazes de dar declarações de autoridade sobre todos os seus aspectos: a virologia, a epidemiologia, as políticas públicas necessárias e assim por diante. Sem dúvida, houve divergências e uma confusão generalizada em relação a fatos básicos a respeito de como o vírus foi de fato transmitido de pessoa para pessoa, além da confusão sobre o modo como ele mata e quais são os tratamentos eficazes.

Nos últimos 20 anos, têm ocorrido debates em sociologia, e particularmente em estudos de sociologia das ciências, sobre a especialização e a criação da ignorância. Sabemos muito sobre a construção social de problemas e fatos científicos e compreendemos como funciona o processo de criação de especialistas e fatos especializados. Também conhecemos bem as formas pelas quais Estados e democracias lidam com as afirmações de especialistas. Em especial, temos bons trabalhos sobre as diferentes maneiras em que o conhecimento interage com diferentes tradições burocráticas e políticas nacionais, principalmente focalizadas nos EUA, na Alemanha e na Grã-Bretanha. As diferenças nas reações desses países se mantiveram fiéis à norma, isto é, partes interessadas sendo lideradas pela burocracia na Alemanha, a delegação a uma figura central na Grã-Bretanha e diversas experiências de diferentes jurisdições no sistema federal dos EUA, direcionando o foco para as melhores práticas.

2.

Grande parte de minha pesquisa se relaciona à *expertise* – como se organiza, as relações sociais das quais ela depende, seu papel na política e as dificuldades resultantes da ocorrência de problemas mal formulados – dependentes de considerações de diferentes especialistas e nos quais não há solução ideal de todos ou muitos pontos de vista relevantes disponíveis. Esse tipo de pesquisa é retrospectivo, mas pode, portanto, preocupar-se com erros de especialistas, que têm um valor potencial na elaboração de instituições que seriam melhores para enfrentar novos problemas. Planejar-se para o próximo erro de especialista, contudo, é como planejar-se para a próxima guerra com base nas experiências da última: sempre dá errado. A pandemia atual, no entanto, fornecerá a futuros analistas uma variedade extraordinária de casos distintos apresentando diferentes políticas, diferentes relações entre especialistas e políticas, além de diferentes estruturas organizacionais lidando com os problemas de conhecimento e política envolvidos.

3.

Novamente, o problema dos especialistas e a sua relação com o mundo político e as políticas se agiganta. Paradoxalmente, a pandemia evidencia a nossa profunda dependência do conhecimento de especialistas – nenhuma tomada de decisão efetiva foi possível sem eles – e o fato de não podermos meramente confiar neles ou “ouvir a ciência”. Pareceres devem ser julgados, e as limitações de conhecimentos especializados examinadas caso a caso, modelo a mo-

delo, assim como as diversas afirmações conflitantes de especialistas devem ser sintetizadas e as políticas e implementações conduzidas respeitando o julgamento e discussão democráticos, com sentido de responsabilidade democrática. Novas formas de organização social precisam responder a novas formas ou conhecimentos, bem como a novos problemas de especialização. A grande questão do momento é se este será um episódio de aprendizado ou um futebol político que revela divisões fundamentais na sociedade sobre questões de autonomia pessoal, o papel do Estado e problemas semelhantes. Independentemente disso, entretanto, o que mudou é o seguinte: as questões de conhecimento tornaram-se centrais na governança e na política e são o principal problema das sociedades modernas e não a solução para os seus problemas, como defendiam os iluministas.

4.

É provável que o texto mais importante para começar a pensar sobre os problemas da *expertise* seja a obra sintética de Roger Koppl, *Expert failure*, que une a literatura sobre estudos sociológicos à literatura sobre economia. Dos sociólogos que contribuíram para esse campo, Nico Stehr e Reiner Grundmann publicaram um panorama, *Experts: the knowledge and power of expertise. Key ideas*. Stehr editou uma série de volumes relacionados ao assunto. Uma série de livros escritos por Harry Collins e Robert Evans articulou um conjunto de definições de tipos de especialização “genuína”, e eles escreveram um trabalho ainda mais polêmico, *Why democracies need science*. Sheila Jasanoff tem sido uma voz pública a respeito das questões atuais envolvendo especialização e o coronavírus, e ela desenvolveu um trabalho fundamental sobre a política comparativa de especialização entre os principais países europeus e os EUA. Em breve, haverá também o *Oxford handbook of expertise and democratic politics*, editado por Gil Eyal e Thomas Medvetz, que fornece um panorama das várias questões relacionadas à especialização.

Sujata Patel

1.

Penso que não. Porque a discussão sobre pandemias anteriores se restringiu a regiões mais pobres da Europa (gripe espanhola) ou ao sul global (HIV, gripe asiática), e portanto esses debates foram limitados pela análise regional associada a diferentes fragilidades internas dos sistemas de saúde regionais, como a natureza da medicina em questão e as desigualdades na distribuição de pessoal e recursos. Hoje, por outro lado, o que vemos é o alcance global da discussão, que ressaltou as inadequações diferenciais da medicina e dos sistemas biomédicos em várias regiões. Como consequência, temos uma abertura epistêmica para compreender uma questão mais fundamental: como e por que a modernidade neoliberal e seus riscos organizam diferencialmente o acesso à saúde pública passando por geografias específicas no mundo e dentro delas

em termos do seu acesso por indivíduos e famílias de diferentes classes, castas/raças, gênero, etnias, afiliações religiosas. Uma análise como essa não só permite o reenquadramento do conteúdo da teoria social, mas também propaga o uso de metodologias que podem analisar essa questão em diferentes escalas e, portanto, fazer uma pergunta muito mais ampla, a do impacto diferencial do antropoceno no mundo. Essa janela epistêmica ajudará no distanciamento em relação às posições eurocêntricas sobre o risco representadas por Beck e outros. Ajudará pesquisadores a usar uma abordagem de economia política comparada para compreender como a pandemia do presente é parte dos processos desiguais de acumulação capitalista que promovem as classes médias e por outro lado se relaciona à criação de aspirações hedonistas, ao consumismo, urbanização e migração dessas classes. No sul global essas tendências se interseccionam e criam ecologias precárias e instáveis organizadas por meio de mercados de força de trabalho circular informais e desregulados. Dada a sua associação com sistemas administrativos fracos e o apoio de governos de direita que alvejaram minorias esvaziando seu acesso a serviços públicos e benefícios sociais, aprofundam-se assim iniquidades, privações e marginalidades.

2.

Eu trabalho na interseção entre as áreas da sociologia dos trabalhadores pobres (quase 90% dos trabalhadores da Índia estão nos setores não formais da economia), urbanização e migração (entre 45% e 50% dos trabalhadores do setor informal são migrantes circulares internos) e seu impacto na formação de cidades e centros urbanos na Índia. Minha pesquisa focaliza primariamente na cidade de Bombaim, no oeste da Índia, uma cidade representante do moderno capitalismo indiano, em que mais de 50% dos cidadãos vivem em favelas densas e superpovoadas, sem direito à moradia ou à terra. Essa cidade articula as várias dimensões da crise que vemos hoje: falta de acesso à saúde pública, pouca ou nenhuma preocupação com psicoses associadas à superpopulação mesmo em períodos de normalidade, falta de acesso à água, ao saneamento básico e à moradia, violência dissimulada e explícita contra idosos, mulheres e crianças, e afluxo de migrantes circulares internos de grupos discriminados que competem por empregos e formas de subsistência. Publiquei três volumes em coedição sobre Bombaim e neste momento estou tentando construir uma rede de pesquisadores que possa examinar, no contexto presente, processos específicos que dizem respeito a ecologias urbanas e economias desreguladas em Bombaim e suas periferias. Acredito que isso possa ajudar a reconceituar modos de pensar a “experiência urbana” nessa cidade, mas também na Índia em geral. Também edito uma série chamada *Cities and the Urban Imperative* (Cidades e o Imperativo Urbano) para a editora Routledge, que elabora a forma como o investimento intelectual numa modernidade capitalista baseada em centros urbanos pelo Estado-nação indiano criou novas formas de conflito e expôs a população desse Estado-nação a novos riscos ecológico-sociais e de

saúde. Vejo esse trabalho como um repensar coletivo para compreender o momento presente.

3.

Sim, para ambas as perguntas. A falta de perspectiva e de informação não permitiram que o governo indiano preparasse uma intervenção de curto ou longo prazo para controlar a pandemia. Por causa do neoliberalismo, o sistema de saúde pública da Índia (exceto o do estado de Kerala) estava em crise. Havia falta de pessoal e subfinanciamento de suprimentos médicos, por um lado, e privatização da saúde, por outro, como parte de uma política neoliberal. Não havia kits de testagem e equipamentos de proteção para os trabalhadores da saúde, ao mesmo tempo em que a privatização dava acesso ao tratamento para pacientes de renda mais alta.

A falta de preparação para lidar com a pandemia como um problema de saúde, e de conhecimento sobre como resolver uma crise de saúde pública (nesse caso, a necessidade de isolar, quarentenar, e conter a transmissão comunitária a partir dos que trouxeram o vírus para o país, especialmente os viajantes internacionais dos estratos sociais mais elevados) e a falta de suprimentos (como kits de testagem) permitiram que o governo fosse otimista no início (enquanto os números eram baixos já que a testagem era mínima) e depois interviesse com duas políticas: o *lockdown* por todo o país e o distanciamento social, ambos a ser administrados pela polícia sob o comando das autoridades provinciais que, por sua vez, também não estavam preparadas para lidar com a pandemia. O *lockdown* foi planejado para os proprietários de casas com possibilidade de praticar isolamento (entre 10% e 15% da população) e não para a população urbana densamente disposta (50% a 60% no oeste e no sul da Índia) em favelas superpopulosas cuja maioria é feita de trabalhadores diaristas, eventuais e de empreitada dos quais quase 50% são migrantes circulares de curto prazo. Isso isolou as classes médias e altas dos grupos desprivilegiados, rompendo vínculos de confiança, cuidado e atenção desenvolvidos para organizar redes informais de relações econômicas e sociais que trocavam bens e serviços entre comunidades de diferentes classes. Provocou o agravamento do estigma de casta, do preconceito e discriminação. O *lockdown* bloqueou as possibilidades de geração de renda dos trabalhadores, deixando-os desassistidos e forçando-os a caminhar por semanas até seus vilarejos de origem, o que causou muitas tragédias. Além de paralisar os sistemas de economia e confiança que os organizam por meio de vínculos econômicos e sociais de cuidado, atenção entre classes e filiações comunitárias.

4.

Já que eu argumentei que o momento abre uma janela epistêmica para a compreensão da articulação de processos profundos de desigualdade, uma nova perspectiva se anuncia relativa ao risco e à confiança. Assim, além dos trabalhos de referência sobre confiança (Luhmann, Sztompka, Giddens) e risco (Beck e

seus colegas), há uma necessidade de reorientar esses conceitos para os problemas e processos do sul global. Para isso, é necessário conduzir oficinas em diversas regiões e localidades a fim de perceber as interseções desses processos complexos que acontecem mundialmente.

Tatiana Landini

I.

Responderei às perguntas com base na teoria à qual estou “filiada”, a sociologia de Norbert Elias, que está assentada em dois princípios fundantes, a noção de que a sociedade é formada por indivíduos e grupos interdependentes e a noção de processo, quer dizer, a noção de que é a relação entre indivíduos e grupos interdependentes que direciona o processo de desenvolvimento social (ou processo da civilização). A atual pandemia de coronavírus demandou a adoção de medidas de contenção drásticas – o fechamento de escolas, universidades, comércio, parques, clubes. As pessoas foram instruídas a ficar em suas casas, saindo apenas para o essencial. Essa nova organização social, ainda que temporária, mostrou claramente a questão da “interdependência”, característica essencial do conceito de figuração. A instrução para que todos fiquem em casa é não apenas para evitar que sejamos contaminados pelo vírus, mas principalmente para diminuir o risco de contaminação de outros, evitando assim a demanda por hospitais e cuidados médicos para além da capacidade instalada. Perceber que qualquer indivíduo ou grupo que não segue as recomendações pode colocar a minha saúde em risco, mesmo que não haja contato direto entre nós, é uma bela demonstração da interdependência, e, portanto, do conceito de figuração. E interdependência implica poder. Na Europa, há plantações que estão sendo perdidas por falta de pessoas que trabalhem na colheita, normalmente realizada por imigrantes, incluídos aqueles em situações de ilegalidade. O poder, para Elias, não é algo que um detém e a que o outro se submete, sendo preferível falar em equilíbrio (ou balança) de poder, o que fica ilustrado nesse simples exemplo.

Momentos como o que estamos vivendo mostram também a pertinência da noção de “processo”. Como vocês afirmam na pergunta, os cientistas sociais responderam rapidamente à atual pandemia, apresentando análises e reflexões, em especial no que diz respeito a desigualdades (econômicas, de raça, gênero etc.) que aumentam ou diminuem o risco de contaminação, bem como de desenvolver as formas mais graves da doença. Essas desigualdades não são características apenas do momento presente, mas decorrentes de todo o processo de formação econômico-social de nosso país, da formação de nossas crenças e modos de ser e pensar (*habitus* social), da classe política, das classes sociais e de suas relações de interdependência etc. – em suma, do processo da civilização em nosso país. Não há como me estender mais. Resumindo, o que estou querendo dizer é que o atual momento de crise tem mostrado a perti-

nência dos princípios fundantes e fundamentais da sociologia de Elias, o que significa que esse instrumental pode nos auxiliar em muito no cumprimento desse desafio de compreender o momento por que passamos, assim como de auxiliar estratégias de manejo da atual crise sanitária.

2.

As ciências sociais aprenderam muito na década de 1980, época do início da epidemia de aids (quando assim era chamada); a parceria entre ciências sociais e saúde tem sido muito frutífera. As discussões sobre a pandemia de coronavírus estão já muito ricas, elementos importantes têm sido levantados, pesquisados e dimensionados. Uma das riquezas da sociologia de Elias é também um de seus maiores desafios, discutir as relações entre mudanças que ocorrem em três níveis distintos: o âmbito mais individual ou micro (mudanças na estrutura da personalidade e nas figurações a que chamamos de família, por exemplo), mudanças mais amplas (na estrutura das sociedades, no Estado e em sua conformação) e na relação entre Estados e na humanidade de forma geral. A pandemia, justamente por sua amplitude, nos coloca desafios que permitem direcionar o foco da discussão exatamente para as interdependências entre esses três níveis. Trabalhos comparativos entre países (com formações econômico-sociais similares e distintas) poderiam ajudar a refletir sobre razões para a adesão mais forte ou mais fraca à demanda por isolamento social, o que implica o desenvolvimento da autocoesão. Da mesma forma, ajudariam a pensar em características do *habitus* social que funcionam como efeito de trava para determinadas mudanças. O papel da OMS e de outras agências supraestatais merece também ser trazido para o debate.

3.

De certa forma, já indiquei minha resposta na pergunta 1. Pensando a partir da sociologia de Elias, fica muito difícil pensar em mudanças que não estejam de alguma forma conectadas a características anteriores de uma determinada figuração. Da mesma forma, o que virá depende do que vivemos hoje. A palavra-chave é processo. A segunda palavra-chave é *habitus*. O vírus possui seu próprio potencial de contaminação e de letalidade; estudos epidemiológicos amplamente disseminados demonstram isso. Mas o que fica claro olhando mapas e tabelas é que a incidência da doença em cada país depende também de inúmeros outros fatores, entre eles a estrutura sanitária instalada, a ocupação espacial e demográfica, as desigualdades de classe, as decisões políticas e a legitimidade do Estado e do governo para fazer valer suas recomendações. A transformação na vida diária de cada um de nós foi muito grande, certamente deixará marcas. Mas o quão profundas serão essas marcas – e, portanto, a possibilidade de engendrar mudanças mais efetivas e duradouras – é ainda cedo para saber. Mudanças mais amplas, como a profunda desigualdade e relação entre classes sociais no Brasil, não acredito que vão acontecer. Deixo uma citação do texto *Mudanças na balança nós-eu* para reflexão a esse respeito:

Ao estudar os processos de desenvolvimento social, defrontamo-nos repetidamente com uma constelação em que a dinâmica dos processos sociais não planejados tende a ultrapassar determinado estágio em direção a outro, que pode ser superior ou inferior, enquanto as pessoas afetadas por essa mudança se agarram ao estágio anterior em sua estrutura de personalidade, em seu *habitus* social. Depende inteiramente da força relativa da mudança social e do arraigamento – e portanto da resistência – do *habitus* social saber se e com que rapidez a dinâmica do processo social não planejado acarretará uma reestruturação mais ou menos radical desse *habitus*, ou se a feição social dos indivíduos logrará êxito em se opor à dinâmica social, quer tornando-a mais lenta, quer bloqueando-a por completo.

4.

A literatura é imprescindível! Atendo-me a Elias, selecionei dois livros que podem ajudar a pensar alguns desafios deste momento: *A solidão dos moribundos*. Começo com uma citação:

A atitude em relação à morte e a imagem da morte em nossas sociedades não podem ser completamente entendidas sem referência a essa segurança relativa e à previsibilidade da vida individual – e à expectativa de vida correspondentemente maior. A vida é mais longa, a morte é adiada. O espetáculo da morte não é mais corriqueiro. Ficou mais fácil esquecer a morte no curso normal da vida. Diz-se às vezes que a morte é ‘recalcada’.

A pandemia nos coloca – todos, novidade neste mundo tão desigual – em face da perspectiva de morte. O que havia sido legado aos bastidores da vida social ao longo do processo civilizador agora nos é apresentado diariamente nas primeiras páginas dos jornais. A solidão dos moribundos de que fala Elias é a solidão do envelhecer, do adoecer. Adoecer de covid-19 significa o isolamento completo; a morte ocorre numa solidão absoluta. E para os que ficam, o luto é também negado. Há muito a se pensar e pesquisar a partir da pandemia.

Os estabelecidos e os outsiders: tendo como “paradigma empírico” o estudo sobre Winston Parva, Elias entende a relação entre estabelecidos e *outsiders* como um “tema humano universal”: relações que impliquem grande desigualdade na balança de poder (raciais, étnicas, de gênero, idade, religião, entre países, entre classes) podem ser iluminadas a partir desse estudo. Qual será o impacto da atual pandemia quando pensamos nas relações atuais e futuras, por exemplo, entre países, principalmente entre aqueles que conseguirem controlar melhor a situação sanitária e aqueles que não lograrem esse êxito? Ou entre classes sociais? No Brasil, pesquisas na região metropolitana de São Paulo têm mostrado um crescimento muito desigual na taxa de contaminados e de óbitos quando se consideram regiões periféricas e centrais, mais pobres e mais ricas. Discriminação e preconceito são questões caras a nosso país. Será a covid-19 um fator suplementar para a discriminação e o preconceito contra grupos específicos?

Valter Roberto Silvério

1.

Os sociólogos e cientistas sociais estão mobilizados, mas suas formulações conceituais e discursos foram disseminados, com o esvaziamento de conteúdo e da referência temporal do contexto de sua formulação. Por exemplo, conceitos como distância social, desigualdades sociais (de classe, étnico-racial, de gênero) são usados para diferentes situações que não guardam relação de similaridade com o contexto de sua elaboração. Assim como a expressão isolamento social, que estava associada a grupos “inassimiláveis” em uma certa perspectiva da sociologia americana. O foco sociológico clássico nas relações sociais e na construção social da dominação econômica, da raça ou da doença se tornou insuficiente. O reaparecimento de doenças infecciosas em uma arena intensamente globalizada, marcada por atores supranacionais, nacionais e locais, levantou muitas outras questões, tais como: a repercussão e o impacto das disciplinas e/ou modalidades científicas na projeção de contextos de riscos e incertezas; o comportamento da mídia na produção de ciclos de “questões”, frente à dinâmica competitiva de audiência, a ser respondidas pelos representantes da ordem – cientistas, médicos, economistas, políticos profissionais, formuladores de políticas públicas; o modo como as respostas são fornecidas pode ampliar ou reduzir as ansiedades ante a constante possibilidade de instalação do pânico e da necessidade de identificação na forma de rótulo de um *Folk Devil*; além de “novos” temas como a interação entre saúde pública, imigração e segurança nacional; a realização de interesses econômicos *versus* a dinâmica da governança em saúde; a divisão de gênero do trabalho de cuidar e os indicadores quantitativos que, normalmente, demonstram como as minorias são desproporcionalmente vitimadas. Não é preciso dizer que cada um deles, quando associado a doenças infecciosas e/ou pandemias (HIV, SARS 2002-2003; H1N1 2009, covid-19), constitui um novo conjunto de desafios para os sociólogos e teóricos sociais em geral e, ao mesmo tempo, questiona o pensamento restrito (disciplinas específicas e/ou temas específicos no interior de uma área disciplinar), bem como escancara a necessidade e as possibilidades de atualização de uma agenda de pesquisa que atenda ao interesse público.

2.

Especificamente em relação ao tema da etnicidade, das relações entre não brancos e brancos, não há dúvidas de que a exposição permanente dos dados da vitimização desproporcional (mortes efetivas) de negros, populações nativas e latinos (no caso norte-americano) tem sido uma importante estratégia de denúncia das desigualdades sociais. A participação de negros, latinos e nativos entre os representantes da ordem, mesmo que estatisticamente insignificante, levanta, no entanto, a questão colocada por Stuart Hall para percepção das consequências devastadoras das relações de poder que constroem hierarquias: o problema da relação entre o que os olhos podem ver e o que a mente pode

perceber. O que me permite construir a seguinte pergunta de pesquisa para a área: como minorias que participam da “ordem” têm atenuado, ou alterado, o regime de representação da desigualdade social associada a cor/“raça”/gênero neste novo contexto global-transnacional-diaspórico? É também com Stuart Hall que aprendemos como é difícil trabalhar a questão de como os passados coloniais violentos habitam o presente histórico e reverberam nas estruturas sociopolítico-econômicas de sociedades como a brasileira.

3.

Sim. Hoje, enfrentamos o surto global de uma doença que tem potencial para catalisar o que a historiadora Eva Schlotheuber chama de pandemia da mente, à medida que a desinformação prolifera e as linhas entre fato e ficção são rotineira e indiferentemente cruzadas. Existem dois tipos de respostas polares, a partir das quais se podem vislumbrar os caminhos de uma sociedade pós-pandemia. Um primeiro, tradicional, aciona as velhas respostas como forma de rememorar que as sociedades humanas se constroem e se reconstroem encobrendo seus velhos problemas. O outro se concentra na modelagem como uma tecnologia para legitimar versões particulares do futuro como base das políticas e investimentos atuais. Com toda a sua aparente precisão, os modelos são essencialmente uma maneira de incluir uma série de questões e incertezas em uma narrativa autorizada que estabiliza temporariamente o futuro.

4.

Stuart Hall, *The fateful triangle: race, ethnicity, nation*; Toni Morrison, *The origin of others*; Aldon Morris, *The scholar denied: W. E. B. Du Bois and the birth of American sociology*; Michel-Rolph Trouillot, *Silencing the past: power and the production of history*; Michael O. West, William G. Martin e Fanon Che Wilkins (eds.), *From Toussaint to Tupac: the black international since the age of revolution*.

Andre Bittencourt é professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É editor do Blog da BVPS e pesquisador do Núcleo de Estudos Comparados e Pensamento Social – Neps. Autor de *O Brasil e suas diferenças: uma leitura genética de populações meridionais do Brasil*.

Maurício Hoelz é professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É editor da *Revista Brasileira de Sociologia* e autor de *A violência que nos une e*, em coautoria com André Botelho, *O modernismo como movimento cultural*, ambos no prelo.

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES

ESCOPO E POLÍTICA EDITORIAL

Sociologia & Antropologia busca contribuir para a divulgação, expansão e aprimoramento do conhecimento sociológico e antropológico em seus diversos campos temáticos e perspectivas teóricas, valorizando a troca profícua entre as distintas tradições teóricas que configuram as duas disciplinas. *Sociologia & Antropologia* almeja, portanto, a colaboração, a um só tempo crítica e compreensiva, entre as perspectivas sociológica e antropológica, favorecendo a comunicação dinâmica e o debate sobre questões teóricas, empíricas, históricas e analíticas cruciais. Reconhecendo a natureza pluriparadigmática do conhecimento social, a Revista valoriza assim as oportunidades de intercâmbio entre pontos de vista convergentes e divergentes nesses diferentes campos do conhecimento. Essa é a proposta expressa pelo símbolo “&”, que, no título da revista *Sociologia & Antropologia*, interliga as denominações das disciplinas que nos referenciam.

Sociologia & Antropologia aceita os seguintes tipos de contribuição em português, inglês e espanhol:

- 1) Artigos inéditos (até 9 mil palavras incluindo referências bibliográficas e notas)
- 2) Registros de pesquisa (até 4.400 palavras). Esta seção inclui:
 - a. Apresentação de fontes e documentos de interesse para a história das ciências sociais
 - b. Notas de pesquisa com fotografias
 - c. Balanço bibliográfico de temas e questões das ciências sociais
- 3) Resenhas bibliográficas (até 1.600 palavras).
- 4) Entrevistas

Manuscritos originais podem ser submetidos em português, espanhol, inglês e francês, porém os textos somente serão publicados em português, espanhol e inglês. Se necessário, o autor se responsabilizará pela tradução. Excepcionalmente será concedido auxílio financeiro.

A pertinência para publicação será avaliada, numa primeira etapa, pela Comissão Editorial no que diz respeito à adequação ao perfil e à linha editorial da revista e, se aprovados, numa segunda etapa, por pareceristas *ad hoc* brasileiros e estrangeiros, sempre doutores, de reconhecida *expertise* tema no que diz respeito ao conteúdo e à qualidade das contribuições.

A revista funciona sob o princípio do duplo anonimato: os artigos serão submetidos a dois pareceristas *ad hoc* e, em caso de pareceres contraditórios, uma terceira avaliação será requerida. Sendo identificado conflito de interesse da parte dos pareceristas, o texto será

reencaminhado para avaliação. Os artigos serão avaliados de acordo com os critérios de qualidade e rigor dos argumentos, validade dos dados, oportunidade e relevância para sua área de pesquisa, atualidade e adequação das referências.

A editoria demanda de todos os autores e avaliadores que declarem possíveis conflitos de interesse relacionados a manuscritos submetidos a *Sociologia & Antropologia*. Entende-se conflito de interesse como qualquer interesse comercial, financeiro ou pessoal relacionados a dados ou questões do estudo de um ou mais autores que levem a potenciais conflitos entre as partes envolvidas. Conflitos de interesse podem influenciar os resultados e conclusões de um estudo e do processo de avaliação. A sua existência não impede a submissão de um artigo ou sua publicação na revista, porém, os autores deverão explicar a razão do conflito aos editores, que tomarão uma decisão sobre o encaminhamento do manuscrito.

A revista encaminhará, em prazo estimado de aproximadamente (6) seis meses, uma carta de decisão sobre o artigo recebido, anexando, de acordo com cada caso, os devidos pareceres. Um dos seguintes resultados será informado: (a) aceito sem alterações; (b) aceito mediante pequenas revisões; (c) reformular e rerepresentar para nova avaliação; e (d) negado. Ao revisar os manuscritos aceitos para publicação, os autores devem marcar todas as alterações feitas no texto e justificar devidamente quaisquer eventuais exigências ou recomendações de pareceristas não atendidas.

O periódico segue as diretrizes dos Códigos de Ética do Committee on Publication Ethics (COPE) (<<http://www.publicationethics.org/>>), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (<<http://www.cnpq.br/web/guest/diretrizes>>) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (<<http://www.fapesp.br/boaspraticas/>>).

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES

Forma e preparação de textos

O texto completo não deverá conter os nomes dos autores e deverá incluir notas substantivas (de fim de texto) em algarismos arábicos; referências bibliográficas; título e resumo (entre cem e 150 palavras) acompanhado de cinco palavras-chave, em português e inglês; e, quando for o caso, os créditos das imagens utilizadas. Agradecimentos e notas biográficas dos autores (de até 90 palavras) incluindo formação, instituição, cargo, áreas de interesse e principais publicações deverão ser enviados em arquivo separado.

Desenhos, fotografias, gráficos, mapas, quadros e tabelas devem conter título e fonte, e estar numerados. Além de constarem no corpo do artigo, as imagens deverão ser encaminhadas em arquivo separado do texto, em formato .tiff (de preferência) ou .jpg e em alta resolução (300 dpi), medindo no mínimo 17cm (3.000 pixels) pelo lado maior. No caso de imagens que exijam autorização para reprodução, a obtenção da mesma caberá ao autor.

Os textos deverão ser escritos em fonte Times New Roman, tamanho 12, recuo padrão de início de parágrafo, alinhamento justificado, espaçamento duplo e em páginas de tamanho A4 (210x297cm), numa única face.

As notas devem vir ao final do texto, não podendo consistir em simples referências bibliográficas. Estas devem aparecer no corpo do texto com o seguinte formato:

**(sobrenome do autor, ano de publicação),
conforme o exemplo: (Tilly, 1996)**

No caso de citações, quando a transcrição ultrapassar cinco linhas deverá ser centralizada em margens menores do que as do corpo do artigo; quando menor do que cinco linhas, deverá ser feita no próprio corpo do texto entre aspas. Em ambos os casos a referência seguirá o formato:

**(sobrenome do autor, ano de publicação: páginas),
conforme os exemplos:
(Tilly, 1996: 105)
(Tilly, 1996: 105-106)**

As referências bibliográficas em ordem alfabética de sobrenome devem vir após as notas, seguindo o formato que aparece nos seguintes exemplos (os demais elementos complementares são de uso facultativo):

1. Livro

Pinto, Luis de Aguiar Costa. (1949). *Lutas de famílias no Brasil: introdução ao seu estudo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

2. Livro de dois autores

Cardoso, Fernando Henrique & Ianni, Octávio. (1960). *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

3. Livro de vários autores

Wagley, Charles et al. (1952). *Race and class in rural Brasil*. Paris: Unesco.

4. Capítulo de livro

Fernandes, Florestan. (2008). Os movimentos sociais no “meio negro”. In: *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, p. 7-134 (vol. 2).

5. Coletânea

Botelho, André & Schwarcz, Lilia Moritz (orgs.). (2009). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

6. Artigo em coletânea organizada pelo mesmo autor

Gonçalves, José Reginaldo Santos. (2007). Teorias antropológicas e objetos materiais. In: *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Iphan, p. 13-42.

7. Artigo em coletânea organizada pelo autor em conjunto com outro

Villas Bôas, Glauca. (2008). O insolidarismo revisitado em *O problema do sindicato único no Brasil*. In: Villas Bôas, Glauca; Pessanha, Elina Gonçalves da Fonte & Morel, Regina Lúcia de Moraes. *Evaristo de Moraes Filho, um intelectual humanista*. Rio de Janeiro: Topbooks, p. 61-84.

8. Artigo em coletânea organizada por outro autor

Alexander, Jeffrey. (1999). A importância dos clássicos. In: Giddens, Anthony & Jonathan Turner (orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. Unesp, p. 23-89.

9. Artigo em Periódico

Lévi-Strauss, Claude. (1988). Exode sur exode. *L'Homme*, XXVIII/2-3, p. 13-23.

10. Tese Acadêmica

Veiga Junior, Maurício Hoelz. (2010). *Homens livres, mundo privado: violência e pessoalização numa sequência sociológica*. Dissertação de Mestrado. PPGSA/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

11. Segunda ocorrência seguida do mesmo autor

Luhmann, Niklas. (2010). *Introdução à teoria dos sistemas*. Petrópolis: Vozes.

Luhmann, Niklas. (1991). *O amor como paixão*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil.

12. Consultas on-line

Sallum Jr., Brasília & Casarões, Guilherme. (2011). O impeachment de Collor: literatura e processo. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1374>>. Acesso em 9 jun. 2011.

ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES

Sociologia & Antropologia não assume responsabilidade por conceitos emitidos pelos autores, aos quais solicita que declarem responsabilidade pelo conteúdo do manuscrito submetido, bem como que especifiquem, em caso de coautoria, a participação de cada um na sua versão final, da pesquisa à redação.

Os trabalhos enviados para publicação devem ser originais e inéditos, não sendo permitida sua apresentação simultânea em outro periódico. O sistema Plagius é utilizado para identificação de plágio.

A revista não cobra taxa de submissão, avaliação e processamento dos artigos e tem acesso aberto, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

Possíveis modificações de estrutura ou de conteúdo, por parte da Editoria, serão previamente acordadas com os autores, e não serão admitidas após os trabalhos serem entregues para composição.

Contribuições deverão ser submetidas eletronicamente através do sistema ScholarOne acessando o link:

<<https://mco4.manuscriptcentral.com/sant-scielo>>

A revista solicita aos autores que registrem um identificador digital ORCID.

Autores que publicam em *Sociologia & Antropologia* (1) mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista; (2) têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista; e (3) têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal e sistemas de auto arquivo), já que isso pode aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (veja O efeito do acesso aberto em <<http://opcit.eprints.org/oacitation-biblio.html>>).

Para mais informações, consultar os editores no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia:

Sociologia & Antropologia

Revista do PPGSA

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/UFRJ

Largo de São Francisco de Paula, 1, sala 420

20051-070 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Telefone/Fax +55 (21) 2224-8965 ramal 215

revistappgsa@gmail.com

sociologiaeantropologia.com.br

revistappgsa.ifcs.ufrj.br

scielo.br/sant

The guidelines for submitting manuscripts are available in English at our website

